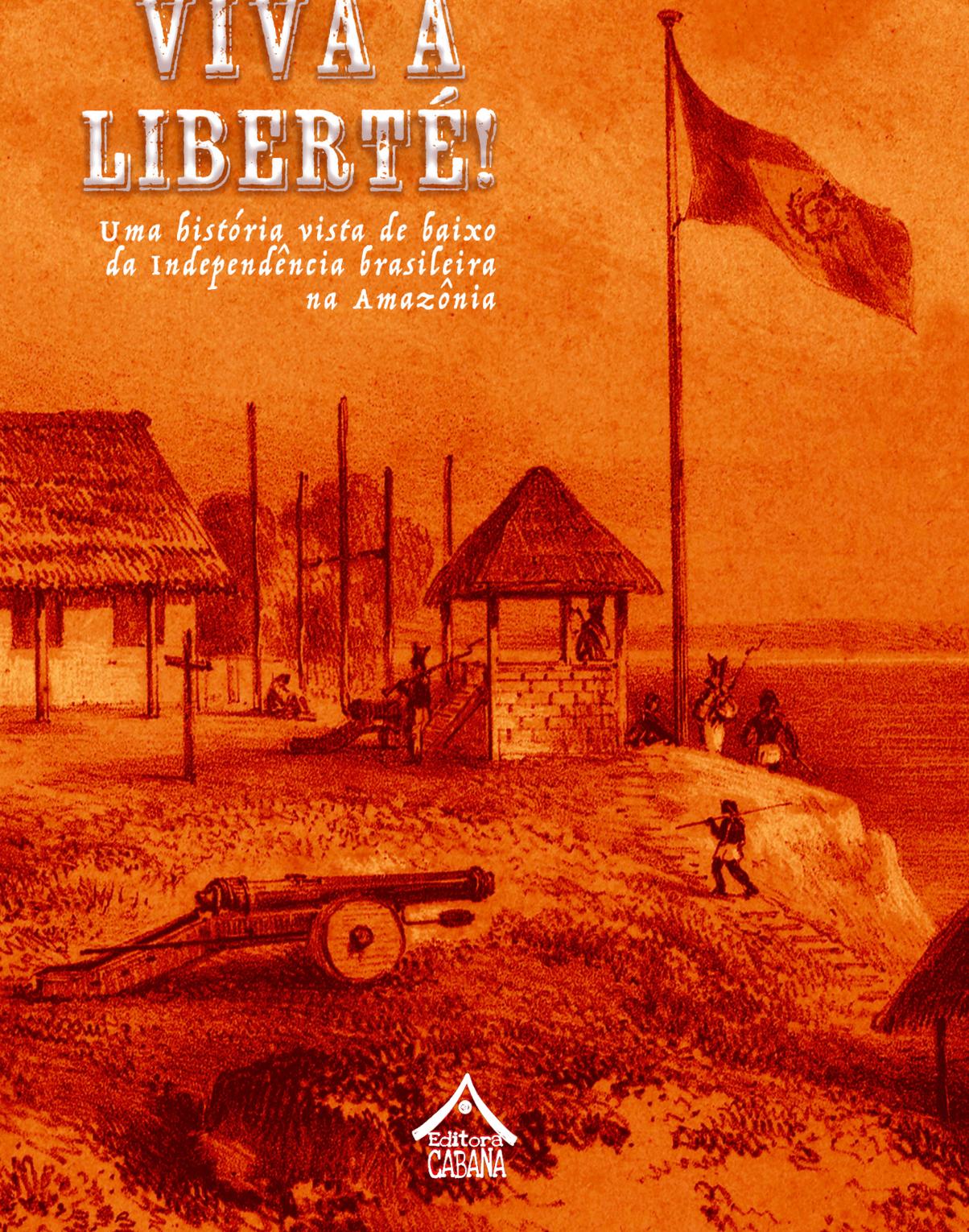


Adilson Júnior
Ishihara Brito

VIVA A LIBERTÉ!

*Uma história vista de baixo
da Independência brasileira
na Amazônia*



VIVA A LIBERTÉ!

*Uma história vista de baixo
da Independência brasileira
na Amazônia*

ADILSON JÚNIOR ISHIHARA BRITO

VIVA A LIBERTÉ!

*Uma história vista de baixo da Independência
brasileira na Amazônia*



Copyright © by Adilson Júnior Ishihara Brito
Copyright © 2023 Editora Cabana

Todos os direitos desta edição reservados
© Direitos autorais, 2023, autores.

O conteúdo desta obra é de exclusiva
responsabilidade do autor.

Capa e Projeto gráfico: Eder Ferreira Monteiro
Edição e diagramação: Helison Geraldo Ferreira Cavalcante
Coordenação editorial: Ernesto Padovani Netto
Revisão: o autor

Imagem da capa: "Vue de Tabatinga. Haut Amazone". Gravura contida na obra "Expedition dans les parties centrales de l'Amerique du Sud, de Rio de Janeiro a Lima, et de Lima au Para: executée par ordre du gouvernement francais pendant les années 1843 a 1847", de Francis de la Porte Castelnau, publicada entre 1850 e 1857. Obra rara que integra o acervo bibliográfico do Arquivo Nacional.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B862v

Brito, Adilson Júnior Ishihara

Viva a liberté! [livro eletrônico]: uma história vista de baixo da Independência brasileira na Amazônia / Adilson Júnior Ishihara Brito. – Ananindeua-PA: Cabana, 2023.

327 p. : il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-89849-82-7

1. Amazônia - História. I. Brito, Adilson Júnior Ishihara. II. Título.

CDD 981.1

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166



[2023]
EDITORA CABANA
Trav. WE 11, N° 41 (Conj. Cidade Nova I)
Cep: 67130-130 — Ananindeua — PA
Telefone: (91) 99998-2193
cabanaeditora@gmail.com
www.editoracabana.com

— BICENTENÁRIO DA
independência
DO BRASIL NO PARÁ —

**PROJETO: BICENTENÁRIO DA
INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NO PARÁ**

Realização: SECTET - Secretaria de Estado de Ciência,
Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica

Governador: Helder Barbalho

Secretária: Edilza Joana Oliveira Fontes

Coordenação: Francivaldo Alves Nunes

Apoio: Universidade Federal do Pará

SECRETARIA DE
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
EDUCAÇÃO SUPERIOR,
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



GOVERNO DO
PARÁ



CONSELHO CIENTIFICO

Dr. Anderson Dantas da Silva Brito (UFOB)

Dra. Adriana Angelita da Conceição (UFSC)

Dra. Ana Zavala (Centro Latinoamericano de Economía Humana,
Montevideo, Uruguay)

Dra. Camila Mossi de Quadros (IFPN)

Dra. Carmem Zeli de Vargas Gil (UFRGS)

Dra Cláudia Mortari (UDESC)

Dr. Francivaldo Alves Nunes (UFPA)

Dra. Juliana Teixeira Souza (UFRN)

Dra. Luciana Rossato (UDESC)

Dra. Luciana Oliveira Correia (UNEB)

Dr. Marcelo Luiz Bezerra da Silva (UEPA)

Dr. Márcio Couto Henrique (UFPA)

Dr. Sandor Fernando Bringmann (UFSC)

*Para meus filhos.
Para os homens e as mulheres da Amazônia*

“O estudo das feridas da história, de suas paixões e de suas febres sociais, dos estigmas que estas deixam, ainda pode nos ensinar muita coisa sobre a relação patológica que uma sociedade mantém consigo mesma. A estranheza perturbadora que emana dos fenômenos percebidos por nós (mas também pelos contemporâneos) como insensatos revela as perguntas que o corpo social formula a respeito de sua própria identidade e os perigos que tenta exorcizar segundo o registro de sua época.”

(Dominique Julia)

SUMÁRIO

Apresentação.....	10
Introdução: <i>Independências, margens e histórias</i>	14

PARTE I *Espectros de Revolução*

Capítulo 1: <i>Esfera Pública e Independência</i>	33
Capítulo 2: <i>O Perigo das Fronteiras</i>	43
Capítulo 3: <i>Caminhos da Hydra: da Guiana ao Rio Negro</i>	61
Capítulo 4: <i>Caminhos da Hydra: do Tocantins e do Gurupi ao Brasil</i>	83

PARTE II *“Liberdade” e suas Retóricas Políticas*

Capítulo 5: <i>Aonde está a Política na Independência?</i>	104
Capítulo 6: <i>A Primeira Adesão: Um Projeto Oficial de Monumento</i>	114
Capítulo 7: <i>Liberdade de Imprensa! Elites Amazônicas e as Retóricas Constitucionais</i>	131
Capítulo 8: <i>“Viva a Liberté!”: Camadas Populares e as Retóricas Revolucionárias</i>	152

PARTE III *Independência e Morram os Europeus!*

Capítulo 9: <i>Fabricar a Nação na Amazônia</i>	182
Capítulo 10: <i>A Pátria Independente e a “Paixão pela Anarquia”</i>	196
Capítulo 11: <i>Cametá em Revolução: Disputando a Pátria no Baixo Tocantins</i>	223
Capítulo 12: <i>Alter do Chão, Monte Alegre e a Independência como Revolução</i>	251
Capítulo 13: <i>A Revolução nas Matas do Turiaçu, Bragança e Maranhão</i>	267
Conclusão: <i>Uma independência vista de baixo</i>	301
<i>Referências bibliográficas</i>	306
<i>Arquivos e Fontes</i>	321

APRESENTAÇÃO

Já se vão 15 anos desde a defesa desse estudo que agora chega às mãos do(a) leitor(a). Numa tarde ensolarada do início de abril de 2008 defendia, na cidade do Recife, a minha dissertação de mestrado, frente a uma banca examinadora muito exigente e qualificada, e diante de um público diminuto e intimista, composto, quase em sua totalidade, de colegas do Programa de Pós-Graduação em História Social do Norte e Nordeste da Universidade Federal de Pernambuco. Não tenho a menor dúvida de que, àquela altura, “*Viva a Liberté!*”: *cultura política popular, revolução e sentimento patriótico na independência do Grão-Pará, 1790-1824* era a realização de minha grande “tese” sobre a importância do uso público da história social para a produção de novos ângulos de visão e de pensamento sobre o tempo presente e o passado histórico da Independência do Brasil na Amazônia.

O interesse pelo estudo do processo de Independência brasileira nas antigas províncias do Grão-Pará e Rio Negro a partir da abordagem da “história vista de baixo” tem aumentado ao longo dessa quinzena de anos. É substancial e notório o regular acesso do público leitor de diversas partes do Brasil e do mundo à dissertação no Repositório Digital da UFPE (1.171 *downloads*) e nas minhas páginas de divulgação científica nos portais ResearchGate (928 *reads*) e Academia.edu (1.487 visualizações). O trabalho tem circulado largamente na historiografia brasileira, portuguesa e latino-americana, tendo sido regularmente citado e discutido nesse período. Por ocasião das comemorações do Bicentenário da Independência Brasileira, “*Viva a Liberté!*” também tem sido acessada no formato de *lives*, *podcasts* e entrevistas produzidas por parcerias, projetos de extensão e eventos acadêmicos regionais, nacionais e internacionais, durante o difícil contexto de pandemia do Novo Coronavírus, da qual merece destaque o documentário *Dois Séculos de História: narrativas sobre a Independência do Brasil no Pará*, uma parceria da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Profissional e Tecnológica do Governo do Estado (SECTET/PA), a Universidade Federal do Pará (UFPA) e a Produtora Cabana.

A obra que aqui se apresenta a você leitor(a) possivelmente já perdeu aquele ineditismo esperado, embora seja paradoxal para o caso do Pará e da Amazônia. Paradoxal porque o tema da Independência do Brasil *não* é um marco na historiografia local e nem regional. Poucos(as) são os(as) historiadores(as) que produziram pesquisa arquivística, patrimonial, memorial ou pedagógica com seriedade acadêmica sobre o processo histórico-político em questão. É fato que aqui existem poucas falas de autoridade de estudiosos especializados no tema, o que tem prejudicado demasiadamente a abordagem sobre o tema nas escolas da Educação Básica e no espaço público como um todo. Daí o problema claro da reprodução pouco crítica (e pouco criativa) da narrativa clássica da “Adesão do Pará a Independência” que circula a larga pelas falas, *lives* e informações rápidas na *internet*, assim como no ensino básico, que este trabalho tentou questionar há uma década e meia. Por outro lado, a Independência brasileira no Pará e no Amazonas padece do desmemoramento flagrante dos seus lugares de memória no quadro patrimonial da história urbana, cujos monumentos e signos simbólicos denotam serem ocos de significado no cotidiano social. A visibilidade que “*Viva a Liberté!*” tem alcançado nas plataformas digitais e nos sítios virtuais contrasta com o seu pouco uso público pelas comunidades acadêmica e escolar da Amazônia no tempo presente.

Todas essas questões se entrecruzaram na cabeça deste autor aquando do aceite ao convite da SECTET/PA para a publicação impressa e em *e-Book* desta obra. Mexer ou não mexer no texto, eis a questão! Nesses 15 anos, entre a defesa da dissertação e sua publicação, foi muito difícil tomar essa decisão. Primeiro por conta da pujança da própria historiografia da Independência Brasileira tem alcançado, com abordagens e interpretações cada vez mais dinâmicas, da qual destaco a “História Atlântica” e a “História Global”, presentes nesta obra enquanto potências na seleção e análise das fontes de pesquisa. Segundo pela amplitude que abordagens de história do cotidiano e dos usos públicos do passado tem alcançado nos espaços virtuais, com *bloggers* e *influencers* digitais sendo investidos de maior autoridade no tema do que os(as) pesquisadores(as) que lidam com suas fontes primárias de ofício. A globalização e o “mercado de ideias” também têm sido, nesse início do século XXI, trampolins cada vez mais atraentes para conteúdos revisionistas, negacionistas e de *fake news*, que atendem aos interesses neoconservadores de invenção de um patriotismo irracional e intolerante social e racialmente dentro do Brasil.

Por conta de toda essa complexidade do tempo presente, a decisão não poderia ser outra a não ser a de manter o texto original da dissertação de mestrado, sem grandes mudanças estruturais. No momento de questionamentos variados que historiadores(as) e professores(as) de História sofrem no bombardeio do “copia-e-cola”

das redes sociais e plataformas de áudio e vídeo, **VIVA A LIBERTÉ! Uma história vista de baixo da Independência brasileira na Amazônia**, título renovado do livro, é, na visão deste que vos escreve, um marco do necessário discurso da Ciência Histórica no trato com o passado da Amazônia. Mais do que nunca, pesquisadores(as) e professores(as) precisamos valorizar as notas de rodapé, que conformam o sumo do nosso árduo trabalho na produção metódica e responsável do conhecimento histórico. Pensemos criticamente antes de taxarmos como “chatos” os registros arquivísticos dos documentos, as fontes impressas e as obras de referencia teórica e historiográfica que conferem confiabilidade à narrativa. Tudo foi mantido, sem preciosismos, mas como uma bandeira de luta e de resistência da nossa profissão, que precisamos afastar da beira do abismo informacional desta geração.

Mas, também pensamos no grande público que, porventura, queira saber mais sobre a Independência brasileira na Amazônia. Para facilitar o avanço da leitura, transformamos tópicos em capítulos, para que o(a) leitor(a) possa ter maior liberdade para escolher entre a leitura da abordagem teórico-metodológica e discussão historiográfica – de maior interesse dos(as) historiadores(as) profissionais –, e a narrativa factualizada do processo revolucionário da Independência brasileira nos diversos rios, vilas e povoações das antigas províncias do Grão-Pará e Rio Negro. Assim, o livro se reveste de uma estrutura própria, um produto que contempla estudantes, profissionais e diletantes da História.

Por fim, não é possível entrever a realização de um projeto sem externar a reconhecida gratidão àqueles(as) que a proporcionaram. Sou deveras grato à Profa. Dra. Edilza Fontes, na condição de Secretária Adjunta da SECTET/PA, pelo fomento ao Projeto de Extensão “Bicentenário da Independência do Brasil no Pará: história, memória e tecnologias”, do qual esta obra foi financiada. Ao Prof. Dr. Francivaldo Nunes, coordenador do referido Projeto, pelo convite para a publicação deste livro, pela minha participação do projeto de *podcasts* “Quem conta a História? O Bicentenário de Independência do Brasil no Pará” e por viabilizar minha entrevista no documentário “Dois Séculos de História: as narrativas sobre a independência do Brasil no Pará”. Agradeço imensamente aos professores Ernesto Padovani Netto, Helison Geraldo Ferreira Cavalcante e Éder Ferreira Monteiro, sócios da Editora e da Produtora Cabana, pela paciência com que sempre compreenderam os atrasos e os silêncios deste professor, que atua em cotidianos por vezes caóticos dentro e fora da Universidade. Agradeço a todos e todas os(as) meus/minhas interlocutores(as) do nosso Grupo de Estudos de Fronteira/CNPq, LabMundi/USP e do GT Nacional Fronteiras e Territorialidades da ANPUH, que abriram oportunidades de divulgação científica deste estudo nos

seus diversos canais de comunicação. Não poderia deixar de externar a minha gratidão aos meus/minhas orientandos(as) de graduação e pós-graduação, que me ajudaram a desdobrar o Projeto de Pesquisa “Adesão do Pará à Independência: memória e ensino de história” e os meus pensamentos sobre a Independência brasileira para o ensino de História, campo em que mais atuo há cerca de 5 anos.

Ananindeua-PA, 24 de Abril de 2023.

Adilson J. I. Brito.

INTRODUÇÃO

INDEPENDÊNCIAS, MARGENS E HISTÓRIAS

“Quem construiu a Tebas das Sete Portas?”
(Bertold Brecht)

*“A sociedade, no seu todo, se revela através do
tratamento que dá as suas margens.”*
(Jean Claude Schmitt)

*“... sou daqueles que acreditam
que o tudo reside no pouco.”*
(narrador de “A dama das camélias”)

UM ESPAÇO DE PENSAMENTO

Este trabalho tem por objetivo discutir as possíveis racionalidades políticas “populares”, produzidas de baixo para cima, presentes no contexto de formação do Estado e da nacionalidade ao longo do processo de Independência brasileira na antiga Província do Grão-Pará. Talvez, essa vinculação entre as ideias de “racionalidade” e “popular”, e ainda entre “popular” e “político”, soassem estranhamente para os homens que compunham os quadros do governo e, por extensão, a camada letrada e intelectualizada da Amazônia, entre meados do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX¹. Porém, essas desvinculações conceituais não se devem somente a uma concepção de sociedade holisticamente restrita ao passado. Grande parte da historiografia que se aventurou a interpretar esse intrincado contexto de formação e estabelecimento do Estado brasileiro e da fabricação do próprio sentimento nacional, persistiu, até muito recentemente, em manter esse desatamento entre o pensamento “informal” produzido pelas camadas semiletradas e iletradas e o mundo que girava em torno do debate mais erudito sobre (e durante) a Independência brasileira.

Aliás, essa desvinculação não exclusiva das sociedades do passado, como se fosse um equívoco de uma cultura que já se transformou o bastante até atingir o atual

momento de democracia em que vivemos no início do século XXI. Quando se pensa em opinião e/ou ideias políticas, ainda continuamos pensando-as como sendo privilégios dos grupos intelectuais que integram as universidades, os institutos de pesquisa, a imprensa, enfim, os variados grupos que produzem conhecimento e informação, que tiveram condições materiais e oportunidades para desenvolver um curso básico e/ou superior. O letramento, nesse sentido, é, por inúmeras vezes, um modo superior de ser e de estar no mundo, visto que constitui um dos grandes critérios para que as pessoas adquiram um lugar respeitável no mercado de trabalho e na própria sociedade. Mesmo nós, que estamos envolvidos nesse universo de conhecimentos acadêmicos formais, por vezes, nos deixamos levar, mesmo que inconscientemente, por elitização do pensamento, como se estivéssemos apartados do mundo no qual, num país como o Brasil, persiste um mar de analfabetos.

O exercício que tentamos desenvolver nesse trabalho foi o de mapear, mesmo que de forma precária, os fragmentos desse universo de pensamentos residuais, ambientados nas práticas cotidianas dos que viviam, trabalhavam, se divertiam, se organizavam, em ambientes muito distantes da política institucionalizada do Estado. Nessas zonas bastante opacas dos registros oficiais, procuramos sugerir a existência de visões de mundo singulares e relativamente articuladas aos debates que estavam sendo travados nos lugares áulicos. Por mais complicado que isso possa parecer à primeira vista, partimos do pressuposto de que tal abordagem somente pode ser produzida tendo em vista que vivemos atualmente um tempo de desilusões relativas à dimensão da razão cartesiana no conhecimento histórico, e que isso produziu um campo de investigação que tem por base a “história experimental”, na qual não é mais possível negar a hipertrofia do sujeito historiador na fabricação do saber sobre o passado². Neste trabalho, faço escolhas e estabeleço prioridades, que tiram o passado dos documentos e o torna uma interpretação e uma narrativa singular. Isso nem de longe quer dizer que os procedimentos metodológicos que utilizei para criticar a documentação e construir uma narrativa sobre o passado estão integralmente no campo da ficção, mas que o que o (a) leitor (a) tem em suas mãos é uma produção de um passado *também* autoral, que está ligado ao presente e ao meu lugar neste tempo presente³.

Posto isto, escolhi me apropriar da documentação disponível para este período a partir do *acontecimento*, tomado nas suas mais diversas articulações e ambigüidades. Tomar esse (des) caminho das racionalidades políticas “populares” logo se apresentou como um campo de múltiplas possibilidades, que não se enquadrava em estruturas ou modelos de qualquer tipo. A opinião pública, conceito importante neste estudo, parecia escapar de uma definição rígida, dada a diversidade de práticas

cotidianas desenvolvidas pelos sujeitos marginalizados, que poderia estar imersa em lógicas muito variadas e, até mesmo, díspares. As atitudes produzidas nos espaços não-institucionais da política e do poder no Grão-Pará da Independência, nesse sentido, foram interpretadas a partir das situações específicas ao sabor dos acontecimentos construídos pelos sujeitos sociais na documentação oficial, mas, quando possível, buscamos fazer a relação com os eventos de cunho mais geral da política provincial e, mesmo, da realidade conjuntural de crise do Antigo Regime no contexto do mundo luso-americano, assim como do advento da possibilidade revolucionária desagregadora desse sistema político e administrativo, que repercutiu na corrosão das bases mais importantes de ordenamento daquela concepção colonial de sociedade na Amazônia.

Como o (a) leitor (a) pode perceber, a proposta de estudo logo se configurou como um grande desafio, pois tínhamos a intenção de apresentar um esboço genérico das diversas lógicas políticas da Independência, fabricadas nas margens sociais e que estiveram presentes no jogo político provincial entre meados do século XVIII e as duas primeiras décadas do século XIX. Essa tarefa logo se revelou inglória, principalmente porque tínhamos consciência de que mapear as expectativas e esperanças das chamadas “baixas esferas” amazônicas requeria a busca de referenciais teóricos e metodológicos que nos proporcionassem trabalhar com uma documentação quase integralmente produzida pelas instituições vigentes na época, o que representava deslocar, quando possível, as práticas e os discursos que constituíam, e eram ao mesmo tempo constituídos, pelo poder.

Para tentar dar conta da complexidade desse processo político, escolhi um corpo teórico multidisciplinar, com destaque para as interessantes reflexões de historiadores políticos da “Escola de Cambridge”, notadamente Reinhart Koselleck, John Pocock e Quentin Skinner, que desenvolveram estudos sobre a história dos conceitos e suas implicações para o estudo das idéias e das práticas políticas. Em seguida, para uma abordagem de história social dessas concepções e comportamentos políticos, me vali dos trabalhos de Edward Palmer Thompson, cujos referenciais de pensamento sobre a “história vista de baixo” iniciaram uma jornada de pesquisa ainda em muito negligenciada pela historiografia. No campo das representações culturais, algumas colocações do notável texto clássico *Notas Críticas sobre uma Tentativa de “Ensaio Popular” de Sociologia*, de Antonio Gramsci, e os trabalhos de uma vigorosa história cultural capitaneada pelos escritos de Roger Chartier e de Carlo Ginzburg, foram pertinentes no sentido de sempre me situar no terreno irregular (e, às vezes, movediço) das expectativas e esperanças dos homens e mulheres livres pobres e escravizados(as) das províncias do Pará e do Rio Negro nos tempos da Independência⁴.

A FABRICAÇÃO DE UMA LACUNA

O interesse pelo campo de estudo do pensamento informal, opiniões amorfas, suposições não-ditas e silenciadas das camadas subalternas da sociedade da Independência, foi fruto de uma grande lacuna deixada pela historiografia política do século XIX e de grande parte do século XX. Primeiramente produzida sob a chancela do Estado imperial, principalmente sob influência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838 com o intuito de fabricar uma memória genuinamente nacional, essa escrita da história cunhou sentidos para o processo de Independência brasileira, cujas narrativas possuíam racionalidade na medida em que eram conduzidas conscientemente pelas camadas letradas das variadas províncias do Império. Parecia interessante considerar o conjunto de acontecimentos que culminaram na Independência brasileira a partir do sentido evolucionista, em que a posição ocupada pelas províncias no processo político fosse vista a partir da ideia da “adesão”, o que sublinhava a noção pacífica de *passagem* em detrimento da ideia de ruptura.

Desse modo, a produção dos primeiros trabalhos históricos representativos sobre a integração do Pará e da Amazônia ao Brasil fizeram parte de um projeto maior de confecção de uma “História Geral do Brasil”⁵, capitaneado pelo IHGB, segundo a tese da *continuidade*⁶ para a Independência, valorizando a interpretação de que o extremo norte, apesar dos obstáculos, deveria integrar mais diretamente o processo pelo qual a colônia teria evoluído em direção à unidade política do Estado-Nação. Em âmbito mais geral, essa historiografia foi diretamente influenciada pelo contexto de construção territorial do Brasil durante o Segundo Reinado, no qual as negociações com a Bolívia para a delimitação da fronteira oeste do território amazônico e o crescimento da importância econômica dessa região a partir do “boom” da economia da borracha (1870-1920) – questões interligadas nas políticas do Império para a região - foram decisivos para a construção de uma memória histórica para a Amazônia integrada ao Brasil, dentro das lógicas da “civilização” e da “modernidade”⁷.

Durante a *Belle Époque*, a intelectualidade local chegou mesmo a ambicionar uma posição “de proa” do Pará na história nacional⁸. A produção histórica deveria, assim, acompanhar a importância do Pará para a consolidação política, econômica e territorial do Brasil como um só geocorpo. A ocorrência de sedições, desordens e revoltas nada mais seriam do que evidências tangenciais que valorizariam a luta pela manutenção de um Estado continental, forte e centralizado, pronto para adentrar a modernidade, sob os auspícios do pensamento e dos costumes europeus. A atuação de líderes políticos nesse contexto, portanto, seria de fundamental importância para a

realidade vivida e para a construção da História do Pará. No campo intelectual, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), em três de maio de 1900, foi sintomática, pois sinalizava para a necessidade de se construir urgentemente uma memória específica para o Estado do Pará em meio ao nascente regime republicano, que mostrasse os traços da continuidade com o período imperial.⁹

Tal foi o sentido dado pelas primeiras três obras de síntese que tentaram descrever os acontecimentos políticos do Pará no contexto independentista: o *Compêndio das Eras da Província do Pará*, de Antônio Ladislau Monteiro Baena¹⁰, os *Motins Políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*, de Domingos Antônio Raiol¹¹ e *A Adesão do Grão-Pará à Independência e outros ensaios*, de autoria do engenheiro João de Palma Muniz¹². Embora produzindo em tempos diversos e compartilhando de visões políticas diferentes, esses autores convergem para uma descrição linear dos fatos político-administrativos através da ação dos grandes vultos, civis e militares, abordados como agentes construtores da unidade brasileira frente às forças separatistas que ameaçavam o Estado e à nação brasileira. Não deixaram de construir uma interpretação histórica com o fim de exaltar e defender a ordem estabelecida, e taxar os movimentos que tiveram a participação ativa das pessoas comuns, livres e escravizadas, como frutos da desordem política reinante entre as próprias autoridades, que não teriam pulso para controlar a situação.¹³ As atitudes políticas situadas fora desses círculos letrados e abastados da província, ou seja, externas ao âmbito declaradamente formal de produção de ideais e doutrinas políticas, eram definidas como irracionais e desprezadas enquanto possibilidades de construção do presente e do futuro.

A produção intelectual dos Institutos Históricos no cenário nacional começou a perder gradativamente terreno a partir de meados da década de 1920, quando a urbanização e a industrialização colocaram um novo leque de questionamentos e possibilidades de interpretação do processo histórico, com vistas voltadas para a questão da modernidade.¹⁴ A *intelligentsia* desse período teve como lugar de pensamento compreender o processo pelo qual o país adentrou às relações de dependência econômica na divisão internacional do trabalho, a partir do período posterior à I Guerra Mundial. Entendia-se como importante retomar o passado e interpretá-lo à luz de suas *persistências*, para apreender a realidade vivida entre as décadas de 1920 e 1980. A temática da Independência brasileira, portanto, foi recolocada em questão. A oportunidade para se fazer um balanço historiográfico de 1822 e suas repercussões se deu nas comemorações do Sesquicentenário da Independência em 1972.¹⁵ Nesse momento, a temática independentista foi fruto de reflexões diversas de sociólogos, economistas e

cientistas políticos, através de teorias e métodos estruturais, que inseriam esse conturbado momento político em um processo mais amplo de crise das relações coloniais. Desse modo, era preciso analisar 1822 a partir da passagem do Antigo Sistema Colonial para o sistema mundial de dependências.¹⁶

No plano amazônico, as políticas públicas direcionavam a região para o processo de integração ao cenário econômico brasileiro e mundial, através de criação de órgãos como a Superintendência para a Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), criada em 1953, e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), fundada em 1966. O pensamento local buscou a necessidade de desconstrução da Amazônia como aquela fronteira distante da civilização e da nacionalidade, para inseri-la na estrutura da produção econômica nacional. Desse modo, muito contribuiu para essa visão a obra de Arthur Cezar Ferreira Reis, da qual merece destaque o artigo *O processo de independência no Norte*¹⁷, em que procurou inserir a Amazônia dentro de um complexo de relações econômicas que interessavam ao Brasil no plano mais amplo da economia mundial, assim como a importância da região para o projeto de unidade nacional. O processo de Independência do Pará faria parte da integração à unidade territorial e à economia de mercado brasileiros sob os imperativos da crise do exclusivismo colonial. Essa interpretação macro-histórica teve como eixo a inserção da Independência local nas estruturas em crise do “sistema colonial”, na qual os eventos políticos continuam centrados na ação dos estadistas e de seus projetos para a região, e pouco levaram em consideração os movimentos desestruturadores de um Brasil pensado *a priori* como uma unidade política e territorial.

Fazendo um relativo contraponto a essa abordagem, uma historiografia analítica sobre a Independência no Pará emergiu no mesmo período, caracterizada pelas obras Mário Barata, *Poder e Independência no Grão-Pará*¹⁸, Vicente Salles, *O Negro no Pará*¹⁹, e Pasquale Di Paolo, *Cabanagem*²⁰. Essa historiografia foi produzida sob o impacto do golpe civil-militar de 1964: o país mergulhava na Ditadura Militar (1964-1985). Nesse contexto, a comemoração do sesquicentenário da Independência influenciou outro eixo de interpretação, que localizava os embates da emancipação na “curta duração” dos eventos políticos. No campo da oposição ao regime autoritário, a Independência brasileira passou a ser analisada como um processo “cruento”²¹, se opondo frontalmente à interpretação de um “desquite amigável”²² entre Brasil e Portugal alimentado pelos “evolucionistas”. Os movimentos de protesto anti-militaristas trouxeram de volta a questão da revolução como categoria de compreensão da história através da noção de *ruptura*, assim como a importância dos eventos políticos na explicação dos processos históricos. Fazia-se necessário tornar candentes os movimentos

políticos do passado que envolveram as “massas” excluídas pelo poder institucional, suas formas de luta e suas opções políticas. Identificar possíveis projetos “revolucionários” no passado representava inventar uma tradição de embate e contestação que estaria presente no povo brasileiro em toda a sua história.

Ainda que não centrada especificamente na temática da Independência brasileira e nem produzida por historiadores profissionais, essa bibliografia marcou a influência das abordagens marxistas na historiografia paraense. A utilização de conceitos como “luta de classes” e “revolução” evidenciou uma narrativa que procurou dar maior visibilidade aos eventos políticos e aos conflitos sociais, a partir da reflexão acerca da consciência de classe e o papel da vanguarda dos movimentos políticos de oposição. A atuação de vultos como o Cônego Batista Campos, Felipe Patroni, Frei Zagalo, dentre outros, detinham racionalidade na medida em que a eles cabia o papel de detentores e divulgadores da doutrina liberal na província.²³ A abordagem feita das posturas políticas das “massas” – sob a denominação de “caboclos” – continuava desprovida de autonomia, necessitando de lideranças supostamente esclarecidas para atingir o ideal maior da Revolução. Os extratos sociais mais baixos da sociedade, portanto, longe de possuírem o domínio sobre o momento político e de seus embates, são colocados em cena atuando em papéis de figurantes e não de protagonistas da história, incapazes de construir visões de mundo originais sobre o momento político vivido nas províncias amazônicas.

Os trabalhos desse período tiveram como mérito considerar manifestos sujeitos históricos e sua participação no processo de Independência brasileira até então silenciados pela historiografia da virada do século XIX para o XX. De certa forma, prepararam o terreno para teses e dissertações com a proposta de revisitar a temática sob o olhar de abordagens, problema e objetos novos; revelar outros aspectos também relevantes para a compreensão da conjuntura política brasileira e paraense da primeira metade dos anos noventa. Nesse ínterim, destacaram-se os trabalhos de Geraldo Mártires Coelho, *Anarquistas, Demagogos e Dissidentes*²⁴ e o de José Alves de Souza Júnior, *Constituição ou Revolução*²⁵, podem ser consideradas como produções dessa recente historiografia regional sobre a Independência brasileira no Pará.

Esses dois trabalhos demonstraram parte da complexidade vivida pela sociedade paraense no curso da emancipação, principalmente a diversidade de posicionamentos políticos entre as elites regionais, assim como as influências da imprensa “vintista” em meio ao debate político que se travava no centro do poder provincial. Tal multifacetamento de projetos implodiu definitivamente com a clássica oposição entre “brasileiros” e “portugueses”, lançada desde a virada do século XIX para o XX, com

as obras de Domingos Antônio Raiol e João de Palma Muniz, para fazer emergir um novo panorama de relações sociais imersas no intrincado jogo político posto entre as camadas dominantes da província e nas múltiplas possibilidades de futuro e da imprevisibilidade dos acontecimentos. Descortinavam, ainda, a complexidade do processo político independentista, cujo esteio da análise estava relativamente centrado na baliza do acontecimento, o que rompia tacitamente com a naturalização de conceitos até então imaculados pelo debate historiográfico, como foi o caso da noção de “nativismo”.

Uma história política renovada passou a considerar o espaço público como espaço privilegiado das relações sociais.²⁶ A grande participação popular no processo de abertura política e o processo de redemocratização do país permitiram a visualização da política e do poder por outros ângulos: imprensa, grupos letrados, iletrados, etc. Dessa forma, o poder passou a ser descentralizado da esfera do estado e das instituições de poder político, para adentrar outros lugares de relações. Os recortes feitos sobre a sociedade, todavia, mantiveram os focos de análise sobre a Independência nas obras de Geraldo Coelho e Souza Jr., sobre a interpretação do processo político a partir das atitudes e visões das camadas letradas da sociedade, ou seja, os debates políticos que se davam ao nível das elites dirigentes acerca das ideias ilustradas difundidas pela Regeneração Vintista portuguesa. Os modos de agir das camadas subalternas continuaram sendo abordados periféricamente nas relações de força e nos debates sobre o estatuto do Brasil em geral, e do Pará em particular, em relação às deliberações das Cortes Constituintes de Lisboa.

A PRODUÇÃO DE UM LUGAR DE TRABALHO

O que se quer fazer aqui tem menos relação com uma desconstrução dessa recente historiografia, do que trazer à baila outras perspectivas de pesquisa e compreensão daquela intrincada realidade política emancipacionista. Entendemos que é preciso diversificar os ângulos dos estudos, levando em conta as perspectivas das camadas empobrecidas, para melhor compor um retrato da sociedade da independência em suas múltiplas facetas, em sua complexidade. As formas de agir e de pensar de negros, caboclos, índios e homens brancos pobres, em suas diversas condições sociais, possibilita a emergência de um quadro ainda pouco conhecido da maioria dos historiadores locais e de outras regiões do país, notadamente em uma região de fronteira como a do Grão-Pará. Desse modo, propomos com esse trabalho o aprofundamento da pesquisa sobre as expectativas e esperanças desses que também se definiram em muitas situações como sujeitos construtores do que consideravam ser a pátria. Consideramos,

ainda, que o trabalho nessa linha da história marginal ainda é um campo em construção²⁷ na história social e política local, posto que, tradicionalmente, o “político” e o “popular” foram pensados de formas distintas e, muitas vezes, em campos opostos.

Nesses termos, uma questão se coloca como fundamental: como as pessoas comuns, semi-letradas e iletradas da sociedade, que subsistem nas áreas urbanas e rurais, compreenderam os debates políticos que se dão nos partidos e nos centros do poder instituído? Dito de outra forma: que compreensões populares são construídas do poder político institucionalizado? Esses questionamentos procuram propor outros ângulos de análise histórica ainda pouco explorados pela historiografia que tratou do processo de Independência brasileira. O enfoque dado às representações²⁸ e experiências²⁹ dos sujeitos oriundos das margens do poder político institucional em face da conjuntura independentista vivida no Grão-Pará na primeira metade do século XIX procura dar visibilidade à dita “história feita pelo povo”³⁰, ou seja, às atitudes, comportamentos, idéias, leituras do real, formas de agir e de se organizar, construídos pelas camadas marginais da sociedade.³¹

Esses grupos sociais marginais que integravam a sociedade paraense provinham das camadas de homens livres lavradores, pequenos proprietários, trabalhadores urbanos e escravos. Entremeciam-se no dia-a-dia do ambiente urbano, das roças do interior, dos espaços de lazer e de culto, o que, metodologicamente, significa considerar os indícios menos visíveis em situações diversas do dia a dia desses grupos.³² As leituras políticas que esses agentes construíram do processo de Independência brasileira tinham relação com os lugares que ocupavam na hierarquia social, o que significa termos que considerar a importância da escravidão na organização daquela sociedade. Dessa forma, o enfoque dado ao envolvimento das camadas não-brancas em levantes, sedições e deserções parte da consideração crítica à denominação “massa”, freqüentemente adotada em análises quantitativas e seriais da documentação e própria de modelos estruturais de explicação econômico-social, ineficiente para o estudo das ideias e dos comportamentos políticos. As racionalidades construídas através de atitudes residuais do cotidiano revelam a abrangência e a complexidade das práticas e lógicas sociais situadas às margens da sociedade e, portanto, uma reintrodução desses agentes marginais nos grandes processos históricos, assim como nas instâncias do poder político.

Os estudos de caso, nesse sentido, permitem adentrar um universo de experiências sociais dentro de redes singulares de significados simbólicos³³ das ações sociais, em cuja senda se desenvolve as variadas racionalidades do povo; escutar o real, a partir das singularidades dessas ações, as lógicas através das quais esses sujeitos percebem as estruturas econômicas e as redes de poder assim como definem

suas divergências e estratégias de oposição. A “desordem”, assim, perde o caráter de animalidade e irracionalismo, que marcou profundamente a historiografia do século XIX e de grande parte do século XX, para adquirir formas de razão próprias, originais e diferentes daquelas construída pelas camadas que possuíam acesso à informação e às doutrinas políticas.³⁴ Em suma, demarca um lugar de trabalho, que proporciona estudos sobre as concepções não-formalizadas, os projetos amorfos, em conexão com os elementos da cultura popular³⁵ sobre um dado contexto político de ruptura, como é o caso da independência.

Dessa forma, outras perspectivas de construção de uma nova *história política*³⁶ se apresentam para o campo da Independência brasileira na Amazônia. A interdisciplinaridade com as Ciências Sociais (Antropologia, Sociologia, Ciência Política) tem mostrado as inúmeras possibilidades de se abordar o poder a partir de outros referenciais, que não os dos grupos dirigentes, Estado e instituições.³⁷ O lugar do político deixa de ser estaque fixo em um centro de onde o poder irradia, para adentrar a dinâmica da sociedade, de suas práticas e representações. As desordens e os levantes protagonizados por soldados e oficiais inferiores das tropas, milícias e ordenanças podem ser vistas como atitudes políticas na medida em que impõe limites às formas de controle do poder, como também lançam imagens desse mesmo poder.

A relação política possui, nessa perspectiva, uma outra natureza; se estabelece sobre outro parâmetro de análise: os dispositivos simbólicos e as práticas fortemente codificadas. As concepções políticas se entrelaçam aos modos de vida e aspirações cotidianas e das experiências comuns construídas no social, através da política desfigurada nas relações sociais, ou seja, se incluem no domínio do vivido. Os protestos, nesse sentido, se dão a partir de interesses e projetos forjados no decorrer dos acontecimentos, na luta contra os mecanismos de imposição e interdição ditados a partir do topo da hierarquia social.³⁸

A CONSTRUÇÃO DE UM MÉTODO DE PESQUISA

Todas as vezes que a pesquisa histórica se orienta para novos territórios de imediato surgem questionamentos sobre a viabilidade dessa história dentro de parâmetros aceitos pela academia como “científicos”. A confecção de uma “história dos marginais” desde sempre tem se debatido com uma questão central: existem documentos específicos que consintam em responder a novos problemas? Existem fontes que permitam dar conta das experiências individuais e coletivas dos que vivem à margem da sociedade? Como ressaltar as experiências dos exclu-

ídos da ordem social se estes, em muitas temporalidades, não nos legaram sequer uma linha de suas práticas de vida e sentimentos?

O repertório de fontes históricas do período colonial e imperial brasileiro disponíveis para a pesquisa foi produzido, em sua quase totalidade, a partir do centro do poder, representado pelas instituições oficiais da administração, e não das margens políticas e sociais. O historiador que se lance à empreitada de uma “história vista de baixo” trabalha em arquivos cuja documentação preservada é proveniente do poder político-administrativo (executivo, judiciário, militar, religioso, cartoriais, registros de terras, inventários, testamentos, etc.). É uma documentação institucionalizada, mediada pelas regras e pelo discurso oficial. O achado de testemunhos diretos das bordas sociais ainda é um sonho muito desejado, pelo menos para quem estuda a sociedade da Independência brasileira na Amazônia. Tivemos que lidar com a questão dos limites impostos pelas fontes. Limites do próprio conhecimento histórico, que, como qualquer outro tipo de conhecimento, é incompleto e fragmentário.³⁹

Num primeiro plano, consideramos a documentação judiciária como um todo (autos de devassa, autos de denúncia, requerimentos, autos de injúria, autos de sumário de testemunhas, autos de vistoria, cartas de sentença e petições), em busca de indícios da participação de homens livres e forros em desordens ou levantes. O contingente de homens livres pobres e escravizados e ex-escravizados, recrutáveis em momentos de grande agitação e de aumento de deserções, foram considerados como integrantes, em potencial, das tropas regulares, na capital, e das tropas auxiliares e ordenanças, no interior da Província do Grão-Pará.

A correspondência trocada entre instâncias do governo, abundante no Arquivo Público do Estado do Pará, perfaz a parcela maior de fontes à disposição. Organizada em códices e caixas bastante irregulares do ponto de vista das localidades da vasta Província do Pará, essa documentação é basicamente composta da correspondência oficial entre as instâncias administrativas das vilas, lugares e povoações com o governo da província e vice-versa (de diversos com o governo, da metrópole com os governadores, da secretaria dos negócios da justiça, ofícios da Junta à Greenfell e Cochrane, de diversos com o comando militar do baixo Amazonas, manuscritos, miscelânea), além de legislação e decretos de governo, como cartas régias, alvarás, decisões, termos de fiança e de homenagem, registros, provisões e patentes. Ao folhear muitos códices, que contém mais de quatrocentos documentos cada, fiz achados interessantes de muitos requerimentos e petições feitas por moradores de Belém e do interior ao Rei de Portugal e ao Imperador na Corte do Rio de Janeiro, autos de devassa inteiros envolvendo ladrões, desordeiros e subversivos de condições sociais diversas.

Essa documentação foi complementada pelas variadas determinações da coroa portuguesa sobre o Grão-Pará (alvarás, cartas régias, decisões, circulares, decretos-leis) provenientes do Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Portugal, contidas na *Documentação Histórica Barão do Rio Branco* do “Projeto Resgate”. Os documentos manuscritos avulsos das Capitanias do Pará e Rio Negro puderam demonstrar as várias ordens do governo metropolitano sobre revoltas, deserções e desordens que assolavam a realidade provincial.

A mesma importância assumiu a documentação do Arquivo Público *Jordão Emerenciano* de Pernambuco (coleção ofícios do governo, coleção presidentes de províncias, coleção correspondências para a corte), que, sendo uma província catalisadora de correspondências de praticamente todas as províncias do “norte” do Estado do Brasil, revelaram envio de tropas, além de levantes de militares no Grão-Pará e Maranhão. A presença de revolucionários pernambucanos nas regiões de fronteira do Pará é indiscutível e geralmente vista com extrema desconfiança pelos governadores locais, tal foi seu envolvimento em desordens e atividades subversivas do sossego público. Em alguns momentos, essa documentação nos serviu em discussões comparadas entre as conjunturas políticas do norte e do extremo norte da colônia e do império, sobretudo quando essas realidades passaram a ser interligadas pelas possibilidades de revolução.

A presença de negros e negras, indígenas, mestiços e mestiças, brancos e brancas pobres em revoltas e desordens em toda a província do Grão-Pará não foram contingenciais e não podem ser tangenciadas nos estudos da Independência brasileira na Amazônia. Suas motivações em participar dessas lutas não foram simplesmente frutos do afrouxamento do nervo da disciplina social e também não foram simples seguidores de partidos independentistas. A independência se afigurou a esses indivíduos com possibilidades diversas de transformação da realidade em que viviam, numa conjuntura de grande aceleração temporal a partir de 1790, na qual uma sensação de mudança nas estruturas começou marcar os registros documentais.

No primeiro capítulo, buscamos tratar das possíveis influências revolucionárias sobre o Grão-Pará entre o fim do século XVIII e o início do XIX, questionando, fundamentalmente a noção de opinião pública que se tinha na época e inserindo os diversos espaços de sociabilidade em que as pessoas comuns podiam ter conhecimento tanto do que se passava fora das províncias, como dos projetos políticos que eram defendidos externamente. Com isso, esses espaços de fronteira emergem como fundamentais para compreender os inúmeros nexos que ligavam a província do Pará ao contexto mais amplo de relações marginais de outros domínios estrangeiros e das

próprias províncias vizinhas do Pará. O objetivo é apresentar um campo de possibilidades para que práticas políticas cotidianas pudessem ter vínculos com as esparsas informações que adentravam a província.

A partir dessa constatação, partimos para delinear o ambiente intelectual em Belém e, eventualmente, no interior da Província do Grão-Pará, no contexto das repercussões do movimento constitucionalista iniciado em 1820 na cidade do Porto e da Independência, para compreendermos que possível arcabouço de idéias circulava na cultura erudita local e que vínculos poderiam possuir com as camadas iletradas da sociedade (escravizados, forros e homens livres). Definir esse debate no segundo capítulo nos pareceu interessante para adentrar o universo das culturas políticas e, mais especificamente, os fios que teciam uma *cultura política* popular da Independência brasileira e, daí sim, delinear um campo de possibilidades em que esse ideário pudesse ter circulado nas margens da sociedade. Optamos por discutir o advento dessa modernidade política na Amazônia a partir de possíveis mudanças de comportamento sugeridas por algumas situações que se passavam por toda a Província. Com isso, trabalhando no limite da subjetividade das fontes, procuramos apresentar um retrato das atitudes políticas que os agentes da “desordem” desenvolviam no cotidiano de relações nos povoados, vilas e na capital da província, para inferirmos em que medida poderiam estar sendo influenciadas pelas retóricas revolucionárias ou reformistas que se espalhavam pelo Pará.

Por último, no terceiro capítulo, procuramos abordar o processo de independência do extremo-norte da América portuguesa a partir das *noções de instabilidade e imprevisibilidade*, que marcaram profundamente o contexto interno da província a partir da adesão ao projeto político centrado no Rio de Janeiro. O dia 15 de agosto de 1823, marco histórico da integração do Pará ao Império Brasileiro, representou o princípio de uma conjuntura política que ameaçava cair no caos completo, notadamente por causa da generalização de movimentos revolucionários que, embora irradiados primeiramente da capital da província, ganharam consistência, visibilidade e poder em variadas vilas e povoações do sertão amazônico. A “desordem”, com isso, era uma possibilidade bem real que diluía qualquer situação definida da política interna, fazendo com que as possíveis soluções para o problema dos levantes de soldados, índios e negros escravos, estivessem submetidas aos rumos incertos que os acontecimentos tomavam a cada dia. Nesse sentido, procuramos discutir os possíveis projetos populares nesse momento a partir de três conjunturas pouco discutidas pela historiografia, localizadas nas regiões do baixo Tocantins, do alto e médio Amazonas e, finalmente, na chamada região do salgado que fazia fronteira com a província do Maranhão.

Pessoas que viveram e vivem nas margens ou mesmo excluídas da sociedade confeccionaram e confeccionam experiências nas quais estão presentes suas razões de ser e de pensar o mundo. A simples mudança de foco para os olhares desses sujeitos já é o suficiente para reconstruirmos uma história mais democrática, fora do silenciamento que há muito caracteriza sua escrita. A impossibilidade de construção de uma “história total” nos coloca frente a constante (re) invenção do passado, sempre a partir de outros referenciais, “brechas”, que possam nos apresentar ângulos diferentes do social no tempo. Essa é mais uma dessas muitas histórias, margens e independências.

Notas

1 Como bem observou Roger Chartier em suas considerações sobre a cultura política no início da modernidade dos séculos XV e XVI. CHARTIER, Roger. Cultura política e cultura popular no Antigo Regime. In: A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 189-193.

2 Cf. BOUTRY, Philippe. Certezas e Descaminhos da Razão Histórica. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 66.

3 CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 65-119.

4 Embora tenhamos utilizado mais de uma obra por autor, consta aqui as principais. GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 10ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995; CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990; GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum: estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998; POCOCK, John. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003; KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006; SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

5 Esse projeto político, patrocinado pela própria Coroa em 1854, teve como expressão maior Francisco Adolfo de Varnhagen, que, curiosamente, se encerrou antes da narrativa sobre o processo de independência. A separação política de Portugal foi descrita em outro tomo separado e editado em 1916 também pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Lemmert, 1854; VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História da Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: IHGB, 1916.

6 Para uma abordagem historiográfica da independência sobre as óticas da *continuidade* e da *descontinuidade*, ver COSTA, Wilma Peres. A independência na historiografia brasileira. In: JANCÓSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005, p. 53-118

7 Uma das formas de se construir o Brasil nesse contexto foi a de definir os contornos territoriais do país, através da preservação da unidade política. Ver MOTA, Carlos Guilherme. Idéias de Brasil: formação e problemas (1817-1850). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.) *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000): Formação: histórias*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2000, p. 197-238; Esse projeto já

tinha sido delineado para a Amazônia desde os embates da Cabanagem, cujo objetivo estava centrado na integração da fronteira extrema do norte do nascente Império. Cf. RICCI, Magda Maria de Oliveira. O Fim do Grão-Pará e o Nascimento do Brasil: Movimentos Sociais, Levantes e Deserções no Alvorecer do Novo Império (1808-1840). In: DEL PRIORE, Mary e GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Os Senhores dos Rios: Amazônia, Margens e História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, p. 166-167.

8 FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Eternos Modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929*. Doutorado. Campinas, Unicamp, 2001. 2001. 316 p. Tese (Doutorado em História) – IFCH, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2001.

9 Cf. CRUZ, Ernesto Horácio da. O Instituto através do tempo. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*. Volume XV, Belém, 1968, p. 19-21.

10 Segundo o historiador Arthur Vianna em seu esboço biográfico de Antonio Ladislau Monteiro Baena, o “Compêndio das Eras da Província do Pará” foi pela primeira vez publicado em 21 de março de 1833, como parte de um trabalho de catalogação e organização da documentação oficial para compor um levantamento estatístico sobre o Pará. Estigmatizado por ter sido contrário à causa da Independência brasileira, Baena organizou quase toda essa obra na prisão do quartel das Mercês, onde, em 1822, trouxe à lume o texto “Nota da urgente necessidade de formalizar-se um Cadastro do Brasil que envolva todos os princípios estatísticos”. A partir desses escritos, Baena seria nomeado secretário de uma comissão formada pelo presidente José Joaquim de Oliveira para produzir um quadro geral da província do Pará. Ver: BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969.

11 Publicado originalmente em dois tomos, respectivamente, em 1865 e 1868, os “Motins Políticos” de Domingos Antônio Raiol se constitui em obra de referência sobre os conflitos que grassaram na província do Pará entre a adesão da sociedade política local ao projeto constitucional de Lisboa até os lutosos dias de eclosão da Cabanagem em 1835. Influente político do Império, tendo sido presidente da província e senador do Império, Raiol reuniu uma vasta documentação existente no Arquivo Público do Pará e no Arquivo Nacional, além de entrevistas com contemporâneos dos acontecimentos, integrando-os em uma narrativa dos fatos políticos considerados mais importantes para a consolidação da monarquia no extremo norte. RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos: ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.

12 Esta obra composta por vários artigos de Palma Muniz, juntamente com outros textos dos integrantes do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, foi primeiro editada em 1923, como uma edição comemorativa da revista do referido instituto em homenagem ao centenário da Independência no Pará, o que também marcava o primeiro momento de júbilo da reabertura do IHGP em 1817, posto que tinha estado praticamente desativado desde 1905. Possuímos, no entanto, uma reedição de 1973, quando o governo do Estado patrocinou o relançamento daquele número da revista em comemoração ao sesquicentenário da Independência. MUNIZ, João de Palma. *Adesão do Grão-Pará à Independência e outros ensaios*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973.

13 Segundo Raiol, acontecimentos políticos que marcaram a Independência local e que desembocaram na Cabanagem em 1835, estariam vinculados a duas “leis infalíveis”: a da “variação do princípio da autoridade” e a do mau exemplo das camadas superiores da hierarquia social da província. RAIOL, *op. cit.*, p. 345-346. Para um tratamento historiográfico sobre os “Motins Políticos”, ver: RICCI, Magda Maria de Oliveira. *História Amotinada: Memórias da Cabanagem*. In: *Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas*. Belém, v. 12, n. 1 / 2, jan/dez. 1993, p. 16-19

14 COSTA, *op. cit.*, p. 74-75.

15 Um balanço historiográfico específico sobre a independência foi lançado nesse ano, com o intuito de apresentar outras “dimensões” da independência tanto estruturalmente, como conjunturalmente. Ver: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: Dimensões*. 2ª edição, São Paulo: Perspectiva, 1986.

16 O trabalho que consolidou essa visão estruturalista da independência como uma “crise do sistema colonial” foi o de Fernando Novais, gerando, no mesmo caminho em âmbitos mais regionais, uma série de interpretações históricas. NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.

- 17 REIS, Arthur Cezar Ferreira. O processo de independência do norte. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: Dimensões*. 2ª edição, São Paulo: Perspectiva, 1986, p. 187-204.187-204. Em outro trabalho de síntese, o autor explicitou bem mais sua ideia de integração da Amazônia ao processo de expansão lusitana. Ver: REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A política de Portugal no vale amazônico*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1940. O autor exerceu diversos cargos superiores durante o debate sobre a integração da Amazônia, entre eles o de superintendente da SPVEA e o de governador do Estado do Amazonas, além membro do IHGP.
- 18 BARATA, Mário. *Poder e Independência no Grão-Pará (1820-1823): gênese, estrutura e fatos de um conflito político*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973/1974. Esta obra foi fruto de um concurso de monografias promovido pelo Conselho Estadual de Cultura em conjunto com a Universidade Federal do Pará, nas comemorações em homenagem ao Sesquicentenário da Adesão do Pará à Independência.
- 19 SALLES, Vicente. *O Negro no Pará: sob o regime da escravidão*. 2ª edição, Belém: Secretaria de Estado de Cultura/Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”, 1988. A primeira edição data do ano de 1964.
- 20 Monografia vencedora no concurso comemorativo do 150º aniversário do movimento cabano, traz uma proposta vinculada ao campo de análise sociológica do marxismo, tentando estudar a “outra história”, ou seja, a história da atuação do “homem como ser social, como povo”. DI PAOLO, Pasquale. *Cabanagem: a revolução popular da Amazônia*. 2ª edição, Belém: CEJUP, 1986.
- 21 A abordagem crítica da independência como um processo “incruento” foi inaugurada por José Honório Rodrigues, que abordou o processo através da lógica dos conflitos diversos, especialmente os de caráter militar, no contexto de crise da economia agro-exportadora (1929). RODRIGUES, José Honório. *Independência: revolução e contra-revolução*. São Paulo: Francisco Alves, 1975.
- 22 A tese de um “desquite amigável” entre Brasil e Portugal foi lançada por Oliveira Lima no caminho das obras do IHGB, cuja interpretação sobre o processo de Independência ressaltou a importância do legado ibérico na construção do Estado Nacional brasileiro, ao mesmo tempo em que se enfatizou o caráter pacífico do povo brasileiro, tradicionalmente contrário às mudanças políticas bruscas, à sangria das revoluções e às adesões. LIMA, Manuel de Oliveria. *O movimento de independência, 1821/1822*. 6ª edição, Rio de Janeiro, Topbooks, 1997.
- 23 Um dos trechos emblemáticos dessa historiografia pode ser encontrado na obra de Vicente Salles, no qual “[...] A fricção social, fermentada longos anos, ganhou expressão política quando a massa da população identificou seus anseios com o jogo de uma das facções, engrossando suas fileiras. Politicamente, esta foi a vitória da facção que representava um ideal político brasileiro, nacionalista, mas essa vitória foi, além disso, a geratriz de uma atitude política nova em nosso meio”. SALLES, *op. cit.*, p. 244.
- 24 Pesquisado em sua quase totalidade em arquivos portugueses, o autor discute detidamente a introdução da imprensa na antiga província do Grão-Pará e o preponderante papel na difusão dos ideais regeneradores da insurreição lusitana de 1820 sobre as estruturas do poder colonial na província. COELHO, Geraldo Mártires. *Anarquistas, Demagogos e Dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822*. Belém: CEJUP, 1993.
- 25 O cerne da dissertação de mestrado do autor consiste em explicitar os embates políticos no processo de independência através da formação de tendências políticas: os “absolutistas”, os “constitucionalistas” e os enfim, “independentistas”. Traçando a trajetória histórica de constituição dessas tendências, o autor mergulha nas origens das classes dirigentes do Pará e recupera a própria constituição do poder na província. SOUZA JR., José Alves de. *Constituição ou Revolução: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Fillippe Patroni (1820-1823)*. Dissertação (Mestrado em História) – IFCH, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 1997.
- 26 Algumas dissertações de mestrado têm valorizado este período, trazendo outras perspectivas de análise de uma história social da Independência brasileira no Pará. Nesse sentido, ver: NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. *Razões para desertar: institucionalização do exército no Estado do Grão-Pará no último quartel do século XVIII*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – NAEA, Universidade Federal do Pará, Belém/PA, 2000. LIMA, Ana Renata Rosário de. *Revoltas Camponesas no Vale do Acará – Grão-Pará (1822-1840)*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – NAEA, Universidade Federal do Pará, Belém/PA, 2002. SOARES, Eliane Cristina Lopes. *Roceiros e vaqueiros na Ilha Grande de Joanes no período colonial*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – NAEA, Universidade Federal do Pará, Belém/PA, 2002.

27 COSTA, *op. cit.* p. 109.

28 Trabalhamos aqui especificamente com o conceito de “representação” elaborado por Roger Chartier, para quem as formas de dar a ler uma realidade constitui uma entre tantas práticas políticas situadas nas divisões construídas pela sociedade. CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa, Difel : Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

29 O conceito de “experiência” adotado aqui foi elaborado por Edward Palmer Thompson na crítica feita ao pensamento de Louis Althusser sobre a autonomia da superestrutura (ideologias) em relação ao vivido social. THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: críticas ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

30 Boa parte dessa abordagem foi produzida sob a alcunha de *history from below* – ou história vista de baixo - durante as décadas de 1950 a 1970 na Universidade de Oxford, Inglaterra. Para um balanço dessa produção, feita em homenagem a Georges Rudé, considerado um dos primeiros a pensar uma “história da multidão”, vide: KRANTZ, Frederick (org.). *A outra história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1990. SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 39-62. THOMPSON, Edward P. *A peculiaridade dos ingleses e outros artigos*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 185-202.

31 Trabalhamos com o conceito de “marginal” como aquele que é colocado à margem pela sociedade dominante, mas que pode ser integrado através do critério da “utilidade social”, quando a integração desses agentes indicar “algum tipo de proveito material”. SCHMITT, Jean Claude. A história dos marginais. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (orgs.). *A Nova História*. Coimbra: Almedina, 1990, p. 394-423.

32 Baseado no método conjectural de Giovanni Morelli para diferenciar uma obra de arte verdadeira de sua cópia, através dos elementos menos perceptíveis da pintura, Carlo Ginzburg identificou a expansão de um método silencioso de análise das ciências sociais em meados do século XIX: o método indiciário. Os resíduos, os dados marginais, de uma dada sociedade podem servir de “sinais” para descobrir janelas novas, que deem acesso a aspectos fundamentais de indivíduos, grupos e até sociedades inteiras, que passaram despercebidos de outros estudiosos. Cf. GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.143-179.

33 Geertz denominou “descrição densa” ao método crítico da etnografia (método descritivo do antropólogo) sobre uma sociedade, pois levaria em consideração o caráter simbólico das ações sociais, ou o que significam para esse social humano, em oposição à descrição superficial, somente centrada em aspectos exteriores (e óbvios) das ações em si mesmas. Essas estruturas culturais são complexas, circunstanciais, “amarradas” umas às outras, e, por isso mesmo, fogem a qualquer arquétipo ou teoria pré-estabelecida pela ciência, como por exemplo, o behaviorismo e a fenomenologia. GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1989, p. 13-41.

34 Um balanço historiográfico sobre as diversas racionalidades do povo na França, feita por Dominique Julia, demonstra as diversas possibilidades teóricas e metodológicas de se trabalhar as ações populares fora de modelos teóricos de explicação, dentro de uma visão crítica sobre a “nova história” demográfica e quantitativa. JULIA, Dominique. A Violência das multidões: É Possível Elucidar o Desumano?. In: BOUTIER; JULIA, *op. cit.*, p.217-232.

35 A possibilidade de se pesquisar as idéias em relação ao contexto social em que foram produzidas foi levantada a partir da história intelectual anglo-saxônica e norte-americana, que, partindo dos níveis letrados ou das elites como centro, caminhou lentamente para o nível iletrado ou popular, a margem. DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.175-197. Para um balanço historiográfico sobre a história das idéias, vide: FALCON, Francisco. História das idéias. In: *Dominios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 91- 125.

36 A negação da história política do século XIX e a diversificação dos referenciais de análise para a história política têm sido temáticas correntes entre historiadores franceses e ingleses. Ver: JULLIARD, Jacques. A Política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. REMOND, René. Uma história presente. In: REMOND, René (org.). *Por uma história*

política. 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 13-36. BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Lisboa: Minerva, 1999, p. 43-66. FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S. ; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro, Campus, 1997, p. 61-89.

37 Essa perspectiva teórica de descentralização do poder foi primeiramente apresentada por Michel Foucault, o que abriu novos caminhos para o estudo da política a partir de lugares históricos até então pouco conhecidos pelos historiadores: família, escola, prisões, hospitais, hospícios, polícia, fábricas, oficinas, etc, enfim, no cotidiano de cada indivíduo ou grupo social. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. FALCON, *op. cit.*, p. 75.

38 Nesse sentido, a noção de uma classe que se estrutura paulatinamente no processo político de acordo com certos interesses comuns, o “fazer-se” (“*to making*”), como demonstra Thompson, é um importante referencial teórico desse trabalho. THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

39 SCHMITT, *op. cit.* p. 418.

PARTE I

**ESPECTROS
DE REVOLUÇÃO**

CAPÍTULO 1

ESFERA PÚBLICA E INDEPENDÊNCIA

A opinião pública... Por entre os dedos do historiador, a noção escapa como areia.¹

Compor um retrato intelectual de uma província situada nos confins do Novo Mundo considerado “civilizado” pelos portugueses dos dois lados do Atlântico entre o fim do século XVIII e a primeira metade do século XIX, pode não ser considerado tarefa tão fácil de realizar. Ainda mais se ponderarmos que o adjetivo “intelectual” pressupõe todo um conjunto de habilidades relacionadas aos dotes do espírito e da inteligência, que se expressam a partir de hábitos ligados às artes, leitura, reflexão e escrita, noções essas que tinham forte ressonância no conceito de Civilização que se consolidou no Ocidente a partir do fim do século XVIII. A Amazônia muito provavelmente não figuraria entre os espaços merecedores de tais competências, visto ter sido inventada culturalmente no imaginário europeu a partir de referenciais que se alternavam, desde o início da colonização, entre suas presumíveis condições gerais de “primitivismo” e de “inferno”.²

Não é espantoso, portanto, que também as impressões mais marcantes sobre o espírito e a racionalidade da população nativa habitante desse lugar estivessem colocadas num caráter de inferioridade cultural tido como evidente, o que limitaria suas capacidades para entender e decifrar o mundo à sua volta, segundo os padrões de pensamento assentados na razão e na ciência. Sugerir a existência de um pensamento político entre a população não-branca e iletrada da sociedade

amazônica seria, para as camadas de letras, considerarem que o caminho a ser trilhado pela província seria a de permanecer no invólucro da superstição e da ignorância, não condizentes com a Modernidade que se buscava construir sob a égide da Ilustração européia. A condição *sine qua non* para a conquista do progresso material e intelectual teria que, obrigatoriamente, passar pela desconsideração das racionalidades da população indígena, mestiça e negra no quadro necessário de melhoramentos para a província, até porque a visão de mundo desses indivíduos, segundo um dos mais conhecidos viajantes europeus que descreveu os confins amazônicos, Charles-Marie de La Condamine, “nasce, provavelmente, do número reduzido de suas idéias, que não se estende além de suas necessidades”, visto serem “incapazes de previdência e reflexão”, passando “a vida sem pensar e envelhecem sem sair da infância, da qual conservam todos os defeitos”.³

Não obstante essa visão de mundo ter consagrado um lugar erudito à produção de pensamentos e políticas sobre a Amazônia, os primeiros sentidos históricos fabricados sobre os acontecimentos do Grão-Pará acabaram naturalizando as esferas letradas como únicas capazes de conduzir a província rumo ao desenvolvimento nos quadros políticos e econômicos da América Portuguesa e, posteriormente, do Império independente. A vinculação entre o trabalho intelectual e o lugar institucional dos autores de obras históricas seria uma característica central na organização hierárquica das primeiras instituições produtoras de conhecimento histórico no Brasil, como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundadas, respectivamente, em 1827 e 1838.⁴ O objetivo principal desses meios intelectualizados era o de construir sentidos que tivessem no Estado o agente único do processo de evolução da sociedade brasileira, fazendo com que se concretizasse uma memória dos acontecimentos do passado a partir de um caráter oficial e ilustre.

No Pará, os primeiros trabalhos de interpretação que se dedicaram a preservar os principais acontecimentos da província nas primeiras décadas dos oitocentos partiram de referenciais intelectuais e de lugares sociais⁵ ligados ao Estado e aos círculos intelectuais comprometidos com a política institucional. Os primeiros autores que partilharam do projeto capitaneado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na Amazônia também ocupavam cargos públicos importantes na administração civil e militar da província, o que lhes dava o devido suporte material para a efetivação de suas obras.⁶ Com isso, historiadores mais representativos dessa geração oitocentista, como Antonio Ladislau Monteiro Baena, Domingos Antônio Raiol e João de Palma Muniz⁷, construíram obras de grande envergadura intelectual, dada a notável recolha e preservação documental, que estavam situadas no ambiente do Instituto, no

qual as qualidades intelectuais seriam fundamentais para a produção de uma “história-pátria”. O olhar lançado para o passado desse lugar que é o Instituto, portanto, privilegiava os sujeitos históricos que estavam inseridos em ambientes letrados, que se reuniam em clubes, salões, sociedades secretas, cafés, enfim, que faziam parte das sociabilidades mais condizentes com a *pacifica scientiae occupatio*, princípio básico de uma opinião pública ajustada ao ambiente da Ilustração europeia. Proprietários de bens e/ou de saber, detentores de um capital econômico e/ou simbólico dentro da sociedade, constituiriam, assim, os agentes do processo histórico, nomeados enquanto “sociedade política”, constituidora de espaços de discussão, cujas retóricas ilustradas seriam veiculadas a partir do impresso em folhetos e periódicos.

O marco historiográfico privilegiado desse processo de constituição da opinião pública moderna seria fincado, nesse sentido, a partir da imprensa. O advento da tipografia – cujos equipamentos foram trazidos na viagem da Corte portuguesa para o Brasil em 1808 – é considerado um ponto de inflexão central no contexto político de desagregação da ordem colonial-absolutista na América, dado seu papel eminentemente formador de convívios ligados à informação pelo texto escrito. No Grão-Pará, a proeminência da ação da imprensa pode ser notada a partir da importância dada à produção e circulação do periódico *O Paraense* fundado pelo bacharel Fillipe Patroni em maio de 1822. Algumas interpretações mais recentes sobre o processo de independência no Pará – como as de Geraldo Coelho e José Alves de Souza Jr.⁸ –, embora originais no que tange à análise da composição de forças políticas durante a independência na província em relação às obras do IHGB, mantiveram o papel privilegiado dos impressos e de seus produtores no processo político, contribuindo para a manutenção de uma imagem da opinião pública ainda restrita a uma intelectualidade letrada e condutora da história.

As notícias e informações que adentraram as capitanias e províncias da Amazônia com os mais diversos princípios políticos da modernidade ilustrada seriam somente compreendidas por uma elite intelectualizada atualizada com o ideário liberal francês e norte-americano, através dos impressos produzidos em Portugal e no Grão-Pará. Essa mesma elite comporia um cenário público cada vez mais dinâmico, de onde se originariam as opiniões face às questões políticas colocadas pela presença da Corte portuguesa no Brasil e a própria crise do Antigo Regime. A maioria esmagadora da população provincial, composta de indígenas “abandonados à simples natureza” - nas palavras de La Condamine - não teria tido sequer condições de compreender a superficialidade do processo pelo qual caminhava a realidade amazônica em suas relações com o Reino, pela visível falta de informações e, principalmente, restrições intelectuais. As possibilidades de ação política que se apresentariam nesse contexto

seriam “naturalmente” às das camadas letradas, sendo as atitudes da população iletrada desprovida de qualquer tipo de sentido e, por isso mesmo, estereotipada nos conceitos genéricos de “ignorância”, “selvageria”, “mal entendidos”, dentre outros.

Os tempos que se anunciavam no princípio do século XIX, contudo, traziam consigo também a anunciação do novo, as expectativas de transformação, as utopias de *revolução*. Os administradores civis e militares da Amazônia tiveram que lidar com essa associação perigosa entre modernidade e revolução, que começava a se espalhar pelo Ocidente e pela América, desde os sucessos da independência norte-americana de 1776, mas que passou a representar grande apreensão a partir dos violentos processos revolucionários das ilhas de São Domingos e Martinica de 1792 e da Revolução Jacobina na França de 1794. A possibilidade anunciada da revolução nas Américas inglesa e espanhola não somente estendeu sentidos de Liberdade para outros pontos mais próximos dos domínios luso-americanos, como trouxeram à baila a formação de uma opinião pública de tipo moderno, que não poderia se restringir aos grupos letrados e seus espaços, fruto da intensa participação popular na desagregação da ordem de Antigo Regime em grande parte do continente ultramarino.

Nesse sentido, como sugere o filósofo Jürgen Habermas, é possível compor um conceito de opinião pública repleto de sentido histórico, posto que a emergência de esferas públicas de discussão proporcionou a reunião de condições fundamentais para o exercício de “uma instância crítica em relação à publicidade no exercício do poder político e social normativamente exigidos”. A constituição gradativa de uma esfera pública de tipo moderna somente pode ser possível a partir do processo de consolidação da sociedade burguesa ocidental. Nesse sentido, a característica central dessa esfera pública burguesa estaria, sobretudo, na opinião pública, pois foi a partir dos mecanismos que estimularam a circulação de informações para fora do âmbito restrito da publicidade sustentada nas camadas cultas que se estabeleceram as condições necessárias para que as “camadas ignoras” tivessem acesso às noções liberais e desenvolvessem uma função crítica em relação aos ditames do Estado. Isso se deu, segundo Habermas, a partir do fim do século XVIII na Europa, quando a imprensa passou por mudanças fundamentais na forma de veiculação das notícias, saindo do âmbito exclusivamente institucional das relações, para a difusão de notícias variadas, que abarcavam parcelas cada vez mais amplas da sociedade e do espaço público.

A própria noção de “cidadão” contribuiu muito para a distinção que começou a ser feita entre a cidade e o Estado, recaindo sobre os habitantes dos centros urbanos o conhecimento cada vez mais rigoroso e crítico acerca dos direitos e deveres colocados em um novo corpo de leis e normas. A opinião pública, portanto, passava a ser, na prática, a

expressão sinonímica de soberania popular, pois sem essa vinculação direta, sem a substituição da opinião pública pela origem de toda a autoridade das decisões obrigatórias para a totalidade do corpo social, faltava à Democracia moderna a substância da sua legitimidade. Mesmo que esses canais de comunicação impressos tenham sido normatizados pelas instâncias do poder estatal, não se pode desprezar o campo de possibilidades aberto para a plebe com a difusão das informações, sendo de importância basilar deste trabalho, que discute a tese de que apropriações variadas poderiam ser realizadas tanto a partir das formas não convencionais de informação, como àquelas baseadas na oralidade, como também do corpus da comunicação submetida às regras institucionalizadas.⁹

O estabelecimento da opinião rigorosamente pública somente seria possível se contextualizada no conjunto de transformações estruturais que, no Ocidente, prepararam o advento da “democracia de massa do Estado social-democrático”.¹⁰ Assim, os primórdios de uma opinião pública só podem ser vislumbrados a partir da desagregação da opinião centrada na sociedade de corte, com um sentido de publicidade colocado efetivamente na figura do Rei e das camadas que sustentavam o seu poder, através da construção de sua imagem pública¹¹, para uma mudança estrutural da esfera pública, na qual a informação poderia alcançar um nível ampliado de circulação, fora dos aparelhamentos de contenção do Antigo Regime, como a censura. As lutas de Independência, nesse sentido, forçaram a importante inserção de parcelas da população urbana e rural no processo político, criando sentimentos e sociabilidades variados, vinculados a diversos pertencimentos cruzados entre grupos dispostos em lugares diferentes da hierarquia social e, sobretudo, racial. Na América espanhola, indígenas, negros, mestiços e brancos oriundos de lugares sociais empobrecidos tiveram que ser inseridos no processo político como eleitores ou “homens em armas”, principalmente porque, doravante, o êxito na construção do poder independente do vínculo colonial se assentaria no número. Reuniam-se, dessa forma, condições reais para que esses marginalizados sociais se constituíssem em “proto-cidadãos” na esfera política, com um poder de ação decisivo para a construção dos Estados-Nação.¹²

Traçar um retrato intelectual do Grão-Pará nesse difícil momento da história brasileira requer a necessidade de redimensionar aquelas imagens construídas pelas camadas dirigentes da época. Também exige um outro olhar sobre as sucessivas tentativas historiográficas de interpretação, que praticamente elegeram os grupos letrados como os únicos possíveis de conduzir o processo político por rumos que atendessem aos seus interesses, contribuindo, assim, para a confecção de um sentido histórico contido no mundo do letramento. Embora o conceito de “opinião pública” tenha sido trabalhado de forma mais consistente a partir da instituição das pesquisas de opinião

eleitorais, próprias do estado democrático republicano, as linhas gerais desse debate, segundo Jacques Ozouf, é necessário buscar a opinião muda dos que não puderam se expressar pela via escrita através dos mais variados indícios fragmentários; ou seja, traçar horizontes metodológicos para a análise de sondagens de pesquisa eleitoral, que possam, ser relacionados, inventivamente, com o domínio iletrado.¹³ Pressupõe também que a representação da opinião pública no Brasil como uma “ilha de letrados num mar de analfabetos”¹⁴, enquanto referencial historiográfico de compreensão do ambiente revolucionário, não dá conta da complexidade em que as sociedades brasileira e amazônica estavam inseridas no contexto da Independência.

Procuraremos demonstrar, nesta primeira parte, que as possibilidades de circulação da informação contrária à ordem de Antigo Regime por meios lícitos e, especialmente, clandestinos, eram múltiplas, atingindo espaços situados fora do âmbito propriamente letrado e institucionalizado da província. A existência de inúmeras rotas pelas quais as informações adentravam o território luso-americano das províncias do Grão-Pará e Rio Negro desde meados do século XVIII, contidos na documentação administrativa, mostra que não era incomum a existência de redes de informação produzidas às margens da administração e da censura estatal. Para isso, foi necessário levar em conta uma outra configuração do espaço geográfico do Pará, visto que as fronteiras poderiam ser lugares potencialmente dinâmicos para a difusão de informações oriundas de outras províncias do Brasil e, mesmo, de outros domínios coloniais. Essas relações sociais e econômicas exerceram, ao que parece, forte presença no cotidiano de homens e mulheres, fossem livres, forros ou escravizados, que poderiam formular opiniões políticas a partir do contexto de crise vivido internamente, assim como das notícias que circulavam nos mais diversos espaços de sociabilidade.

Os ideais de transformação da ordem colonial de Antigo Regime, portanto, percorriam um público muito mais amplo, atingindo os soldados regulares e auxiliares, os negros e negras libertos e escravizados, assim como os homens de posses e intelectuais. Os conceitos revolucionários do liberalismo extravasavam os ambientes culturais letrados e brancos para serem apropriados e produzidos em segunda mão pela “população” indígena, negra, mestiça e branca pobre de diversas formas. A opinião pública, portanto, estava também nas interseções desses universos sociais hierarquizados, mas em comunicação constante, principalmente no espaço comum, onde todos se encontravam: as ruas, as tabernas, os bilhares, os fortes, os mocambos, os bares e as embarcações que cruzavam os rios amazônicos.

Grande parte das retóricas de revolução pode também ser estudada a partir das práticas de controle da reação ou das forças da contra-revolução, especialmente àquelas que não foram construídas a partir dos (e nos) impressos. O estudo clássico

de Carlos Guilherme Mota sobre as diversas construções do ideário político nas inconfidências do fim do século XVIII e início do XIX procurou mapear metodologicamente as diversas possibilidades de se estudar e de se constituir os projetos de futuro a partir dos conceitos modernos de “revolução” e “contra-Revolução”, trabalhando com os processos-crimes da Inconfidência Mineira de 1789, da Revolta dos Alfaiates de 1794 e da Conspiração dos Suassunas de 1801. O cerne da argumentação do autor está na discussão acerca das formas de tomada de consciência política por parte dos grupos coloniais contra a administração portuguesa e o desenrolamento disso em atitudes de transformação das relações com a metrópole, propondo, ainda, que as utopias de revolução já estavam bem desenvolvidas em algumas partes da colônia antes da chegada da Corte lusitana ao Brasil. Essa tomada de consciência movimentou a opinião pública para possibilidades de transformação da realidade, constituindo uma esfera pública socialmente mais ampla e complexa, tomando sentidos diversos nas margens do poder político.¹⁵

Os registros desse processo, contudo, foram fabricados pelas autoridades, que representavam a continuidade da ordem política e social de Antigo Regime, o que nos coloca frente a uma questão metodológica fundamental: ampliar a noção de espaço público requer a consideração de que as ideias políticas podem também ser verbalizadas nos discursos e incorporadas nos gestos e comportamentos, o que nos coloca frente à importância da oralidade na construção de outras retóricas políticas no tempo da Independência brasileira. Vivências e trocas de experiências, residualmente presentes nas fontes oficiais, figuram como elementos de consolidação de informações no âmbito da memória coletiva, o que representa múltiplas possibilidades de apropriação e difusão de ideários pela fala e pelo comportamento, produzindo práticas de representação do mundo válidos num momento e num lugar determinados.¹⁶ Assim, aqueles fragmentos de realidade percebidos pelas autoridades que corriam no interior da sociedade paraense, vindos das fronteiras amazônicas para a capital da província do Grão-Pará e vice-versa, deixam de ser simples comentários, para serem apropriações possíveis do intrincado jogo político, feitas pela numerosa camada iletrada da sociedade.

Assim, é possível criar um espaço de investigação em que a primazia da ação política não se situe somente entre os grupos ligados da esfera institucional das relações de poder da província. Partir da premissa de que as camadas iletradas fizeram parte integrante da rede de informações acerca da crise das relações coloniais representa, sobretudo, a possibilidade de reconstituir as experiências individuais e coletivas, mesmo que de forma indiciária, tecidas nos lugares não-institucionais mais diversos, dotando de racionalidade política as atitudes populares frente aos problemas que se

apresentavam naqueles difíceis tempos em que o mundo parecia virar de ponta cabeça. Para Pierre Rosanvallon, as atitudes individuais e coletivas colocadas em pontos diversos da hierarquia social, face ao que percebem como “problemas” a serem resolvidos, são partes de uma reflexão que busca situar o lugar do político também fora do âmbito institucionalizado das relações de poder, o que cria um espaço para pensarmos os “nós históricos” construídos nos interstícios variados do corpo social do tempo da Independência brasileira na Amazônia.¹⁷

A opinião pública, portanto, precisa ser reconsiderada a partir dessas circunstâncias diversas que possibilitavam que as notícias oralizadas, papéis e impressos chegassem a espaços variados e a amplas parcelas da sociedade que, de alguma forma, tomavam conhecimento dos projetos, idéias e práticas de revolução. Nessa mudança de perspectiva diante do mundo político reside um dos elementos mais fundamentais da revolução moderna, principalmente por que a questão social ganha corpo e significados distintos do passado, em que a população, sobretudo, aquela parcela marginal, passa a duvidar que as diferenças sociais eram dispostas de forma natural e que a pobreza era um elemento inerente à condição humana. As reflexões de Hannah Arendt, nesse sentido, são pertinentes, pois indicam que num dado momento histórico, não anterior às revoluções do século XVIII, as expectativas de mundo dos mais pobres sofrem mudanças sensíveis, tendentes a uma relativa secularização das relações sociais e políticas e, conseqüentemente, à desnaturalização da hierarquia social e política. Isso implica na importância que os espaços ocupados pelos grupos iletrados possuem para o consumo e a difusão do ideário da revolução na Amazônia, visto que a tradição oral representava *um* dos veículos mais eficientes, no âmbito popular, de informação.¹⁸

Notas

1 “L’avis public... Parmi les doigts de l’historien, la notion s’échappe comme sable”. JEANNENEY, Jean-Noël. Comment ont-ils tenu? L’opinion et la Grande Guerre. In: *L’Histoire*, no 39, novembro de 1981, p. 77.

2 Essas seriam as duas projeções imaginárias consideradas hegemônicas no mundo europeu desde as primeiras viagens de reconhecimento das ribeiras do rio Amazonas pelos portugueses e espanhóis no início da colonização, durante os séculos XVI e XVII. Ver: GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994, p. 77; UGARTE, Auxiliomar Silva. Margens Míticas: a Amazônia no imaginário europeu do século XVI. In: GOMES, Flávio dos Santos; DEL PRIORE, Mary (orgs.). *Os Senhores dos Rios: Amazônia, margens e histórias*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, p. 3-31. Para uma leitura mais geral, abrangendo o contexto da América Portuguesa, ver: SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. RAMINELLI, Ronald. *Imagens da Colonização: a representação do Índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

3 Essas seriam as impressões mais acabadas do naturalista francês Charles-Marie de La Condamine em suas viagens pela capitania do Grão-Pará na primeira metade do século XVIII, num esforço de compreender o espaço e o ambiente humano amazônico dentro do quadro de pensamento racionalista da Ilustração européia. Consideramos como emblemáticas as colocações desse intelectual europeu por causa da forte influência que esse pensamento exerceu sobre a *intelligentsia* amazônica local. Dando continuidade às mesmas reflexões: “(...) Como os indígenas das missões e os selvagens que gozam de liberdade são no mínimo tão limitados, para não dizer estúpidos, quanto aos outros, não podemos ver sem humilhação o quanto ao homem abandonado à simples natureza, privado de educação e de sociedade, pouco difere do animal”. LA CONDAMINE, Charles-Marie de. *Viagem pelo Amazonas, 1735-1745*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: EDUSP, 1992, p. 23; 55. Para uma interessante análise da passagem de La Condamine pela Amazônia, vide: SAFIER, Neil. Como era ardiloso o meu francês: Charles-Marie de La Condamine e a Amazônia das Luzes. *Revista Brasileira de História*, v. 29, no 57, p. 91-114, jun. 2009.

4 Segundo Schwarcz, esses critérios de constituição das primeiras sociedades produtoras de saber no Império – A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – iam de encontro às próprias regras acadêmicas que privilegiavam o mérito e a competência como condições necessárias do conhecimento. SCHWARCZ, Lília Moritz. Os Institutos Históricos e Geográficos: “guardiões” da história oficial. In: *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.101-102.

5 O conceito de “lugar social” tem sido muito importante para a compreensão dos sentidos historiográficos e de seus interesses diversos na produção histórica, pois estimula análises no sentido de situar os autores dentro da rede de poder que constitui o espaço de suas produções. CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 66-119.

6 Antônio Baena ocupou diferentes cargos na hierarquia militar portuguesa antes e depois da independência, tendo sido segundo-tenente, professor de matemática, comandante interino da guarnição de Macapá e ajudante de ordens em Belém. Domingos Antônio Raiol foi senador e parlamentar do Império e presidente de várias províncias, tendo sido agraciado com o título de “Barão de Guajará”. Palma Muniz foi engenheiro e secretário, por muito anos, da Revista do IHGP, sendo o único que não figurava entre os sócios beneméritos do instituto.

7 BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Compêndio das eras da província do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969. RAIOL, Domingos Antônio Raiol. *Motins Políticos: ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. MUNIZ, João de Palma. *Adesão do Grão-Pará à Independência e outros ensaios*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973.

8 COELHO, *Anarquistas, Demagogos e Dissidentes, op. cit.*. SOUZA JR., *Constituição ou Revolução, op. cit.*

9 HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, p. 9-11.

10 Idem, ibidem, p. 274-290.

11 As condições e motivações da propaganda no Antigo Regime, mais especificamente na corte de Luis XIV no século XVII, faz parte de uma interessante discussão feita por Peter Burke. BURKE, Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luis XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

12 Quanto mais agregados às lutas de Independência as lideranças conseguissem, maiores seriam as possibilidades de vitória revolucionária. Essa foi uma das condições principais para a entrada mais efetiva da população livre pobre e “de cor” no processo político na América espanhola. Ver: GARAVAGLIA, Juan. Os primórdios do processo de independência hispano-americano. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005, p. 207-234.

13 OZOUF, Jacques. A Opinião Pública: apologia das sondagens. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos objetos*. 4ª edição, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 186-187. Ver também o interessante panorama traçado por Jean-Jacques Becker acerca das possibilidades de se trabalhar a opinião pública a partir de novas referências da história política. BECKER, Jean- Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 185-211.

14 A expressão foi cunhada por José Murilo de Carvalho numa discussão acerca da formação intelectual das elites brasileiras na primeira metade do século XIX. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume Dumará, 1996. Outros trabalhos, inclusive de maior prestígio, declaradamente afirmam que, durante o processo de Independência no Brasil, as camadas populares não conseguiram dar sentido político à realidade em que viviam, em vista do pouco desenvolvimento das condições materiais e intelectuais observadas no Brasil do início do século XIX, que seriam determinantes para o seu atraso e incultura. Devido à inexistência desses suportes de “civilização”, a proeminência da ação estaria colocada nos propósitos da pequena elite letrada produtora de cultura, enquanto que a maioria do povo seria uma espécie de consumidor passivo que internalizaria acriticamente os conhecimentos a que tinha acesso, paralisado pela sua própria “pobreza ideológica”, agindo segundo seus próprios impulsos mais imediatos. Nesse sentido: COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 19 ed., São Paulo: Grijalbo, 1979, p. 27-31. PRADO JR., Caio. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. 10a ed., São Paulo: Brasiliense, 1977, p. 231.

15 MOTA, Carlos Guilherme. *Idéia de Revolução no Brasil, 1789-1801: estudo das formas de pensamento*. Petrópolis : Vozes, 1979. Para uma abordagem bem mais recente que discute as diversas implicações da era das revoluções na América Portuguesa a partir da transferência da corte portuguesa, tendo como mote as formas como os agentes do Estado lusitano passaram a definir em que plano se dariam as relações com o ideário e as práticas revolucionárias no mundo luso-brasileiro, ver SCHULTZ, Kirsten. A era das revoluções e a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro (1790-1821). In: MALERBA, Jurandir (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.123-151.

16 CHARTIER, *A história cultural, op. cit.*, p. 131.

17 Nesse sentido, ver ROSANVALLON, Pierre. “Por uma história conceitual do político (nota de estudo)”. In: *História*. Vol. 15, São Paulo: UNESP, 1996, pp. 27-39.

18 ARENDT, Hannah. *Da Revolução*. 2ª edição, São Paulo: Ática; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990, p. 17-23.

CAPÍTULO 2

O PERIGO DAS FRONTEIRAS

A fronteira é uma representação que pode estar desenhada a partir de um repertório sortido de referenciais construídos por uma sociedade para melhor se organizar e ordenar o mundo a sua volta, dentro de certo padrão de racionalidade, disposto naquilo que se convencionou chamar de “imaginário social”. Pensar nesses limites nos leva, primeiramente, a pensar os limites entre “nós”, uma comunidade imaginariamente formada, e os “outros”, considerados exteriores ao conjunto de valores e códigos de comportamentos elaborados internamente para dar sentido à realidade. É claro que essa racionalidade que citamos, e que integra a ideia de fronteira, não é um conceito absoluto, visto que, no domínio social-histórico, pensar o ser humano e suas mais diversas práticas implica considerar que esse mesmo ser está imerso num território construído, em grande parte, no caos que é o social e seus mais diversos desdobramentos que se interpenetram constantemente - o político, o econômico, o religioso e assim por diante.¹

Nesse sentido - sem querer realizar uma discussão teórica exaustiva, o que não seria conveniente aqui -, seria mais prudente compreendemos que refletir acerca da ideia de fronteira requer o cuidado de a considerarmos como múltiplas, ou seja, *fronteiras*, que não estão fixas nos campos do espaço e do social que o elabora, mas composto por grupos variados com interesses também diferentes. No caso que estamos aventando, as fronteiras também são construções diversas dos sujeitos que habitam seus limites, povoam e contornam suas linhas imaginadas em traçados vários, antes de serem propriamente elaborações do poder político institucionalizado na cartografia espacial confeccionada pela governança provincial. Partindo desse referencial de análise, a intenção primeira é a de abordar as fronteiras como, e, sobretudo, fabricações enredadas nas variadas práticas políticas não-institucionais, desenhadas

pelos sujeitos históricos no seu cotidiano de vida e de sobrevivência. Assim, os limites territoriais que definem um espaço deixam de ter aquele aspecto mais comum de linha imaginária traçada no limite do território para ganhar a riqueza da *territorialidade*, ou seja, das variadas produções a que esse mesmo território estava sujeito.²

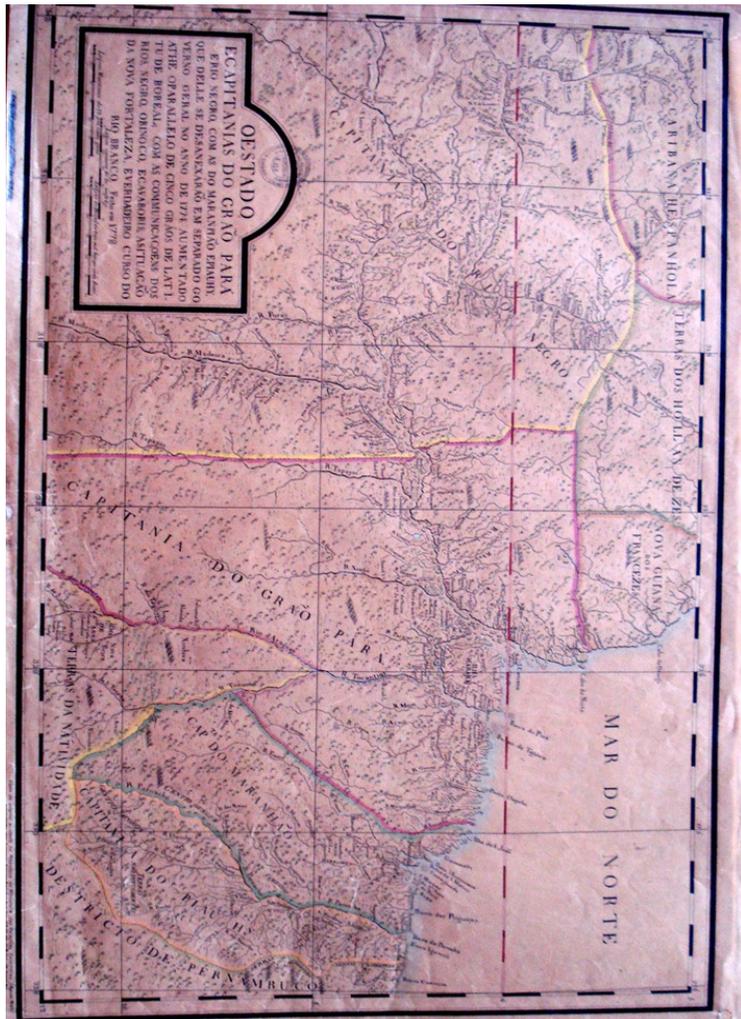
O extenso território que compunha o extremo norte da América portuguesa se constituiu de forma singular, especialmente por ter sido uma região política e administrativamente separada do Estado do Brasil. Desde a expulsão dos franceses em 1616, a Monarquia portuguesa decidiu pela instalação de um governo específico para essa área, por conta da relativa proximidade com a capital do reino. Nesse sentido, em 1626 foi constituído o *Estado do Maranhão*, com sede em São Luís, ligado diretamente à Lisboa, cuja territorialidade continha uma parte do espaço conhecido da foz do rio Amazonas. À medida que a expansão luso-americana avançava em direção ao interior, administração teve que acompanhar a dilatação do território. Em 1654 foi instituído o *Estado do Maranhão e Grão-Pará*, mantendo a localização da sede do governo na vila de São Luís, como sede político-administrativa.³

A partir do início do século XVIII, a administração imperial lusitana sentiu a necessidade de consolidar o Grão-Pará como lugar estratégico de dominação, sobretudo pelo imenso território situado a oeste do rio Amazonas, ainda praticamente inexplorado pelas bandeiras oficiais. Com isso, a cidade de Santa Maria de Belém passou a ser considerada ponto importante para a instalação de um núcleo governamental particular de administração dessa vasta região, que seria apartado do Maranhão, caso o bispo daquele Estado, D. Gregório dos Anjos, não tivesse inutilizado o pedido do rei D. Pedro II à Santa Sé de se criar um bispado no Pará em 1684. No entanto, não tardou para que a “cidade do Pará” fosse elevada à sede do bispado pela bula de 4 de março de 1719, sendo efetivamente instalado o novo governo em 13 de julho de 1721, quando a igreja matriz de Nossa Senhora da Graça foi elevada à catedral e quando chegou à cidade de Belém o primeiro bispo, D. Frei Bartholomeu do Pilar. Politicamente, o Grão-Pará se desligava do governo eclesiástico do Maranhão, passando para o domínio direto de Lisboa.⁴

Durante o reinado de D. José I (1750-1777), contudo, fez-se novo reordenamento espacial no sentido de fortalecer politicamente o governo localizado no extremo norte, com a criação, em 1751, do *Estado do Grão-Pará e Maranhão*, com sede em Belém, quando os interesses sobre a questão territorial com a Espanha, colocados no Tratado de Madri (1750), passavam a requerer maior atenção. Os limites internos desse Estado compreendiam as capitanias do Grão-Pará, Maranhão, Piauí e, a partir de 1755, a capitania de São José do Rio Negro. Em 1772, nova intervenção

régia mudaria o traçado territorial amazônico, com a criação de duas novas unidades administrativas, o *Estado do Maranhão e Piauí* e o *Estado do Grão-Pará e Rio Negro*, este último com sede em Belém. Essa configuração administrativa e territorial acabou perdurando até meados do século XIX (vide Figura 1).⁵

FIGURA 1



Panorama Geral das Capitânicas do Grão-Pará e de São José do Rio Negro. *Cópia do original do Mapa do Estado e Capitânicas do Grão Pará e Rio Negro, com as do Maranhão e Piauí, que delle de desanexarão em separado Governo Geral no anno de 1774 aumentado até o paralelo de cinco grãos de latitude boreal, com as communicações dos rios, Negro, Oniroco, e Cavaboris, a situação da nova fortaleza, e verdadeiro curso do rio Branco. Feito em 1778.* [Belém], 1945. 1 mapa: 51 x 85 cm. Escala: 1 : 750.000.

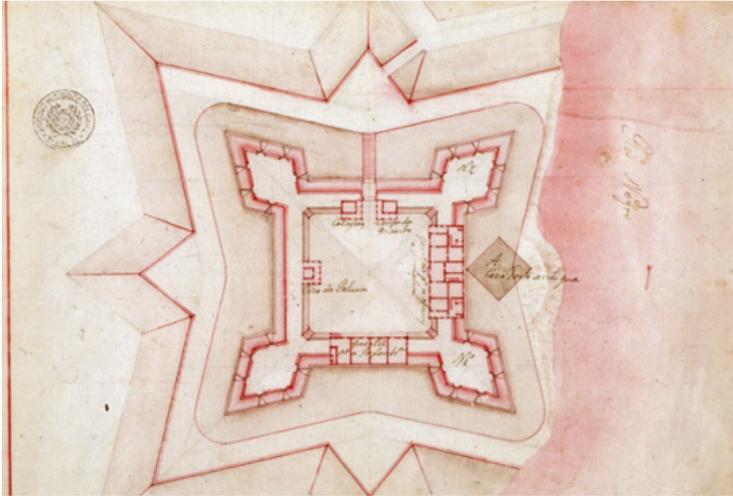
Durante a segunda metade do século XVIII, a Amazônia seria palco das disputas territoriais travadas entre Portugal e Espanha pela negociação dos limites entre um e outro domínio ultramarino. Nesse plano específico de relações políticas, as negociações para se definir o posicionamento da linha demarcatória ainda não tinham chegado a um consenso até, pelo menos, o fim do século, o que prejudicava imensamente as relações entre as duas nações, além de tensões nos espaços fronteiriços do rio Branco com as possessões holandesas e do rio Oiapoque com os domínios franceses das Guianas. Do ponto de vista institucional, a definição dos limites seria importante para que as ações do poder público se voltassem com maior efetividade para os controles econômico e político das terras situadas ao longo dos rios Amazonas, Solimões, Branco, Negro e Oiapoque, fronteiras extensas e pouco habitadas, se não fossem uns poucos e precários fortes militares, que, geralmente incentivavam ao seu redor a formação de algumas pequenas povoações, geralmente compostas por nações indígenas aldeadas. Os principais núcleos de concentração humana se localizavam perto dos fortins de São José do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira, São José de Marabitanas, São Joaquim do Rio Branco, São Francisco Xavier de Tabatinga e São José de Macapá (vide Figuras 2 e 3).⁶

FIGURA 2



Detalhe do Prospecto do Quartel da Tropa da Guarnição da Vila de Barcelos, mandado erigir pelo Ex.mo Senhor João Pereira Caldas, no tempo do seu governo, e feito executar pelo Senhor Joaquim Tinôco Valente, Governador que foi da Capitania de São José do Rio Negro. Principiou no ano de 1775, e ficou no Estado em que se acha desde 1776. Referência: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, 1753-1792*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971.

FIGURA 3



STURM, Fellipe. Planta da Nova Fortaleza de Marabitanas [Detalhe]. Escala ca. . [ca.1:1.500]. – [ca. 1767]. – 1 planta ms., 1 desenho técnico: color. ; em folha 49,7 x 31, 4cm. Referência: Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011.

Ao largo dessas discussões institucionalizadas, outros universos de relações sociais e políticas foram demarcando limites próprios e originais. Ao focarmos esses espaços considerados como fronteiras da província do Grão-Pará ganham visibilidade lugares ricos e dinâmicos constituídos por pessoas que viviam e trabalhavam nas margens da chamada “sociedade política”, constituída e legitimada pelo Estado, mas que poderiam ser comumente integradas aos ditames da política oficial e de seus objetivos quando necessárias, segundo critérios de utilidade social.⁷ As sociabilidades que se constituíram por esses limites territoriais poderiam produzir relações que diluíam as linhas oficiais de demarcação para inventarem outras balizas que poderiam distinguir, com diversos sentidos, os lugares de autonomia dos considerados marginais face às linhas de força atadas sobre si e suas atividades. As fronteiras da Amazônia podem ser elucidadas, dessa forma, como espaços móveis e, muitas vezes, nebulosos, cujos vínculos sociais podem ser entrevistados na documentação como residuais, perfazendo uma espécie de “economia das sociabilidades de fronteira”, que podem ser esquadrihadas como num quebra-cabeças, no qual suas peças jamais podem ter uma única possibilidade de encaixe, não sendo definidas em termos absolutos, como assim já percebiam as autoridades políticas da época, que sempre trabalhavam com dimensões bastante incertas.

Nas fronteiras, relações sociais foram sendo tecidas ao longo do tempo, distantes das vistas do poder político e militar, principalmente por conta da imensa extensão desses territórios, que acabavam se tornando atraentes e seguros para que fugitivos da ordem pudessem construir sentidos próprios de liberdade. A documentação referente ao fim do século XVIII e início do século XIX está recheada de indícios relativos à existência de relações interétnicas em diversos espaços localizados nas fronteiras, onde pretos, índios, mestiços e brancos pobres construam lógicas variadas, muitas vezes colocadas na tênue e, quase sempre, invisível linha existente entre o conflito e a solidariedade; enfim, entre a polissemia da liberdade e da escravidão. Esses contingências não estavam dadas naturalmente e homogeneizados em um único sentido para os que viveram naquele tempo e naqueles espaços, mas que, por isso mesmo, poderia ser possível haver experiências vividas de diversas formas que não estavam colocadas no plano formal de relações.

Os espaços privilegiados de fabricação dessas experiências de autonomia estavam localizados nos rios em seus afluentes, nas povoações e vilarejos, nos fortins e fortalezas, nos matos e morros, e, mais comumente, nos mocambos. Estes existiram aos montes na Amazônia colonial e no período pós-independência, sobretudo nas fronteiras, onde os tentáculos do poder raramente conseguiam alcançá-los com eficiência. Assumia, na retórica militar, a imagem metaforizada da *Hydra*, por conta de sua multiplicação rápida pelos sertões considerados inóspitos e, muitas vezes, de difícil acesso, o que punha sérias dificuldades em controlá-los.⁸ A historiografia recente sobre as sociedades mocambeiras no Brasil vem demonstrando o quanto existe de relativo na constatação de que os mocambos constituíram sentidos de liberdade integrado à sociedade escravista.⁹ Hoje sabemos que desenvolveram diversas formas de economia destinadas a abastecer o mercado interno, especialmente apoiando àquelas economias que se voltaram majoritariamente para a metrópole, como, por exemplo, foi o caso de Minas Gerais no século XVIII.¹⁰

Na Amazônia, as sociabilidades não institucionais proliferaram, sobretudo, nas áreas de sertão profundo. A colonização portuguesa, nesses sertões, teve como traços centrais a dispersão, a descontinuidade, a provisoriabilidade e a mobilidade das formas de vida em áreas limítrofes e extensas da colônia, cujas enormes distâncias as tornavam pouco controladas pelo Estado e aonde a diversidade populacional teve maior afirmação e as economias visavam, sobretudo, a subsistência desses colonos e o abastecimento das áreas, cuja economia estava voltada para o reino (Vide Figura 4).¹¹ Assim, em muitas ocasiões, indígenas, negros, mestiços e brancos pobres também fizeram o papel de colonizadores dessas terras distantes, seja na condição de

soldados das milícias e ordenanças, destacados a serviço para o interior distante, seja como desertores dessas mesmas tropas ou fugitivos do cativeiro nas fazendas, vilas e povoações do vale amazônico, aprendendo a lidar com a natureza e suas intempéries. Vivendo em um mundo bastante provisório e sempre em movimento, esses sujeitos foram também ampliando o *seu* território a partir de *suas* necessidades de sobrevivência, inventando suas fronteiras próprias a partir de referenciais sociais e econômicos singulares. Na instabilidade da vida nesses espaços da “civilização”, os caminhos e os extremos territoriais amazônicos foram, efetivamente, abertos por esses homens e mulheres sem títulos ou honrarias.¹²

FIGURA 4



Detalhe do Prospecto da Fortaleza de S. Joaquim, situada na margem oriental da foz do rio Tacutú, o qual deságua no rio Branco pela sua margem oriental, na distância de 102 léguas da sua foz. Ao lado do fortim foi organizada a povoação, prática comum de colonização nos esãos de fronteira na Amazônia colonial. Referência: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, 1753-1792*. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1971.

Contudo, com a difusão daquilo que chamamos de *os espectros de revolução* pela Amazônia logo colocou as autoridades em estado de alerta contra as possíveis influências na forma de desordens que poderiam estar irradiando dos confins do Grão-Pará. Mais do que nunca, se fazia urgente instruir os comandantes dos fortins e fortalezas para que reforçassem politicamente os limites do Pará com países e províncias vizinhas para garantir que a população fizesse a *diferença* entre os que viviam do lado de cá e os “outros” do lado de lá. Isso não foi feito sem tensões, pois reforçar a linha demarcatória do território significava, sobretudo, interferir na dinâmica social, econômica e política do cotidiano construído por esses habitantes nas regiões do sertão.

Controle e disciplinarização do espaço público e, por extensão, do espaço privado, passaram a ser equivalentes com a necessidade de cortar os possíveis contatos entre os habitantes situados em lados diferentes das fronteiras territoriais.

O cotidiano nesses lugares fora composto por vínculos diversos que existiam entre as populações que há muito integravam as fronteiras da Amazônia portuguesa com a Amazônia espanhola, holandesa e francesa, assim como com as capitânicas do Estado do Brasil. Todavia, não era pouco complicado desconectar essas realidades, visto que se ligavam primeiramente pelas formas de sobrevivência que possuíam em comum. Nas alturas do rio Solimões, nas proximidades da povoação de Loreto, nas cercanias do forte de Tabatinga, se desenvolveu, entre 1796 e 1810, por iniciativa do então governador da província espanhola de Maynas, Francisco de Requena, uma economia baseada na criação e comercialização de carne de gado vacum, realizada, sobretudo, pelos índios que habitavam as vilas de La Laguna e Jeberos.¹³ A produção de carnes verdes logo conheceu a decadência devido às lutas de independência no vice-reino do Peru, quando os trabalhadores indígenas passaram a consumir e comercializar o gado para o lado português sem a autorização da governadoria de Maynas, mas as práticas econômicas milenares, baseadas no trabalho de extração dos gêneros da floresta, faziam com que índios das etnias Pano, Aguano, Cocamilla, Cocama, do lado espanhol, e os Wekerena, Baré, Baniwa, Tariana, Tukano do lado português, que configuravam a maioria dos habitantes do Rio Xié, mantivessem vínculos econômicos muito fortes, cujos pilares se centravam na exploração de gêneros do sertão, como a piaçava, a salsaparrilha e o cipó.¹⁴ Na dinâmica cotidiana dessas populações, as fronteiras que demarcavam os territórios das Américas portuguesa e espanhola passavam a ser bastante porosas, pois a necessidade de manter esses laços fazia com que se tornasse indiferente a existência da linha demarcatória oficial. As fronteiras construídas por esses indígenas passavam a ser fincadas em outras lógicas, como as da identidade étnica, formuladas a partir das próprias experiências do dia a dia desses povos, que acabavam facilitando o trânsito de pessoas e informações variadas.

Na área limítrofe com a Guiana Francesa, por exemplo, os vínculos econômicos e sociais faziam com que as fronteiras ganhassem múltiplos sentidos. Construída pelos marginais como refúgios seguros das malhas do poder instituído, as fronteiras compunham espaços de sociabilidade, sobretudo econômica, muito interessantes para os foragidos das fazendas, desertores das milícias e tropas de linha, dos fortes, enfim, das camadas consideradas básicas para o trabalho das principais instituições da colônia: a escravidão e o serviço militar. Na vila de Macapá, o preto escravo foragido Miguel, confessava em interrogatório às autoridades provinciais

que, em 1791, mantivera contatos com um mocambo próximo à fronteira com os domínios franceses que possuía “roças grandes e que seus haveres vendiam aos franceses porque com eles tinham comércio”. Afirmava também que esse mocambo estava sob a proteção de “padres da Companhia”, isto é, missionários jesuítas que haviam colonizado a região e mantinham grande influência entre a população indígena, inclusive escutando de outros amocambados que “parte de seus companheiros tinham partido a fazer uma salga para o seu padre e outros que havia pouco tempo que tinham acabado de fazer tijolos para os franceses fazerem uma fortaleza com os ditos pretos”, completando que “todos andavam sempre armados com seus chifarotes”, o que dá a entender que procuravam se proteger das perseguições dos milicianos portugueses se solidarizando com os franceses.¹⁵

A fronteira aqui, na representação que o preto Miguel e certamente outros fugitivos possuíam, nada tinha de ligação com a nacionalidade. A sensação de pertencimento que unia pretos fugitivos de Macapá e os franceses, que também poderiam ser escravos fujões das fazendas da Guiana, se constituía em parte de uma *identidade* fincada na autonomia que tinham de desenvolver seus próprios meios de subsistência, plantando suas roças, realizando seu pequeno comércio, salgando peixe e fabricando tijolos para fornecê-los aos militares franceses para a construção de fortes. Essa faculdade de se governar por si mesmo deixava profunda impressão no preto Miguel que, em outro ponto do seu depoimento, afirmava com relação aos integrantes do mesmo mocambo que “que não lhes vinham obrigar os pretos que fugissem e que só assim iriam os que quisessem ir por sua livre vontade”, tendo mesmo rotas pré-estabelecidas por onde se guiam para não terem o incômodo de serem perseguidos pelos brancos.¹⁶ A vida nas fronteiras, para os que negavam sua condição social no mundo colonial, poderia significar a construção de um outro mundo de relações políticas, econômicas e sociais, cuja tutela de um padre fosse preferida à opressão de um senhor; ou no qual o livre arbítrio se sobrepujasse ao cativo imposto. Dando um sentido novo ao espaço habitado, negros, indígenas e desertores dessa ordem escravocrata e militarista erguiam um complexo social sobre aquilo que entendiam ser “sociedade”, muito distante das noções vigentes no plano institucionalizado de relações sociais, cuja base estava na ordem escravista.

A longevidade de muitos mocambos no Grão-Pará tem suscitado uma série de questões de extrema importância para a compreensão das sociabilidades de fronteira. Em outra fronteira territorial, na região do lugar de Turiaçú, entre Grão-Pará com o Maranhão, o número de sociedades mocambeiras existentes numa área extensa apontam para uma variedade de situações e de sociabilidades que colocam em

cheque a tese do isolamento dos quilombos. Assim, vários mocambos dessa região sobreviviam do saque às fazendas de gado e de produção de algodão e fumo, como o grandioso mocambo de João Congo, que agiu por muitos anos na região da vila de Guimarães, território maranhense. O que chama a atenção nos relatos existentes sobre esse mocambo é que “a Escravidão das Fazendas de Gado circunvizinhas ao Mocambo se correspondem e com ele coajudam”.¹⁷ Ou seja, as ações de pilhagem dos mocambeiros não aconteciam isoladamente das relações existentes na área, caracterizada pelo número elevado de fazendas e engenhos desde os tempos coloniais¹⁸, mas o sucesso que obtinham em suas empreitadas estava, justamente, relacionado aos laços de sociabilidade que os mocambeiros de João Congo possuíam com os escravos de boa parte das fazendas, que poderiam muito bem servir de informantes atentos ao que acontecia no dia a dia das propriedades a que estavam ligados.

E não param por aí. Mattias Röhrig Assunção argumenta, para o caso do Maranhão, que persistiu nas matas e garimpos de Turiaçú uma complexa rede de comunicação entre o mocambo de João do Congo e outros pequenos mocambos espalhados pela região do rio Gurupi até a vila de Guimarães, que se estenderam até os tempos da Balaiada (1838-1840) - e ainda além -, dando imensas dores de cabeça para as autoridades das duas províncias, que, por diversas vezes, tiveram que organizar ações conjuntas para tentar desarticulá-los. Enquanto o quilombo maior permanecia estável no território, os menores se mantinham em constante movimento, com o objetivo de dar suporte para os saques às fazendas, o que, possivelmente, poderia gerar uma divisão do produto das pilhagens. Essas redes de mocambos e suas relações com escravos do eito demonstram quão surpreendentes poderiam ser as sociabilidades marginais nos sertões do extremo-norte da América portuguesa e demonstram a variedade de estratégias de sobrevivência que os mocambeiros produziram com o intuito de conquistar sua autonomia, mesmo que fosse em detrimento dos produtores brancos.¹⁹

Ainda nas florestas de Turiaçú, muitas outras formas de sociabilidade foram sendo forjadas na virada do século XVIII para o XIX, fazendo de muitos mocambos verdadeiros complexos produtivos e comerciais que mantinham relações freqüentes com fazendas, povoações e vilas próximas, abastecendo esses lugares com víveres variados de primeira necessidade. Outros mocambos se estabeleceram próximos às minas dos rios Turi, Gurupi e Maracassumé, de onde tinham como garimpar ouro para comercializarem com compradores das vilas e povoações do Pará e do Maranhão, para adquirem bens manufaturados, como é o caso dos quilombos do Limoeiro e o de S. Benedito do Céu, na região de Turiaçú.²⁰ Dessa forma, é possível inferir que a sobrevivência material e social desses mocambos mineradores dependia

da disposição de redes comerciais ainda mais abrangentes, visto que envolviam pequenas casas comerciais, fazendeiros, regateiros, outros escravos, enfim, formavam conjuntos de relações sociais variadas, que não se restringiam aos mocambeiros, mas que poderiam se espalhar por grupos variados da própria sociedade colonial, dependendo da situação, o que colocava em xeque o próprio conceito de marginalidade das autoridades constituídas.

O papel da mineração de ouro para o estabelecimento de sociabilidade à margem da ordem colonialista também foi um dos mais importantes traços que marcaram a região limítrofe entre o Grão-Pará e Goiás.²¹ Entrecortada por igarapés e pequenos afluentes dos rios Tocantins e Araguaia, essa área fronteira servia, frequentemente, de rota para extravios de ouro pelos moradores que se deslocavam das localidades próximas a São João das Três Barras para o Pará, assim como servia de caminho de fuga de escravos de vilas da região do Baixo Tocantins, como a de Cameté, para os sertões, como sugerem as notícias de trânsito de indivíduos indo e vindo de Goiás.²² A forte correnteza em vários trechos do rio Tocantins e a existência de muitas cachoeiras²³ tornava perigosa sua navegação, como também dificultavam a perseguição e a prisão dos meliantes que construíam suas vidas muito distantes das leis ditadas pelo poder instituído. Grande parte da ribeira leste do Tocantins, portanto, compunha uma imensa borda geográfica, social e política do Grão-Pará assim como de Goiás.²⁴

A topografia bastante acidentada e de difícil acesso para as tropas, que vez por outra faziam incursões em diligências por aqueles espaços, logo foi aproveitada pelos marginais. Mocambos de escravos negros fugidos se estabeleceram nesses lugares. O mocambo de Alcobaça, chefiado pela negra Felipa Maria Aranha, com mais de trezentos moradores nas cabeceiras do rio Itapucú, e o mocambo de Caxiú, comandado pelo preto Félix, com cerca de quatrocentos moradores nas cabeceiras do rio Capim, talvez não tenham sido os únicos e maiores, mas, provavelmente, os que mais duraram. Vicente Salles levanta a hipótese desse mocambo do Alcobaça ter resistido até, pelo menos, 1895 e o de Caxiú ter ainda participado das lutas na Cabanagem após 1840.²⁵ Ao que parece, esses mocambos mantinham relações com outros fugitivos que provinham das vilas e povoações goianas de Três Barras, Tocantins, Arraias, Meia Ponte, Crixás e Paracatú (agora em Minas Gerais), todas elas faziam parte do “polígono do ouro” de Goiás, de onde mocambeiros desertores e índios, sobretudo os Carijós ou “canoeiros”, vinham comercializar o metal precioso que extraíam ou que roubavam com mais segurança e aproveitavam para assaltar as embarcações dos comerciantes e os comboios de ouro que desciam o rio Tocantins em direção à Belém, longe da perseguição das milícias e das tropas de linha.²⁶

Além disso, chama a atenção, entre as sociabilidades dessa região, as inúmeras práticas de sobrevivência que poderiam ser inventadas entre os habitantes de mocambos, indígenas e soldados desertores. O abandono puro e simples do serviço foi sempre um problema para os comandantes dos fortins de fronteira, principalmente quando os soldados carregavam consigo armas e munições dos armazéns reais, o que corriqueiro, por exemplo, no fortim de São João de Araguaia. As fugas de quatro soldados e um tambor carregando armamentos e grande número de cartuchos de balas em dezembro de 1818 não eram consideradas nenhuma novidade.²⁷ O inventário que foi feito a seguir demonstrou que o estado do Armazém Real era muito precário, o que poderia comprometer as diligências no Tocantins e, até mesmo, seriam insuficientes para a própria defesa do forte.²⁸ Pedidos de pólvora eram constantemente feitos para o governo central em Belém, também para a própria subsistência e segurança dos soldados, que utilizavam o armamento para a caça e para manter os chamados índios brabos, nativos ainda não totalmente integrados ao projeto de colonização portuguesa - principalmente Apinagé, Gavião, Timbira e Carajá -, afastados dos destacamentos.²⁹

As possibilidades desses fugitivos das milícias comercializarem esses artigos bélicos eram muito grandes, principalmente porque, naquela região, eram muitos os interessados em adquirir armas e munições. Negociar com os moradores ou com os mocambeiros do Alcobaça, que há muito tempo viviam “em verdadeira comuna republicana e com jurisdição policial por eles investida”, não era um absurdo, visto que esses poderiam possuir o tão cobiçado ouro, além de outros gêneros de primeira necessidade produzidos no mocambo e que poderiam ser utilizados como moeda com os fugitivos.³⁰ A longevidade desse mocambo talvez estivesse associada, em parte, à proximidade dos registros militares e do possível contato com os desertores, visto que armas, munições e cachaça eram artigos muito procurados pelos habitantes da região do Tocantins, como se fosse uma espécie de “moeda de troca”³¹. Por outro lado, não era incomum algumas etnias indígenas também procurarem armamentos e munições, como os índios Mani-û, que eram “índios mansos” ou aldeados, aliados ao destacamento de Arroios, que enviaram um “principal” de sua nação para “pedirem Armamentos e Ferramentas para se virem a situar-se a Margem do Rio”, o que prontamente foi negado pelo comandante³².

Pólvora, aguardente e armas integravam vivamente as relações sociais do sertão situado à ribeira do Tocantins. E em torno desses artigos poderiam ser construídas sociabilidades variadas entre os indígenas, negros, caboclos e os brancos, que giravam entre a reciprocidade e o conflito. Neste último caso, obter armamentos e pólvora em certa quantidade serviria para que vários habitantes dessa região pudes-

sem manter afastadas algumas etnias de índios que atacavam indiscriminadamente colonos e militares, em uma tentativa de resistir às expedições de “descimentos” indígenas e, conseqüentemente, ao trabalho forçado nas lavouras e destacamentos, que eram muito realizados por moradores e pelo próprio governo. A busca de mão-de-obra indígena para o cultivo das lavouras de cacau e de outros tantos víveres dos grandes proprietários introduzidos no vale do Tocantins a partir da segunda metade do século XVIII, e para o trabalho mecânico nas obras militares – como a construção de presídios, fortes, abertura de estradas, fábricas, etc. –, se constituía em prática importante nos sertões amazônicos provenientes de numerosos descimentos, principalmente do “lugar de índios” de Baião, de onde esses trabalhadores eram recrutados em massa pelo Diretório dos Índios³³.

Aliás, a afirmação de que os indígenas se constituíram em mão-de-obra quase que exclusiva nas relações de trabalho amazônicas ganha importância e sentido especialmente quando esses sujeitos integravam o rol dos foragidos da lei como desertores das fazendas e das próprias tropas, onde formavam regimentos específicos dentro das milícias, a “tropa de ligeiros”. Responsáveis por boa parte do trabalho braçal ou “mecânico” dentro dos destacamentos, os “operários ligeiros”, como também poderiam ser chamados, também se punham a desertar constantemente por causa dos maus-tratos e do severo controle a que estavam submetidos no serviço militar. Muitos tentavam sobreviver trabalhando possivelmente como guias das pequenas embarcações de regateio provenientes das minas de Goiás, com a concordância dos seus novos patrões, que os acobertavam e os incentivavam a mudar de nome para que não fossem pegos pelos registros da fronteira³⁴. Muitos, ainda, se sujeitavam a trabalhar para particulares, como foi o caso dos índios da povoação de Parauanssori, próxima do registro militar de Arroios, que passaram a trabalhar no corte de madeiras para um “principal”, visto que este lhes pagava pelo serviço realizado, ao invés de se manterem no destacamento sem receber os devidos soldos. O mesmo “principal” era ainda acusado de ser um grande “acoutador” de desertores das milícias, visto que “em sua Povoação que não serve senão para dar coito a Criminosos, e homens Refugiados desse Arsenal Real”³⁵.

Eram inúmeras as possibilidades de se forjarem relações de sociabilidade, o que dependia muito das mais variadas situações colocadas na linha fina entre a ordem e a desordem. Contudo, o que se pretendeu mostrar aqui é justamente a imprevisibilidade em que essas relações se baseavam não sendo prudente seguirmos qualquer tipo de modelo ou mesmo um perfil, sob pena de perdermos a riqueza dessa multiplicidade. Grande parte desses laços sociais, no entanto, estavam situados na fronteira entre o que era lícito e o mundo das transgressões, onde muitos viviam e construíam seus es-

paços de autonomia, em um intrincado jogo de solidariedades e conflitos. Talvez o que mais chame a atenção nesse complexo de sociabilidades de fronteira seja, justamente, os diferentes contornos que essas adquirem para as populações que nela habitam, que lhe dão uma gama de significados próprios e originais, muitas vezes distantes daquilo que os discursos do poder tentavam consolidar, como as noções de “permitido” e “interditado”. Esse mundo às avessas, todavia, não excluía os que estavam perfeitamente integrados ao ordenamento ditado pela legislação portuguesa, que, na dispersão das matas, rios e igarapés do sertão amazônico, não valia muita coisa frente às experiências fabricadas pelos sujeitos de condições sociais e etnias diversas.

Portanto, promover essa *diferença* entre os habitantes das fronteiras do Pará e os que viviam nos territórios espanhóis, franceses ou “brasileiros”, nos tempos que antecederam o processo de independência na Amazônia se tornava tarefa complicada, pois requeria quebrar noções de identidade firmemente fabricadas à margem da ordem pelos que acreditavam encontrar sentidos alternativos aos que estavam submetidos como vassallos do Rei de Portugal, da França ou da Espanha. Essa dinâmica que os contatos entre marginais e fugitivos de pontos diferentes das linhas que demarcavam a província adquiriam, portanto, se constituía na substância da própria “desordem”, visto que relações sociais forjadas entre mocambeiros, desertores, pequenos comerciantes, soldados, lavradores e etc. poderia ser um trampolim para que outros tipos de comunicação, especialmente no plano dos projetos políticos, se estabelecessem.

Por isso, fazia-se fundamental, na visão das autoridades do Pará, apertar o cerco sobre a fronteira e, com efeito, reduzir as possibilidades de se estabelecer um espaço público “popular” por onde girassem as informações sediciosas vindas de fora da província. Essa comunicação construída à sombra do controle exercido pelo poder político institucionalizado dava uma tônica particular ao contexto de avanço das utopias revolucionárias na Amazônia. Em meio a essas “fronteiras invisíveis”, negros fugitivos, colonos pobres, índios, regatões³⁶, lavradores e soldados desertores dos domínios francês, espanhol e de outros pontos da colônia portuguesa, entrevam na província e estabeleciam fluxos praticamente constantes de idéias na fronteira, levando e trazendo informações sobre os acontecimentos políticos. Estabelecia-se, assim, uma rede de comunicação original que possuía uma dinâmica própria, cujo campo de ação era de difícil sujeição por parte das autoridades civis e militares do Grão-Pará.

Notas

1 CASTORIADIS, Cornelius. *As Encruzilhadas do Labirinto: os domínios do homem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 225-243. Para uma abordagem mais próxima das ciências sociais e, em particular, da história, ver: BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. In: *Enciclopédia Einaudi*. Volume 5, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p; 296-332. O texto que referencia o conceito de “representação” é o de R. Chartier, para quem o mundo é apropriado por diversos grupos dispostos em lugares diferentes da hierarquia social. CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, 1991.

2 O conceito de “territorialidade” tem sido cada vez mais utilizado para estudos que trabalham as variadas relações entre história e natureza, tendo sido pensado primeiramente pelos geógrafos para as questões do desenvolvimento espacial brasileiro o fim do século XX, que chamaram a atenção para abordagens dos espaços a partir do referencial da *subjetividade* dos atores sociais nele inseridos. Para uma discussão interessante sobre “territorialidade”, consultamos a obras de Milton Santos. SANTOS, Milton. *A natureza do espaço – técnica e tempo – razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.

3 SAMPAIO, Patrícia Melo. Administração Colonial e Legislação Indigenista na Amazônia Portuguesa. In: DEL PRIORE, Mary; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Os Senhores dos Rios: Amazônia, Margens e História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, pp. 123-129.

4 A bula papal que sacramentou a criação do bispado no Pará foi expedida pelo pontífice Clemente 11º em meio aos protestos do bispo do Maranhão Dom Frei José Delgarte. Cf. PINTO, Antônio Rodrigues de Almeida. O Bispado do Pará. In: *Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará*. Tomo V, Belém: Typografia do Instituto Lauro Sodré, 1906, p. 10-11.

5 SAMPAIO, *op. cit.*, p. 124.

6 Um bom panorama sobre a situação das fortificações amazônicas entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX foi traçado por Arthur Vianna em artigo considerado clássico sobre o assunto, publicado nos Anais do Arquivo Público. VIANNA, Arthur. As Fortificações da Amazônia. In: *Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará*. Tomo IV, Belém: Typografia do Instituto Lauro Sodré, 1903, p. 227-302. Continuando o trabalho de Vianna, Arthur Cezar Ferreira Reis também elaborou um roteiro genérico dos principais fortes do Rio Negro. REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Roteiro histórico das fortificações no Amazonas*. Manaus, 1966.

7 Entendemos por “marginal”, como sugere Jean Claude Schmitt, aquele que é colocado à margem pela sociedade dominante, mas que pode ser integrado através do critério da “utilidade social”, quando a integração desses agentes indicar “algum tipo de proveito material”. SCHMITT, Jean Claude. A história dos marginais. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (orgs.). *A Nova História*. Coimbra: Almedina, 1990, p. 420.

8 As noções de “mocambo” e “quilombo” não têm, ao que parece, uma diferença básica e visível, a não ser a nomeação dada ao espaço constituído de fugitivos da ordem colonial escravista e militarista pelos administradores da Amazônia colonial e imperial. Trataremos como *mocambo*, que é a expressão grafada nas fontes de pesquisa consultadas, todos os ajuntamentos desses fugitivos, principalmente escravos, que se reuniam ao longo do território para tecer suas relações de autonomia.

9 Um bom balanço historiográfico recente que critica essa idéia de “isolamento” dos quilombos no Brasil colonial e imperial foi organizada por João Reis e Flávio Gomes. REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

10 Dois trabalhos são representativos nesse sentido. GUIMARÃES, Carlos Magno. Mineração, quilombos e Palmares – Minas Gerais no século XVIII. In: REIS et. al., *op. cit.*, p.139-163. SOUZA, Laura de Mello e. *Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2004.

11 NOVAIS, Fernando A. Condições de privacidade na colônia. In: NOVAIS, Fernando A.; SOUZA, Laura de Mello e (orgs.). *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 13- 39.

12 Essas reflexões são partes das preocupações de uma historiografia primeiramente construída por Capistrano de Abreu, que buscou primeiramente discutir o processo de construção do Brasil a partir das relações homem-meio, partindo das experiências construídas notadamente pelos habitantes dos sertões. Serviram-nos de base para compreender esses referenciais de colonização das áreas de fronteira: ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. 7ª edição, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000. HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1884. SOUZA, Laura de Mello e. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: NOVAIS; SOUZA, *História da Vida Privada no Brasil, op. cit.*, p. 42- 81.

13 Um trabalho bem interessante sobre a demografia da região de Maynas à época da Independência do Peru nos deu subsídios para visualizarmos as diversas etnias indígenas e mestiças que viviam e produziam próximo às fronteiras com a capitania do Rio Negro, principalmente nas cercanias do forte português de Tabatinga, o maior da região. Assim, a partir do estudo de Jose Barletti, podemos compreender que tipo de atividades se desenvolviam nesse amplo espaço de fronteiras desde a segunda metade do século XVIII até a década de 1810. BARLETTI, Jose. *La poblacion de Maynas em tempos de la independencia: analisis de Lagunas e Jeberos*. Documento técnico no 9, Instituto de Investigaciones de la Amazonía Peruana – IIAP : Iquitos, 1994, p. 14-5.

14 Embora as práticas extrativistas da piaçava e do cipó tenham caracterizado as relações existentes entre os índios Wekerena e Baré com os “brancos” e com outras etnias indígenas no período colonial, é curioso notar que, em grande parte, essas economias se mantiveram firmes até o fim do século XX. MEIRA, Márcio. História, economia e sociedade: os índios do rio Xié e a extração da piaçava. In: *Anais do Arquivo Público do Pará*. Belém: Secretaria de Estado da Cultura/Arquivo Público do Estado do Pará, 1995, pp. 222- 240.

15 Auto de perguntas ao preto Miguel, escravo de Antônio de Miranda, datado em 05/09/1791. Códice 259: Correspondências de Diversos com o Governo do Pará. APEP. Apud GOMES, Flávio dos Santos. Fronteiras e Mocambos: o protesto negro na Guiana Brasileira. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)*. Belém: Editora Universitária/UFPa, 1999, p. 234-236.

16 “(...) despedindo-se deles lhes disseram adeus até a festa do Natal e que lhes não vinham obrigar os pretos que fugissem e que só assim iriam os que quisessem ir por sua livre vontade e que mais lhe disseram que o caminho por onde costumava vir a vila já não era pelo flechal que era pela banda aonde Manoel Antônio de Miranda tem o seu curral para amor dos brancos que iam atrás deles; e que tinham uma canoinha no Rio Araguari para que quando vinham e iam se passearem nela de uma para outra banda e que mais lhes disseram que a sua assistência era do Araguari para lá mas que todos os pretos fugidos estavam da parte de cá e que para irem trabalhar nas terras dos franceses atravessavam um rio de água salgada para lá irem e que iam pela manhã e vinha a noite e que todos os pretos que desta vila tem fugido que lá estavam...(…)... e que quando vinham deixavam metade do mantimento no meio do caminho para quando voltavam..”. Ofício da Câmara da Vila de Macapá, datado em 21/02/1793. Códice 259. Correspondências de Diversos com o Governo do Pará. APEP. Apud Idem, ibidem.

17 Carta de 10/08/1811. Doc. No 20, Mocambo de escravos, 1811. Apud ASSUNÇÃO, Matthias R. Quilombos Maranhenses. In: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 440.

18 Essa área compreendia a antiga capitania do Gurupi, cuja donataria foi de Álvaro de Souza, que incentivou a instalação de fazendas e engenhos de cana-de-açúcar no século XVII. Com o advento da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1750-1777) houve a introdução maciça de negros escravos para o trabalho nessa região, agravando a isurgência de negros e a formação de quilombos como o de João do Congo. Cf. SALLES, Vicente. *O Negro no Pará: sob o regime da escravidão*. 2ª edição, Brasília: Ministério da Cultura; Belém, Secretaria de Estado da Cultura; Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”, 1988, p. 220.

19 ASSUNÇÃO, *op. cit.*, p. 441.

20 Idem, ibidem, p.436-7.

21 KARASCH, Mary. “Os quilombos do ouro na capitania de Goiás”. In: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 240-262.

22 BAENA, *op. cit.* p. 252 e 360; KARASCH, *op. cit.* p. 246; SALLES, *op. cit.*, p.230-1.

23 Segudo Antônio Baena, as cachoeiras começam a partir do lugarejo de Alcobaça (atual município de Tucuruí) até a divisa do Pará com Goiás. Denominam-se, em ordem crescente norte-sul: Tapaiunacuará, Guariba, Vita a eterna, Tucumanduba, Uerapepoaquima, Cunauá, Pitaoca, Chiqueiro, Inferno, Furo da Itaboca ou Arrependido, Tortinho, José Correa, Cachoeira Grande, Apinagé, Cajueiro, Capelinha, Valentim, Mandupixuna, Puraquecuara, Praia Alta, Boqueirão do Tauri, Seco Grande, Defuntinha, Tauririzinho, Mãe Maria, Serra Quebrada, Seco do Curuá, num total de 27 quedas d'água ao longo de todo o Tocantins. BAENA, *op. cit.*, p. 356.

24 Uma descrição minuciosa da viagem pelo rio Tocantins, de seus povoados, atividades produtivas e aspectos de sua natureza foi feita pelo naturalista britânico A. Wallace em 1848. A partir do lugar da Alcobaça, Wallace descreve o trecho até o registro de Arroios como sinuoso, repleto de ilhas de todos os tamanhos e quedas d'água que remetem as embarcações de encontro a rochedos e a redemoinhos. WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*. Brasília: Editora do Senado Federal, 2004, p. 110-111.

25 Esse mocambo situava-se nas cabeceiras do rio Itapucú, próximo à vila de Cameté, mas estendia seus domínios por uma vasta região ao longo da margem esquerda do rio Tocantins. Vicente Salles levanta a hipótese desse mocambo ter resistido até, pelo menos, 1895. SALLES, *op. cit.*, p. 230-231.

26 Em sua passagem pelo povoado de Pederneiras na década de 1930, Curt Niumendajú estudou os índios Apinagés e foi informado que eles tinham assaltado os quilombos das Pederneiras no fim do século XVIII, com o objetivo de conseguir ferramentas de trabalho. Esses ataques perduraram por um longo período até que Pederneiras foi abandonada e transferida para as cercanias do fortim-presídio de São João de Araguaia em 1797. Dessa forma teria se dado o fim de um povoado aonde, em suas proximidades, existia “um grande mocambo de escravos fugidos chefiado por uma mulher”. NIUMENDAJÚ, Apinayé *Apud* KARASCH, *op. cit.* p. 246.

27 “Dezertou deste Destacamento o soldado João Espindola da 1ª Companhia do 1º Regimento, em 5 de janeiro do Corrente anno, levou Arma e muniçoens militares, e seis Cartuxos embalados. Dezertou o soldado Manoel Raimundo da 3ª Companhia do ditto em 28 de Dezembro passado deixou as muniçoens Militares, levou tres cartuchos embalados. Dezertou o Tambor João Baptista da 7ª Companhia do ditto, em 28 de Dezembro do anno passado, dechou a Cacha de Guerra. Dezertou o soldado Antonio Jose Francisco do 3º Regimento da 7ª Companhia em 28 de Dezembro do ditto anno Levou huma arma pertencente a sua Magestade. Dezertou o soldado Theodozio da Silva da 8ª Companhia do ditto Regimento em 28 de Dezembro, Levou Armas (...)”. Ofício do Sargento José Bento de Araújo, do destacamento de S. João de Araguaia, para o capitão general do Grão-Pará, o conde de Vila Flor, datado em 21/01/1819. Códice 671: Correspondências de Diversos com o Governo (1814-1823). APEP. Outros índios também desertaram do armazém real para trabalhar nas canoas que faziam o comércio com a região das minas. Cf. Ofício do Tenente Comandante de Arroios, Antônio Barboza, ao Governador e Capitão-General do Pará, o Conde de Villa Flor, datado em 19/05/1819. Códice 671: Correspondências de Diversos com o Governo (1814-1823). APEP.

28 “3 Lançadas; 8 Lanternetas; 15 Armas; 1 Barril de Pólvora; 27 Libras da ditto; 13 Cartuxos de mosquete embaladas; 79 Ballas; 1 Arrouba de Chumbo; 1 Desandador de culatra; 4 Correntes de ferro”. Esse era todo o material existente no armazém real em janeiro de 1819, para patrulhar todo o território limítrofe entre o Pará e Goiás. Cf. Inventário das Muniçoens de Guerra e outros móveis que estão no Armazém deste Destacamento de S. João de Araguaia em Janeiro de 1819. Códice 671: Correspondências de Diversos com o Governo (1814- 1823). APEP.

29 Ofício do Tenente Comandante de Arroios, Antônio Barboza, ao Governador e Capitão-General do Pará, o Conde de Villa Flor, datado em 01/04/1819. Códice 671: Correspondências de Diversos com o Governo (1814- 1823). APEP. Ofício do Tenente Comandante de Arroios, Antônio Barboza, ao governador e capitão-general do Pará, o conde de Villa Flor, datado em 29/07/1819. Códice 671: Correspondências de Diversos com o Governo (1814-1823). APEP.

30 Inácio Moura informou, em 1895, que ainda existiam resquícios do mocambo de Filipa Aranha, e que os fugitivos viveram ali por largos anos sem serem incomodados. MOURA, Inácio *De Belém a São João do Araguaya*. Rio de Janeiro, RJ: Livraria Garnier, 1910, p. 84.

31 Disso nos dá notícia o naturalista Alfred R. Wallace, dizendo que “todos tinham precisão de munição e cachaça”. WALLACE, *op. cit.* p. 105.

32 Ofício do Tenente Comandante de Arroios, Antônio Barboza, ao governador e capitão-general do Pará, o conde de Villa Flor, datado em 19/05/1819. Códice 671: Correspondências de Diversos com o Governo (1814- 1823). APEP.

33 Esses cultivos no vale do Tocantins abarcavam, além da agricultura extensiva do cacau, o arroz, a maniva (Folha da mandioqueira moqueada), feijão, cana-de açúcar, mandioca e o café. Grande parte dessas produções destinavam-se a abastecer uma extensa área da comarca de Belém até a fronteira com Goiás e até mesmo serem exportadas para o reino, como parte das políticas pombalinas sobre a Amazônia. A mão-de-obra, no geral, provinha da contratação de trabalhadores junto ao Diretório dos Índios, mediante pagamento de salários. Cf. MENESES, Maria de Nazaré Ângelo-. *Histoire sociale des systèmes agraires dans la vallée du Tocantins – Etat du Pará- Brésil: colonisation européenne dans la deuxième moitié du XVIII^e. siècle et la première moitié du XIX^e. siècle.* Paris : Ecole de Hautes Etudes em Sciences Sociales, 1998 (These du doctorat).

34 Ofício do Tenente Comandante do Registro Militar de Arroios, Antônio Barboza, para o governador e Capitão-General do Pará, o conde Villa Flor, datado em 19/05/1819. Códice 671: Correspondências de Diversos com o Governo (1814-1823). APEP.

35 Ofício do Tenente Comandante do Registro Militar de Arroios, Antônio Barboza, para o governador e Capitão-General do Pará, o conde Villa Flor, datado em 29/07/1819. Códice 671: Correspondências de Diversos com o Governo (1814-1823). APEP.

36 “Regatão” era denominação comum para os pequenos comerciantes itinerantes que negociavam gêneros e víveres de primeira necessidade em suas embarcações pelos rios da Amazônia. Essa comercialização se dava comumente sem o uso de moeda corrente, sendo o “regateio”, ou seja, a negociação direta, uma prática usual que se concretizava a partir da troca.

CAPÍTULO 3

CAMINHOS DA HYDRA: DA GUIANA AO RIO NEGRO

FRONTEIRAS PERIGOSAS OU O COMBATE À HYDRA: GUIANA E RIO NEGRO

Existe uma interpretação considerada clássica na literatura histórica sobre a independência do Grão-Pará que atribuiu ao movimento constitucionalista da cidade do Porto, em agosto de 1820, o sentido de marco fundamental de influência do ideário liberal na Amazônia. A rejeição armada contra o governo interino britânico – instalado depois da derrota de Bonaparte e em virtude de a corte ter se instaurado no Rio de Janeiro em 1808 - também teve como objetivo iniciar uma nova era econômica e, sobretudo, política em Portugal, que fizesse com que a nação lusa recuperasse o prestígio e o estatuto de potência do passado expansionista dos tempos de Afonso Henriques. A “Regeneração” seria, portanto, o facho de luz condutor da nação portuguesa sob a égide da liberdade e da igualdade, conceitos que fariam com que Portugal, finalmente, entrasse na modernidade da “era das luzes”.

Somente diante desses novos horizontes que se assentavam em Portugal teriam se criado as condições necessárias para que o “vintismo”, isto é, o ideário regenerador e liberal fabricado durante os acontecimentos de 1820, se espraiasse para a Amazônia, principalmente a partir da atuação de alguns filhos da terra que lá se encontravam quando se deram os esfuziantes acontecimentos da chamada Revolução do Porto, como é o caso de Fillipe Patroni. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, Patroni teria retornado ao Pará em dezembro de 1820 com o intuito de divulgar os sucessos políticos que se sucediam no reino e, ao mesmo tempo, dar a conhecer à sociedade paraense os ideais que lá estavam sendo defendidos. Considerado o

fundador da primeira tipografia na Amazônia, Patroni figura como uma espécie de fio condutor das narrativas históricas produzidas principalmente pelo Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), visto que sua atuação teria sido marcante como redator do periódico *O Paraense*, impresso pelo qual se difundiam os princípios do constitucionalismo português e se faziam críticas à administração lusitana no Grão-Pará.

A retórica letrada se impõe nessas interpretações, fazendo com que a iniciativa política parta sempre dos círculos alfabetizados da sociedade que estavam ligados ou não à esfera do Estado. Poucos são os trabalhos que procuraram situar esse debate um pouco mais atrás no tempo, a partir das possíveis influências escritas e orais provenientes das fronteiras, e, mesmo assim, o fizeram com muitas reservas¹. Além disso, o espaço privilegiado da ação política e intelectual eram os círculos de sociabilidade que se informavam a partir do impresso de Patroni, sendo favoráveis ou contrários às críticas do redator.

A análise da documentação pesquisada e o debate historiográfico mais recente têm nos mostrado indícios de que o espaço da política não estava circunscrito a essas esferas políticas eruditas que se informavam através do texto escrito, mas que o campo de possibilidades de se ler a realidade poderia ser muito mais amplo e complexo. Essa diversidade de meios pelo qual a informação ganha corpo e sentido fora do mundo letrado se situa num ambiente marcadamente “popular”, isto é, nas esferas sociais não-institucionais, cujos espaços poderiam ser múltiplos e estarem em constante movimento, por causa das investidas do poder institucional em desarticulá-los continuamente. As fronteiras, em um primeiro momento, são os lugares por onde esses fluxos de informação estavam sendo produzidos e que, fragmentariamente, podem ser consideradas como uma espécie de “rede invisível” de comunicação. Delinear, mesmo que parcialmente, essas opiniões mudas – como sugere Jacques Ozouf – parecem ser importantes para deslocar o ângulo de visão do processo para outros campos ainda pouco explorados pela historiografia. Um mergulho no contexto histórico em que os projetos de revolução foram sendo construídos se faz, nesse sentido, fundamental.

As décadas que marcaram a virada do século XVIII para o XIX foram de intensa inquietação, especialmente nos lugares fronteiriços da capitania do Grão-Pará. Não era para menos. A configuração política européia pós Revolução Francesa não era nada animadora para as nações que possuíam possessões no ultramar, sentido maior do conceito de “império” desde a expansão comercial européia para o Atlântico nos anos quinhentos. A expansão napoleônica em direção ao ocidente europeu já era um projeto bem fundamentado desde, pelo menos, 1800, quando Bonaparte despachou para

Madri o general e conselheiro de Estado francês Carra Saint-Cyr com a missão de negociar uma aliança com Portugal ou iniciar sua ocupação². A “missão espanhola”, como foi chamada essa ação diplomática, primava por um acordo pacífico³ que colocasse as duas nações litorâneas sobre o comando de guerra francês, que buscava fechar parte da fronteira oeste às influências políticas e econômicas britânicas⁴. A criação do Corpo de Observação da Gironda, em março de 1801, seria o marco inicial da concretização dos planos expansionistas de Bonaparte a partir de deslocamentos de tropas para a fronteira com o Alentejo⁵. No horizonte político que se firmava na Europa, França e Espanha iniciavam uma série de negociações para a consolidação de uma aliança bélica, cujos frutos seriam a redefinição dos limites territoriais tanto na península ibérica como na América e o possível rateio de importantes territórios de fronteira na Amazônia portuguesa.

No dia 22 de março de 1808, um ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho, o conde de Linhares e ministro plenipotenciário de D. João, chegou às mãos do capitão-general do Grão-Pará, José Narciso de Magalhães e Menezes, contendo uma série de instruções acerca das providências que deveriam ser tomadas com relação à fronteira norte da capitania. A retórica do documento é incisiva quanto à necessidade de conseguir a “ruína total de Caiena”, que “seria para os Reais Interesses um objeto de grande valor”. Para o alcance desse objetivo, seria fundamental iniciar manobras ofensivas contra as forças militares francesas, com o auxílio naval de flotilhas portuguesas, que estariam a caminho para região, assim como dos efetivos militares ingleses dos portos do Suriname, Demerara e Esequibo⁶. Em anexo, foram enviados dois avisos que o mesmo ministro mandara expedir para as capitanias de Pernambuco e do Maranhão, com ordens expressas para que a primeira remetesse um corpo de oitocentos ou mil soldados voluntários das tropas de linha e milícias da capitania “sem a menor demora” para o Pará e a segunda para que colocasse suas tropas à disposição da mesma capitania em auxílio ao governador Magalhães e Menezes⁷.

Em outro ponto da capitania, na parte oeste, o governador e capitão-general do Pará Antônio José de Souza Manoel e Menezes, o conde de Vila Flor, enviou uma série de instruções ao governador da capitania anexa do Rio Negro, Manoel Joaquim do Paço, em junho de 1818, para que não “consinta as mais pequenas relações dos Povos daquela Capitania com os das Províncias insurgidas espanholas”. A alusão aos movimentos revolucionários que aconteciam para além da fronteira da Amazônia portuguesa fazia parte de preocupações que vinham se tornando freqüentes entre os administradores do Pará, que buscavam impedir que ecos desses movimentos sediciosos chegassem ao conhecimento da população habitante do Rio Negro. Por isso, era de fundamental importância que, nas mesmas instruções, o governador daquela distante

paragem – situada no limite oeste da capitania - empregasse “todos os meios que lhe forem possíveis para cortar toda a comunicação que possa haver entre eles”, ao mesmo tempo em que ordenava que “Vm.ce tenha as mais exatas notícias e informações do progresso do espírito revolucionário nos países limítrofes da Capitania”⁸.

“Espectros” de revolução advindos da Europa começavam a atingir a região amazônica colonial trazendo consigo a necessidade de maior controle sobre os espaços limítrofes localizados entre as possessões coloniais de Portugal e de seus incômodos vizinhos, a Espanha e a França. Os governadores do Grão-Pará não pareciam estar muito dispostos a negociar uma saída amigável para as relações com as possessões francesa e espanhola nas fronteiras norte e oeste da capitania, principalmente porque essas regiões ainda se encontravam sem uma definição absoluta dos limites territoriais, não se sabendo ao certo onde terminavam os domínios territoriais portugueses e onde se iniciavam os dos incômodos vizinhos estrangeiros. Ainda assim, a conjuntura política e econômica européia, que apontava para um conflito iminente entre a França e a Inglaterra desde meados do século XVIII, contribuía para que os diversos tratados territoriais anteriormente assinados entre as nações colonizadoras da Amazônia fossem colocados num ambiente político volátil e pouco confiável, fazendo com que as fronteiras anteriormente estabelecidas nos tratados estivessem sempre se movendo ao sabor das circunstâncias.

O binômio *fronteira-revolução* parece ser um dos eixos centrais para se compreender em que medida o Grão-Pará se inseria no campo de ação da modernidade liberal. Mesmo que as discussões luso-espanholas firmadas no primeiro Tratado de Madri assinado em 1750 tenham gerado um razoável consenso em relação aos limites territoriais entre o Rio Negro e as possessões espanholas do que viria a ser o Estado do Peru, a conjuntura política de crise do início do século XIX representava uma ameaça ao cumprimento desses acordos. Dessa forma, o Tratado de Badajoz e o segundo Tratado de Madri⁹, assinados Espanha e França em junho e setembro de 1801¹⁰ – essas duas últimas nações coligadas -, mantiveram a grande insatisfação portuguesa sobre a delimitação territorial ao norte e grande incerteza sobre a situação do oeste do Grão-Pará, o que representava um estrangulamento das relações franco- luso-espanholas tendo em vista as circunstâncias diplomáticas internacionais das relações entre os três países a partir de 1800 se apresentarem sob a lógica da volatilidade, com a ameaça iminente de ocupação militar de Portugal pelos franceses e uma possível ocupação espanhola pelo flanco oriental da capitania¹¹.

Conter essa movimentação militar nas fronteiras passou a ser uma das formas de controle mais atuantes na capitania desde os primeiros anos do século XIX. A partir

de 1807, as autoridades portuguesas começaram a posicionar tropas para guarnecer a fronteira com a Guiana sob o perigo visto como real de invasão francesa sobre o território português, posto que a ocupação do reino era dada, senão como certa, pelo menos como uma forte possibilidade. O estabelecimento do chamado “bloqueio continental” à Inglaterra por Napoleão Bonaparte redefiniu o jogo político no ocidente europeu, colocando Portugal numa situação muito frágil frente à supremacia militar francesa, principalmente após a assinatura do sigiloso Tratado de Fontainebleau entre França e Espanha, em que esta última se comprometia a ceder seu espaço para a entrada de quarenta mil soldados franceses em território luso e fornecer auxílio militar para viabilizar a ocupação francesa sobre as terras portuguesas. Em troca, a Convenção Secreta¹² estipulava que a administração sobre o território português e seus domínios ultramarinos seria dividida entre as duas nações. Tal conjuntura determinaria a própria transferência da sede do império português para o Rio de Janeiro em janeiro de 1808.

Contudo, a ameaça representada pela proximidade com o domínio francês, ao norte, e espanhol, a oeste, não se reduzia somente ao suposto perigo de uma invasão para além dos rios Oiapoque, Negro e Branco. O contato que a população da fronteira poderia ter com os incômodos vizinhos e suas idéias era um temor presente na comunicação tecida entre as autoridades locais. Por isso mesmo, a presença de estrangeiros no Grão-Pará era assunto recorrente nas instruções enviadas da corte para o governo da capitania, principalmente franceses, italianos e espanhóis, vindos tanto da Europa como da Guiana Francesa ou do Rio Negro. As ordens eram para que as autoridades grãoparaenses tivessem o maior cuidado com todos os estrangeiros que chegassem aos portos da capitania e que “logo que haja menor suspeita a seu respeito, devem ser mandados sair pela primeira Embarcação que partir para a Europa”¹³. Alegava o ministro de D. João que esses estrangeiros poderiam ser “espias” mandados por Napoleão para o território português com o intuito de angariar informações mais precisas sobre a defesa da capitania e seus recursos militares, como foi o caso da prisão de dois franceses chegados à Belém em abril de 1808¹⁴, entre eles um certo Mr. Muton, empregado na polícia de Lisboa sob a autoridade do general Junot, governador francês interino de Lisboa¹⁵. A atenção central que os funcionários dos portos deveriam ter quando localizassem algum estrangeiro nas embarcações chegadas à barra da cidade era a de que “seja logo preso, apreendidos e examinados os seus papéis e correspondências”¹⁶.

Inicialmente, essa situação na fronteira norte do Grão-Pará tinha levado o governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 25 de janeiro de 1752, a elevar a povoação de Macapá à condição de vila, com o intuito de “das as providências

precisas para o aumento da terra e para a defesa de qualquer invasão que pudessem intentar os Franceses”. Além disso, o mesmo governador informou à metrópole a necessidade da construção de um forte, por “não termos naquele sitio mais que um pequeno reduto fabricado de terra; e sem defesa alguma”. A fixação de colonos na ribeira do Amazonas seria uma estratégia para a ocupação e conquista de terras ao norte por Portugal, segundo o princípio do *utis possidetis juris* vigente no Tratado de Madri (1750). Com isso, a ocupação efetiva e o povoamento da fronteira norte seria fundamental para garantir as terras daquela região para o domínio de Portugal, o que levou também à fundação da vila de Mazagão em 1770 com colonos açorianos trazidos ao Pará com recursos da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, num investimento total de 18:000\$¹⁷. Essas providências políticas se mantinham firmes em meados dos anos setecentos, cujo curso dos negócios políticos apresentava ainda maior periculosidade para a manutenção do poder absoluto do império português, notadamente em sua parcela americana.

Nas regiões dos rios Negro e Branco a situação não era muito diferente. Desde a segunda metade do século XVIII, o estado lusitano esteve inserido no debate sobre a delimitação das fronteiras com a Espanha segundo novos critérios, pois os adotados pelo Tratado de Tordesilhas, vigentes desde 1494, não davam mais conta da real situação da ocupação de terras nas colônias portuguesa e espanhola. A Comissão de Demarcação e Limites, formada por militares e estudiosos à serviço dos dois governos ibéricos para dar cumprimento ao que havia sido estipulado no acordo de 1750 entre essas duas nações, trabalhava sob forte clima de tensão. Alguns incidentes acontecidos quando da Partida da comissão espanhola para o Peru, sob a chefia de D. Francisco de Requeña, foram tratados com cautela pelo governo lusitano do Rio Negro¹⁸. Em contrapartida, o comissário espanhol acusava o governador do Rio Negro Manuel da Gama Lobo de Almada de promover constantes descimentos ilegais de índios da província peruana de Maynas, nos domínios espanhóis, para serem integrados aos campos de trabalho do forte de Tabatinga e de algumas povoações portuguesas, assim como o acusava de acoitar negros e soldados espanhóis desertores em domínios lusitanos¹⁹.

O nervosismo aumentou sobremaneira com o passar do tempo, levando as tropas portuguesas a se reforçarem e se municiarem perante um possível ataque castelhano. Através de informações dadas por um soldado desertor espanhol que foi preso na foz do rio Içá, os comandantes militares lusos ficaram sabendo que “os Hespanhoes andavam por aquelas partes em Armas contra os Índios que se tinham levantados com os mesmos Hespanhoes”, o que era motivo suficiente para que os registros mili-

tares localizados ao longo dos rios Negro e Branco “conservasse sempre alerta, porque toda a cautela e vigilância em qualquer Posto Militar era sempre de muito crédito para quem o Comandava”. Diante dessa terrível possibilidade de invasão castelhana, Manuel Gama Lobo de Almada ordenava que mandasse para a foz do Içá “mais um Furriel com seis Soldados, e para Tabatinga um Oficial e três Inferiores, quarenta arrobas de Pólvora e o seu Chumbo competente em Balas e Perdigos”²⁰. Um pouco antes, o mesmo governador fora avisado da “chegada de mais Tropa vinda de Quito”, o que era de fundamental importância que os postos de fronteira estivessem sempre atentos sobre o que acontecia do lado inimigo, pois “sejão quaisquer que forem as boas e amistosas disposições dos dois Soberanos, às vezes não influem e nem a regular conduta e gênio dos Hespanhoes na América”²¹.

Existiria, assim, um trânsito freqüente de índios, negros e soldados desertores dos dois lados da fronteira, que passou a tomar proporções alarmantes a partir do fim do século XVIII, pois passava a colocar em cheque a própria segurança do lado português. A deserção de soldados se constituía em inquietação constante tanto para o lado português como para o espanhol, que tentaram chegar a um acordo de extradição imediata de militares em 1792²². Soldados e militares inferiores poderiam ser muito úteis na arrecadação de informações estratégicas sobre a movimentação da tropa no limite entre as duas colônias. Era necessário conter, o quanto antes, esse fluxo de pessoas dos dois lados, visto que soldados, escravos e trabalhadores livres de lugares diversos mantinham contatos cotidianos que poderiam ser nocivos à ordem política e social vigente na Amazônia Portuguesa.

A circulação de índios nessa região era ainda mais difícil de controlar, visto que as fugas eram facilitadas pela topografia bastante recortada por rios, furos e igarapés, rotas perfeitas para, em qualquer situação de ameaça, pudessem escapar dos descimentos e do trabalho forçado nas povoações e fortes militares. Lobo de Almada alertava o comissário espanhol Francisco de Requeña, em setembro de 1791, de que seria praticamente impossível recuperar alguns índios que haviam desertado de sua comitiva para o Rio Negro, pois “continuadamente estão sempre a fugir para lá e para cá”, dada a “facilidade de que lhe oferece um País aberto”²³. Índios e negros também se associavam nas fugas e no estabelecimento de mocambos nessa região, como o que foi perseguido pelas tropas portuguesas às margens de um igarapé, próximo à vila de Olivença²⁴, nas cercanias do registro militar de Tabatinga, onde o Sargento Mor alertava que o ataque inimigo poderia vir tanto pelo rio como por terra e era capital que se mantivessem “na vigilância de Mucambos, e Gentios, que com os Hespanhoes tem a maior comunicação, e familiaridade”²⁵.

Esse contexto de intensa militarização nas fronteiras da capitania redundou, na primeira década do século XIX, no estratagema de ocupação e anexação

da Guiana Francesa entre 1809 e 1817. Talvez para evitar esse constante afluxo de notícias providas da colônia francesa, D. Rodrigo de Souza Coutinho, em correspondência *confidentielle* ao então embaixador britânico, Lord Strangford, pediu que transmitisse ao primeiro ministro da Inglaterra George Canning que cooperasse com o capitão-general do Pará a fim de organizar uma expedição inglesa com o objetivo de destruir as fortificações de Caiena e, se possível, dispersar todos os negros e mestiços da colônia para os “regimes pretos” das Antilhas, Haiti ou para a África. A Guiana Francesa, portanto, continha um emaranhado de ideários perigosos para a situação política de Portugal, porque provinham de realidades políticas diversas e que poderiam influenciar indivíduos de procedências sociais variadas na hierarquia social da capitania.

Arruinar a colônia como um todo seria uma estratégia para que, uma vez selada a paz e a Guiana voltasse a ser francesa, que tivessem que recomeçar tudo novamente, não deixando margem para jamais prosperasse²⁶. Tinha início uma ação militar extrema para conter qualquer tipo de comunicação que o Grão-Pará pudesse ter com o mundo francês e com seu projeto liberal de sociedade. A anexação política de Caiena ao território da Guiana Portuguesa foi, provavelmente, o último trunfo que a administração lusitana possuía para impor seus interesses no que concerne à territorialidade a que tinham direito e ao perigo que aquela colônia representava para os interesses políticos de Portugal.

O impacto que a Revolução Francesa causou na colônia acima do Equador era motivo de extrema preocupação por parte das autoridades políticas da capitania do Pará, principalmente por conta da grande violência praticada por mestiços, negros escravos e soldados da guarnição de Caiena, que se insubordinaram contra os proprietários brancos e promoveram grande matança entre eles - a exemplo do que acontecera em S. Domingos no Haiti, de onde os escravos franceses da Guiana não eram insensíveis ao que lá se passava. A repressão foi impetuosa, mas as revoltas “de baixo” não podiam ser negligenciadas. Foi decretada a abolição dos escravos em 1794, promovendo o abandono do trabalho pelos negros e saques de diversas fazendas, o que logo fez com que o governo revogasse a medida. A situação ficou ainda mais complicada com o desembarque em Caiena, em 1797, de trezentos e vinte e oito degredados por toda a vida – em sua grande maioria padres -, vindos de Paris por ordem do Diretório, que, provavelmente, passaram também a fazer “desordens”²⁷.

O clima de instabilidade política e insegurança era tal que transpor a fronteira para o lado português se tornou uma alternativa importante para parte da população de Caiena que se sentia ameaçada pelos distúrbios sociais. Proprietários franceses atravessaram a fronteira do Oiapoque, pedindo proteção do governo do

Grão-Pará para si e suas famílias, ao mesmo tempo em que traziam notícias da difícil situação vivida na Guiana Francesa. Esse foi o caso, por exemplo, dos proprietários rurais de Caiena Mrs. Carmell, Grenoullier e Sahut²⁸ que, “receosos dos escravos que se declaravam iguais aos Brancos”, chegaram a Belém em junho de 1795, sendo transportados à vila de Bragança, onde deveriam residir em forma de confinamento²⁹. A política portuguesa era a de acolher, mesmo que com reservas, esses refugiados mediante rigorosa investigação em seus pertences, para verificar se levavam armas de fogo e munição, além de atenção redobrada sobre seus papéis e passaportes³⁰ “para o mais circunspeto exame os que diziam respeito a Revolução da França, da Colonia de Caiena, e alguns outros proibidos”. Tal foi realizado com Jacques Carmel, tendo sido encontrado com ele “alguns Livros de Orações, de Doutrina e da sua profissão de Mar, ou de Bellas Artes”, e entre os seus papéis “o Decreto último da Assembléia Colonial de Caiena para serem constrangidos os Pretos a trabalhar debaixo das mais rigorosas penas”³¹.

Caiena foi ocupada por tropas de linha e milícias vindas de diferentes partes do Brasil e do Grão-Pará³², com o auxílio de uma esquadra inglesa sob a comandância do oficial britânico Mr. James Lucas Yeo, em dezembro de 1808, sendo selada, a 15 de fevereiro de 1809, a anexação política e econômica da possessão francesa e enviada à Belém a participação oficial do comandante Manuel Marques³³. A efetivação da conquista fez com que interesses principalmente econômicos se sobrepusessem ao projeto de destruição da sede do governo francês, como consta nas instruções de D. Rodrigo de Souza Coutinho após a capitulação de Caiena a ordem para transferir árvores e especiarias cultivadas pelos franceses na propriedade *La Gabrielle* - como o cravo da índia ou girofle, cana-de-açúcar do Oytahiti, canela, noz moscada - para serem produzidas no Pará e, especialmente, no Rio de Janeiro³⁴. A própria ocupação requereu um significativo montante de investimentos na manutenção das tropas portuguesas, o que foi feito mediante vultosos empréstimos de proprietários do Pará para o governo, visando a manutenção das tropas lá destacadas que sofriam com os problemas crônicos de atraso dos soldos, falta de “etapes” e até de fardamentos. O abastecimento do imenso contingente militar português destacado em Caiena seria um grande negócio para uma nova elite emergente no Pará, composta por credores do governo³⁵.

Em contraste com a construção simbólica das comemorações pela conquista militar, seguidas de grande pompa em Belém³⁶, a anexação do território para além do Cabo Norte não significou tranqüilidade no que tange à circulação de princípios revolucionários na fronteira. Nas instruções do conde de Linhares ao governador e capitão-general do Pará José Narciso de Magalhães e Menezes, uma das prioridades

a ser cumpridas era a de “procurar fazer sair da Colônia todos os Homens revolucionários, e cuja conduta futura pudesse, de qualquer modo, [influenciar] nas futuras vicissitudes a que pode ficar sujeito esse Estabelecimento”³⁷.

Essa preocupação estava também colocada sobre as tropas que estavam destacadas em Caiena, que ameaçavam se rebelar frente aos inúmeros problemas gerados com a ocupação. Soldados e oficiais inferiores reclamavam dos castigos físicos freqüentes sob os quais estavam submetidos, além de reivindicarem seus direitos de serem rendidos por outros contingentes que deveriam ser destacados de Belém, por se sentirem degredados de suas terras de origem³⁸. Esses seriam motivos sérios que teriam levado, logo nos primeiros meses da ocupação, em 9 de junho de 1809, a uma rebelião de soldados supostamente liderados pelo Tenente Coronel Manuel José Xavier Palmeirim, que teria como aliados dois irmãos franceses, os Grimard, “habitantes daquela Colônia, os quais dizem ter derramado opiniões insidiosas, querendo persuadir nossos Soldados que o castigo das Pranchadas é bárbaro e injurioso”³⁹.

O contato entre as tropas de linha e milícias do Grão-Pará e os franceses era motivo de grande temor para os dirigentes políticos da capitania e da recém-anexada colônia de Caiena. Por isso é que em suas instruções sobre a sorte de Caiena depois da capitulação, D. Rodrigo de Souza Coutinho tenha colocado como primeiro ponto essencial da posse militar da nova colônia que “tantos às Tropas de Terra, como de Mar, se dê àquela parte do Despojo Militar, que justamente pertence, e ainda mesmo dos Petrechos Militares que por moderada avaliação se tomarem para a Fazenda Real”⁴⁰. Parte dos problemas de abastecimento que as tropas estariam sofrendo deveria ser resolvido com os próprios recursos existentes na colônia, sobretudo das plantações, gado e víveres produzidos pelos fazendeiros e negociantes franceses residentes na colônia. Essa política, permitida pelas leis da guerra de todas as nações européias, acabou causando uma série de situações de violência, em que soldados invadiram e saquearam diversas fazendas⁴¹.

Por outro lado, era de fundamental importância controlar o fluxo de pessoas e de informações que adentrassem à Guiana vindo do Caribe e da Europa. Com esse propósito, o governo português criou o cargo de Intendente Geral de Polícia de Caiena, que seria o encarregado das tarefas da justiça e dos demais serviços da administração civil da nova colônia, com ênfase na questão da segurança pública. No decreto de posse da nova autoridade administrativa, as principais instruções reais se concentraram na manutenção da “tranqüilidade da mesma Colônia”, tendo o intendente “todo o cuidado de nada praticardes, que possa produzir movimento, ou inquietação alguma”. O intendente de polícia – cargo ocupado primeiramente pelo magistrado mineiro João

Severiano Maciel da Costa - deveria, sobretudo, “assegurar a subordinação dos Negros”, que constituíam a maioria da população de Caiena e de toda a Guiana⁴², o que se revelava um quadro de perigo constante para a população branca da colônia e para as tropas de ocupação, visto que eram os que encabeçavam “desordens” diversas com base nas doutrinas revolucionárias provenientes da França. Daí que uma das instruções mais importantes do decreto de posse era a de “muito essencialmente evitar toda a correspondência dos habitantes com o Governo Francês”, que era considerado um dos motivos centrais para a irrupção de movimentos sediciosos, como o que foi supostamente liderado pelo major Palmeirim, assim como outra conspiração entre os soldados de ocupação que esteve a ponto de explodir em março de 1811⁴³.

No mesmo contexto, o clima de agitação na fronteira com a América espanhola passou a inspirar extrema cautela a partir do período 1808-1810, quando notícias esparsas sobre os acontecimentos políticos nos vice-reinados do Prata e de Nova Granada começaram a chegar à fronteira com a capitania do Rio Negro. Em abril de 1810 farta correspondência trocada entre D. Rodrigo de Souza Coutinho e o governador do Grão-Pará José Narciso de Magalhães e Meneses fazem alusão a certos ofícios recebidos da Filadélfia, informando acerca da entrada de supostos emissários franceses a mando de Bonaparte nas terras da América portuguesa, que estariam a bordo da galera *Tilsit*, vinda de Bayona, a fim de “propagar na América, Doutrinas Revolucionárias, e trazendo para este fim Proclamas, e papéis sediciosos para os espalhar clandestinamente” e ainda “incendiarem o quanto puderem os Estabelecimentos Portugueses e Espanhóis nesta parte do Mundo”⁴⁴.

A referência à Bayona, cidade situada na fronteira entre a França e a Espanha, não era aleatória. Nessa cidade, em março de 1807, Bonaparte protagonizou um golpe de estado sobre o trono espanhol, anexando praticamente toda a nação ao império francês, como parte da estratégia do “bloqueio continental” contra a Grã-Bretanha. Bayona passou a ser a sede do governo de ocupação napoleônico sobre a Espanha, depois que o imperador imiscuiu-se como mediador da questão sucessória local, não reconhecendo a autoridade do rei Carlos IV e nem a de seu sucessor, Fernando VII, e ainda impondo José Bonaparte, seu irmão, como novo governante. Esse episódio ficou conhecido como a “farsa de Bayona”, visto que a Espanha teve quatro reis em um único dia – Carlos IV foi nomeado monarca duas vezes, seu filho Fernando VII e José Bonaparte -, o que acabou deflagrando a ilegitimidade do governo monárquico e a formação de Juntas Governativas tanto no reino como na América Espanhola, que iria redundar na formação dos primeiros movimentos emancipacionistas e republicanos nas regiões andina e platina⁴⁵.

O perigo revolucionário parecia se multiplicar aos olhos das autoridades da corte e da província do Grão-Pará, que tentaram, mais uma vez, fechar o cerco sobre as embarcações que aportavam na “cidade do Pará”, sempre instruindo o responsável pela alfândega a fazer rigorosa busca e apreensão nos papéis, impresos em poder dos estrangeiros que, porventura, estivessem a bordo. Embora a ordem emanada da corte fluminense fosse de “pôr essa Capitania no maior pé de defesa contra os Franceses”⁴⁶, outros estrangeiros considerados aliados da política napoleônica passaram a integrar a lista de suspeitos de propagar a desordem em domínios lusitanos. Italianos, alemães e espanhóis foram também muito visados. Porém, a abertura comercial selada entre Estados Unidos e França no início de 1811 determinou a proibição de desembarque de qualquer cidadão norte-americano em solo português que não portasse passaporte devidamente liberado pelo encarregado de negócios portugueses na Filadélfia⁴⁷.

Contudo, se o momento-chave de ruptura da legitimidade monárquica espanhola tinha se dado com a situação política de *vacatio regis*, ou seja, de “vacância real”, a tentativa de proclamação de *juntas* governativas no Alto Peru e em Quito a partir de 1809 representava um perigo real, e talvez iminente, de “contaminação” revolucionária para a população das capitanias do Grão-Pará e Rio Negro. Tal situação ficou alarmante a partir das notícias de que ecos do movimento de independência no Chile e no Peru poderiam atingir a fronteira com o Rio Negro. Em correspondência à Junta Provisória do Grão-Pará em dezembro de 1821, o tenente coronel espanhol José de Valdez chamava a atenção para as funestas influências políticas que a ação do revolucionário José San Martín vinha exercendo sobre uma série de províncias peruanas ao longo da fronteira com a Amazônia portuguesa.

Com um corpo considerável de tropas rebeldes ao domínio colonial espanhol, San Martín iniciara uma série de movimentos sediciosos em Piura, Puerto de Payla, Lambayeque, Fauxilho, Chota, Caxamarca e Chachapoyas, províncias integrantes do vice-reinado de Nova Granada, região onde a presença de indígenas e *criollos* no processo de independência foram fundamentais. Tendo sido preso na casa de Félix Olazabal, um dos chefes leais a San Martín, Valdez relata que presenciou a chegada de correspondências trazidas por uma fragata inglesa proveniente do Rio de Janeiro.

(...) [En] el trece de Febrero, [en] Puerto de Payla, una Fragata Inglesa procedente del Rio Jeneyro, haviendo echo escala em Valparayoeita, condus correspondência yen la casa del referido Olazabal. Vi siete cartas de las mismas correpondencias;

los dos estaban escritas en idioma Inglez, una en Francez, todas escritas en Pernambuco; las otras quatro estaban escritas con cifras [ilegível] con los números 106, 73 y 16 datadas em Pernambuco y la outra datada en Rio Jeneyro⁴⁸.

Embora as sete cartas tenham sido vistas no litoral do Peru, as agitações revolucionárias estavam concentradas na extensa província de Maynas, cuja comunicação com as importantes cidades de Trujillo e Lima se davam pelo eixo Moyobamba-Chachapoyas, por onde agiam as tropas de San Martín⁴⁹. Os vínculos que Maynas possuía com a Amazônia portuguesa era fonte de preocupação para os governadores do Grão-Pará a partir de 1808- 1810, justamente por causa do grande perigo de esses movimentos se espriarem para além da fronteira. Outro ponto que chama a atenção nesse relato é a existência de uma possível rede de comunicação entre sediciosos da América espanhola e portuguesa, juntamente com os oficiais ingleses, talvez colocada dentro de um projeto de luta comum contra o Antigo Regime dos dois lados da fronteira. A troca de cartas, proclamações, pasquins, impressos, deveria ser intensa, mesmo com todo o aparato de vigilância montado pelas autoridades castelhanas e lusitanas sobre a circulação de embarcações, estrangeiros e seus papéis nas fronteiras. Na clandestinidade se iam produzindo estratégias revolucionárias diversas e articuladas entre as duas Américas Ibéricas, cujos indícios eram relativamente conhecidos pelas autoridades do Grão-Pará, mas cujos impactos na população da fronteira era de difícil mensuração.

A prisão do tenente coronel Valdez em casa do revolucionário Olazabal ainda elucidaria outra dimensão importante dessas relações sediciosas de fronteira: o conteúdo das cartas. Valdez é categórico quanto às informações supostamente contidas nas cartas vistas por ele:

(...) todas siete toman al principio dos [ilegível] impresa en lengua castellana; en premero decía Fraternidad, Union y libertad y en el otro Muera el despotismo, mueran los tiranos, viva la independéncia” (grifos do documento)⁵⁰.

Em primeiro plano, os princípios da Revolução Francesa. Em seguida, a negação aos pilares de uma ordem em franca desagregação no lado espanhol – que culminou com a independência do Peru em julho de 1821 - e abertamente criticado no lado português, especialmente no Rio de Janeiro e em Pernambuco. Esses ideais, ao que tudo indica, estavam sendo divulgados pelos movimentos sediciosos peruanos ao longo de praticamente toda a fronteira com a capitania do Rio Negro, sendo, portanto, parte de uma comunicação que não estava restrita aos que lá viviam, mas que

abarcava um espaço muito maior, onde a construção de projetos políticos se dava por vias clandestinas. Mas, torna-se legítimo considerar que dos espaços de fronteiras era possível saber o que se passava dos dois lados e mesmo conhecer os ideais e projetos de futuro defendidos, o que inseria grande parte da população desses lugares numa rede de informações que ultrapassava em muito os limites institucionais do território e, mesmo, da política. Planos de independência constituídos a partir de referenciais intelectuais ligados ao ideário liberal circulavam perigosamente num espaço social marcadamente indígena e iletrado que deveria ser colocado em observação constante, por causa dos possíveis impactos que lemas como “fraternidade, união e liberdade!” e “morra o despotismo!” deveriam causar em uma população que já possuía as alcunhas de indolente e indisciplinada.

O avanço das sedições independentistas oriundas de vários pontos da América Espanhola representava ameaça direta aos pilares da ordem política e social das possessões portuguesas na Amazônia, principalmente por causa da radicalidade que poderiam assumir se caso envolvessem também os habitantes do lado de cá da fronteira. Por isso, os contatos oficiais que se fizessem com esses grupos revoltosos deveriam ser mediados com grande cautela para que não se tornassem públicos no espaço interno, como provavelmente poder ter acontecido quando os líderes José Antonio Paez e Simon Bolívar buscaram o reconhecimento de seus movimentos políticos junto às autoridades portuguesas, tentando negociar as primeiras relações da República da Venezuela com o comandante do forte de Marabitanas Pedro Miguel Ferreira Barreto⁵¹.

Malgrado ter existido possibilidades diversas de terem se estabelecido conexões entre os movimentos independentistas venezuelanos com a sociedade do Grão-Pará e Rio Negro, a documentação guardada nos arquivos públicos a que tivemos acesso demonstra o grande relevo que adquiriram as relações provinciais com as sedições políticas do Peru, cujos momentos de tensão pareciam tomar dimensões alarmantes a partir de 1821. Com o avanço das tropas leais a San Martín, parte das autoridades espanholas passou a requerer a entrada em território português com o intuito de chegarem até o litoral atlântico, para poderem seguir rumo ao reino, o que por si só representava uma situação diplomática móvel e para lá de preocupante. D. Hipólito Sanches Rangel, bispo da província de Maynas, relatava ao governo provisório do Pará que estava sendo “perseguido de morte” e que todas as fronteiras com a América portuguesa estavam tomadas pela “mais cruel insurreição”, forçando diversas autoridades espanholas, como os prelados, eclesiásticos e até membros do poder executivo a fugirem para não perderem suas vidas⁵². O mesmo pedido foi feito pelo

governador interino de Maynas, D. Manoel Fernandez Alvarez que, mesmo se conservando ainda em Laguna, solicitava ao comandante de Tabatinga entrada imediata em território português⁵³, sendo que doze comarcas peruanas já tinham jurado à causa da independência e estavam orbitando em torno das ordens dos revoltosos, o que somava um total de trezentas léguas do país sob o poder de San Martín⁵⁴. Os pedidos foram todos concedidos, depois de insistentes correspondências trocadas com muita cautela da parte das autoridades militares lusitanas⁵⁵.

A situação política nos domínios espanhóis não era das melhores, mas era prudente conhecê-la, para que se pudesse construir um quadro menos impreciso das possíveis influências que esses movimentos revolucionários poderiam estar exercendo sobre os habitantes que viviam nas paragens limítrofes da província do Rio Negro. A circulação dos ideais libertários das tropas de San Martín, Paez e Bolívar parecia ser uma realidade crédula para muitas autoridades comandantes do Grão-Pará, que tentavam controlar esses fluxos de informação sem muito sucesso. Contudo, a partir dessas correspondências trocadas entre os grupos dirigentes portugueses e os fugitivos espanhóis é possível inferir que o campo de comunicação que esses ideais alcançaram não se restringia aos sujeitos ligados às instituições basilares da ordem colonial, mas que muitas tentativas de revoltas, insatisfações, protestos cotidianos nesses lugares poderiam, em contato com os princípios radicais da revolução liberal, se tornar explosivos, com uma forte conotação transformadora. Pelo menos, essa é a impressão que passam as retóricas dos membros do governo quando se referiam aos sujeitos que pediam entrada em território português.

As influências que os habitantes da província peruana de Maynas poderiam exercer sobre a população do Rio Negro foram, mais uma vez, destacadas em meio aos embates independentistas que marcaram o Grão-Pará a partir de 1821. O Governador das Armas da província, José Maria de Moura, ressaltava, em correspondência ao governador interino do Rio Negro, que seria “prudente prevenir com antecipação quaisquer acontecimentos que possam ter lugar por parte dos Habitantes do Peru sobre a fronteira do Rio Negro”, instruindo o comandante do forte de Tabatinga para que mantivessem os fortes militares em alerta “em caso de ser urgente repelir qualquer agressão feita pelos Habitantes, ou Tropa da Província de Maynas”. Para isso, Moura colocava a disposição do governo do Rio Negro “uma companhia de infantaria, um destacamento de artilharia, seis bocas de fogo de calibre 6 e 4 municadas a cem tiro por boca, com armas de infantaria e trinta mil cartuchos”, sendo que tudo deveria ser aprontado com a maior urgência. Recomendava ainda que a tropa marchasse de Belém paga de soldos, além de uma reforma imediata para reedificação de registros

militares ao longo do rio Solimões⁵⁶. Toda essa operação de guerra acontecia em um dos momentos mais difíceis para a ordem colonial portuguesa na Amazônia, visto ter o mesmo José Maria de Moura protagonista de um *putsch* no governo civil em março de 1822, com o intuito de frear movimentos sediciosos que se organizavam em prol da independência através das armas e da imprensa.

As fronteiras norte e oeste da Amazônia portuguesa, portanto, eram espaços por onde a utopia revolucionária adentrava o Grão-Pará, a partir de intensa e rica comunicação – escrita e, sobretudo, oralizada – construída por baixo das malhas finas atadas pelo poder para controlá-las. A extensão dessas linhas divisórias que, teoricamente, separavam as Américas portuguesa, francesa e espanhola aumentava a dificuldade de policiá-las com o mínimo de eficiência, deixando-a praticamente aberta para que as trocas de experiências cotidianas comuns entre os habitantes se dessem sem nenhum controle efetivo por parte do Estado. De forma lícita ou oculta, as relações políticas e os projetos de futuro tecidos nesses lugares foram se fortalecendo nas primeiras décadas do século XIX, remetendo a Amazônia à antiga ilha grega de Lerna, onde vivia a temível *Hydra*.

Essa imagem – de uma besta de muitas cabeças que se multiplicavam quando cortadas – era uma constante na retórica dos agentes da ordem colonial, cujas preocupações sempre foram fortes em relação aos perigos que a revolução poderia causar na organização interna da sociedade, especialmente porque outras margens da província poderiam também servirem de portas de entrada para outros ideais de revolução que estavam sendo fabricados pelos próprios “brasileiros” de outras províncias. Antes mesmo de cortar as cabeças da *Hydra* “estrangeira”, outras cabeças começavam a crescer e se tornarem tão perigosas e assustadoras quanto a que estavam sendo combatidas, estão bem mais próximas, pois nasciam sob o mesmo território. As fronteiras com o Maranhão e com Goiás foram tão preocupantes quanto Caiena e Maynas, por serem caminhos possíveis para o estabelecimento de diferentes alternativas políticas para o Grão-Pará que, a partir da década de 1820, passou a ser assolada pelo fluxo de informações que poderia inserir na sociedade “de cor”. Eram, naqueles lutosos tempos, outras margens a serem combatidas com urgência.

Notas

1 Mário Barata, Gerado Mártires Coelho e José Alves de Souza Jr. produziram interpretações do processo de independência do Pará que, se não tinham por objetivo tácito discutir os parâmetros cronológicos tradicionais, pelo menos, reelaboraram alguns pontos importantes das possíveis influências do liberalismo na província, relativizando o peso do “vintismo” português na história intelectual local. BARATA, Mário. *Poder e Independência no Grão-Pará, 1820-1823*: gênese, estrutura e fatos de um conflito político. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973- 1974. COELHO, Geraldo Mártires. *Anarquistas, Demagogos e Dissidentes*: a imprensa liberal no Pará de 1822. Belém : CEJUP, 1993. SOUZA JR., José Alves de. *Constituição ou Revolução*: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Fillippe Patroni (1820-1823). Campinas : Unicamp, 1997(Dissertação de mestrado).

2 Carta de Bonaparte ao ministro dos negócios estrangeiros de França, Tayllerand, informando-o da ida do General Saint Cyr para Madri, datado em 04/02/1801. http://www.arqnet.pt/exercito/cor_nap01.html, Correspondências de Napoleão, acessado em 12/06/2007, às 16:58h.

3 Carta de Bonaparte para o General Berthier ordenando-lhe que instrua o General Saint-Cyr da sua missão em Espanha, datada em 04/02/1801. http://www.arqnet.pt/exercito/cor_nap01.html, Correspondências de Napoleão, acessado em 12/06/2007, às 17:05h.

4 Carta de Bonaparte para Tayllerand ordenando-lhe que relembre ao embaixador de França em Madri, Luciano Bonaparte, os principais pontos de sua missão, datada em 02/03/1801. http://www.arqnet.pt/exercito/cor_nap01.html, Correspondências de Napoleão, acessado em 12/06/2007, às 16:58h.

5 Cartas de Bonaparte para o Ministro da Guerra Bethier, sobre as ordens a dar ao general Leclerc, comandante do Corpo de Observação da Gironda, datada em 18 e 19/03/1801. http://www.arqnet.pt/exercito/cor_nap01.html, Correspondências de Napoleão, acessado em 12/06/2007, às 17:29h.

6 Ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho a José Narciso de Magalhães e Meneses, datado em 22/03/1808. Códice 642: Correspondências da Metrópole com os Governadores (1808-1813). Arquivo Público Estadual do Pará (doravante, APEP).

7 Esses avisos foram enviados, respectivamente, aos governadores Caetano Pinto de Miranda Montenegro, de Pernambuco, e D. Francisco de Mello Manoel da Câmara, do Maranhão, na mesma data. Ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho a José Narciso de Magalhães e Meneses, datado em 22/03/1808. Códice 642: Correspondências da Metrópole com os Governadores (1808-1813). APEP.

8 Ofício do Governador e Capitão-General do Pará Antônio José de Souza Manoel e Meneses ao Governador da Capitania do Rio Negro Manoel Joaquim do Paço, datado em 27/06/1818. Códice 628. Correspondências dos Governadores com Diversos (1817-1820). *Apud* BARATA, Mário. *Poder e Independência no Grão-Pará, 1820-1823*: gênese, estrutura e fatos de um conflito político. Belém : Conselho Estadual de Cultura, 1973-1974, p. 27-8.

9 Esse Tratado foi assinado em 29 de setembro de 1801 entre França e Espanha, com o intuito de descer a linha demarcatória da Guiana Francesa do rio Araguari para o Garapanatuba.

10 Segundo o acordo firmado em Badajoz, a coroa portuguesa se comprometia a aceitar o rio Arawani [Araguari] como fronteira entre o Grão-Pará e a Guiana Francesa, tendo sido assinado sob a coação francesa de invasão do território português. A insatisfação com esse tratado está expressa na correspondência enviada por D. Rodrigo de Souza Coutinho ao governador do Pará em março de 1808. Ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho..., *ibidem*. Para acessar o Tratado de Badajoz, ir em http://www.arqnet.pt/exercito/tratado_badajoz.html, acessado em 14/06/2007 às 09:41h.

11 Bonaparte, em instruções dadas à Talleyrand, ministro das relações exteriores da França, considerava, em junho de 1801, a invasão de Portugal fundamental para os interesses franceses na América, especialmente porque o Tratado de Badajoz tinha por meta o aumento da territorialidade francesa no Amapá através do deslocamento da linha de fronteira do rio Oiapoque para o Araguari, ao mesmo tempo em que posicionava uma tropa de 15.000 homens na fronteira com o Alentejo e outros 10.000 na fronteira com a Espanha, além d 12.000 soldados espanhóis para agirem na retaguarda. Cf. Carta de Napoleão para Talleyrand, mi-

nistro dos negócios estrangeiros, sobre o Tratado de Badajoz, datada em 15/01/1801. http://www.arqnet.pt/exercito/cor_nap01.html, Correspondências de Napoleão, acessado em 12/06/2007, às 12:11h.

12 “Convenção Secreta” foi uma parte anexa do Tratado de Fontainebleau assinado entre França e Espanha em outubro de 1807, o que viabilizou a ocupação de Elvas pelo comandante Miquel, iniciando, assim, a anexação de Portugal pela França. Cf. REIS, A. do Carmo. *Invasões Francesas: as Revoltas do Porto contra Junot*. Lisboa : Editorial Notícias, 1991.

13 Ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho a José Narciso de Magalhães e Meneses, datado em 11/05/1808. Códice 642: Correspondências da Metrópole com os Governadores (1808-1813). APEP.

14 Ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho a José Narciso de Magalhães e Meneses, datado em 10/04/1808. Códice 642: Correspondências da Metrópole com os Governadores (1808-1813). APEP.

15 Esse francês teria chegado ao Rio de Janeiro e de lá à Belém vindo de Lisboa num navio americano, passando pela Ilha da Madeira, onde foi identificado. Ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho a José Narciso de Magalhães e Meneses, datado em 27/06/1808. Códice 642: Correspondências da Metrópole com os Governadores (1808-1813). APEP.

16 Idem, ibidem.

17 Cf. BARATA, Manoel. “Apontamentos para as efemérides paraenses”. In: *Formação Histórica do Pará*. Belém, Universidade Federal do Pará, 1973, p. 25 e 33. A mesma estratégia foi utilizada para a região dos rios Branco e Negro através do deslocamento de diversos aldeamentos indígenas para ocupação de terras mais a oeste da capitania, visando o alargamento da linha demarcatória ao máximo possível. Para essa discussão, ver FARAGE, Nádia. *As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas no Rio Branco e colonização*. Rio de Janeiro : Paz e Terra/ANPOCS, 1991.

18 Ofícios do Governador do Rio Negro, Coronel Manuel da Gama Lobo de Almada para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Mello e Castro, datados em 09 e 10/01/1792. AHU_ACL_CU_020 – Cx. 16, D. 617 (Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco. Documentos avulsos da Capitania do Rio Negro).

19 Ofício do Governador do Rio Negro, Coronel Manuel da Gama Lobo de Almada para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Mello e Castro, datado em 16/09/1791. AHU_ACL_CU_020 – Cx. 16, D. 612 (Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco. Documentos avulsos da Capitania do Rio Negro). Em outra correspondência, o comandante do Forte de Tabatinga admitiu ter feito um Descimento “de dez Pessoas da Gentilidade da Nação Colimos, que residem nas vizinhanças da Villa de Javari”. Cf. Carta do Capitão João Bernardes Borralho, Comandante de Tabatinga para o Governador do Rio Negro, datado em 22/08/1791. AHU_ACL_CU_020 – Cx. 16, D. 612 (Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco. Documentos avulsos da Capitania do Rio Negro).

20 Ofício do Governador do Rio Negro, Coronel Manuel da Gama Lobo de Almada para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Mello e Castro, datado em 13/01/1793. AHU_ACL_CU_020 – Cx. 17, D. 629 (Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco. Documentos avulsos da Capitania do Rio Negro).

21 Ofício do Sargento Mor e Segundo Comissário ao Governador do Rio Negro, datado em 23/07/1792. AHU_ACL_CU_020 – Cx. 17, D. 629 (Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco. Documentos avulsos da Capitania do Rio Negro). Em 4 de Janeiro de 1793, Lobo de Almada foi novamente informado sobre suposto deslocamentos de tropas no lado espanhol e decide reforçar a fronteira portuguesa enviando 30 arrobas de Pólvora para o forte de Tabatinga. Cf. AHU_ACL_CU_020 – Cx. 17, D. 630 (Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco. Documentos avulsos da Capitania do Rio Negro).

22 Ofício do Governador do Rio Negro, Manuel da Gama Lobo de Almada, para o Ministro da Marinha, Martinho de Mello e Castro, datada em 10/01/1792. AHU_ACL_CU 020, Cx. 16, D. 620 (Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco. Documentos Avulsos da Capitania do Rio Negro).

23 Resposta do Governador do Rio Negro, Manuel da Gama Lobo de Almada, para o Comissário Espanhol Francisco de Requena, datada em 16/12/1791. AHU_ACL_CU 020, Cx. 16, D. 620 (Projeto Resgate

de Documentação Histórica *Barão do Rio Branco*. Documentos Avulsos da Capitania do Rio Negro). O comissário Francisco de Requeia tinha acusado o governo do Rio Negro de estar sendo negligente à fuga de 4 índios e um escravo negro que, segundo ele, estariam trabalhando no cultivo da salsa na região do rio Cupacá, nas povoações de Nogueira e Coari. Cf. Carta do Primeiro Comissário Espanhol para o Governador do Rio Negro, datada em 11/10/1791. *Idem*.

24 Carta do Capitão e Comandante de Tabatinga João Bernardes Borralho ao Governador do Rio Negro, datado em 22/08/1791. AHU_ACL_CU 020, Cx. 16, D. 612 (Projeto Resgate de Documentação Histórica *Barão do Rio Branco*. Documentos Avulsos da Capitania do Rio Negro).

25 Ofício do Sargento Mor Segundo Comissário ao Governador do Rio Negro, datado em 23/07/1792. AHU_ACL_CU_020, Cx. 17, D. 629 (Projeto Resgate de Documentação Histórica *Barão do Rio Branco*. Documentos Avulsos da Capitania do Rio Negro).

26 A cópia dessa correspondência está escrita em língua francesa. Ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho ao embaixador Lord Strangford, datado em 20/01/1808. Códice 642. Correspondências da Metrópole com os Governadores (1808-1813). APEP.

27 Cf. REIS, Arthur Cezar Ferreira. “A ocupação de Caiena”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*: o Brasil monárquico, tomo II: o processo de emancipação. Vol. 1, 9ª edição, Rio de Janeiro : Bertand Brasil, 2003, p. 318-9.

28 Michel du Grenouiller era natural de Caiena, solteiro e tinha 36 anos de idade; Jacques Sahun, natural de Paris, casado, com filhos, tendo 30 anos de idade. Além de proprietários rurais, os dois franceses eram agricultores botânicos, tendo essa competência contribuído para que D. Francisco de Souza Coutinho mandasse convocá-los, em novembro de 1796, para ajudar na criação do Jardim Botânico no Largo de S. José em Belém, que seria inaugurado em 1798 para o desenvolvimento de estudos naturalistas. Grenouiller e Sahun foram, também, os primeiros diretores do jardim botânico, respectivamente. BARATA, Manoel. *Op. cit.* p. 97. Jacques Carmel era natural de Branville Diocese de Chartre Embeau na França, casado em Caiena e pai de três filhos, de idade de 41 anos. Disse ter servido na marinha mercantil nas Ilhas Martinicas e São Domingos e que, em Caiena, desempenhava a função de tenente de milícias da Guarda Nacional. Disse também ser lavrador e proprietário de doze escravos que se tornarão livres com a abolição na região do rio Oiapoque e que vinha ao Grão-Pará por causa das desordens perpetradas pelos negros desde o anúncio da liberdade. Cf. “Memória sobre a Defesa da Capitânia do Pará no governo de D. Francisco de Souza Coutinho; E outros documentos do tempo do seu governo. Plano de conquista da Guiana Francesa. 1791-1797 – Lata 281, pasta 6, 102 fls., Val-de- Caens, 15 de abril de 1795. Coleção Manuel Barata. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (doravante IHGB), apud GOMES, Flávio dos Santos, QUEIROZ, Jonas Marçal de, COELHO, Mauro Cezar (orgs.). *Relatos de Fronteiras*: fontes para a História da Amazônia. Séculos XVIII e XIX. Belém : Editora Universitária/UFPB, 1999, p. 75-6.

29 BAENA, *op. cit.*, p. 228-9.

30 Contra esses senhores franceses D. Francisco de Souza Coutinho alertava para a possibilidade de eles terem vindo ao Pará com o intuito de sublevar os escravos. Por isso seria fundamental que o alferes comandante “informasse se eles traziam livros, manuscritos ou folhetos e que a terem destruídos alguns fossem surpreendidos e remetidos à minha presença...”. Ofícios de 18 e 21/06/1795, Códice 682, APEP, transcrito em VERGOLINO- HENRY, Anaíza & FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. *A presença africana na Amazônia Colonial*: uma notícia histórica. Belém : Arquivo Público do Pará, 1990, p. 205-7.

31 Memória sobre a Defesa da Capitânia do Pará... *apud* GOMES et alli, *op. cit.* p. 74-5.

32 Em 1º de janeiro de 1803, chegou à Belém o Regimento de Estremoz vindo do Rio de Janeiro, composto por pouco mais de quatrocentas praças organizados em dois batalhões sob o comando do coronel José Thomaz Brun. Outra tropa proveniente de Pernambuco adentrou a Cidade do Pará em 1809, composta de companhias separadas dos Regimentos de Infantaria e de Artilharia de Linha, de uma companhia de pardos e outra de pretos “henriques” e de recrutas do Ceará, todas comandadas pelo Major Silvestre da Fonseca. Outra numerosa tropa foi recrutada em diversas vilas da capitania, tendo sido levada para a vila de Chaves, na Ilha Grande de Joanes ou Marajó, que passou a ser o quartel general das movimentações militares em direção à Caiena. BAENA, *op. cit.*, p.251, 277-8. BARATA, *op. cit.*, p. 21. SOUZA JR., *op. cit.*, p. 97.

33 BARATA, Manoel. *Op. cit.*, p. 41.

34 Ofícios de D. Rodrigo de Souza Coutinho a José Narciso de Magalhães e Meneses, datados em 18/05/1809 e 27/04/1809. Códice 642. Correspondências da Metrópole com os Governadores (1808-1813). APEP. A continuidade da ocupação e a possibilidade da anexação definitiva da Guiana à Portugal levou o conde Linhares a ordenar que a fazenda *La Gabrielle* fosse ampliada e incentivada com o intuito de florescer a produção das especiarias para exportação. Cf. Ofício do Conde de Linhares para o capitão-general do Grão-Pará José Narciso de Magalhães e Meneses, datado em 28/08/1810. Códice 644. Correspondências da Corte com as Juntas e Governadores (1808-1820). APEP.

35 Essa é um das teses de Souza Jr., para quem o aumento da dívida pública a partir da tomada de Caiena produziu outras alternativas comerciais àquelas tradicionais, realizadas com Lisboa. Essa nova elite econômica seria fundamental no jogo político da independência, visto que comporia um grupo “constitucionalista” favorável à emancipação de Portugal, mas que defendia à aliança com a monarquia do Rio de Janeiro. Cf. SOUZA JR., *op. cit.* p. 102-8.

36 À notícia seguiu-se um imponente festejo em Belém pela tomada da perigosa colônia francesa vizinha, com um grande banquete promovido pelo governador, apresentações teatrais e iluminação dos frontispícios de prédios públicos e casas dos notáveis cidadãos da cidade, com missa solene, acompanhada de *Tē Deum Laudamus*, na Igreja de Nossa Senhora das Mercês, onde as milícias estavam dispostas em grande pompa. A tomada da Guiana Francesa veio acompanhada da construção simbólica da força do império português e do poder absoluto em um momento de crise conjuntural na política europeia pós-revolução francesa. BAENA, *op. cit.*, p. 280.

37 Ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho a José Narciso de Magalhães e Meneses, datado em 18/05/1809. APEP.

38 Embora não trate especificamente do contexto de ocupação de Caiena, Shirley Nogueira levanta uma série de questões relativas às possíveis motivações das revoltas de soldados em diversas partes da capitania do Pará na segunda metade do século XVIII, principalmente sobre o problema dos constantes deslocamentos de soldados para as fronteiras e suas diversas estratégias de resistências ao serviço militar. NOGUEIRA, Shirley. *Razões para desertar*: institucionalização do exército no Estado do Grão-Pará no último quartel do século XVIII. Belém : NAEA/UFPA, 2000 (dissertação de mestrado).

39 Ofício do Governador do Grão-Pará ao Governador de Caiena. Códice UD 09-349, datado em 10/09/1809. APEP, *apud* SOUZA JR., *op. cit.* p. 105. Outro ofício do conde de Linhares para o governador do Pará mostra a conduta que o intendente geral de Polícia de Caiena deveria ter com o Tenente Coronel Palmeirim: afastá-lo de suas funções para a responder a uma devassa sobre a rebelião que estava em curso; mandá-lo de imediato para a cidade do Pará, onde deveria ser indiciado em Conselho de Guerra, para a boa disciplina da Tropa. Cf. Ofício do Conde de Linhares para o capitão-general do Grão-Pará José Narciso de Magalhães e Meneses, datado em 28/08/1810. Códice 644. Correspondências da Corte com as Juntas e Governadores (1808-1820). APEP.

40 Ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho a José Narciso de Magalhães e Meneses, datado em 18/05/1809. Códice 642. Correspondências da Metrópole com os Governadores (1808-1813). APEP.

41 Esse foi o caso de João Baptista Antonio Grimard - um dos irmãos Grimard envolvidos na rebelião acima - proprietário de terras que residia na povoação onde estava situado o quartel do Aprouague, fronteira com Macapá, que, em requerimento feito ao rei de Portugal, reclamava da negligência com que as autoridades portuguesas e o comandante inglês Mr. James Lucas Yeo e do próprio administrador francês da Guiana, Mr. Victor Hugues, trataram o saque de suas posses pelos soldados da ocupação. Segundo conta em sua petição, Grimard, e alguns de seus vizinhos, tiveram as portas de sua casa e de seus armários arrombados, todas as suas roupas “de corpo e de mesa” levadas, toda a sua prataria tomada, todos os seus Armazéns de víveres e licores saqueados, sua criação de patos e galinhas destruída, muitos de seus negros feridos a tiros de fuzil, hospitalizados e libertados para trabalharem para os oficiais. Ao todo, Grimard reivindicava uma indenização de vinte mil francos pela destruição que as tropas portuguesas haviam feito em sua propriedade. Representações de João Baptista Antonio Grimard ao Rei de Portugal, datadas em 24/03/1809. APEP. Códice 642. Correspondências da Metrópole com os Governadores (1808-1813). APEP.

42 Segundo um relatório feito pelo governador militar da Guiana, Manuel Marques, em agosto de 1809, em toda a Guiana Francesa os negros escravos somavam 13.300; a gente de cor livre, 1.340; os brancos

reduziam-se a 930 pessoas. Só em Caiena viviam 365 brancos, 765 mestiços e 1.585 escravos negros, num total de 15.500 habitantes. “População e Administração Provisória da Colônia de Caiena”. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (doravante BN). *Apud* REIS, *op. cit.* p. 331.

43 Decreto de posse do Intendente Geral de Polícia de Caiena João Severiano Maciel da Costa. *Apud* REIS, *op. cit.* p. 329-331.

44 As autoridades portuguesas identificaram o milanês D. Sant-Yago Antonini, que se passava por negociante argentino; Demolin, o capitão da galera *Tilsit*; um certo Monsieur Duclos capitão de fragata do rei Carlos IV; um catalão de idade entre 24 e 26 anos cujo nome não fora identificado; e um tenente alemão das tropas de linha da Espanha, como os emissários da revolução anunciada no Velho Mundo. Ofícios de D. Rodrigo de Souza Coutinho ao governador e capitão-general do Grão-Pará José Narciso de Magalhães e Meneses, datados em 11/04/1810 e 26/04/1810. Códice 642: Correspondências da Metrópole com os Governadores (1808-1813). APEP. Ofícios de D. Rodrigo de Souza Coutinho ao Governador e Capitão-General do Pará José Narciso de Magalhães e Meneses, datados em 10/04/1808, 11/04/1810 e 26/04/1810. Códice 644: Correspondências da Corte com as Juntas e Governadores (1808-1820). APEP.

45 Cf. GARAVAGLIA, Juan. “Os primórdios do processo de independência hispano-americano”. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo, Hucitec : Fapesp, 2005, p. 207-234.

46 Ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho ao Governador e Capitão-General do Pará José Narciso de Magalhães e Meneses, datado em 23/08/1808. Códice 642: Correspondências da Metrópole com os Governadores (1808-1813). APEP; Ofícios de D. Rodrigo de Souza Coutinho ao Governador e Capitão-General do Pará José Narciso de Magalhães e Meneses, datados em 23/08/1808 e 27/08/1808. Códice 644: Correspondências da Corte com as Juntas e Governadores (1808-1820). APEP.

47 Ofícios do Conde de Linhares ao Governador e Capitão-General do Pará José Narciso de Magalhães e Meneses, datados em 28/02/1811 e 04/07/1811. Códice 642: Correspondências da Metrópole com os Governadores (1808-1813). APEP.

48 Ofício do Tenente Coronel Joze de Valdez à Junta Provisória do Governo do Pará, datado em 19/12/1821. Códice 673: Cônsules (1814-1826). APEP.

49 Cf. BARLETTI, Jose. *La poblacion de Maynas em tempos de la independência: analysis de Lagunas e Jeberos*. Documento técnico no 9, Instituto de Investigaciones de la Amazonia Peruana – IIAP : Iquitos, 1994.

50 Ofício do Tenente Coronel Joze de Valdez à Junta Provisória do Governo do Pará, datado em 19/12/1821. Códice 673: Cônsules (1814-1826). APEP.

51 O cuidado que o tenente Pedro Miguel Ferreira Barreto teve nos primeiros contatos com Paez e Bolívar também teria por lógica não criar a identificação entre o comandante de Marabitanas e o liberalismo revolucionário aos olhos dos membros da Junta Provisória de Governo do Pará. Segundo Arthur C. F. Reis, a conduta de Ferreira Barreto foi firme, mantendo certa distância desses republicanos e de seus ideais revolucionários para que não tomassem dimensões alarmantes, influenciando parcelas da população indígena dos rios Branco e Negro. REIS, Arthur Cezar Ferreira. “O Grão-Pará e o Maranhão”. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de e CAMPOS, Pedro Moacyr (orgs.). *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Monárquico*, tomo II: Dispersão e Unidade. 2o volume, 9ª edição, Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2003, p. 73.

52 Requerimento do Bispo da Província de Maynas, D. Hippólito Sanches Rangel, ao Governo Provisório do Grão-Pará, datado em 20/03/1821. AHU_ACL_CU_013, Cx. 151, D. 11635, anexo (Projeto Resgate de Documentação Histórica *Barão do Rio Branco*. Documentos Avulsos da Capitania do Grão-Pará).

53 Os membros da Junta de Governo do Pará tomaram todas as precauções para não se envolvessem com os revoltosos de San Martín, para que não fossem considerados suspeitos de serem colaboradores aos olhos dos representantes do reino. Carta da Junta Provisória do Governo do Pará para o secretário da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino em Lisboa, Francisco Maximiliano de Sousa, datada em 13/07/1821. AHU_ACL_CU_013, Cx. 151, D. 11635 (Projeto Resgate de Documentação Histórica *Barão do Rio Branco*. Documentos Avulsos da Capitania do Grão-Pará).

54 Na continuidade do ofício de governador de Maynas, ele informa ainda que a cidade de Lima já estava sob o controle dos revolucionários, que dispunham, só neste ponto do Peru, de um aguerrido exército de

sete mil homens sob a liderança pessoal de San Martín, que, como primeira medida, cortou a comunicação entre Lima e as outras comarcas peruanas para utilizar-se do elemento surpresa nas batalhas contra as tropas legalistas. Ofício do Governador Interino da Província de Maynas, D. Manoel Fernandez Alvarez, para a Junta Provisória de Governo do Pará, datado em 03/02/1821. AHU_ACL_CU_013, Cx. 151, D. 11635, anexo (Projeto Resgate de Documentação Histórica *Barão do Rio Branco*. Documentos Avulsos da Capitania do Grão-Pará).

55 Ofícios da Junta de Governo do Pará para o Bispo de Maynas, D. Fr. Hippolito Sanches Rangel Faias, e para o Governador Interino da Província de Maynas, D. Manoel Fernandez Alvarez, datados em 02/05/1821. AHU_ACL_CU_013, Cx. 151, D. 11635, anexo (Projeto Resgate de Documentação Histórica *Barão do Rio Branco*. Documentos Avulsos da Capitania do Grão-Pará).

56 Ofício do Governador das Armas do Pará José Maria de Moura para o governo interino do Rio Negro, datado em 28/04/1822. Códice 733. Correspondências do Governo das Armas com a Junta Provisória (1822). APEP.

CAPÍTULO 4

CAMINHOS DA HYDRA: DO TOCANTINS DO GURUPI AO BRASIL

TOCANTINS, GURUPI E OUTRAS MARGENS: OS PERIGOSOS CONTATOS COM O BRASIL

A composição de um panorama intelectual do Grão-Pará na primeira metade do século XIX, e a dimensão que a utopia revolucionária tomou nesse quadro, se torna uma tarefa ainda mais inglória quando buscamos mapear as possíveis relações que a província mantinha com o Estado do Brasil no período de grande incerteza que marcou a chegada da Corte no Rio de Janeiro até a ruptura com a independência. A idéia de que o extremo norte da América Portuguesa possuía vínculos econômicos e políticos muito mais fortes com Lisboa do que com as províncias vizinhas tem sido cristalizada em grande parte dos trabalhos sobre a independência do Pará, principalmente quando o argumento predominante é o de que a emancipação política regional, em seus lances decisivos, foi determinada por atitudes e fatores externos à conjuntura local em face da noção de que a província vivia uma situação de relativo isolamento frente ao que acontecia nos territórios vizinhos¹. Partindo dessa lógica, a historiografia interessada em validar essas proposições acabou dando grande destaque à atuação de vultos políticos da época que “apresentaram” à sociedade paraense a nova realidade de união com o Império que se desenhava, como é o caso do mercenário britânico John Pascoe Greenfel, mandado à província para fazer se proclamar ali a causa da independência, através de um “golpe branco”, ou seja, uma intervenção realizada sem muitas dificuldades, sem derramamento de sangue, através do famoso episódio do “conto da esquadra”².

Isso explicaria, também, o porquê de o Grão-Pará ter sido a última província do Brasil a selar, em agosto de 1823, a sua “adesão”³ ao governo instalado

provisoriamente no Rio de Janeiro, visto que possuía uma geopolítica muito peculiar se comparada com a situação de outras províncias do Reino Unido – como a Bahia, Pernambuco e o Maranhão –, que, embora tenham sido extremamente insurgentes e dificultado as negociações com o Estado que começava a se assentar no “sul”, estavam mais próximas do centro de poder que girava na órbita de D. Pedro e de José Bonifácio. Com isso, direcionar o olhar para as relações que o Pará e o Rio Negro possuíam com as províncias vizinhas não tinha grande relevância, visto que se buscava consolidar uma leitura histórica do processo de independência que atendessem aos interesses políticos dos que defendiam, embora por caminhos diversos, as teses apriorísticas, da monarquia e da manutenção da unidade territorial como objetivos “naturais” e “inevitáveis”, reguladores das ações políticas que procuravam impedir a fragmentação do território vislumbrada na América Espanhola⁴.

A leitura da documentação, no entanto, aponta para outras perspectivas possíveis, que fazem com que as teses colocadas acima não dêem conta da complexidade do processo emancipacionista engendrado em terras paraenses. Mais uma vez, o papel das fronteiras pode ter tido uma relevância bem maior e muito mais abrangente do que aquela dada pela historiografia. As notícias da revolução poderiam adentrar a província a partir das povoações situadas nos limites territoriais do Grão-Pará com o Maranhão e com a província de Goiás, por onde os canais de comunicação com esses territórios vinham sendo estabelecidos e ampliados desde o fim do século XVIII. Apesar de existirem ainda poucos trabalhos que tenham buscado esse enfoque⁵, principalmente no que tange às possíveis influências revolucionárias sobre a sociedade do Grão-Pará, compreendemos que as regiões fronteiriças com o Maranhão e Goiás eram “bordas” políticas e sociais que tiveram importância para o processo de independência no extremo norte, especialmente por causa do tipo de comunicação que poderia estar sendo construída entre aqueles que buscavam o refúgio da floresta e dos rios pouco policiados para escaparem das retaliações legalistas de outras províncias.

Contrasta com essa imagem de uma terra isolada, a disposição política e econômica que sucessivos governos do Grão-Pará tinham, desde, pelo menos, as últimas décadas do século XVIII, de estreitar relações comerciais com outras capitânicas do território brasileiro. Para uma capitania que reclamava freqüentemente das baixas arrecadações de impostos e do pouco incentivo dado pelo Reino aos negócios vigentes, demonstrando a distância política existente com o governo geral do Rio de Janeiro, os contatos com outros pólos comerciais se apresentavam como alternativas atraentes para tentar se resolver alguns problemas internos que, como a questão da

escassez e carestia dos gêneros de primeira necessidade, era considerada crônica e para se almejar a um desenvolvimento material que, mesmo que visto como lento, era necessário, porém sendo pouco possível, caso se desse continuidade a uma política tradicionalista de economia, caso se mantivesse a situação interna da capitania vinculada à condição de “ilha”.

Embora o comércio de “grosso trato” ainda se mantivesse muito ativo nas tradicionais rotas que levavam a Lisboa⁶, não havia dúvidas, para alguns governadores do Pará, possuidores de uma noção de economia política bem afinada com as “novidades do século”, que uma das portas para o progresso que deveriam ser abertas pela capitania seria a da diversificação principalmente das exportações; e isso poderia ser feito, bastaria olhar com mais perspicácia para as possibilidades que o mercado interno apresentava para a economia do Grão-Pará. Merecem destaque as iniciativas que D. Rodrigo de Souza Coutinho, o conde de Linhares, realizou no sentido de modernizar a economia do extremo norte, notadamente porque representou um dos mais importantes veios intelectuais “esclarecidos” de Portugal e um dos homens de estado que não se rogava a anuir acriticamente aos ditames intelectuais tradicionais fortalecidos nos tempos da “viradeira”, a rainha D. Maria I. A historiografia mais recente tributa ao conde de Linhares as inovações importantes na economia colonial, como um dos que mais levou a cabo o sentido de modernização iniciadas por Sebastião José de Carvalho e Mello, o marquês de Pombal⁷.

Nestes termos, os caminhos que ligavam o extremo norte ao “continente Brasil”, principalmente os que levavam ao Maranhão, ao Mato Grosso e a Goiás, foram sendo gradativamente valorizados pelos homens de estado que administravam o Pará na virada do século XVIII para o XIX⁸. Contudo, a construção do progresso esbarrava, antes de tudo, no problema das enormes distâncias entre as povoações e, em razão disso, das dificuldades da comunicação entre as autoridades, o que, muitas vezes, inviabilizava qualquer tipo de ação eficaz para que as trocas comerciais se desenvolvessem. Além disso, havia ainda o tormento dos constantes roubos das embarcações mercantes que entravam na capitania pelos rios pelos índios e negros amocambados, soldados desertores e “tapuios mansos” fugidos dos campos de trabalho. Em busca, principalmente, de pólvora e aguardente que serviam como uma espécie de “moeda de troca” nas pequenas transações comerciais com os regatões e pequenos comerciantes fixos nas vilas e povoações próximas, esses marginais e sua “economia do curso”, eram sempre descritos, na retórica das autoridades locais, como o empecilho mais sério para o avanço material da capitania.

A modernização da rede de correios, o maior investimento na construção de embarcações para a navegação e a instalação de registros militares ao longo dos

principais rios para a segurança das relações comerciais foram consideradas medidas imperativas para o desenvolvimento econômico e social da capitania do Pará, assim como para as capitanias vizinhas. A dinamização da economia entre as capitanias do Grão-Pará e de Goiás foi grandemente enfatizada por D. Rodrigo de Souza Coutinho em abril de 1809 em que instrui o governador e capitão-general do Pará a incentivar a maior comunicação entre os dois territórios com o objetivo de “[que] siga ao interior do Brasil um aumento incalculável de Riqueza”, visto que de Goiás poderia adentrar o Pará uma série de produtos importados, como o algodão, tabaco, arroz, couros e peles de veado, carnes secas e salgadas e outras mercadorias de valor considerável em ambos os mercados internos. Para que isso acontecesse, seria ainda necessário que se viabilizasse as navegações pelos rios Xingu e Tocantins, assim como pelo rio Arinos, que “poderá um dia dar grande saída aos frutos de Cuiabá, o que também será para o interior do Brasil de grandes e incalculáveis vantagens”. As “vantagens incalculáveis” a que se referia o ministro plenipotenciário de D. João, no entanto, não estavam limitadas ao enriquecimento interno das capitanias, mas lamentava que essas rotas ainda não estavam consolidadas pois, se assim estivessem, boa parte dessa produção poderia ser exportada para Barbados e Antilhas Inglesas, dali podendo, até exportar os gêneros particularmente comestíveis até para a Inglaterra⁹.

Seguindo a mesma racionalidade, expedições pelo rio Capim foram incentivadas pelo governo do Pará, entre 1797 e 1798, com o intuito de descobrir algum caminho que levasse, pelas águas, ao Piauí, principalmente à região de criação de gado *vacum* de Aldeas Altas, o que elucida o grande desconhecimento que as autoridades públicas locais possuíam sobre o ambiente terrestre e também fluvial da capitania¹⁰. Ativar esse comércio de “carnes verdes” se constituía em meta fundamental para o governo do Pará, visto que a capitania se ressentia quase que cronicamente, com o problema do abastecimento desses gêneros que vinham da Ilha do Marajó, que era o pólo pecuário de maior envergadura no Grão-Pará, mas que tinha que prover um grande território que se estendia, algumas vezes, até a capitania do Rio Negro¹¹. As expedições para Aldeas Altas, no entanto, foram frustradas por um lado, pois não havia mesmo um caminho que interligasse diretamente o Pará ao Piauí. Por outro lado, porém, a expedição chefiada pelo Major Francisco Nunes conseguiu chegar à vila de Monção, pelo rio Gurupi, e dali atingir a cidade de São Luis, capital do Maranhão, depois de mais de quatro meses de andanças pelo sertão¹². A fronteira com o Maranhão, portanto, foi estreitada e melhor conhecida nesse período por conta das possibilidades que poderia gerar para a resolução do problema da carestia de carnes e, sobretudo, dos surtos de fome, que não somente assolava a população

civil do Pará como também se mostravam grandes desafios para a manutenção da própria ordem interna, por causa das condições de existência da tropa, sustentada, em parte, pela “*étapes*” de farinha, carnes e peixes secos.

As possibilidades de alavancar a economia do Pará pareceram ainda maiores com as descobertas de ouro na região do rio Turi¹³, fronteira com os limites da província do Maranhão. Sobre esse assunto se fortalecia, entre 1818-1820, a expectativa de “proteger e animar este Comércio”, que abarcavam, segundo exames realizados por uma gente do governo, uma ampla região da fronteira com o Maranhão, sobretudo nas ribeiras do Gurupi, para que as rendas advindas da atividade aurífera não se esvassem nos monopólios e contrabandos¹⁴. Em torno da atividade mineradora parece ter se erigido uma povoação, a de São Francisco Xavier de Turiaçú, que, nos dizeres de um observador do governo do Pará, parecia “bem povoada como pelos bons Lavradores e Comércio”, embora tenha alertado para o pouco respeito que os habitantes do lugar, inclusive da povoação vizinha de Peru-Cava, tinham pelas autoridades constituídas. Desordens variadas, mortes e a atividades de corso eram problemas que deveriam ser urgentemente sanados, pois, para fugirem aos mandos da lei, “os agressores passam logo para o Estado do Maranhão por ser muito próximo que só dista a largura do Rio”¹⁵. O estabelecimento do correio terrestre entre Belém e São Luis foi uma das providências tomadas para dominar esse fluxo de pessoas na fronteiras entre as duas províncias, a partir de um canal direto de comunicação¹⁶. A fronteira com o Maranhão parecia estar movimentada no fim dos setecentos, especialmente por causa das descobertas de ouro, cujas mostras chegaram a ser enviadas para a Corte em fevereiro de 1819¹⁷.

A comunicação entre o Grão-Pará e as capitânicas brasileiras que lhes faziam fronteira foi sendo erigida paulatinamente a partir de meados dos setecentos. Isso demandava, principalmente, que os contatos incentivados a partir de projetos eminentemente econômicos pudessem criar espaços de contatos diversos que dessem a ver a situação política vivida em ambos os territórios fronteiriços. Cumpriu esse papel o desenvolvimento do sistema de correios que passou a se estender por boa parte do sertão amazônico que possuía relações com o Maranhão, Goiás e Mato Grosso. São João das Três Barras, Bragança – onde se situava o comando militar responsável pela área contígua ao Maranhão - e São João do Araguaia – em cuja órbita girava a região fronteira com Goiás - foram pontos estratégicos por onde a comunicação entre as autoridades da fronteira deveria ser facilitada. Esses “tentáculos” estendidos pelo estado, no entanto, se revelariam como perigosos no contexto do debate constitucionalista e, posteriormente, independentista, devido às possibilidades abertas nesses espaços para que propostas de futuro contrárias à ordem absolutista adentrassem a Amazônia.

Em outras palavras, a mesma lógica que buscou impulsionar os negócios internos através das comunicações com as terras vizinhas ao Grão-Pará também foi engendrada a partir da consideração de que possíveis perigos que esses territórios poderiam apresentar com o avanço dos ideais revolucionários que se desenvolviam no “norte” do Brasil a partir da década de 1810, notadamente em Pernambuco e no Maranhão. As primeiras notícias que chegaram à mesa de despacho da câmara municipal de Belém advindas do Rio de Janeiro foram decisivas para que se olhasse para o “norte” com extrema desconfiança. A revolta que explodira em 1817 na cidade do Recife não fora vista com negligência pelas autoridades que administravam o Grão-Pará, principalmente porque trazia consigo a bandeira da “liberdade dos Jacobinos”, ameaçando a integridade da ordem colonial que se queria manter distante dos princípios revolucionários¹⁸. A tentativa de se instalar um “auto-governo” como alternativa ao que o Reino Unido apresentava como modelo de política administrativa se espalhou por outras províncias que faziam parte da área de influência da política econômica de Pernambuco, isto é, uma extensa faixa de terra que ia de Alagoas até o Ceará, cujas relações comerciais estavam atadas ao porto do Recife, mas que não exclui possíveis influências sobre os territórios adjacentes ao “bloco republicano”¹⁹.

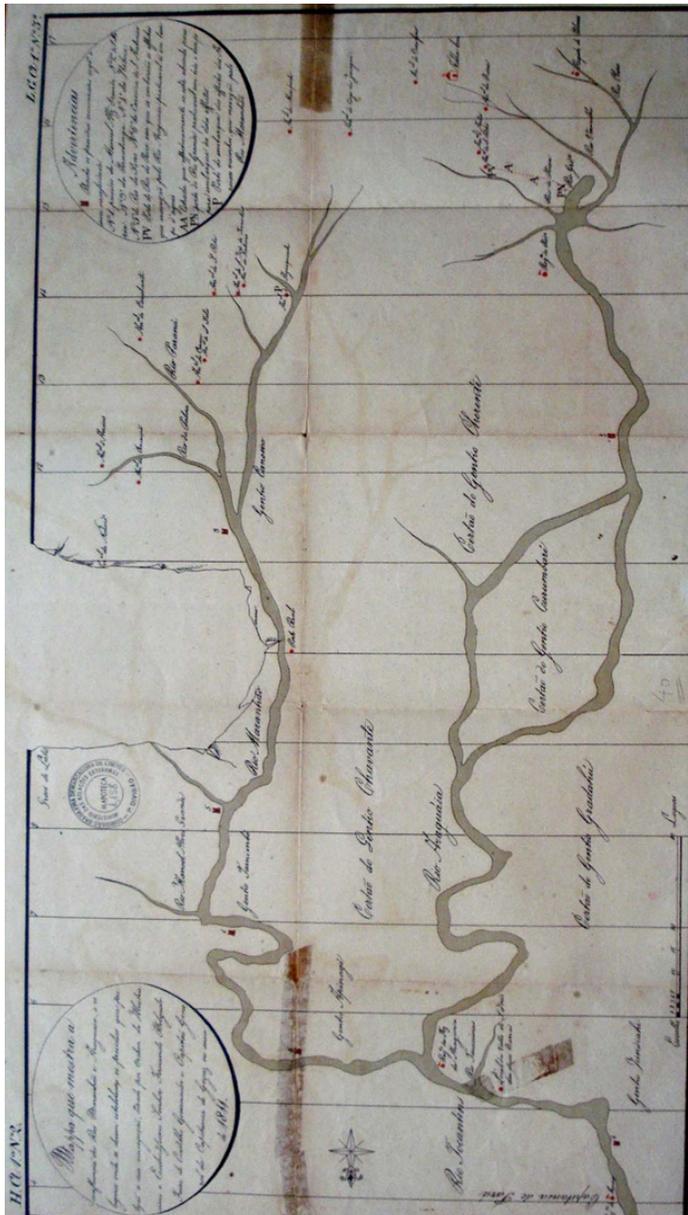
Essa comunicação com a região que estava sobre a influência dos revoltosos pernambucanos precisava ser selecionada antes que pudesse causar ainda maiores problemas no Pará. Na incerteza do alcance que o movimento de 1817 poderia ter atingido, as autoridades do Ceará já admitiam que, uma vez selada a restauração de Pernambuco, os sediciosos poderiam, fatalmente, apertar o cerco à província e até estendê-lo para o Piauí e o Maranhão²⁰. Informações desconstruídas e, no geral, fabricadas hipoteticamente no calor das lutas de restauração, diagnosticavam ora o estancamento da revolta nos limites do Ceará²¹, ora o espalhamento da revolução cada vez mais para o sertão, não existindo uma visão panorâmica confiável dos acontecimentos. Esse problema se dava, em sua maior parte, por causa do grande envolvimento dos habitantes das províncias sublevadas, que, ao que tudo indica, arregimentaram o máximo de aliados a partir de suas relações de amizade e parentesco, inviabilizando qualquer tipo de cálculo preciso sobre o alcance humano do movimento por parte do governo. Reforçar o bloqueio sobre as províncias da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará parecia a única solução viável para impedir que a maior parte dos revolucionários, principalmente os “cabeças” do movimento no sertão, escapasse mais para o norte, embora se

considerasse também a proposta de transferir parte dos presos de Fortaleza para as várias cadeias públicas da relação do Maranhão²².

O Maranhão, portanto, não estava desligado da realidade revolucionária que envolvia o “norte” do Brasil, principalmente porque existia um sistema de correios consolidado que integrava S. Luís à Fortaleza, e dali para todas as capitais do litoral atlântico até a comarca pernambucana de Alagoas²³. Por isso, para os interesses dos dirigentes do Grão-Pará, estreitar laços econômicos com outras províncias, notadamente aquelas que se mantinham próximas à órbita revolucionária do “norte” (como é o Maranhão) não poderia prescindir de melhoramentos na segurança das fronteiras, visando reduzir o campo de ação de possíveis “subversivos” que quisessem adentrar a província do Grão-Pará com informações sobre o que acontecia em âmbito externo²⁴. Além disso, boatos de que José Bonaparte teria mandado “soldados republicanos” para espalhar a nova revolucionária francesa em terras do Rio Grande do Norte e dali para todas as províncias do “norte” se juntavam com outros rumores de que circulavam cartas provenientes da América Inglesa espalhadas por pernambucanos, agiam para aumentar o clima de apreensão interna e de uma possível intervenção externa em favor dos remanescentes da sedição²⁵.

As providências tomadas em relação às fronteiras com as possessões estrangeiras da Guiana Francesa e das províncias espanholas foram, mais uma vez, produzidas com o intuito de isolar a província do Grão-Pará de possíveis contatos com o “norte” e seus espectros de revolução, especialmente depois de 1817, de onde poderiam surgir alternativas políticas que forcejassem a concentração de poder em mãos dos interesses absolutistas. Para isso, urgia que melhor se aparelhassem os registros militares situados em pontos estratégicos dos rios que ligavam o Brasil ao Estado do Grão-Pará e Rio Negro. Ao longo do rio Tocantins, que conduzia a Goiás, os dois fortins que lá se situavam, o registro de Arroios e o fortim-presídio de São João de Araguaia, precisavam ter melhorada a comunicação com a vila de São João das Três Barras, elevada à condição de comarca em 1809, para que ambas prestassem auxílios recíprocos em caso de extrema necessidade²⁶.

FIGURA 5



Mapa que mostra a confluência dos rios Maranhão e Araguaia, e os lugares onde se devem estabelecer os presidios que protejam a sua navegação, tirado por ordem do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Fernando Delgado Freire de Castilho Governador e Capitão General da Capitania de Goyaz no anno de 1811. [Goyaz], 1811. 1 mapa : 36 x 63 cm. Escala: 1 : 4 léguas.

FIGURA 6



Mapa que mostra a confluência dos rios Maranhão e Araguaia...
(Detalhe: Localização dos fortins ao longo do rio Tocantins.)

Na região dos rios Gurupi e Turi, fronteira com o Maranhão, as desconfianças eram ainda mais nítidas, visto que seria essencial manter grande vigilância sobre todos aqueles indivíduos considerados “subversivos” que, “ou por palavras ou conciliábulo e, especialmente, pela manifestação dos falsos e desastrosos princípios que tem infestado toda a Europa, puderem de qualquer modo desassossegar o Governo”. Esse trecho, transcrito do *Compêndio das Eras da Província do Pará* de Antônio Ladislau Monteiro Baena, partícipe ativo dos acontecimentos políticos que se deram na província no contexto da independência, elucida um ponto importante que a historiografia, no nosso entender, não deu a devida atenção: a cautela sobre o que poderia estar acontecendo na província vizinha, o Maranhão, por causa das possíveis influências “incendiárias” que pudessem desestabilizar o “sistema português” no Pará, não foi uma disposição tida somente depois que as notícias do constitucionalismo chegaram de Lisboa, mas o temor de que esses “falsos e desastrosos princípios que tem infestado toda a Europa” já se encontravam nas fronteiras com o Pará desde meados do século XVIII, o que não deveria ser desconhecido pelas autoridades locais²⁷.

As possibilidades desses “princípios abomináveis” de ruptura do absolutismo português estarem circulando entre a população das fronteiras do Grão-Pará com o Maranhão e com Goiás eram muito grandes e, diríamos, firmes. A leitura da documentação, no entanto, não nos coloca frente a informações claras sobre esse ambiente de convulsão política que poderia estar desenvolvendo em São João do Araguaia ou em Turiaçu, mas os assuntos abordados nos ofícios trocados entre as autoridades dessas regiões e as da capital da província eram banhados por um véu ubíquo de tensão, fazendo com que o temor do contato com idéias ou práticas consideradas subversivas da ordem estivesse envolto - como assinalamos no título desse capítulo - em “espectros” da revolução anunciada, não muitos anos antes, na Europa. Esses “rumores surdos” das transformações que abriam fissuras nas estruturas do poder absoluto na Guiana e na América Espanhola muito provavelmente estavam instalados nos interstícios dos territórios do Grão-Pará com outras províncias, o que, de forma indiciária, pode ser percebido, pelas posturas da “contra-revolução”²⁸. Conter essa circularidade era tarefa inglória para o poder instituído, pois tinha que lidar com a constante sensação de imprevisibilidade.

Nesse sentido, quando a chamada “revolução portuguesa” de 1820 começou a adentrar o cotidiano da sociedade paraense, foi olhando para as fronteiras que as autoridades tentaram impedir que esses “espectros revolucionários” se tornassem práticas concretas contra a ordem política ou mesmo contra o ordenamento cotidiano das vilas e povoações da província. A radicalização política do *putsch* do dia 1o de março de 1822, dado pelo Governador das Armas da província para tentar conter o alastramento desses “fantasmas” da revolução que já adquiriam feições bem reais - como àquelas do movimento de 14 de abril que tentara proclamar a independência pelas armas - fizeram com que as primeiras providências a serem tomadas fossem as de guarnecer as fronteiras e controlar o tráfego de pessoas nos limites do Grão-Pará. O brigadeiro José Maria de Moura dava ordens expressas ao juiz ordinário da vila de Bragança para que “no seu Distrito se não introduzam pessoas de outras Províncias Portuguesas, ou de alguns outros Domínios Estrangeiros, sem que estejam munidos de passaportes ou licenças legais das competentes Autoridades”²⁹.

Dito de outra forma, o perigo do contágio revolucionário poderia vir por esses dois caminhos: “outras províncias portuguesas” e “domínios estrangeiros”, mais especificamente aqueles que estivessem sem os passaportes e “sendo da Província do Maranhão, as fará conduzir perante as Autoridades competentes daquela Província”, ou seja, não seria sequer permitido que entrassem no Pará, ao passo que se tivessem vindo de outras províncias brasileiras e/ou estrangeiras “os fará conduzir perante esta Junta Provisória”³⁰. As capturas dos soldados desertores maranhenses Francisco Antônio dos Anjos e Manoel Domingues, este último capturado em um mocambo³¹ nos rios Gurupi e Piriá são

emblemáticas, nesse sentido, visto que, como outros também capturados na mesma região, deveriam ser regressados para o Maranhão assim que se confirmasse seu lugar de origem³². Quando eram remetidos para a capital da província, as autoridades tinham o maior cuidado de manterem esses “subversivos” privados de comunicação com qualquer um que não fosse seus companheiros de cela, como deve ter acontecido com os três desertores dos regimentos do Maranhão que, juntamente com outros que se achavam no calabouço público de Belém, “sejam da mesma maneira ali conservados (...) até que se ofereça ocasião de regressarem para o seu regimento”³³. Uma leitura que, sugerimos, pode ser feita dessa diferenciação é a de que os indivíduos que não portassem passaportes vindos do Maranhão muito provavelmente estariam “contaminados” pelas “idéias incendiárias”, mas outros provenientes de províncias distintas e até estrangeiras poderiam não estar levando seus documentos legais por motivos que poderiam ser diversos. Essa impressão é muito presente na retórica das autoridades provinciais, o que sugere que o nível de incerteza sobre os transeuntes maranhenses que adentravam o Pará de forma legal e ilegal era menor do que aqueles que provinham de outros lugares.

Embora sejam bastante escassas na documentação as referências aos viajantes que vinham de outras regiões ainda mais distantes do Brasil para o extremo-norte, são sugestivas as indicações de que a comunicação entre o Pará e o “sul” do Brasil também era possível, haja vista as obras que as variadas províncias do “centro-norte” tinham feito no sentido de encurtar as distâncias e melhorar o quadro dos negócios internos. Com isso, a abertura de estradas que integrassem o “sul” ao Grão-Pará precisa também ser pensada para além de uma história estritamente econômica, visto que, no contexto das convulsões políticas que produziram as diversas independências no território do Brasil, eram também caminhos por onde notícias circulavam internamente, muitas vezes à revelia do mundo letrado e institucional.

No caso do Grão-Pará, apreciar a existência de um elo com o “sul”, mais especificamente com as províncias das Minas Gerais e do Rio de Janeiro, requer traçar um possível itinerário terrestre por onde as informações circulavam. E este caminho se dava pelo rio Tocantins até Porto Real, situado na Comarca do Norte da província de Goiás. Deste porto em diante era pela “estrada real”, aberta no início do século XIX pelo então governador e capitão-general de Goiás D. Francisco de Assis Mascarenhas (1804-1809), que se praticavam as viagens até o registro de Santa Maria, fronteira com Minas Gerais com cerca de cento e vinte léguas de extensão. Desse ponto em diante não havia dificuldades sérias para se chegar à Vila rica e desta ao Rio de Janeiro. A duração da viagem girava em torno de noventa dias completos³⁴. A província de Goiás poderia ser um desses caminhos – senão o principal caminho - por onde a cir-

culação de indivíduos provenientes da corte ou das províncias próximas pudesse chegar ao Grão-Pará, fazendo circular informações que não conviessem para o “sossego público”, além dos habituais fugitivos que povoavam as fronteiras, como se depreende das circulares enviadas a várias localidades da fronteira para que se “obste ao trânsito das Canoas, que vierem a qualquer paragem das Províncias = de Goyases = de Cuiabá = de Mato groço = e impeça a comunicação com os habitantes da dita Província, que seguem o partido Dissidente do Rio de Janeiro”³⁵.

Destarte, medidas foram tomadas em relação à fronteira com a província de Goiás, como se depreende das circulares enviadas para o baixo Tocantins em outubro de 1822, que tiveram por objetivo fortalecer a vigilância sobre o trânsito de canoas que navegavam esse rio e seus afluentes, especialmente porque se desejava “abreviar as repetidas fugas de Escravos que consta se efetivam nas Canoas que sobem pelo Rio Tocantins para Minas”³⁶. A perseguição aos acoitadores de escravos fugidos se imbricava com a necessidade de melhor governo sobre essa vasta e inhóspita fronteira por onde fugitivos se embrenhavam, passando por entre as estreitas aberturas das malhas do poder. O caso do vigário de Baião, vila situada às margens do rio Tocantins, que teria sido contrário ao recrutamento de dois agregados seus, um preto forro e um mulato “alvamento” de nome José Joaquim, demonstram a grande preocupação existente por parte das autoridades sobre os “forasteiros” que tinham negócios nas vilas do Pará e que necessitavam ir e vir das províncias vizinhas com certa constância. Tendo achado estranho que o mesmo vigário não tenha apresentado seus dois protegidos ao alistamento, o alferes responsável levantou a hipótese de serem de Goiás, posto que “tendo (...) vindo negociar, como diz, a esta Província devia trazer passaporte, o qual indicaria o fim a que veio e o tempo, e não recorrer a termos gerais, que nada provam”³⁷.

O guarnecimento desses pontos militares era de fundamental importância para que se buscasse um maior domínio sobre o trânsito de indivíduos potencialmente nocivos à ordem estabelecida na província. No caso do vigário de Baião talvez tenha pesado o fato de ele ter um “preto forro” sob sua proteção, o que poderia ter deixado o recrutador desconfiado. Mas, a prisão dos paisanos Antonio Pinto da Fonseca e Porciano Dias da Rocha, este último também morador em Baião, que iam descendo o Tocantins com onze escravos em uma canoa sem passaportes, pode ser um indício de quantas pessoas trafegavam pelo rio de forma irregular. Vindos da vila de Três Barras em Goiás, os dois, ao que parece, tentavam passar pelo registro de São João do Araguaia com escravos roubados, visto que não tinham a documentação referente à posse dos negros, o que acabaram confessando sob tortura da gomilha quatro vezes por dia³⁸. Por isso, a instrução para que se confrontasse com

toda a atenção os passaportes e “uma relação das pessoas e Sinais que de hoje em diante lhe deve ir em cada uma das Embarcações”, passou a ser uma postura obrigatória para todos os militares que serviam nos registros de fronteira, tendo o soldado responsável a obrigação de indagar aos viajantes acerca dos motivos que os levavam a entrar no Grão-Pará³⁹.

Não trazer a documentação exigida pelos comandantes militares destacados nas fronteiras representava, para os viajantes que navegavam nessas paragens, a certeza da prisão preventiva seguida de longos interrogatórios, situações que devem ter passado o pardo Antônio de Souza e o mameluco Manoel Raimundo, suspeitos de serem desertores, presos em São João de Araguaia por não trazerem os passaportes, já que diziam serem integrantes da diligência do Serviço Nacional pela Junta Provisória de Minas⁴⁰. Em outros casos, a suspeita de que muitos desses viajantes tentavam passar pelos registros com documentos falsificados se fazia presente, como bem demonstra a prisão preventiva do índio Ludovico que, acompanhado do paisano José Francisco que viajava sem passaporte, “apresentou uma Guia do Ouvidor sem [mais] ordem de V. Ex.a para poder passar a este Rezisto”⁴¹.

As fronteiras com o “continente Brasil”, portanto, se constituíam em caminhos por onde a utopia da “era das revoluções” ameaçava poder atingir o Grão-Pará, produzindo um considerável e substancial campo de possibilidades de se conhecer o que se passava em outras províncias que também viviam seu próprio ritmo de crise das relações coloniais. Contudo, das fronteiras também poderiam se propagar informações variadas que, como num conjunto de círculos concêntricos, tinha como manter as populações que lá habitavam em contato freqüente com os acontecimentos que ameaçavam transformar não somente a política institucional, mas, talvez, a própria dinâmica social como estava estruturada no dia-a-dia.

A documentação pesquisada é pontilhada de indícios vários acerca da constante movimentação de pessoas nesses espaços fronteiriços, elucidando parte de uma realidade por muito tempo silenciada nas obras de síntese sobre o contexto independentista no Grão-Pará: uma rede de comunicação sub-reptícia para as lentes do poder, que foi construída entre aqueles sujeitos considerados “estúpidos” ou “ignorantes” na comunicação oficial. Essas teias de informação se confundiam, muitas vezes, com os desenhos capilares dos rios, por onde corria toda uma dinâmica social pouco conhecida pelas autoridades, mas de importância substantiva para os que dela faziam parte. Faz-se necessário, dessa forma, percorrer um pouco esses caminhos ocultos na documentação e, mesmo que precariamente, procurar entrever os espaços opacos de possíveis sociabilidades constituídas nas fronteiras entreabertas entre o mundo permitido e a sociedade marginal.

O extremo norte da América Portuguesa, finalmente, não estava desligado das realidades que aconteciam nas colônias espanhola e francesa, com as quais mantinha relações de fronteira, e, muito menos, estava “isolado” de conjunturas mais amplas das províncias do Estado do Brasil. Das fronteiras irradiavam idéias e práticas políticas “revolucionárias” que foram difundidas, na grande maioria das vezes, nos ambientes “lacônicos” e clandestinos de vivência onde a tradição oral se impunha e, possivelmente, se entremeavam com escritos e textos que, de inúmeras formas, se inseriam no cotidiano intelectualizado e iletrado dos grupos que compunham a sociedade paraense. Não tivemos oportunidade de analisar a documentação referente às Guianas inglesa e holandesa, que também compunham uma extensa fronteira com o Pará, visto que grande parte das fontes referentes a esses lugares se encontra nos arquivos municipais dos municípios de Óbidos e Santarém, oeste do Pará, nos quais não pudemos estar. Certamente, outros retratos das influências da Revolução Francesa na Amazônia pudessem ser agregados a esse estudo, como a historiografia recente tem nos mostrado⁴², o que torna ainda mais complexo o quadro das possíveis influências revolucionárias na Amazônia.

Por outro lado, é difícil delimitar quando as primeiras influências desse ideário revolucionário europeu sobre o extenso território do Grão-Pará se deram. Mas, sem dúvida, a proximidade com essas colônias européias mais ao norte e a oeste da província, assim como as possibilidades que existiam de que as informações oriundas do “sul”, Minas Gerais e Rio de Janeiro, circulassem pela fronteira com o Maranhão e Goiás, empurravam essas conexões com os “espectros” de revolução para uma escala temporal muito anterior à propagação do vintismo português na província que, como já vimos, tem seu marco historiográfico fincado na chegada de Fillipe Patroni com os primeiros instrumentos de tipografia em dezembro de 1820 e com a revolução constitucionalista, encabeçada por parte da tropa de linha, em 1o de janeiro de 1821. Esses indícios nos pareceram interessantes primeiro porque, tomar como referencial as camadas subalternas da sociedade, requer apreciar outras concepções de tempo, distintas da tradicional cronologia política. A partir disso, é possível visualizar transformações pontuais nas mais variadas realidades construídas pelos agentes da “desordem” que, no período próximo à independência, foram intitulados agentes da anarquia, em uma clara alusão ao caráter estritamente político de diversas manifestações de contentamento.

Sem priorizar um suposto “mito de origem” dessas idéias na Amazônia colonial, foi possível levantarmos um espaço de investigação diferente, cujo enfoque foi centrado nas mais diversas situações de sociabilidades forjadas no sertão profundo do Grão-Pará e Rio Negro, que não tinha sido discutido, pelo menos, por grande parte

da historiografia sobre a independência do Pará sob influência dos *Motins Políticos*, de Antônio Raiol, e da *Adesão do Grão-Pará à Independência e outros ensaios*, organizado pelo engenheiro e secretário do IHGP, João de Palma Muniz. A própria noção de “fronteira” pode ser questionada se lançada sobre as relações variadas tecidas nos confins da Amazônia, que impunham outros significados e “arredavam” a linha demarcatória do território segundo o jogo político de solidariedades e conflitos entre os sujeitos, que por ali residiam ou trabalhavam, a partir das necessidades mais imediatas de sobrevivência.

Contudo, outras questões também se impõem como continuação da investigação realizada até aqui: como essas idéias foram “consumidas” por esses grupos móveis de índios, negros, mestiços e brancos pobres? Que atitudes poderiam tomar diante das variadas situações do cotidiano das vilas e povoações do Grão-Pará? E ainda, em que medida esses comportamentos se constituem em “novidades” sob influências dos ideários liberais que anunciavam um tempo de “modernidade” na Amazônia? Como já levantamos na introdução desse trabalho, os anos que marcaram o contexto da independência no Pará podem ser lidos a partir da ótica de generalização gradativa do caos político e social, tornando-se um elemento fortemente desagregador dos vínculos recém costurados entre a província e a monarquia de D. Pedro.

Nesses momentos, a “população” ganhava o *mise-en-scène* das disputas políticas formais, inclusive ameaçando qualquer tipo de projeto institucional que, porventura, os “partidos” elitistas estivessem construindo internamente. Portanto, o fundamento dessas manifestações políticas mais localizadas é importante por sugerir certa falência de algumas instituições basilares da ordem colonial portuguesa em desagregação e a fragilidade das instituições que nasciam com a independência brasileira, que passaram a despertar a rejeição, nas representações formuladas “de baixo”, de se sobreviver num Brasil livre e independente de Portugal com persistências variadas dos tempos de “escravidão” política. É a partir desses casos variados e seus mais diversos significados que propomos experimentar outras leituras do contexto revolucionário e liberal que assinalou a realidade da província nas primeiras décadas do século XIX. Mas isso, discutiremos no próximo capítulo.

1 O trabalho que expõe essa tese mais claramente, embora dando um enfoque prioritários aos movimentos negros no processo de independência, é o de Vicente Salles, quando afirma que "(...) A Independência foi conseguida sem luta. Veio de fora como fato consumado". No pensamento de Salles, por mais conflituosa que tenha sido a conjuntura política do Pará na década de 1820, os projetos políticos engendrados não foram suficientes para impor uma mudança estrutural de dentro, daí resultando acreditar que a intervenção externa acabou moldando o caráter da independência local. SALLES, Vicente. *O Negro no Pará: sob o regime da escravidão*. 2ª edição, Belém : Secretaria de Estado de Cultura; Fundação Cultural do Pará "Tancredo Neves", 1988, p. 262. A primeira edição data do ano de 1964.

2 Praticamente todas as narrativas produzidas no século XIX e em grande parte do século XX, embora enfocando o processo de formas variadas e teoricamente diferenciadas, deram peso decisivo à chegada de Greenfel ao Pará como acontecimento capital para a "adesão" da província ao projeto do "partido do sul". É nesse sentido que paira sobre a historiografia local desse período, inclusive parte da mais recente, a leitura de Domingos Raiol, em seus *Motins Políticos* e a de João de Palma Muniz, em seu *Adesão do Grão-Pará à Independência*, ou seja, a interpretação do IHGP, para quem o alinhamento da província com o governo do Rio de Janeiro surge, como inevitável, dado que a presença de Greenfel não somente representava ameaça caso isso não se cumprisse, como também significa um pouco de certeza frente ao caos instaurado em Belém a partir da insubordinação dos escravos e de grande parte da tropa de linha.

3 O conceito de "adesão" foi construído pelo engenheiro e secretário do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, João de Palma Muniz, em artigo célebre publicado no número especial da Revista do IHGP (RIHGP) em 1922, ocasião em que se comemorava o centenário da independência. Argumentando que a província do Pará tinha sido a primeira a proclamar a Constituição Portuguesa em todo o Brasil, Muniz elege como ponto de chegada de suas reflexões que o desenvolvimento prematuro do nativismo no Pará teria se expressado em uma disposição de grande parte das elites políticas e econômicas, tropa e povo - denominadas pela categoria homogeneizadora de "paraenses" – a se unir à causa da independência e a escolherem serem antes brasileiros que portugueses. MUNIZ, *op. cit.*, p. 18.

4 Tese essa construída pelo próprio Império através dos Institutos Históricos espalhados pelo país, seguindo a linha de continuidade entre as monarquias portuguesa e brasileira, além de enfatizarem a inviabilidade histórica do regime republicano. Nesse sentido, a linha lógica de interpretação dos acontecimentos independentistas nas províncias escamoteava o papel e a própria existência dos conflitos na processualidade da "causa da independência". Francisco Adolfo de Varnhagen e Manuel de Oliveira Lima foram os principais ícones dessa tendência historiográfica. Ver VARNHAGEN, Frâncico Adolfo de. *História Geral do Brasil*. 1o vol. Rio de Janeiro, Laemmert, 1854; *História da Independência do Brasil*. Rio de Janeiro : Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1916. LIMA, Manuel de Oliveira. *O Movimento de Independência, 1821-1822*. São Paulo: Melhoramentos, 1922. Ver também o interessante debate historiográfico sobre a independência brasileira, produzido por Wilma Peres Costa, a partir da ótica da continuidade e da descontinuidade com a monarquia portuguesa colonial. COSTA, Wilma Peres. "A independência na historiografia brasileira". In: JANCSÓ, István (org). *Independência: História e historiografia*. São Paulo : Hucitec/FAPESP, 2005, p. 56-60 e 68-70.

5 Poucos são os trabalhos que buscaram olhar para essas fronteiras relacionando-as com o processo emancipacionista no Pará. Ver. BARATA, Mário. *Poder e Independência no Grão-Pará, 1820-1823*: gênese, estrutura e fatos de um conflito político. Belém : Conselho Estadual de Cultura, 1973-1974. Para algumas hipóteses levantadas em torno das influências intelectuais do Maranhão sobre os círculos letrados do Pará ver COELHO, Geraldo Mártires. *Anarquistas, Demagogos e Dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822*. Belém : CEJUP, 1993. O trabalho que mais relacionou a fronteira com o Maranhão aos conflitos políticos que aconteciam no Pará durante o processo de independência talvez tenha sido o de André Machado, que buscou focar, principalmente no capítulo 4, essas relações a partir da noção de provisoriedade da "solução brasileira" e das múltiplas alternativas políticas que se apresentavam para as elites paraenses reorganizarem a província depois da proclamação da independência. MACHADO, André Roberto de Arruda. *A quebra da mola real das sociedades: a crise política do Antigo Regime Português na província do Grão-Pará (1821-1825)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006 (Tese de Doutorado).

6 Existe farta referência às relações comerciais com Portugal tanto na documentação disponível no APEP, como também nas caixas de ofícios do Conselho Ultramarino contidos no AHU colocados no “Projeto Resgate”. As exportações principais do Pará, entre o fim do século XVIII e a década de 1820, podem ser centradas na economia extrativista das “drogas do sertão”, madeiras de lei. AHU_ACL_CU_013_Cx. 147-159 (Projeto Resgate de Documentação Histórica *Barão do Rio Branco*. Documentos Manuscritos da Capitania do Pará). Para a movimentação dos navios de negócios provenientes de vários pontos da Capitania do Grão-Pará e Rio Negro com destino a Lisboa e vice-versa a partir dos atestados do escrivão de saúde no Porto de Belém, ver Códice 752. Correspondências de Diversos com o Governo do Pará (1823). APEP.

7 Assim, a historiografia mais recente enfatiza que, embora após a morte de Pombal tenha se criado uma imagem de retrocesso político e econômico, chamada de “tempos da viradeira”, a atuação de D. Rodrigo de Souza Coutinho, e de outros integrantes da “geração de 1790”, permite relativizar a excessividade dessa visão negativista sobre a economia política do fim do século XVIII no Brasil. Ver, MUNTEAL FILHO, Oswaldo. “Despotismo e cultura científica no mundo de Queluz”. In: MENEZES, Lená Medeiros de, ROLLEMBERG, Denise e MUNTEAL FILHO, Oswaldo (orgs.). *Olhares sobre o político: novos ângulos, novas perspectivas*. Rio de Janeiro : Ed. UERJ, 2002, pp. 89-122. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. “O teatro: as origens da cultura política luso-brasileira e seus veículos de divulgação (capítulo 1)”. In: *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro : Revan/FAPERJ, 2003, pp. 30-32. MAXWELL, Kenneth. “Pombal e a nacionalização da economia luso-brasileira”. In: *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. São Paulo : Paz e Terra, 1999, pp. 89-124. MAXWELL, Kenneth. “A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro”. In: *op. cit.*, pp. 157-208.

8 Notadamente nas administrações de D. Francisco de Souza Coutinho (1790-1803) – e irmão do conde de Linhares - e de seu sucessor D. Marcos de Noronha e Brito, o conde dos Arcos (1803-1806), levando a um aumento significativo no saldo final da balança comercial que, em 1800, somava 628:494\$650 para as exportações e 418:379\$989 para as importações. Cf. REIS, Arthur Cezar Ferreira Reis. “O Grão-Pará e o Maranhão”. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Monárquico*. Vol. II, São Paulo : Difusão Européia do Livro, 1964, p. 71.

9 Ofícios de D. Rodrigo de Souza Coutinho ao governador e capitão-general do Pará José Narciso de Magalhães e Menezes, datados em 24/04/1809 e 18/05/1809. Códice 642, Correspondências da Metrópole com os Governadores (1808-1813). APEP. Em agosto de 1818, o ministro Thomas Antonio de Vila Nova Portugal continuava insistindo com o governador do Pará na necessidade de se estreitar os contatos comerciais com a província do Mato Grosso pelo rio Arinos, sendo essa, ao que parece, uma prioridade importante para o governo português. Ofício do ministro Thomas Antônio de Vila Nova Portugal ao governador e capitão-general do Pará, o conde de Villa Flor, datado em 18/08/1818. Códice 686. Correspondências da Metrópole com o Governo (1816-1824). APEP.

10 Essa expedição foi realizada pelo capitão do mato José do Rosário Ribeiro em 1797, seguida por outra chefiada pelo major Francisco Nunes em 1798, como sendo uma expedição oficial do governo do Grão-Pará. BAENA, Antônio. *Op. cit.* p. 232 e 237.

11 Durante o século XVIII inteiro, toda a capitania do Grão-Pará sofreu com a escassez de gêneros importantes para o consumo interno, principalmente a produção de “carnes verdes”, fazendo com que uma das alternativas que o estado utilizava para suprir essas carências fosse decretar as “derramas” sobre as produções dos proprietários, especialmente “carnes verdes” e farinha, mesmo sendo boa parte deles possuidores de patentes militares. RAVENA, Nírvia. “O abastecimento no século XVIII no Grão-Pará: Macapá e vilas circunvizinhas”. In: MARIN, Rosa Elisabeth Acevedo (org.). *A escrita da história paraense*. Belém : NAEA/UFPA, 1998, p. 29-52. SOARES, Eliane Cristina Lopes. *Roceiros e vaqueiros na Ilha Grande de Joanes no período colonial*. Belém : NAEA/UFPA, 2002 (Dissertação de Mestrado). No caso específico do Rio Negro, o abastecimento também poderia ocorrer a partir das importações do gado das cidades de La Laguna e Jeberos na província de Minas, visto que notícias desse tipo são abundantes na documentação colonial da Amazônia peruana. Ver. BARLETTI, Jose. *Op. cit.*

12 BAENA, Antonio. *Op. cit.* p. 238-9.

13 As primeiras notícias de descoberta de ouro datam, segundo Baena, de meados de 1817, quando o governador Conde de Villa Flor nomeou o bacharel Miguel Joaquim de Cerqueira para examinar e explorar as possibilidades de existência de ouro e outros metais semi-preciosos na região entre o rio Turiaçu e a vila de

Bragança. A resposta não tardou, tendo o mesmo bacharel concluído que a região era promissora em cascalhos auríferos, especialmente nos rios Redobdo, Tromahy, Pirocaua, Pichuna, Curií, Genipaussú, Gurupi, Guiririba e na serra Jutahy da bahia do Peria. Nas terras do Gurupi, segundo o mesmo relator, havia um grande jazigo aurífero, de onde extraiu oitocentas e noventa oitavas de ouro e levou uma palheta do mesmo metal de trinta e sete oitavas para a apreciação do governador do Pará. BAENA, *op. cit.*, p. 304 e 309.

14 Ofício do governador e capitão-general do Pará, o conde de Villa Flor ao governador do Rio Negro, datado em 04/12/1818. Códice 628. Correspondência dos Governadores com Diversos (1817-1820). APEP. *Apud* BARATA, Mário. *Op. cit.* p. 39-40.

15 Ofício do Capitão Manoel Xavier de Oliveira para o Governador e Capitão-General do Pará, o conde de Villa Flor, datado em 17/07/1819. Códice 378. Correspondência de Diversos com o Governo do Pará (1817-1823). APEP. *Apud* BARATA, Mário. *Op. cit.* p. 41-2.

16 Iniciativa do Conde Vila Flor em março-abril de 1818, cujo trajeto se dava através da vila de Ourém, distrito de Bragança, e dali por terra para os rios Turiaçú, Piriá, Gurupi e Redondo, justamente a zona aurífera e de grandes conflitos. BAENA, *op. cit.* p. 315.

17 O oficial José de Brito Inglês chegou a levar quatro libras de pó de ouro para serem apresentadas ao Rei em 11 de fevereiro de 1819, “tirado das Minas de Turiaçú, Perucava e outros sítios no Distrito de Bragança”. Ofício do Governador e Capitão-General do Pará, o conde de Villa Flor, para a Corte do Rio de Janeiro, datado em 25/05/1818. Códice 716. Correspondências do Governo do Pará com o Governo Central (1817-1819). APEP. *Apud* BARATA, Mário. *Op. cit.* p. 41.

18 BAENA, Antonio. *Op. cit.* p. 302.

19 Embora tenha deslocado o Maranhão e o Piauí desse “bloco” sob a liderança de Pernambuco, Denis Bernardes enfatiza que ecos da revolução de 1817 no Recife possam ter sidos extravasados para outras áreas da Monarquia Portuguesa. BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. “Pernambuco e sua área de influência: um território em transformação (1780-1824)”. In: JANCÓS, István (org). *Independência: História e historiografia*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005, p.390.

20 Embora admitisse que não conhecia muito bem a realidade do Maranhão e do Piauí, o coronel José Inácio de Sampaio, comandante militar de Fortaleza, afirmava que: “Uma vez tomada esta Capitania, e não podendo a Capitania do Piauí fazer resistência alguma, segue-se imediatamente o ataque sobre o Maranhão, aonde o gentio está levantado e aonde em geral não sei como as coisas correm”. Ofício de Manoel Ignácio de Sampaio ao Chefe da Divisão e Comandante de Esquadra do Bloqueio de Pernambuco Rodrigo José Ferreira Lobo, datado em 19/05/1817. Códice PP-01. Correspondências dos Presidentes de Províncias. Arquivo Público Estadual de Pernambuco *Jordão Emerenciano* (Doravante APEJE).

21 Os líderes mais procurados nesse momento pelas autoridades do Ceará eram o frei Francisco de Sta. Anna Pessoa (irmão do padre João Ribeiro de Mello Pessoa) e Inácio Tavares Benevides, ambos considerados cabeças da revolução do Crato, todos foragidos para o sertão das capitanias do Ceará ou da Paraíba e, quiçá, do Maranhão. Ofício de Manoel Ignácio de Sampaio ao Chefe da Divisão e Comandante de Esquadra do Bloqueio de Pernambuco Rodrigo José Ferreira Lobo, datado em 02/06/1817. Códice PP-01. Correspondências dos Presidentes de Províncias. APEJE.

22 Ofício de Manoel Ignácio de Sampaio ao Chefe da Divisão e Comandante de Esquadra do Bloqueio de Pernambuco Rodrigo José Ferreira Lobo, datado em 16/06/1817. Códice PP-01. Correspondências dos Presidentes de Províncias. APEJE. Ofício de Manoel Ignácio de Sampaio para Luis do Rego Barreto, datado em 04/05/1817. Códice PP-01. Correspondências dos Presidentes de Províncias. APEJE. Não é à toa que historiografia mais recente tenha dimensionado a revolução de 1817 como “o mais amplo movimento contra a soberania real em toda a história do Reino de Portugal”. BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça, *op. cit.*, p. 390.

23 Ofício de Manoel Ignácio de Sampaio ao Chefe da Divisão e Comandante de Esquadra do Bloqueio de Pernambuco Rodrigo José Ferreira Lobo, datado em 16/06/1817. Códice PP-01. Correspondências dos Presidentes de Províncias. APEJE.

24 Mesmo Palma Muniz, defensor da tese de que o Pará representou uma “figura de proa” na política do Império brasileiro por ter sido a primeira província a proclamar o constitucionalismo português em 1o de

janeiro de 1821, admite que, antes disso o Pará já recebia informações seguras do que acontecia no Brasil, principalmente no que diz respeito ao panorama revolucionário: “Embora fechada a Província aos surtos da imprensa, nem por isso, deixavam de nela entrar, contrabandeados do velho mundo e de Pernambuco, com os vai-e-vens dos navios e dos transmigrantes, os modernos ideais de ampliação das liberdades”. MUNIZ, João de Palma. *op. cit.*, p. 17.

25 Essas informações foram precedidas de cartas enviadas pela Corte do Rio de Janeiro conclamando os governadores do “norte” a cerrarem mais uma vez a vigilância sobre os principais portos, revistando as embarcações. Ofício de José Ignácio Borges a Luiz do Rego Barreto, datado em 30/03/1818. Códice PP – 02. Correspondências dos Presidentes de Províncias. APEJE.

26 Ofício do Conde de Linhares ao governador do Pará, José Narciso de Magalhães e Menezes, datado em 26/05/1809. Códice 642. Correspondências da Metrópole com os Governadores (1808-1813). APEP. Ver também: Ofício do Príncipe regente ao Governo Interino do Pará, datado em 15/10/1811. *Ibidem*. APEP.

27 E ainda continua: “(...) sendo evidente a todas as luzes que he muito mais acertado prevenir graves mofinas affastando da Sociedade aquelles que as podem effectuar do que rolando-os de intróito expor-se depois a proceder contra elles com os mais rigorosos e austeros castigos. Toca pois à prudência não usar de meios extraordinários se não depois de pleno e exacto conhecimento de causa”. *Apud* BAENA, Antonio. *Op. cit.* p. 232. Consideramos que esse trecho pode ter sido transcrito de um ofício do governador do Pará, D. Francisco Maurício de Souza Coutinho, ao capitão do mato José do Rosário Ribeiro, que fora encarregado de encontrar algum caminho para o Piauí e que, como vimos, acabou chegando ao Maranhão, em 24/07/1797, o que revela essas preocupações com influências revolucionárias vindas de S. Luis e adjacências podem ser bem anteriores aos embates da década de 1820, contrapondo-se à visão cristalizada pela historiografia.

28 MOTA, Carlos Guilherme. *Idéia de Revolução no Brasil, 1789-1801*: estudo das formas de pensamento. Petrópolis : Vozes, 1979.

29 Ofício do Governador das Armas do Pará para o Juiz ordinário da Vila de Bragança, datado em 14/08/1822. Códice 740. Correspondências dos Governadores com Diversos (1822-1823). APEP.

30 *Idem*.

31 A Junta manda proceder como de praxe no caso do desertor Manoel Domingues, “preso nos Mocambos de Gurupi e Piriá”, visto que o mesmo iria ser julgado pelo Conselho de Guerra por crime de 4ª deserção. Registro no 140, datado em 28/05/1821. Códice 723. Registros do Comando Militar (1821-1823). APEP.

32 Registro no 186, datado em 25/06/1821. Códice 723. Registros do Comando Militar (1821-1823). APEP.

33 Os três maranhenses mantidos incomunicáveis do calabouço público de Belém eram [?] do Rosário, Bernardo da Conceição e José Nazário, presos em lugar indeterminado. Registro no 103, datado em 26/04/1821. Códice 723. Registros de o Comando Militar (1821-1823). APEP.

34 Pelo menos foi esse, segundo Antônio Baena, o trajeto feito pelo furriel de granadeiros do regimento de infantaria Joaquim Antonio de Macedo, responsável pelo correio mandado ao governo do Rio de Janeiro, dando notícias da capitulação de Caiena e da instalação do governo português naquela colônia anexada ao Pará. BAENA, Antonio. *Op. cit.* p. 277.

35 Circulares enviadas para os Comandantes d’Arroyos, S. João d’Araguaya = p.a a de Goyases = ao Juiz de Santarém = para de Cuiabá = para o Comandantes de S. João do Crato, e Juiz da Vara de Borba = para a de Mato Grosso, datados em 27/06/1823. código754: Correspondências da Junta com diversos (1823). APEP. Por outro lado, o governo reinol tinha o maior cuidado ao liberar transferências de pessoas da região sul para o Pará, fazendo com que as autorizações desses passaportes fossem antecedidas de investigação policial minuciosa, como a foi realizada com o médico Mariano Pereira Ribeiro, solteiro, vinte e quatro anos de idade, formado em Medicina e natural de Minas Gerais, que requisitou sua ida para a cidade do Pará e que teve sua vida devassada inclusive pelo corregedor do bairro de Romulares, onde morava em Minas. Atestado de João de Matos Nascimento Barbosa de Magalhães sobre a passagem do médico Mariano Pereira Ribeiro de Minas Gerais para a Capitania do Pará, datado em 23/12/1815. AHU_ACL_CU_013, Cx. 147, D. 11220 (Projeto Resgate de Documentação Histórica *Barão do Rio Branco*. Documentos Avulsos da Capitania do Pará).

36 Circulares enviadas pelo Governador das Armas do Pará para os comandantes militares dos registros de S. João de Araguaia e Arroios, datados em 25/10/1822. Códice 740. Correspondências dos Governadores com Diversos (1822-1823). APEP.

37 Ofício do Capitão Francisco José Rodrigues Barata ao Coronel e Comandante da Tropa João Pereira Villaça, datado em 05/07/1821, Códice 720. Correspondências do Comando das Armas com o Governo (1821). APEP.

38 Ofício do Capitão e Comandante do Registro Militar de São João de Araguaia, Francisco de Siqueira Monterroero Mello da Silva, para o Governador das Armas do Pará, Brigadeiro José Maria de Moura, datado em 20/12/1822. Códice 671: Correspondências de Diversos com o Governo (1814-1823). APEP.

39 Circulares enviadas pelo Governador das Armas do Pará para os comandantes militares dos registros de S. João de Araguaia e Arroios, datados em 25/10/1822. Ibidem.

40 Ofício do Governador das Armas do Pará para o Ouvidor Geral, datado em 24/04/1822. Correspondências dos Governadores com Diversos (1822-1823). APEP.

41 Os dois suspeitos de serem desertores estavam descendo o rio Tocantins em uma comitiva de Canoas que vinha, provavelmente, das Minas de Goiás, sendo que Ludovico tentou argumentar com o comandante “q.^e hia para o seu degredo de S. João de Araguaia”. O comandante ainda observou “pois q.^e facil.^{te} passaria pelo lugar do seu degredo e não apresentarão pois q.^e não passarão termo de entrega mais q.^e (só nes.^{ta} o meterão) na Canoa dizendo-se (...) a entregar-se naquele prezídio”. Cf. Ofício do Tenente Comandante do Registro Militar de Arroios, Antônio Barboza, para o governador e Capitão-General do Pará, o conde Villa Flor, datado em 29/07/1819. Códice 671: Correspondências de Diversos com o Governo (1814-1823). APEP.

42 Parte do estudo de José Luis Alonso está centrado especificamente nessa região, notadamente as variadas relações entre índios e negros na região do rio Trombetas e Erepecurú, que ligavam Santarém e o conjunto de vilas da região do Tapajós às Guianas holandesa e Inglesa. ALONSO, José Luiz Ruiz-Peinado. *Amazônia Negra. In: La Amazonía Brasileña en perspectiva Histórica*. Madri : Ediciones Universidad de Salamanca, 2006, 57 páginas (separata). Para um estudo mais clássico, ver ACEVEDO MARIN, Rosa Elisabeth e CASTRO, Edna Maria Ramos de. *Negros do Trombetas: guardiães de matas e rios*. Belém : UFPA/NAEA, 1993.

PARTE II

**“LIBERDADE” E SUAS
RETÓRICAS POLÍTICAS**

CAPÍTULO 5

A ONDE ESTÁ A POLÍTICA NA INDEPENDÊNCIA?



Todos os conceitos nos quais se concentra o desenrolar de um processo de estabelecimento de sentido escapam às definições. Só é passível de definição aquilo que não tem história.

(Nietzsche)

Se o político deve explicar-se, antes de tudo, pelo político, há também no político mais que o político.

(René Remond)

ONDE ESTÁ A POLÍTICA? CONCEITOS, RACIONALIDADES E LINGUAGENS POLÍTICAS NOS TEMPOS DA INDEPENDÊNCIA

O horizonte político aberto pelo processo de independência brasileira – ou de qualquer outro processo histórico - não se fecha em si mesmo, não está circunscrito ao desenrolar dos acontecimentos que caracterizaram, *pari passo*, os momentos considerados decisivos para o estabelecimento da ruptura com a “mãe pátria” lusitana. E nem, tampouco, o campo da política pode ser autonomizado a tal ponto em relação às outras esferas da vida social, produzindo sua auto-explicação absoluta, como fração superior e determinante da dinâmica de uma sociedade. Ter em conta esses princípios teóricos significa partilhar de uma concepção do “político” como fabricação unívoca do poder institucionalizado e da reprodução de seu próprio movimento como catalisador do social, visto ser esse mesmo poder o definidor de tudo que existe sob sua influência. Considerar a

produção histórica sobre o lugar do político nesses termos representa, com efeito, verticalizar radicalmente as relações sociais, partindo de um centro que age e das periferias que, passivamente, orbitam, cada uma a seu ritmo, em torno da “verdadeira política”, aquela que diz respeito ao Estado e às suas instituições, dirigentes, dispositivos e tradições.

Diversas considerações foram feitas sobre a hipertrofia do político na condução do trabalho de explicação e compreensão do passado pelo historiador - característica central da produção historiográfica do século XIX. A lição fundamental sobre essa questão nos foi dada há mais de setenta anos pelo primeiro núcleo de pesquisa histórica da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, em uma conjuntura de incertezas cada vez mais presentes no período do entre guerras na Europa. O descrédito com a política institucional em França impulsionou uma verdadeira “revolução” na historiografia desse momento, especialmente ao apresentar outros domínios de grande importância para a compreensão das sociedades do passado. Lançavam-se, assim, as bases para uma das mais bem sucedidas transformações da historiografia mundial ao deslocar as preocupações excessivamente centradas nos processos políticos institucionais para outros campos ainda pouco explorados pelos historiadores, como as crenças, os ritos, a economia, enfim dimensões do social identificadas com o que se convencionou chamar de mentalités¹. Esse passo em direção ao futuro acabou levando, décadas mais tarde, ao estabelecimento da chamada “nova história”, cujas pesquisas passaram a adotar decisivamente métodos quantitativos para análise de dados em séries, visando a compreensão das continuidades e transformações em períodos relativamente longos da história humana, representada nas linhas tortuosas dos gráficos.

O desterro da história política dos centros de pesquisa histórica continuou com o a conjuntura do pós-guerra e com o advento das democracias em diversos estados europeus. A chave para a compreensão do passado passava a ser, também, a possibilidade de maior participação das massas no processo político, vislumbrada, em termos historiográficos, pelo grande impulso às pesquisas voltadas para a compreensão dos universos sociais e políticos “vindos de baixo”. A possibilidade real de construção da democracia política e social a partir de 1945, o ressurgimento do movimento operário, seguido da difusão do socialismo em parte do mundo político desse período foram responsáveis por uma grande renovação na disciplina histórica, sobretudo na Inglaterra, que passou, com mais afinco, à tentativa de tirar da indigência e do esquecimento espaços e sujeitos sociais antes ocultos dos textos de história política. Daí o grande número de trabalhos centrados na identificação, organização e ação das multidões na história, assim como a ênfase dada às discussões sobre o operariado e outros ambientes organizados em que o *petit peuple* poderia estar envolvido².

Essa pequena digressão foi necessária para que pudéssemos situar o lugar da história política na produção historiográfica mais recente. Não se faz necessário, portanto, fazermos uma discussão exaustiva acerca dos marcos de transformação desse processo para constatar que, fundamentalmente, com os *Annales* e com o marxismo, a pesquisa histórica se encaminhou cada vez mais para longe da “historiografia de antigo regime”, que passou a ser firmemente identificada com as narrativas políticas e militares lineares, événementielle, biográfica e nacionalista, enfim, uma historiografia denominada, em sua forma mais acadêmica e comportada, de “tradicional”. Chegava-se à conclusão que pouco da vida social residia no político, sendo essa esfera parte de estruturas mentais, econômicas e culturais consideradas mais profundas e determinantes na constituição das instituições políticas formais de uma dada sociedade. O território do político deixava assim de existir enquanto espaço de investigação autônoma e interessante, passando a ser, como nos ditos braudelianos, aquela camada fina e mutável dos acontecimentos sem muita substância, pois externa às estruturas sedimentadas no tempo longo, associadas às revoltas ondas do mar ou a tenra e nervosa luz dos vaga-lumes em meio à pesada escuridão, essa sim, definidora das experiências de maior importância da e para a humanidade.

Essa desconstrução da história política, portanto, torna instigante o emprego de questionamentos feitos a partir de referenciais distintos daqueles utilizados pelos *Annales* e pelo marxismo, o que coloca a questão *onde está a política?* no seu devido lugar, ou seja, como ponto de partida para a redefinição do político nas relações sociais e, sobretudo, como produção de deslocamentos teóricos e metodológicos que possam elucidar discussões anteriormente consideradas resolvidas por essas historiografias que se tornaram hegemônicas na Europa e em grande parte da América. E uma das possibilidades de se fazer esse movimento de tirar do lugar o que se encontrava supostamente definido pôde ser considerada a partir do pressuposto de que o político não existe somente no ambiente de relações sujeitas ao Estado e/ou ligado às suas instituições e seus dirigentes, mas que são múltiplos os ambientes em que se praticam políticas na sociedade, visto que o poder não está localizado somente na esfera das instituições formais.

A consideração de que o poder é produzido e reproduzido, que circula e se acumula, em suma, que funciona em praticamente todo o corpo social foi fundamental para que, a partir da década de 1970, se pensasse de forma diferente as relações políticas, principalmente por conta dos diálogos estabelecidos entre a disciplina histórica e a antropologia cultural, a antropologia política e com a renovação nas abordagens marxistas³. As formas de dominação e de sujeição existentes em

uma sociedade são plurais, fazendo com que as práticas de poder sejam trabalhadas de acordo com o funcionamento sortido de “micro- mecânicas” com diversas dinâmicas, regionais e locais, independentes das relações institucionalizadas, mas a elas também relacionadas em interstícios diversos. A morfologia dessa noção do político se torna mais complexa, pois as relações de poder, segundo essa abordagem, não possuem um centro de onde se irradiam para o resto do social; movem-se, principalmente, em rede, podendo os indivíduos tanto exercê-lo como sofrerem sua ação. Com isso, refletir sobre o lugar do político nas relações sociais representa a necessidade de descentralizá-lo e, com isso, desreificá-lo enquanto um bem ou uma riqueza simbólica ou efetiva de um agente para visualizá-lo nos mais diversos movimentos construídos pelo próprio social em sua multiplicidade⁴.

A constatação de que o domínio do político precisa ser enxergado como inserção no universo social mais amplo foi, talvez, a mais importante renovação que a história política apresentou nesses últimos trinta anos, isso em decorrência das diversas trocas com outras disciplinas das ciências sociais – a lista é grande: o direito, a psicologia social, a sociologia, a ciência política, a lingüística, a matemática, a cartografia, a informática e mesmo a psicanálise. Com isso, as noções de “poder” e “política” passaram a ser distanciadas daquele sentido mais formal, autônomo, “acontecimental” e reducionista, para adentrar os domínios das representações e de suas conexões com as práticas sociais, possuindo mil vínculos com aquelas dimensões situadas na longa, e até na longuíssima duração, como é o caso da concepção de cultura política⁵. Somente essa história política orientada a partir da continuidade pode consentir na compreensão dos comportamentos das “micro-sociedades” que se fundem na sociedade mais geral⁶, fazendo com que o terreno da política não esteja fora da miríade que constitui o ambiente da cultura, sendo observados aqueles aspectos relativamente autônomos e inconfundíveis, e um deles, é o de se manter como acontecimento⁷.

A partir dessas considerações sobre o lugar da política no âmbito das relações sociais situadas fora da esfera de determinidade do Estado é que começou a ser possível se desenvolver um espaço de investigação da política cuja localização fosse, a princípio, indeterminada. No caso específico do processo de independência, onde se situa nosso problema, permite, acima de tudo, que se penetre nos mais variados poros constituintes daquele tecido social, para se compreender em que medida o processo institucional pelo qual passava a província do Grão-Pará foi apropriado pelos sujeitos que constituíam o que poderíamos chamar de “sociedade política marginal”. Nessas extremidades do social, muitas vezes sinuosas e de minúsculas dimensões, as expressões políticas dos que eram supostamente mantidos alheios aos debates eruditos que

se davam nos gabinetes e nos impressos foram múltiplos, inclusive desorientando, em certa medida, os rumos decididos pelos dirigentes políticos ou pelos redatores dos jornais, que teimavam em apreender as “opiniões mudas” das camadas pobres e iletradas em sua superficialidade quase que completa. Mas, por entre os vasos capilares da informação⁸, esses sujeitos iam apreendendo de várias maneiras o momento político difícil em que estavam inseridos, construindo expectativas de futuro que, em incontáveis situações, escaparam às interpretações das autoridades.

A partir desse desnível entre a compreensão popular e a interpretação institucional é preciso que se coloque uma questão metodológica: do ponto de vista político, a documentação a que tivemos acesso não só indica como o poder se manifesta como, e sobretudo, que a mesma documentação é *constituída* por esse mesmo poder em sua prática social discursiva⁹. A matéria-prima da qual é fabricado o registro histórico oficial não é senão as práticas políticas, sociais e raciais daqueles que ocuparam os pináculos da política estatal, ou seja, dos que determinavam, a partir da lógica hierárquica do poder instituído, as posições que os sujeitos deveriam ocupar na sociedade sob a lógica do colonialismo português. Isso implica na idéia de que a leitura realizada dessas fontes, especialmente no que diz respeito às possíveis lógicas que orientavam as visões de mundo dos que eram considerados inferiores na escala social, teria que levar em conta esse lugar de fabricação do documento, para peneirar, de forma residual, aquilo que poderíamos chamar de “popular”. Não genuinamente ou tipicamente popular, mas o que restou sob um ponto de vista *hegemonicamente* “popular”, pois não tínhamos como desconsiderar as interferências do universo político, social e lingüístico do mundo erudito¹⁰.

Nesse sentido, é no imensurável território do silenciado que os modos de ver e as formas de estar no mundo precisam ser delineados, mesmo que de maneira precária. Pois, nos lugares políticos onde os conceitos, as idéias, os discursos se corporificam em gestos e comportamentos que procuramos inferir o espaço de apropriação e ressignificação do ideário político que sacudia grande parte da Europa e da América, e se embrenhava nos espaços de convívio populares, considerados ínfimos e distantes no Grão-Pará, até atingirem a capital da província, onde os debates mais substanciais eram travados. Mais uma vez, os campos de compreensão do político se dividem e ao mesmo tempo de relacionam entre si de maneiras plurais; rompem com a preponderância daquelas abordagens da história das idéias “descarnadas”, de acordo com a crítica de Lucien Febvre, por terem sido excessivamente centradas no debate que giram em torno das doutrinas políticas, para se integrarem a um repertório cada vez maior e mais diversificado de expressões, de *linguagens políticas*, que extravasam o território do

registro escrito¹¹. Os impactos causados pela expansão do ideário oriundo dessas revoluções não se deram com a mesma intensidade na sociedade paraense, o que fortalece o caráter eminentemente polissêmico da independência, haja vista a produção variada de sentidos e significados que a ruptura com Portugal gerou na Amazônia, enunciadas sempre em termos de poder e dominação.

Portanto, as representações construídas por esses grupos sociais que estavam colocados à margem da “sociedade política”, tal como a entendiam os letrados, foram expressas principalmente pelas noções políticas dos que integravam os círculos vinculados às autoridades institucionais da província. Eram os membros das câmaras municipais, os comandantes dos destacamentos militares, os integrantes do governo provincial, enfim, todos aqueles que ocupavam cargos públicos no aparelho institucional do Estado, e que possuíam vínculos diretos com as normas institucionais, que nomeavam e descreviam o emaranhado de motivações e condutas políticas que não se enquadravam nos termos considerados legais e aceites como corretos perante o que se considerava ser um súdito leal e temente ao rei.

Dito de outra forma, as práticas políticas dos que povoavam as margens da sociedade foram enclausuradas em palavras e, principalmente, em *conceitos* relacionados ao domínio social, político e, em sentido mais amplo, cultural, do reino lusitano. Os gestos e comportamentos descritos no âmbito da palavra adquirem um estado conceitual se, como coloca Reinhart Koselleck, “a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada, se agrega a ela”¹². Embora sinalizem para a generalização, os conceitos políticos e sociais não são meras palavras, pois contém uma multiplicidade de significados, que reúnem em si diferentes totalidades de sentido, enfim, integram e são integradas pelo aspecto múltiplo da semântica que reside em si. Com isso, o conjunto de representações que conduz a maneira como uma época ou os grupos sociais ordenam sua ação e encaram seu futuro pode ser trabalhado também tendo como referencial as conceituações fabricadas no interior dos acontecimentos e das práticas sociais, decorrentes e produtoras destes.

Os processos de resignificação do real a partir das dinâmicas que constituíam o cotidiano das camadas pobres e iletradas do Grão-Pará na conjuntura de crise das relações coloniais e da iminência possível da independência política em relação a Portugal se constituem a partir de lógicas variadas em que projetos, expectativas e visões de mundo puderam ser expressos na densidade dos vínculos existentes entre os representantes das instituições basilares do Antigo Regime e as novas concepções e práticas políticas que adentravam o ambiente social da província e, especialmente, aqueles lugares onde os índios, negros, mestiços e brancos pobres costuravam suas

estratégias de sobrevivência. Nas frestas construídas a partir do amálgama entre o “tradicional” e a “modernidade” que era anunciada esses grupos sociais puderam produzir, a partir das informações a que tinham acesso, respostas ao que percebiam, mais ou menos confusamente, como problemas a serem solucionados, no caso de sucesso dessa passagem para uma “nova era”. Com isso, as atitudes consideradas como políticas nessa conjuntura abarcam um leque variado de gestos e comportamentos que, porventura, indicassem crítica ou mesmo repulsa ao que figurava como significado da velha ordem das coisas, ganhando, dessa forma, múltiplas *racionalidades políticas*¹³.

Por fim, todas essas questões teóricas e metodológicas foram enriquecidas por uma documentação específica disponível no acervo de códices do Arquivo Público do Estado do Pará. O *corpus* documental escolhido e trabalhado com intuito de investigar os diversos tipos de apropriações e linguagens políticas populares durante o processo de independência possui uma dimensão regional e local importante, composto de correspondências trocadas entre as instâncias do poder situadas em várias vilas e povoações do extenso Estado do Grão-Pará e Rio Negro e as autoridades políticas que organizavam a província de sua capital. Esses códices de *Correspondências de Diversos com o Governo* permitiram, sobretudo, que visualizássemos casos muito singulares em que homens e mulheres expressando e, mesmo, formando opiniões de acordo com aquilo que era considerado anarquia pelos dirigentes locais.

Nesse jogo de relações políticas, sociais, de trabalho, de lazer, enfim, nesse quadro múltiplo de situações construídas no dia-a-dia da província as variadas sociabilidades iam sendo percebidas e descritas com maior dificuldade pelos representantes do poder, o que torna o texto - e a própria interpretação deste autor - repleto de significados, de efeitos de verdade, que tentamos, a duras penas, enclausurar mesmo que parcialmente. Daí, mais uma vez, ser fundamental que tal análise seja possível num tempo histórico – o século XXI - em que a verdade não está dada à espera de quem a descubra, mas que seja um construto do sujeito historiador, isto é, mais uma interpretação para que se compreendam as maneiras de ver o mundo daqueles que viveram no passado. Propomos aqui elaborar uma espécie de “arqueologia” das expectativas e esperanças dos sujeitos políticos que, de diversas formas, foram alijados do espaço institucional da política e silenciados pelo discurso do poder¹⁴. Contudo, essa meta que traçamos ao mesmo tempo em que procura se afirmar pelos procedimentos disciplinares que enunciamos nesse tópico, ameaça escapar ao nosso controle, sugerindo outras interpretações, outras “janelas”, enfim, outras “verdades”.

Notas

1 Existem diversos trabalhos que narram, com periodizações diversas, os passos dados pela historiografia *analliste*. Contudo, ficamos com a interpretação já clássica de Peter Burke que, no nosso entender, continua se impondo na discussão sobre a expansão dos referenciais de pesquisa dos *Analles* sobre a historiografia do século XX. BURKE, Peter. *A Escola dos Analles: a revolução francesa da historiografia, 1929-1989*. São Paulo : Editora Universidade Estadual Paulista, 1991. Contudo, ver também BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique. “Em que pensam os historiadores?” *In*: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ : Editora FGV, 1998, p. 39-41.

2 Estamos nos baseando aqui em uma discussão historiográfica colocada pelos próprios marxistas, que delimitaram os principais marcos históricos e historiográficos dessa corrente teórica ao longo de sua trajetória acadêmica. HOBBSAWN, Eric J. “Marx e o marxismo”. *In*: HOBBSAWN, Eric J. (org.). *História do Marxismo*. Volume 1, Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1983. A perspectiva de estudo sobre as multidões inaugurou o que depois seria chama da de “história vista de baixo”, por considerar as pessoas comuns, suas ações e expectativas como objeto privilegiado na análise e da explicação de importantes processos históricos. Ver RUDÉ, Georges. *A multidão na história: estudos dos movimentos populares na França e na Inglaterra 1730-1848*. Rio de Janeiro : Campus, 1991.

3 A marca central desse processo de renovação historiográfica foi, paradoxalmente, a interdisciplinaridade, um dos maiores “carros-chefes” dos *Analles*. A confecção da história política, portanto, passava a ser bem mais complexa, pois se o “político” não se constitui em uma esfera autônoma do social, também não pode ser diluído completamente neste. Para um panorama desse debate historiográfico, ver FALCON, Francisco. “História e Poder”. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.) *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro : Campus, 1997, p.75-6.

4 A concepção de que o poder – e, conseqüentemente, a política – precisa ser considerado a partir de suas extremidades, através de suas múltiplas ramificações capilares, foi retirada da leitura de Michel Foucault, que, para compreender os diversos discursos de verdade elaborados pelo direito, realizou esse deslocamento fundamental para que este trabalho fosse pensado. FOUCAULT, Michel. “Soberania e disciplina – Curso do Collège de France, 14 de Janeiro de 1976”. *In*: *Microfísica do poder*. 21ª edição, São Paulo : Paz e Terra, 2005, pp. 179-191. O deslocamento do ângulo de visão do poder realizada por Foucault foi considerada uma verdadeira “revolução” nas ciências sociais, pois ao invés de considerar a existência do poder, demonstrou a pluralidade de poderes e suas relações com os saberes enquanto poderes, as instituições supostamente não-políticas e as práticas discursivas que circulam nesses espaços. Cf. VEYNE, Paul. “Foucault revoluciona a história”. *In*: *Como se escreve a história*. 3ª edição, Brasília : Editora da Universidade de Brasília, 1995, pp. 150-181.

5 A noção de “cultura política” representa, na ótica de René Remond, a pertinência de uma história política que não mais se concentra totalmente no modelo narrativo composto do encadeamento dos fatos, organizados linearmente na cronologia e dispostos como explicação completa de um tempo, mas sinaliza para uma história política que busca dialogar com as estruturas da *long durée*, como o conceito de “cultura”, o que, por si só, justificaria a importância de se rediscutir a dimensão do “político” no interior das relações sociais e das próprias ciências sociais. Nesse movimento de deslocar a história política de sua acepção mais “tradicional” é que procuramos subsídios que fornecessem lastro para as investigações colocadas nos campos não-institucionais da política, assim como nos lugares intersticiais em que, porventura, os gestos e comportamentos de homens e mulheres comuns teriam sentido diante da conjuntura mais geral da independência brasileira. REMOND, René. “Uma história presente”. *In*: REMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ª edição, Rio de Janeiro : Editora FGV, 2003, p. 35. FALCON, *op. cit.*, p. 76.

6 Uma das mais importantes reformulações teóricas e metodológicas acontecidas no seio da história social marxista desde, pelo menos, a década de 1950 foi a de quebrar a noção de “sociedade” como um corpo relativamente contínuo e homogêneo, que poderia ser entendida e trabalhada segundo a aplicação de modelos explicativos, geralmente importados da sociologia ou da antropologia social. A compreensão de que na sociedade mais geral se movimentam relações humanas variadas, construídas por sujeitos a partir de identidades mais ou menos definidas, possibilitou a renovação da própria história social no âmbito da pesquisa, pois passou a levar em consideração a dinâmica das relações humanas,

que podem se expressar muitas vezes como simultaneidade, assim como superposições. Nesse sentido, ver HOBBSAWN, Eric J. “Da história social à história da sociedade”. In: *Sobre história*. São Paulo : Companhia das Letras, 1998, pp. 83-105.

7 Nas palavras de Jacques Julliard: “Hoje em dia dissipou-se a ilusão de que se pode fazer desaparecer o universo do político colocando no seu lugar aquilo que ele estava a esconder... (pois) há problemas políticos que são resistentes às mudanças infra-estruturais e que, ao mesmo tempo, não se confundem com os dados culturais vigentes num momento determinado”. JULLIARD, Jacques. “A política”. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (orgs.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1976, p. 180.

8 Foi o que tentamos esboçar na problemática do capítulo anterior com a relativização do conceito de “opinião pública” centrada somente no espaço erudito das relações políticas.

9 E essa relação entre a produção dos documentos, os discursos veiculados e o poder são elementos fundamentais nas questões que foram levantadas por Michel Foucault ao destacar algumas poucas linhas que faziam referência aos homens e mulheres comuns, considerados como loucos nas instituições destinadas ao controle desse “mal” na Europa absolutista. As vivências desses “homens infames” estariam reduzidas ao verbo, uma “lenda seca” em que o poder silenciaria as experiências dessas pessoas. Embora sejam reflexões pertinentes no que diz respeito à composição dos documentos, achamos que seja discutível essa idéia de que não se podem de alguma forma dimensionar as experiências das pessoas comuns, por mais que delas tenham restado traços mínimos na documentação oficial. Contudo, Foucault nos serviu como referência para pensarmos a constituição do documento como célula do poder institucional. FOUCAULT, Michel. “A vida dos homens infames”. In *Ditos e escritos: estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2003, pp. 203-266.

10 Por isso que as atitudes “populares” diante do real precisam ser percebidas dentro de dinâmicas variadas de troca e apropriação política e cultural com os ambientes institucionalizados das relações políticas. O conceito de “representação” possui, em nosso entender, esse significado fundamental de “modos de partilhar o real”. Nesse sentido, ver o debate construído por Roger Chartier. CHARTIER, Roger. “Por uma sociologia histórica das práticas culturais”. In: *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro : Difel/Bertrand Brasil, 1990, p. 16-7. Outros textos também foram importantes balizas para que pensássemos esse complexo de trocas inseridas no plano das relações sociais e políticas para a Amazônia da década de 1820, que, embora centrados em análises prioritariamente culturais, tiveram grande importância para este estudo, por terem abordado as práticas sociais e as estratégias de resistência em espaços múltiplos. Nesse sentido, ver GINZBURG, Carlo. “Prefácio à edição italiana”. In: *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, pp. 15-34; THOMPSON, Edward Palmer. “Introdução: Costume e Cultura”. In: *Costumes em Comum: estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo : Companhia das Letras, 1998, pp. 13-24.

11 No terreno das “linguagens políticas”, a metodologia de John Pocock ganha sentido e densidade, visto que propõe a confrontação sincrônica das mais diversas linguagens políticas para se entender como se forma a tessitura lingüística (langue) na qual as diversas *performances (parole)* se tornam possíveis e inteligíveis. Considerando que as práticas cotidianas das relações sociais, em espaços diversos, constituem *performances* indiciárias importantes de como se compreender o real em seus diversos desdobramentos, a metodologia de Pocock contribui para que se quebre o sentido absoluto da “idéia” como determinante na análise documental, já que nossos sujeitos raramente “falam”, isto é, conduzem a narrativa dos acontecimentos. POCOCK, John. *Linguagens do ideário político*. São Paulo : EDUSP, 2003. Para um debate panorâmico das questões propostas pela história dos conceitos, ver JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v.20, n.57, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092005000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 Set 2007.

12 Koselleck alerta para o fato de a história dos conceitos, embora tenha seu próprio instrumental teórico relativamente autônomo da história social, se constituir, para os interesses do historiador, em uma *metodologia* que contribui para que, a partir da semântica construída na luta entre os grupos sociais, possa ser mais um caminho para se compreender os projetos de transformação e de futuro envolvidos. KOSELLECK, Reinhart. “História dos conceitos e história social”. In: *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto : Ed. PUC-Rio, 2006, pp.97-118.

13 Pelo menos, essas são as premissas principais da “história conceitual do político” sugerida por Pierre Rosanvallon em texto experimental sobre essa metodologia de análise histórica. ROSANVALLON, Pierre. “Por uma história conceitual do político (Notas de estudo)”. In: *História*, São Paulo, v. 15, 1996, Universidade Estadual Paulista (UNESP), p. 33-4.

14 A idéia da construção de uma “arqueologia” de qualquer pensamento político que foi silenciado no calor dos embates políticos pelos discursos e práticas dos vencedores foi inspirada no trabalho de Quentin Skinner sobre a “teoria neo-romana dos Estados Livres”, uma corrente de pensamento republicana de liberdade muito influente na Inglaterra do século XVII, que preconizava a noção de um Estado que salvaguardasse a liberdade da sociedade civil muito antes da teoria política liberal do século XVIII. O autor se propôs re-penetrar todo um universo intelectual que tinha se perdido a partir da consolidação institucional da teoria hobbesiana, procurando situar a teoria neo-romana dos Estados Livres nos contextos intelectuais e políticos nos quais ela foi inicialmente formulada e examinar a estrutura e os pressupostos da própria teoria. Nesse sentido é que Skinner utilizou a expressão “arqueologia” com o intuito de traçar um quadro com maior precisão possível de certo pensamento silenciado, juntando, na medida do possível, seus “cacos” e propondo uma releitura de uma temporalidade geralmente considerada totalmente como “absolutista”. SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo: Editora UNESP/Cambridge University Press, 1999.

CAPÍTULO 6

A PRIMEIRA ADESÃO: UM PROJETO OFICIAL DE MONUMENTO

VIVA A RELIGIÃO CATÓLICA! VIVA EL-REI! VIVA A CONSTITUIÇÃO! O 10 DE JANEIRO E A TENTATIVA DE CONSTRUÇÃO MONUMENTAL NA CIDADE INDECISA

Quando se pensa o processo de independência a partir de referências espaciais mais amplas, tomando-se a América Portuguesa como um todo, sempre se considerou, inequivocamente, que a primeira província do Reino Unido de Portugal e Algarves a aderir ao projeto constitucional português foi o Grão-Pará. Conseqüentemente, o marco cronológico desse importante ato político, o dia 1º de janeiro de 1821, acabou sendo cristalizado como o início do desencadeamento de uma série de acontecimentos que acabariam por produzir a ruptura com a metrópole e o estabelecimento das fundações do Estado-Nação brasileiro no sete de setembro de 1822. Teria sido fundamental, nesse sentido, considerar que a partir do extremo norte da colônia se constituiu um ponto de inflexão importante para uma tomada de consciência coletiva da “sociedade política” frente às velhas e decaídas instituições basilares do Antigo Regime no Brasil, visto serem as Cortes Constituintes de Lisboa a instituição-símbolo de uma nova era de Regeneração no reino e em suas possessões ultramarinas.

A conquista da liberdade política em Portugal significou que o reino caminhava a passos largos rumo a “modernidade” que se anunciava sob a égide da Revolução Francesa e da Independência das treze colônias inglesas da América do Norte. Essa mudança na ordem política teria sido o principal ponto motivador da deposição da Junta Interina de Sucessão do Grão-Pará formada por três membros¹, cuja origem estaria na conspiração arquitetada previamente por vários sujeitos sim-

páticos à causa constitucional², terminando na pronúncia dos comandantes militares das tropas regulares de Belém, João Pereira Villaça e Francisco José Rodrigues Barata, ao toque de rebate no Largo do Palácio, espaço público em frente à sede do governo provincial, e na própria eleição da primeira junta provisória de governo em substituição aos antigos cargos de capitães-generais.

Além desse suposto pioneirismo, outra importante construção sobre a adesão constitucional no Pará reside na existência prévia de um forte sentimento aglutinador das expectativas coletivas da província sobre a formação de uma nova junta provisória de governo que atendesse aos interesses dos indivíduos considerados “brasileiros”, ou seja, tantos daqueles nascidos na terra como dos que detinham negócios e outros benefícios ligados ao Reino de Portugal. Com isso, a anuência ao projeto constitucional português teria sido facilitada pela existência de um sentimento praticamente consolidado de pertencimento a uma pátria considerada distinta de Portugal, ou seja, o Brasil, com sua identidade e territorialidade precisas. A retórica dessa interpretação acabou por se utilizar de categorias como “patriotismo” e “nativismo” para indicar a existência de uma “brasileidade” relativamente bem constituída e fabricar um sentido apriorístico dos acontecimentos de 1o de janeiro como início de um processo político, cujo fim, considerado natural e inevitável, seria a ruptura com o reino de Portugal³.

A discussão acerca dessas imagens interpretativas sobre as projeções do “vintismo” no Pará a partir do 1o de janeiro de 1821, entretanto, pode ser encontrada firmemente baseada em análises historiográficas ambientadas em contextos históricos posteriores, que procuraram argumentar sobre as variadas lógicas que orientaram a produção de sentidos, especialmente comemorativos, cujo objetivo seria a fabricação da *efeméride*, ou seja, do acontecimento factualizado em um único propósito atribuído ao passado e cristalizado na memória histórica para a exaltação de valores produzidos no presente de sua confecção. Assim, durante o centenário da independência em 1922, foi interessante para os círculos que integravam o IHGP construir um sentido nativista para o 1o de janeiro de 1821, justamente porque se buscava afirmar a importância do Pará como parte essencial de um projeto nacional republicano, pois o que estava em jogo na política nacional e regional da década de 1920 era o poder de barganha das elites regionais detentoras do capital financeiro da economia da borracha e do poder local para a negociação da anexação do Acre com a Bolívia. Surgia a necessidade de justificar a posição dos grupos dirigentes do Pará a partir de um retorno ao passado sob as lógicas do pioneirismo e do heroísmo durante a evolução rumo à independência⁴.

Seguindo a mesma lógica, ainda a título de exemplo, a apropriação feita do quinze de agosto de 1823 – outra importante efeméride paraense que indica a “ade-

são” do Pará à independência – durante a celebração do sesquicentenário da ruptura com Portugal em 1973, promovida com grande pompa pelo Governo do Estado e pelo recém-fundado Conselho Estadual de Cultura do Pará, não se furtou em re-fundar o 1o de janeiro com aquele sentido de pioneirismo já bastante conhecido de debates anteriores. A diferença residia, grosso modo, na redefinição da independência como “revolução pela ordem”, para se impor uma nova ordem das coisas dentro da sociedade, o que prontamente foi associada ao momento da “revolução” de 31 de março de 1964 protagonizada pela cúpula das forças armadas. Assim como o movimento constitucionalista de 1823 teria sido um ponto de inclinação para o desenvolvimento do orgulho de “ser brasileiro”, a mobilização feita pelo governo estadual do Pará entre 1972 e 1973 também seria uma espécie de anúncio dos tempos de progresso para a sociedade regional, amparadas nos discursos oficiais de *slogans* como “Ninguém segura esse país!” e “Pra frente Brasil!”, incentivados por discursos de patriotismo⁵.

Esses trabalhos historiográficos que construíram os marcos cronológicos do processo de independência no Pará são de fundamental importância para o estudo da *memória política* erigida em contextos variados para a compreensão de processos *à posteriori* àqueles que são os objetos da construção. Entretanto, as imagens exaltantes e magníficas dos objetivos que se procuravam atingir entre 1820-1823 foram tecidas na rede de lógicas possíveis fabricadas pelos sujeitos que detinham as rédeas políticas da província naquele mesmo momento. Para além de um debate historiográfico sobre as representações fabricadas do processo político, queremos discutir as motivações centrais que levaram os grupos dirigentes do Pará a lançar mão da alternativa de erguer um sentido sincrônico para os episódios ainda em curso. No contexto de expansão do ideário vintista na Amazônia houve uma tentativa de firmar, no âmbito do imaginário coletivo, *uma* versão dos acontecimentos; um sentido construído na imediatidade dos acontecimentos, que ameaçava completamente o futuro próximo da província. Na imprevisibilidade do porvir e na instabilidade política e social do presente buscou-se a manipulação da consciência social para regulá-la de acordo com o que seria mais conveniente para os detentores do poder: manter aquilo que consideravam ser a ordem das coisas⁶.

Assim, a preocupação imaginária que os integrantes da junta provisória do governo do Pará tiveram, entre janeiro e março de 1823, de significar um processo ainda em movimento nada tinha de quimérico ou ilusório. Baseados em uma carta de lei datada de 31 de outubro de 1822, membros do governo provincial e seus principais correligionários políticos iniciaram, em caráter de relativa urgência, a fabricação do sentido oficial do movimento de 1o de janeiro de 1821 como o sinal de demarcação

entre o passado entendido como “opressor” e o presente de “liberdade”. O primeiro passo para que se solidificassem essas imagens no pensamento coletivo foi o de mudar o nome do tradicional “Largo do Palácio”, situado em frente ao edifício-sede do governo e do poder colonial da província, para “Praça da Constituição”. Em seguida, se levantaria um monumento ornado com inscrições para simbolizar “a memória do glorioso dia 1o de Janeiro de 1821 em que esta Cidade / primeiro que nenhuma outra do Brasil/ saudou a Constituição da Monarquia Portuguesa”⁷.

Para viabilizar esse projeto “glorioso”, o cirurgião Joaquim Carlos Antônio de Carvalho, um dos correligionários da Junta em 1823, propunha ainda oito etapas constitutivas da produção monumental: 1o a formação de uma comissão composta de cinco cidadãos que “tomem a seu Cargo promover gratuitamente a subscrição voluntária e dirigir os trabalhos do Monumento”; 2o que, depois de formada a comissão, que se juntassem na casa da câmara para elegerem entre si um presidente, um secretário e um tesoureiro, informando à Junta os respectivos nomes; 3o que as reuniões da comissão fossem realizadas sem prejudicar os trabalhos dos vereadores, sendo por isso necessário informar previamente aos mesmos suas respectivas datas e horários; 4o seriam dois membros da comissão encarregados de organizar a subscrição dos voluntários moradores da cidade e depois prestar contas à mesma comissão; 5o à câmara de Belém caberia colaborar com a comissão enviando circulares para as diversas vilas da província, para que as suas respectivas câmaras de vereadores organizassem subscrições entre seus moradores e, posteriormente, remetessem as listas para a câmara de Belém, e desta para a comissão e a Junta; 6o quando a comissão estivesse de posse dessas listas ficaria encarregada de, quando julgasse conveniente, realizar a cobrança das contribuições voluntárias e entregá-las ao tesoureiro; 7o a comissão ficaria encarregada de providenciar o desenho do monumento com as devidas inscrições análogas e enviá-lo para a aprovação da Junta de Governo que, depois de dado o aval positivo, ordenaria o início da obra, que seria “mui próprio para se lançar a primeira pedra o dia 13 de Maio aniversário d’El Rei Constitucional o Snr. D. João 6o”; e, por fim, 8o a comissão informaria a Junta do que mais ocorresse para a execução e complemento da obra⁸.

A nomeação de cada uma das etapas do projeto de construção de um monumento destinado a representar o dia 1o de janeiro de 1821 como marco fundante de uma “nova era” de liberdade associada à adesão da província ao projeto constitucional das Cortes de Lisboa se faz importante para refletirmos acerca das possíveis lógicas orientadoras dos sentidos que se queria construir. Fica claro, portanto, que se fazia urgente não deixar que o tempo apagasse da memória os eventos que supostamente haviam definido a adesão da província à Constituição, devendo

ser essas reminiscências preservadas na materialidade da cidade, a partir do monumento que seria erguido. A obra e suas inscrições dariam sentido novo ao antigo Largo do Palácio, antes associado ao tempo do domínio colonial, para ser revestido das insígnias do “povo” e d’El Rei D. João VI, a quem o monumento deveria fazer justa homenagem, instituindo outros significados ao espaço público; impregnando os lugares por onde todos transitavam no seu cotidiano com uma retórica heróica e comemorativa, sugerindo sedutoramente que os súditos-cidadãos se vissem como parte de um corpo social que começava a tomar forma mais nítida na nacionalidade ainda incipiente que se queria incentivar sob o discurso constitucional.

Os dirigentes políticos do Grão-Pará em 1823 procuraram, por outro lado, localizar no tempo e no espaço o ato de adesão dos grupos internos simpáticos ao movimento revolucionário do Porto em 1821 como “primeiro que nenhuma outra do Brasil”, deixando bem claro que a saudação ao chamado das Cortes Constituintes de Lisboa foi iniciada *antes* que todas as outras províncias da América Portuguesa. A importância desse ato para a configuração política que se desenrolava no início de 1823 era algo capital num momento em que os acontecimentos políticos encaminhavam a província para a completa incerteza no futuro, em que, pelo menos, três alternativas se apresentariam como possíveis desfechos desse processo: a proposta recolonizadora, cujo apoio estava entre grande parte dos “portugueses”; a continuidade do Reino Unido e do projeto da Monarquia Dual, cuja lógica se inseria na meta do império luso-brasileiro; e a ruptura com Portugal, aventada pelos “brasileiros” que defendiam a independência⁹.

Em relação à proposta da manutenção dos laços entre Portugal e o Reino unido, a situação parecia ser, contudo, ainda mais complexa. Embora não tenha sido desprezível a existência de uma facção política defensora do projeto de recolonização que, paulatinamente, ia sendo definida pelas Cortes Constituintes no andamento de seus trabalhos para reorganizar as relações entre o reino e suas possessões ultramarinas, a proclamação do projeto constitucional a partir de 1o de janeiro de 1821 provocou profundas impressões nos grupos políticos que disputavam o controle institucional da província. Nesse sentido, fica complicado classificarmos como “absolutistas” os sujeitos que simplesmente aderiram ao desígnio do movimento que selou a aliança institucional do Pará com a constituição que se preparava em Lisboa. Em um primeiro momento, a aceitação de uma carta de leis que deveria ser respeitada por todos os cidadãos portugueses, e mesmo pelo rei, já representava, na ótica dos grupos locais, a manutenção dessas relações com Portugal. Porém, o que ainda não parecia estar claro era de que forma seriam redimensionadas essas ligações com a “mãe-pátria” e a que grupo caberia a autoridade e o poder para conduzir essa situação. Com isso, não parece ser prudente

homogeneizar demais o grupo constitucionalista, pois, como veremos mais adiante, o plano constitucional para o Brasil não foi apropriado de uma só forma e nem por um só grupo da sociedade política paraense, mas foram múltiplas as apropriações desse projeto, inclusive gerando conflitos entre esses “partidos”, tal era a diversidade de interpretações da realidade fabricadas na província a partir de 1o de janeiro de 1821¹⁰.

As lutas de independência já haviam começado no “sul” do Brasil, e isso fez com que as Cortes obrigassem as demais províncias a jurar a Constituição, o que foi feito no Pará com grande pompa nos dias 13 de janeiro de 1823¹¹, seguida da instituição dos primeiros festejos públicos em homenagem ao aniversário da “Gloriosa Instalação das Cortes Gerais e Extraordinárias e Constituintes de Lisboa”, com grande parada militar dos corpos de 1a e 2a linhas da província¹². Portanto, a iniciativa de construir um monumento em homenagem à Constituição estabelecia um esforço dos que ocupavam o poder central em desequilibrar essa complicada balança, fazendo com que pendesse a favor do projeto da aliança com Portugal, cujos laços deveriam ser mantidos em outras bases diferentes daquelas ligadas ao passado de sujeição colonial. Isso fica bem claro na correspondência enviada pelo negociante José Ribeiro Guimarães à Junta, onde o mesmo aceita o convite para fazer parte da comissão constitucional para a construção do monumento, para que “se complete uma Obra, que tanta glória dá a esta Província, que no meio das violentas convulsões, que têm agitado as Províncias do Sul, se tem mantido, inabalável e firme no seu primeiro juramento”¹³.

Não se pode perder de vista que desde 1808, quando se deu a transferência da corte portuguesa para os domínios ultramarinos da América, as relações entre as duas principais partes do Império lusitano experimentaram grandes modificações, principalmente se as considerarmos sob o prisma da redução drástica da distância que integrava a lógica da administração régia. A presença da rainha e do príncipe-regente em uma das possessões imperiais representou, no âmbito político e simbólico mais geral, a aproximação das duas realidades, fenômeno esse inédito para os habitantes do Brasil, o que animava uma significativa parcela dos grupos dirigentes das capitanias a construir elos mais consistentes com os integrantes do governo central, notadamente D. João e seus ministros, o que culminaria com a elevação do Brasil a condição de Reino Unido em 1815. Essas negociações políticas acabariam por se desenvolver, no período constitucional, de diferentes maneiras sobre as províncias, sendo tendentes tanto para a agregação como para o contrário, o que dependia da configuração do poder em cada parte da América portuguesa.

No caso específico do Pará, o processo pelo qual o projeto constitucional passou a integrar a realidade interna foi marcado, sobretudo, pela disposição dos círculos políticos regionais em preservar seus interesses em manter firmes as ligações

com Lisboa, que vinham desde muito tempo sendo alicerçadas principalmente pelo comércio de gêneros tropicais. Os interesses dos negociantes de grosso trato da província convergiam claramente para as demandas européias, embora esse quadro estivesse sendo mudado gradativamente desde a criação a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1777) e pelas possibilidades abertas pelo Tratado de Comércio e Navegação (1808)¹⁴. Contudo, esses incentivos econômicos em direção à maior liberdade de comércio, o que na prática levou ao estabelecimento de ingleses e franceses na praça de comércio da capital, não foi suficiente para modificar radicalmente o quadro interno das relações mercantis, o que fica expresso na documentação alfandegária da província durante a década de 1820, notadamente nos autos de vistorias realizadas pelo intendente da marinha e pelo escrivão da saúde aos navios mercantes que tinham que parar na fortaleza de Gurupá antes de seguirem viagem para Belém e daí para a cidade de Lisboa¹⁵.

O interesse em proclamar publicamente o alinhamento da província ao projeto das Cortes Constituintes de Lisboa possuiu lógicas que estavam muito bem estabelecidas para o grupo que estava inserido no rol de negócios com o reino europeu, mesmo com a presença da corte no Rio de Janeiro como novo centro comercial a partir de 1808. E isso nada tinha de estranho, posto que devesse ser pouco provável que os contemporâneos se vissem fora do império português, sendo a transferência do governo para o Brasil um evento encarado como provisório diante da conjuntura de incerteza na Europa. Daí ser necessário utilizar-se do passado muito recente para inserir o 1o de janeiro como o evento fundante do patriotismo constitucional, através da celebração daquilo que passou a se delinear como *nacionalidade luso-brasileira*, antes mesmo de seu significado local ou regional, pois esse dia ficaria “para sempre fausto nos Anais do Gram-Pará”.

Nesse sentido, as considerações feitas pelo coronel Geraldo José de Abreu na ocasião em que aceitou o convite para ser um dos membros da comissão, dizendo que “ainda que me não considero com talentos suficientes para tão árdua empresa, me obriga a anuir a escolha de V. Ex.a pela glória que me resulta de ser útil a minha Pátria, e de fazer um Serviço à Nação”, são sintomáticas pois destaca-se, visivelmente, o discurso patriótico como motivador da ação do militar¹⁶. Assim, o monumento à constituição não somente exaltaria a disposição primeira desses paraenses em aderir ao projeto português, como serviria de memorial para cristalizar o ato em efeméride comemorativa para as futuras gerações, pelo que se aludia ser duradoura a realidade constitucional na província.

Mais ainda: a confecção do monumento à Constituição não seria financiado com recursos do erário público, mas pelos “voluntários cidadãos” de Belém e das vilas do interior do Grão-Pará, provavelmente em troca de influência política, privilégios

e mercês, através da aquisição cargos civis e patentes militares, conduzidos por um grupo específico que, naquele momento, procurava afirmar o constitucionalismo. O importante é que a memória de 1o de janeiro de 1821 seria uma construção do Estado para legitimar-se perante os extratos que detinham poder político também nos ambientes locais da província, o que indica que essa memória, longe de ser neutra e desinteressada, foi pensada, acima de tudo, como parte de uma rede de alianças políticas dos grupos dirigentes da capital com os influentes chefes das vilas e povoações do interior, procurando dar maior uniformidade e sustentabilidade às ações de ambos. Erguido o monumento na nova Praça da Constituição, seriam essas camadas integrantes por sólidas ligações com as instituições que se queriam consolidar as primeiras a serem representadas, principalmente porque estavam favoráveis, em janeiro de 1823, não a uma ruptura com Portugal, mas defendiam o estabelecimento de novos critérios políticos e econômicos que moldassem de outras formas a união com o reino.

Esse ponto fica muito mais clarividente quando examinamos a lista dos nomes sugeridos para compor a comissão encarregada de providenciar a construção do monumento à constituição. Seriam eles: o coronel João Pereira Villaça, o coronel Geraldo José de Abreu, Manoel Caetano Prestes, João Antônio de Souza Egues, Jerônimo José do Valle Guimarães, Joaquim Carlos Antônio de Carvalho e José Ribeiro Guimarães. Foram esses os cidadãos que fizeram parte da lista de sugestões do cirurgião Joaquim de Carvalho (ele próprio integrante da mesma lista e coordenador das primeiras reuniões da comissão) levada à apreciação dos membros da Junta Provisória de Governo em janeiro de 1823. Metade dos integrantes desse grupo participara, dois anos antes, diretamente da adesão ao projeto constitucional em 1o de janeiro de 1821, sendo o coronel Villaça, inclusive, o líder do movimento e um dos que deram os famosos vivas à constituição, à el-rei e às cortes, sendo acompanhado pelo cirurgião Joaquim Carvalho, direcionados aos três corpos de cavalaria e os dois de milícias dispostos no Largo do Palácio para ser passada a revista. O coronel Geraldo José de Abreu tinha sido vogal da junta provisória de governo eleita no mesmo dia¹⁷. José Ribeiro Guimarães e Jerônimo José do Valle Guimarães eram dois negociantes de “grosso trato” da cidade, cujas contribuições pecuniárias eram fundamentais para o desenvolvimento do comércio interno¹⁸.

Os vínculos estabelecidos entre os membros da Junta provisória e os negociantes de grosso trato da província iam ainda mais além. Parte significativa dos recursos com os quais os administradores públicos contavam para manutenção da estrutura material existente, como de sua própria ampliação, era proveniente de “contribuições patrióticas”, em espécie ou em força de trabalho, dos proprietários rurais e urbanos,

além dos comerciantes de médio e grande porte. Talvez, o exemplo mais cabal desse estado das relações particulares do Estado seja o da modernização da frota naval portuguesa que, nesses incertos momentos políticos que ameaçavam abalar os vínculos coloniais, passou a ser assunto corrente na correspondência trocada entre as instâncias do poder local e destas com o reino, principalmente pela carência de trabalhadores. Esses comerciantes passaram a receber ofícios da Junta de governo para que cedessem escravos carpinteiros aptos ao trabalho para levar adiante a construção de vasos de guerra e navios mercantes no estaleiro do Arsenal da Marinha, como foi o caso de Antônio José Cardoso que, “perfeitamente animado de Patriotismo”, argumentou acerca da impossibilidade de ceder escravos carpinteiros de seus engenhos para o governo, que entrariam em completa ruína¹⁹. Em outro caso, D. Ana Micaela Malcher da Gama reclamava não estar recebendo as horas e os jornais dos três carpinteiros cedidos por ela ao Arsenal da Marinha, argüindo que “apesar da minha boa vontade de me tornar útil à minha Pátria”, acabava por suplicar o pagamento desses salários, que seriam indispensáveis para as suas precisões²⁰. Sob o discurso do patriotismo, as relações entre a Junta e as camadas proprietárias do Grão-Pará iam se firmando sem grandes diferenças em relação ao período colonial, cujas práticas eram as de promover melhoramentos na província a partir das subscrições que, aglutinadas em torno dos que ocupavam os cargos públicos mais importantes, serviriam como molas propulsoras das administrações públicas até o período pós-independência.

Por outro lado, não podem ser descartadas aquelas situações em que essas contribuições se davam de forma espontânea, mas não gratuitamente, por motivos políticos, como a que aconteceu nos casos dos negociantes Rafael Antônio Roiz da Costa e Antônio Luiz da Luz, que, donos de um navio mercante que fazia com freqüência o trajeto entre Lisboa e Belém do Pará, se diziam “persuadidos da necessidade de socorrer esta Província” e tinham prometido fazer de tudo para retornar do reino com uma “Tropa Européia”, cujo deslocamento se daria gratuitamente para os cofres do Pará, ajudando, ainda, nas despesas com os mantimentos. Esse exemplo de “tocante patriotismo e Constitucionalidade” teria incitado outros proprietários a fazerem suas doações para que o regimento português fosse transportado, como os duzentos mil réis doados pelo negociante Fernando José da Silva para auxiliar a expedição e a “Sagrada Causa da União Luso Brasiliense”²¹. Em um momento que diversos projetos se digladiavam na arena da política, as disposições voluntárias para doar recursos ou mesmo deslocar tropas de Portugal para o Pará seriam recebidas de muito bom grado pelos integrantes de uma Junta que não era, nem de longe, unanimidade entre as camadas de posses da província. Ou ainda, a cessão de espaço e mantimentos para as tropas manterem a or-

dem das coisas nos lugares afastados do centro urbano também poderia ser uma estratégia para que esses sujeitos, proprietários e comerciantes, mantivessem suas atividades livres dos incômodos dos levantes, como a contribuição de Maria do Carmo da Silva que consentiu em proporcionar as necessárias condições para que um destacamento montasse residência em sua fazenda situada na “boca do Una”²².

O importante é que essas práticas e todos esses sujeitos continuavam existindo nas políticas do governo provincial em 1823, sendo que os mesmos agentes da edificação da memória constitucional ligada ao 1º de janeiro de 1821 não somente ocupavam cargos civis e militares como costumavam essas alianças por toda a província, partidárias que eram de um projeto constitucional que ameaçava se desagregar desde que os movimentos de independência, que se iniciavam no “sul”, apresentavam a alternativa da aliança com os grupos políticos ligados a D. Pedro e José Bonifácio à sociedade paraense. Assim, antes mesmo de ter sido uma construção historiográfica situada em contextos ulteriores à fabricação de sentidos para os acontecimentos que anunciaram a “modernidade” em forma de constituição no Grão-Pará, esses episódios podem ser conhecidos como ambiência, como *sui generis*, contidos em uma tentativa de, no desenrolar incerto dos episódios que se acumulavam a cada dia com importantes novidades, confeccionarem um caminho político e impô-lo como a alternativa mais viável, mais correta e mais condizente com a situação almejada pelos grupos que acreditavam que a saída considerada mais apropriada para o Brasil seria a de manter as relações com Portugal, a partir da fórmula “um império e dois reinos”.

Os administradores provinciais, em 1823, buscaram, juntamente com os que integravam a comissão constitucional do monumento que se queria construir, exercer um poder simbólico sobre a sociedade que ameaçava escapar ao seu controle, duplicando e reforçando a sujeição efetiva pela apropriação dos símbolos, para garantir a obediência pela junção entre as relações de sentido e poderio²³. Isso pode também significar que os instrumentos efetivos de controle social de que dispunham os detentores do poder no extremo norte do Reino Unido não estavam dando conta de fazer com que parcelas importantes da “sociedade política” aderissem ao projeto constitucional que visava, acima de tudo, redimensionar os laços com o reino de Portugal, mantendo um relativo espaço de autonomia dos grupos internos. O movimento de 1º de janeiro de 1821, portanto, não representara uma concordância mínima de idéias no plano geral de relações políticas dos grupos que almejavam o poder que pudesse estabilizar a província conforme um projeto de futuro, fosse esse o da recolonização portuguesa, o do império luso-brasileiro ou o da independência. Esse, talvez, fosse um dos pontos cruciais que mantinham as relações de força no

plano da indefinição, posto que não encaminhariam a província rumo a um destino seguro, mas para múltiplas possibilidades de alianças e rupturas que não estavam muito claras para quem quer fosse²⁴.

Nessa intrincada conjuntura política, a comissão responsável pela construção do monumento à constituição iniciou seus trabalhos. A partir da primeira seção, à qual todos os integrantes compareceram, foi realizada a instalação oficial do novo órgão e iniciada a subscrição para angariar os fundos dos “voluntários” para a efetivação da obra²⁵. De acordo com a ata dessa primeira sessão foram realizadas as eleições dos nomes que ocupariam os cargos internos da comissão, ficando decidido que o coronel João Pereira Villaça seria o presidente e os influentes negociantes José Ribeiro Guimarães e Jerônimo José do Valle Guimarães seriam o secretário e o tesoureiro, respectivamente. A eleição desses grandes comerciantes e colaboradores da Junta não foram de se estranhar, porque eles seriam fundamentais para a captação dos recursos financeiros entre os senhorios do interior da província. Aliás, outro ponto capital dessa primeira seção foi justamente o de iniciar a subscrição imediatamente, primeira fazendo com que a Junta informasse por meio de circulares e d’ *O Paraense*, a instalação da comissão, assim como que se escrevesse para algumas conhecidas pessoas que pudessem oferecer já algum numerário²⁶.

A referência ao *O Paraense* é sintomática, pois em torno desse periódico se reuniu o grupo, e parte da opinião pública, que se posicionava contrária aos que tinham realizado o movimento de adesão ao projeto constitucional e que vinham mantendo grande influência no governo até 1823. Seus redatores, o bacharel Fillipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente e o cônego João Batista Gonçalves Campos, não poupavam esforços para depor a Junta que tomou posse no 1º de janeiro de 1821, acusando-a de veleidades diversas no trato com a coisa pública, principalmente no que tange à administração dos recursos financeiros da província. Sobre essas supostas irregularidades, Patroni havia feito um duro discurso no plenário das Cortes e, perante o rei, havia reclamado da situação de penúria da província do Pará, que, segundo sua visão, era produto de uma gestão tirana e atrasada²⁷. Possivelmente, poderia parecer interessante para os membros da comissão encarregada da construção monumental inserir o periódico nesse processo de comemoração dos avanços alcançados pela constitucionalidade na província. Seria, talvez, uma forma de amenizar o discurso radical, como veremos mais adiante, com que o cônego Batista Campos criticava os “áulicos” do governo, para promover um canal de comunicação mais eficiente que pudesse pôr a leitura constitucional do governo em maior evidência e, certamente, com maior aceitação da “sociedade política”.

Embora a comissão estivesse decidida e disposta a levar em frente o projeto de fincar materialmente a memória do 1º de janeiro de 1821 na praça da constituição

através da construção do monumento, os acontecimentos políticos acabaram inviabilizando a sua conclusão. As oposições cada vez mais fortes e radicais aos representantes da Junta de Governo, no entanto, fizeram com que a situação política ficasse ainda mais tensa, abrindo espaço para atitudes políticas extremas, como a que foi protagonizada pelo Governador das Armas da província o brigadeiro José Maria de Moura, que, no dia 1o de março de 1823, protagonizou um *putsch* na estrutura de poder civil do Grão-Pará. Amparado no grupo constitucional defensor de modificações mínimas na política institucional da província sob a tutela das Cortes de Lisboa, Moura, com o apoio do negociante Manuel Fernandes da Cunha e do coronel João Pereira Villaça, e de boa parte da tropa subordinada a este, dissolveu a câmara municipal eleita em vinte e cinco de fevereiro, cujas tendências oposicionistas ao governo em geral, e ao governo das armas em particular, eram nítidas²⁸.

Além disso, a instituição do governo das armas, pelo decreto real de 29 de setembro de 1821²⁹, embora tenha sido elaborado no intuito de finalmente regulamentar as engrenagens administrativas que deveriam vigorar no ultramar constitucional, contribuiu para uma indefinição das autoridades civis e militares no comando da província, o que gerava situações de forte nervosismo entre as duas instâncias do poder. Não se sabia exatamente, por exemplo, quais seriam as precisas atribuições de uma e outra governança, o que gerava ofícios exaltados em que se faziam interpretações diferentes do mesmo decreto. Esse foi o caso de um ofício enviado pelo Governador das Armas do Pará para o governo civil em que argumenta acerca do desconhecimento que a Junta possuía do decreto de 29 de setembro de 1821, que “me põem em consideração e representação igual, e tão independente de V. Ex.a o é de mim em objetos de sua e de minha competência”. Na interpretação de José Maria de Moura, portanto, em negócios militares, como o caso da questão que envolvia o administrador do Pesqueiro Nacional na ilha do Marajó, a autoridade que prevalece é a militar, sendo as assertivas contrárias a esses princípios chamadas de “argüição não só incompetente, mas como injusta, pouco sincera e menos exata”³⁰.

O governador das armas, legitimado pelas Cortes e nomeados em Lisboa, também serviria como uma espécie de “garantia” para que as províncias do Brasil continuassem vinculadas a Portugal, visto que não passariam por processos eletivos locais, como as câmaras municipais e o governo civil, mas teria a sua nomeação realizada pelas próprias Cortes Constituintes, num claro processo de subordinação política das variadas províncias do reino do Brasil. Com isso, a inclusão desse cargo político serviu para fragilizar ainda mais a política institucional da província que, embora estivesse embasado em decretos, se inseria num hiato de poder que crescia

entre a autoridade da regência do Rio de Janeiro e as ordens que emanavam do reino que, após o retorno de D. João, se atribuía ser o centro do império³¹. Afinal de contas, onde estava a corte imperial?

Nesse ínterim, o golpe político dado pelo Governador das Armas em 1o de março redefiniu o processo político na província, principalmente porque prendeu e dispersou para diversos pontos do Pará todos os membros da câmara deposta, inaugurando um período de concentração de poder nas mãos de José Maria de Moura que duraria até agosto de 1823 com a chegada de um navio da Armada Imperial do Rio de Janeiro. Com isso, decretava-se com a força das baionetas a “união” do Pará com Portugal, não se fazendo mais tanto sentido manter o projeto da construção de um monumento à constituição, cujas preocupações centrais passavam para o terreno da imprensa e da contenção imediata dos levantes que ameaçavam a ordem em todo o território do Grão-Pará e Rio Negro. A estratégia mais sutil de fincar o memorial da constituição no Largo do Palácio ficou paralisada, visto que grande parte dos membros da comissão estava diretamente envolvida com o *putsch* de 1o de março e com a montagem da administração subordinada ao governo das armas. A subscrição foi realizada e conseguiu-se, num curto espaço de tempo, bom montante de numerário, em que “muitos Cidadãos contribuíram generosamente com as suas ofertas e assinaturas”, que ficara a cargo de José Ribeiro Guimarães, cuja prestação de contas ainda não tinha sido realizada e ainda não se tinha entregado o espólio arrecadado³².

A partir dessa última correspondência enviada pela comissão à Junta Provisória, datada em abril de 1823, o assunto da construção de um monumento à Constituição dera lugar a outras questões mais urgentes, o que nos levou a inferir que não mais se continuaram as arrecadações e nem o processo para viabilizar o erguimento da obra. A situação política na província do Pará representava, na metáfora de Raiol, “fogo em relva ressequida”, ou seja, a impressão que talvez se tivesse era a de que uma grande combustão poderia acontecer, podendo levar a uma realidade explosiva a qualquer instante. A comunicação com os grupos letrados e com o resto da “população” teria que seguir, na visão dos integrantes do golpe de 1o de março, as mesmas lógicas dos levantes que se anunciavam nas boatarias e nas “desordens” que aumentavam no cotidiano. A vaga de um projeto monumental era preenchida por debates cada vez mais ácidos entre os grupos que almejavam o poder, levando à radicalização da política pelas armas. Mas, a complexidade desse momento não findara com a suspensão do memorial. Retóricas constitucionais tomaram o palco da política provincial e dinamizaram vivamente os debates que se travavam na sociedade paraense e rionegrina.

Notas

1 A Junta Interina de Sucessão fora instituída com base no alvará régio de 12 de dezembro de 1770 para substituir o governador e capitão-general Conde de Villa Flor que fora contrair esponsais com a filha do Marquês de Loulé no Rio de Janeiro. Fora formada por três membros: o Arcediago Antônio da Cunha, o Coronel do Estado Maior do Exército e Ajudante de Ordens Joaquim Filipe dos Reis e o Desembargador Ouvidor da Comarca do Pará Antônio Maria Carneiro e Sá. Cf. BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Compêndio das eras da província do Pará*. Belém : Universidade Federal do Pará, 1969, p. 319.

2 Segundo o opúsculo de Daniel Garçon de Melo intitulado “Peças Interessantes relativas à revolução efetuada no Pará, a fim de se unir à sagrada causa da regeneração portuguesa” e escrito em 1824, o ato de adesão às Cortes e à Constituição realizada no pátio de exercícios do quartel general do Governo das Armas foi gestado em reuniões variadas na casa do negociante José Batista da Silva, especialmente na reunião do dia 31 de dezembro de 1820. Segundo Palma Muniz, esse opúsculo teria sido escrito por Fillipe Patroni e Garçon de Melo teria sido somente o redator final do mesmo, visto serem companheiros na fundação do periódico *O Paraense*. Apud MUNIZ, João de Palma. “A Revolução Constitucionalista no Grão-Pará em 1821”. In: *Adesão do Grão-Pará à Independência e outros ensaios*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973, p.34-5.

3 “(...) apesar de moroso em atender o brado de sete de Setembro, de difícil audição, pela enorme distância entre o Ipiranga e as margens e vale do grande rio Amazonas, eco temporizado ainda pela prepotência portuguesa, que tudo assoberbava, pode, entretanto, orgulhar-se o Grão-Pará de haver dado, por primeiro, no Brasil, o formidável abalo inicial nas multisseculares colunas absolutistas do trono português, levando a efeito a revolução constitucionalista de 1º de janeiro de 1821”. Esse sentido dado ao 1o de janeiro de 1821 foi, primeiramente, composto por Palma Muniz dentro de uma tendência narrativa e interpretativa inaugurada por Manuel de Oliveira Lima, para quem a independência foi um “acordo amigável” com a antiga metrópole e ponto formador da nossa nacionalidade e que é citado insistentemente nos textos do autor do IHGP MUNIZ, João de Palma. “Antecedentes da Revolução Constitucionalista de 1821 no Grão-Pará”. In: *op. cit.* p. 15. LIMA, Manuel de Oliveira. *O movimento de independência, 1821/1822*. 6ª edição, Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 19.

4 Tal foi a análise realizada por Aldrin de Moura Figueiredo para introduzir o debate sobre a posição dos círculos intelectuais regionais no processo de “revolução cultural” do Modernismo, demonstrando a forte tendência que esses grupos possuíam de se auto-representar como uma *intelligentsia* fundamental desde o fim do século XIX, quando o Pará, e particularmente Belém, passavam pelo processo de transformações urbanas e culturais integrantes da *belle époque*. FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Eternos Modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929*. Campinas : Unicamp, 2001 (Tese de doutorado).

5 Essa apropriação do 1º de janeiro de 1821 realizada no sesquicentenário da independência no Pará serviu para que se tornasse ainda mais nebulosa a conjuntura política que marcou as influências da Regeneração portuguesa no Grão-Pará, visto que situava o grupo constitucionalista como hegemônico frente ao debate sobre o futuro da província, perdendo-se a pluralidade de projetos que estavam no embate naquele momento. Para uma leitura acerca das representações do Regime Militar sobre a independência do Pará, ver MORAES, Cleudir da Conceição. *O Pará em festa: Política e cultura nas comemorações do Sesquicentenário da Adesão* (1973). Belém : Universidade Federal do Pará, 2006, pp. 19-85 (Dissertação de mestrado).

6 A importância do trabalho de Bronislaw Baczko para se compreender as diversas associações existentes entre imaginário e política e imaginário e o social foi de fundamental importância para que pensássemos esse tópico, principalmente por causa dos seguintes questionamentos: “Em qualquer conflito social grave – uma guerra, uma revolução – não serão as imagens exaltantes e magníficas dos objetivos a atingir e dos frutos da vitória procurada uma condição de possibilidade da própria ação das forças em presença? Como é que se podem separar, nesse tipo de conflitos, os agentes e os seus atos das imagens que aqueles têm de si próprios e dos inimigos, sejam estes inimigos de classe, religião, raça, nacionalidade, etc.? Não são as ações efetivamente guiadas por estas representações; não modelam elas os comportamentos; não mobilizam elas as energias; não legitimam elas as violências?”. BACZKO, Bronislaw. “Imaginação social”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Volume 5, Lisboa : Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1985, p. 298.

7 Ofício de Joaquim Carlos Antônio de Carvalho à Junta Provisória do Governo do Pará, datado em 18/01/1823. Códice 751: Correspondências de Diversos com o Governo (1823). Arquivo Público Estadual do Pará (doravante APEP).

8 Idem, *ibidem*.

9 Souza Jr. argumenta que, nesse momento, o “partido” que estava buscando se afirmar perante outras propostas políticas era o “constitucionalista”, integrado pelos membros do governo provisório e seus correligionários. Outros grupos também buscavam afirmar suas proposições, como é o caso dos “absolutistas”, formados majoritariamente pelos aderentes aos interesses portugueses, e os “independentistas”, liderados por Fillipe Patroni e pelo cônego Baptista Campos, que já defendiam a ruptura com a metrópole. SOUZA JR., José Alves de. *Constituição ou Revolução*: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Fillipe Patroni (1820-1823). Campinas : Unicamp, 1997 (Dissertação de Mestrado).

10 Por isso, a tese de Souza Jr., embora tenha demonstrado a existência dessa multiplicidade de projetos políticos em jogo após o 1o de janeiro, deslocando toda uma historiografia que persistia na divisão entre “portugueses” e “brasileiros”, não dá conta, em nosso entender, de perceber a pluralidade de projetos no interior desses grupos e, o que ainda mais importante, não conseguiu expor essa diversidade a partir do advento da constituição no Grão-Pará, que estimulou divisões internas entre os “constitucionalistas”, fruto de representações variadas feitas sobre a situação do rei numa estrutura política caracterizada, daí por diante, como a de uma “monarquia constitucional”.

11 A constituição portuguesa foi jurada no Pará segundo o decreto de 11 de outubro de 1822. Cf. RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos da Província do Pará desde o Ano de 1821 até 1835*. 1o Volume, Belém : Editora da Universidade Federal do Pará, 1970, p. 26.

12 Ofício do Governador das Armas do Pará, José Maria de Moura, para a Junta Provisória do Governo Civil da província, datado em 24/01/1823. Códice 751: Correspondências de Diversos com o Governo (1823). APEP.

13 Ofício de José Ribeiro Guimarães à Junta Provisória do Governo do Pará, datado em 29/01/1823. Códice 751: Correspondências de Diversos com o Governo (1823). APEP.

14 Ponto de vista esse compartilhado por Frédéric Mauro, para quem o comércio brasileiro com a Europa não perdeu fôlego com o constitucionalismo e, posteriormente com a independência, sendo Portugal ainda um destino importante. MAURO, Frédéric. “A Conjuntura Atlântica e a Independência do Brasil”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: Dimensões*. 2ª edição, São Paulo : Perspectiva, 1986, p. 45-7.

15 Existe um códice inteiro no Arquivo Público do Pará que reúne a documentação do intendente da marinha e do escrivão da saúde, com autos de vistoria detalhados sobre os carregamentos das embarcações que estacionavam em Gurupá. Consta nesses autos a presença de muitos tripulantes portugueses que estariam engajados no comércio com Lisboa. Cf. Códice 752: Correspondências de Diversos com o Governo (1823). APEP.

16 Ofício do coronel Geraldo José de Abreu para a Junta Provisória do Governo do Pará, datado em 30/01/1823. Códice 751: Correspondências de Diversos com o Governo (1823). APEP.

17 RAIOL, *op. cit.* p. 15.

18 Segundo Baena, o negociante Jerônimo José do Valle Guimarães havia feito parte de uma comissão responsável por fazer uma subscrição entre os cidadãos de posses da capital da província para abrir um canal de passagem em Igarapé-mirim, entre os rios de Santa Anna e Mojú para facilitar a comunicação com o rio Unapú e, dali, para a foz do Tocantins, para facilitar a navegação dos barcos de negócios com as vilas tocantinenses e a província de Goiás. Esse empreendimento acabou frustrado por insuficiência de recursos arrecadados. BAENA, *op. cit.* p. 327. O mesmo negociante pedia a sua exoneração do grupo responsável pela obra de comunicação comercial para integrar a comissão constitucional para a construção do monumento ao 1o de janeiro de 1821 na Praça da Constituição. Cf. Ofício de Jerônimo José do Valle Guimarães à Junta Provisória do Pará, datado em 01/02/1823. Códice 751: Correspondências de Diversos com o Governo (1823). APEP.

19 Ofício de Antônio José Cardoso ao coronel Geraldo José de Abreu, datado em 26/03/1823. Códice 751: Correspondências de Diversos com o Governo (1823). APEP.

20 Ofício de D. Anna Micaela Malcher da Gama ao coronel Geraldo José de Abreu, datado em 12/03/1823. Códice 751: Correspondências de Diversos com o Governo (1823). APEP.

21 Ofício de Fernando José da Silva para a Junta Provisória do Pará, datado em 30/04/1823. Códice 751: Correspondências de Diversos com o Governo (1823). APEP.

22 Ofício de Maria do Carmo H.es S.a P.o ao coronel Geraldo José de Abreu, datado em 08/05/1823. Códice 751: Correspondências de Diversos com o Governo (1823). APEP.

23 Por isso que, segundo Baczko, exercer um poder simbólico não consiste apenas em acrescentar ao ilusório uma potência “real”, mas, efetivamente, traduzir esses símbolos em formas de poder e dominação. Cf. BACZKO, *op. cit.*, p. 299. Um paralelo que nos pareceu muito interessante para melhor situar a construção do monumento em homenagem à constituição no Pará foi a discussão de Mona Ozouf sobre o sentido das festas na Revolução Francesa, pois a autora perscruta a formação do imaginário da comemoração da revolução na relação com os diversos grupos que ocupam o poder na França nos conturbados anos entre 1789 e 1798, dotando os atos comemorativos de forte sentido político. É nesse sentido que vemos as iniciativas da Junta de Governo do Pará em erigir uma tradição de festejos à constituição como ato primeiro de exercício de poderio frente às tendências consideradas desagregadoras da ordem que se queria instituir. Ver, OZOUF, Mona. “A Festa: sob a Revolução Francesa”. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (orgs.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1995, pp. 216-232.

24 É essa também a impressão de boa parte da historiografia mais recente sobre a independência do Pará, que busca romper com aquele debate cristalizado pela obra de Palma Muniz, para quem a sociedade paraense, nesse período, se dividia entre duas opções antagônicas: a de se manter atrelada à Portugal ou a de adesão à “causa brasileira”. Fazem parte desse debate que procura focar a pluralidade de projetos políticos entre 1821-1823, COELHO, Geraldo Mártires. *Anarquistas, Demagogos e Dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822*. Belém : CEJUP, 1993; SOUZA JR., José Alves de. *Constituição ou Revolução: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Fillippe Patroni (1820-1823)*. Campinas : Unicamp, 1997 (Dissertação de mestrado); MACHADO, André Roberto de Arruda. *A quebra da mola real das sociedades: a crise política do Antigo Regime Português na província do Grão-Pará (1821-1825)*. São Paulo : Universidade de São Paulo, 2006 (Tese de doutorado).

25 Cf. Ofício do coronel João Pereira Villaça à Junta Provisória do Pará, datado em 06/02/1823. Códice 751: Correspondências de Diversos com o Governo (1823). APEP.

26 Ata da Sessão 1a da comissão responsável pela construção do monumento à constituição, datada em 06/02/1823. Códice 751: Correspondências de Diversos com o Governo (1823). APEP.

27 Esse famoso discurso de Fillipe Patroni, enviado pela Junta à Lisboa na posição de “comissário em Cortes”, ficou, inclusive, inconcluso a mando do rei D. João VI, por causa da linguagem ácida com que se referia aos ministros reais, chamando-os de “servis” e “aduladores”, além de nomear a possível disposição do Pará em proclamar sua independência, caso o despotismo fosse mantido através das Juntas Governativas. Depois disso, seria preso ao chegar à Salinas sob a acusação de desrespeito ao monarca. Discurso proferido por Fillipe Patroni na sessão de 5 de abril de 1821. *Apud* RAIOL, *op. cit.*, p. 22-3.

28 Câmara essa que, segundo Raiol, fora eleita entre os partidários da independência em que nenhum “português” figurava entre os agraciados. Os eleitos tinham sido: Pedro Rodrigues Henriques, presidente; José de Araújo Rozo, Bento Garcia Galvão de Haro Farinha, João Paulo de Moraes Bittencourt, João Antônio Correia de Bulhões, Francisco Gonçalves Campos, Marcos da Conceição de Oliveira e Souza, José Joaquim Ribeiro e o bacharel Miguel Joaquim de Cerqueira e Silva. Foram eleitos também: Procurador Francisco de Pinho de Castilho; substituto e juiz de fora José Damaso Alves Bandeira e como procurador substituto, José Batista da Silva. Alguns desses indivíduos, como José Batista da Silva, José de Araújo Rozo e Pedro Rodrigues Henriques tinham aproximação com os redatores d’*O Paraense* e compunham o grupo que fazia acirradas críticas aos membros do governo, tanto civil como militar. Cf. RAIOL, *op. cit.*, p. 25-7.

29 Cf. Aviso do Secretário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa. João Baptista Filgueiras para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Joaquim José Monteiro Torres sobre a nomeação de um governador das Armas para a Junta Provisória de Governo do Pará, datado em 24/10/1821. AHU_ACL_CU_013, Cx. 151, D. 11683

30 Ofício do Governador das Armas do Pará, brigadeiro José Maria de Moura, para a Junta Provisória, datado em 16/07/1822. Códice 736: Correspondências do Comandante das Armas com o Governo (1822). APEP. Ofício do Governador das Armas para a Junta Provisória Civil de Governo, s/d. Códice 733: Correspondências do Comandante das Armas com o Governo (1822). APEP (Documento 110). Este mesmo clima de tensão esteve presente na própria organização física da governança das armas, que ficara a cargo da Junta sua organização e propriedade sobre os seus arquivos. Além disso, até mesmo os locais das paradas militares foram alvos de acaloradas discussões entre as duas instâncias do poder provincial. Ofício da Junta Provisória de Governo ao Governador das Armas do Pará, José Maria de Moura, datado em 06/04/1822. Códice 733: Correspondências do Comandante das Armas com o Governo (1822). APEP. Ofícios do Governador das Armas do Pará, brigadeiro José Maria de Moura, para a Junta Provisória. Códice 736: Correspondências do Comandante das Armas com o Governo (1822). APEP. Documentos 49, 51, 54 e 55. Ofício do Governador das Armas do Pará para o ministro e secretário de estado dos Negócios da Guerra, Cândido José Xavier, datado em 20/04/1822. Ofício do Governador das Armas do Pará para o ministro e secretário de estado dos Negócios da Guerra, Cândido José Xavier, datado em 25/04/1822. AHU_ACL_CU_013, Cx. 152, D. 11751; AHU_ACL_CU_013, Cx. 152, D. 11771 (Projeto Resgate de Documentação História *Barão do Rio Branco*. Documentos Avulsos da Capitania do Pará, 1616-1833).

31 Uma boa análise dessa questão do hiato de poder no Grão-Pará foi realizada por André Machado que apresenta toda uma discussão que se deu sobre a comandância das armas no Brasil nas plenárias das Cortes. MACHADO, *op. cit.* pp. 145-155. Para uma visão mais geral dessa estrutura política construída no Brasil pelas Cortes Constituintes de Lisboa, centrando na questão da regulamentação dos governos provinciais e, por extensão, do governo das armas, ver BERBEL, Márcia Regina. *A Nação como Artefato*: Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas (1821-1822). São Paulo : Hucitec, 1999. Um contraponto muito interessante dessa disputa entre os poderes civil e militar na província do Pará pode ser encontrado num conjunto de correspondências enviadas pela Junta ao secretário de estado e negócios do reino argumentando sobre a criação do corpo de polícia militar e da criação da secretaria do governo das armas, usando como argumento o projeto constitucional. Ofício da Junta Provisória do Governo Civil do Pará para o secretário de estado e Negócios do Reino Fillipe Ferreira de Araújo e Castro, datado em 26/04/1822. AHU_ACL_CU_013, Cx. 152, D. 11777 (Projeto Resgate de Documentação História *Barão do Rio Branco*. Documentos Avulsos da Capitania do Pará, 1616-1833).

32 Inclusive, os membros da comissão sugeriam que o negociante José Ribeiro Guimarães fosse substituído pelo negociante José Pedro Freire de Gouveia para o cargo de secretário. Ofício da Comissão responsável pela construção do monumento à Constituição endereçado à Junta de Governo Civil da Província, datado em 03/04/1823. Códice 751: Correspondências de Diversos com o Governo (1823). APEP.

CAPÍTULO 7

LIBERDADE DE IMPRENSA! ELITES AMAZÔNICAS E AS RETÓRICAS CONSTITUCIONAIS

PERSCRUTANDO A LINGUAGEM DA REGENERAÇÃO: CULTURAS POLÍTICAS E ERUDIÇÃO CONSTITUCIONAL

Dessa complexidade do panorama político do Grão-Pará se depreende uma questão: que cultura política estaria sendo partilhada por aqueles que integravam os círculos de sociabilidade letrados? A historiografia mais recente tem sinalizado para os traços mais gerais de uma cultura política - reinol e, por extensão, ultramarina - que tinha como característica central a ligação com os princípios da Regeneração portuguesa, oriunda do movimento constitucional iniciado na cidade do Porto em agosto de 1820, com objetivos de rever os parâmetros nos quais estava assentada a legitimidade do poder absoluto no reino¹. A modernidade liberal apropriada pelos intelectuais amazônicos, portanto, teria tido uma matriz muito clara e particular, formulada pelos grupos alijados do poder político e econômico do reino, que sucumbiram depois da saída da corte imperial portuguesa para a América e que integraram o projeto constitucional para Portugal, fortalecido com a formação das Cortes Constituintes de Lisboa.

Contudo, a seiva de onde jorravam as concepções antenadas com as novidades do século provinha de fontes que, se indicavam nascedouros variados, possuíam como similitudes a clandestinidade. O caráter polissêmico com que se revestiu a presença do ideário das Luzes no Grão-Pará, em outras palavras, pode ter sido fruto também da própria diversidade da comunicação que caracterizava as notícias que chegavam da Europa e que acabou se tornando formadora das culturas políticas que marcaram tout court o período de crise das relações coloniais. Ao que parece, remessas de obras da ilustração, provenientes de Portugal, eram despachadas com destino

ao extremo norte da colônia entre o fim do século XVIII e o início do século XIX, pois existem registros de títulos na lista de livros submetidos à análise e autorização do Santo Ofício da Inquisição e do Desembargo do Paço para saírem do reino em direção à capitania. Embora sejam listas geralmente fragmentárias no que tange às informações sobre os títulos, número de volumes, preços, autores dos pedidos, dentre outras informações, são importantes fontes que permitem inferir acerca da amplitude da influência liberal em Portugal e de que forma, e com que sentidos, se buscava informar a sociedade letrada de além-mar, até porque a grande maioria desses textos estava inserida no *Índex Librorum Proibitorum*, sendo alvo da censura eclesiástica e, no geral, proibida sua leitura no reino, mas que acabaram chegando por diversos caminhos à realidade amazônica colonial.

Algumas obras, no entanto, de claro conteúdo atentatório ao Estado, à religião, à moral e aos bons costumes passaram por essas malhas da censura portuguesa, inclusive algumas vezes com a aquiescência dos padres-censores, e acabaram completando seu destino, atingindo os círculos letrados do Grão-Pará e provavelmente provocando vivas discussões sobre temáticas variadas ligadas ao ideário da Ilustração européia. Entre 1796 e 1800, autores como Pufendorf e os abades Fleury e Barruel devem ter circulado e sido lidos com grande interesse no Grão-Pará, pois essas obras, embora tivessem óbvias relações com a retórica eclesiástica e até mesmo contra-revolucionária, empregavam em muitas de suas passagens o novo vocabulário da revolução ocorrida na França, servindo mesmo para esclarecer pedagogicamente acerca do significado de algumas novas palavras que passavam a ser empregadas em larga escala territorial na Europa, como é o caso dos termos “jacobinos” e *sans-culottes*².

Outras, de autoria anônima, podem ter circulado nos ambientes de discussão que começavam a se estabelecer na capital do Estado, a “cidade do Pará”, como *O Arrependimento ou Confissão Pública de Voltaire*, que consta do Índex, e *O Preto e o Bugio ambos no Mato discorrendo sobre a arte de ter dinheiro sem ir ao Brasil*, que em 1816 foi mandado que “se fizesse recolher os exemplares do [dito] folheto que aparecesse nessa capitania” pelo Marquês de Aguiar ao governo³, e que, de alguma forma, percorriam espaços variados na Amazônia até o período da independência. Contudo, a posição social e política de alguns leitores e livreiros que vinham nomeados para ocupar cargos públicos na colônia poderiam ajudar e muito no deferimento legal para que trouxessem obras claramente vinculadas à literatura considerada subversiva, como foram os casos acontecidos entre 1804 e 1807, que envolveram o recém-nomeado ouvidor de Goiás, Joaquim Teotônio Segurado, que viajou portando obras de Biefeld, Filangieri, Montesquieu, Condillac e Adam Smith; e também

pode ter sido o caso do ajudante de ordens do governador do Pará, Jácome Borges Pereira Pacheco, que conseguiu, com autorização legal da Inquisição, trazer para a capitania obras de D'Alembert e Mirabeau, embora não estivessem especificadas além da exígua expressão “cartas de Mirabeau filho”⁴.

O próprio desenho geográfico do Grão-Pará pode ter contribuído sobremaneira para uma relativa estabilidade do comércio livreiro oriundo de diversas províncias do Brasil e, sobretudo, da Guiana Francesa e do Maranhão. A anexação de Caiena ao domínio político lusitano no extremo norte, entre 1809 e 1817, pode ter proporcionado situações potencialmente incendiárias, por conta da chegada de muitos degredados por toda a vida da França para a Guiana. Em 1797, trezentos e vinte e oito degredados embarcados em Paris chegaram à capital Caiena, perfazendo um considerável número de pessoas acusadas de serem revolucionárias, na acepção negativa de “desordeiras”, que as autoridades francesas tinham que controlar em seu território europeu. Desses sujeitos expulsos da França por ordem do Diretório, a grande maioria era de padres que poderiam representar perigo para a nova estrutura leiga que se queria montar no pós-revolução, mas que poderiam estar trazendo consigo pertences pessoais, dentre esses, obras vinculadas à Ilustração⁵.

Todo cuidado era pouco. Qualquer pedido de asilo político do Grão-Pará era visto com grande cautela pelas autoridades, que geralmente tiveram que conviver com as transferências, legais ou não, de proprietários franceses para Belém, principalmente porque os levantes de escravos estavam tornando a situação política insustentável na colônia francesa. A atenção sobre os papéis, impressos e livros dos que adentravam a província foi dobrado, como no caso do fazendeiro Jacques Carmel que, na sua transferência para Belém, teve revistada sua bagagem e identificados os seus papéis, que constavam de “alguns Livros de Orações, de Doutrina e da sua profissão de Mar, ou de Bellas Artes [e] o Decreto último da Assembléia Colonial de Caiena para serem constringidos os Pretos a trabalhar debaixo das mais rigorosas penas”⁶. Não por coincidência, nessa mesma época, mais precisamente em 1815, circulou por algumas vilas do Pará um certo frei Zagalo, “maçom e iluminista”, que, segundo consta, teria vindo de Caiena e ministrado missas na vila de Cameté, onde escandalizou a população local que prontamente o denunciou às autoridades, “de quem havia escândalo, de quem a moral pública se ressentia pela sua sensualidade e depravação de costumes”⁷.

Em consonância com as influências provenientes d'além Cabo Norte, o papel desempenhado pelo Maranhão na difusão das *Lumières du siècle* para o Grão-Pará parece não ter sido pequeno. Ainda no Índice Geral de Livros Proibidos da Igreja constavam diversos títulos proibidos de filósofos modernos no reino que, por força

de situações circunstanciais, foram enviados à S. Luis entre 1740 e 1820, como foram os casos, em 1813 e 1816, da autorização dada a quatro volumes contendo “várias peças de Voltaire” e da *História Romana para o Uso dos Homens de Estado e Filósofos*, de Montesquieu, respectivamente. Outros exemplos puderam ultrapassar a censura eclesiástica e chegar às mãos de seletos grupos de discussões políticas maranhenses, como *Dos Delitos e das Penas*, de Beccaria; *A lógica ou os Primeiros Desenvolvimentos da Arte de Pensar*, de Condillac; *Lições de Direito da Natureza e das Gentes*, de De Felice; *Ciência e Legislação*, de Filangieri e a “obra completa” de Mably. A presença dessas obras na província vizinha a do Pará pode reforçar a hipótese de que o conhecimento ilustrado apreendido nos lugares letrados da sociedade maranhense pode ter circulado também mais ao norte, dada as diversas relações comerciais mantidas por esses grupos desde a segunda metade do século XVIII, quando foi criada a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão⁸.

Podemos afirmar, nesse sentido, que existia um fluxo de relativa constância desses volumes ilustrados, autorizados ou não pela Igreja, que cumpria o papel de informar parcelas diminutas dos habitantes do Pará, sobretudo àqueles que tinham o acesso às primeiras letras e que integravam os ambientes onde se davam os debates mais sofisticados, tanto no Reino como no ultramar atlântico, e que provinham de famílias de posses que, provavelmente, já haviam desenvolvido, no âmbito da sua privacidade, o hábito da leitura, o gosto e a própria necessidade pela informação⁹. Essa literatura deveria dividir espaço nas estanterias ou baús rudes de algumas poucas residências de Belém e do interior do Grão-Pará com as obras de cunho religioso, peças, libelos, confissões, dicionários, novelas, panegíricos, leituras edificantes, seletas, secretários - e outras de que talvez jamais tenhamos notícia -, compondo, assim, as poucas bibliotecas particulares dos seus proprietários, sobretudo padres, diversificando a qualidade da leitura e permitindo diferentes apreensões do mundo a partir das lógicas sagradas e devocionais e, cada vez mais a partir do século XVIII, dos livros de ciências profanas, principalmente as que tratavam da decifração dos fenômenos naturais.

Mas, não era somente isso. Ao lado desses títulos mais filosóficos, parece ter circulado pelo Grão-Pará inúmeras gazetas políticas de Lisboa que já delineavam os traços mais gerais do que viria a ser o constitucionalismo português. Editais publicados no Pará pela Mesa do Desembargo do Paço em meados da década de 1810 não deixam dúvidas de que variados números dos periódicos intitulados *O Português e Campeão*, ou *o Amigo do Rei, e do Povo*, acusados de não cumprir o papel de informar o povo como se deveria, mas de “concitá-lo para perturbar a harmonia estabelecida

em todas as Ordens do Estado, e introduzir a Anarchia”¹⁰, como também de “destruir a confiança que os Vassallos de Sua Majestade têm no Seu Governo e nos Seus Ministros”¹¹, eram enviados para diversas províncias brasileiras, o que necessitava de maior vigilância sobre a circulação desses números no espaço público interno. É preciso que se diga que a retórica utilizada por esses periódicos que circulavam pelo espaço público do Pará, em particular, defendia um projeto de reforma na estrutura política da monarquia, pelo que não negavam a necessidade de manter o poder real como base das atitudes institucionais, em clara discordância com o modelo revolucionário francês, que desembocou na radicalidade republicana a partir de 1792.

Desse modo, o lugar político ocupado por esses periódicos nos debates do reino não poderia ser pior para a corte imperial do Rio de Janeiro, posto que eram produzidos e publicados clandestinamente por incentivo das lojas maçônicas, que, no quadro das relações de força anterior a 1820, assumia claramente a posição crítica em relação ao poder absoluto da monarquia portuguesa, assim como também se declarava contrária à influência política da Igreja nos negócios de Estado. A dimensão que o projeto constitucional tomou a partir da atuação política dos maçons e pedreiros livres, tanto em Portugal como no Brasil, passou a ser cada vez mais contundente, notadamente após a fundação do Sinédrio em janeiro de 1818. Associação secreta destinada a promover a revolução liberal no reino, o Sinédrio se constituiu em elo principal entre os grupos políticos nobres e burgueses ligados à maçonaria, especialmente pelos que tinham integrado um movimento político no ano anterior, com objetivos de expulsar os ingleses e aclamar o regime constitucional¹².

Contudo, a oposição mais representativa da proposta constitucional portuguesa através do “partido maçônico” foi assumida pelo jornalista Hipólito José da Costa em seu polêmico *Correio Braziliense*, cujos primeiros exemplares vieram à lume a partir de março de 1808. Considerado como o fundador da imprensa periódica nos dois lados do Atlântico, Hipólito da Costa publicou suas concepções políticas com grande liberdade de expressão até dezembro de 1822, pois escrevia de Londres sob a proteção do Augustus Frederiche, o duque de Sussex, filho de George III, e chefe da maçonaria britânica reunida na United Grand Lodge of England¹³. A distância dos dispositivos de censura do Santo Ofício lusitano foi fundamental para que o *Correio* fosse editado sem amarras, contendo comentários abertamente voltados para a política portuguesa relativa ao Brasil, assim como tomava para si a responsabilidade de iniciar a “sociedade política” nos princípios liberais, o que fazia do periódico um material singular pela sua influência sobre o jornalismo que se produziu no período.

A importância do *Correio Braziliense*, entretanto, era ainda maior, pois as matérias publicadas por Hipólito da Costa sempre se baseavam em uma visão ampla da política européia, inclusive trazendo informações da conjuntura inglesa e francesa, o que deixava os círculos intelectualizados do Brasil plenamente esclarecidos sobre o que se passava num quadro espacial muito mais abrangente do que os outros periódicos abordavam, circunscritos que estavam na realidade brasileira e, parcialmente, na portuguesa. Com isso, o *Correio* foi, sem dúvida, o jornal mais caçado pelas autoridades lusitanas, sendo definitivamente proibida sua circulação no Grão-Pará desde novembro de 1822¹⁴, quando sessenta exemplares, relativos aos meses de setembro, outubro e novembro (exatamente vinte de cada mês), foram apreendidos pelo juiz da alfândega em uma embarcação vinda de Londres, destinados à circulação no espaço público de Belém¹⁵. Esse significativo montante de periódicos confiscado revela o quanto de interesse político existia nos círculos letrados amazônicos, pelo que deveriam acompanhar com certa regularidade as opiniões de Hipólito José da Costa desde muito tempo, pois a circulação de navios britânicos pelo porto de Belém era intensa desde a abertura dos portos em 1808, tendo sido seguramente traficada de Lisboa por negociantes que simpatizavam com o projeto constitucional.

Com isso, pensar no lugar que essas obras filosóficas e materiais periódicos tiveram na formação política dos grupos que se apropriaram e reelaboraram os princípios liberais em variadas retóricas ligadas ao constitucionalismo lusitano requer a compreensão de que os canais intelectuais que irrigavam a *intelligentsia* do Pará não podem ser homogeneizados a partir de uma leitura predominante e, o que é ainda mais importante, derivada unicamente do vintismo português, cujas luzes mitigadas acabariam por selecionar elementos do liberalismo francês que melhor traduzissem o conservadorismo católico e monárquico do projeto constitucional reinol. A imagem que transparece desses indícios, levantados pela recente historiografia sobre esse período, é a de que grande parte desses espaços públicos foi formada no bojo das próprias informações que chegavam de variados lugares e situações e que, a partir de 1821, poderiam ser suficientes para que seus integrantes tivessem acesso às realidades externas à província, sejam essas às da Europa, às do Caribe ou das possessões limítrofes ao Grão-Pará. Além disso, a circulação que esses títulos em grande parte proibidos alcançaram na província pode ter feito com que esses mesmo grupos construíssem as representações que melhor lhes conviessem de acordo com seus objetivos econômicos e/ou políticos, em uma conjuntura de instabilidade com que os assuntos de Estado passaram a ser conduzidos a partir da “revolução” de 1o de janeiro de 1821, posto que já tinham a seu dispor um leque relativamente amplo e múltiplo de leituras iniciantes nos ideais do liberalismo.

Justamente contra essas “linhas de fuga” que as projeções da regeneração portuguesa ameaçavam seguir é que a junta provisória de governo havia se antecipado no intuito de apresentar o projeto constitucional como o primeiro e o melhor para a realidade do Grão-Pará. A fabricação de um monumento em homenagem ao 1o de janeiro de 1821, circunscrito ao espaço frontal ao Palácio do Governo, renomeado como “Praça da Constituição”, nada mais seria do que uma tentativa de angariar o consentimento público, notadamente a opinião das camadas de letras e influência no cenário político e econômico local, que não pareciam concordar completamente com a leitura realizada pelos membros do governo acerca do devir político da província. Essa complexidade que caracterizava o emaranhado de representações sobre o processo liberalizante pelo qual passava o Grão-Pará situa os acontecimentos que se deram a seguir no plano polissêmico das atitudes políticas, visto que os procedimentos de apropriação e ressignificação dos princípios ilustrados pareciam intensos e multifacetados em projetos variados, inclusive colocando em xeque a noção capital aos que defendiam, em consonância com as Cortes de Lisboa de “indissolubilidade da Nação Portuguesa”, desnortando as autoridades principalmente depois do *Grito do Ypiranga* no “sul” em setembro de 1822¹⁶.

Nesse ínterim, o sentido de liberdade fabricado por esses agentes políticos portugueses pouco tinha de apropriação direta da retórica conceitual produzida pela *Encyclopédie*, visto que situavam a condição de “ser livre” às próprias tradições constitucionais que estariam na origem do pacto social da monarquia desde os tempos de glória dos primeiros monarcas lusitanos¹⁷. Nos círculos constitucionalistas amazônicos, os princípios políticos relacionados ao movimento revolucionário de 1789 não eram bem vistos, mas era reconhecida sua influência sobre o mundo moderno. Aliás, essa disposição para rejeitar a cultura e os valores políticos da Revolução Francesa foi parte de uma série de representações imaginadas no mundo lusitano sobre a França entre o fim do século XVIII até a queda de Napoleão Bonaparte em 1815. Nesse período em que os princípios franceses começavam a causar grande impacto no mundo ibérico, a política portuguesa era colocada claramente contra a radicalidade da propaganda da revolução, juntamente com as idéias francesas, geralmente consideradas como incendiárias e perigosas. Os franceses residentes em Portugal e em suas possessões ultramarinas foram alvos de aversão explícita, enquanto que a informação que era veiculada sobre a França construía imagens de uma “nação degenerada, coberta de crimes e vícios”, e os franceses representados como “grosseiros e ignorantes, sem princípios, sem educação e sem religião”¹⁸.

Em muitos discursos encaminhados às Cortes de Lisboa em 1821, figuras importantes no processo de afirmação do projeto constitucional no Estado do

Grão-Pará, como o que foi produzido por Manuel Paixão Santos Zuleo, membro do governo do Rio Negro, procuraram localizar o ideário liberal dentro do corpo de concepções políticas que mais condizia com a simbologia da Regeneração, posto que “a Hydra da Revolução Francesa, que certamente preparou a milagrosa ordem das coisas em que estamos, poderia ter desdobrado sua longa e [estrajalhante] cauda somente no pequeno recinto de Paris”. O espraiamento desses ideais, no entanto, seria parte de um fascínio perigoso, como seria o caso dos pernambucanos e maranhenses, “nossos irmãos seduzidos, e não rebelados, pelo verdugo de uma desconfiança vã, sem fundamento, entregues a seu mal Fado”, que “depois de se desenganarem de uma forma de Governo subversiva de si mesmos”, juntamente com outros que começavam a questionar a aliança do Pará com as Cortes “brevemente nos chamarão afortunados, e virão entrar no mais Augusto, e Sagrado Santuário Social, que levantou, e protegeu o Braço Irresistível do Todo Poderoso”¹⁹.

Indubitavelmente, a retórica desenvolvida por Zuleo, e por um vasto grupo que passou a integrar o rol de discursos e práticas políticas constitucionais, se movimentava no interior de um conjunto de interesses que pendiam para a relativa aliança com as Cortes de Lisboa, representada pela efígie da religião Católica, em cujo “santuário” estaria o sentido moral da regeneração portuguesa. Entretanto, o universo das práticas e dos discursos políticos que passaram a predominar no cotidiano do Grão-Pará desde o movimento 1o de janeiro de 1821, que definiu o alinhamento da província ao projeto das Cortes Constituintes de Lisboa, possuíam seu principal lastro na constitucionalidade. Fica difícil escamotear esse importante acontecimento, pois a formação de uma Assembléia Constituinte no reino a partir de agosto de 1820 se insere em um conjunto de conceitos e atitudes políticas diretamente relacionadas às expectativas de transformações nas instituições que regiam o mundo luso-brasileiro, principalmente se confrontadas com o passado colonial em que imperavam noções como, por exemplo, as de subordinação à autoridade divina do rei. Todas as esperanças de mudanças nas estruturas políticas do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, portanto, estavam depositadas, inicialmente, nos atos de enunciação, nos gestos e ideais ligados à constituição, que era repetidamente considerada como a grande conquista do século.

Isso, contudo, não excluiu a variada gama de situações em que as idéias e práticas ligadas à tradição do *Ancien Regime* viessem à baila, mas isso acontecia circunstancialmente a partir de uma conjuntura em que as instituições passadas começavam a ser reformadas rumo a outras estruturas políticas que melhor agregassem o constitucionalismo com as características portuguesas, ou seja, que não colocassem de lado a importância da monarquia e da religião na vida social. Dessa forma, dada

que a linguagem política²⁰ predominante nesse momento era o da reforma no poder dos monarcas lusitanos, partimos do pressuposto de que a retórica absolutista não poderia ser expressa claramente, mas os discursos e as próprias práticas políticas desse grupo foram, voluntariamente, imbricados com o projeto constitucional. O que estamos querendo discutir aqui de modo insistente é que a linguagem que prevalecia, no biênio 1821-1822, era a de uma “regeneração constitucionalista”, ou seja, a de um conjunto de referentes que eram apropriados do universo político relacionado ao estabelecimento da Assembléia Constituinte na capital do reino e aos princípios que deveriam reger a confecção de uma carta de leis para o mundo luso-brasileiro.

Mas, como bem demonstrou Manuel Paixão Zuleo, no seu retrato da situação política reinante no Grão-Pará em 1821, os grupos que disputavam espaços nas instituições que estavam em formação na província se apropriavam de variadas maneiras, e com um amplo leque de significações, do projeto constitucional, caracterizando a multiplicidade de culturas políticas existentes nesse período. Colocada no plano das normas e dos valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, a cultura política, portanto, se inscreve no terreno da pluralidade, pois a sociedade não é um todo homogêneo que pensa e age da mesma forma. Assim como a própria cultura, a noção de cultura política se inscreve num quadro complexo das variadas representações construídas pelos grupos que estão posicionados em lugares diferentes da hierarquia instituída por uma sociedade, daí resultando uma gama diversa de identidades, resultantes daqueles referentes que se articulam entre si de maneira estreita, determinado o modo como um grupo define o seu passado e olha o seu presente e o seu futuro. Essas áreas de abrangência das culturas políticas, todavia, não podem ser desconectadas de todo, mantendo-as isoladas no plano das representações que tecem de si e do mundo, mas são espaços intersticiais, que promovem leituras partilhadas do real, principalmente do político, colocando-os num debate acerca desses mesmos valores e visões de mundo que se insere no conjunto de disputas que se insinuam no campo das práticas sociais e políticas²¹.

As outras expectativas também constitucionais que não se encaixavam bem a essa leitura mais conservadora da realidade, como as que ameaçavam fazer os maranhenses e pernambucanos, logo seriam consideradas *vis-a-vis* como parte do que nomeavam como anarquia, do ambiente subversivo, enfim, de um modo de interpretar a realidade considerada equivocada, ou seja, a de instituírem a própria inversão das luzes portuguesas para expressarem a ignorância dos ideais radicais franceses, e, sobretudo, da ameaça de transformação que esses mesmos princípios representavam. Vistos por esse ângulo, os membros da primeira Junta Provisória de

governo - que era presidida, sugestivamente, por um eclesiástico, o arcediogo D. Romualdo Antônio de Seixas - não havia se estabelecido com grande distância dos princípios e experiências do Antigo Regime, visto que seus referenciais políticos, econômicos e sociais foram mantidos e certas atitudes vinculadas continuavam integrando à praxe de administrar anterior.

Foram esses agentes políticos que procuraram incutir na imaginação social os princípios constitucionais apropriados a partir de matrizes conservadoras do pensamento do Antigo Regime e que foram identificados pela historiografia como “portugueses” ou “absolutistas”. Contudo, preferimos considerar esse grupo como constitucional também, embora fosse claramente retórico e pouco claro quando abordava substantivamente os princípios das Cortes de Lisboa, mas que, atentando para outros projetos constitucionais mais exaltados que se debatiam na arena política de 1821-1823, caracterizava a diversidade de apropriações do vintismo português na Amazônia. Dada que a linguagem política predominante nesse momento era a do constitucionalismo, partimos do pressuposto de que a retórica absolutista não poderia ser expressada claramente, mas os discursos e as próprias práticas políticas desse grupo foram, voluntariamente, imbricados com o projeto constitucional.

Essa diversidade de posicionamentos no interior do projeto constitucional não passava despercebida dos que, por motivos diversos, tentavam se posicionar de forma contrária. Ao que parece, o trecho mais visível dessa enunciação crítica aos ditames da Junta “revolucionária” de 1o de janeiro de 1821 se encontra no discurso do oficial impressor Daniel Garção de Melo, um dos fundadores, juntamente com Fillipe Patroni, do primeiro periódico amazônico *O Paraense*. Garção de Melo, nesse documento, tenta convencer a opinião pública da província a não votar nos membros dessa junta nas eleições de 29 de setembro, organizando um abaixo-assinado entre os cidadãos remediados da capital da província e das principais vilas interioranas, argumentado que:

(...) E quem haverá que possa asseverar ter havido no Pará até agora Constituição? Tem se visto um só efeito do novo Sistema? Só em nome fala-se em Constituição, mas não se observa nada dela. Todo o Mundo sabe que a Junta atual sempre [falou] com o nome de Constituição; ou, para se explicar em frase vulgar, a Junta jogou sempre com pau de dois bicos. Todo o Mundo sabe que a Junta estava sempre pronta a restabelecer o antigo Despotismo, como na sua carta prometeu aos Áulicos do Rio de Janeiro. Em uma palavra, a Junta nunca foi Constitucional. Esta é a razão mais convincente de que seus Membros não sejam reeleitos conforme a Letra e o espírito da Lei de 29 de Setembro.

A acusação é grave, porque tenta enquadrar as autoridades investidas do poder constitucional na província em um lugar oposto, o do despotismo. A administração dessa Junta não condizia com os princípios constitucionais porque não estaria adequada à “máxima invariável” de que “os Governos são feitos para os Povos e não os Povos para os Governos”. A agricultura, o comércio, as artes, ou seja, “as bases da Prosperidade Pública”, estariam sendo negligenciadas, mantendo a província no imobilismo das antigas gestões políticas dos capitães-generais. Outro ponto bastante evidente no discurso de Garção de Melo é o da impopularidade, visto que “quando um Governo chega a perder a confiança pública é porque, não tendo feito o bem ao povo, pelo contrário lhe tem feito mal”, no qual estaria inserido o caso da dispensa dos milicianos do serviço militar que, segundo o autor, não fora respeitado pela Junta. Daí a tentativa do oficial impressor em convencer o eleitorado que a composição da nova junta de governo teria que seguir o sentido da administração moderna, embasada nos conhecimentos racionais da eficiência no trato com a coisa pública e amparada na vontade geral do povo, pois estes seriam “os sagrados deveres de um Governo”²².

Em tom muito semelhante, Fillipe Patroni acusava, em julho de 1821, D. Romualdo Antônio de Seixas e o coronel Francisco José Rodrigues Barata, presidente e vogal da Junta Provisória empossada em 1o de janeiro, de serem “a mola real deste despotismo”, pois “antes ninguém se atrevia a requerer justiça; hoje todos requerem corporações; o povo em massa, ninguém é atendido”. Mais uma vez, ficava explícita a base de legitimação do poder no conceito constitucional apropriado pelo grupo aliado do poder, sendo o despotismo parte das concepções voltadas para um modo de administração centralizado e dependente da autoridade investida pelo rei, traduzido em posturas como “egoísmo” e na prioridade centrada nos interesses particulares em detrimento do proveito público. Reclamava, ainda, que desde que foi jurada a constituição na província “não se fazem reformas”, ou seja, o grande mote da regeneração para esse grupo era o de operar modificações nas instituições “decaídas” da província, para que fosse suscetível de melhoramentos principalmente nas rendas públicas. A despeito de sempre deixar claro em seu discurso que era um cidadão “desinteressado” e “patriota”, Patroni prontamente apresenta uma série de propostas que, em sua visão, iriam fazer prosperar o Pará, sendo logo a primeira sua nomeação para ser presidente da Junta, seguida do incentivo às potencialidades produtivas internas, isso porque “A riqueza das Nações não provém dos Desembargos, nem dos Escritórios, nem das Secretarias dos Ajudantes Gerais; mas sim da Agricultura, Comércio e Artes”. Assim caminharia rumo à prosperidade o Pará, “que a ter estado nas mãos de Filósofos, há muito tempo teria sido um grande Império”²³.

Assim, as práticas políticas que orientavam o grupo no qual estava inserido Daniel Garçon de Melo e Fillipe Patroni podem ser também inseridas no projeto constitucional, principalmente como representação que esses sujeitos fazem, de um lugar específico que ocupam na sociedade e nas relações de poder, da conjuntura da proclamação das Cortes no Pará a partir do 1º de janeiro de 1821. Nesse sentido, e para esse grupo especificamente, o papel que a constituição teve no processo consolidação do Brasil como um corpo político autônomo não foi pequeno. Embora, o projeto constitucional não tenha excluído a figura do monarca nas relações políticas, redefiniu seus vínculos com o poder a partir da sujeição à vontade geral do “povo”, representada na Constituição, como estando acima de todas as vontades particulares. Com isso, a própria noção de soberania também foi ressignificada, saindo da *persona* do rei para o amontoado de desejos e decisões da população, expressas, sobretudo, no princípio do *direito natural*. Por extensão, as próprias relações de “aliança e amizade” entre Brasil e Portugal passaram a ser pensadas em novas bases, orientadas geralmente pela noção de *contrato* proveniente dos princípios liberais na cultura política erudita do Reino Unido, onde as partes prescrevem as condições de participação, os limites de intervenção, inserindo os limites da arbitrariedade e os espaços de autonomia de cada um a ser respeitada, perfazendo, assim uma cultura política constitucional singular no conjunto de referenciais da regeneração portuguesa que adentrava o universo político amazônico da década de 1820²⁴.

Essa concepção, porém, não excluiu os interesses que estavam colocados em jogo, como o do próprio Patroni de ser nomeado presidente da Junta Provisória de Governo, e aquilo que dizia ser “as Pessoas mais beneméritas da Província”, ou seja, o grupo do qual se identificava e do qual fazia parte, e que, segundo a historiografia, seria composto pelos médios e grandes negociantes enriquecidos com os empréstimos cedidos pela Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e com os negócios abertos pela anexação da Guiana Francesa no início do século XIX²⁵. O interessante é que, segundo o arcabouço conceitual que possuíam, procuravam se auto-representar como os “filósofos esclarecidos”, detentores dos princípios racionais adequados para promover os melhoramentos na província, enquanto que, em oposição, enquadravam os seus adversários em adjetivos como “estúpidos, broncos e totalmente bolonios”, que têm “um pequeno número de conhecimentos”, não tendo o perfil do moderno e iluminado administrador. Dessa forma, iam construindo todo um conjunto de concepções derivadas das “luzes do século” em Portugal que, se tinham relação direta com Adam Smith e o fisiocratismo, também serviam como instrumental de práticas políticas direcionadas para o controle efetivo

de poder por um grupo social particular, que não colocava em questão o papel do rei e da religião católica como valores importantes na vida social.

Assim, podemos visualizar as múltiplas retóricas liberais que se desenvolveram na Amazônia a partir do vintismo e que estavam inseridas em uma linguagem política localizada na média duração e antenada com o novo das conquistas sociais e políticas do século XIX, mas que, simultaneamente, repousavam sobre o tradicional identificado com as reminiscências da constitucionalidade monárquica portuguesa. Essa aparente ambigüidade, no entanto, não representou empecilho para o desenvolvimento de um liberalismo que, se por um lado, foi orientado a produzir políticas que resultassem na transformação das atribuições administrativas do Estado segundo o referencial do progresso, por outro, acabou possibilitando a manutenção da ordem social estamental, assentada na religião como base dos valores sociais e forma mais edificante de conhecimento, sempre centrando nos sacerdotes a função de transmitir as novas idéias²⁶. Esse amálgama que marcou profundamente o pensamento e as práticas liberais lusitanas foi, em larga medida, apropriada por grande parte dos grupos que assumiam os cargos de dirigentes políticos das províncias do Reino Unido, em geral, e do Estado do Grão-Pará, em particular, visto que a própria formação intelectual desses indivíduos se dava por certa uniformidade de pensamento e visão de mundo, provenientes, sobretudo, dos saberes transmitidos pela Universidade de Coimbra²⁷.

Desse modo, a “sociedade política” amazônica procurava se movimentar no espaço multifacetado de projetos relacionados às mitigadas Luzes portuguesas, cujos principais aspectos eram considerados conservadores, isto é, selecionados do liberalismo francês concebido no reino sob o escudo das Cortes Constituintes, que a partir de seu plinto se constituíram as retóricas políticas no plano mais amplo da linguagem contextual ilustrada, circunscrita ao universo erudito das relações sociais e políticas do extremo norte da América Portuguesa. Dito de outra forma, esses atos de enunciação que foram fabricados no interior de um novo vocabulário conceitual relacionado às transformações que anunciavam a modernidade a partir das influências da Revolução Francesa estavam ambientados numa conjuntura caracterizada pela polissemia dos posicionamentos políticos que, via de regra, se expressava pluralmente em diferentes totalidades de sentido. Assim, essa nova linguagem estava colocada nos ambientes intersticiais por onde a realidade era apropriada e dada a ler com sentidos variados, estabelecendo debates políticos dentro do mesmo ambiente de referentes conceituais, que procuravam alternativas às estruturas de poder e de mando características do Antigo Regime.

O repertório sortido de representações do real a partir da matriz constitucional não pode ser, entretanto, situado somente no campo do discurso, pois os

atos de enunciação também são práticas que se inserem no complexo de relações em que os sujeitos estavam envolvidos, em meio a uma conjuntura difícil e incerta. Esse intrincado jogo político não escapou das observações que a própria Junta produziu para justificar, diante do Rei, as acusações que estava sofrendo, pois desde o dia 1o de janeiro, os membros do governo “vêm (...) penetrados de mágoas, que existem a muito nesta Cidade facções que achando sempre más as operações do Governo, têm muito enfraquecido a força moral dele sobre o espírito dos Povos”. A ordem não estaria plenamente estabelecida no Grão-Pará por conta dessas divisões sociais e políticas, sendo as estratégias dos “partidos” que faziam oposição ficarem “cobrindo-se (...) com a capa da proteção dos Direitos do Povo”. Concluíam dessa forma:

Estamos nós, pois, convencidos que não possuímos, no necessário grau, a força moral indispensável para por mais tempo governar a Província como desejamos e como convém aos interesses dos habitantes dela, vamos com o mais profundo respeito suplicar a Vossa Majestade a Graça de prover a ela com um Governo de sua escolha. Tendo o Grão-Pará enviado já a Vossa Majestade as mais solenes e autênticas declarações de reconhecimento da Soberania das Cortes e da sua união com Portugal, de quem Vossa Majestade o declarou já Província, parece não ser necessário para isso que estejam reunidos os Deputados no Congresso Nacional, (...) que são os desejos do Povo que receberá com inteira confiança o Governo que por Vossa Majestade lhe foi dado, ou seja, com organização definitiva em que deve ficar, ou ainda interino, como a Vossa Majestade melhor parecer.²⁸

Esse trecho constitui um dos poucos momentos em que as representações construídas pelo grupo que ocupava os postos mais importantes do poder provincial no Pará ficam mais visíveis. O referencial político em que se apoiavam para legitimar seu discurso constitucional está centrado na figura do próprio rei e das Cortes Constituintes, os sujeitos sobre os quais residiria o poder legítimo. Com isso, as bases nas quais deveriam se assentar as condições ideais para se governar a província não seriam encontradas na opinião pública e, nem mesmo, no espaço público, mas na “força moral” irradiada a partir de uma hierarquia vertical ainda vigente, cujo lastro estava na monarquia absoluta. A faculdade de governar deveria ser concedida pelo rei aos povos e não o contrário.

As próprias noções de “constituição”, “soberania” e “povo”, nessas práticas discursivas, possuem significados mais claros se colocadas no ambiente do Antigo Regime, onde os agentes políticos procuravam selecionar o que deveria ser praticado,

assim como o que teria que ser descartado. O projeto constitucional, nessa passagem, fora ressignificado a partir desses referenciais e, talvez por isso mesmo, os membros da Junta não entendessem muito bem quais seriam suas atribuições diante da administração provincial, revelando não ter “força moral” para lidar com a situação a contento dos diversos interesses atuantes em jogo, colocadas num plano horizontal, pelo menos no discurso oposicionista. Não foi á toa que o tipógrafo Daniel Garção de Melo utilizou a metáfora “pau de dois bicos” para traduzir a ambigüidade de uma Junta que representava, ao mesmo tempo, o clima de transformação no pós-1o de janeiro de 1821 e as continuidades administrativas que persistiam no trato com a sociedade e com a coisa pública. Num requerimento datado de novembro de 1821, Garção de Melo tinha colocado a dificuldade que a Junta tinha em lida com a imprensa periódica fundada por ele e por Patroni, dizendo que “[o Governo] teme os Escritores, que é déspota, que é inimigo capital da Imprensa”. Relata que fora mandado sair da província, chegando a ser ameaçado com duas pistolas por um desconhecido a altas horas da noite, que acabou julgando ter sido mandado por um dos membros da Junta. Conclui dizendo que “se muitos foram ameaçados de extermínio, e alguns exterminados efetivamente, não é de se admirar que o Suplicante o fosse também”²⁹.

A partir dessa semântica política, as práticas construídas no sentido de silenciar as facções que não partilhavam diretamente da leitura realizada pelos integrantes do governo se deram no sentido de restringir ao máximo um dos mais importantes direitos conquistados com a regeneração portuguesa na Amazõnia: o direito à livre expressão. Embora a impressão de periódicos e as próprias informações destinadas à opinião pública fossem regulamentadas pela Lei de Liberdade de Imprensa de quatro de julho de 1821, o que por si só não permitia abusos no que tange veiculação pública de opiniões e notícias³⁰, as atitudes dos membros do governo se deram no intuito de calar os redatores desses materiais, primeiro através de ameaças aos tipógrafos e redatores seguidas de freqüentes tentativas de empastelamento das tipografias, como a que se deu em abril de 1822 quando, a altas horas da madrugada, um grupo de soldados a mando do comandante José Antônio Nunes deveria assaltar a redação d’*O Paraense*, roubar os tipos e destruir todo o maquinário e os equipamentos, sendo o professor e tipógrafo substituto Antônio Dias Ferreira Portugal recrutado para sofrer castigos severos no regimento comandado por Nunes³¹. Em 25 de maio, Filipe Patroni foi preso na fortaleza do Castelo sob a acusação de ter se dirigido de forma indecorosa ao rei em novembro do ano anterior, quando proferira ácida representação ao monarca e às Cortes, em clara manobra para tirá-lo de cena definitivamente, tendo sido desterrado da província para Lisboa, onde permaneceu no cárcere do forte de São Julião da Barra

até o reconhecimento a independência em 1825³². Tomou o seu lugar de redator-chefe d'*O Paraense* o cônego João Batista Gonçalves Campos³³.

A radicalização política do governador das Armas no golpe de 1o de março de 1823 seria o ápice dessa disposição censória do grupo constitucional interessado em evitar o rompimento com Portugal, quando os agentes da imprensa de oposição foram forçados a fugir para diversos pontos da província e a estrutura tipográfica acabou sendo apropriada pelo governo que passou a veicular o discurso oficial da constituição portuguesa através do reformulado *Luso-Paraense*, que passou para a redação do negociante José Ribeiro Guimarães, o mesmo que integrara a comissão monumental, e do francês Luís José Lazier³⁴.

A formação de um corpo de polícia e de uma “Guarda Cívica Voluntária” para reforçar a ordem política e social na província e manter a “tranqüilidade e o sossego públicos” representaram o espraiamento dessa postura constitucional radicalmente repressora nas relações de força que sustentavam a discussão política institucional no Grão-Pará. Composto por quatorze parágrafos, o projeto de formação de um corpo de polícia para “conservar a boa ordem e o sossego público desta Capital” teria por meta principal a produção de mecanismos efetivos de controle do espaço público da capital da província, visando empreender com rigor a censura e a apreensão de periódicos, panfletos e circulares não autorizados à circulação pelo governo. Confrontando o documento que compilamos no APEP e a informação contida na narrativa de Domingos Antônio Raiol sobre esse período, nos pareceu perfeitamente possível que a causa máxima do recrutamento realizado para reforçar a segurança da cidade de Belém tenha sido o combate ao periódico de Fillipe Patroni e do cônego Batista Campos, que representava o baluarte das práticas e discursos contra o governo, cuja circulação era intensa na cidade e que já encorajava parcelas da população livre pobre e escrava a se manifestar nas ruas contra a manutenção dos “portugueses” no controle executivo da província. No entanto, a motivação que aparece no documento enviado pela Junta Provisória ao governador das Armas foi a de “evitar os contrabandos prejudiciais assim ao Comércio, como às Rendas do Estado”, escamoteando, dessa forma, o que seria o objetivo central desse ato, que possivelmente não foi enunciado por se chocar com os princípios constitucionais relacionados à liberdade de expressão e de imprensa³⁵.

Para muito além de simples discursos, os membros do “partido” que procurava de todas as formas manter a subordinação do extremo norte do Brasil em formação ao projeto constitucional das Cortes de Lisboa buscava produzir uma série de cortes e interferências na retórica oposicionista e, por tabela, nos anseios e expectativas das camadas menos favorecidas, reunindo os parentes e amigos dos membros da Junta

de Governo para recrutar, formar e financiar, às suas próprias custas, um regimento auxiliar formado, em grande medida, por negociantes de grosso trato, com interesses fincados nas relações com o reino lusitano. Esse foi o caso da “Guarda Civil Voluntária”, que significou, sobretudo, a concretização, em prática política, daqueles discursos constitucionais que procuravam se apropriar da linguagem regeneradora portuguesa a partir de referenciais cimentados no poder monárquico centralizador.

Nesse quadro multifacetado de retóricas e culturas políticas, de objetivos e práticas ligadas ao poder provincial, se insere o extremo norte da América Portuguesa. Podemos afirmar que a regeneração portuguesa serviu de lastro para discursos e práticas políticas variadas no interior da “sociedade política” do Grão-Pará, inserida em uma conjuntura que ainda se mantinha na indefinição entre as velhas estruturas institucionais que deveriam ser esquecidas e desagregadas e as novas linhas de pensamento e administração que a província deveria seguir a partir da proclamação de 1º de janeiro de 1821 no Largo do Palácio em Belém. Sob a constituição se protegiam interesses múltiplos que, em meio ao debate travado no espaço público e nas correspondências trocadas com as Cortes, procuravam garantir influências no interior do serviço público, através de cargos e, conseqüentemente, maior representatividade política. Malgrado existirem essas diferenças variadas, esses grupos constitucionais talvez concordassem em um ponto: os conceitos que chegavam à realidade local não poderiam ser apreendidos por outros grupos situados nos lugares livres empobrecidos e escravizados da sociedade. Isso poderia ser considerada uma regra nesse momento? Dificilmente. No calor dos acontecimentos, esses extratos menos favorecidos acabavam por reclamar também um lugar nesse complexo de mudanças que se anunciava com o projeto constitucional. Onde isso poderia parar?

Notas

1 Procuramos situar esse universo político a partir de alguns autores que trabalharam, direta ou tangencialmente, com as matrizes da cultura política “regeneradora” no Brasil, situando-a no período compreendido entre a chegada da corte e o processo de independência. Entre eles, destacamos: ARAÚJO, Ana Cristina de. “Um império, um reino e uma monarquia na América: as vésperas da independência do Brasil”. In: JANC-SÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo : Hucitec; Fapesp, 2005, pp. 235-370; BERBEL, Márcia Regina. “A retórica da recolonização”. In: JANC-SÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo : Hucitec; Fapesp, 2005, pp. 791-808; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro : Revan; Faperj, 2003; SCHWARCZ, Lillian Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: a*

guerra dos jornalistas na independência, 1821-1823. São Paulo : Companhia das Letras, 2000; SOUZA, Iara Lis de Carvalho e. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831*. São Paulo : Fundação Editora da UNESP, 1999; MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*. São Paulo : Companhia das Letras, 2000.

2 Geraldo Coelho teve acesso a essas listas do *Índex* do Santo Ofício e é quem discute acerca dos limites dessas fontes para o estudo das projeções do “vintismo” sobre o Grão-Pará. COELHO, *op. cit.*, p. 97. Para um panorama dos impactos que essas leituras ilustradas causaram nos domínios ultramarinos portugueses na América, ver VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América portuguesa*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999 (Tese de doutorado).

3 Esse folheto fora impresso em Lisboa, na “impressão régia” em 1790 e, ao que parece, teria sido espalhado por diversas capitânicas do Brasil, fazendo alusão ao seu possível conteúdo “subversivo”. Cf. BARATA, Manoel. “Apontamentos para as Efemérides Paraenses”. In: *Formação Histórica do Pará*. Belém : Universidade Federal do Pará, 1973, p. 150-1.

4 Geraldo Coelho esclarece acerca de alguns títulos dessas obras constantes nas listagens elaboradas pelo Santo Ofício da Inquisição, como é o caso de *De officio hominis et civis juxta naturalem*, de Pufendorf, expressão da escola racionalista clássica do direito natural; a *História Eclesiástica*, do abade Fleury e a *História Abreviada da Perseguição, Assassinato e do Desterro do Clero Francês Durante a Revolução*, do abade Barruel; a obra *Políticas*, de Biefeld; *Ciências da Legislação*, de Filangieri; *Riqueza das Nações*, de Adam Smith; *Espírito das Leis*, de Montesquieu; *Cursos para a Instrução do Príncipe de Parma, O Comércio e o Governo Considerados Relativamente a um e Outro e A Lógica ou Primeiros Desenvolvimentos da Arte de Pensar*, todas de Condillac. Cf. COELHO, *op. cit.*, p. 98.

5 Cf. REIS, Arthur Cezar Ferreira. “A ocupação de Caiena”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil monárquico, tomo II: o processo de emancipação*. Vol. 1, 9ª edição, Rio de Janeiro : Bertand Brasil, 2003, p. 318-9.

6 “Memória sobre a Defesa da Capitânia do Pará no governo de D. Francisco de Souza Coutinho; E outros documentos do tempo do seu governo”. Plano de conquista da Guiana Francesa. 1791-1797 – Lata 281, pasta 6, 102 fls., Val-de- Caens, 15 de abril de 1795. Coleção Manuel Barata. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (doravante IHGB), apud GOMES, Flávio dos Santos, QUEIROZ, Jonas Marçal de, COELHO, Mauro Cezar (orgs.). *Relatos de Fronteiras: fontes para a História da Amazônia. Séculos XVIII e XIX*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999, p. 75-6.

7 Cf. BAENA, *op. cit.* p. 293.

8 Na realidade, essa interessante hipótese foi levantada por Geraldo Coelho, para quem é possível pensar numa circularidade mais ampla desse ideário, principalmente depois que foi sancionada a liberdade imprensa no Brasil, o que levou os primeiros periódicos das duas províncias – *O Paraense* e *O Conciliador do Maranhão* – a publicarem matérias nos dois lugares. COELHO, *op. cit.*, p. 99-101.

9 Pelo menos é essa a impressão deixada no texto de Luís Carlos Villalta sobre as práticas de leitura como incremento da privacidade no período de influência da Ilustração no mundo ultramarino português. Ao situar espacialmente seu texto em Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro, Cuiabá e Maranhão, o autor conclui que não deveria existir grandes diferenças entre as obras e seus donos nesses lugares diferentes da América Portuguesa. VILLALTA, Luís Carlos. “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”. In: NOVAIS, Fernando A. e SOUZA, Laura de Mello e (orgs.). *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo : Companhia das Letras, 1997, p. 360-8.

10 Edital Régio sobre a proibição da reprodução e publicação do periódico *O Português*, datado em 06/07/1818. Códice 697: Alvarás, Cartas Régias e Decisões (1817-1830). APEP.

11 Edital Régio sobre a proibição da reprodução e publicação do periódico *Campeão, ou o Amigo do Rei e do Povo*, datado em 15/11/1819. Códice 697: Alvarás, Cartas Régias e Decisões (1817-1830). APEP.

12 Cf. LUSTOSA, Isabel. *Op. cit.* p. 80-1.

13 Idem, *ibidem*, p. 74-5.

14 Carta Régia contendo a proibição da circulação do periódico *Correio Braziliense em Londres*, datada em 15/01/1823. Códice 605: Alvarás, Cartas Régias e Decisões (1802-1833). APEP.

15 Ofícios do Ouvidor da Comarca de Santa Maria de Belém Francisco Carneiro Pinto Vieira de Mello para a Junta Provisória de Governo, datados em 10/01 e 01/02/1823. Códice 749: Correspondências de Diversos com o Governo do Pará (1823). APEP.

16 Por isso mesmo que parecia ser necessário consolidar, o quanto antes, as bases da identidade nacional portuguesa no Pará, visto que a partir de setembro de 1822 não se sabia mais a quem obedecer se ao imperador D. João VI ou se ao regente D. Pedro. O período que vai de janeiro de 1821 a abril de 1823, portanto, pode ser considerado o mais incerto de todo o processo de independência, pois as autoridades do Grão-Pará tinham sempre que estar trabalhando com essa dupla legitimidade do poder e, ao mesmo tempo, estabilizar os grupos que pendiam ora para um lado ora para outro da balança política. Nesse sentido, uma boa análise dessa indecisão se encontra em COELHO, Geraldo Mártires. “Onde fica a corte do senhor Imperador?” In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: A Formação do Estado e da Nação*. São Paulo : Hucitec; Editora Ijuí; Fapesp, 2003, pp. 267-284. Essa mesma impressão acerca da existência de um hiato de poder teve o ouvidor geral da comarca de Belém, que, ao receber um ofício da Junta de Governo da Província que ordenava trocar correspondência apenas com o governo de Lisboa, pediu instruções necessárias ao Rei sobre qual autoridade deveria obedecer, se a do Rio de Janeiro ou a do reino. Carta do Ouvidor Geral do Pará, Francisco Pinto Vieira de Mello, para o Rei D. João VI, datada em 20/07/1821. AHU_ACL_CU_013, Cx. 151, D. 11646. (Projeto Resgate de Documentação História *Barão do Rio Branco*. Documentos Avulsos da Capitania do Pará, 1616-1833).

17 Parte desse discurso regenerador visava trazer para o presente vivido pelos integrantes das Cortes e por muitos redatores da própria imprensa periódica portuguesa - como *O Astro da Lusitânia*, o *Mnemosine Constitucional* e o *Português Constitucional* - a imagem de um Portugal forte, glorioso e expansionista, que havia marcado os tempos de Afonso Henriques, um dos primeiros monarcas a lutar pela independência portuguesa no século XII. COELHO, *op. cit.*, pp- 34-86.

18 Cf. NEVES, Lucia Maria B. P. das e FERREIRA, Tânia Maria Tavares B. da C. “Portugal, França e Brasil: representações imaginadas (1808-1914)”. In: MENEZES, Lená Medeiros de, ROLLEMBERG, Denise e MUNTEAL FILHO, Oswaldo (orgs.). *Olhares sobre o político: novos ângulos, novas perspectivas*. Rio de Janeiro : Ed. UERJ, 2002, p 28-9.

19 Ofício de Manuel Paixão Zuleo para o secretário das Cortes gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, João Baptista Filgueiras, relatando alguns acontecimentos e opiniões sobre a situação reinante no Pará, datado em 10/11/1821. AHU_ACL_CU_013, Cx 151, D. 11685 (Projeto Resgate de Documentação História *Barão do Rio Branco*. Documentos Avulsos da Capitania do Pará, 1616-1833).

20 “Linguagem política” é empregada aqui com o significado de um conjunto de *referentes paradigmáticos* que orientam e até mesmo determinam os discursos políticos, idiomas, retóricas, gestos e comportamentos, enfim, os atos de enunciação que são emitidos a partir desses referentes. O papel do historiador, portanto, seria o de apreender a linguagem política de onde são construídas essas diversas retóricas, para poder compreender as variadas totalidades de sentido que compunham essa mesma linguagem. POCOCK, *op. cit.*, p. 66. KOSELLECK, *op. cit.*, p. 108-110.

21 Não concordamos com certas abordagens conceituais da “cultura” e da “cultura política” que tendem a defender a existência de uma “cultura nacional” própria de cada povo e, por conseguinte, transmitida de geração para geração como se fosse uma herança comum. Nesse sentido, entendemos, com Serge Berstein, que a noção de “cultura política” se inscreve no rol de relações sociais e políticas que são construídas a partir do pressuposto de que existe um mundo dividido e uma disputa por esta ou aquela representação do “social” colocada na lógica do poder e da subjugação. BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean- François. *Para uma história cultural*. Lisboa : Editorial Estampa, 1997, pp. 349-363. Para um debate sobre as origens do conceito de “cultura política”, que advém das contribuições da antropologia política no debate sobre os conjuntos de crenças e valores que dão ordem aos comportamentos políticos nos estados democráticos, ver KUSCHNIR, Karina e CARNEIRO, Leandro Piquet. “As Dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia da Política”. In: *Revista Estudos Históricos: Cultura Política*. Rio de Janeiro, no 24, FGV, 1999/2. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/269.pdf>. Acessado em 30 de outubro às 15:50h. Para outras abordagens conceituais que convergem

para a discussão de Berstein, ver SANI, Giacomo. “Cultura Política”. In: BOBBIO, N., MATEUCCI, N. e PASQUINO, Gianfrancesco (orgs.). *Dicionário de Política*. 2ª edição, Brasília : Editora da Universidade de Brasília, 1986, pp. 306-8. REMOND, René. “Uma história presente”. In: REMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ª edição, Rio de Janeiro : Editora FGV, 2003, p. 35. CHARTIER, Roger. “Cultura política e cultura popular no Antigo Regime”. In: *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa : Difel, 1988, pp. 189-213.

22 Ofício do tenente-coronel e oficial impressor Domingos Simões da Cunha para os eleitores do Pará, datado em 11/03/1821. AHU_ACL_CU_013, Cx 150, D. 11606 (Projeto Resgate de Documentação Histórica *Barão do Rio Branco*. Documentos Avulsos da Capitania do Pará, 1616-1833).

23 Esse ofício foi enviado por Patroni durante sua estadia em Lisboa como “comissário em Cortes”. Ofício de Fillipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Joaquim José Monteiro Torres, datado em 10/07/1821. AHU_ACL_CU_013, Cx 151, D. 11633 (Projeto Resgate de Documentação Histórica *Barão do Rio Branco*. Documentos Avulsos da Capitania do Pará, 1616-1833).

24 Cf. SOUZA, Iara Lis de Carvalho e. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831*. São Paulo : Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 107-8.

25 Esse grupo, segundo José Alves de Souza Júnior, seria formado por uma nova elite econômica que não detinha o capital político e simbólico suficiente para conduzir o processo institucional a seu favor, integrando um grupo de “constitucionalistas” que almejava o poder na Província. SOUZA JR., *op. cit.*

26 As origens da cultura política brasileira às vésperas da independência estariam situadas entre a segunda metade do século XVIII, quando as primeiras influências liberais francesas tinham começado a situar, em outras bases, o absolutismo português, a partir da atuação política do marquês de Pombal. Ao mesmo tempo em que procurava modernizar as engrenagens da administração reinol e colonial, Pombal mantinha no Estado o papel de interventor supremo nos domínios da vida social. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. “O teatro: as origens da cultura política luso-brasileira e seus veículos de divulgação”. In: *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro : Revan/FAPERJ, 2003, pp. 27-8. MUNTEAL FILHO, Oswaldo. “Despotismo e cultura científica no Mundo de Queluz”. In: MENEZES, Lená Medeiros de, ROLLEMBERG, Denise e MUNTEAL FILHO, Oswaldo (orgs.). *Olhares sobre o político: novos ângulos, novas perspectivas*. Rio de Janeiro : Ed. UERJ, 2002, pp. 89-122. MAXWELL, Kenneth. “A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro”. In: *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. São Paulo : Paz e Terra, 1999, pp. 89-124.

27 Essa relativa homogeneidade das elites brasileiras foi fundamental, na visão de José Murilo de Carvalho, para assegurar um projeto centralizador de poder, organizado em torno da monarquia, assim como a preservação da grande extensão e unidade territorial brasileira, o que marcaria a grande distinção com as independências produzidas na América espanhola e sua fragmentação territorial e política. Fillipe Patroni, não percamos de vista, era bacharel em estudos jurídicos formado em Coimbra, berço das discussões liberais em Portugal. CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. 2a edição, Rio de Janeiro : Editora UFRJ, Relume Dumará, 1996, p. 51-72.

28 Carta da Junta Provisória do Governo da Província do Pará para o rei D. João VI, datada em 17/07/1821. AHU_ACL_CU_013, Cx 151, D. 11639 (Projeto Resgate de Documentação Histórica *Barão do Rio Branco*. Documentos Avulsos da Capitania do Pará, 1616-1833). Assinaram a dita carta o vigário D. Romualdo de Seixas, presidente; o juiz de fora Joaquim Pereira de Macedo; Vogais: o coronel João Pereira Villaça, o coronel Francisco José Rodrigues Barata e o coronel Geraldo José de Abreu.

29 Requerimento do oficial impressor Daniel Garçon de Melo para o rei D. João VI, datado em 12/11/1821. AHU_ACL_CU_013, Cx 151, D. 11686 (Projeto Resgate de Documentação Histórica *Barão do Rio Branco*. Documentos Avulsos da Capitania do Pará, 1616-1833).

30 O cerne da discussão de *Anarquistas, Demagogos e Dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822*, da autoria de Geraldo Coelho, se situa nas projeções da Regeneração portuguesa sobre a Amazônia a partir das relações de poder engendradas na província do Pará, principalmente as posições políticas que giravam em torno da Lei de Liberdade de Imprensa de quatro de Julho de 1821 que, na visão do autor, elucidou o tecido pelo qual se construiu as diversas significações que o movimento liberal lusitano adquiriu no norte da

América Portuguesa. A Lei de 4 de julho d 1821, portanto, teria sido apropriada de variadas maneiras pelos diversos grupos que buscavam o acesso ao poder executivo do Grão-Pará, tendo sido utilizada ora para a defender a liberdade de expressão dos grupos que tentavam, a partir da imprensa periódica, fustigar a Junta Provisória e o Governo das Armas com críticas diretas, e ora para servir aos interesses dos “constitucionais conservadores” que, baseados no art. 8o – “Pode abusar-se da liberdade de imprensa: 1o contra a religião Católica Romana: 2o contra o Estado: 3o contra os bons costumes: 4o contra os particulares -, buscavam enquadrar grande parte da retórica do periódico *O Paraense* na condição de “subversiva” e “desordeira”. COELHO, *op. cit.* p. 301-310 (Anexo: Lei de Liberdade de Imprensa de 4 de Julho de 1821).

31 RAIOL, *op. cit.* p. 23-4.

32 Durante o exílio em Portugal, Patroni concluiu seus estudos jurídicos e somente retornou ao Pará em janeiro de 1828, para contrair matrimônio com D. Maria Anna de Souza e Azevedo, indo fixar residência no Rio de Janeiro, onde passou a exercer o ofício de advogado. Foi eleito deputado geral pelo Pará e tomou assento na Câmara em 1842. Em 1851, transferiu definitivamente residência para Lisboa, onde faleceu em 15 de julho de 1866. Cf. MUNIZ, João de Palma. “Apontamentos biográficos de alguns personagens que figuraram no período histórico de 1821-1823”. In: *Adesão do Grão-Pará à Independência e outros ensaios*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973, p. 609-10..

33 Cf. BAENA, *op. cit.* p. 338-9.

34 Embora fossem feitas diversas queixas do governador das Armas à Junta provisória contra os discursos de Fillipe Patroni e, posteriormente à sua prisão, do Cônego João Batista Gonçalves Campos, acabaram não sendo atendidas. Com isso, conta-nos Raiol, o governador das Armas José Maria de Moura e o coronel João Pereira Villaça, juntamente com outros correligionários civis e militares, entenderam que era preciso calar o periódico de qualquer maneira, fazendo com que três homens esperassem o redator Batista Campos e o espancassem, o que foi consumado, a tendo o cônego sido ferido gravemente no rosto e na cabeça, quando de noite se recolhia a sua casa. RAIOL, *op. cit.* p. 23-30.

35 Ofício da Junta Provisória de Governo para o Governador das Armas do Pará, José Maria de Moura, datado em 29/02/1823. Códice 733: Correspondências do Comandante das Armas com o Governo (1822). APEP. Ver também, no mesmo códice, os documentos 25 a 38, datados entre março e maio de 1822, que tratam do mesmo assunto, a criação de um “corpo especial de polícia” além dos regimentos militares já existentes. RAIOL, *op. cit.* p. 25 e 29.

CAPÍTULO 3

“VIVA A LIBERTÉ!”: CAMADAS POPULARES E AS RETÓRICAS REVOLUCIONÁRIAS

“VIVA A LIBERTÉ!” RETÓRICAS POLÍTICAS POPULARES NO LIMIAR DA REVOLUÇÃO

A sociedade amazônica da primeira metade do século XIX não se encontrava alheia ao clima político, social e intelectual que marcava realidades aparentemente distantes territorialmente, mas que, contextualmente, estavam fortemente ligadas pelo avanço das idéias e práticas revolucionárias que anunciavam a utopia da mudança no mundo ocidental oitocentista¹. Quando nos referimos à sociedade amazônica como agente desses novos comportamentos questionadores das formas convencionais de exaltação e reconhecimento públicos que passaram a contrariar os mecanismos exclusivistas herdados de uma tradição atada ao absolutismo esclarecido do século XVIII, queremos justamente escapar dos conceitos eruditos de época construídos pelos grupos que se posicionavam na parte superior da hierarquia social, como o conceito de “sociedade política”, muito utilizado na documentação manuscrita e impressa desse período. No caminho contrário às interpretações que caíram nessa armadilha da reificação do letramento como condição determinante para a produção de idéias e práticas políticas, compreendemos como sociedade todo o conjunto dos grupos sociais que tinham acesso à informação política, mesmo àqueles que estavam situados nas margens da política institucional.

Isso pressupõe, acima de tudo, considerar que os conceitos, notícias, opiniões e práticas que tinham ligação com o universo das *Lumières du siècle* circularam por um espaço público que não estava restrito aos *clubs* onde se construía os acontecimentos-chaves da política local, mas que adentravam praticamente todos os poros

do tecido social que estavam situados no ambiente coletivo². Apesar de a esmagadora maioria da população da província do Grão-Pará continuar imersa no domínio do analfabetismo, o pequeno escol de homens que tinha condições de acessar diretamente as estruturas de pensamento relacionadas ao projeto revolucionário justifica, por si só e plenamente, a inexistência de supostas “ilhas” de comunicação que poderiam inviabilizar a marcha das utopias revolucionárias por lugares situados fora da esfera estritamente letrada de relações sociais. Com isso, bastaria que um pequeno número de pessoas dotadas da habilidade de decifração do discurso escrito existisse para que a comunicação pudesse ser estabelecida de forma ampla e irrestrita, e que a linguagem revolucionária operasse mudanças significativas nos padrões de comportamentos e valores em uma determinada sociedade³.

Assim, grande parte das expectativas populares pode ser posicionada nos pontos onde as doutrinas apropriadas e ressignificadas pela camada erudita da sociedade puderam ser “vulgarizadas” pelos agentes que também integravam o cotidiano, constituindo fendas importantes nas idéias que circulavam na província. Essa perspectiva pode ser estabelecida se considerarmos as relações políticas no plano horizontal, o que, metodologicamente, representa inserir os grupos eruditos num espaço público comum aos que, no plano vertical, estavam excluídos do âmbito institucional da política. Essas fissuras por onde se moviam as visões de mundo e as esperanças dos marginais, não são claras para o historiador, por serem muito reduzidas, mas não impossíveis, as possibilidades de se expressarem do ponto de vista formal. A partir de uma “história pelas fundações”, situada no plano de trocas entre os variados ambientes que integravam a sociedade, é que pode ser colocada uma das “janelas” para se compreender as práticas desses marginais em conexão com a opinião pública e a propaganda política, constituídas historicamente naquele complexo de relações sociais⁴.

Seguindo essa lógica, um dos sulcos por onde corria a linguagem liberal em direção aos lugares não institucionais da política estava nas estratégias que os membros de um dos grupos que almejavam o poder traçavam para conseguir abrir espaço no bloco político constitucional que dominava a Junta de Governo. Sobre os planos desses opositoristas, os integrantes do executivo provincial enviaram, em novembro de 1821, um conjunto de correspondências aos membros das Cortes Constituintes no intuito de apresentar um panorama da situação vivida no Grão-Pará após o juramento às Cortes, assim como os meios pelos quais o “partido da anarquia” procurava legitimar seus interesses. Segundo a longa delação do negociante e correligionário da Junta Provisória José Ribeiro Guimarães, Fillipe Patroni, intitulando-se “Deputado

do Governo” e “Advogado do Povo”, teria sido o chefe das maquinações que tinha por objetivo levá-lo a ser o presidente da província ou exercer qualquer cargo de relevo no governo. Para concretizar seus planos pessoais, Patroni

fez publicar no No 10 do Indagador Constitucional, de que mandou grande cópia de folhas para aqui serem distribuídas: a leitura daquele artigo / que ofereço / deu um grande choque nos Escravos, conceberam idéias de liberdade, e julgaram que as figuradas expressões de que se serviram os Autores da nossa Regeneração política, quando disseram = quebraram-se os ferros, acabou-se a escravidão, somos livres, e outras semelhantes se entendia com eles; e começaram a encarar Patroni como seu Libertador; assim o disseram, e V. Ex.a algumas providências deu a tal respeito: não só eles, muitos homens que sabem ler, sem entenderem o que lêem, chegaram a pensar o mesmo, e a persuadir-se, que estava acabada a escravatura; alguns fatos recentes tenho sabido, de práticas entre escravos, que julgam a Escravidão a acabar-se por momentos, e esperam Patroni como seu Redentor.

Além disso, José Ribeiro Guimarães o acusava de “[ter] querido desacreditar esse Governo perante a Soberania, e não contente com isso ele pretende semear entre nós a dissensão, a discórdia”, insuflando o povo contra o governo. No mais, a “esquentada imaginação” de Patroni havia ganhado asas através de “papéis incendiários” chamados de “Circulares”, que, segundo o mesmo negociante, “tem andado nas mãos de todos”. Esses papéis, que conteriam uma pequena representação de uma mão branca se congratulando com outra negra como timbre, aterrorizavam os membros da Junta, por trazerem informações variadas das conjunturas políticas de outras províncias do Brasil e mesmo de outros países, pois “há poucos dias eu ouço soar vozes de Independência Americana, e união à causa de Pernambuco, ainda mais; as Proclamações se têm afixado que persuadem deste maldito Sistema!”⁵.

Reforçando essas impressões, o presidente da Junta, D. Romualdo Antônio de Seixas, relata sobre o impacto que esses ideais ligados ao “exemplo de Pernambuco” produziram em grande parte da sociedade local, posto que “se fez público nesta Capital, e mais que tudo a ilusão, e vertigem, que costumam produzir tão sedutoras idéias sobre imaginações já exaltadas, e predispostas pelo entusiasmo, e sentimento da Liberdade”. Essa agitação toda teria sido fruto de uma “Proclamação anônima” em que “se convida os Habitantes do Pará a seguir o exemplo de Pernambuco nas hostilidades contra os filhos de Portugal aqui residentes” além de instigar a opinião popular à “fatal tentativa de separação daquele Reino, antigo Berço, e Pátria comum

de todos os Portugueses”, sendo Patroni intitulado “Chefe ou Demagogo” de tais atitudes, construindo sua imagem na escravatura como “o novo Espártaco”, havia supostamente concebido um papel incendiário com a intenção de “sublevar os povos” num momento em que se preparavam as eleições para deputados provinciais irem tomar assento nas Cortes. Mais uma vez, Patroni foi acusado de agir em benefício próprio, fazendo com que se espalhassem por toda a província periódicos e diários de Lisboa para, na ótica de Seixas, jogar os povos contra o governo⁶.

Não obstante a grande parte de a historiografia local ter centrado muito o foco na figura de Fillipe Patroni, tornando-o o fio condutor do processo de formação da nacionalidade brasileira e do próprio processo de independência no Pará, essas duas passagens demonstram em que condições os debates travados sobre a situação política da província com base nos princípios liberais portugueses chegavam até a opinião pública mais ampla. Seja como integrante de um projeto político concebido por um grupo específico ou como um estrategista obstinado por um plano pessoal de conquista de algum quinhão do poder, a figura do fundador da imprensa no extremo norte da América Portuguesa foi também central como difusor desses ideais de liberdade por lugares muito diferentes da sociedade paraense, não somente por conta da circulação do impresso periódico *O Paraense*, do qual foi o primeiro redator até novembro de 1821, mas, principalmente antes disso, ter sido um dos mais interessados em noticiar o clima político vigente em Lisboa durante o movimento revolucionário iniciado no Porto em agosto de 1820.

Ainda em Portugal, Patroni tinha dado à luz a um folheto intitulado *A Gazeta do Pará*, no qual pretendia veicular informações sobre a regeneração para um público reduzido de pessoas que tinham vínculos com o Grão-Pará na capital do reino e, conseqüentemente, para a sociedade amazônica, além de ter tentado a publicação de dois mil folhetos contendo a íntegra de seu polêmico discurso proferido no plenário das Cortes em abril de 1821. Patroni requereu, ainda, a publicação de uma 3ª edição desse seu discurso, o que nos permite inferir que outras duas edições desse folheto já teriam circulado entre a sociedade lisboeta, sendo de seu interesse produzir uma edição mais acabada, com notas de referência, para ser enviado com urgência ao Pará, satisfazendo todas as despesas necessárias⁸.

Mais que isso, a linguagem da agitação liberal portuguesa pôde ser conhecida amplamente no Grão-Pará a partir das contínuas iniciativas patronianas no intuito de espalhar a informação revolucionária por lugares variados da sociedade local, fazendo com que outras leituras do real fossem possíveis a partir dos signos e palavras veiculadas nos folhetos e periódicos que passaram a circular na província mesmo antes

da chegada do redator. Pelas mãos de diversos agentes possivelmente ligados à Fillipe Patroni em Portugal, como os irmãos Vasconcelos. Dom Romualdo de Seixas, em ofício direcionado às Cortes, em novembro de 1821, identificou a presença de outros agentes liberais que tinham chegado ao Pará espalhando notícias do reino e de Pernambuco através da distribuição de folhetos e até a fixação destes no espaço público de Belém do Grão-Pará. Foram citados os irmãos João Fernandes de Vasconcelos, Julião Fernandes de Vasconcelos e Manoel Fernandes de Vasconcelos, chegados ao Pará na galera S. José Diligente em outubro de 1821, “que neles recaiam as mais veementes suspeitas de serem os que propagavam a opinião da independência e procuravam aliciar ao seu partido os mais abalizados Cidadãos desta Província”. Esses mesmo sujeitos foram identificados como os propagadores dos escritos de Patroni na província⁹. Um volume ainda maior e difícil de ser quantificado desses materiais pode ter movimentado as culturas políticas populares, como bem demonstra a denúncia de José Ribeiro Guimarães acerca das apropriações escravas de expressões como “quebraram-se os ferros”, “acabou-se a escravidão” e “somos livres”, que incentivaram fortes manifestações de pertencimento à linguagem da regeneração, por conta das expectativas sociais que enunciaríamos de forma eloqüente, no caso, a abolição da escravatura.

Ao utilizar como retórica o conceito de liberdade, o próprio Patroni talvez não se desse conta de que certas noções, enunciadas num lugar específico, podem tomar sentidos muito diferentes daqueles pensados pelo autor, estimulando esperanças longamente acalentadas no cotidiano de negros e índios livres, forros e escravos que, a partir da linguagem política a que tinham acesso, traziam à baila suas próprias visões de mundo, situadas em lugares sociais específicos, de onde poderiam construir suas próprias leituras da conjuntura montada na província e dar a ler outras realidades perfeitamente possíveis. A produção desses “desvios” nos coloca frente a processos de produção e consumo de informações que não podem ser compreendidas como etapas segregadas entre si, sob a pena de atribuímos às idéias um caráter intrínseco e independente das apropriações que produzem os sujeitos sociais.

Os folhetos e periódicos produzidos por Patroni para um determinado grupo da sociedade acabou, nesse sentido, por serem reapropriados a partir de múltiplos referenciais sociais, especialmente aqueles colocados nas esferas marginais em relação ao poder e às instituições de mando da província, caracterizando uma produção em “segunda mão” dos ideais expressos na forma escrita. Com isso, pensar as práticas de representação enquanto pontos nevrálgicos de apreensão das lógicas políticas situadas nos âmbitos não-institucionais do social requer considerar esse complexo de relações dentro de divisões móveis e temporárias¹⁰. Parece não ser necessário colocar aqui que

o conceito de liberdade, exposto por Patroni em seu manifesto, tinha seu lastro de racionalidade centrado no universo conceitual do liberalismo português e, portanto, como parte das concepções políticas oriundas do constitucionalismo regenerador. Todavia, ao ser dito entre os negros e índios escravos, esse mesmo conceito passa a ser compreendido segundo referenciais políticos oriundos de uma outra linguagem, a da pluralidade de experiências de luta contra o cativeiro. Assim, ao se falar em “liberdade” não se estava tratando de algo monolítico e unísono para o todo da sociedade, mas o gesto de enunciar tal idéia no meio dessa parcela da população urbana que estava envolta em outras realidades sociais, políticas, econômicas e até mesmo culturais, poderia causar múltiplas conseqüências, entre elas, aquela que era a raiz do temor dos membros da Junta de Governo, interpretações explosivas de projetos abolicionistas “de baixo”, juntamente com a desagregação das molas em que se assentava a sociedade senhorial portuguesa.

Não obstante esses outros sentidos do “ser livre” terem sido gestados em meio aos espaços não-institucionais da política e do poder, não podemos perder a dimensão de troca que contêm, principalmente porque estavam situados nas realidades intervalares entre as práticas eruditas dos debates e das disputas pelo controle das instituições e as variadas situações circunstanciais do cotidiano do homem comum. Dessa forma, os agentes da liberdade poderiam ser múltiplos nesse momento, como foi o caso do cafuzo Lázaro Fernandes, preso na vila de Cameté em setembro de 1822, “pelo crime de propagar idéias de alforria” entre a escravaria local. A Junta Provisória do Grão-Pará deu singular atenção a esse caso que, longe de ser isolado naquele difícil momento, não tinha sido esgotado na mera difusão dessas noções “subversivas”, mas que possuiu uma ressonância direta no comportamento de vários cativos da vila e de lugares próximos, posto que “se levantaram quinze escravos e surrarão o seu Senhor”. As orientações que foram dadas ao ouvidor do Pará eram para que, caso fosse confirmada essa sublevação, se abrisse investigação minuciosa do acontecido em uma devassa para, posteriormente, enviar o cafuzo Lázaro para se apresentar à Junta de Justiça da província, o que nos coloca em posição de inferir que não poderia se tratar de uma desordem comum¹¹.

Ainda no mês de setembro, outro curioso caso chegou ao conhecimento dos membros do governo provincial. Um certo João Marques de Mattos teria, segundo uma denúncia vocal que era a base dessa informação, “espalhado idéias perturbadoras, inconstitucionais e tendentes a dividir esta Província da Mãe Pátria”. Esses ideais estariam primeiramente contidos em um corpus de correspondências trocadas com “o execrando Sandoval Lisboa” que, ao que parece, seria cúmplice de João Marques

de Mattos e, possivelmente, homem probo da cidade de Belém. Esse ponto parece ser elucidado pelas indicações que a própria Junta deu em relação ao arrolamento de testemunhas desse fato, pois deveriam ser feitas “nas seguintes vinte e quatro horas as declarações que a Lei determina”, procedendo a chamar para testemunhar os negociantes Manuel Luis de Paiva e Antônio José de Souza Moreira, os quais tinham declarado os denunciantes serem as pessoas sabedoras do acontecido¹².

A propagação de princípios de “liberdade” não foi apanágio exclusivo das camadas letradas, mas se inscreviam em realidades muito diversas que desafiam qualquer tentativa de interpretação precisa, pois as expectativas das camadas marginalizadas da sociedade podem ter sido reforçadas com a apropriação que faziam dos novos e estranhos princípios que lhes chegavam por meios variados, desde a discussão contida nos periódicos e panfletos que passeavam por espaços plurais, como por meio da oralidade situada nas muitas situações em que mantinham contato com alguém mais informado, por exemplo, nos lugares de fronteiras. Com efeito, gente como o cafuzo Lázaro, por exemplo, poderia exercer forte influência sobre uma parcela da população da província que, a julgar pelas opiniões dos grupos dirigentes, supostamente não tinha condições de compreender e quiçá de propagar doutrinas políticas.

Isso foi dito textualmente pelo membro do governo do Rio Negro, Manuel Paixão Zuleo, ao criticar veementemente as práticas de alguns “liberais contrafeitos” em propagar idéias no meio dos negros, pois

por uma espécie de loucura, e mal entendida filantropia, queiram decretar só para os pretos o Civismo, de que só aqueles são capazes, sem advertirem esses dissimulados Canibais, que o cidadão pressupõe valor, e conhecimentos, e que estas duas qualidades certamente faltam aos Escravos, excluem a escravidão em geral, e que é hoje, e sempre incontroverso (...) Querer pois dar aos pretos a condição de Cidadãos por uma Lei, é o mesmo que tirar-lhes suas qualidades essenciais, e substituí-las com a perspicácia, conhecimentos, valor, e Ambição, ou dar-lhes uma coisa que não podem possuir, ou pelo menos não sabem nem aumentar, nem conservar. A Liberdade é um direito, que nasce com o homem sim, e os outros tem a obrigação de o respeitar, mas a guerra, e a Conquista o dissolve, e o Conquistador, e primeiro Proprietário põe preço a sua cabeça. Não nasceu com os pretos a inclinação de a dirigirem, e fazerem o seu desafago, e poderes úteis, e acomodados à perfeição dos fins e ordem social¹³.

Contrariando essas perspectivas, ideais de revolução eram fartamente apropriados e socializados no espaço público por esses homens infames, como a ocasião em que um preto não identificado fora remetido de Santarém “acusado de naquela Vila persuadir a alforria dos Pretos”, que, por falta de provas, não fora posto na cadeia pública, mas que não escapou do serviço militar, já que o intendente da Marinha foi instruído a “lhe mandar sentar Praça de Pedestre”¹⁴. Em outro ponto da província, os membros do governo comemoraram a prisão do preto Pascoal num engenho de Mocajuba, onde, juntamente com “outros Chefes dos Negros revoltosos”, o “dito preto aparecia a propagara doutrinas revolucionárias”, foi encontrado a bordo de uma pequena embarcação na boca do rio Tocantins¹⁵.

De alguma forma, o negro preso em Santarém e o preto Pascoal e seus cúmplices tinham conhecimento das noções de liberdade que, partindo de seus próprios problemas, apreendiam e construíam suas soluções a partir das informações que circulavam nas discussões dos “clubes”, da imprensa e dos folhetos pregados no espaço público da cidade. Surpreendente talvez tenha sido o fato de essas “idéias incendiárias” terem sido veiculadas em uma violenta “rebelião dos Pretos” do mocambo de Mocajuba, no intuito de tornar ainda mais pública a Liberdade tão apregoada pelos grupos que se debatiam na arena institucional das relações. Prender Pascoal, considerado como o cabeça desse levante escravo, se fazia urgente posto que o mesmo deveria ser punido com o rigor das leis por causa de “semelhante crime [ser] de tão péssimo exemplo para toda a Escravatura”¹⁶.

O impacto que esses conceitos de liberdade causaram em meio aos negros escravos foi evidente e preocupante para as autoridades locais, cujas medidas mais imediatas foram as de apertar o controle sobre o espaço público, evitando ajuntamentos de negros “suspeitos” durante a noite nas ruas, nos bares, bilhares e casas de jogos, em uma clara tentativa de disciplinarizar os costumes não só dos suspeitos de serem fugitivos da escravidão, mas sobre todas as pessoas, de condições sociais variadas, que ocupavam diariamente esses lugares que serviam de ponto de encontro e lazer. Por outro lado, se fazia fundamental impedir que esses mesmos sujeitos tivessem acesso aos armamentos e pólvora, o que foi realizado através de circulares para as autoridades judiciárias de toda a província¹⁷, além de exercer maior vigilância sobre as ilhas, igarapés e furos por onde transitavam os negros fugidos e seus acoitados. Em uma correspondência datada em 11 de julho de 1822, o Governador das Armas da província, José Maria de Moura, elencou uma série de providências que deveriam ser tomadas para a captura de mocambeiros e desertores em diversos pontos da comarca de Belém, como a foz do rio Mojú, na entrada do Tocantins,

nas ilhas de Mosqueiro e das Onças. A afixação de editais públicos convidando os habitantes desses lugares a denunciarem os locais de mocambos e de desertores era uma constante nas estratégias de captura desses marginais¹⁸.

A proposta de criação da Guarda Militar de Polícia para a capital da província teria também essa atribuição, ou seja, garantir a segurança pública no espaço público de Belém, onde se dava o grosso das desordens no meio urbano da capital. Assim, nos pontos que dizem respeito ao controle dos lugares públicos, constavam os seguintes parágrafos:

(...) 4o As Patrulhas rondantes embarçarão qualquer ajuntamento grande durante a noite e prenderão por suspeita toda a pessoa que não obedecer a voz que lhe der. 5o Todas as tabernas se fecharão às nove horas às dez, as lojas de bebidas, Bilhares e etc. As Patrulhas o farão saber nos seus Distritos com a devida moderação, os Taberneiros e mais pessoas dos Bilhares e quando eles o não cumprir, darão parte do que transgredir ou desobedecer com as mais circunstancias quando se recolherem ou findarem as suas rondas. (...) 7o As Patrulhas reconhecerão todos os negros que das dez horas em diante se encontrarem errantes pelas ruas, e quando desconfiem de suas respostas os quais logo não possam verificar, acompanhando-os a Casa de seus senhores se certificarão se andam fugidos, neste mesmo caso os prenderão dando as devidas partes. (...) 10o A Polícia é encarregada de evitar os jogos d'azar e de prender as pessoas que n'eles se acharem em casa de tabulagem ou em alguns lugares onde para tal fim se ajuntam os Escravos e outras pessoas. (...) 13o As Patrulhas das Estradas encontrando alguns Negros, Mulatos ou outras pessoas de desconfiança com Cavalos carregados, ou descarregados examinará de quem é o cavallo e com que licença ou porque meio se serve d'ele, e isto afim de evitar-se a desordem que há e o prejuízo que experimentam os donos dos Cavalos¹⁹.

Não perdendo de vista a complicada conjuntura política em que esses mecanismos de dominação se inserem, com o gradativo tensionamento do debate constitucional e os ataques mais veementes dos “periodiqueiros” ao governo, não é absurdo inferirmos que as autoridades dirigentes da província perceberam os estalos diversos que essas retóricas de liberdade causavam na população escrava, liberta e livre empobrecida, acabando por, no fim das contas, reconhecer o caráter político dessas manifestações oriundas da “populaça”, consideradas comumente como ignorantes.

A preocupação de que os negros escravos e libertos tivessem acesso mesmo às informações trocadas entre as instâncias do poder era muito grande, pois não se sabia ao certo como alguns editais, circulares, alvarás e decretos seriam interpretados nos lugares cativos. Afixar qualquer documento oficial no espaço público poderia, nesse momento de futuro incerto em que se alimentavam esperanças diversas, criar situações inflamáveis, como circunstancialmente aconteceu em fevereiro de 1823, quando o juiz ordinário da vila de Óbidos, situado no cruzamento dos rios Amazonas e Tapajós, tornou público por pregão um edital proibindo a importação de escravos ladinos. Segundo o mesmo juiz, a declaração da lei causou sensível comoção entre os negros e índios que “perturbaram esta Vila com as vozes de serem libertos”, o que acabou por forçar a autoridade judiciária a decidir por ter “mandado castigar correcionalmente os Escravos”²⁰. Indubitavelmente, a existência de um arcabouço de experiências cotidianas se aglutinava às possíveis informações adquiridas e ressignificadas por esses negros e índios em um contexto de discussões acerca dos projetos liberais colocados para a realidade da província.

Assim como o episódio de João Marques de Mattos, que estaria divulgando idéias “inconstitucionais” e tendentes ao rompimento com Portugal, outras circunstâncias também elucidam as possíveis lógicas por onde a população iletrada apreendia e reelaborava a linguagem liberal, conferindo-lhe significados muito diferentes daqueles contidos nos debates travados no universo de maior erudição. A investigação sobre as práticas cotidianas de um “Celso de tal” no distrito de Igarapé-Mirim, em abril de 1823, nos parece emblemática, visto que também esse sujeito foi considerado um alvo por ter se insinuado com a escravatura, por ter tornado público “que já são livres”, incentivando os escravos “a cometerem os excessos que costumam”. Além disso, atrelado ao suposto discurso da abolição, o mesmo Celso teria se inscrito num rol de subversivos da ordem constitucional que, segundo a própria Junta, incluíam todos os que “[tentem] seduzir os Povos a que sejam infieis a El Rey e à Constituição da Monarquia”²¹.

A insistência em apresentarmos tantos casos de divulgação de conceitos de liberdade a partir de referenciais situados fora da esfera propriamente formal das relações políticas é a de colocar em pauta o caráter desses ideais e reduzir o campo de interpretações que teimam em atribuir às práticas políticas situadas nos espaços negros, indígenas, mestiços, enfim, nos espaços populares, a noção de continuidade exclusivamente colonial das motivações diretas dos levantes, camufladas sob a insígnia de “sociais”, expropriando qualquer tipo de lógica estritamente política e original que pudessem possuir. Seguindo a trilha de uma recente historiografia que vem

revisitando contextos variados, em que pese terem existido uma forte presença de elementos transformadores da realidade²², sugerimos que, também para o contexto independentista no Pará, práticas de enunciação de conceitos como o de “liberdade” somente podem ser compreendidos se levarmos em conta os gestos e comportamentos correspondentes a tais concepções, o que, segundo a definição das autoridades, não estavam restritos puramente às necessidades holisticamente presentes no universo popular, visto que eram posturas “inconstitucionais”, “tendentes a dividir esta Província da Mãe Pátria” ou ainda que seduziam os Povos a que fossem “infiéis a El Rey e à Constituição da Monarquia”, oriundas de debates variados travados em lugares sociais e políticos múltiplos.

Em outras palavras, as expectativas de liberdade construídas pelos extratos sociais marginalizados da província possuíam, portanto, uma racionalidade política relacionada às questões mais amplas discutidas na província, como a dubiedade enfrentada pelos grupos que se posicionavam em posições contrárias das relações de força acerca da legitimidade monárquica ou constitucional, tendo, por outro lado, sua parcela de “tradição” fincada nas lutas contra a condição de escravo que, juntamente com o espraiamento da linguagem liberal na província, emergiram com maior intensidade, autenticadas pelos elementos constituintes dessas novas retóricas que enfatizavam, sobretudo, um conceito de liberdade muito elástico e certamente compreendido a partir de uma redefinição da ordem social. Para que tal acontecesse, seria necessário questionar, na ótica “popular” de mundo, as instituições basilares componentes dessa hierarquia social, que ainda estava assentada no dualismo liberdade-escravidão. Fosse El Rey ou a Constituição, nos parece plausível inferir que os conceitos de liberdade fabricados nessas leituras do real ganham densidade a partir das necessidades de transformação estrutural da sociedade, o que, conseqüentemente, levaria às mudanças nas relações sociais e nas próprias condições de vida e de trabalho dos negros, índios e mestiços escravizados, forros e livres.

No emaranhado de retóricas populares que iam sendo produzidas no calor dos acontecimentos que empurravam a província para a radicalização política, seja pela manutenção dos laços com o reino que orientou o golpe de 1o de março de 1822, ou seja pela ruptura das relações políticas com Portugal e para a falência do império luso-brasileiro, de onde agiam os agentes da oposição ao governo, o projeto constitucional parecia não atender, em parte, aos desejos construídos pelos setores marginalizados da sociedade amazônica, pois muitas posturas transgressoras da ordem não situavam o projeto das Cortes como sendo importante para se redefinir as relações sociais e políticas do dia-a-dia de homens e mulheres. A prisão de Maximiano Alves

Rozo, soldado do primeiro regimento da 1ª Linha da guarnição da província, detido havia sete meses na cadeia pública da capital pela “Razão de a desordem ser feita com um Europeu, em defesa da Pátria e seus nacionais” sinaliza para uma possibilidade de a camada livre e pobre da sociedade local não encampar os laços de união com Portugal, já que o mesmo “falava contra a Constituição”, pelo que argumentava ser injusta sua sentença²³. O mesmo soldado, já após a anexação formal da província à corte do Rio de Janeiro, fora protagonista de uma tentativa de rebelião dentro da cadeia em que, segundo o carcereiro, “insulta-me e os presos da Sala livre com ameaças que esta Noite há de vir com duzentos homens para eu lhe abrir a porta”, sendo que, em caso de recusa em libertá-lo, o soldado partiria para usar de violência “por cortar-me a Cabeça e [dos presos] que se acham nesta Cadeia²⁴”.

A idéia de se poder invadir a cadeia pública vinda de um sujeito que não estava inserido nas estruturas de poder da província pode parecer estranha e até extravagante se desconsiderarmos o contexto em que foi enunciada. No entanto, canais de comunicação não- institucionais exerceram grande influência para que a população do interior provincial e da “cidade do Pará”, que certamente passaram a vislumbrar mais de próximo a possibilidade de as relações com o reino serem rompidas de vez. Concepções políticas variadas anunciavam esse desfecho, como aquelas veiculadas em Vigia por um homem que, estando de passagem pela vila, estava a proferir “expressões injuriosas aos Brasileiros, e que dissera que não era Vassalo do Imperador do Brasil, mas sim de El Rei de Portugal”²⁵.

Ainda sobre a situação interna da política provincial, o mesmo sujeito, não identificado na fonte, se posicionou acerca das disputas que se travavam no meio social, visto que se colocava contrário ao projeto “brasileiro”, certamente o do rompimento das relações com Portugal, se colocando como súdito do rei lusitano e contrário ao centro do poder irradiado do Rio de Janeiro. Pelo fato de estar em trânsito por Vigia, isso talvez lhe garantisse maior “liberdade” para expressar suas idéias em meio a uma população que já vivia as hostilidades entre os “nascidos na terra” e os “portugueses do reino”. Pelo menos, os representantes da Junta decidiram dirigir uma ordem aos membros da câmara ordenando para que orientassem os habitantes de Vigia que parassem com

a odiosa distinção de Europeus e Brasileiros com que mutuamente se atacam, e que a mania de alguns chega ao incrível excesso de não reputarem compatriotas se não os naturais dessa Vila, e não só das vizinhas não pode esta Junta deixar de estranhar a louca ignorância, com que a passos largos caminham esses habitantes para o princípio, que lhe prepara a distinção que hão estabelecido²⁶.

Luiz Cardoso, também fora preso em Vigia por “falar contra o atual sistema e dizer palavras pouco decorosas ao Nosso Imperador” no espaço público da vila. Foi aberto um sumário pelo ouvidor da comarca para apurar o caso²⁷.

Embora essas fontes sejam pouco esclarecedoras, e até mesmo muito ambíguas, do ponto de vista dos posicionamentos políticos desses sujeitos comuns que vagavam pelo cotidiano no interior próximo à Belém, o que nos interessa é a circulação que esses debates alcançavam para muito além dos círculos restritos de discussão, como os “clubes” de reuniões em casas de intelectuais e proprietários. Mesmo sendo fruto de informações cruzadas e pouco claras, o espaço público como um todo poderia ser movimentado pelos debates que aconteciam não somente em âmbito local, como até mesmo nas realidades de outras províncias, de onde notícias afluíam por diversos caminhos, o que representava a ação de uma intensa atmosfera de politização dos indivíduos iletrados que circulavam pela cidade.

Um quadro menos abstrato desse aparelhamento de contenção da possível circulação das doutrinas, princípios e ideais vulgarizados da revolução ou da independência pode ser pintado a partir das buscas cotidianas que a polícia urbana realizava às residências particulares. A partir de denúncias, os representantes da justiça iam verificar a situação, deixando os membros do governo inteirados de todo o processo, mesmo se esse fosse um alarme falso. Foi o que aconteceu em novembro de 1823, já no período pós-independência, quando o ouvidor da comarca relatou uma dessas suspeitas:

Ontem logo que recebi a ordem de V. Ex.a fui com hum Escrivão, e Meirinho Geral a Casa do Oficial de Bombeiros Raimundo Roberto; passei revista em todos os papeis, dei busca em toda a Casa, Mesas, Gavetas, Arcas, Baús, etc., e não só não achei o papel, que se anunciou, mas nenhum outro, que direta ou indiretamente se pudesse chamar subversivo da Ordem publica. Deixei ficar a Guarda que circundava a Casa do tal Oficial, porque não estava autorizado para o despedir.

Mesmo assim, o ato não se encerrou na busca frustrada, se estendendo à precaução posterior²⁸.

As notícias corriam rapidamente pelas paragens próximas à capital da província. Dada a grande movimentação de embarcações de vários portes que promoviam o comércio interno, principalmente a circulação de escunas estrangeiras e oriundas do “norte” e do “sul” do Brasil, que fundeavam na barra do Castelo vindas do sertão amazônico à espera de liberação para ganhar o alto mar. Parte dessa estrutura de vigilância foi provavelmente concentrada nas barras do Castelo e da Cidade,

onde funcionava com restrita circulação de pessoas e grande controle os órgãos ligados à Alfândega. A obrigatoriedade de jurar a Constituição era frequentemente imposta a todos os funcionários civis e militares que iniciavam suas atividades nos trabalhos alfandegários, sob a liderança do guarda-mor²⁹. Em outra correspondência, fica evidenciada essa preocupação por conta da resposta do Juiz da Alfândega para os membros da Junta, dizendo que “em observância da Ordem datada em 6 do corrente, tenho a honra de informar a V. Ex.a que não tem chegado ao meu conhecimento que entre os Empregados da mesma Repartição existam alguns que tenham mostrado adesão ao partido dissidente do Sul”³⁰.

Esse período imediatamente anterior e posterior ao alinhamento formal do Pará ao projeto do Rio de Janeiro foi marcado por grande agitação nas camadas populares da província. Qualquer tipo de manifestação pública mais exaltada era motivo para abertura de sumários e devassas, visando impedir a circulação das notícias e a própria politização, em sentido informal, do espaço comum. Foi o que aconteceu em agosto de 1823, quando cinco indivíduos foram sumariados pelo ouvidor da comarca simplesmente por “darem vivas ao Imperador do Brasil”³¹ e, quando foi afixado o Edital da Câmara informando acerca da decisão tomada pelos membros da Junta e o governador das Armas em aderir ao ultimato dado por John Pascoe Grenfell em prol do alinhamento do Pará aos ditames da nova corte imperial do Rio de Janeiro, os “novos” dirigentes da província decidiram “proibir ajuntamentos de Negros, ou Moleques em Magotes fazendo assuada pelas Ruas”, por causa de um grande número de pessoas que “davam vivas com muita vozeria”, comemorando a independência do Grão-Pará³².

Outras circunstâncias também soaram de forma eloqüente para os administradores públicos que, impotentes diante da multiplicidade de situações que eram forjadas no meio da “população”, se limitavam a indiciar qualquer suspeito de divulgar princípios políticos de liberdade ou mesmo juízos de valor sobre a conjuntura interna e externa da província. Mesmo após a assinatura da declaração de independência no Pará corriam fortes boatos pelas ruas da capital acerca do futuro que seria trilhado pela província agora que tinha rompido os laços com o mundo lusitano. Nesse sentido, no dia do Círio de Nazaré, Antônio dos Santos, soldado da 3ª Companhia de Artilharia, fez uma denúncia acerca de algumas conversas que ouvira de uma certa índia Joana que, por sua vez, tinha ouvido um mulato falar a uma mulher preta que “em o dia da Sr.a de Nazaré, ela havia de ver que os militares eram degolados”³³. Esse “zumzumzum” corria à larga entre os negros, mulatos e índios que ocupavam o espaço urbano de Belém, o que era considerado com muitas reservas pela Junta de Governo que considerava não estar descartada, quatro dias depois desse episódio, o perigo de

uma desordem generalizada, pois, segundo o ouvidor da comarca, “vagamente ouço dizer que esta noite há um saque, pode ser que assim não seja, mas pode ser que aconteça”, alertando os membros do governo que “V. Ex.a muito bem sabe os males da anarquia desordenada, que se verifica havendo o saque”³⁴.

Na mesma senda aberta pela propagação dessas notícias anônimas que corriam publicamente sem confirmação, outras estratégias de reunião e alianças poderiam estar sendo fabricadas no espaço público pelos grupos escravizados, forros e livres pobres, como bem se nota no grande alvoroço que tomou conta das patrulhas de polícia de Belém quando ouviram toques de tambor a uma grande distância do centro urbano “que parecia que tocavam Marchas”. Ao seguirem o som dos toques semelhantes aos utilizados pelos militares, os patrulheiros descobriram que estes vinham da fazenda do capitão Francisco José Rodrigues Barata, onde “mais de 30 negros e negras”, aparentemente, se divertiam tocando e dançando noite a dentro. Mesmo assim, o capitão de polícia alertava as autoridades militares que “seria conveniente evitar semelhantes brinquedos com toques de Tambor, [visto que] se assemelham aos Nossos Toques Militares para evitar confusão muito principalmente nos críticos e melindrosas circunstâncias em que atualmente nos achamos”³⁵. Fica difícil sabermos se os toques de tambor dados pelos negros e negras eram unicamente parte dos brinquedos feitos por eles ou se eram avisos voluntários dados para algum tipo de reunião ou ajuntamento sedicioso. Contudo, somente o fato de esses sons serem parecidos com os toques militares já era o suficiente para que as autoridades se mantivessem alertas contra qualquer tipo de comunicação que se operasse naquele momento, quando revoltas e perigos de levantes violentos poderiam “pipocar” em praticamente todos os lugares da província, especialmente em Belém.

O que chama a atenção nesses indícios documentais sobre a existência de uma comunicação não-institucional que percorria as sombras do espaço público onde todos transitavam e de alguma forma se informavam e teciam representações diversas da realidade vivida na província é que, na ótica desses sujeitos iletrados e marginalizados, a independência também não teria muita serventia sem modificações profundas nas estruturas de poder internas, especialmente na relação existente entre os aparelhos do estado e a sociedade. Nesse entendimento, propagar que os militares seriam degolados, por exemplo, pode ser interpretado como uma rejeição aberta aos métodos de tratamento oficiais que, no geral, poderiam ser caracterizados pela truculência de muitos soldados e oficiais, especialmente os nascidos no reino. Assim, desejar o extermínio das tropas de linha responsáveis pela segurança pública da cidade poderia também se inserir num conjunto de expectativas de liberdade cuja lógica teria relação direta com

maior autonomia de locomoção, expressão, lazer, trabalho, enfim, com os hábitos e costumes interditados pelas malhas do poder. Isso não quer dizer que a compreensão popular da conjuntura política institucional se reduziu às projeções centradas em um sentido de “ser livre” restrito ao cotidiano, mas que, partindo das divisões construídas nas diversas lógicas marginais, esses entendimentos se traduziam em desejos de futuro que se posicionavam principalmente nos interstícios situados entre as transformações estruturais da política com as realidades vividas no dia-a-dia.

A impressão de que a crescente politização dos lugares públicos, urbanos e rurais, agia no sentido de criar possibilidades variadas para o estabelecimento do exercício de uma gama diversa e complexa da *cidadania* por parte dos extratos sociais marginalizados pelo poder é algo muito forte na documentação produzida em âmbito local, ou seja, nas correspondências cambiadas entre as instâncias do governo provincial. Pelo menos, as autoridades públicas do Grão-Pará se cercaram de tantos cuidados em relação às manifestações populares, que acabaram por conferir sentidos políticos às atitudes e lógicas apreendidas precariamente desse universo comumente definido como ignorante e irracional. Por outro lado, o sentimento de medo que se fortaleceu com a divulgação de notícias, mesmo incertas, oriundas de Pernambuco e do Maranhão, que estariam alinhados ao governo do Rio de Janeiro desde o início de 1823, pode ter tido um papel explosivo para homens e mulheres comuns da província, que possivelmente passaram a demonstrar claramente as razões de seus descontentamentos, apontando, no mesmo movimento, a solução para o que pensavam ser os principais problemas da província.

Mesmo com a adesão formal à corte de D. Pedro, a sensação de que a ordem social e política se manteriam sem grandes alterações se mantinha forte e presente entre os grupos situados na base da hierarquia verticalizada do Grão-Pará. Traços dessas tensões poderiam ser delineados, inclusive, nas tropas regulares e auxiliares da província, onde comportamentos indisciplinados desafiavam a autoridade militar. Magotes de soldados percorreram as ruas de Belém a fazer grande desordem, em outubro de 1823, principalmente saques nos estabelecimentos de propriedades de portugueses, forçando os membros do governo a pedirem o auxílio do almirante Grenfell no restabelecimento da ordem. As motivações desses movimentos, no entanto, indicam uma forte carga de sedição política, pois os próprios membros da Junta definiram as causas dessas desordens a um “zelo indiscreto e mal entendido a favor da Causa da Independência e integridade do Império Brasileiro”, ordenando que o mesmo almirante mandasse para fora da província “os Portugueses e Brasileiros que têm ofendido o atual Sistema, com o qual não querem conformar-se”³⁶. A

falta de resignação de soldados com o desfecho político da independência do Pará em relação a Portugal, formalmente assentado em agosto de 1823, se constituía em elemento preocupante para as autoridades, ao mesmo passo que evidenciava a clara divisão que se mantinha na sociedade.

As contendas pareciam não terem fim, tendo as desordens de outubro tomado um grande destaque no período pós-independência. A adesão da província ao governo instituído no Rio de Janeiro parecia não indicar um futuro promissor de paz e tranqüilidade, como propagavam os discursos da Junta recém-eleita. As preocupações mais fortes que assolavam os representantes do governo localizavam-se sobre o “Povo e a Tropa”. Esta última, através de seus oficiais inferiores e soldados, tinham feito chegar às mãos da Junta uma representação, em que “havia um grande número de assinaturas acompanhadas de uma Lista de Portugueses e Brasileiros empregados que pretendiam fossem lançados de seus Postos e Empregos”. A reivindicação era séria; e séria, também, foi a providência tomada pelos áulicos do poder, “mandando para o Destacamento do Rio Negro alguns Oficiais e Inferiores que julgou conveniente desviar”. As boatarias mais uma vez corriam pelas ruas próximas ao Palácio do Governo onde “se preparava uma revolução para o dia 12 do corrente”, o que não aconteceu. No dia 15, às dez horas da noite, os temores se transformaram em realidade: foguetes pipocaram no céu de Belém. Era um código para que toda a tropa de linha, milicianos e “muitos Cidadãos” se reunissem no largo do Palácio para pressionar o governo, o que foi feito com “as odiosas vozes de morram os Europeus”³⁷.

Daí em diante, a multidão sem freios partiu para saquear o depósito de armamentos e munições, o que seria feito a golpes de machado, se não fosse parte dos soldados de linha, leais à Junta e ao comandante Grenfell, terem afastado a turba com terçados e tiros de mosquete para o alto. No dia seguinte, logo de manhã, os mesmos machados foram usados por magotes de soldados que tomaram as ruas do centro comercial, para derrubar as portas das lojas e de algumas casas de negociantes europeus e promover uma onda de saques, “insultando mesmo os Brasileiros” e proferindo insistentes “Vivas ao Imperador – Morram os Europeus”. Um pelotão de sessenta homens fardados comandava “os maiores roubos e estragos”. A situação estava na iminência de fugir ao controle, visto que a tropa paga era insuficiente e grande parte dela estava entre os “revolucionários”. Mesmo assim, os regimentos regulares ainda tinham forças para perseguir os rebeldes pelas ruas e, volta e meia, descarregavam os mosquetes e faziam alguns óbitos, recuperando as fazendas roubadas dos comerciantes que eram abandonadas ou escondidas pelos rebeldes. Os oficiais superiores passaram a armar os cidadãos

comuns que se apresentavam como voluntários contra a multidão (comerciantes de médio trato, em sua grande maioria). A maior parte dos membros da Junta decidiu se retirar da cidade para protegerem suas vidas.

Para manter o controle da situação, Grenfell, que comandava a repressão com alguns membros da Junta do brigue *Maranhão* situado no meio da baía do Guajará, reuniu toda a estrutura militar existente na cidade naquele momento: efetivos de mar, artilharia, cavalaria e milícias marcharam contra os rebeldes para sufocar o levante. Boa parte do bairro da Cidade, principalmente as ruas adjacentes ao largo do palácio do Governo, virou uma praça de guerra campal. A operação obteve certo êxito a duras penas já a adiantadas horas da noite. Tomado o largo do palácio, Grenfell e alguns membros da Junta fizeram o inusitado: reuniram os “chefes da quadrilha” e “ali em Conselho verbal foram condenados à morte e cinco foram fuzilados”. Cinco pessoas; talvez cinco soldados ainda fardados. Grande parte dos militares, “reconhecidamente rebeldes”, foi levada para a cadeia pública. Ao todo foram 256 “soldados ladrões” e oficiais inferiores, que, posteriormente, tentaram arrombar as grades da prisão com intuito de fugirem. Percebendo a fragilidade da cadeia, a Junta solicitou a Grenfell um navio- prisão para manter os presos distantes da terra. O brigue *Palhaço* foi transformado em prisão flutuante. Os presos foram amontoados nos porões da nau e logo tentaram forçar as escotilhas, o que levou a guarnição a descarregar as baionetas e matarem mais alguns rebeldes. A desproporção entre o espaço e a quantidade de pessoas suscitou o desespero. Lançando-se uns sobre os outros, os soldados pisoteavam-se e sufocavam-se mutuamente.

No relato feito à Corte no dia 23, os representantes da Junta provisória ainda ressaltaram que “sentimos não poder afirmar que a tranqüilidade está inteiramente restabelecida”. Destacavam que ainda era imperioso controlar a “gente de cor”, visto que “muitos negros e mulatos foram vistos no saque de envolta com os soldados”. Ou seja: os levantes se multiplicavam na mesma proporção que as preocupações do governo. A associação entre a “gente de cor” e os soldados ainda merece mais uma referência neste ofício: sobre os “infelizes que se mataram a bordo do navio”, a Junta informou que “entre outras vozes sediciosas deram vivas ao Rei do Congo” e que possivelmente poderia existir uma “combinação entre Soldados e Negros”³⁸.

Talvez esse levante de outubro de 1823 traduza mais fielmente a extensão dos conflitos que integravam uma sociedade que continuava dividida em facções, tendo o “Povo e a Tropa” alcançando o lugar de protagonistas da política institucional da província. As contendas que explodiram nas ruas de Belém e que acabaram por resultar no que se convencionou chamar de “tragédia do Brigue Palhaço” se

inscrevem num conjunto de representações populares que escapavam à lógica dos administradores públicos ao mesmo tempo em que traziam à tona uma série de ressentimentos e expectativas que se concretizaram em práticas de violência aberta ao caminho de continuidade que o Pará parecia trilhar no pós- independência. Os conceitos de liberdade que emergiam em meio à violência que se espalhava pela capital da província eram elaborações construídas nos espaços diversos onde provavelmente a política da sobrevivência e as noções originais de cidadania se desenhavam mutuamente, fazendo com que os grupos marginalizados da sociedade percebessem que poderiam forçar sua participação já que a indecisão e, principalmente, a desunião entre os extratos dirigentes se mantinham.

O clima de tensão, contudo, ameaçava se espalhar ainda mais, especialmente por conta das notícias do levante de outubro de 1823 que chegavam aos mais diversos pontos da província, desencadeadas pela enorme repercussão que teve o massacre nos porões do *Palhaço*. Na vila de Cameté, em novembro, para onde vários fugitivos do levante escaparam, o comandante de uma flotilha armada enviada pela Junta de Governo para conter ânimos exaltados informava que, no dia anterior à sua chegada, “pelos estrondos de alguns tiros de Peças, reuniu-se parte dos moradores vizinhos desta Vila, estes armados de paus, armas, Terçados e Flechas”, sendo todos reputados indivíduos de “baixa esfera”, que se dirigiram aos representantes militares da vila intitulando-se “Parlamentares desta Vila”³⁹. Mais uma vez, as representações sociais dos que integravam a “baixa esfera” da vila se constituíam dentro de uma lógica original em que se operava uma espécie de inversão das relações de poder, não tendo mais os membros da câmara de Cameté ou os chefes de polícia da vila legitimidade para continuar mantendo o controle político da localidade. As próprias insígnias simbólicas com que se autenticavam os cargos de representantes do povo deveriam ser reformadas, visto que provavelmente deveriam desconsiderar os aparatos legais com que se investiam os vereadores, os magistrados os comandantes militares e a própria autoridade máxima da província.

Mais revelador ainda desse espírito de coisas foi a pouca importância que esses populares, em sua grande maioria de indígenas e seus descendentes, deram à leitura de uma “proclamação aos cametaenses” enviada pela Junta e Governo para ser lida em público, mas que “infelizmente só foi ouvida por um pequeno número deles, e estes quase todos Europeus”, que manifestaram tão grande entusiasmo que levou o capitão Joaquim José Jordão a pensar que a situação estava sob controle. Todavia, logo o mesmo capitão notou que não estava no centro urbano o cerne da desordem, senão em seus arredores, onde os “facinorosos”, com o apoio de parte da câmara, faziam emboscadas para surpre-

ender a tropa de linha e as milícias, sob a suposta liderança de Sebastião José Ribeiro, conhecido como “o Maneta”. Agindo em lugares como Pacajá, Guapurá, Cametá-Tapera e toda a costa do rio Tocantins até Jacepetuba, os rebeldes assaltavam propriedades e paralisavam o comércio, sobretudo se esse era movimentado por europeus. Sempre atacando de dentro dos matos, “em cujo ermo eles têm prática e têm a sua moradia efetiva”, o bando do Maneta interrompia o trajeto das mulas e pequenas embarcações abarrotadas de mantimentos aos brados de “*Viva a Liberté!*”, o que, segundo o capitão Jordão, gritavam “em suas emboscadas com grande atrevimento”⁴⁰.

De que *Liberté* falavam? Como davam sentido a essa expressão? É impossível não considerarmos essas questões quando nos deparamos com um grito de guerra que envolve um dos princípios basilares da cultura política liberal que se espalhava pelo ocidente desde meados do século XVIII e atingia a Amazônia de forma decisiva, mexendo com as idéias, as práticas cotidianas situadas nos gestos e comportamentos políticos de uma imensa parcela da população provincial. Também não é desprezível o indício de que a enunciação do princípio de liberdade tenha sido feito em francês, o que pode deslindar todo um universo de representações construídas a partir de leituras e de relações sociais que envolviam as premissas políticas da revolução que se dera no velho mundo, assim como na bem mais palpável vizinha Caiena. Os brados de *Liberté* que antecediam as ações de saques e pilhagens de canoas e embarcações maiores dos comerciantes e de membros do governo provincial que subiam e desciam o rio Tocantins possuíam sentidos muito mais visíveis, colocados primeiramente nas precisões mais imediatas de alimentos, armamentos e munições, mas que, num plano mais profundo, estavam localizados no evidente caráter de recusa à ordem das coisas, especialmente da política institucional, que se desenrolava teimosamente no plano da continuidade da relação entre o Estado e as “baixas esferas” da sociedade.

Nesses sentimentos de rejeição começava a se tornar cada vez mais forte as identificações entre a persistência das estruturas coloniais, consideradas injustas no que tange à questão da *cidadania* para as parcelas da sociedade marcadas pela presença maciça dos índios, negros, mestiços e brancos pobres, que se materializava na presença de numeroso contingente de “portugueses europeus” na província. Na esteira dessa questão, certamente era parte do pensamento desses grupos a noção de que pouca coisa mudara desde que os dirigentes provinciais “brancos” haviam decidido romper laços políticos e econômicos com o reino português, pois grande parte da administração formal e informal do Grão-Pará permanecia controlada por uma parcela ínfima da população, composta de forma indelével por portugueses europeus, que detinham quase que totalmente o poder em suas mãos.

Pouco a pouco, portanto, começava a se insinuar nessas apropriações da realidade a questão da *nacionalidade*, o que colocava em pauta no plano de ação desses grupos políticos populares a luta pela expulsão dessas pessoas do continente, colocada de forma eloqüente pelo próprio projeto independentista do imperador como condição necessária para a afirmação da “Grande Causa da Independência Política”, como bem fora expressado no decreto de 18 de setembro de 1822, que teve particular importância no desenvolvimento de hostilidades diversas contra os esses mesmo portugueses residentes em diversas localidades do Grão-Pará, pois instruiu as juntas de governo de todo o Brasil independente a reprimir os indivíduos que se mantivessem ao lado da causa de Portugal. Segundo o mesmo decreto:

Podendo acontecer que existam ainda no Brasil dissidentes da Grande Causa da sua Independência Política, que os Povos proclamaram e Eu Jurei Defender, os quais por causa da ignorância ou por cego fanatismo pelas antigas opiniões espalhem rumores nocivos à União e Tranqüilidade de todos os bons Brasileiros; e até mesmo ousem formar prosélitos de seus erros: *Cumprer imperiosamente atalhar este mal, separando os pérfidos, expurgando deles o Brasil, para que suas ações e a linguagem de suas opiniões depravadas não irritem os bons e leais Brasileiros a ponto de atear a guerra civil, que tanto me esmero em evitar*. E porque Eu Desejo sempre aliar a Bondade com a Justiça e com a Salvação Pública, Suprema Lei das Nações: Hei por bem e com o parecer do Meu Conselho de Estado, Ordenar o seguinte = Fica concedida anistia geral para todas as passadas opiniões políticas até a data deste Meu Real Decreto, excluídos todavia dela aqueles que já se acharem presos e em processo: Todo o Português Europeu ou Brasileiro que abraçar o atual sistema do Brasil e estiver pronto a defendê-lo usará por distinção da flor verde dentro do ângulo de ouro no braço esquerdo com a legenda
= INDEPENDÊNCIA OU MORTE! = (...) *Todo aquele porém que não quiser abraçá-lo, (...) deverá sair do lugar em que reside dentro de trinta dias, e do Brasil dentro de quatro meses nas Cidades centrais, e dois meses nas marítimas, contados do dia em que for publicado este Meu Real Decreto nas respectivas províncias do Brasil em que residir(...)*⁴¹.
(frisos nossos)

Em Cameté, por exemplo, o comandante Manoel Barroso Bastos reclamava ao presidente da província acerca da comoção que o decreto de 18 de setembro havia realizado nos povos daquele lugar. Relata, em correspondência datada de agosto de

1824, que “depois que [se] leu a Proclamação de Sua Majestade Imperial [aqui] que tem crescido o entusiasmo neste Povo”, e asseverava que não seria possível prender e processar os responsáveis por tais ditos e comportamentos considerados desviantes “sem que haja algum incêndio na População”⁴². Embora a proclamação do imperador não deixe dúvidas quanto à disposição de anistiar todos os portugueses europeus que decidissem abraçar e jurar a causa da independência, parece que as leituras feitas pelos indígenas, tapuios e negros de Cameté tendia a ressaltar os trechos relativos ao expurgo dos “pérfidos”, pois que o Brasil e o Pará não mais pertenciam a eles. Logicamente que essa seleção semântica não foi feita de qualquer forma e nem estava circunscrita unicamente ao campo da linguagem, pelo que o modo de ler e apreender os ditos institucionais estavam situados no emaranhado de visões de mundo marginais que direcionavam as práticas políticas cotidianas para a noção do conflito, sendo os europeus e americanos contrários ao rompimento dos laços com Portugal considerados os “inimigos públicos número um”.

Assim, as hostilidades que passaram a se desenvolver contra os indivíduos marcadamente “europeus” na vila de Cameté, assim como em outros lugares do Grão-Pará, não se configuravam como invenções puramente realizadas no âmbito não-institucional das relações de poder, mas como concepções ao mesmo tempo situadas no intrincado jogo de interesses que se desenrolava no dia-a-dia de vida e de trabalho desses sujeitos, com suas acomodações e conflitos, e apropriadas dos ditames publicados pelo próprio Estado num contexto de definição do estatuto de legitimidade de uma Nação que se queria formar no caminho da independência política. Podemos inferir ainda que essas representações construídas sobre os europeus a partir dos lugares sociais marginais conferiam significados diversos ao próprio conceito de independência, deslocando-o do plano formal das relações políticas para desfigurá-lo no campo das lutas pela conquista de direitos, postos de trabalho ou cargos públicos que consideravam serem, a partir da emancipação política, apanágio dos nascidos na terra ou dos que defendiam a “Causa do Brasil”. Sempre nesse ambiente de trocas entre grupos dispostos em lugares diferentes da hierarquia social é que foram se delineando, aos olhos desse autor, as visões de mundo desses homens infames, alguns deles também proprietários e comerciantes da terra.

Pelo visto, a independência não tinha resolvido as principais questões sociais do ponto de vista daquela parcela de sujeitos colocada fora-da-lei e da ordem que se queria construir. A complexidade expressada por essa conjuntura política não se encerrava, pelo visto, nas avaliações dos representantes do poder provincial para quem essas manifestações eram oriundas de “um zelo indiscreto e mal entendido da

Causa da Independência e integridade do Império”. O que estava em jogo, numa perspectiva invertida, era justamente em que princípios se assentava a legitimidade desse novo governo, dessa nova sociedade, dessa nova província, agora que estava separada de Portugal e alinhada aos interesses do imperador Pedro I. Nas ruas de Belém, no interior das tropas ou nos matos próximos à vila de Cameté, uma pluralidade de representações sociais e políticas iam sendo fabricadas por esses sujeitos populares, cujo lastro poderia estar sendo firmado em outras “resoluções” para os problemas que atingiam essa sociedade marginal, como era o caso da ocupação dos cargos públicos, da continuidade da escravidão, do problema da produção e comercialização dos víveres de primeira necessidade.

Nesse sentido, “independência” deixa de ser uma expressão objetivada pela significação formal ligada às estruturas políticas que encarnavam a ruptura dos laços com Lisboa para se esfacelar em múltiplos sentidos. Quando enunciada dos lugares indígenas, negros e pardos, as lógicas do “ficar independente” assumiam conotações variadas, fincadas nas contrariedades em face das posições de mando que os agentes do antigo reino mantinham na hierarquia interna das vilas e povoações da extensa província. Não é à toa que se falar em “liberdade” nesses meios sociais mexia com todo um universo de expectativas coletivas que se inscrevia nos anseios de transformações estruturais, especialmente sobre os apresamentos, descimentos e utilização ilegal da mão-de-obra indígena nas fazendas e nas cidades, como também sinalizavam para a abolição da escravatura dos negros e pardos. O culpado por essa continuidade de situações consideradas perversas para os naturais da terra poderia não ser outro senão o europeu defensor da causa da união com Portugal, pelo que se fazia insuportável sua presença nos postos de comando político e econômico do Grão-Pará livre, sendo sua expulsão vista quase que como uma obrigação patriótica.

Caso as bases de legitimidade do Estado independente tinham realmente saído da figura do rei para a dos povos, como certamente deveriam ouvir nos pregões públicos ou em debates no espaço público, nada de mais lógico para esses setores sociais menos favorecidos que os papéis sociais que representavam na estrutura social fossem modificados, atendendo às suas reivindicações e demandas por direitos políticos e sociais que os definissem como “cidadãos” no novo estado de coisas que o imperador anunciava em seus decretos. O que seria mais legítimo do que as palavras do próprio monarca que assumia o controle do Brasil independente? Afinal de contas, a reformulação do pacto político entre o Estado e a sociedade não era uma das principais mudanças proposta pelo advento do Estado liberal? Acreditamos que considerar que essas discussões estavam fora do âmbito de compreensão informal

de relações políticas em nada contribui para avançar no debate sobre esse período, principalmente acerca dos elementos que foram responsáveis pela inconstituição da nação “brasileira”, dada sua inconsistência no plano das relações políticas e a heterogeneidade de projetos de Brasil que se delineavam.

A Independência, portanto, não representou, nas lógicas que eram produzidas nessas porções da sociedade amazônica, a enunciação em discursos e, principalmente, em práticas de um novo tempo de liberdade. Esta ainda estava por ser conquistada, pois os conceitos de liberdade erguidos de baixo para cima possuíam diversos significados e estavam muito distantes daqueles reclamados e discutidos nos debates constitucionais travados nas esferas letradas e institucionais da província, dado o caráter eminentemente conservador dos grupos que ocupavam os postos de mando no governo. Podemos mesmo dizer que “ser livre” não condizia com a continuidade da ordem social que se afigurava nos meses imediatamente posteriores à ruptura com o reino lusitano, sendo, portanto, uma condição muito mais próxima da *Liberté* francesa, acompanhada das noções de “igualdade” e “fraternidade”. De diversas maneiras, essas retóricas mais radicais adentravam o universo cotidiano dos homens e mulheres comuns da província, estimulando projetos de futuro onde a autoridade, a justiça, a economia e a política deveriam ser reelaboradas ou, como repetiam as próprias autoridades pejorativamente, *revolucionadas*⁴³.

A difícil conjuntura política situada entre a proclamação do projeto constitucional em 1º de janeiro de 1821 e os primeiros meses após a assinatura formal da independência no Grão-Pará se constitui em um complexo e rico período de construção de esperanças no futuro social. Embora institucionalmente a situação já estivesse em grande parte resolvida com a ruptura política em relação a Portugal para uma pequena parte da “sociedade política”, não se excluía nenhuma possibilidade de trilhar outros caminhos, inclusive, como veremos no próximo capítulo, o do retorno à subordinação à velha “mãe-pátria”, um novo suspiro “sebastianista” daqueles que continuavam acreditando na possibilidade de manter sua posição social inscrita na “boa sociedade” da província. Em outra senda, a difusão de ideais revolucionários pelos lugares onde viviam e trabalhavam aqueles sujeitos que compunham as “baixas esferas” do corpo social acabou contribuindo para uma situação de tensão cada vez mais densa que, no limite, poderia colocar em xeque todos os projetos políticos das camadas privilegiadas, visto que o real era apropriado e dado a ler de diferentes ângulos, sendo observáveis variados problemas e, conseqüentemente, múltiplas formas de resolução.

A partir dessa conjuntura política armada sobre uma base inconstante e, por demais, frágil é que se deslinda um panorama de grandes incertezas, que

deixa abertos espaços cada vez maiores por onde podem se mover as expectativas dos grupos que se situavam às margens do processo político formal. O pós-independência começou a representar apenas uma baliza ficcional de transformação da realidade social e política para a maioria dos habitantes da província do Grão-Pará que, radicalizando cada vez mais as leituras que faziam dos princípios liberais a que tinham acesso, sinalizavam para a iminência de um grande caos em todos os setores da sociedade amazônica, visto que passaram a agir no palco das lutas políticas. No espaço-tempo localizado na interseção do decaimento das instituições do Antigo Regime e da instabilidade das novas instituições ainda em formação no primeiro Império despontam um daqueles tempos incomparáveis, caracterizado pela propagação da violência, seja através dos embates cotidianos com os representantes do poder, seja por meio de grandes levantes organizados. De uma forma ou de outra, a posição do Grão-Pará não estava dada por nenhuma garantia, sendo como um fecho de luz sobre um prisma, refratando em direções diversas qualquer possibilidade de segurança em relação ao futuro.

Assim, podemos deslocar as efemérides que tiveram por objeto visualizar a origem do sentimento nativista que seria o elo mais importante entre a sociedade provincial e a independência, sendo esta o ponto de chegada de grande parte das narrativas que propuseram refletir sobre a formação da nacionalidade brasileira. Movendo uma linha do tempo descontínua e caleidoscópica situada no inconsistente marco historiográfico de 15 de agosto de 1823, tentaremos, no próximo capítulo, compor um cenário um pouco diferente, onde a revolução, na sua face mais tenebrosa, trazia à baila descontentamentos antigos num mundo marcado pelo discurso do “novo” e da “modernidade”, gerando estranhas combinações de imagens e cores variadas e difíceis de serem pintadas com traços firmes e definitivos. Nesse ínterim, três grandes eixos de um mesmo movimento sedicioso serão os objetos de nosso estudo, por causa da amplitude espacial e, sobretudo, política que atingiram. O ponto de partida será a precária vila de Cameté e seus arredores, um “lugar de índios” próximo à capital da província, de onde, segundo as retóricas das autoridades provinciais, podemos situar a “cabeça imortal” da *Hydra*, isto é, o ponto nevrálgico ou a “inteligência” desse monstro antigo, que representou muito bem o contexto político de violência que viveu o Grão-Pará nos penosos dias do pós-independência.

Notas

1 Consideramos particularmente importantes os trabalhos que procuraram inserir o contexto constitucionalista e independentista do Brasil num contexto mais amplo de uma “era das revoluções” que sacudiam grande parte do ocidente desde o século XVIII. Nesse sentido, o trabalho clássico de Jacques Godechot é revelador. GODECHOT, Jacques. “Independência do Brasil e a Revolução do Ocidente”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). 1822: Dimensões. 2ª edição, São Paulo : Perspectiva, 1986, pp. 27-37; MOTA, Carlos Guilherme. “Idéias de Brasil: formação e problemas (1817-1850)”. In: *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*: Formação: histórias. São Paulo : Editora Senac São Paulo, 2000, pp. 203-4.

2 A existência de “clubes políticos” no Pará foi levantada por Palma Muniz em sua análise do movimento político que proclamou a adesão da província ao projeto constitucional das Cortes de Lisboa. Afirma o mesmo autor que nesses “clubes” se davam vívidas discussões em reuniões íntimas, construindo uma propaganda que, não obstante a falta de imprensa, “tomou curso e se desenvolveu em todas as classes sociais”. Baseando-se em obras fundamentais da literatura local sobre esse momento – como o opúsculo de Daniel Garção de Mello, intitulado “Peças Interessantes relativas à revolução efetuada no Pará, a fim de reunir à sagrada causa da regeneração portuguesa” (Lisboa, 1821) -, o autor procura alicerçar a articulação prévia do grupo que participou do ato de 1o de janeiro de 1821 nas reuniões dos *clubs* na loja de José Batista da Silva, “onde se faziam as conferências”. Cf. MUNIZ, João de Palma. “Antecedentes da Revolução Constitucionalista de 1821 no Grão- Pará”. In: *op. cit.* pp. 18-20.

3 Esse ponto, levantado por Ana Cristina de Araújo - com base na leitura de Jacques Goody (*The Domestication of the Savage Mind*. Cambridge : Cambridge University Press, 1973) -, nos parece ser fundamental para embasar a proposta deste capítulo, pois tentamos apresentar primeiramente um quadro das diversas culturas políticas constitucionais que caracterizavam o jogo político no Pará entre 1821-1823, para depois considerar que essas disputas também incentivaram expectativas diversas no resto da sociedade, especialmente dos grupos marginais. Cf. ARAÚJO, Ana Cristina. “Um império, um reino e uma monarquia na América: as vésperas da independência do Brasil”. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005, p. 237.

4 Essas seriam as alternativas para fugir de uma “história pelos pináculos”, ou seja, de uma narrativa que considerasse somente as idéias formais produzidas no âmbito alfabetizado como únicas dotadas de legitimidade política. Dessa forma, sugere Michel Winock, a “história pelas fundações” faria necessariamente fronteira como a história da opinião pública e a história da propaganda política, visto que nos diversos entrecruzamentos desses três campos de estudos, se partiria para um dimensionamento menos improvável das idéias políticas do homem comum. Cf. WINOCK, Michel. “As idéias políticas”. In: REMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ª edição, Rio de Janeiro : FGV, 2003, pp. 278-9.

5 Denúncia de José Ribeiro Guimarães à Junta de Governo, datada em 02/11/1821. AHU_ACL_CU_013, Cx 151, D. 11688/Anexo (Projeto Resgate de Documentação Histórica *Barão do Rio Branco*. Documentos Avulsos da Capitania do Pará, 1616-1833). Esse mesmo documento foi publicado por Domingos Antônio Raiol em seus *Motins Políticos*, constando em uma nota rodapé (a de número oito), puxada para confirmar o alastramento de uma facção política na província do Pará defensora da independência, sendo Fillipe Patroni considerado um dos “motores” da narrativa cuja lógica estava em apresentar a “evolução do espírito inexorável da liberdade”. RAIOI, *op. cit.* pp. 18-20.

6 Carta da Junta Provisória do Governo da Província do Pará, para o rei D. João VI, sobre a tentativa de rebelião no Pará, datada em 15/11/1821. AHU_ACL_CU_013, Cx 151, D. 11688/Anexo (Projeto Resgate de Documentação Histórica *Barão do Rio Branco*. Documentos Avulsos da Capitania do Pará, 1616-1833).

7 A “Gazeta do Pará” foi pela primeira vez abordada como parte das projeções patronianas do movimento liberal português no reino por Geraldo Coelho, que abordou as relações entre esse material e as apropriações do “vintismo” realizadas por Patroni, visando contribuir para a difusão dos princípios do movimento regenerador, a exemplo do *Mnemosine Constitucional*, periódico gestado pelos integrantes da universidade de Coimbra. Nesse sentido, o foco discursivo desse folheto, que é considerado pelo autor como o primeiro material desse porte a circular no norte do Brasil, era o de criticar o encaminhamento dado aos negócios públicos pelo ministério real, chamados de “Ministros perversos e maus, e que nos acabrunhavam iludindo o Soberano”,

operando a defesa da monarquia constitucional em Portugal seguida da extensão das mesmas conquistas para a Amazônia. GAZETA do Pará, número 2, 02/04/1821. *Apud* COELHO, *op. cit.* pp. 111-148.

8 Ofício de Fillipe Alberto Patroni Martin Maciel Parente para o secretário da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino em Lisboa, datado em 16/04/1821. AHU_ACL_CU_013, Cx 150, D. 11610 (Projeto Resgate de Documentação Histórica *Barão do Rio Branco*. Documentos Avulsos da Capitania do Pará, 1616-1833).

9 Cf. Carta da Junta Provisória do Governo da Província do Pará, para o rei D. João VI, sobre a tentativa de rebelião no Pará, datada em 15/11/1821. AHU_ACL_CU_013, Cx 151, D. 11688/Anexo (Projeto Resgate de Documentação Histórica *Barão do Rio Branco*. Documentos Avulsos da Capitania do Pará, 1616-1833). Os irmãos Vasconcelos solicitaram passaporte e obtiveram o documento em setembro de 1821. Requerimento do estudante da Universidade de Coimbra, João Fernandes de Vasconcelos, para D. João VI, solicitando passaporte com destino ao Pará, levando por companhia seus irmãos Julião Fernandes de Vasconcelos e Manuel Fernandes de Vasconcelos, datado em 11/09/1821. AHU_ACL_CU_013, Cx 151, D. 11661 (Projeto Resgate de Documentação Histórica *Barão do Rio Branco*. Documentos Avulsos da Capitania do Pará, 1616-1833).

10 Esses foram os argumentos utilizados por Chartier para justificar a riqueza de análise histórica que parte do pressuposto de que os binômios *erudito/popular*, *produção/consumo* e *realidade/feição* não podem ser desconectados na análise de uma história das representações sociais. CHARTIER, Roger. “História intelectual e história das mentalidades: uma dupla reavaliação”. In: *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro : Difel/Bertrand Brasil, 1990, p. 54-67.

11 Ofício da Junta Provisória de Governo para o Ouvidor do Pará, datado em 02/09/1822. Códice 740: Correspondências da Junta com Diversos (1822-1823). APEP.

12 Ofício da Junta Provisória de Governo para o Ouvidor do Pará, datado em 18/09/1822. Códice 740: Correspondências da Junta com Diversos (1822-1823). APEP.

13 AHU_ACL_CU_013, Cx 151, D. 11685. (Projeto Resgate de Documentação Histórica *Barão do Rio Branco*. Documentos Avulsos da Capitania do Pará, 1616-1833).

14 Ofício da Junta Provisória para o Doutor Ouvidor Geral do Pará, datado em 19/12/1822. Códice 740: Correspondências da Junta com Diversos (1822-1823). APEP.

15 Todos os revoltosos foram presos, não só Pascoal, mas seus companheiros negros e os condutores da canoa. A ordem dada pela Junta foi para que todos fossem recolhidos para a cadeia pública seguida da abertura imediata de uma devassa para apurar o caso. Ofício da Junta provisória de Governo para o Intendente da Marinha, datado em 22/04/1823. Códice 754: Correspondência da Junta com Diversos (1823). APEP.

16 Ofício da Junta Provisória de Governo para o Ouvidor da Comarca, datado em 15/05/1823. Códice 754: Correspondência da Junta com Diversos (1823). APEP.

17 Circular para os diversos Juizes da Província do Pará, datada em 26/09/1822. Códice 740: Correspondências da Junta com Diversos (1823-1825). APEP.

18 Cf. Ofício do Governador das Armas, José Maria de Moura, para a Junta Provisória do Governo do Pará, datado em 11/07/1822. Códice 736: Correspondências do Comandante das Armas com o Governo (1822). APEP. Um pouco antes, os membros do governo já tinham expressado preocupação semelhante sobre a contenção de soldados desertores e pretos fugidos nas matas próximas à vila de Cameté. Ofícios da Junta Provisória de Governo para a Câmara da Vila de Cameté, datados em 11/05/1822, 17/05/1822, 01/07/1822 e 02/07/1822. Códice 740: Correspondências da Junta com Diversos (1823-1825). APEP.

19 Ofício da Junta Provisória do Governo para o Governador das Armas do Pará, datado em 29/03/1822. Códice 733: Correspondências do Comandante das Armas com o Governo (1822). APEP. A mesma ordem foi dada ao ouvidor geral. Ofício da Junta Provisória de Governo para o Doutor Ouvidor Geral do Pará, datado em 09/05/1822. Códice 740: Correspondências da Junta com Diversos (1823-1825). APEP.

20 Ofício da Junta Provisória de Governo para o Juiz Ordinário da Vila de Óbidos, datado em 27/02/1823. Códice 740: Correspondências da Junta com Diversos (1823-1825). APEP.

21 Ofício da Junta Provisória de Governo para o Juiz de Ourém, datado em 23/04/1823. Códice 754: Correspondências da Junta com Diversos (1823). APEP. Ofício da Junta Provisória de Governo para o capitão Manoel Borges Machado, datado em 24/04/1823. Códice 754: Correspondências da Junta com Diversos (1823). APEP.

22 A perspectiva desses trabalhos se encontra na visão de que, no século XIX, é preciso considerar não somente os elementos de continuidade das transgressões e resistências cotidianas, mas situá-las no contexto de profundas transformações pelas quais passava a política e a sociedade ultramarinas nesse período. Dessas referências, partimos para situar as atitudes populares num plano de mudanças que movimentavam as molas estruturais da sociedade do Grão-Pará no período da independência. Nesse sentido, ver SLENES, Robert W. *Na Senzala uma Flor: Esperanças e Recordações na Formação da Família Escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1999; CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo : Companhia das Letras, 1990; MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: Os Significados da Liberdade no Sudeste Escravista – Brasil, Século XIX*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1998; FLORENTINO, Manolo, e GÓES, José Roberto. *A Paz das Senzalas: Famílias Escravas e Tráfico Atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1997; REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo : Companhia das Letras, 1989, pp 79-98. RIBEIRO, Gladys Sabina. “Pés-de-chumbo” e ‘Garrafeiros’: conflitos e tensões nas ruas do Rio de Janeiro no Primeiro Reinado (1822-1831)”. In: *Revista Brasileira de História: Política & Cultura*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 12, no 23/24, setembro 91/ agosto/92, pp. 141-165; RICCI, Magda Maria de Oliveira. “*Nas fronteiras da Independência*”: um estudo sobre os significados da liberdade na região de Itu (1779-1822), Campinas : Unicamp, 1993 (Dissertação de Mestrado). NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. “Cidadania e participação política na época da Independência do Brasil”. In: *Cadernos CEDES*. Volume 22, no 58, Campinas, dez/2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622002000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 Nov 2007.

23 Requerimento de Maximiano Alves Roza para o Ouvidor do Pará Francisco Carneiro Pinto Vieira de Mello, datado em 01/10/1823. Códice 749: Correspondências de Diversos com o Governo do Pará (1823). APEP.

24 Correspondência do Carcereiro da Cadeia Pública para o Ouvidor do Pará Francisco Carneiro Pinto Vieira de Mello, datado em 16/11/1823. Códice 749: Correspondências de Diversos com o Governo do Pará (1823). APEP.

25 Ofício do Ouvidor da Comarca de Belém Francisco Carneiro Pinto Vieira de Mello, datado em 11/10/1823. Códice 749: Correspondências de Diversos com o Governo do Pará (1823). APEP.

26 Ofício da Junta Provisória de Governo para a Câmara da Vila de Vigia, datado em 24/04/1823. Códice 754: Correspondências da Junta com Diversos (1823). APEP.

27 Ofício do Ouvidor da Comarca de Belém Francisco Carneiro Pinto Vieira de Mello, datado em 07/09/1823. Códice 749: Correspondências de Diversos com o Governo do Pará (1823). APEP.

28 Ofício do Ouvidor da Comarca, Francisco Carneiro Pinto Vieira de Mello, para a Junta Provisória de Governo, datado em 25/11/1823. Códice 749: Correspondências de Diversos com o Governo do Pará (1823). APEP.

29 Cf. Ofício do Guarda-Mor da Alfândega, Ignácio José Pereira, para a Junta Provisória de Governo, datado em 27/01/1823. Códice 752: Correspondências de Diversos com o Governo (1823). APEP.

30 Ofício do Juiz da Alfândega, Jose Thomaz Martins da Silva, para a Junta Provisória de Governo, datado em 07/03/1823. Códice 752: Correspondências de Diversos com o Governo (1823). APEP.

31 Ofício do Ouvidor da Comarca, Francisco Carneiro Pinto Vieira de Mello, para a Junta Provisória de Governo, datado em 08/08/1823. Códice 749: Correspondências de Diversos com o Governo do Pará (1823). APEP.

32 Ofício da Junta Provisória de Governo para Ouvidor da Comarca, Francisco Carneiro Pinto Vieira de Mello, datado em 13/08/1823. Códice 754: Correspondências da Junta com Diversos (1823). APEP.

33 Ofício da Junta Provisória de Governo para o Ouvidor do Pará, datado em 12/09/1823. Códice 740: Correspondências dos Governadores com Diversos (1822-1823). APEP.

34 Ofício do Ouvidor da Comarca, Francisco Carneiro Pinto Vieira de Mello, para a Junta Provisória de Governo, datado em 16/09/1823. Códice 749: Correspondências de Diversos com o Governo do Pará (1823). APEP.

35 Ofício do capitão da polícia Hilário Pedro Gurjão para o governo das Armas do Pará, brigadeiro José Maria de Moura, datado em 25/05/1823. Códice 723: Registros do Comando Militar (1821-1825). APEP.

36 Ofício da Junta Provisória de Governo para o Almirante Inglês John Pascoe Grenfell, datado em 16/10/1823. Códice 758: Ofícios da Junta a Grenfell (1823-1824). APEP.

37 Composto por onze páginas manuscritas, este longo ofício contém uma descrição minuciosa dos eventos que se deram entre os dias 15 e 16 de outubro de 1823, feita ao secretário de Estado dos Negócios do Império. Ofício da Junta de Governo do Pará para o Secretário de Estado dos Negócios do Império, José Bonifácio de Andrada e Silva, datado em 23/10/1823. Códice 757: Correspondências do Governo com a Corte (1823-1824). APEP.

38 Idem, *ibidem*. Domingos Antônio Raiol, o Barão de Guajará, célebre historiador do século XIX, nos deixou um quadro horripilante dos momentos de dor e desespero vividos por esses homens naquela madrugada de 21 de outubro de 1823. Aos gritos de “água, água!”, deram-lhes a água barrenta do rio Guamá; às súplicas por liberdade, jogaram-lhes cal virgem e fecharam as escotilhas para que morressem sufocados. Às sete horas da manhã do dia 22, não mais se ouviram vozes, mas gemidos de dor de quatro sobreviventes, sendo que três deles sucumbiram poucas horas depois. Duzentos e cinquenta e dois corpos foram transportados para as margens do rio até um sítio de sugestivo nome “Penacova”, sendo amontoados e enterrados em uma vala comum, como indigentes. Talvez essa seja a mais famosa descrição das condições em que os soldados se encontravam no porão do Brigue “Palhaço”, que, segundo o autor, se baseia em relatos de testemunhas oculares e dos próprios sobreviventes. RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos da Província do Pará desde o Ano de 1821 até 1835*. 1o Volume, Belém : Editora da Universidade Federal do Pará, 1970, pp. 45-52. Deste episódio também existe uma análise tradicional realizada por Arthur Cezar Ferreira Reis que utiliza esse mesmo documento, abordando as variadas relações existentes entre as independências do Pará e do Maranhão e expondo o que seria na época uma documentação inédita até então. REIS, Arthur Cezar Ferreira. “O Grão-Pará e o Maranhão”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Monárquico*. Vol. II, São Paulo : Difusão Européia do Livro, 1964, pp. 71-172.

39 Ofício do comandante José Justiniano de Moraes para a Junta Provisória de Governo, datado em 10/11/1823. Códice 671: Correspondências de Diversos com o Governo (1814-1823). APEP.

40 Para evitar que esses atrevimentos continuassem, o capitão Joaquim José Jordão pedia mais armamentos e munição, além de mais soldados e mantimentos que pudessem manter uma tropa bem armada e disposta para combater os rebeldes subordinados ao “Maneta”. Em uma primeira tentativa de derrotar o bando e prender o seu chefe, a tropa composta de doze homens tinha sido desbaratada, tendo tido duas mortes, a do marinheiro José Garcia, europeu, e um seu cunhado, além de dois escravos que serviam de equipagem. Ofício do capitão Joaquim José Jordão para o Governo Geral da Província, datado em 10/11/1823. Códice 671: Correspondências de Diversos com o Governo (1814-1823). APEP.

41 Decreto em observância dos indivíduos dissidentes à causa da Independência, datado em 18/09/1822. Códice 686: Correspondências da Metrópole com o Governo (1816-1824), documento 195. APEP.

42 Ofício do comandante Manoel Barroso Bastos para o presidente da Província do Pará, José de Araújo Rozo, datado em 02/08/1824. Códice 783. Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

43 A palavra “revolução” é uma constante na documentação administrativa e militar da província do Grão-Pará desde o fim do século XVIII. No entanto, quando empregada na retórica das autoridades, “revolução” se aproxima do conceito de “desordem”, ou seja, práticas que serviriam para desestabilizar a ordem das coisas. Nesse sentido, a utilização do termo “revolução” é sempre utilizado no sentido negativo, de destruição, de intranquilidade, de desassossego. Para uma discussão acerca do conceito de “revolução”, ver NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. “Revolução: em busca do conceito no império luso-brasileiro”. In: *Anais da VII Conferência Internacional de História dos Conceitos: Diálogos Transatlânticos*. Rio de Janeiro, 7-9 de Julho de 2004, pp. 22-27. Paper disponível em http://200.156.96.110/artigos/guilherme_conferencia.pdf, acessado em 19/11/2007 às 17:13h.

PARTE III

**INDEPENDÊNCIA E
MORRAM OS EUROPEUS!:**

**DA NACIONALIDADE E DA REVOLUÇÃO
POPULARES NO ALVORECER DO IMPÉRIO
NO EXTREMO NORTE DO BRASIL**

CAPÍTULO 9

FABRICAR A NAÇÃO NA AMAZÔNIA

O estudo das feridas da história, de suas paixões e de suas febres sociais, dos estigmas que estas deixam, ainda pode nos ensinar muita coisa sobre a relação patológica que uma sociedade mantém consigo mesma.

A estranheza perturbadora que emana dos fenômenos percebidos por nós (mas também pelos contemporâneos) como insensatos revela as perguntas que o corpo social formula a respeito de sua própria identidade e os perigos que tenta exorcizar segundo o registro de sua época.

(Dominique Julia)

NA ESTEIRA DA CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO NA AMAZÔNIA: ENTRE APORTES TEÓRICOS, HISTORIOGRÁFICOS E AS POSSIBILIDADES DE VISÃO MARGINAL

No dia sete de outubro de 1822, uma reunião extraordinária dos membros da Junta Provisória do Governo da Província do Grão-Pará foi convocada às pressas para discutir propostas de defesa da cidade de Belém em caso de um possível ataque oriundo do Rio de Janeiro. Tendo sido informados que um periódico de São Luis, *O Conciliador do Maranhão*, havia levado ao público um artigo informando que uma flotilha de guerra da Corte havia fundeado na barra da cidade do Recife, com o intuito de forçar a província de Pernambuco a alinhar-se ao governo “nacional” recém-instalado no sul por força e obra do príncipe regente D. Pedro e de seu braço

direito nos assuntos políticos, o ministro plenipotenciário José Bonifácio de Andrada e Silva, os integrantes do governo manifestaram a necessidade de traçar estratégias imediatas para a defesa da província e, principalmente, de sua capital¹. Nessa mesma sessão esteve presente o então governador das Armas, o brigadeiro José Maria de Moura, que desfrutava de grande poder e influência nas decisões políticas da província desde o golpe de 1o de março, que afirmou os laços do Grão-Pará com o projeto constitucional das Cortes Constituintes de Lisboa.

Em que pese ter sido uma notícia ventilada na capitania vizinha sobre uma possível situação que estaria a ocorrer em uma província relativamente distante, os grupos áulicos locais não se fizeram de rogados e, em caráter de unanimidade, decidiram providenciar um pacote de ações que tinha por meta primeira a defesa do porto, posicionando um canhão da Ilha dos Periquitos em frente à Belém, juntamente com o deslocamento da recém construída Fragata Carolina para a vizinhança oeste da Fortaleza da Barra e a formação de uma bateria naval volante situada em Val-de-Cães, que deveria se movimentar para onde melhor conviesse a qualquer momento, além de terem traçado uma rápida reforma nos fortes do Castelo e de São Pedro Nolasco. Em seguida, deveria ser constituído com urgência um corpo de voluntários para integrar as tropas de 1a e 2a linhas, que tinham sido dizimadas pela epidemia de “bexigas” há poucos anos antes, fazendo-se uma proclamação pública para que todos os “paraenses” anuissem ao alistamento.

Embora não descartassem métodos violentos para se fazer o dito recrutamento destinado a reforçar os regimentos da capital, já que “[caso] voluntariamente não concorressem, era de opinião que se obrigassem a isto os que estivessem nas circunstâncias da Lei”, os membros do governo chegaram ao denominador comum de que se proclamasse ao “Povo” para que tomasse conhecimento das idéias e procedimentos que deveriam ser realizados em relação às “Províncias do Sul” e, por meios persuasivos, se incutisse no plano das expectativas coletivas um sentimento espontâneo para “acudirem a Pátria em perigo”. Na dita proclamação, realizada no largo do Palácio em quinze de outubro, os membros do governo discorreram longamente sobre a importância que o significado da Pátria deveria ter na vida de cada cidadão, principalmente depois do “ditoso dia primeiro de Janeiro de 1821”, pois “preenchendo os Votos da Natureza e da Sociedade, mostramos ser dignos Descendentes dos primeiros Lusos, *vinculamos mais estreitamente a fraternidade que enlaça a dispersa lusa gente, e reganhamos uma Pátria*, que se tinha tornado a partilha de um pequeno número de ambiciosos”² (friso nosso).

Parecia ser importante para os detentores do poder do Grão-Pará bater nessa tecla da consolidação de uma compreensão geral que a opinião pública deveria ter em relação aos conceitos de “Pátria” e “Nação” na reordenação político-jurídica propos-

ta pelo constitucionalismo, demarcando mais precisamente o campo de pensamento com relação ao despotismo do Antigo Regime, identificado com o poder pessoal do monarca e de uma estrutura estamental de sociedade, em detrimento da coisa pública. A retórica constantemente utilizada na proclamação não economizava no sentido pedagógico, cuja ênfase recaía sobre as novas bases de “fraternidade” em que deveria se assentar a nação portuguesa, que se destaca no dito documento a seguinte passagem:

Cidadãos Paraenses, a Pátria é o centro da reunião de todas as vontades, as Leis, a Ordem, a Justiça, a equidade e o interesse geral resultante dos interesses particulares, são os inabaláveis alicerces que precedem o amor da Pátria, que convidam o Coração humano a submeter-lhe com prazer a sua vontade e que a sustentam; a união é um atributo dos Povos guiados por tão sublimes princípios; é um poder colossal, que jamais alguém afrontar pode, forma a sua preeminência; *o amor nacional é o mais relevante Capital que uma Nação pode possuir (...)*.

Se todos os homens fossem juntos e virtuosos, *o amor da Pátria seria por si só o suficiente para perpetuar as Nações*; não acontece, porém, assim, e por isso para a sua durabilidade necessitam serem constantemente apoiados na força moral e física dos Cidadãos, em um Governo Constitucional, sempre fundado no interesse dos Povos; a força moral revestida com o nome de opinião pública dirige-se por si mesma, outro tanto não compete; porém a força física, que ainda quando dirigida pelo melhor espírito público, falha não sendo bem regulada. Tal é, Cidadãos, o estado em que nos achamos colocados, temos sobeja força moral, exuberante força física temos; porém, esta necessita ser regulada para melhor se empregar³. (frisos nossos).

Não esqueçamos que toda essa argumentação, mesmo que represente uma reflexão sobre as bases da legitimidade do Estado constitucional, tinha por objetivo contíguo desenvolver um sentimento *patriótico* entre o “Povo” para que voluntariamente se alistasse nas fileiras dos regimentos da capital, na provável iminência de uma guerra civil. Contudo, chama a atenção nesse discurso, o realce dado à definição das idéias de “Pátria” e “Nação”, que pela insistente relação tecida com as noções de “união” e/ou “reunião” de pensamentos individuais, denotava não serem conhecimentos nada elementares para aquela sociedade, antes possuindo diversas e diferentes significações. Não eram, seguramente, simples palavras agrupadas num todo discursivo destinado ao convencimento, mas *conceitos* de grande complexidade

e mobilidade, porque reuniam diferentes totalidades de sentido, que poderiam se expressar em discursos e práticas políticas carregadas tanto de expressões agregadoras como de dispersão⁴.

Assim como não estavam clarividentes para os homens envolvidos no processo político do intrincado contexto da independência as concepções básicas para o asentamento de uma nacionalidade brasileira enquanto um corpo social relativamente homogêneo, não é menos real que as primeiras obras literárias que tiveram como norte dar uma forma ao “Brasil”, construindo-o sob o prisma da história uma memória “nacional”, acabaram eludindo a esse debate. Esses primeiros esforços historiográficos se dispuseram a explicar a constituição do Brasil enquanto uma nação independente estavam situados nos diversos campos dispostos em lugares variados das relações de força entre grupos e partidos políticos que disputavam a primazia do poder. Com isso, a abordagem do passado era realizada a partir de concepções relativamente bem definidas, já que produziam sentidos históricos para a formação “nacional” agregados aos vínculos políticos do presente.

Dois momentos nos parecem fundamentais para encaminhar o debate acerca dos interesses que norteavam a construção histórica e memorial da nacionalidade brasileira, concentrados que estavam no contexto de conflitos políticos. Podemos inferir que, num primeiro momento, pareceu interessante para as instituições monárquicas, que procuravam se firmar no Segundo Reinado, construir um sentido histórico para a “separação política” com a “pátria-mãe” lusitana em que o fabrico da Nação brasileira pudesse ser visualizado a partir do legado deixado pela civilização européia. Nessa lógica, seria pouco instrutivo para as gerações que buscavam o progresso material do país se inspirando nas realizações culturais do Velho Mundo produzir, a partir da década de 1850, uma identidade nacional baseada somente nas contribuições indígenas e africanas, pois a própria constituição étnica dos grupos dirigentes do Império remetia à língua, à religião, ao imaginário social, enfim, às matrizes culturais da antiga metrópole.

Esses primeiros esforços de pensar (e inventar) o Brasil como nação, notadamente o ensaio de Carl Phillip von Martius, com o sugestivo título de *Como se deve escrever a história do Brasil* (1843) e a obra *História Geral do Brasil* (1854) de Francisco Adolfo de Varnhagen, procuravam dar ênfase a um fundamento considerado original da nossa nacionalidade, a de que os pilares sobre os quais foram erguidos o sentimento coletivo de pertencimento a um lugar e a um Estado brasileiros repousavam sobre a civilização européia, notadamente sobre o legado cultural lusitano⁵. Esse primeiro filão historiográfico formal, cujas relações com o Partido Conservador eram incontestes, não negou suas ligações explícitas com os projetos

políticos que o Estado Imperial colocava para a sociedade brasileira, nos quais se incluía a proposta de invenção de uma memória nacional a partir dos parâmetros oficiais representados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), com patrocínio do próprio imperador. A tentativa de transplantar a cultura do Velho Mundo para os trópicos se sobrepunha às questões que realmente assolavam as camadas letradas do país, como a questão da manutenção da escravidão, ficando difícil escamotear as clivagens social e racial que caracterizavam os aspectos identitários da nação que se queria fundar⁶, consolidando uma exegese que passou a ficar conhecida como a “versão saquarema” da história do Brasil⁷.

No mesmo campo de discussão da sociedade monárquica, mas em sentido relativamente oposto, outra matriz historiográfica propunha, num segundo momento, uma interpretação diferente para a formação da nacionalidade brasileira. A constituição da Nação somente se daria a partir da disposição intelectual e política em eliminar o grande fardo do passado português, visto que este criava sérios obstáculos para o progresso nacional e impediria a construção de uma memória genuinamente brasileira. Nesse sentido, a independência se revestia de uma continuidade negativa que influenciava os problemas enfrentados pelo Estado imperial, como a centralização política excessiva e a escravidão, que emperravam o desenvolvimento social e político interno, como o próprio advento da República enquanto regime de governo, haja vista que grande parte das questões pendentes estava situada na mentalidade arcaica de oligarquias conservadoras que rodeavam o imperador e que, de uma forma ou de outra, mantinham influência determinante sobre os gabinetes que timonavam o país.

Assim, foi mantido o pressuposto de que a independência representou certa continuidade com a política lusitana colonial, mas, nessa ótica de embates, uma inversão da visão varnhaguiana começou a se impor, posto que a presença portuguesa nos círculos decisórios do Brasil independente faria parte de uma lógica perversa de dominação histórica que se mantinha viva na monarquia de caráter essencialmente pessoal, em que ao poder público se sobrepunha os interesses particulares, especialmente das camarilhas conservadoras. Essa historiografia crítica colocava, dessa forma, o conflito como sentido geral de interpretação que a história nacional teria que considerar; ressaltava ora o elogio, ora o exame crítico da revolução como elemento central para se compreender as lutas dos povos para a legitimação da “soberania popular” em meio aos embates sociais de 1850 em diante. Obras de grande envergadura intelectual - como *O Libelo do Povo* (1849) de Francisco Sales Torres Homem, *Os males do presente e as esperanças do futuro* (1860) de Aureliano Cândido Tavares Bastos e *Um estadista no Império* (1893-1894) de Joaquim Nabuco, somente para citar alguns dentre os mais

representativos, procuraram dar diferentes visibilidades, embora divergentes, aos movimentos sociais que desde os tempos coloniais buscaram impor limites ao domínio lusitano, passando pelas lutas de independência e desembocando nos graves conflitos regenciais e do Segundo Reinado até as vicissitudes do advento da República⁸.

Nas relações de força dispostas no cenário político das Regências e do Segundo Reinado, essa escrita histórica também tinha seu lugar relativamente bem definido, notadamente os espaços de discussão dos intelectuais ligados às diversas tendências políticas do Partido Liberal. Nesse sentido, as obras que defendiam o distanciamento das raízes portuguesas na constituição de uma identidade nacional e a singularidade do Brasil diante das nações americanas e européias, utilizavam uma retórica claramente política que pudesse fazer frente aos embates vividos no presente da sociedade monárquica, em especial a luta para impor limites ao Poder Moderador e ao partido que o mantinha fortalecido desde o fechamento da Assembléia Constituinte de 1823 e a outorga da Constituição “mandioqueira” de 1824. A obra dos integrantes do Partido Liberal, fossem aderentes da ala dos “moderados” ou da dos “exaltados”, passaram a ser interpretadas fora da lógica da mera oposição anárquica à evolução natural da monarquia constitucional, para ser apreendida, em seus mais diversos matizes, como produto de políticas vigorosas que serviram de lastro para o amadurecimento do regime monárquico ou para a preconização do republicanismo⁹.

Esses dois troncos historiográficos não somente se digladiavam na arena das reflexões sobre a formação e o caráter da nação brasileira, fosse essa tributária de uma herança portuguesa ou uma formação *sui generis* frente a qualquer outra nação ocidental, como também representavam as principais pendências da sociedade monárquica em seu próprio desenvolvimento político, econômico, social e cultural, ou seja, refletiam suas imagens no seu próprio espelho. Malgrado essas discussões muitas vezes terem desaguado em francas oposições no interior da “sociedade política” imperial, não podemos deixar de reconhecer que esses intérpretes do Brasil firmaram sólidas e duradouras tradições no pensamento histórico do país, influenciando várias gerações da produção acadêmica que, por diferentes referenciais teóricos, continuaram dispensando atenção ao “sentido” da nacionalidade brasileira até, pelo menos, a década de 1960, quando outros leques de fontes primárias passaram a ser exploradas e uma série de desvios acabaria por questionar as bases fundamentais dessas duas premissas¹⁰.

Contudo, sugerimos que essas matrizes interpretativas que buscaram examinar e expor as linhas mestras da formação da nacionalidade brasileira no Império centraram o foco de suas lentes unicamente no plano institucional das relações sociais, onde a ação dos grupos dirigentes tinham assento e suas práticas políticas possuíam

espaço para adquirir corpo e significados decisórios. Isso perpassa a própria definição negativa com que citavam o conceito de “revolução” no palco dos embates políticos, pois, seja qual fosse a vinculação política dos escritores, se o Partido Conservador ou o Partido Liberal, todos concordavam em pelo menos um ponto, a primazia da ação política não poderia estar nas mãos do “populacho”, ou de qualquer facção que propusesse uma aliança com esses grupos da “baixa esfera”, que, desprovidos de ciência e razão, embrutecidos pelos séculos de cativeiro, representavam a face horrorosa da anarquia, além do perigo de desagregação das instituições monárquicas, encarada sob a imagem da “civilização” *versus* a “barbárie”.

Outrossim, coloriram com tons demasiadamente claros o quadro político dos tempos emancipacionistas, cujos traços e feições poderiam não estar tão nítidas para os contemporâneos, acabando por reificar a noção do *movimento de independência*, em que os objetivos de romper as relações políticas com Portugal já estavam como que pré-configurados para os grupos de gabinete que almejavam espaços no rol de relações do imperador. Daí a noção de inevitabilidade com que muitos autores procuraram envolver a independência, pois pensar o movimento político que redundou no esgarçamento dos laços com a antiga metrópole requeria, fundamentalmente, considerar a existência de *uma* identidade nacional, ou seja, uma comunidade formada a partir de um patrimônio cultural comum, no caso, o Brasil.

Aliás, justamente tentando evitar uma fragmentação semântica dos conceitos que deveriam perfazer a base doutrinária do constitucionalismo português na Amazônia, os grupos palacianos da província decidiram colocar a “Proclamação aos Paraenses” nesses termos, evitando que à homogeneidade social necessária para a manutenção do sentido de “Pátria” e “Nação” agisse a multiplicidade de identidades políticas coletivas que, para utilizar um trocadilho simples com o documento, “enlaça [e] dispersa a lusa gente”. Na realidade, pouco de localismo ou regionalismo tinha nessa constatação, pelo que fica difícil não considerarmos que, especificamente nesse contexto político em que as instituições carregavam lógicas e dispositivos tanto da ordem colonial que se desagregava como da nova ordem constitucional que se queria consolidar, essas definições dotadas de grande movimento atingiam todo o mundo luso-brasileiro, sobretudo após a instalação do Estado Imperial português no Rio de Janeiro¹¹.

A provisoriidade com que essas noções se revestiam no seio da cultura política erudita da segunda década do século XIX representa um dos sintomas diretos da própria instabilidade e imprevisibilidade que se apoderava dos espíritos que estavam à frente das instituições ainda indefinidas do Estado em formação¹². Nesse sentido, os acontecimentos que iam sendo construídos no decurso da política institucional se entrecruza-

vam com a construção de sentidos produzidos pelos sujeitos envolvidos, empurrando a realidade para um terreno de indefinição quanto ao futuro, deslocando a categoria do “movimento social” para a do *processo de independência*, isto é, para o imprevisível. Na simultaneidade com que os múltiplos aspectos do real se colocavam diante da compreensão dos contemporâneos, não havia como aludir a um desfecho previsível das relações com Portugal e, muito menos, possuir uma visão de conjunto confiável que pudesse servir de lastro para um mapeamento menos impreciso do devir político, em que pensar a existência de uma nação em termos acabados nessa conjuntura específica da história brasileira pode significar a queda do historiador no atraente território do anacronismo¹³.

Por outro lado, não seria exatamente uma novidade mais uma vez afirmarmos que nesses paradigmas explicativos a excelência da ação política não cabia aos integrantes das “baixas esferas” da sociedade, retirando-se qualquer tipo de visão ou de apropriação do real que esses grupos marginais pudessem produzir no seio dos embates que se enunciavam nos lugares institucionalizados, deslocando-os exatamente da mesma forma que as autoridades públicas tentaram fazer quando se referiam às desordens protagonizadas por índios, negros, mestiços e brancos pobres, fossem livres, forros ou cativos. A escrita histórica vem avançando nessa discussão¹⁴, mas a passos lentos e cautelosos sobre uma superfície completamente irregular e movediça, onde estava situada a “nacionalidade” nos ditos fabricados nas bordas da “sociedade política”.

A leitura da documentação referente à conjuntura de crise do antigo sistema colonial no Grão-Pará, e das instituições que lhes servia de base, logo nos conduz a uma realidade que não parecia ser nada estranha para as camadas marginalizadas. Embora as autoridades provinciais se fizessem de moucas aos brados provenientes desses lugares comuns da vida cotidiana nas vilas e em seus arredores, assim como nas pequenas povoações, representações construídas por esses sujeitos não deixam dúvida de que tinham consciência da transformação anunciada por um possível desligamento do império português. Isso, no entanto, não se traduzia fundamentalmente numa visão estrutural da política do Grão-Pará em sua relação com Lisboa, embora manifestações circunstanciais possam ser relacionadas a esse nível, sendo que grande parte das expectativas coletivas populares estavam circunscritas às micro-realidades variadas construídas, em seus fios de solidariedades e conflitos, no universo de relações sociais tecidas nas localidades onde residiam e/ou trabalhavam.

Contudo, essa pluralidade de tramas miúdas que se desenrolavam com traços singulares nos mais diversos pontos do Estado do Grão-Pará e Rio Negro poderia se articular em movimentos sociais e políticos mais abrangentes, revelando aguçados níveis de comunicação que se projetavam sobre o espaço da província e que, quase

sempre, escapavam à compreensão institucional. Os eventos políticos localizados no biênio 1823-1824 no extremo norte, notadamente a grande sedição iniciada em Belém e espaiada para a vila de Cameté e daí para outros tantos povoados ao longo dos rios Amazonas, Tocantins, Xingu, Tapajós e Gurupi-Turi podem abrir outro leque de interpretações sobre o processo de independência e da construção da “nacionalidade” brasileira, que veicule as atitudes dos grupos marginais ao contexto mais amplo das lutas políticas que tanto impingiam a realidade interna para a desagregação do império luso-brasileiro, como abriam possibilidades firmes de participação popular no reordenamento do Estado independente, que se utilizava com convicção do discurso liberal.

Os lances desses levantes são simplesmente surpreendentes nesse momento, o que também serve de indício para se pensar as pressões e os protestos populares para cá de outro grande marco historiográfico amazônico, o da Cabanagem (1835-1840)¹⁵. A irrupção de fraturas e oposições no interior do processo de acomodação das estruturas políticas do Brasil independente indica ainda o quanto de complexidade existe para se refletir, especialmente no que tange aos projetos originais de revolução, que não podem ser considerados como meras invenções das camadas dirigentes para justificar pedidos de verbas e tropas para as cortes de Lisboa ou ainda servir como retórica de barganha por cargos ou privilégios perante a configuração política que se delineava no Rio de Janeiro.

Mesmo as “criações” e os possíveis exageros que porventura estivessem inscritos no discurso oficial sobre as rebeliões no Grão-Pará do alvorecer do Império não podem nos desviar de outros importantes elementos presentes nesses mesmos discursos, como o temor da desordem e o receio sobre o crescimento da “anarquia”, sem os quais tenderemos a cair naquilo que E. P. Thompson denominou de “visão espasmódica”. Segundo essa categoria de análise, dificilmente poderia se considerar as ações da gente comum como sendo conscientes e deliberadas antes da Revolução Francesa, imiscuindo-se sempre como impulsivas, sendo auto-ativadas por reações a estímulos eminentemente econômicos¹⁶, como na equação fome = motins da fome¹⁷. No caso da Amazônia, a julgar pelas impressões das autoridades públicas e da historiografia clássica oitocentista¹⁸, as ações dos homens e mulheres comuns não teriam qualquer racionalidade, mesmo que, inconscientemente, lhes conferissem importância e significados estritamente políticos.

Não estamos, portanto, querendo sugerir aqui que problemas básicos que eram vividos pelas camadas marginalizadas da sociedade - como a escassez de alimentos, de terras, de postos de trabalho bem remunerados dentro e fora das instituições formais, e principalmente a questão escravista - passavam ao largo das discussões mais

amplas da Independência e da construção do Estado e da nação “brasileiros”. Também não podemos, por outro lado, fechar nosso campo de possibilidades e dar todos os créditos àquelas abordagens que simplesmente confinam as expectativas e esperanças desses grupos a uma “perspectiva barroca de mundo”, isto é, à noção de que os protestos políticos dos extratos empobrecidos possuíam lógica definida na aquisição de cargos, patentes, soldos, privilégios e promoções, que poderiam melhorar suas condições básicas de vida e facilitar-lhes a ascensão social nos quadros tradicionais do *Ancien Regime*¹⁹. Isso representa polarizar a questão entre as supostas coletivas reações biológicas e as motivações políticas atomizadas, diluindo qualquer desvio que possa indicar a existência de redes de solidariedades amplas e de projetos políticos mais ou menos comuns, sendo as ações dos grupos situados nas camadas menos favorecidas da hierarquia social, sempre levadas à reboque dos objetivos daqueles que detinham ou almejavam o poder político.

Todas essas questões estavam, sem dúvida, na ordem do dia para índios, pretos e pardos da Amazônia. Mas, não era só isso. Como propomos abordar a movimentação desses sujeitos dentro de configurações políticas estritamente ligadas à questão da nacionalidade e da construção do Estado independente em diferentes regiões da província, tivemos que considerar também as possíveis lógicas originais que orientavam as práticas de revolução, especialmente a *visão moderna* sobre como deveriam ser as instituições num momento em que o discurso oficial utilizava correntemente as expressões “povos” e “brasileiros”. É claro que essa visão moderna não significa completo desapego do passado colonial, antes servindo como uma categoria reorientadora das atitudes coletivas marginais no quadro de avanço das utopias revolucionárias no Grão-Pará, que, trazendo à tona embates conhecidos do passado, influenciava perspectivas que também apontavam para o futuro visionário de “liberdade”²⁰. Trataremos, portanto, menos da forma do que das *motivações* dessas sedições marginais, o que já é o suficiente para sublinhar um pouco mais a linha demarcatória em relação às revoltas anteriores a 1789.

O conceito moderno de revolução está inextricavelmente relacionado à noção do advento de algo novo, nunca antes praticado na História. A novidade que circunda e compõe o cenário político que marcou a conjuntura da independência no Grão-Pará estava, sobretudo, na ligação direta que a revolução tinha com a *Liberdade*. O engajamento das “baixas esferas” da sociedade no processo político não se dava somente pelo viés da libertação, ou seja, pelo projeto negativo de liberdade, contrário às instituições consideradas tirânicas do Antigo Regime, mas por uma construção mais ampla, em que esse sentimento de livre arbítrio precisaria ser praticado, sobretudo, como um direito inalienável do homem, colocada como participação nas coisas públi-

cas ou como admissão no mundo político. Com isso, o conceito de “revolução” deixa de ser aquela noção astronômica que indicava uma eterna recorrência para a ordem das coisas, o que abarcava as antigas idéias de “revolta” e “rebelião”, para abranger o significado mais profundo de desordenamento, seguido da construção da novidade, que poderia ser um novo governo ou novas regras do jogo político, enfim, o imprevisível, submetido ao construto irregular dos homens²¹.

Finalmente, não estamos tratando somente de ficção, mas de representações e práticas políticas absolutamente reais, enredadas que estavam na complexidade de uma conjuntura completamente imprevisível. Nesse caminho, a independência não foi nem início e nem ponto final de movimento algum, mas representou uma baliza política que, no limite, serviu para levantar a poeira dos conflitos coloniais e produzir um ambiente completamente possível por onde o plano geral da revolução poderia se expandir. Nesse conjunto de intrincados eventos, portanto, pretendemos apresentar aqui um retrato, mesmo que parcial, dos levantes políticos que assolaram a realidade provincial entre outubro de 1823 e novembro de 1824, momentos em que tudo e nada tinham sentido e, por isso mesmo, eram expressos na provisoriade de um futuro incógnito. Não temos dúvida de que, ao fim desta narrativa, nossa trajetória de análise seguramente também se inscreve, segundo a expressão de Carlos Guilherme Mota, em uma “viagem incompleta”.

Notas

1 Cf. Ata da reunião extraordinária dos membros da Junta Provisória do Governo Civil da Província do Grão-Pará, datada em 07/10/1822. AHU_ACL_CU_013, Cx. 157, D. 11988. (Projeto Resgate de Documentação Histórica *Barão do Rio Branco*. Documentos avulsos da Capitania do Grão-Pará).

2 Idem, p. 2 e 3.

3 Idem, p. 4.

4 As reflexões de Reinhart Koselleck e John Pocock sobre a subjetividade que permeia os sentidos variados que caracterizam os conceitos políticos, servindo como um método para enriquecer análises que tratam das divisões entre projetos políticos foram fundamentais para que configurássemos essa questão para o estudo da formação da nacionalidade brasileira a partir de diferentes lugares sociais. POCOCK, John. *Linguagens do ideário político*. São Paulo : EDUSP, 2003; KOSELLECK, Reinhart. In: *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro : Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

5 VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil*. 1º volume, Rio de Janeiro, Laemmert, 1854; *História da Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1916; MARTIUS, Carl Phillip von. “Como se deve escrever a história do Brasil”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 6 (24), 1845, pp. 381-403.

6 Dois trabalhos de análise historiográfica centrados na relação entre a independência e a formação da nação brasileira a partir da segunda metade do século XIX serviram como base para que colocássemos a discussão nesses termos. ROWLAND, Robert. “Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional no Brasil independente”. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo : Hucitec/Ed. Unijuí/Fapesp, 2003, p. 365-6; COSTA, Wilma Peres. “A independência na historiografia brasileira”. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo : Hucitec/Fapesp, 2005, p. 56-60. Outro quadro bem geral desses debates sobre a emergência de uma “identidade” nacional brasileira na historiografia que procurou definir o “ser português” e o “ser brasileiro” no contexto da Independência até o 7 de abril de 1831 com a abdicação de D. Pedro I pode ser encontrado em RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Faperj, 2002, pp. 27-143; MOTA, Carlos Guilherme. “Idéias de Brasil: formação e problemas (1817-1850)”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.) *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000): Formação: histórias*. São Paulo : Editora Senac São Paulo, 2000, pp. 228-234.

7 Para uma análise pormenorizada dessa historiografia “saquarema” e suas implicações para as interpretações dominantes na produção histórica imperial que procurou dar sentido ao Brasil, continua se impondo, no nosso entender, a obra fundamental de Ilmar Rohloff de Mattos, que mergulhou em parte do pensamento oitocentista para discutir as questões que foram selecionadas e traduzidas sob a forma de objetivos, isto é, aos problemas referentes ao Estado imperial, à camada senhorial e aos dirigentes “saquaremas”, como construção historicamente determinada, e não como noções e conceitos previamente dados. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a Formação do Estado Imperial*. 5ª edição, São Paulo : Hucitec, 2004. Outro texto que discorreu sobre a historiografia “saquarema” e suas teses sobre a evolução da sociedade pernambucana no contexto da independência e do Império foi o de Evaldo Cabral de Mello, para quem se forjou uma imagem de “separatismo” para Pernambuco, que a própria historiografia regional acabou encampando como um mito. MELLO, Evaldo Cabral de. *A ferida de Narciso: ensaio de história regional*. São Paulo : Editora SENAC São Paulo, 2001.

8 Izabel Marson delineou as principais matrizes do pensamento liberal durante as regências e o segundo reinado, centrando o foco em algumas obras-chaves que propunham a interpretação do Brasil a partir do *continuum* revolucionário, como as obras de Torres Homem, John Armitage, Teóphilo Ottoni, Justiniano José da Rocha e Joaquim Nabuco. MARSON, Izabel Andrade. “O império da revolução: matrizes interpretativas dos conflitos da sociedade monárquica”. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 3ª edição, São Paulo : Contexto, 2000, pp.73-101. Ver também linhas desse debate em QUEIRÓZ, Sueli Robles de. “Escravidão negra em debate”. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 3ª edição, São Paulo : Contexto, 2000, pp.103-118; COSTA, *op. cit.*, p.60-4; ROWLAND, *op. cit.*, p. 373-6; RIBEIRO, *op. cit.*, 27-143.

9 Marson chama a atenção para esse aspecto, situando bem o lugar de cada obra historiográfica produzida no contexto regencial e do segundo reinado, mostrando que ora as interpretações políticas dos autores liberais pendiam para a defesa da monarquia constitucional como regime constitucional (como foi o caso de John Armitage, Justiniano José da Rocha e Joaquim Nabuco), com o projeto da conciliação entre a monarquia e a “republicanização” (caso da obra de Teóphilo Ottoni) e para os que criticavam peremptoriamente a monarquia, mas argumentando em favor da importância que a manutenção da ordem teve para a manutenção da unidade nacional (como bem interpretou F. S. Torres Homem, o *Timandro*). MARSON, *op. cit.*

10 Cf. MARSON, *op. cit.*, p. 100; COSTA, *op. cit.*, p. 85-9.

11 As reflexões que os autores István Jancsó e João Paulo G. Pimenta propuseram sobre as *identidades políticas coletivas* que caracterizaram o jogo político, sobretudo entre o fim do século XVIII e a crise do projeto do império luso-brasileiro, foram de extrema importância não somente para conduzirmos a narrativa a partir dessas inflexões conceituais, como para pensarmos também as possíveis lógicas construídas pelos grupos marginalizados da “sociedade política” amazônica. JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo G. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.) *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000): Formação: histórias*. São Paulo : Editora Senac São Paulo, 2000, pp. 127-175. Mesmo os conceitos principais para a formação da nacionalidade ainda se encontravam em terrenos móveis de interpretação, contendo elementos da velha e da nova ordem. GUERRA, François-Xavier. “A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades”. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec/Ed. Unijuí/Fapesp, 2003, pp. 33-60.

12 Utilizamos-nos de algumas ricas análises de historiadores que se dedicaram à compreensão do processo de formação dos Estados e das nações na América Espanhola onde também os conceitos do constitucionalismo e dos próprios Estados republicanos emergentes não indicavam qualquer tipo de desvinculação com o passado do Antigo Regime, antes servindo aos discursos e práticas de diversos partidos e tendências políticas que discutiam a questão da nacionalidade sobre terrenos extremamente móveis e difusos. Cf. HESPANHA, Antônio Manuel. “Pequenas repúblicas, grandes Estados. Problemas de organização política entre o antigo regime e o liberalismo”. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo : Hucitec/Ed. Unijuí/Fapesp, 2003, p. 93-108; HERZOG, Tamar. “Identidades Modernas: Estado, comunidades e nação no império hispânico”. In JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo : Hucitec/Ed. Unijuí/Fapesp, 2003, p. 109-139; GUERRA, François- Xavier. *Modernidade e Independências: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. 2a edición, México : Fondo de Cultura Económica/Editorial Mapfre, 1993.

13 As observações críticas de Evaldo Cabral de Mello sobre a origem “separatista” na historiografia pernambucana encaminham, juntamente com as reflexões de Jurandir Malerba, o debate teórico para a necessidade de se desvincular a formação do Estado brasileiro da formação da Nação estão na ordem do dia da historiografia, atentando para os elementos inventivos da historiografia imperial. MELLO, *op. cit.*, p. 69-90. MALERBA, Jurandir. “Esboço crítico da recente historiografia sobre a independência do Brasil (c. 1980-2002)”. In: _____ (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2006, pp. 23-8.

14 Entendemos que existe uma enorme diferença entre discutir a participação das camadas populares no processo de independência e suas *apropriações* desse mesmo processo, pois o primeiro viés situa as práticas sociais desses sujeitos a partir da lógica institucional, o que não acontece no segundo, que prioriza as possíveis visões de mundo não-institucionais produzidas nos intervalos simultâneos entre o espaço público, visto de forma ampla, e os lugares relacionados ao poder político e seus grupos dirigentes. Nesse sentido, ver os diversos trabalhos que vêm propondo uma inversão no ângulo de visão da independência, focando cada vez mais as ressignificações “populares”. REIS, João José. “O jogo duro do Dois de Julho: o ‘partido negro’ na independência da Bahia”. In: REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo : Companhia das Letras, 1989, pp 79-98; RIBEIRO, Gladys Sabina. “Pés-de-chumbo’ e ‘Garrafeiros’: conflitos e tensões nas ruas do Rio de Janeiro no Primeiro Reinado (1822-1831)”. In: *Revista Brasileira de História*, 23-24, 1991-92, pp. 141-65; RICCI, Magda Maria de Oliveira. “*Nas fronteiras da Independência*”: um estudo sobre os significados da liberdade na região de Itu (1779-1822). Campinas : Unicamp, 1993 (Dissertação de mestrado); KRAAY, Hendrik. “Muralhas da independência e liberdade do Brasil: a participação popular nas lutas políticas (Bahia, 1820-1825)”. In: MALERBA, Jurandir. (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2006, pp. 303- 342; SILVA, Luiz Geraldo. “Negros patriotas. Raça e identidade social na formação do Estado-nação (Pernambuco, 1770-1830)”. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo : Hucitec/Ed. Unijuí/Fapesp, 2003, pp. 497-520; GOMES, Flávio dos Santos. “Fronteiras e mocambos: o protesto negro na Guiana Brasileira”. In: _____(org.). *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVIII-XIX*. Belém : Editora Universitária/UFPA, 1999, pp. 225-318.

15 Esse campo de estudos tem revelado a importância de se considerar mais seriamente muito dos movimentos sociais anteriores à Cabanagem, que ganharam status de sedições políticas, dado o grau de imprevisibilidade que instigavam na política institucional. Embora partindo de referenciais diferentes e considerando em maior ou menor grau a participação da sociedade marginal no processo de independência na Amazônia, alguns trabalhos têm contribuído sobremaneira para dar maior visibilidade aos protestos e pressões de baixo. Conferir, nesse sentido, os trabalhos de RICCI, Magda Maria de Oliveira. “O Fim do Grão-Pará e o Nascimento do Brasil: Movimentos Sociais, Levantes e Deserções no Alvorecer do Novo Império (1808-1840)”. In: DEL PRIORE, Mary e GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Os Senhores dos Rios: Amazônia, Margens e História*. Rio de Janeiro : Elsevier, 2003, pp. 165-193; LIMA, Ana Renata Rosário de. *Revoltas Camponesas no Vale do Acará – Grão-Pará (1822-1840)*. Belém : Naea/UFPA, 2002 (Dissertação de Mestrado); MACHADO, André Roberto de Arruda. *A quebra da mola real das sociedades: a crise política do Antigo Regime Português na província do Grão-Pará (1821-1825)*. São Paulo : Universidade de São Paulo, 2006 (Tese de Doutorado).

16 Cf. THOMPSON, Edward Palmer. “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII”. In: *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo : Companhia das Letras, 1998, p. 150. Para uma interessante análise historiográfica em França sobre a racionalidade das revoltas populares

para além dos comportamentos “espasmódicos”, ver JULIA, Dominique. “A Violência das Multidões: É Possível Elucidar o Desumano?”. In: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (orgs.). *Passados Recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro : Editora UFRJ/Editora FGV, 1998, p. 221-5. Para uma discussão sobre as classes e suas relações com os modelos explicativos estruturais da historiografia marxista inglesa e francesa, ver THOMPSON, E. P. “Modos de dominação e revoluções na Inglaterra”. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios*. Campinas : Editora da Unicamp, 2001, pp. 203-226.

17 A primeira resposta que Thompson elaborou sobre as críticas do meio intelectual britânico à sua concepção de cultura e de protesto popular contidos nos chamados “motins da fome” do século XVIII não dispensou a ironia – como a que Dale Williams tratou da questão em um pequeno ensaio intitulado “Os amotinados da ‘fome’ realmente tinham fome?” - e prontamente sugeriu que ao levar em consideração a validade dessa equação estaríamos justamente concluindo a investigando no ponto em que a mesma ganha real interesse cultural ou sociológico sério. THOMPSON, Edward Palmer. “A economia moral revisitada”. In: *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo : Companhia das Letras, 1998, p. 205.

18 Notadamente, BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Belém : Universidade Federal do Pará, 1969; RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos: ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. 1º volume, Belém : Universidade Federal do Pará, 1970.

19 Essa categoria de análise tende, ainda, a considerar os protestos somente no nível institucional, não servindo como parâmetro para se compreender as experiências políticas num espaço público mais amplo, notadamente aquele situado fora da esfera do Estado. BLACKBURN, Robin. *The making of New World slavery; from the baroque to the modern (1492-1800)*. London : Verso, 1997, p. 20-5. Luiz Geraldo Silva utilizou essa categoria no subtópico de um de seus textos intitulado “pretos e pardos no mundo político” para compreender o posicionamento dos negros livres na conjuntura política pernambucana de 1817, argumentando o porquê de esses agentes terem primeiramente endossado o projeto autonomista para depois se conformarem com o projeto imperial do Rio de Janeiro, como foi o caso do coronel Pedro da Silva Pedroso. SILVA, Luiz Geraldo. “O avesso da independência: Pernambuco (1817-24)”. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2006, pp. 373-8.

20 Foi com esse sentido que apreendemos alguns interessantes estudos sobre as variadas redes de sociabilidades modernas nas contestações políticas de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco entre meados do século XVIII e 1817. JANCÓS, István. “A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII”. In: NOVAIS, Fernando A. e SOUZA, Laura de Mello e. *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. Volume 1, São Paulo : Companhia das Letras, 1997, pp. 387-437; FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. “Quando os motins se tornam inconfidências: práticas políticas e idéias ilustradas na América portuguesa”. In: MENEZES, Lená Medeiros de, ROLLEMBERG, Denise e MUNTEAL FILHO, Osvaldo (orgs.). *Olhares sobre o político: novos ângulos, novas perspectivas*. Rio de Janeiro : EdUERJ, 2002, pp.135-145; FURTADO, João Pinto. “Das múltiplas utilidades das revoltas: movimentos sediciosos do último quartel do século XVIII e sua apropriação no processo de construção da nação”. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2006, pp. 99-121.

21 As reflexões de Hannah Arendt sobre as mudanças do conceito de “revolução”, após os processos revolucionários da segunda metade do século XVIII, são interessantes por indicarem a clara noção do imprevisível. Essa mudança, segundo a autora, foi acontecendo no curso dos acontecimentos, quando a noção de retorno ao passado foi chegando ao limite, até que se perdeu definitivamente, levando os contemporâneos a ter que pensar e agir sobre uma perspectiva de futuro completamente indeterminada. A consciência do novo ou de que deveria ser construída uma nova ordem para as coisas gerou novas práticas e um novo vocabulário político, em que velhos conceitos foram revestidos de novos significados. ARENDT, Hannah. *Da Revolução*. 2ª edição, São Paulo : Ática; Brasília : Editora da Universidade de Brasília, 1990, p. 23-38.

CAPÍTULO 10

A PÁTRIA INDEPENDENTE E A “PAIXÃO PELA ANARQUIA”

DA CRISE DE AUTORIDADE ÀS UTOPIAS ESPERADAS: SER CIDADÃO NO IMPÉRIO SEGUNDO AS PERSPECTIVAS DE BAIXO

Um caso no mínimo curioso foi tema de uma correspondência oficial enviada pelo magistrado da Vila de Joanes, na ilha do Marajó, para o presidente da província do Grão-Pará em agosto de 1824. No dia seguinte ao de sua posse no cargo de Juiz Presidente da câmara municipal no pequeno núcleo urbano da ilha, Joaquim Ângelo Gonçalves se deparou com uma situação nova para ele. No curso de seu primeiro expediente na vara do julgado, o magistrado se deparou, andando pelos corredores da câmara, com um soldado da artilharia imperial que passeava aparentemente sem qualquer preocupação pelo prédio, o que já fazia sem ser incomodado desde, pelo menos, novembro do ano anterior, andando por todos os lugares públicos da vila.

O estranhamento do juiz Gonçalves foi imediato, pois uma conduta como aquela estava completamente fora dos padrões de disciplina e de outras exigências militares desde tempos muito antigos. De pronto, perguntou ao soldado quem tinha lhe concedido o direito de andar livremente pelos cantos da vila e investido de que autoridade ele fazia aquilo. O soldado respondeu-lhe que possuía uma licença dada pelo seu chefe, o que levou o magistrado a exigir que lhe mostrasse o dito documento imediatamente. Não o tendo em seu poder no momento, o soldado retornou com a licença em mãos, devidamente selada e despachada por outra autoridade judiciária do lugar. Sem receio ou temor, o soldado entregou a

licença para Gonçalves, que, com grande surpresa e escândalo, percebeu que fora escrita de próprio punho pelo militar¹. A cena foi tão abruptamente absurda para o juiz, que o levou a consultar o presidente da província sobre como proceder nessa situação e esperar por uma ordem expressa que o orientasse a como agir diante do comportamento do furriel Jorge de Assunção.

Tal atitude de dúvida diante de um militar inferior, no entanto, não era exatamente uma novidade, pois “a insubordinação e a altivez reinam tanto nesta Vila que já não pode ser mais”. Para comprovar sua argumentação quanto à falta de respeito à autoridade constituída, o funcionário público enviou uma relação² de todos os praças que, em igual atitude, também vagavam pela vila da Vigia, por Joanes e “mais Partes desta Província”. Nessa listagem, contavam-se trinta e três soldados dados como “ausentes” da milícia, ou seja, não estavam prestando regularmente serviços na tropa da vila e tampouco poderiam ser considerados oficialmente como desertores, em uma espécie de condição intermediária entre o permitido e o interdito. Esse estado de coisas deixava perplexo o magistrado, fazendo-o concluir o seu relato da seguinte forma:

(...) Eu me persuado que mais de uma vez é de ver-me obrigado a lançar mão de medidas extraordinárias a fim de restabelecer a tranqüilidade Pública e garantir a proteção de V. Ex.a, que a cada Passo receio atacada *por causa da ignorante inteligência que dão ao Nome independência, liberdade e igualdade, que a encaram sem limites*. Essas fontes da onde impetuosamente correm tão pestíferos venenos e sem ferir o que se deve arrancar das imaginações de tantos ignorantes revoltosos³. (friso nosso)

Quais seriam os fundamentos de tão “escandaloso” comportamento? Que lógica os soldados do corpo de ligeiros utilizavam para agir dessa maneira? Parece que esse caso descrito pelo juiz presidente de Joanes, havia quase um ano da celebração oficial da independência do Grão-Pará, sugere indícios bastante interessantes para essa discussão. Em primeiro lugar, parece ser revelador o não-dito que permeia essa peça, ou seja, o fato de a “insubordinação e a altivez” não serem restritas aos soldados, mas indicarem que eram práticas relativamente difundidas entre a população “de cor” do Marajó, notadamente a “indômita raça indígena” que, ao que parece, não tinha qualquer estranhamento ao ver que soldados se locomoviam livremente pelo espaço da vila e mesmo da província⁴. Por outro lado, chama-nos a atenção o tipo de abordagem que a própria autoridade fez da situação, visto que a definiu como sendo a de um completo desconhecimento sobre o que significaria a Independência brasileira, assim como

seus princípios basilares de liberdade e igualdade. Nessa ótica, as lógicas construídas pelos homens comuns, fossem investidas ou não das insígnias da autoridade militar, não seriam compreendidas para além de uma “ignorante inteligência”.

Não obstante o entendimento oficial sempre cuidasse de enclausurar as atitudes e comportamentos das camadas não-brancas no espaço do iletramento, sendo este definido como incapacidade completa de traduzir a realidade em termos considerados corretos, as formas de perceber a conjuntura política vindas das bordas sociais muitas vezes se impunham e poderiam subitamente causar a incompreensão dos representantes do poder político. O que estava em jogo nesses acontecimentos circunstanciais não se restringe às representações políticas que as “baixas esferas” sociais fabricavam sobre a independência, mas, e fundamentalmente, sobre que princípios deveriam investir de legitimidade o novo Estado que estava sendo construído após as lutas de emancipação que tinham marcado o cotidiano e as expectativas desses sujeitos nos dias e anos anteriores.

Com isso, os pilares da nova ordem, centrados nos princípios de “liberdade” e “igualdade”, exaustivamente presentes nos ditos públicos que eram veiculados nos impressos e nos pregões de rua, iam sendo apreendidos para além das delimitações oficiais, pelo que adquiriam outros significados cujos limites não poderiam continuar se circunscrevendo ao passado. Na realidade dada a ler por esses indígenas e mestiços da vila de Joanes, possivelmente quem pouco ou nada compreendia sobre liberdade e igualdade eram as autoridades públicas, que permaneciam entendendo-as cheias de velhos limites, posto que certamente a Independência já havia inaugurado outros tempos, em que noções como “direitos naturais”, “pacto social”, “soberania popular”, “constituição”, entravam na ordem do dia e tinham que ser considerados. Sem essa relação direta independência-liberdade-igualdade nas práticas cotidianas de homens e mulheres comuns, de que valeria a quebra dos laços com Portugal?

Os primeiros debates sobre a adequação dos princípios liberais para a sociedade portuguesa da América datam do período constitucional, quando os grupos dirigentes dos dois lados do Atlântico tentavam ensaiar os primeiros passos da Regeneração vintista no âmbito das reformas política, econômica e social. Ditos acalorados, nesse sentido, ecoaram nas plenárias das Cortes Constituintes de Lisboa, onde as primeiras importantes diferenças entre as duas sociedades portuguesas logo se manifestaram, abrindo variados sulcos na construção do império luso-brasileiro. Talvez o maior descompasso de todos tenha sido a flagrante incompatibilidade de se criar um *corpus* legislativo único, um pacto comum, que acomodasse as demandas dos dois lados do Atlântico, principalmente no que tange à composição social, com que não se podia

negar a clara especificidade do Brasil perante o antigo reino, cuja organização social tinha por base a escravidão. Logo a bancada “brasileira” se manifestou nesse sentido, delineando bem a impossibilidade de se promulgar uma constituição liberal que estendesse a cidadania para todos os indivíduos, porque se fazia necessário deslocar conceitos abrangentes como os de “liberdade” e “igualdade” para um espaço de discussão mais restrito ao âmbito institucionalizado do pacto político entre Brasil e Portugal⁵.

Aliás, essa questão dos entendimentos variados sobre os princípios básicos do Estado liberal permaneceria no rol de discussões do período pós-independência, notadamente no âmbito institucional da Assembléia-Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, instalada no Rio de Janeiro, cujo início dos trabalhos se deu em três de maio de 1823. Um dos pontos mais controversos das discussões que tinham por meta dar um corpo político-jurídico ao Estado brasileiro foi justamente sobre quais seriam os distintivos políticos que deveriam moldar a condição de “cidadão” na nova ordem que se prenunciava. Partindo do pressuposto que ser cidadão requeria certo grau de distinção social, principalmente em relação aos direitos políticos que deveriam investir o “honroso título”, logo se colocou em pauta a heterogeneidade dos habitantes do Brasil como ponto de partida para se pensar o exercício efetivo dos direitos civis e políticos na Sociedade do Império⁶.

Não se poderia deixar de levar em consideração a divisão jurídica que caracterizava a sociedade do Brasil entre homens livres e escravos, visto que pensar em quem seriam ou não os cidadãos no Império colocava o problema no campo da antiga lógica de hierarquização social, em que a participação política efetiva se dava pelo viés da ordem estamental. Contudo, a pujança dos novos tempos impelia os deputados a consolidar o Estado independente pelas lógicas dos princípios liberais, o que representava relacionar diretamente o conceito de “cidadão” ao de “direitos naturais”, notadamente os de “liberdade” e “igualdade”, que, na retórica unânime nas sessões, não deveriam confundir a população, principalmente os indígenas e os negros. Esses últimos poderiam até ser chamados de cidadãos, como de fato acabou sendo aprovado e inserido na constituição, porém não teriam os mesmos direitos de participação no processo político, por serem considerados inaptos ao exercício dos negócios públicos. Assim, separavam-se os princípios da prática política liberal, resultando na conformação da idéia de que o Brasil seria, no que concerne aos direitos políticos, uma sociedade naturalmente desigual⁷.

Contudo, quando nos direcionamos para o dia-a-dia das práticas políticas situadas na multiplicidade de casos circunstanciais que envolviam esses “cidadãos inativos” na lógica institucional, nos deparamos com situações singulares em que as com-

preensões acerca da cidadania se delineavam a partir de campos de força localizados no funcionamento do poder de cada localidade. Esse foi o caso relatado pelo encarregado do comando das tropas ligeiras da vila de Oeiras, Jacinto José Monteiro, que tendo sido encarregado de enviar quarenta e cinco praças de três em três meses para o imperial serviço do arsenal e fábrica da capital, não teve como recrutar os indígenas que “há muitos outros serviços extraordinários em que se ocupam”, principalmente porque “se acham um Grande número deles juntos com Negociantes e Lavradores”. Tendo sobre sua ordem cerca de oitenta ordenanças - todos cafuzos, mulatos e pretos forros, “os quais se acham em iguais circunstâncias aos Índios” -, o comandante reclamava às autoridades de Belém que não cumprira a dita ordem por conta da rejeição que os índios manifestavam em trabalhar nos regimentos militares. Os motivos de tal recusa foram dispostos desse jeito:

Pois que estes [índios] indevidos não possuem mais que uma pequena cabana de palha, e que vivem em uma vida ociosa e sem sujeição alguma a Superiores Gentes, que por direito deveriam entrar no detalhe as ditas Ordenanças; e mandando-os avisar, eles se opuseram, *dizendo que não eram índios, e que eram Cidadãos*, e que se alguns Oficiais inferiores tornassem lá, que eles tinham muita Pólvora, e Chumbo, para os atacar; nestes termos não quis tornar a chamá-los, e mesmo por outras circunstâncias, (...) que eu receava ser por eles atacados em minha casa, e tirar-me a Vida⁸. (friso nosso)

A repulsa que os indígenas da região do baixo Tocantins tinham em relação ao trabalho nos órgãos estatais, como a real fábrica de pólvora, não era propriamente uma novidade para as autoridades militares responsáveis por recrutá-los, como sugestivamente nos mostra uma situação vivenciada pouco mais de dois anos antes na mesma vila de Oeiras, em que foram presos quatorze desertores indígenas em várias canoas que se deslocavam também pelos povoados vizinhos de Porto de Móz, Melgaço, Portel e Barcarena. Naquela situação, já se chamava atenção para a dificuldade de recrutar ligeiros pela “Cautela com que estão”, pois quando não se rebelavam contra seus superiores, como aconteceu no arsenal e na fábrica de madeiras em Melgaço, fugiam em grande número ou a doença de bexigas os matava, o que dava a impressão de essas povoações serem “lugares desertos”¹⁰. A violência com que eram recrutados, além de serem forçados a abandonar outros importantes afazeres que lhe garantiriam a sobrevivência por tempo indeterminado, como a extração de gêneros da floresta e o trabalho nas canoas de comerciantes e lavradores, perfaziam o núcleo das motivações contrárias à subordinação militar¹¹.

Contudo, a argumentação indígena acerca da recusa ao trabalho no arsenal e nas fábricas imperiais em novembro de 1823 traz à baila situações comuns enfrentadas no passado, mas sob uma outra perspectiva, a de que não seria mais justa e correta a utilização da indiscriminada de sua mão-de-obra, visto que, legalmente, não se consideravam mais somente “índios”, pelo que a designação de “Cidadãos” seria a mais cabível para a nova condição que entendiam fazer parte. A importância dada à nomenclatura, todavia, significava mais que um honroso título, pois indicava que a identidade política construída e compreendida pelos ligeiros de Oeiras não poderia estar deslocada da realidade constitucional que a província passara a vivenciar após o rompimento das relações com Portugal. Com isso, todos seriam “Cidadãos”, pois teriam seus direitos naturais assegurados, sendo os direitos dos índios o da liberdade de escolherem a quem seriam subordinados e de que atividades queriam sobreviver, assim como qualquer indivíduo livre da sociedade. A exigência dos índios de Oeiras de serem considerados “Cidadãos” estava completamente justificada diante dos discursos que os próprios representantes do poder emitiam em suas proclamações e bandos, posto que se dirigiam à população como “Cidadãos paraenses”, indicando duplamente a referência à nova condição social oriunda dos princípios constitucionais e a relação com a identidade política que se queria firmar, a do Pará como Pátria. Ora, se a cidadania fosse esvaziada desses sentidos considerados naturais e imprescindíveis dos homens livres, como considerar legítimo o poder do Estado?

Outra situação interessante envolvendo índios veio à lume na vila de Barcarena em setembro de 1824. Naquela ocasião, as atitudes de um grupo de indígenas oriundos do lugar de Piriá, próximo ao limite territorial com a província do Maranhão, chamou a atenção dos dirigentes políticos do lugar, que “em tempos tão críticos para esta Vila onde as Autoridades estão restritas”, não tiveram dúvida e logo lavraram um auto de sumário para levar ao conhecimento da governança provincial¹². Constava no mesmo sumário, por depoimentos de membros do “Povo” daquela localidade que tinha tido contato em seus sítios com os mesmos índios, informações importantes sobre algumas reivindicações que lhes teriam sido feitas por eles, cuja primeira era a de expulsar de imediato o comandante a que estavam subordinados.

Ao que parece, deveriam ser milicianos ligeiros que, por algum motivo, tinham sido destacados para aquela região, os quais afirmavam não serem “revolucionários”, pois juravam “obedecer, como d’antes, às Ordens Superiores da Nossa Província e as Autoridades Constituídas”. As práticas que esses índios introduzi-

ram em Barcarena contrastavam com o ar de subordinação com que afirmavam no discurso, pois que reivindicavam que as autoridades “[passassem] a soltar todos os presos que haviam [enclausurados], não impedindo o seu curso para onde se dispusessem seguir”. Solicitavam ainda que “se depusessem as Armas”, posto que, feito isso por parte das autoridades, “pacificamente se retiravam às suas habitações”, resignados aos mandos do presidente da província¹³.

Os índios do Piriá estavam certamente dispostos a se manterem subalternos aos mandos do poder vigente na vila, “prometendo fidelidade ao nosso Augusto Soberano, o Senhor Dom Pedro Primeiro”, *desde que* tivessem suas condições satisfeitas, ou seja, a destituição e expulsão do comandante e a soltura dos presos, não mais se sujeitando aos abusos de autoridade com que deveriam ser tratados. Mesmo que não tenha sido enunciado no auto de sumário os motivos de tão convicta reclamação, não é difícil imaginar que a questão colocada pelos índios se situava nas mais diversas arbitrariedades que a hierarquia superior militar impunha aos soldados, especialmente no que tangem ao controle de seu espaço-tempo. Essa realidade não escapou ao olhar de alguns viajantes que passaram pela província, como os naturalistas Spix e Martius, que logo perceberam a distância que existia entre o Estado e o homem comum, principalmente no que tange à vida militar, pois, para a população livre e pobre, “servir no exército ou na esquadra, afigura-se-lhe escravidão, da qual foge”¹⁴. A persistência desse tipo de dominação situava as instituições vigentes no campo da continuidade do despotismo, o que era inconcebível para os homens livres que se entendiam como cidadãos no interior do projeto constitucional que se configurava, dotados de iguais direitos, entre os quais o direito à liberdade de opinião e de ir e vir, assim como desimpedimento para dispor de sua força de trabalho.

Não pode passar despercebido o grande número de questionamentos à nova ordem independente que eram feitos por homens livres que integravam as fileiras inferiores do Exército, pois essa instituição representava, sobretudo, uma das mais presentes formas de controle sobre a sociedade livre e liberta desde os tempos coloniais¹⁵. O próprio instrumento com que Estado se valia para legitimar o serviço militar em meio à população livre e empobrecida continuava inserido na lógica da violência com que eram realizados os recrutamentos. As observações do soldado do corpo imperial Miguel Antonio da Paixão não deixam dúvidas sobre as mudanças que deveriam se operar nas formas de recrutamento na nova ordem, pois tendo sentido praça voluntariamente “pelos acontecimentos que devastavam o interior desta Província”, se reclamava de sua “hedionda pobreza” como soldado, ressaltando que se estivesse exercendo seu ofício de alfaiate teria como sustentar a si e a sua família,

caso o serviço militar lhe desse “um dia de guarda e dois de folga, [poderia] mui bem fazer”, pois que “o rigor de um tal corpo o impossibilita” de trabalhar. Por isso, segundo o parecer do comandante,

Diz mais, que a Nação Braziliense *se envergonhará de se servir com um Cidadão que é conduzido com seu serviço mais pela força que pelas circunstâncias, que em cada momento deteriora o seu ser*. O suplicante *deveria inverter este seu dizer* e referir que a Nação Braziliense se envergonha, e se envergonhará para sempre, em ver que na sua maior precisão se eximem do serviço aqueles que querem ser Brasileiros só no nome, ou em dispor disso como seu e não em se prestarem para uma Causa tão justa como é a de servir à Pátria¹⁶. (frisos nossos)

Os ditames da rígida disciplina circunscritos ao Antigo Regime persistiam na estrutura que se buscava construir no Grão-Pará pós-independência, sobretudo por conta das condições de vida e de trabalho experimentadas pelos militares inferiores das tropas regulares e auxiliares no dia-a-dia do convívio militar, como cumprimento de exercícios exaustivos e ofícios mecânicos em grande parte do dia, principalmente para as tropas milicianas da Amazônia, composta integralmente por índios. O flagelo da vida militar ainda incluía o atraso freqüente dos soldos, as transferências forçadas para lugares distantes e a separação brusca de famílias, escassez de alimentos e a fome, além dos constantes corretivos através de castigos físicos¹⁷. Porém, o que os ditos do soldado Miguel Antonio nos revelam é que a questão não para por aí, isto é, não se poderia mais pensar o recrutamento e a disciplina militar dentro de velhos padrões truculentos que não levassem em consideração que os homens livres eram cidadãos; que antes de serem forçados a se alistar, deveriam ter o direito de escolher voluntariamente o serviço da “Nação Braziliense”, no que o comandante prontamente percebeu uma *inversão* de valores “patrióticos”.

Raros são os documentos que trazem à tona informações tão ricas como essas para compreendermos as lógicas marginais sobre que rumo deveria tomar as instituições do nascente Império. Parece ter ficado relativamente claro que as demandas oriundas das bordas sociais amazônicas no período pós-independente não eram diversas daquelas que marcaram insubordinações e levantes do período colonial, quando movimentos relativamente articulados de soldados desertores, negros escravos, mestiços e brancos livres procuravam escapular das obrigações militares para construir sua autonomia na clandestinidade de suas roças, mocambos, nas relações com familiares, com seus negócios, etc.¹⁸. Contudo, o desencadear de ideais e práticas ilustradas - oriundas tanto da Europa como das fronteiras do Grão-Pará com os franceses e espa-

nhóis, e, fundamentalmente, do advento do projeto constitucional português a partir de 1820, que plasmaram conceitos como os de “Pátria” e “Nação” com os de “liberdade” e “igualdade”, fizeram com que a emergência desse complexo de reivindicações se desse sobre outros parâmetros de legitimidade e autoridade, posto que “ser cidadão” constituía em ter um pouco de poder e de direito perante o Estado, o que colocava em xeque a pura subordinação à figura real do período colonial.

O exército representava, portanto, um *locus* privilegiado da crise de legitimidade com que se revestiu o incipiente Estado constitucional brasileiro e suas instituições perante as camadas livre e liberta da sociedade. Esse aparato estatal tendia, ainda, a manter os mesmos mecanismos de funcionamento do passado colonial, principalmente no que tange aos critérios de ascensão na hierarquia militar, que tendiam a conceder patentes do oficialato superior aos brancos notáveis dos vários lugares da província, que reuniam recursos materiais e prestígio político. Isso significava a manutenção de um complexo de alianças pré-existente na tradição militar, perfazendo uma espécie de “economia moral” das redes de lealdade com que o Estado se servia para estender seus tentáculos por todo o território, em que se mantinha um sistema de trocas cujas moedas eram as fidelidades, os serviços e as mercês. Novas exigências, como por exemplo, a mudança nos critérios de ascensão militar, constituiria uma quebra nesse acordo contratual tácito, o que, logicamente, não seria permitido¹⁹.

Selava-se assim, no período de descolonização do Brasil, a continuidade da ligação entre o poder político e os interesses pessoais, contrariando os princípios que tendiam a valorizar o poder público como o alicerce de um novo Estado liberal de direito. Condutas como a que dois capitães da vila de Ourém, que realizavam “contratos” entre si para alistar moradores por ordem da junta de governo da província para compor um destacamento na boca do rio Irituíua, recrutando indígenas e outros conhecidos desertores para interesses particulares, perfaziam realidades bem conhecidas nas vilas e povoados distantes do centro do poder político. Ao denunciar as supostas práticas desses comandantes militares, o senado da câmara local ressaltava que

“os Comandantes imaginam que ser bom Comandante consiste em *fazer numerosa companhia com sua gente e alheia* para poder cumprir com as suas obrigações e dar dispensas, quanto mais suave seria governar a cada um a gente que pertence a sua Freguesia e não alheia”. (friso nosso)

A libertinagem seria tão escandalosa que um desses desviantes, o capitão João de Deus e Silva, teria sobre seu governo setenta e oito praças indígenas que trabalhavam regularmente em suas terras distribuídas entre Ourém e a vila de Bragança,

pois “diz o Comandante dela [tropa de ligeiros] que tudo é Serviço que tanto fazem estar lá como cá”, já que utilizava do recurso de incentivar a deserção de um lugar para o outro conforme fossem as necessidades de mão-de-obra²⁰.

Como se pode ver nesse caso, a deserção não significava, estritamente, uma condição definitiva de fora-da-lei, mas poderia representar uma gama de possibilidades destes soldados, cabos, furriéis, tambores e recrutas poderem sobreviver em uma estrutura que, se os enquadrava formalmente sob a lógica do controle e da violência, também os utilizava como serviço pago quando necessários às redes de interesses vigentes nos micro-universos políticos da província. Talvez com essa intenção o soldado Manoel José Gomes tenha pedido um mês de licença para “fazer Guardas para outros”²¹, o que o alferes logo se adianta a dizer que essa prática era permitida desde que “jamais nunca prejudicando outros [seus] Camaradas”, leia-se companheiros do mesmo alferes²². Ou ainda o caso do ex-comandante do distante registro de Arroios, próximo à fronteira com a província de Goiás, que depois de ter sua baixa aprovada foi situar-se nas proximidades do fortim, “e é do seu modo de pensar o querer seduzir aos mais Colonos para estarem em sua Companhia”, o que representava prejuízo para o serviço de vigilância do rio Tocantins, porque “[se] facultar-se esta licença, é de abrir exemplo aos mais, que são de muita utilidade ao serviço da Nação”²³. Quanto mais afastadas eram as localidades, maiores deveriam ser as possibilidades de se formarem milícias particulares com praças do governo.

É nesse sentido que entendemos como “marginais” esses sujeitos, ou seja, fora daquela visão estanque de que eram completamente delinquentes que deveriam ser punidos pelos braços da lei, visto que a lei não se constituía em um corpo semântico definido, sendo interpretada de diversas maneiras de acordo com a configuração política característica de cada lugar da província, fazendo com que os soldados fugitivos do serviço militar pudessem ser reinseridos como parte de milícias particulares sob outras condições de trabalho, nas quais a prática do contrato entre comandantes e subordinados era um dos imperativos²⁴. Recrutar soldados desertores serviria, por outro lado, para reforçar a autoridade dos potentados locais frente ao poder central da província, criando zonas relativamente ajustadas de autonomia política, em pontos diversos da hierarquia militar, que tendiam a fortalecer inúmeras referências no jogo político regional, fragilizando ainda mais o projeto de interiorização da centralidade emanada da corte do Rio de Janeiro para os diversos pontos do Brasil, sobretudo para a organização interna dos governos provinciais²⁵.

As práticas de recrutamento, nesse sentido, tendiam a ser móveis e oscilantes de acordo com a circunstância colocada nas relações de força locais, o que, em alguns

lugares, poderiam mesmo causar fissuras nos rígidos princípios de disciplina que serviam de base para a organização militar perante a sociedade. O comandante da charrua *Gentil Americana*, situada no porto de Santa Maria de Belém em maio de 1824, reclamava ao secretário do governo sobre o comportamento desviante do comandante do trem de armas da cidade, que estaria recebendo e dando praça aos marinheiros desertores da embarcação, tendo chegado a enviar um desertor acompanhado com um sargento “buscar uma caixa do criminoso” em suas acomodações na charrua. Essa conduta, que parecia ser relativamente comum no trem de armas, tinha conseqüências funestas para a corporação militar, pois

vai (sic) a relação com que os Soldados da Guarnição da Cidade consideram o serviço de entregarem os marinheiros presos que recebem, pois sem peso os deixam fugir, nem a Polícia pode julgar de muito interesse o apreender os desertores se [são] os que os acolhem. Não é a primeira vez que escoltas têm já deixado escapar presos, e ontem mesmo um soldado de bordo, conduzindo um doente preso para o Hospital, o deixou fugir (...), por ser um homem que há dias se mandou preso para bordo da Charrua: o castigo que posso dar a este soldado não é remédio o bastante ao que se pretende evitar, e estou persuadido que outro depois fará outro tanto.

A subversão à disciplina militar seria a principal conseqüência do “arrojado comportamento” do comandante do trem, o que, decisivamente, desencadearia outro processo ainda mais corrosivo sobre a ordem política e social da província como um todo. Deserções e inserções caminhavam lado a lado nas práticas cotidianas no interior das tropas, o que sinalizava principalmente para a tessitura de múltiplos fios de solidariedade que, no limite, minavam o respeito com que as camadas inferiores das tropas consideravam a instituição militar. Nesse caso particular, o comandante da charrua ainda sugeria um paliativo sobre a situação, o de “todos os marinheiros que presentemente vêm à terra com licença [tragam] bilhete meu; portanto todos os demais são desertores”, o que, obviamente, não frearia a debandada²⁶.

Esse padrão de relações formais no interior do militarismo, que se conformava em grade parte nas redes de clientelas, não contrastava essencialmente com o estatuto de um Estado que tentava se legitimar a partir das novas doutrinas liberais, com o que tentava reforçar as bases de uma organização “nacional” a partir da “soberania dos povos”. Ficava inviável, dessa forma, a consolidação de uma identidade homogênea no interior das fileiras do exército, cuja instituição se apresentava cingida por diversos segmentos políticos que se digladiavam pelo

poder, o que desencadeava um processo de franca fragmentação e alastramento da indisciplina no oficialato da corporação. Não é a toa que diversos casos de quebra da hierarquia e disciplina no processo de Independência foram protagonizados também por oficiais superiores que, buscando reforçar núcleos de autoridade na tropa e na política local, se associavam aos extratos inferiores da instituição para impor limites aos mandos do poder central.

Essa debilidade não deixava de ser percebida pela “soldadesca”, isto é, pelas camadas menos graduadas das tropas, pois a condição de “ser soldado” estava longe de ser uma identidade institucional firme para aqueles situados na base verticalizada da ordem militar, que além de terem escassos recursos materiais e nenhuma honraria, ainda carregavam a pecha da cor não-branca. No vórtice de possibilidades que esta instabilidade corporativa inspirava, os milicianos indígenas e mestiços iam se movimentando e delimitando espaços de autonomia que escapavam completamente ao domínio do oficialato, que muitas vezes não conseguia ver solução para a constante quebra dos padrões disciplinares, ficando aquele sentimento de impotência expressada pelo comandante da charrua *Gentil Americana*. Por outro lado, a liquidação das esperanças de ascensão na carreira das armas para os índios e pardos das vilas amazônicas antes constituía um poderoso combustível para que burlassem as regras do serviço militar através dos meios legais, como o constante recurso às licenças e pedidos de baixa por motivos diversos²⁷, ou à deserção, do que serviam para paralisar suas ações e acomodá-las em uma “perspectiva barroca de mundo”.

Do ponto de vista de baixo, outras identidades serviriam como balizas para que oficiais inferiores e soldados se relacionassem com as autoridades civis e militares. Essa foi a impressão que teve o capitão comandante do fortim-presídio de São João do Araguaia, situado na fronteira com a província de Goiás, ao informar às autoridades da capital acerca da reivindicação de um capitão dos índios Carajás. Tendo chegado à fortaleza acompanhado por dez soldados, o chefe Carajá informou que “queria ir à Capital falar ao Morubixaba, que quer dizer falar ao Snr. General”, no que prontamente foi atendido, pelo motivo que o próprio comandante expressava mais adiante, pois “esta Nação é uma das mais temíveis deste Rio [Tocantins], e é a primeira vez que tornam a vir de pois do Ajudante Máximo, depois que aqui foi comandante”²⁸.

É sugestivo o fato de chefe dos índios Carajás ter se apresentado ao comandante militar da província como um “capitão”, ou seja, como um funcionário-diretor da coroa portuguesa investido de autoridade diante dos índios não cristianizados de sua nação e também diante da estrutura institucional, posto que se expressava tanto em língua geral como em língua portuguesa. Todavia, ao nomear o representante do

poder provincial de “Morubixaba”, provavelmente eludindo parcialmente à comunicação em português, os índios Carajás se afirmavam com uma identidade particular diante do império português ou do Brasil independente, pelo que agia, nesse caso, uma forte tendência à multiplicidade étnica não somente entre a população “brasileira”, mas também entre as próprias nações indígenas. Essa situação ficava ainda mais evidente nas relações de força que envolviam os registros militares distantes da capital da província, que a todo momento tinham que lidar com a hostilidade de vários povos indígenas ainda aferrados às suas tradições sociais e culturais.

Insista-se que o debate constitucional situado no espaço público da província poderia ser interpretado a partir desses referenciais identitários que deslocavam para outro campo complexo as lutas políticas da Independência. As pressões dos índios da nação Mani-û sobre o comandante do registro de Arroios para “pedirem Armamentos e Ferramentas para se virem a situar-se a Margem do Rio”²⁹, ou as demandas da “Nação dos índios Amandios”, também próxima à Arroios, para que fossem batizados pelo capelão militar com o interesse de facilitar o comércio de farinha com os colonos do lugar³⁰, além dos constantes ataques que os Apinagés “que novamente se levantaram contra os Cristãos”, incendiando aldeias ao longo do Tocantins até atingir as proximidades da colônia de São João de Araguaia³¹, são casos que indicam que as identidades políticas coletivas também poderiam ser plasmadas pela lógica da firme formação étnica dos diversos povos indígenas. A condição de “cidadãos” reivindicada por esses índios de etnias variadas poderia passar pelo reconhecimento oficial dos direitos das pequenas nações praticarem suas tradições políticas e sociais sem serem molestadas pelos freqüentes descimentos ilegais feitos pelo Estado e por particulares, ou ainda pelas práticas de conversão dos representantes da Igreja³².

Essas considerações se fazem importantes por conta da grande homogeneização com que a historiografia da independência no Grão-Pará tem interpretado a participação desses nativos da terra, intitulando-os genericamente como “tapuios” e meio que se apropriando acriticamente das categorias utilizadas pelos próprios agentes do poder da época para defini- los, assim como considerando os projetos de futuro desses indivíduos unicamente a partir da rejeição ao mundo do trabalho compulsório³³. Em nosso entender, a preservação da estrutura étnica e cultural de muitas nações indígenas perfazia uma baliza importante da lente construída por esses sujeitos para enxergarem o mundo à sua volta³⁴, posto que a subordinação de sua mão-de-obra também trazia os incômodos de uma evangelização arbitrária que teimava em desconsiderar os elementos de suas identidades. Isso, no entanto, não quer dizer que essa diversidade nacional se traduzisse somente em termos de fracionamento, mas que, uma vez que sujeitos de

diversos povos índios estivessem colocados nas mesmas situações, como nos serviços reais e particulares, poderiam orientar suas ações políticas pela coesão momentânea, formando uma *classe* dotada de organização interna e projetos em comum³⁵.

Por outro lado, não há como não considerar os diversos impactos que o ideário liberal, contido no projeto constitucional nesse momento, exerceu sobre as práticas políticas relacionadas ao plano das subjetividades desses grupos marginalizados, sobretudo no que concerne aos sentimentos de altivez com que índios pela primeira vez reivindicavam diretamente serem ouvidos e atendidos. Mais uma vez, a legitimidade do poder nesses termos representava o respeito às demandas oriundas desses sujeitos, que também passaram a se considerar cidadãos, embora de inventivas formas, na conjuntura política indecisa, mas que não possuíam canais de expressão formais que pudessem fazer suas reivindicações³⁶.

Esse estado de coisas tendia a reforçar o caráter de dispersão com que as instituições do Pará independente se revestiam nas experiências das camadas marginais, que gradativamente passaram a perceber a linha de continuidade que se afirmava no trato do Estado com a sociedade, também no que tange à justiça. Em outros lugares da província, como nos distritos ligados à Vila do Conde (atual município de Curuçá), a contestação ao poder de mando dos magistrados chegava ao limite da violência como forma de pressão, como a que dois pardos “que não respeitam Autoridade alguma” teriam feito para conseguir validar uma carta de sesmaria vencida. Segundo o relato do juiz ordinário do lugar, os dois homens agiam comumente nos arredores do povoado, pois “Jamais nunca se apresentam à pessoa alguma senão Armados”. Vendo que o acesso à terra que supunham serem sua de direito ficava cada vez mais difícil, os pardos e alguns desertores das tropas da cidade passaram a fazer estragos na madeira real e a insultarem verbalmente os policiais, o magistrado e os membros da câmara³⁷. Denominados como “homens libertinos”, esses dois sujeitos e seus companheiros “ladroeiros” ainda furtaram uma canoa do vigário do lugar, expondo a crise de autoridade vivenciada nas cercanias de Vila do Conde também em relação à autoridade religiosa.

Considerando que no período imediatamente posterior à independência no Grão-Pará as câmaras municipais ainda detinham indistintas funções que giravam entre atribuições políticas, jurídicas e administrativas, no que se inseriam em uma longa tradição de autonomismo das instituições desde o tempo colonial³⁸, as ofensas dos pardos sintetizavam o sentimento de intolerância popular diante da continuidade com que se expressavam os novos tempos de liberdade. Os juizes ordinários acabavam, não raro, acumulando todos esses papéis, especialmente quando eleitos para o cargo de presidente da câmara, o que acabava por torná-los os alvos preferenciais das contestações.

Na vila de Salvaterra, na Ilha do Marajó, a prisão do índio miliciano Lucas Monteiro por ter insultado ao juiz ordinário “com palavras injuriosas bastantemente ofensíveis [e] indignas de proferir na presença de V. Ex. a, sem atender ao cargo de Juiz Ordinário” e ainda desafiá-lo como uma faca de ponta, seria mais uma dessas situações em que o poder político instituído no período pós-independência sofria com a débil autoridade. Sendo-lhe dado voz de prisão pela autoridade judiciária, o soldado Lucas não aceitou e, vendo que o mesmo estava sozinho e desarmado, não teve dúvidas em resistir à prisão, tendo sido dominado e preso somente com a ajuda de um ajudante furriel. Na mesma noite do acontecido, o miliciano fugiu estranhamente da cadeia, o que impeliu o juiz ordinário da vila a formar um sumário para saber ao certo o que tinha acontecido³⁹.

Destarte, os ataques aos representantes da justiça imperial no Grão-Pará como que materializavam, nas perspectivas dos extratos menos favorecidos, a imobilidade das instituições vigentes, que deveriam ser reformadas o quanto antes a partir dos princípios ilustrados que pregavam os direitos naturais e inalienáveis do cidadão. Qualquer atitude que contradissesse essa máxima não estaria conforme aos princípios da pátria, definida pelos ângulos das camadas empobrecidas como o lugar de vivência da cidadania. Nesse sentido, até mesmo a Igreja, instituição religiosa basilar do Império, acabaria relacionada ao *continuum* da antiga ordem despótica na província. Episódio interessante, nesse sentido, se passou na vila de Alenquer, em agosto de 1824, localidade essa situada no meio oeste da província, na confluência dos rios Amazonas e Tapajós. O juiz ordinário do lugar remetia preso para julgamento em Belém um morador de nome Ricardo dos Santos Ramos, que teria agredido publicamente o vigário na porta da Igreja em dia festivo, proferindo palavras injuriosas contra as autoridades da vila.

No exato momento em que o pároco proferia o seu sermão público “procurando encaminhá-lo [o povo] à boa ordem e aos seus deveres” como de costume, Ricardo o interrompeu dizendo que “se não importava de Práticas de Padre e nem de Juiz”, o que causou grande alvoroço entre a gente presente no templo. Além disso, o morador continuou esbravejando em voz alta que “lhes faria o mesmo que fez ao falecido ao falecido Juiz, a quem ele e os outros mais conduziram aos Remotos Campos do Paracará, aonde o foram acabar tragicamente”. Chama a atenção, que no relato feito pelo juiz ordinário, Ricardo Ramos e seus companheiros tenham tido pública participação na grande revolução que tinha acontecido pouco tempo antes em Alenquer, quando significativa parcela da população se uniu contra a presença dos europeus portugueses na vila, o que se fazia mister lançar mão da abertura de uma devassa para apurar o fatos, posto que “ainda [são] muitos [os] que Cooperam de toda forma para a Revolução”⁴⁰.

A dimensão propriamente política de rejeição à Igreja como instituição do Estado se encontra justamente naquilo que o juiz de Alenquer denominava, em seus ditos ao presidente da província, de “paixão pela Anarchia”. Nesse sentido, sobre a revolta que tinha se dado pouco antes:

É verdade que esta Vila já goza de sossego e tranqüilidade pela Nossa Vigilância; porém ainda nela existem muitos que se não querem desenganar, e que têm paixão pela Anarchia, os quais sem Castigos exemplares, é impossível corrigirem-se, pelo que se faz muito preciso que este indivíduo [Ricardo Ramos] cá não torne pela *ruinosa doutrina que quer semear nesta Vila entre os da sua qualidade, especialmente na Escravatura*⁴¹. (friso nosso)

Portanto, as vociferações que Ricardo Ramos proferiu no interior de um espaço de grande sociabilidade como a Igreja tinha implicações mais profundas, relacionadas às apropriações que esses homens livres pobres construíam dos ideais revolucionários, principalmente pelos princípios de “liberdade” e “igualdade” com que tendiam a produzir a realidade, assim com as soluções que produziam a partir da sedição política contra o poder institucionalizado da província⁴². A partir dessa lógica, o sermão do vigário de Alenquer representava a tentativa de conformar as mentes e as almas dos moradores para que aceitassem resignadamente a “boa ordem e os seus deveres”, indicando, assim, a persistência de uma estrutura claramente desigual no que concerne ao exercício da cidadania. O concurso dos escravos, nessa conjuntura de lutas populares contra o despotismo, seria mais uma estratégia de aliança política com um grupo específico da sociedade, cujas representações dessas mesmas idéias tinham pontos em comum, mas que dirigiam o conceito de “liberdade” para o rumo da luta pela abolição.

Como se pode perceber, a conduta do morador Ricardo Campos tem, a princípio, expressões políticas bem definidas, pelos próprios alvos de suas ameaças, o pároco e o juiz, que juntos representavam o poder institucional no Império, sob a efígie do padroado régio. Essa associação entre autoridades leigas e religiosas demarcou a própria especificidade com que a filosofia da ilustração havia influenciado Portugal e suas colônias a partir do século XVIII, quando alguns elementos das “luzes do século”, sobretudo de cunho econômico, se harmonizavam com a tradição católica, desembocando nas mitigadas luzes portuguesas que marcaram o constitucionalismo vintista. Portanto, convém considerarmos que antes de indicar estritamente o domínio religioso, a figura do padre também aponta para a lógica de continuidade que caracterizava a política institucional do império, tributária

que era de um processo de modernização que reforçava a importância da Igreja no ordenamento da sociedade e da vida do homem comum⁴³.

Assim, as ameaças e ofensas verbais que os sujeitos marginalizados direcionavam à autoridade judiciária recaía, também com violência, sobre os prelados das vilas e povoações amazônicas, podendo mesmo atingir o limite da agressão física, como aconteceu vila de Beja em setembro de 1824, quando um sargento da tropa de ligeiros lá estacionada teria se dirigido à casa do vigário por volta de sete horas da noite para desafiá-lo e ofendê-lo com “palavras escandalosas, a ponto de se querer atracar com ele”. A situação só não chegou às vias de fato por causa da intervenção do juiz ordinário do lugar e de algumas pessoas providas de Abaeté que participavam de um enterramento no instante da confusão, o que acabou na prisão do militar e seu envio para a cadeia pública da capital da Província⁴⁴. Semelhante acontecimento se deu no rio Mojú, onde o índio Antonio José foi preso por insultar o reverendo sacerdote e o juiz, “ameaçando o dito Vigário logo que ele ficasse solto o dito Vigário lhe havia pagar”⁴⁵. Embora esses casos sejam representativos da rejeição que índios e mestiços nutriam pela autoridade religiosa e judiciária, revelam ainda como as insatisfações desses sujeitos também estavam situadas nas pequenas circunstâncias em que, embora admitamos a presença de possíveis contendas pessoais, se circunscreviam no universo político mais amplo de ojeriza anti-clerical presente nas atitudes localizadas nas bordas sociais do Pará.

Nesse sentido, as reformas que deveriam ser urgentemente realizadas no plano institucional do Estado imperial não deveriam estar circunscritas somente ao plano dos estabelecimentos leigos, mas abranger a lógica tradicional da autoridade espiritual da Igreja sobre a vida social. As expectativas que emergiam das margens do corpo social indicam que esse governo eclesiástico não mais dispunha de legitimidade diante das idéias que as colocava no lugar da “superstição” e da “ignorância”, sérios obstáculos para a consolidação de uma cidadania irrestrita, especialmente entre os homens livres, posto que Igreja e Estado estavam unidos em um só corpo político. Essa possibilidade de interpretação nos parece plausível quando nos deparamos com a atitude do tenente da tropa de ligeiros João Muniz Lobato, protagonista de uma incidente de graves proporções na vila de Igarapé-mirim, que, nas palavras do vigário, teria sido um fato “execrando e nunca antes visto na História”.

Segundo João Manoel Oliveira, prelado de Igarapé-mirim, o “memorável [e] cruel desacato” aconteceu no momento em que ocorria a comunhão dos fiéis, isto é, num dos pontos altos do rito católico. Quando todos os presentes reforçavam seus laços com a divindade, o tenente Lobato entrou pela porta principal

do templo “e se portou de um modo indecente”, dispensando os fiéis de realizar aquele ritual. Mas, os insultos não pararam por aí, pois que o vigário, que estava no altar-mor da Igreja contou que:

(...) levando-me os olhos e vendo-o em tal postura indigna de um Cristão, como zeloso Ministro lhe disse = ajoelhe-se = não fez conta = Repeti dizendo = Ajoelhe-se = eis que de repente se levanta, e com altivez e voz imperiosa disse – não quero – não quero = e ultimamente dá as Costas ao Sacramento, e [saiu] pela porta afora, e soltou a voz e pôs-se a gritar e assuar [vaiar] uma grande bulha [vozeria] com alguns companheiros, que como ele, aplaudiram o triunfo de ele ter insultado a Majestade Divina na sua própria Casa.

À grande vaia e à gritaria que se seguiram depois desse episódio teriam levado o padre a fazer uma exortação aos que se encontravam na ocasião, tendo mesmo sido levado às lágrimas enquanto falava, “esperando das Autoridades Supremas um repúdio pronto a tão grande mal”, que deveriam tomar urgentemente duas atitudes, a de “[arrancar] logo pela raiz tudo o que pudesse ofender à religião e o Estado”, assim como “fazer guardar a manutenção, paz, respeito e o bem estar desta Freguesia e seus Distritos”⁴⁶.

O comportamento do oficial da tropa de ligeiros de Igarapé-mirim, portanto, estava inserido no rol de contestações ao domínio que os prelados católicos exerciam sobre as opiniões da população das vilas e povoações amazônicas e, simultaneamente, indica a clara recusa às instituições vigentes no período independente da província. Contudo, a forma que esse protesto tomou, a da zombaria contra os símbolos do poder da Igreja e do Estado, lembra muito os elementos que E. P. Thompson atribuiu aos protestos simbólicos da Inglaterra do século XVIII, conhecidos como *rough music*, que “parodiavam o cerimonial das procissões do Estado, da lei, das cerimônias cívicas, da guilda e da Igreja”⁴⁷.

Por isso que a maior preocupação dos grupos dirigentes da província do Grão-Pará era a de que esses gestos e comportamentos desviantes que provinham das “baixas esferas” sociais, notadamente dos indígenas, ganhassem corpo e corrompessem ainda mais o resto da população, pois grande parte dos habitantes vivia fora dos núcleos urbanos e distantes das instituições de mando do Estado, nos distritos rurais, onde predominava a presença indígena e mestiça. Para minimizar as possibilidades de pressão por parte desses indivíduos, mitigando sua natural “selvageria”, era necessário, segundo um magistrado da vila de Arraiolos, fazer com que se reduzisse a

Ignorância dos Miseráveis Índios, comumente chamados Tapuios, que se não fosse a Caridade do Nosso Reverendo Pastor que de alguma sorte os ensina a suprir a todas as necessidades desta (sic), porque não têm rendimentos nem posses (...) [para que vivam] conforme a Religião e as Leis, para a Conservação e aumento do Império, porquanto a Religião sempre foi aquela da Nobreza e Coluna da Monarquia; não Vejamos o Nosso perpétuo Defensor enforcado nas dobradas do último Sacerdote; Vejamos sempre [a] Imperial Espada e dos seus Delegados, instaladas à porta da Igreja, para nos livrarmos dos pedreiros livres, Jacobinos e Maçons⁴⁸.

O magistrado de Arraiolos nos apresenta um quadro bastante interessante da necessidade que as camadas dirigentes das vilas e povoações defendiam de estender o processo civilizador para os povos habitantes desses lugares, notadamente os “miseráveis índios”, pois inseri-los nos cânones da Igreja representaria a manutenção da ordem social e política. As forças desagregadoras desse projeto mais amplo de manter a integridade do trono e do altar no nascente Império, no entanto, estariam crescendo à olhos vistos, como a ação dos pedreiros livres, jacobinos e maçons, que senão tinham o interesse direto em recrutar aqueles que não tivessem meios econômicos suficientes para se manterem nas lojas, poderiam estar conquistando importantes adesões entre os grupos de posses das vilas, principalmente negociantes, militares superiores e funcionários públicos⁴⁹. Na realidade, vemos a referência às sociedades maçônicas nesse trecho como uma chamada de atenção do juiz para se conter comportamentos transgressores dos índios, pelo que a sociabilidade maçônica representava grande perigo para as instituições imperiais justamente porque incentivava a constituição de um espaço público amplo, em que a circulação e o livre debate de idéias “progressistas” poderiam atingir a coletividade externa às lojas, envolvendo os nativos de Arraiolos e de outros pontos da província, incentivando-os ao questionamento das autoridades eclesiástica e judiciária⁵⁰.

Tal preocupação em iniciar os índios nos preceitos católicos, portanto, assumia a preocupação de evitar a fragmentação de opiniões políticas no interior da sociedade livre do Grão-Pará, fosse por influência das sociedades secretas liberais ou, como informava o capelão da colônia de São João de Araguaia, evitar que os “gentios” ficassem “cada vez mais aferrados ao seu antigo Sistema”⁵¹. Essa era outra preocupação que se mantinha nos primórdios do Império, posto que os “índios bravos”, ou seja, os que não tinham tido contato com os preceitos cristãos, teriam mais condições de serem insubordinados perante as instituições de mando. Por isso, urgia realizar os

batismos desses índios e evitar que mantivessem seus costumes e valores societários, para que pudessem eficazmente submetidos aos valores sociais e políticos do Estado independente. Para tal, os comandantes dos registros militares distantes da capital da província sempre apelavam para que fossem enviados padres para fazer batismos entre os indígenas, como aconteceu em Arroios, cujo comandante solicitava um capelão para batizar os moradores da colônia próxima, os praças e a “Nação dos Índios Aman-dios”, que viviam a um dia de viagem do forte⁵².

Não causa espanto, portanto, que no curso do processo de afirmação da ordem imperial no Grão-Pará, as instituições, fossem civis, militares ou eclesiásticas, ainda amalgamadas com os referenciais políticos do Antigo Regime, se apresentavam como injustas e despóticas para a sociedade marginal, que questionava a todo o momento a autoridade de seus representantes - situação essa que se traduzia na falta de respeito e de sujeição às “Superiores Gentes”. Como as próprias autoridades públicas da província enunciavam em seus ofícios diários, a população de vários pontos do território desenvolvia sentimentos de altivez e de insubordinação que ficavam mais e mais fortes a cada dia que passava, pois freqüentemente reforçavam pedidos de destacamentos como forma de impor a ordem. Essas condutas de orgulho, no entanto, não eram homogêneas, mas se imiscuíam em uma enorme e complexa rede de identidades políticas “populares” que, por vezes, soavam como ambíguas.

Ter sua condição de cidadãos limitada pelas instituições, seria considerar a Independência um evento sem qualquer sentido, pelo que a descolonização do Pará passava a significar a afirmação de identidades específicas no plano das relações sociais das “baixas esferas”. Talvez por conta disso tenha causado grande estranheza e insatisfação para a maior parte dos habitantes da vila de Cameté a falta de comemorações públicas em homenagem à aclamação do imperador D. Pedro, pois não foram publicados os editais e avisos como de costume⁵³. Compactuar com esse silêncio seria, para a população cametaense e dos distritos próximos, sobretudo indígenas, mestiços e negros, sufocar qualquer esperança de mudanças na ordem das coisas.

Todos esses gestos que estamos analisando até aqui também poderiam indicar uma inversão da própria noção de legitimidade nas perspectivas oriundas das margens sociais e políticas da província, posto que ao passo que negavam a lógica de mando formais também sinalizavam para outros conceitos de autoridade, subvertendo as lógicas de funcionamento das câmaras municipais, da justiça, da religião, do exército, enfim, deslocando os estabelecimentos do poder vigente para outra órbita, de onde pudessem emitir opiniões de como deveria se organizar o novo poder imperial que estava emergindo. Nesse vocabulário simbólico estaria enunciada a sentença

“popular” de reprovação à continuidade das práticas arbitrárias e anti-populares com que o Estado se utilizava para organizar e controlar a sociedade.

Como veremos mais adiante, essas racionalidades políticas passariam, ainda, a estabelecer outra importante ligação entre “cidadania” e “nacionalidade”, que seria mais um elemento desagregador da realidade política formal que estava sendo esboçada em linhas gerais pela corte do Rio de Janeiro, pelo que essa associação revelaria todo o seu potencial explosivo, reforçando a conjuntura de imprevisibilidade que tomava conta dos rumos do Grão-Pará.

Notas

1 A licença existe na documentação do Arquivo Público, escrita em caligrafia grosseira possivelmente pelo próprio furriel Jorge de Assunção, que justifica sua ausência do corpo de ligeiros de Joanes por três meses em virtude de “se achar Molesto, cheio de feridas pelo Corpo todo”. Requerimento de Licença do Furriel Jorge de Assunção, datado em 29/07/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). Arquivo Público do Estado do Pará (doravante APEP).

2 Relação dos Praças Ausentes do Corpo de Tropa Ligeira de 3a Linha da Ilha de Joanes (Anexo). Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

3 Ofício do Juiz Presidente da Ilha Grande de Joanes, Joaquim Ângelo Gonçalves, para o Presidente da Província do Pará, José de Araújo Rozo, datado em 03/08/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

4 Ofício do Juiz Presidente da Ilha Grande de Joanes, Joaquim Ângelo Gonçalves, para o Presidente da Província do Pará, José de Araújo Rozo, datado em 04/08/1824. . Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

5 Cf. BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato*: Deputados do Brasil nas Cortes portuguesas, 1821-1822. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1999; SOUZA, Iara Lis F. S. Carvalho. *Pátria Coroada*: o Brasil como corpo político autônomo – 1780- 1831. São Paulo : Fundação Editora da Unesp, 1999.

6 A interessante explanação dos debates sobre as condições de “Cidadão e “brasileiro” na Assembléia Geral que moldaria a Carta Constitucional de 1824 abre possibilidades diversas de se compreender que sentidos poderiam estar embutidos nas proclamações oficiais que eram publicadas no espaço público das vilas e povoações do Pará. SLEMIAN, André. “*Seriam todos cidadãos?* Os impasses na construção da cidadania nos primórdios do constitucionalismo no Brasil (1823-1824)”. In: JANCÓS, István (org.). *Independência*: história e historiografia. São Paulo : Hucitec/Fapesp, 2005, pp. 829-847. Impressão semelhante foi estampada também nos debates impressos no contexto da Independência, onde a primazia dos debates e da participação política se situaria naqueles que detinham condições para utilizar os instrumentos críticos da razão ilustrada na forma de ensinamentos sobre os novos princípios modernos. Cf. NEVES, Lúcia Maria Bastos P. “Cidadania e participação política na época da Independência do Brasil”. In: Cad. CEDES, Campinas, v. 22, n. 58, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622002000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 Feb 2008. doi: 10.1590/S0101-32622002000300004.

7 SLEMIAN, *ibidem*, p. 840.

8 Cf. Ofício do Capitão Comandante da Vila de Oeiras, Jacinto José Monteiro, para o Governo Geral da Província do Pará, datado em 17/11/1823. Códice 671: Correspondências de Diversos com o Governo (1814- 1823). APEP.

9 Ofício do Tenente Comandante da vila de Oeiras, Braz Costa da Fonseca, para o Governo da Junta provisória do Estado, datado em 06/03/1821. Códice 671: Correspondências de Diversos com o Governo (1814-1823). APEP. (Ver em Anexo a “Relação dos Índios que prendi no Distrito da Vila de Oeiras”, datada em 05/03/1821).

10 Esses índios tinham participado de um levante na real fábrica de madeiras, pelo que fugiram em grande número logo em seguida, deixando grande prejuízo para o erário da província. Cf. Ofício do Tenente de Portel, Braz da Costa da Fonseca, para o Governo Provisório da Província do Pará, datado em 19/03/1821. Códice 671: Correspondências de Diversos com o Governo (1814-1823). APEP. Sobre a peste de hexigas que grassara sobre os moradores indígenas das povoações situadas às margens do rio Tocantins, ver Ofício do Capitão Comandante da Tropa de Ligeiros de Oeiras, Manoel Roiz Soares, ao Juiz Ordinário de Órfãos Simplício de Souza, datado em 27/09/1819. Códice 671: Correspondências de Diversos com o Governo (1814-1823). APEP.

11 Cf. Ofício de Joaquim José de Freitas, Comandante do Quartel de Melgaço, para a Junta de Governo da Província do Pará, datado em 03/1821. Códice 671: Correspondências de Diversos com o Governo (1814-1823). APEP. As deserções e o desrespeito às autoridades constituídas ainda continuavam representando grandes dores de cabeça em 1824, quando vinte e quatro índios trataram de fugir dos trabalhos nas tropas, refugiando-se nos rios e furos próximos à região de Oeiras, “por andarem todos fugitivos, sem quererem já obedecer aos Superiores, de modo que não sabemos de que modo os trataremos”. Cf. Ofício do Juiz Ordinário da Vila de Oeiras, Clemente Roberto Serrão, para o Presidente da Província do Grão-Pará José de Araújo Rozo, datado em 24/08/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP; As necessidades de terem que cuidar de suas roças e de seus negócios de sobrevivência, especialmente a produção de farinha de mandioca, pode ser também visto em Vigia e Vila Nova del Rei. Cf. Ofício da Câmara da Vila de Vigia para o Presidente da província do Pará José de Araújo Rozo, datado em 30/07/1824. Códice 789: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

12 Cf. Ofício do Juiz Ordinário da Vila de Bragança, José Carlos da Rocha, para o Presidente da Província do Grão-Pará José de Araújo Rozo, datado em 28/09/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

13 Os testemunhos sobre a conduta do grupo de índios de Piriá partiram dos moradores Amaro de Brito, Francisco de Borges e de Francisco Dionísio, este último tenente reformado de Ligeiros. Ver “Auto de Sumário que mandou fazer o Senado da Câmara da Vila de Barcarena à Requisição do Povo da mesma”, datado em 22/09/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

14 A primeira edição em português do diário de viagem de Spix e Martius foi publicada em 1938 pela Imprensa Nacional, promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para a comemoração do seu centenário. Esse trecho, me particular, está situado num parágrafo da narrativa em que os naturalistas procuram demonstrar a pouca compreensão do homem comum, especialmente o mestiço da terra, sobre o papel das instituições na vida política e social da província, o que se constitui, segundo o olhar de Spix e Martius, como uma sociedade que ainda não desenvolveu sua potencialidade burguesa, estando estacionada num estágio incipiente de civilização. SPIX, Johann Baptiste von e MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. Volume III, 2ª edição, São Paulo : Edições Melhoramentos, 1968, p. 19-20.

15 As motivações que levavam soldados a escapulir constantemente das malhas do poder a que estavam subordinados no interior das tropas regulares e auxiliares do exército tem sido tema recorrente na nova historiografia militar que tenta refletir as diversas relações existentes entre a organização da instituição militar e a sociedade nas mais diversas temporalidades. Nesse sentido, ver PEREGALLI, Henrique. *Recrutamento militar no Brasil colonial*. Campinas : Editora da Unicamp, 1986; LEONZO, Nanci. “As Companhias de Ordenanças da Capitania de São Paulo: das origens ao governo do Morgado de Matheus”. In: Coleção Museu Paulista, série História. Vol. 6, São Paulo, 1977; HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro : Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. MENDES, Fábio Faria. “Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX”. In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN Vitor e KRAAY, Hendrik (orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2004, pp. 111-137; KRAAY, Hendrik. “Em outra

coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos': o recrutamento dos escravos na guerra de independência na Bahia". In: Rev. bras. Hist. , São Paulo, v. 22, n. 43, 2002 . Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 Feb 2008. doi: 10.1590/S0102-01882002000100007.

16 Em outro ofício, datado do mesmo dia, o comandante João Antonio Egues reclamava do pedido de dispensa do soldado Antonio de Souza do corpo imperial, alegando estar debilitado por moléstias, dizendo que "brevemente nos veremos sem um só homem para o pesado e de outros serviços, e os primeiros a fugirem dele são os Brasileiros, estes que deveriam ser os próprios que se deveriam prestar voluntariamente". Cf. Ofícios do Tenente Coronel João Antonio de Souza Egues para o Governo das Armas da Província do Pará, datados em 02/06/1824. Códice 784: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

17 Cf. BRITO, Cecília Maria Chaves. "Índios das corporações: trabalho compulsório no Grão-Pará no século XVIII". In: ACEVEDO MARIN, Rosa Elisabeth. *A escrita da história paraense*. Belém : Naea/UFPA, 1998; NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. "Esses miseráveis delinquentes: desertores no Grão-Pará setecentista". In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2004, pp. 87-109; RAVENA, Nírvia. "O abastecimento no século XVIII no Grão-Pará: Macapá e vilas circunvizinhas". In: MARIN, Rosa Elisabeth Acevedo (org.). *A escrita da história paraense*. Belém : NAEA/UFPA, 1998, p. 29-52. Discutimos alguns aspectos do convívio militar e suas possíveis relações com as insubordinações políticas das camadas menos graduadas das tropas de linha de Belém e arredores no processo de independência no Pará. BRITO, Adilson Júnior Ishihara. *A "explosão revolucionária": a soldadesca na independência do Grão-Pará (1821-1823)*. Belém : Universidade Federal do Pará, 1999 (Monografia de graduação).

18 Cf. GOMES, Flávio dos Santos Gomes e NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. "Outras paisagens coloniais: notas sobre desertores e militares na Amazônia setecentista". In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana brasileira (séculos XVIII-XIX)*. Belém : Editora Universitária/UFPA, 1999, pp. 195-224.

19 Fábio Faria Mendes teceu algumas interessantes considerações acerca desse universo cruzado de pertencimentos no interior do exército que nos parecem importantes serem assinaladas, justamente porque, seja qual for a temporalidade, tendiam a consolidar uma camada superior unida em interesses recíprocos e a camada inferior dispersa e sem identificação institucional. MENDES, Fábio Faria. "A Economia Moral do Recrutamento no Império Brasileiro". In: Rev. bras. Ci. Soc. , São Paulo, v. 13, n. 38, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 Feb 2008. doi: 10.1590/S0102-69091998000300005

20 Essa conduta dos capitães Domingos Cazimiro Pereira e Lima e João de Deus e Silva estariam desguarnecendo a vila de Ourém e fragilizando a segurança de seus moradores, pois facilitava a penetração de fugitivos do Maranhão, como do distante lugar de Peritoró, que entravam no núcleo urbano e faziam desordens, sendo também recrutados para serviços particulares. Os dois detinham, ainda, o controle sobre uma imensa parte do rio Irituia, desde o igarapé do Jurujua até o sítio de Sta. Anna, onde tinha muito moradores indígenas. Ofício do Senado da Câmara de Ourém para a Junta Provisória de Governo, datado em 03/01/1824. Códice 782: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP. Ver também o Requerimento dos Moradores e do Senado da Câmara de Ourém para a Junta Provisória de Governo, datado em 03/01/1824. *Ibidem*.

21 Ofício do Tenente Coronel Jerônimo Faria Gaio para o Governo das Armas da Província do Pará, datado em 02/06/1824. Códice 784: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

22 Ofício do Alferes Comandante José Antonio de Loureiro para o Tenente Coronel Jerônimo Faria Gaio, datado em 31/03/1824. Códice 784: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

23 Ofício do Alferes Comandante do Registro de Arroios para o Governo Provisório do Pará, datado em 10/01/1823. Códice 671: Correspondências de Diversos com o Governo (1814-1823). APEP.

24 SCHMITT, Jean Claude. "A história dos marginais". In: LE GOFF, Jacques, CHARTIER, Roger e REVEL, Jacques (orgs.). *A Nova História*. Coimbra : Almedina, 1990, pp. 394-427.

25 Sobre o avanço do projeto centralizador da corte do Rio de Janeiro no período pós-independência, consideramos como clássico o trabalho de Maria Odila da Silva Dias para quem a transferência da corte portuguesa em 1808 iniciou um processo de combate à dispersão política vigente desde os tempos coloniais, interiorizando práticas políticas tradicionais da metrópole. Como centro do império português, foi deflagrado um processo de concentração de poder e de atribuições político-administrativas no Centro-Sul do Brasil que teve por meta transformar as relações entre as províncias, reconhecendo a formação de uma “metrópole” no interior do espaço interno. Essas mesmas diretrizes seriam também colocadas para as políticas locais, onde os centros de poder provinciais deveriam quebrar as pequenas autonomias sertanejas para desembocar na emergência de centralidades variadas, alinhadas ao Centro-Sul. DIAS, Maria Odila da Silva. “A Interiorização da Metrópole (1808-1853)”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). 1822: *Dimensões*. 2ª edição, São Paulo : Editora Perspectiva, 1986, pp. 160-184.

26 Ofícios do Capitão Comandante da Charrua Gentil Americana, Luiz Barroso Pereira, para o Secretário do Governo do Pará, José Thomaz Nabuco de Araújo, datados em 27/05/1824. Códice 782: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP. Ver a “Relação dos Marinheiros que têm Desertado da Charrua gentil Americana”, onde estão listados 16 soldados, sendo 3 de Lisboa, 1 de Figueira, 1 da Ilha de S. Miguel, 1 de Braga, 1 de Coimbra, 1 de Cintra, 1 de Campos, 1 de Goiás, 1 do Maranhão, 1 de Sta. Catarina, 1 do Ceará, 1 de [?], 1 do Porto e 1 do Pará. Essa diversidade de naturalidades poderia também agir como elemento de dispersão da marinagem.

27 Os pedidos de licença se amontoavam tão rapidamente quanto às deserções. Em 1824, por exemplo, são recorrentes os requerimentos de soldados e oficiais inferiores que utilizavam desse recurso como forma de se ausentar por algum tempo do serviço militar, justificando a licença de várias formas, por motivos de doença, visitas às famílias e ao lugar de nascimento, sustento aos familiares, manutenção de lavouras, negócios e ofícios no lugar de origem, e mais raramente, para cumprir estudos. Sobre os pedidos de licença que acusavam moléstias, ver Ofício do 2o Comandante João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha para o Governo das Armas da Província, datado em 10/05/1824; Ofício do Coronel Manoel Falcão para o Governo das Armas da Província, datado em 26/05/1824; Ofício do Capitão Domingos Casimiro para o Governo das Armas da Província, datado em 24/05/1824. Sobre os pedidos de licença que alegavam motivos familiares, ver Ofício do Major Antonio Ferreira Barreto para o Governo das Armas da Província, datado em 12/05/1824; Ofício do Capitão Manoel Gomes para o Governo das Armas da Província, datado em 18/05/1824. Sobre os que alegavam questões de trabalho e negócios, ver Ofício do 2o Comandante João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha para o Governo das Armas da Província, datado em 19/05/1824; Ofícios do Tenente Coronel Joaquim Faria Gaio para o Governo das Armas da Província, datado em 02/06/1824; Ofício do Tenente Coronel da Ilha de Joanes João Egues para o Governo das Armas da Província, datado em 04/06/1824; Ofício do Ajudante Anacleto da Costa para o Governo das Armas da Província, datado em 21/06/1824; Ofício do 2o Comandante João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha para o Governo das Armas da Província, datado em 28/06/1824; Ofício do Comandante Diogo Vaz da Mória para o Governo das Armas da Província, datado em 30/06/1824. Para os que alegavam serem arrimos de família, ver Ofícios do 2o Comandante João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha para o Governo das Armas da Província, datados em 26/05/1824 e 10/06/1824; Ofício do Capitão Comandante Diogo Vaz da Moia para o Governo das Armas da Província, datado em 26/06/1824. Um caso diz respeito a um soldado que pediu uma licença para cumprir estudos de gramática latina, cf. Ofício do Tenente Coronel José da Silva Egues para o Governo das Armas da Província, datado em 25/05/1824. Todos constam no Códice 784: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

28 Ofício do Capitão Comandante de São João do Araguaia, Antonio Ferreira Barreto, para o Governador das Armas da Província, José Maria de Moura, datado em 14/09/1823. Códice 671: Correspondências de Diversos com o Governo (1814-1823). APEP. Certamente a notícia do alinhamento do Pará ao Rio de Janeiro ainda não tinha chegado à fronteira sul da província.

29 Cf. Ofício do Tenente Comandante de Arroios, Antônio Barboza, ao governador e capitão-general do Pará, o conde de Villa Flor, datado em 19/05/1819. Códice 671: Correspondências de Diversos com o Governo (1814- 1823). APEP.

30 Ofício do Alferes Comandante de Arroios Boaventura José de Vilhena para a Junta Provisória de Governo, datado em 10/01/1823. Códice 671: Correspondências de Diversos com o Governo (1814-1823). APEP.

31 Cf. Ofício do Tenente Comandante do Registro Militar de São João de Araguaia Braz da Costa da Fonseca, datado em 25/05/1824. Códice 786: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

32 Vários documentos pontuam claramente essa questão. Ver Ofício do Capelão da Colônia de São João de Araguaia José Paulo da Costa para a Junta Provisória de Governo, datado em 13/12/1822. Códice 671: Correspondências de Diversos com o Governo (1814-1823). APEP. Nesse documento, o capelão de S. João de Araguaia informa sobre a necessidade de conversão dos índios e a oposição do capitão comandante a este intento, o que deixava os nativos “aferrados aos seu sistema”. Ofício do Capitão Comandante do Presídio de São João de Araguaia Francisco de Siqueira Monterroero e Mello para a Junta Provisória de Governo, datado em 23/11/1822. Códice 671: Correspondências de Diversos com o Governo (1814-1823). APEP. Neste longo ofício ficam expostas as práticas de recrutamento ilegal de índios pelo capitão Francisco José Pinto de Magalhães, que teria “arrancou do interior de algumas Famílias, não só da Vila de Cameté como das Povoações Vizinhas, alguns Gentios já Batizados e civilizados, para os introduzir no meio da Gentilidade bárbara, sendo alguns deles vendidos pelo dito Capitão”.

33 Praticamente todos os escritos políticos sobre a independência no Pará se reportaram aos índios como um grupo homogeneizado, desde os *Motins Políticos* de Domingos Antônio Raiol até Arthur Cezar Ferreira Reis. REIS, Arthur Cezar Ferreira. “O início da reação nativista”. In: *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*. Tomo XII, Belém : Editora Monumento, 1969, pp. 1-41. No entanto, chama a atenção que essa visão tenha se mantido num trabalho bem recente sobre os embates políticos emancipacionistas, que, embora tenha apontado elementos de análise interessantes para se pensar o envolvimento dos índios, persistiu na designação “tapuios” para definir as nações indígenas e considerou a recusa ao trabalho compulsório como único motivo que dava racionalidade às ações políticas desses nativos em toda a província do Pará. MACHADO, André Roberto de Arruda. *A quebra da mola real das sociedades: a crise política do Antigo Regime Português na província do Grão-Pará (1821-1825)*. São Paulo : Universidade de São Paulo, 2006 (Tese de Doutorado). Ver, sobretudo, o capítulo 4.

34 O belo e instigante texto de David Sweet sobre a história de uma índia escrava apresada ilegalmente no Rio Negro que, com a ajuda de seu jovem amante, decidiu reivindicar sua liberdade perante as autoridades coloniais de Belém com na ilegitimidade de sua escravização chama a atenção para a especificidades étnicas que o historiador precisa considerar quando analisa a visão de mundo que esses indígenas produziram. SWEET, David G. “Francisca: escrava da terra”. In: *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*. Tomo XIII, Belém : SECDet, 1983, pp. 283-304.

35 Não há como não fazer referência ao conceito inovador de “classe” formulado por E. P. Thomspon, que foge dos padrões tradicionais da historiografia marxista sobre a classe operária, para abrir janelas de reflexão sobre movimentos e motins protagonizados por indivíduos de diversas procedências sociais. THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987. Um dos primeiros trabalhos políticos que utilizaram inventivamente os referências thompsonianos relacionados à resistência e à etnicidade foi o de João José Reis sobre o levante dos Malês na Bahia em 1835. REIS, João José. “O levante dos Malês: uma interpretação política”. In: ____ e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo : Companhia das Letras, 1989, pp. 99-122.

36 Embora não tenham abordado as relações entre as múltiplas identidades políticas e a sociedade marginal no período constitucional, István Jancsó e João Paulo G. Pimenta deixaram com ponto de fuga no texto essas variadas possibilidades, pelo que aludimos a essa reflexão nesses últimos parágrafos. Cf. JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo G. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.) *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000): Formação: histórias*. São Paulo : Editora Senac São Paulo, 2000, p. 163.

37 A prisão do soldado desertor Vortazio José foi que desencadeou essa série de insultos contra as autoridades institucionais do lugar .Ofícios do Juiz Ordinário de Vila do Conde, Bento José, para o Presidente da Província do Pará José de Araújo Rozo, datados em 12/08/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

38 A liquidação desse autonomismo das câmaras municipais começaria a acontecer, segundo Sérgio Buarque de Hollanda, a partir da lei de 1o de outubro de 1828, quando se definiriam as atribuições desses órgãos somente no âmbito administrativo. Essa foi uma das expressões que assumiu a desagregação de uma “herança colonial” dentro do projeto centralizador do primeiro Império. HOLLANDA, Sérgio Buarque

de. “A Herança Colonial – sua desagregação”. In: *História da Civilização Brasileira*: o Brasil monárquico, tomo II: o processo de emancipação. 9ª edição, Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2003, p. 30; SALGADO, Graça. *Fiscais e Meirinhos no Brasil Colonial*. 2ª edição, Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1985, pp. 97-112.

39 Ofício do Juiz Ordinário da Vila de Salvaterra, José Antonio de Oliveira, para o Presidente da Província do Pará José de Araújo Rozo, datados em 15/09/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

40 Ofício do Juiz ordinário da Vila de Alenquer, Francisco Xavier Alves Guimarães, para o Presidente da Província do Pará, José de Araújo Rozo, datado em 17/08/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

41 Ofício do Juiz ordinário da Vila de Alenquer, Francisco Xavier Alves Guimarães, para o Presidente da Província do Pará, José de Araújo Rozo, datado em 17/08/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

42 “Soluções” essas que conferiam racionalidade política às atitudes desses indivíduos, pois conseguiam à sua maneira perceber os elementos estancos da sociedade e propor uma reforma ampla no interior das instituições. O encaminhamento dessas reflexões foram feitas a partir do texto de ROSANVALLON, Pierre. “Por uma história conceitual do político (Notas de estudo)”. In: *História*, São Paulo, v. 15, 1996, Universidade Estadual Paulista (UNESP), pp. 27-39.

43 Cf. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais*: a cultura política da independência (1820- 1822). Rio de Janeiro: Revan; Faperj, 2003; SCHWARCZ, Lillian Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis*: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impresos*: a guerra dos jornalistas na independência, 1821-1823. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; SOUZA, Iara Lis de Carvalho e. *Pátria coroada*: o Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999; MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio*: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808- 1821). São Paulo: Companhia das Letras, 2000; ARAÚJO, Ana Cristina de. “Um império, um reino e uma monarquia na América: as vésperas da independência do Brasil”. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência*: história e historiografia. São Paulo : Hucitec/Fapesp, 2005, pp. 235-370; COELHO, Geraldo Mártires. *Anarquistas, Demagogos e Dissidentes*: a imprensa liberal no Pará de 1822. Belém : CEJUP, 1993.

44 Ofício do Juiz ordinário da Vila de Beja, Vidal Luiz Rodrigues, para o Presidente da Província do Grão-Pará José de Araújo Rozo, datado em 07/09/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

45 Ofício do Capitão Comandante da 7a Companhia de Milícias Marcelino José de Mello Marinho Falcão para o Presidente da Província do Grão-Pará José de Araújo Rozo, datado em 07/06/1824. Códice 784: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

46 Carta do Vigário Capitular de Igarapé-Mirim, João Manoel Oliveira, para o Capitão Comandante da Vila Frâncio José Salles, datado em 16/04/1824. Códice 787: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

47 THOMPSON, Edward Palmer. “Rough Music”. In: *Costumes em Comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo : Companhia das Letras, 1998, p. 360.

48 Ofício do Juiz Ordinário da Vila de Arraiolos, Bernardo [?], para o Presidente da Província, José de Araújo Rozo, datado em 10/01/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo. APEP.

49 A referência que utilizamos para compreender a relação da maçonaria com a sociedade da independência foi o trabalho de Alexandre Mansur Barata, que discute a organização interna das lojas maçônicas e seus critérios de recrutamento durante, assim como a atuação dessas sociedades secretas no processo de emancipação. BARATA, Alexandre Mansur. “Sociabilidade maçônica e independência do Brasil (1820-1822)”. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência*: história e historiografia. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005, pp. 677-706.

50 O que eram consideradas características centrais na sociabilidade maçônica. Idem, ibidem, p. 680.

51 Carta do Capelão da Colônia de São João de Araguaia José Paulo da Costa para a Junta Provisória de Governo do Pará, datado em 13/12/1822. Códice 671: Correspondências de Diversos com o Governo (1814- 1823). APEP.

52 Cf. Ofício do Alferes Comandante do Registro de Arroios Boaventura José de Valença para a Junta Provisória de Governo do Pará, datado em 10/01/1823. Códice 671: Correspondências de Diversos com o Governo (1814- 1823). APEP.

53 O silêncio relacionado à independência em Cameté, teria sido obra, segundo o tenente Moraes Bittencourt, dos membros do senado da câmara, cuja maioria era reputada “portuguesa”. Ofício do Tenente Coronel da vila de Cameté, José Justiniano de Moraes Bittencourt, para o Governo Provisório da Província, datado em 23/08/1823. Códice 671: Correspondências de Diversos com o Governo (1814-1823). APEP. Os proclamas e festejos em júbilo pela independência em Cameté só seriam realizados mais de um mês depois. Cf. RAIOL, *op. cit.*, p. 55.

CAPÍTULO 11

CAMETÁ EM REVOLUÇÃO: DISPUTANDO A PÁTRIA NO BAIXO TOCANTINS

“MORRAM OS EUROPEUS”: INVENTANDO A PÁTRIA SOB O PODER DAS REPÚBLICAS POPULARES – DISPUTAS NO BAIXO TOCANTINS

Ilustríssimo Senhor Furriel João Diogo Collaço

Estimarei o bem de sua boa saúde e de tudo quanto respeita eu o fazer destes, [seja] Deus louvado para sempre. Amigo, eu rogo-lhe o obséquio de Vossa Mercê me mandar dizer que não vá para o Pará. Rogo a Vossa Mercê mande-me o verso da independência, mande-me algum uso da independência.

Lembranças da minha mana manda-lhe minha (sic) Florinda uma cousa pintada uma panela.

Deste teu amigo

Que lhe quer e venera estimas

De Vossa Mercê, Amigo e Companheiro.

Torquato Roiz de Monforte

A correspondência acima¹ foi apreendida com um dos viajantes de uma canoa que vinha descendo sorateiramente o rio Mojú, quase na confluência com o rio Acará, próximo à cidade de Belém, em uma manhã de fevereiro do ano de 1824. Após a primeira abordagem, todos os tripulantes da pequena embarcação

tiveram que subir a bordo da barca artilheira no 2, onde o comandante inquiriu minuciosamente o piloto para saber de onde vinham e para onde iam. O responsável pela canoa respondeu-lhe que tinham partido do destacamento de Igarapé- mirim com destino à cidade de Belém, com o objetivo de irem falar com o presidente da junta provisória de governo. Ao ser perguntado se levava papéis consigo, o piloto primeiramente disse que sim e logo depois disse que não, demonstrando nervosismo e caindo em contradição. A postura pusilânime do interlocutor fez com que o comandante da barca artilheira mandasse fazer uma revista na canoa, encontrando não somente outros papéis como duas carabinas carregadas com balas, dois terçados e dois facões escondidos em um compartimento secreto da embarcação. Ao oficial o ocorrido à junta, o comandante sentenciou que “esses indivíduos são de desconfiança”.²

Na correspondência confiscada, provavelmente de um morador civil da vila de Cameté para um furriel de Belém, transparece pedidos sinceros envoltos em laços de amizade, o que isenta a fonte de qualquer possibilidade de falseamento das informações. Uma dessas solicitações faz límpida alusão ao crítico momento político que se passava em torno das vilas e povoações situadas nas margens do Tocantins e em seus afluentes, principalmente através do pedido de algum distintivo que pudesse fazer com que o autor da missiva, Torquato Monforte, pudesse ser considerado como um defensor da independência. Essa preocupação se encaixava como uma luva nas motivações mais gerais dos conflitos que assolavam grande parte do sertão provincial, pois por todos os lados se gritava em altas vozes “Morte aos europeus!”. Nesse sentido, ter um verso ou algum uso que ligasse a pessoa ao “partido” da independência seria uma garantia, pelo menos em parte, da integridade física perante a violência que se alastrava como rastilho de pólvora entre a massa do povo que se auto- intitulava “Brasileiros”.

Outras cartas apreendidas na mesma situação expressavam a conjuntura de incerteza e provisoriidade que marcava a vida das pessoas no rumo dos acontecimentos desencadeados em Cameté, gerando um clima de medo generalizado, principalmente por conta da paralisação dos correios e da falta de informações precisas dos acontecimentos, o que gerava grande confusão e o aumento da imprezibilidade sobre a realidade presente. As preocupações com os familiares que estavam em Belém se avolumavam, o que levava as pessoas a enviarem correspondências para seus familiares pedindo que não regressassem à região antes de serenados os ânimos, ou informando sobre o perigo de se navegar pelos rios naquela situação, como a que Miguel Joaquim Biguins escreveu para o seu filho, informado-o da impossibilidade de sair de Cameté e do espanto sobre os últimos acontecimentos³. Outros, como o soldado João Vanzeler e

de Maria Joana da Conceição, escreviam aos seus parentes pedindo mantimentos por consequência da interrupção do trabalho nas roças ou revelavam, ainda, o clima de medo que passou a reinar na vila, como escrevia João Remigio de Souza à sua mãe⁴.

A presença da barca artilheira no 2 nos rios Acará e Mojú fazia parte de uma estratégia da junta provisória do Pará para conter os ânimos exaltados dos moradores da vila de Cameté, que, desde outubro de 1823, vinham organizando levantes na vila e em seus distritos rurais, colocando em perigo a hegemonia do governo na região do baixo Tocantins. Em sessão extraordinária de 19 de janeiro de 1824, os membros da junta tinham decidido reforçar a vigilância sobre os rios próximos às vilas de Barcarena, Muaná, Conde, Beja, Mojú, Oeiras, Igarapé-mirim e Breves, pondo várias barcas e canoas artilhadas para patrulhamento ostensivo sobre as embarcações não oficiais, no intuito de evitar que os revoltosos cametaoaras tivessem acesso à ilha do Marajó, assim como embaraçar os assaltos aos barcos de comércio que transitavam dos mais diversos pontos da região para a capital da província⁵.

A importância da vila de Cameté para a configuração política da província não era pequena, primeira por causa de sua demografia. Segundo levantamentos estatísticos de Antônio Ladislau Monteiro Baena, em seu notável *Ensaio corográfico sobre a Província do Pará*⁶, obra panorâmica e fundamental sobre a situação da província na primeira metade do século XIX, a vila de Cameté possuía uma população total de 8.068 habitantes livres, sendo 1.382 escravos⁷. Esses dados asseguram que, excetuando-se a capital da província, a vila tocantinense era a mais populosa de toda a província. A numerosa população da vila, no entanto, não se concentrava no meio urbano, mas nos mais diversos distritos rurais, onde se situavam as principais atividades econômicas. Aliás, esse era o segundo diferencial do baixo Tocantins, cuja região era grande produtora de mandioca, cacau, café, anil, algodão, arroz, tabaco, urucum e cana-de-açúcar. As primeiras quatro culturas agrárias, no entanto, sofreram grandes incrementos no século XVIII por conta dos incentivos da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e da política pombalina para a Amazônia, sendo implantadas segundo o modelo latifundiário, voltado para a exportação e com mão-de-obra africana escravizada⁸.

No entanto, quando situada nos embates políticos do contexto independentista, temos que considerar que a vila de Cameté mantinha sob sua órbita vários lugares e vilas que circundavam um espaço de grandes proporções, visto que constituía um “lugar de índios”, ou seja, uma localidade que tinha sob controle uma substancial parcela de trabalhadores indígenas de todo o baixo e médio Tocantins. Para termos idéia de quanto isso representava em termos demográficos, passemos para a tabela abaixo:

TABELA 1

População habitante das vilas e lugares da região do baixo Tocantins

Vilas e lugares do Baixo Tocantins	No de habitantes
Cametá	9.450
Melgaço	5.719
Abaité	4.064
Oeiras	3.944
Igarapé-mirim	3.573
Muaná ⁹	3.523
Mojú	3.157
Portel	2.250
Baião	1.950
Beja	886
Conde	400
Breves	227
Total de habitantes	39.143

Fonte: BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Ensaio corográfico sobre a Província do Pará*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004

Considerando-se que a população total da província do Grão-Pará se constituía aproximadamente em 149.854 habitantes, a área de influência da vila de Cametá perfazia expressivos 26,12%. As proporções tornam-se ainda mais significativas quando confrontadas com a população total da comarca de Santa Maria de Belém, onde se inseria administrativamente toda a região do Tocantins até a fronteira com província de Goiás. O número total dos habitantes de todas as vilas da comarca era de 118.282 moradores, sendo que percentualmente o bloco cametaoara representava 33,09% dos habitantes. A baixa diferença entre os percentuais indica que a comarca de Belém se constituía, de longe, na mais populosa, o que representava, segundo o capital político, a importância dessa região para a configuração do poder em todo o Grão-Pará.

Portanto, se dermos créditos aos dados coletados por Antônio Baena, os grupos dirigentes do Tocantins, principalmente os da vila de Cametá, possuíam considerável poder de barganha no contexto da independência, posto que esses dados populacionais foram pensados na relação entre o número de fogos e de habitantes por fogo, o que não leva em consideração a enorme ocupação de militares destacados para lá, assim como de fugitivos que passaram a agir naquela região. Não é à toa que, visu-

almente, os comandantes militares que foram destacados para combater as desordens em Cameté e adjacências tiveram a impressão de que aquela região era a mais populosa de toda a província, o que indica a grande concentração de pessoas, sobretudo indígenas, nas margens e matas das ribeiras do Tocantins¹⁰.

Outro importante dado que deve ser agregado à análise das sedições que tiveram como palco a vila de Cameté e seus distritos rurais dizem respeito à divisão social entre homens livres e escravos. Vejamos essas informações na tabela abaixo:

TABELA 2

Percentual de homens livres e escravos nas vilas e lugares do Baixo Tocantins

Vilas do Baixo Tocantins	No de homens livres	No de escravos	% de livres	% de escravos
Cameté	8.068	1.382	85,37%	14,6%
Melgaço	4.615	1.104	80,6%	19,3%
Abaité	2.425	1.639	59,6%	40,3%
Oeiras	3.621	323	91,8%	8,1%
Igarapé-mirim	1.734	1.839	48,5%	51,4%
Muaná	3.021	503	85,7%	14,2%
Mojú	1.429	1.728	45,2%	54,7%
Portel	2.170	80	96,4%	3,5%
Baião	1.500	450	76,92%	23,07%
Beja	886	-	100%	0%
Conde	400	-	100%	0%
Breves	227	-	100%	0%
Total /Média %	30.096	9.048	80,84%	19,15%

Fonte: BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Ensaio corográfico sobre a Província do Pará*.

Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004

O quadro acima é sugestivo quanto às proporções médias de homens livres e homens escravos no baixo Tocantins. À primeira vista, parece assente que existe uma enorme diferença entre a porcentagem de homens livres e de escravos, respectivamente de 80,84% e 19,15% - cifras essas que foram arredondadas. A balança parece ser mais equivalente em, pelo menos duas vilas, a de Igarapé-mirim e a do Mojú, que apresentaram diferenças relativamente pequenas de 2,9% e 9,5% respectivamente. O que esses números podem nos dizer? Em primeiro lugar, as estatísticas contidas no *Ensaio corográfico* indicam que a grande proporção de

homens livres na região Tocantins representa maior desigualdade social, porque a esmagadora maioria desses sujeitos eram pobres, tinham pouca ou nenhuma posse, e eram os mais visados pelos recrutamentos para as milícias de ligeiros, justamente aquela parte do exército que era mais utilizada como mão-de-obra para o trabalho nos negócios do Estado.

Portanto, os conflitos que marcaram essa região entre 1823 e 1824 seriam protagonizados por esses “índios rudes”, muitas vezes aliados aos mestiços e aos próprios escravos negros e mulatos, colocados à margem das benesses do Estado. Ora, confirma esses dados, por exemplo, uma lista de recrutas que foram presos por crime de deserção em Cameté e cercanias, composta por 33 soldados que, ao que tudo indica, se solidarizaram na fuga e nas ações de insubordinação pelo espaço público da vila e matos próximos e distantes. Nessa lista aparecem 18 descritos como “índios”, 12 descritos como “mestiços”, “cafuzos” e “mulatos”, e somente 3 descritos como “pretos”. Contudo, chama à atenção as observações colocadas ao lado dos nomes desses recrutas, o que indicam os possíveis motivos das prisões, pelo que 29 caíram nas mãos das tropas por serem “vadios”, “sem estabelecimento”, “vagabundos”, “sem domicílios”, “ociosos”, ou ainda um amálgama de desvios, como no caso do índio Manoel Luiz que foi preso por ser “revoltoso e sem estabelecimento”¹¹.

Esse quadro de extrema desigualdade social, portanto, foi o grande impulsionador das manifestações de descontentamento que começaram a caracterizar a região do baixo Tocantins, sobretudo a vila de Cameté. As primeiras correspondências trocadas entre a junta provisória e os grupos dirigentes daquele lugar sobre o aumento das tensões políticas datam de maio de 1822, quando começava a se delinear a preocupação com “os muitos soldados desertores e pretos fugidos que se acham perpetrando crimes nos contornos dessa Vila de Cameté”¹². Daí em diante, esse assunto seria recorrente na comunicação oficial, o que já demonstra os traços com que o constitucionalismo se revestiu na vila, despertando aqueles mesmos sentimentos de altivez e insubordinação já manifestados na capital e em outros pontos da província¹³, como foi o caso do cafuzo Lázaro Fernandes, “preso por crime de propagar idéias d’alforria, mencionando ao mesmo tempo que a Vila de Cameté de onde aquele foi mandado se levantaram e surraram o seu Senhor”¹⁴.

Nesse momento, em que as disputas políticas em torno da manutenção dos laços com Portugal ou o alinhamento com a corte do Rio de Janeiro traziam grandes incertezas para os grupos dirigentes da província, Cameté se mantinha como o espaço de insatisfação de índios e mestiços que rejeitavam os serviços nos órgãos do governo, principalmente nas tropas de milícias, seja como desertores desse mesmo serviço ou ain-

da como “vadios”, isto é, homens livres que “não tem emprego, ofício ou modo de vida conhecido”, que perambulavam pelo espaço público a propagar ditos não condizentes com a ordem das coisas. Aliás, a visibilidade que os “vadios” ganharam perante as autoridades tinha que ver com a possibilidade de serem recrutados para as tropas, perfazendo uma estratégia que seria muito utilizada para controlar a população livre e pobre de toda a província¹⁵, o de empregá-la obrigatoriamente no serviço militar, já que, em princípio, não se utilizariam os fugidos, amocambados e desertores nas fileiras milicianas¹⁶.

O princípio detonador das primeiras graves sedições políticas em Cameté e adjacências, segundo a própria historiografia¹⁷, foi a violenta repressão da tropa de linha sob o comando do comandante John Pascoe Grenfell, enviado de D. Pedro e José Bonifácio para consolidar o alinhamento da província à corte do Rio de Janeiro, entre os dias 12 e 15 de outubro de 1823. Naquela ocasião, a morte de 263 pessoas em uma só noite, sendo cinco soldados executados a sangue frio no largo do palácio e o restante tendo desfalescido de asfixia no porão do Brigue *Palhaço*, causou grande impressão em toda a população de Belém, principalmente entre os revoltosos que conseguiram escapular daquela tragédia para o interior. Rapidamente, notícias desses episódios se espalharam por várias vilas da província, levadas pelos que testemunharam os acontecimentos, pelos que fugiram e pelos que ouviram dizer, indicando a surpreendente eficiência dos meios de comunicação utilizados pelas camadas empobrecidas, que apesar de, no máximo, possuírem alguns poucos rudimentos de leitura e de escrita, faziam com que as informações sobre a situação política que lhes diziam respeito circulassem pelo espaço público, sobretudo sobre as margens do rio Tocantins¹⁸.

Ao lado do aspecto chocante que envolveu os acontecimentos que se passaram em Belém¹⁹, outro fator ainda de maior impacto político seria um dos pilares de grande parte das sedições populares desse período, a noção cada vez mais clara de que, se nada fosse feito, as instituições características do Antigo Regime continuariam em vigor, o que representava, do ponto de vista dos escravos e homens livres “de cor”, a restrição tácita de seus direitos sociais e políticos, enfim a pulverização de sua condição de cidadãos. A persistência dos métodos violentos utilizados pelo Estado para o controle da sociedade parecia ainda mais transparente por causa da permanência dos portugueses europeus à frente das principais atividades econômicas e políticas da província. Aliás, e esse é um dos pontos que queremos chamar atenção aqui, o “europeu” começou a ser identificado como o “inimigo público número um”, e, sobre ele, começaria a se delinear traços cada vez menos imprecisos de um sentimento patriótico, tanto no que tange ao rol das relações políticas formais, como nas disputas cotidianas.

Foi tentando acalmar os ânimos que começavam a caminhar perigosamente por esse viés da identidade que a junta provisória de governo lançou uma “proclamação aos povos” no dia 27 de outubro, em que exortava os habitantes da província a evitarem que “a pátria comum” caísse em total ruína, principalmente “a distinção do nascimento, que a adoção do mesmo sistema [da Independência] deveria ter esquecido”, pelo queurgia “[terminar] de uma vez com essas distinções, vinganças e ambições, procurando o seio da união e o restabelecimento da ordem social”²⁰.

Não esqueçamos que esse discurso remetia ao mesmo conteúdo da proclamação que o brigadeiro José Maria de Moura havia feito pouco mais de um ano antes em relação ao suposto ataque naval do Rio de Janeiro, ou seja, na conjuntura política independente fazia necessário homogeneizar o conceito de “pátria” atrelado ao de “ordem”, posto que as distinções de nascimento levavam as “baixas esferas” à variadas compreensões que desvinculavam essas categorias, sendo que a mais radical delas era a de que se constituía em distintivo de autonomia política e econômica dos nascidos na terra perante os “europeus”. Passava a ganhar menor imprecisão um *sentimento patriótico popular*, cujos referenciais mais significativos estavam no pertencimento à província, ao Pará, visto que “nação” ainda era um conceito fluído e certamente pouco compreendido entre as camadas escravas e livres pobres por causa da indistinção presente no âmbito das instituições formais, não se sabendo ao certo se eram brasileiras ou portuguesas, pelo que ficava abalada a idéia de subordinação a um mesmo rei como núcleo aglutinador de uma identidade nacional²¹.

Os primeiros a perceberem essa expressiva diferença identitária feita pelos populares foram os ingleses residentes no Pará, sobretudo os que tinham negócios de exportação na cidade de Belém, que solicitaram ao governo a aprovação imediata de seus passaportes para que pudessem deixar a província em segurança no brigue Mary Ellen. A decisão dos ingleses de abandonar suas propriedades e bens não tinha outro motivo senão “a saída de força marítima” da província, no que se referia ao comandante inglês John Grenfeel, que já propagava seu retorno para o Rio de Janeiro a mando do imperador, além da generalização da anarquia “[contra] os Vassalos britânicos (...) para não testemunharem cenas as mais trágicas e funestas do que as de dezessete de outubro passado”²². O levante de outubro, portanto, não tinha sido qualquer revolta contra as autoridades, mas o elemento realmente explosivo que tinha se alastrado pela província possuía nuances anti-européias e os ingleses tinham consciência que, mais dia ou menos dia, a fúria dos desertores e escravos fugidos se voltaria contra eles, por causa da fragilidade das instituições locais. Daí a pressa em sair da província o quanto antes, no que solicitaram que o governo assumisse os débitos dos negociantes da praça com os estabelecimentos ingleses e os indenizassem pela perda e destruição de suas mercadorias²³.

O clima de medo que parecia imperar na cidade do Pará, no entanto, passou a ser centrado nos acontecimentos que se davam ao longo do rio Tocantins, para onde a junta provisória tinha enviado em 30 de outubro a escuna *Andorinha* e a barca artilheira no 2 para conter os exaltados ânimos que tomavam conta da vila de Cameté e que já tinham se espalhado por várias vilas e distritos adjacentes, destacando-se Baião, Oeiras, Portel, Melgaço, Anapú, Igarapé-mirim, Mojú, Conde, Beja até as localidades da ilha do Marajó. Como Monforte e Muaná. Ao longo dos rios, igarapés e furos que ligavam essas várias localidades, grupos de sediciosos, sobretudo de índios, se comunicavam entre si e faziam ataques coordenados às embarcações de comerciantes europeus que transitavam por ali, construindo uma espécie de bloqueio para realizar os saques aos altos gritos de “Viva a liberté!”²⁴. A ação das barcas artilheiras foi desastrosa. Ao invés de usarem de diplomacia para resolver a questão, como constava nas ordens da junta para os comandantes de toda a região²⁵, os comandantes decidiram bombardear a vila de Cameté. Porém, a resposta dos habitantes da vila, provenientes das “baixas esferas”, foi arrasadora e impôs fragorosa derrota às tropas legalistas²⁶.

As hostilidades dos habitantes do baixo Tocantins aumentaram sensivelmente depois desse primeiro contato com os representantes da junta provincial, mas, do ângulo de visão marginal, as expectativas coletivas de mudança com a independência não se consolidariam sem a expulsão de todos os europeus da província. Por isso se manifestavam contra as instituições que regiam as vilas que, por seus vínculos com os não-brasileiros, passaram a encarnar permanência das injustiças, arbitrariedades e desigualdades existentes. Em Oeiras, por exemplo, um grupo de doze cafuzos, moradores do rio Canatica, saiu às ruas da vila insultando as autoridades constituídas e insuflando o medo por entre os dissidentes da independência brasileira, espalhando que “Sua Majestade Imperial manda que eles [cafuzos] matem os Europeus; e os Escravos que matarem seus senhores ficaram libertos”, atacando os negociantes portugueses e ameaçando a vida do próprio magistrado, que pedia permissão para se retirar, junto com a sua família, para a capital²⁷.

Os últimos dois meses de 1823 foram de grande apreensão entre os que eram identificados como inimigos da causa da independência entendida pelo olhar dos revoltosos, principalmente para os negociantes de grosso trato ligados a Lisboa e os dirigentes políticos provinciais. A falta de informações exatas vindas da região do Tocantins e a chegada, na capital, de várias autoridades fugidas das vilas levantadas faziam com que se instalasse um clima de verdadeiro terror em Belém, principalmente por conta de notícias que davam conta da perigosa associação entre desertores e escravos nas revoluções que estavam em curso. Com o intuito de proteger a capital da pro-

víncia, a junta provisória expediu ordens confidenciais e urgentes para o comandante inglês John Grenfell para que reforçasse as entradas do rio Tocantins, deslocando para as bocas dos rios Mojú e Acará uma barca artilheira para frustrar qualquer tentativa dos “soldados desertores reunindo-se queiram fazer algum desembarque na Cidade”²⁸, assim como se providenciassem a formação de escoltas para transferir toda a pólvora que estava no quartel de São José Nolasco para bordo de algum navio²⁹ e tornasse inacessível o acesso de qualquer pessoa ao trem das armas³⁰.

Todas essas precauções se faziam com as atenções voltadas para o que acontecia em Cameté e seus distritos rurais, de onde partiam as notícias dos levantes. Nas correspondências trocadas entre as instâncias do poder começou a se delinear uma liderança desses movimentos sediciosos, atribuída a Sebastião José Ribeiro, conhecido na região tocantinense pelo codinome de “Maneta”. Todas as ações coordenadas para saquear os barcos comerciais, atacar as embarcações artilheiras oficiais e pressionar as autoridades da vila para confirmarem a independência com a expulsão dos europeus pareciam serem fruto das ações coordenadas pelo Maneta, que era considerado “um dos principais cabeças e comandante dessas desordens”³¹.

Essas ações partiam principalmente das localidades situadas ao longo dos rios que cortavam a vila e os distritos rurais de Cameté, onde um número significativo de homens livres pobres prestava seus serviços nas propriedades particulares, sobretudo nas fazendas de cacau, e/ou nas tropas de ligeiros. Parecia ser relativamente assente para as autoridades que o Maneta reunia, nesse momento, grande influência entre os índios e pretos dos distritos cametaenses, e mesmo outros que afluíam de Oeiras e até de Muaná, na Ilha do Marajó³², incentivando todos a abandonar o trabalho nas ditas roças e nas tropas, o que representava a formação de uma milícia considerável de índios desertores e pretos fugidos sob o seu comando³³.

Sua ação em Cameté, entretanto, tinha se iniciado entre agosto e setembro de 1823, quando foi considerado o maior “amotinador dos povos rústicos” e indiciado em Auto de Sumário pelo juiz ordinário Manoel Barroso Bastos. Neste surpreendente documento, Sebastião José Ribeiro tinha sido denunciado por alguns moradores da vila por vir “seduzindo [o Povo] há mais de um mês, ameaçando os Europeus que tinha do seu partido”, o que fazia armado de um machado todos os dias, convocando os índios para se reunirem em sua casa, dizendo que “tinha ordem do Governo Geral para tudo o que ele quisesse fazer”. Espalhava, ainda que o “povo néscio” não deveria obedecer ao juiz ordinário e a qualquer outro juiz de fora, “pois que já estavam comprados”, dizendo que “deitaria ao Juiz Ordinário com um pau fora de casa e do cargo”. Além disso, o Maneta assumiu diretamente a virtual autoridade sobre a vila, posto que deliberava ordens de

sua casa para que os índios formassem patrulhas e caçassem os europeus portugueses, dizendo em alto e bom som que “era chegado o tempo de se vingarem do que lhes tinham feito os Europeus”, chegando ao ponto de orientar alguns moradores que partiram para Oeiras para que “todo o Europeu que topassem fossem matando, pois tinha recebido carta do Governo onde lhe determinava que os seguisse até o Inferno”³⁴.

O Maneta, no entanto, não estava sozinho. Várias são as referências feitas pelos dirigentes civis e militares a outro importante personagem dos levantes populares no baixo Tocantins, o tenente da tropa de índios ligeiros de Cameté Filipe Euzébio Bahia, outra significativa liderança dos acontecimentos políticos que se deram na região logo no princípio de 1824. Filipe Bahia seria um dos grandes organizadores de escoltas indígenas para fazer o ataque às tropas vindas a mando da junta provisória do Pará, sendo suas ações geralmente voltadas para o confisco de armamentos e munições que pudessem fortalecer as milícias sob seu comando. Segundo o relato do juiz ordinário da vila, Bahia entrava em cena sempre acompanhado de numerosa tropa de mais de cinqüenta homens “armados de Espingardas, Arcos e flechas, Terçados e paus”, como acontecera no dia 7 de janeiro, quando, por volta de duas horas da tarde, tinha chegado ao núcleo urbano de Cameté com seus homens e logo se dirigiu à casa do tenente coronel José Justiniano de Moraes Bittencourt para exigir que este lhe entregasse todos os cartuchos e seus respectivos cunhetes de pólvora, “dizendo [que] queria o cartuchame que era para a defesa da Vila”, posto que o mesmo

(...) tem espalhado que da Cidade estão a partir para cá embarcações de guerra para vir outra vez atacar a esta Vila, aqui se dão créditos pessoas de pouca monta, mas é nascido de algumas cartinhas incendiárias que de lá tem vindo dos Europeus, como José Maria Antonio da mesma condição, de sorte que o tal Bahia [e] o Maneta andam a rondar todas as noites pelas praias com escoltas, é verdade que ainda não fizeram mal a ninguém, mas continuam neste serviço voluntário ao que eu não tenho dado Providências porque não quero incendiar os ânimos, e assim pela paciência os vou acomodando, porque com força não se pode conseguir governar os Povos em um tempo que qualquer coisa parece muito e o tempo está para Prudência e mais Prudência, que de outra sorte não se consegue a tranqüilidade que é o primeiro a que todas as Autoridades atiram, e se deseja³⁵.

Fica claro, portanto, que Sebastião José Ribeiro e Filipe Euzébio Bahia eram os construtores de uma rede paralela de poder na vila de Cameté, cujas ações estavam apoiadas principalmente nos índios desertores e escravos fugidos, as ditas “pessoas de

pouca monta”, montando milícias sob seus comandos e arrogando-se defensores da vila frente às possíveis investidas das barcas artilheiras oriundas da cidade de Belém. Com isso, além do governo local, consideravam também como ilegítimo o poder provincial que, na leitura que faziam da realidade política, continuava nas mãos dos europeus e americanos contrários à independência. Para garantir esse domínio, os dois líderes também dispunham, como já vimos, de pequenos grupos armados nas margens do Tocantins que, além de criarem obstáculos ao comércio, sobretudo europeu, pelos rios, confiscavam o correio particular enviado para Cameté, e assim podiam montar um quadro provisório de suas ações com base nos ditos contidos nas “cartinhas incendiárias” a que tinham acesso. Esses dos sujeitos, sempre “se valendo do nome da Independência e do Imperador”, agiam de forma ousada no espaço público da vila, posto que

(...) despedindo escoltas a avisar o Povo em nome do Imperador, fazendo muitos insultos, e roubos e recolhendo os ditos roubos para suas casas, prometendo continuamente em altas vozes ao Povo Rústico, e aos desertores que aqui se achavam, que teriam três dias de saque na Vila, e cinqüenta mil réis cada um, matando ao Juiz³⁶.

Por outro lado, o próprio comando da polícia urbana de Cameté não era confiável, por causa da conduta irregular do sargento Francisco José Sales que, segundo denúncia do juiz ordinário, estaria comandando outra milícia de índios ligeiros, inclusive para fazer pressão da câmara para modificarem o quadro de seus membros, inserindo outros camaristas mais afeitos à independência. As práticas desse oficial inferior pulverizavam qualquer possibilidade de segurança na cidade, pois desviava os deveres da polícia para outros intentos. Assim,

Que resultado se pode esperar de uma polícia que, pedindo o Senado ao dito Sargento que lhe devesse uma relação dos Soldados bons que deviam ficar na polícia, [e] com ela requerer a V. Ex.a, quando o dito Sales incluiu nesta a maior parte de Desertores, sendo contra a Lei Militar, que estão a perturbar o sossego público e continuam os roubos por fora perpetrados por estes Desertores e outros facciosos. Depois que larguei da vara, cessaram as patrulhas não só de dia como de noite, tenho a notícia que se pedem noventa e tantas rações para a Tropa Militar e não vejo serviço algum ou providência que faça conter alguma comoção, enfim Ex.mo Senhor, precisa-se presentemente de um Comandante ativo, prudente e desinteressado para a polícia desta Vila, ficando V. Ex.a na inteligência de que o Senado não tem penetrado estas circunstâncias³⁷.

O exercício do poder, portanto, não estava somente nas mãos das autoridades constituídas, sendo inclusive limitado pelos agentes políticos que se assumiam como representantes do povo, organizando voluntariamente as escoltas para fazer o patrulhamento das praias e evitar qualquer ataque surpresa ou ainda proclamando aos povos e dando-lhes a anistia geral pelo crime de deserção³⁸. Invertiam-se, em parte, as noções de poder e autoridade em Cameté.

Nos primeiros dias de janeiro de 1824, a rede sediciosa iniciada em Cameté já tinha se espalhado por Oeiras, onde “esta [Vila] está tomada por um grande número de Revolucionários”, que estaria a conquistar a adesão dos habitantes que viviam nos matos próximos à vila, tendo logo sido presos quatro revoltosos, entre eles um dos considerados “cabeças” do levante, o ligeiro desertor Igino Antonio da Silva, que “se reconhecia já aqui por Governador”. Por ordem do “governador” Igino, os índios e desertores prenderam alguns europeus na cadeia pública da vila, pondo uma bandeira amarela³⁹ do movimento no mastro do porto⁴⁰, demonstrando que a ação possuía certa organização e identidade simbólica, numa clara inversão das relações de poder pelos partícipes da revolução. A maioria dos levantados tinha fugido, o que causava o temor nas autoridades locais de que “se vão unir com os de Cameté e se ponham a fazer mais desordem, e não nos podemos em todos os Milicianos, pois os Revolucionários os compunham desta Vila; e de Cameté, entrando também Ligeiros”⁴¹.

A mesma situação aconteceu nas vilas vizinhas de Melgaço e Portel, onde se destacou o capitão Manoel Gonzaga Lameira, que chegara a Melgaço no dia 17 de janeiro “com um grande número de Índios do seu Comando”, passando dali para Portel “de onde voltou com outro maior número dos mesmos daquela Vila e Soldados desertores”. Assim como as ações verificadas em Cameté e em Oeiras, os sediciosos também se uniram para atacar o quartel de polícia no intuito de tomar as munições que ali existiam, pois toda a movimentação foi realizada ao som do toque de rebate, sinal de alarme tradicional das ações de guerra, o que pode indicar que não havia nada de criminoso nas atitudes desses soldados, mas que tudo se fazia em defesa da pátria. Com esse sentido é que o capitão Lameira e seus subordinados, juntamente com outro “cabeça” do motim chegado de Macapá, passaram a prender todos os europeus na cadeia da vila, seguido de saques nos estabelecimentos comerciais destes⁴².

Todos esses indícios apontam para a tese de que as sublevações promovidas pelos extratos sociais marginalizados da província possuíam certa organização hierárquica⁴³, identidade política própria e grande poder de ação coletiva diante dos representantes do poder constituído, entendido como ilegítimo por esses sujeitos. Nesse sentido, ganha notoriedade para a nossa análise a fala do vigário de Oeiras, Mathias

de Souza Coelho, sobre as graves convulsões na região do Baixo Tocantins que “[su-plantando] estava a quase de tudo, perdida ao vil capricho das Desordens e estímulos carnais e ignorância do Povo”, nomeando os propósitos dos sublevados como “fatal *Peste da República*, que [a] tudo leva de Régio o seu arbítrio” (friso nosso)⁴⁴. Embora tenha se utilizado da típica “visão espasmódica” para reduzir as motivações políticas dos marginais ao suposto imediatismo de sua visão de mundo, o prelado termina por reconhecer o sentido subversivo de *autonomia* que essas sedições populares imprimiam à dinâmica local, se inserindo como um novo agente político no jogo do poder. O senso de que a ordem social estava como que “fora do lugar” era claro, posto que se valiam de uma série de símbolos de autoridade - como os usos do título de “governador”, de bandeiras e do toque de rebate - para legitimar os núcleos de poder que as comunas republicanas iam estabelecendo.

Longe de ter qualquer base rigidamente doutrinária, o que é discutível inclusive para as camadas letradas da primeira metade do século XIX⁴⁵, a república “popular” se constituiu enquanto experiência vivida em coletividade, soldada a partir das diversas demandas dos que se consideravam cidadãos no novo Império brasileiro. Isso é substantivo quando visualizamos as circunstâncias em que os indígenas, pardos e, em menor proporção, os pretos, se investiam de poder, que consideravam ser patriótico, dirigindo-o contra os que rejeitavam a causa da independência brasileira. Aliás, é importante notar que a construção da autonomia republicana no interior do Pará, embora tenha comumente sido associada a “tudo que leva de Régio”, ou seja, a uma suposta negação do regime monárquico de governo, conferia racionalidade às suas ações a partir dos decretos, alvarás e ordens imperiais, tendo como interlocutor privilegiado o próprio imperador. Com isso, grande parte das atitudes diante dos representantes do poder provincial e local era representada a partir desse sentido de legitimidade, que procurava causar fissuras nas performances de governabilidade ainda muito atadas aos tempos de subordinação a Portugal sob a lógica do monarca D. Pedro I.

É claro que não podemos cair na ingenuidade panfletária de homogeneizar as ações desses sujeitos somente pelos ideais liberais que certamente apreendiam, e que não tinham importância desprezível, pelo que certamente existiam múltiplos motivos e projetos de presente e de futuro envolvidos, que poderiam se inscrever tanto no campo do imediato da sobrevivência⁴⁶ - como acusavam as autoridades da época quando atribuíam às ações revolucionárias a prática dos saques aos estabelecimentos comerciais, fazendas e embarcações -, como no âmbito visionário mais amplo de transformação política do real. O que não se pode perder de vista é como e porque

esses gestos e comportamentos originários das margens tomaram corpo e sentido mais definidos, voltados contra os mecanismos do poder vigente naquele momento específico. A resposta, obviamente precária, não pode prescindir da conjuntura vivenciada na província do Grão-Pará, marcada, sobretudo, pela provisoriedade com que os atores percebiam a realidade, o que conferia grande instabilidade ao processo político, assim como sinalizava a imprevisibilidade ao futuro, tal era o nível das divisões no interior da sociedade⁴⁷.

Assim, esse significativo poder de ação política das repúblicas construídas pelos índios desertores e outros fugitivos nas vilas de Cameté, Oeiras, Melgaço e Portel, assim como em seus arredores, não estava desconectado de outras importantes redes de articulação situadas nas esferas institucionais do poder local. Na realidade, como já dissemos anteriormente, a manutenção do poder político sobre toda a província dependia dos arranjos negociados entre o governo central e os diversos núcleos de poder sustentados por potentados particulares, geralmente proprietários de terra e negociantes de grosso trato das vilas e povoações do interior. Esses acordos sempre se configuravam como provisórios, pelo que qualquer tentativa de instigar um processo de centralização do poder poderia esbarrar na possibilidade de fragmentação. Essa realidade começou a se afirmar nas relações entre a câmara de Cameté e o governo da província logo a partir de setembro de 1823, quando foi saúdada a independência na vila e nomeada a nova câmara. Após a demissão de todos os funcionários que eram abertamente contrários à independência, foi realizada a eleição da nova câmara municipal, sob o patrocínio político do governo provincial, que iria administrar a vila e seus distritos⁴⁸.

Essa combinação, no entanto, logo apresentou as primeiras fraturas, pois, ao que tudo indica, não acomodou todas as demandas políticas dos grupos proprietários cametaoaras, o que logo produziu divisões no interior da câmara. O momento de manifestar essas insatisfações foi o do alastramento das sublevações dos índios e mestiços nos distritos da vila, que colocava em cheque a autoridade e a legitimidade do poder. Nessa conjuntura de incertezas quanto aos destinos da vila, a câmara de Cameté passou a sofrer pressões de um dos membros da casa, o tenente-coronel José Francisco Alves, comandante da tropa de ligeiros, que utilizava sua influência diante dos soldados indígenas, para determinar os trabalhos, principalmente no que tange à posição do órgão no conjunto de levantes que assolavam o baixo Tocantins. É sugestivo um ofício enviado pelo presidente da câmara, Inácio de Moraes Bittencourt, em março de 1824, quando parte desses movimentos já tinha sido debelada, no que diz:

Depois de Serenadas as dissensões e Anarquia, que iam precipitando esta populosa Vila no caos da desgraça, convém agora expor a V. S.a para que leve ao conhecimento do Ex.mo Governador a conduta civil do Senado. Ele jamais fez officio algum, mas sim só assinava aqueles que já iam feitos por um individuo por V. S.a bem conhecido e miserável deste Senado, se assim não fizesse porque em ocasiões tais se achava sempre a Casa da Câmara cercada de homens armados, os quais publicamente diziam que assassinariam todos os Camaristas uma vez que não anuissem às suas requisições (...). Por isso é desculpável o Senado naqueles officios atacantes que daqui se enviaram, os quais o Ex.mo Governo deve sepultar em profundo esquecimento. O senado não officia ao Ex.mo Governo por se achar entre os Camaristas alguns apaniguados do tal João Francisco Alves, como também por não estarem as coisas bem tranqüilizadas⁴⁹.

Trocando em miúdos, todas as comunicações estabelecidas entre a câmara de Cameté e o governo central da provincia, assim como com as câmaras das vilas circunvizinhas, foram realizadas por um grupo dissidente. Isso é sintomático, pois o período em que isso teria acontecido era justamente o do alastramento das comissões indígenas pelo baixo Tocantins, com presenças no Marajó e até em Macapá. Entre novembro de 1823 e abril de 1824, portanto, a câmara cametaense começaria a se representar como “órgão e cabeça dos povos reunidos em Oeiras, Melgaço, Portel, Marajó, Conde, Beja, Igarapé-mirim e Abaeté”, pelo que, pode-se inferir, existia um esforço tácito em aumentar a representação do órgão na região do Tocantins⁵⁰. Certamente, essa atitude serviria para impor limites ao poder do governo provincial, elevando e espaço de autonomia de grupos proprietários de Cameté, que se ressentiam, por exemplo, da forma como o governo estaria conduzindo as ações de pacificação, aumentando os dízimos e realizando vários confiscos de bens para manter a movimentação militar na região.

Nesse sentido, as barcas artilheiras enviadas pelo governo provincial passavam pelas fazendas da região e municivavam a tropa com que encontravam no caminho, como aconteceu na propriedade Jaguarari no Mojú, onde o comandante da barca Nazareth foi “reduzir algumas rezes a carnes locais”, exigindo que o proprietário mobilizasse os trabalhadores da fazenda para que entregassem o mais rápido possível as carnes já prontas para o consumo, o que quer dizer salgadas⁵¹. Na boca do rio Jambuaçu, também no lugar de Mojú, foram mandados botes da barca no 2 “para tomar farinhas segundo ordem de V. Exa”, o que foi conseguido 18 alqueires, dos quais 12

da propriedade de José de Araújo e 6 da fazenda de Sebastião Inácio José Roiz⁵² (friso nosso). Os armazéns imperiais não tinham recursos para sequer alimentar os soldados enviados para combater as desordens no interior⁵³, e a falta de mantimentos poderia gerar revolta na tropa, como no pedido do comandante da Charrua *Gentil Americana* para que fosse enviado “algum legume para não passarem [os soldados] somente a arroz, e esse não é de melhor qualidade; (...) mas que se negue [à] tripulação o toucinho de tempero não é de justiça e equidade, pois o estão comprando a sua custa, a fim de não comerem arroz cozido em água”⁵⁴.

Dessa forma, os confiscos de mantimentos ao longo do rio Tocantins, feitos comumente de forma arbitrária, poderiam ser um dos complicadores que estariam influenciando o esgarçamento das relações entre parcelas dos fazendeiros e negociantes de Cameté e o governo provincial. Pelo menos foi assim que a câmara respondeu aos questionamentos do governo central sobre “qual era o motivo do descontentamento dos povos de Cameté e suas vizinhanças, que os obriga a fazer guerra civil”⁵⁵. A resposta foi reveladora, pois, em primeiro lugar, “é vontade geral dos povos se instale um novo governo”, já indicando os nomes que deveriam assumir o órgão administrativo da vila, seguido da “desesperação desses povos, assim que souberam que existiam as barcas cruzando”, que teriam se enfurecido por causa dos ataques em Muaná e no Japiim e dos prejuízos feitos às propriedades, “arrasando as casas e estragando a criação de animais domésticos”⁵⁶. Um dos assinantes do documento foi justamente o comandante de ligeiros José Francisco Alves, pelo que ganha força as alegações de Inácio Bittencourt de que os camaristas estavam sendo coagidos a escrever o que lhes mandavam.

Daí em diante, a câmara de Cameté, ou melhor, a câmara dissidente de Cameté, passou a exercer o papel que deveria ser o da junta provincial, o de enviar emissários para as vilas vizinhas no intuito de organizar estratégias em conjunto para combater as “desordens” indígenas. O capitão Fernando Ferreira Ribeiro foi nomeado para efetivar esse projeto e ficou incumbido de mandar para fora da província todos aqueles europeus que não tivessem aderido à emancipação política do Brasil, ordenando que todas as tropas e escoltas formadas nessas localidades se recolhessem, devendo obediência ao enviado militar⁵⁷. Para a Ilha Grande de Joanes foi enviado o capitão Antonio Cardoso de Athaide com a missão de assumir o controle da ação militar, recolher as armas e munições assim como reunir algumas cabeças de gado e carnes para que fossem remetidos para Cameté⁵⁸. A mesma atitude foi tomada em relação aos registros situados na fronteira com a província de Goiás, São João de Araguaia e Arroios, para onde foi enviado, em janeiro de 1824, o tenente de ligeiros Filipe Euzébio Bahia,

o mesmo implicado em desordens indígenas, para buscar armamentos de guerra, peças, armamentos, pólvora, cartuchames, balas e outros apetrechos militares⁵⁹, o que foi feito através de uma ação agressiva através da tomada do quartel e dos alojamentos do registro de Arroios⁶⁰. Ao mesmo tempo, a câmara dissidente enviava uma guia aos mesmos registros em abril, informando-os que deixassem cruzar a fronteira duas canoas de equipagem integrada por mais de 30 pessoas, sob o comando do tenente coronel de milícias José Francisco Alves e o escrivão João Maximiano Furtado, com o objetivo de se transportarem para a corte do Rio de Janeiro⁶¹.

Toda essa digressão realizada até aqui foi para que o leitor pudesse relacionar as fontes disponíveis e divisar os interesses de parte da câmara dissidente de Cameté em se representar como a única liderança institucional de toda a região do baixo Tocantins, eludindo ao projeto de concentração de poder sinalizado pelo governo central desde a aclamação da independência em 15 de agosto de 1823. Essa premissa reforça a idéia de que realmente a estrutura política provincial estava dilacerada pelos embates entre os grupos políticos regionais, que viam no rompimento com Portugal a oportunidade de preservar antigos privilégios, entre eles o da autonomia para reger os negócios internos de acordo com as vontades dos principais influentes proprietários⁶², que buscavam legitimar seu poderio político na região com o aval direto do Imperador, através de seus enviados à corte em março de 1824.

Partindo dessa constatação é que boa parte das ações dos camaristas cametaenses sobre as suas congêneres se deram no escopo de se situarem como canal privilegiado de reivindicações do sertão para o governo central, somente lhes fazendo frente na região a câmara da vila da Vigia, que mantinha lealdade à junta, combatendo os “facciosos” e não se subordinando ao projeto de Cameté⁶³. Mesmo assim, o intento de formar um bloco político relativamente autônomo em relação ao governo provincial fez com que as fronteiras da revolução, por iniciativa da câmara cametaense, se alstrassem para fora da região do baixo Tocantins, chegando às vilas do alto Amazonas, na região do Xingu e também nos registros de fronteira com a província de Goiás.

O que se quer chamar a atenção até aqui, todavia, é que essas lutas por influência na política provincial eram percebidas pelos que se encontravam às margens das contendas palacianas, que se aproveitavam dessa confusão para selar aquelas alianças que lhes eram convenientes, no intuito de tentar impor seus projetos de transformação com base no que acreditavam ser a causa da independência. É importante ressaltar que, na ótica de baixo, o projeto centralizador do governo geral da província representava a continuidade do jogo político característico do *Ancien Regime*, que, como já foi visto, se traduziu na violenta repressão às revoltas de outubro de 1823 em Belém e nos

trágicos acontecimentos do *Palhaço* sob a batuta de John Grenfell. Nesse sentido, não parece absurdo pensarmos que selar alianças com o grupo dissidente da câmara de Cameté, que, embora por outros motivos, também discordava das práticas políticas do poder central, seria uma oportunidade desses grupos marginalizados encaminharem suas questões e reivindicações de forma mais contundente, fazendo-se serem ouvidos pelos que ocupavam os lugares áulicos da governança provincial.

Com efeito, esses acordos eram minguaudos, sendo os fios que os teciam não muito fortes, notadamente sua principal ligação, a hostilidade contra os europeus. As compreensões sobre quem seriam esses “europeus”, no entanto, eram francamente divergentes entre as partes temporariamente conciliadas, caracterizando os avanços e recuos sobre a questão do patriotismo a ser incentivado ou desmotivado. É interessante notar que os camaristas de Cameté desaprovavam os ataques populares a todos os europeus residentes na vila e em seus distritos, chegando a emitir cartas de naturalização a trinta e um portugueses, a um custo de doze mil contos de réis, que deveriam ser recolhidos pelo senado para pagamento de parte da tropa. Com isso, a câmara justificava sua atitude dizendo que “este foi o meio mais eficaz de extinguir o ódio, vivendo estes já descansados”, tudo feito à revelia do conhecimento da junta e só avisado posteriormente⁶⁴. Este ato começou a gerar “algum desgosto” entre os grupos marginais que se intitulavam “brasileiros”, que começaram a vociferar pelo espaço público contra esta atitude, achando que os portugueses não eram merecedores de tal honraria⁶⁵.

O conceito “europeu” se constituía com nuances móveis, de muitos significados. Na retórica da câmara cametaoara, o sentimento de integração que os “brasileiros” tinham que ter sobre os “bons europeus” poderia indicar que esses deveriam ser principalmente os proprietários e negociantes ligados à dissidência que passou a dominar o órgão em janeiro de 1824, em que “ser brasileiro” e “ser europeu” estava distante do pertencimento ao lugar de nascimento, sendo essas condições definidas a partir do jogo pelo poder⁶⁶. Todavia, a condição de “brasileiro” na ótica dos índios, pardos e pretos se revestia, como já foi dito, de variados significados, relacionados que estavam tanto à pátria, como à cidadania, que somente seria conquistada se todos os filhos do antigo reino fossem expulsos ou, no limite, exterminados⁶⁷. Na realidade, essas duas condições, que remetem aos embates acerca do patriotismo no período pós-independência, estavam sujeitas às diversas identidades políticas em jogo, adquirindo, em certos momentos, grande consistência entre alguns, e clara fluidez entre outros, cuja complexa racionalidade poderia estar contida no posicionamento dos grupos na hierarquia social e militar, na disposição dos “partidos” no jogo político, nos lugares sociais organizados pela divisão racial ou ainda por diversos interstícios entre todos esses espaços.

A lógica racial também estava colocada na definição do que era ser “europeu” ou “brasileiro”. As fortes evidências documentais desses embates para o Pará, assim como para a Bahia ou Pernambuco⁶⁸, estão colocadas sobre a lógica identitária fundada nos diversos pertencimentos raciais que estavam a todo instante imbricados com outros elementos coesivos e dispersivos que caracterizaram o período imediatamente posterior ao rompimento dos laços políticos com Portugal. Nessa lógica, a representação de um grupo de lavradores das vilas de Melgaço e Portel se faz importante, pois se auto-representando como “brancos”, esses proprietários reclamavam terem que sair das imediações de suas terras para próximo de um destacamento militar, por causa das ações dos “sublevados moradores Índios e outros de tal natureza”, que estariam perpetrando roubos e causando mortes “naquele Distrito Europeu”. Ao que tudo indica, a iniciativa de dispor as pessoas de acordo com a raça não era deles, mas dos índios, posto que “ainda com estas máscaras se revestem nos mesmos ataques aos moradores brancos, inferindo-se disto que cujas intenções é só muito matar e roubar ou seguir o partido da Anarquia”. No término do ofício, os moradores pediam maior segurança e repressão imediata sobre as ações desses moradores índios, se oferecendo para lutar com seus próprios punhos pela “Santa Causa Brasília”, sendo os índios representados como não-brasileiros⁶⁹.

Outra interessante menção aos conflitos raciais no baixo Tocantins está contida em um ofício do sargento Francisco José Sales, chefe de polícia de Cametá e colaborador assíduo da câmara dissidente, em que informa a prisão de dois índios e um soldado desertor, que supostamente estariam tramando uma ação na vila para atacar o destacamento e tomar-lhe as peças para instalarem no reduto dos rebeldes, a barra da cidade, onde se reunião com certa freqüência. Tendo mandado castigar os três indivíduos diante da tropa, “deste castigo alguns indivíduos desta Vila levaram a mal, que estes foram na casa do Juiz a perguntarem com que ordem se mandava fazer este castigo”, no que fica claro a total rejeição aos usuais corretivos militares, ainda mais em índios, que deveria ser grande parte da tropa. O chefe de polícia assim se referiu ao acontecido:

Ex.mo Senhor por estes e outros ditos desejava obter a graça à V. Ex.a com a [Sorte] que Governam esta Província que me designem uma ordem por escrito para eu poder dirigir sem que [me] afaste dos preceitos da Lei, pois eu até o presente o que tenho obrado persuado-me que não é desumanidade e nem é afastar-me das Leis, de que V. Ex.as estarão muito bem informados *que estes povos Rústicos não entendam mais outra coisa do que darem cabos de tudo o que é branco*, e eu por ver a

frouxidão das Autoridades desta Vila é que me sacrifico a por esta Vila em boa ordem e tranqüilidade entre estes povos de conhecimentos⁷⁰. (friso nosso)

Esses dois casos expressam, num primeiro momento, o intrincado âmbito das múltiplas identidades coletivas populares que estavam inseridas no jogo político local do baixo Tocantins, em que a disposição dos atores no interior do tabuleiro poderia também se dar pela questão da etnicidade. Os sentimentos de nacionalidade que soldavam essas identidades eram reforçados pelos referenciais de origem cultural, contidos na existência de uma comunidade imaginária relativamente definida, com história e memória próprias. Dessa forma, os atos de sedição dos grupos indígenas contra os brancos passavam também pela afirmação de suas variadas nacionalidades, situadas nos vínculos societários e tradições tribais, que jamais desapareceram por completo na catequese religiosa ou nos ensinamentos leigos. A consistência dessas identidades nacionais indígenas também se sedimentava a partir do próprio conceito de “civilização” dos brancos europeus ou americanos, centrado na etnicidade e nas ligações com a identidade portuguesa, que ainda era muito forte no sentido de Nação nesse momento, pelo que acabavam sendo homogeneizados sob a pecha de “povos rústicos”.

As identidades étnicas também poderiam servir, num segundo momento, como substâncias imperativas da ação política coletiva, principalmente entre os extra-tos não-brancos da sociedade, visto que se reconheciam como parte de um mesmo “partido” independente das definições que lhes eram dadas pelas instituições, como parece ter acontecido na situação em que os soldados de Cameté se sentiram constrangidos em presenciar o castigo militar aos dois índios e ao desertor. Não é a toa que a documentação referente aos levantes políticos desse período está recheada de casos em que esses homens livres estão associados ao “partido da anarquia”, o que, mesmo carregando as marcas de “rústicos” ou “ignorantes”, demonstra o quanto de político os grupos dirigentes da província relacionavam às suas ações, dotadas de racionalidade e de claro poder de escolha. Os brancos, portanto, não estavam nenhum pouco livres de sofrerem ataques dos índios, fossem europeus ou americanos⁷¹.

Poderíamos ir um pouco mais longe e afirmarmos que a compreensão que esses mestiços, índios e negros possuíam de “nacionalidade” estava indissociavelmente relacionada à questão racial. A documentação não deixa dúvidas de que a condição de “brasileiro”, construída por esses grupos sociais, não poderia prescindir da percepção do “outro” como “branco”, fosse este europeu ou nascido na terra, pois aí estaria a nítida originalidade dos patriotas frente aos “invasores”. Desse modo, a lógica sub-rep-tícia presente nas práticas de aberta hostilidade contra aqueles que monopolizavam as

lavouras, o comércio e os empregos públicos não desatrelava as noções de raça-nacionalidade-pátria, que se encontravam firmemente condensadas no pensamento e nas atitudes dos extratos marginalizados da sociedade. A luta pela independência, nesse sentido, não excluía a vontade de asseverar a hegemonia política e econômica dos genuínos brasileiros, ou seja, aqueles que se definiam como não-brancos, pelo que expulsar os portugueses tinha também esse sentido mais radical, que, por inúmeras vezes, chegava à vontade coletiva do extermínio da raça branca. Com isso, embora tenhamos enunciado alguma rala documentação em que essa lógica racial aparece sem amarras, atentamos para relativa onipresença dessa compreensão de mundo nas revoluções, posto que o alvo imediato da violência era o “europeu”.

O espaço de autonomia desses projetos “de cor” existia e estava bem demarcado perante os funcionários públicos que tentavam capitaneá-lo para o jogo político institucional, como bem pode ser notar a tênue linha que tracejavam as alianças entre o chefe de polícia Francisco José Sales e os índios ligeiros sobre seu comando, conferindo-lhe em alguns momentos maior poder de barganha no que concernia aos arranjos na câmara de Cameté ou colocando-o em lugar de evidente desconforto quando o assunto era castigar os índios. Contudo, esse cruzamento de projetos políticos não só permitiu a multiplicação do impacto das sedições populares sobre a região do baixo Tocantins, chegando mesmo a desestabilizar a estrutura econômica e política na região até a capital da província, como permitiu que as expectativas revolucionárias e republicanas, notadamente aquelas construídas pelos setores marginalizados, ganhassem visibilidade e se alastrassem para outras regiões da província, até então consideradas incólumes⁷². Em seguida, tentaremos esboçar um quadro mais geral da revolução nas regiões do Alto Amazonas e no Tapajós.

Notas

1 Carta apreendida pela Barca Artilheira no 2, sob a comandância do 2o Tenente Antonio Bernal do Couto, s/d. Códice 782: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

2 Ofício do Comandante da Barca Artilheira no 2, Antonio Bernal do Couto, para a Junta Provisória de Governo, datado em 18/02/1824. Códice 782: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

3 O trecho importante é: “(...) filho, certo o que me pedes na tua carta logo que estas Cousas ficam boas eu hei de ir a essa Cidade. Meu filho eu estou muito espantado de ver muitas Cousas que eu não esperava ver lá, mais Deus a todo por sermos Cristãos. A mais vista falaremos”. Carta do morador de Cameté Miguel Joaquim Biguins para seu filho, datada em 13/02/1824. Códice 782: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

4 João Vanzeler pedia para seu irmão “1 paneiro de cuias pintadas. Remeto-lhe que aqui deixou nossa mãe para lhe mandar que são 2 alqueires de farinha [sendo] de Tapioca e 1 Paneiro de Bejú e 3 Painéis e 1 Alguidar”. Carta do Soldado de Artilharia de Cameté João Vanzeler para seu irmão Salvador Correia, Soldado do Regimento de Macapá, s/d. Códice 782: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP; Maria Joana da Conceição escrevia que “(...) Queira dar lembranças as minhas manas e queira mandar-me um côvado de baxeta [?] Verde e que eu não lhe mando nada porque todo este tempo tem sido de desordem em ter estado na Rossa acometeve...”. Carta da moradora de Cameté Maria Joana da Conceição para sua madrinha D. Efigênia, datada em 07/02/1824. Códice 782: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP; Carta do morador de Cameté João Remigio de Souza para sua mãe, datada em 13/02/1824. Códice 782: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

5 Cf. RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*: ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835. 1o volume, Belém : Universidade Federal do Pará, 1970, p. 62-3.

6 Trabalho verdadeiramente monumental de pesquisa de dados sobre aspectos variados da província do Pará, o *Ensaio corográfico* foi escrito por Antonio Baena entre 1823 e 1833, tendo sido publicado os primeiros 300 exemplares às expensas da tesouraria provincial na gestão do presidente Bernardo de Souza Franco em 1839. BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Ensaio corográfico sobre a Província do Pará*. Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

7 *Idem, ibidem*, p. 227-9.

8 Essa estrutura montada para atender às demandas do reino mudou rapidamente a paisagem, sendo que as margens do Tocantins rapidamente ocupadas por fazendas de médio e grande porte, aglutinando grande número de trabalhadores negros e índios. Cf. MENESES, Maria de Nazaré Ângelo-. *Histoire sociale des systèmes agraires dans la vallée du Tocantins – Etat du Pará- Brésil: colonisation européenne dans la deuxième moitié du XVIII^e. siècle et la première moitié du XIX^e. siècle*. Paris : Ecole de Hautes Etudes em Sciences Sociales, août 1998 (These du doctorat). Sobre a importação de escravos negros para a região do Tocantins, ver BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão Negra na Amazônia* (séculos XVII-XIX). Belém : Paka-Tatu, 2001, pp. 21-33; VERGOLINO-HENRY, Anaíza & FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. *A Presença Africana na Amazônia Colonial*: Uma notícia histórica. Belém : Arquivo público do Pará, 1990, pp. 38-66.

9 Embora a localização geográfica da vila de Muaná estivesse fora da região do baixo Tocantins, sendo na Ilha do Marajó e subordinada à comarca de mesmo nome, consideramos interessante integrá-la no conjunto revolucionário tocantinense pelas constantes vinculações entre os acontecimentos da área de influência de Cameté e circunvizinhanças, produzidos tanto pelas autoridades locais como pela rede de relações sub-reptícias da política popular. Lembramos, ainda, que o critério predominante escolhido para o agrupamento das vilas e lugares das diversas regiões da província nessas tabelas demográficas é o político e não o espacial, podendo uma ou outra localidade poder estar fora de seu lugar institucionalizado pelo Estado.

10 Essa afirmação aparece em diversos ofícios enviados para a corte do Rio de Janeiro, dando notícias sobre a situação tensa na vila de Cameté ainda em novembro de 1823. Não se deve esquecer que o trabalho de Antonio Baena estava se iniciando naquele momento e as tábuas de população anteriores – as de 1749, 1788 e 1801 – não inspiravam nenhuma confiança, pelo que os impactos visuais eram os que delimitavam a população das margens do baixo Tocantins. Cf. Ofício da Junta Provisória do Governo do Pará para o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império José Bonifácio de Andrada e Silva, datado em 3/11/1823. Códice 757: Correspondências do Governo com a Corte (1823-1824). APEP.

11 Outros casos ainda trazem observações curiosas, como são os casos do cafuzo Felipe Antonio, preso por três agravantes “casado com uma escrava, é turbulento e de mau comportamento”, ou ainda o mulato Joaquim José de Freitas que foi preso por ser “Desconhecido e julga-se ser desertor, foi preso no Matto” e do mestiço Athinázio Ratto que foi preso por ser “casado, sem estabelecimento e acoutador de desertores”. Cf. “Relação dos Recrutados que vão presos à Respeitável Presença do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Governador da Junta Provisória”, Cameté em 04/04/1823. Códice 671: Correspondências de Diversos com o Governo (1814- 1823). APEP.

12 Ofício da Junta Provisória de Governo para a Câmara da Vila de Cameté, datado em 11/05/1822. Códice 740: Correspondências da Junta com Diversos (1822-1823). APEP.

13 Ver os seguintes ofícios: Ofício da Junta Provisória de Governo para o Juiz Ordinário de Cameté, datado em 11/05/1822; Ofício da Junta Provisória de Governo para a Câmara da Vila de Cameté, datado em 17/05/1822; Ofício da Junta Provisória de Governo para o Juiz Ordinário de Cameté, datado em 01/07/1822; Ofício da Junta Provisória de Governo para o Juiz Ordinário de Cameté, datado em 02/07/1822; Ofício da Junta Provisória de Governo para o Ouvidor Geral, datado em 05/07/1822; Ofício da Junta Provisória de Governo para o Ouvidor Geral, datado em 08/07/1822; Ofício da Junta Provisória de Governo para o Ouvidor da Comarca do Pará, datado em 12/08/1822. Todos constam do Códice 740: Correspondências da Junta com Diversos (1822-1823). APEP.

14 Ofício da Junta Provisória de Governo para o Ouvidor da Comarca do Pará, datado em 02/09/1822. Códice 740: Correspondências da Junta com Diversos (1822-1823). APEP.

15 Ver Ofício do Coronel do 2º Regimento de 1ª Linha José de Brito Inglês para o Francisco José Rodrigues Barata, Comandante da Vila de Oeiras, datado em 11/05/1823. Códice 723: Registros do Comando Militar (1821-1825). APEP; Ofício da Junta Provisória de Governo para o Ouvidor Geral, datado em 02/12/1822; Mesmo os pretos e forros e marinheiros que fossem compreendidos na categoria de “vadios” deveriam assentar praça de pedestres, como bem aconteceu na vila de Óbidos, no meio-oeste da província. Cf. Ofício da Junta Provisória de Governo para o Ouvidor Geral, datado em 09/12/1822; Ofício da Junta Provisória de Governo para os Juizes Ordinários, datado em 13/01/1823; Ofício da Junta Provisória de Governo para o Ouvidor Geral, datado em 13/02/1823; Circular enviada para os Juizes Ordinários da Vila da Vigia, Colares, Vila Nova del Rei, Cintra, Igarapé-mirim, Capim, Mojú, Jangapi, Abaité, Caraparú, Acará, Janipaúba, Benfica, Bujarú, Barcarena, Maguarí, GUamá e Ilha Grande de Joanes, s/d. Todos constam do Códice 740: Correspondências da Junta com Diversos (1822-1823). APEP.

16 Sobre isso, ver Ofício da Junta Provisória de Governo para a Câmara da Vila de Santarém, datado em 26/11/1822. Códice 740: Correspondências da Junta com Diversos (1822-1823). APEP.

17 RAIOL, *op. cit.*, p.56.

18 Ofício da Câmara Municipal de Alenquer para o Governo Geral da Província, datado em 15/08/1824. Códice789: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

19 É sintomático que Jorge Hurley tenha dado ênfase à presença dessa revolta nas lutas que marcaram a província na década de 1830, dizendo que a tragédia do navio *Palhaço* foi “o principal fator da Cabanagem no Pará”. HURLEY, Henrique Jorge. *A Cabanagem*. Belém : Livraria Clássica, 1936, p. 121.

20 Proclamação da Junta Provisória do Pará aos Povos da Província, datada em 27/10/1823. Apud RAIOL, *op. cit.* p. 53-4.

21 Cf. IANCSÓ e PIMENTA. “Peças de um mosaico...”, p. 154-5. Esses autores argumentam que a identidade nacional só poderia se manifestar se fosse em relação ao Estado, pelo que sentimentos patrióticos ligados ao pertencimento à província perfaziam os elementos centrais das identidades políticas coletivas.

22 Ofício do Consulado Britânico para a Junta Provisória de Governo do Pará, datado em 29/02/1824. Códice 673: Cônsules (1814-1823). APEP.

23 A sugestão do consulado britânico era a de que fosse formada uma comissão com negociantes britânicos, devedores brasileiros e membros do governo para que fossem realizados os cálculos dos débitos e o pagamento destes pela junta provisional. Sobre essas reivindicações britânicas, ver Ofícios do Vice-Cônsul Britânico para a Junta Provisória de Governo, datados em 16/10/1823, 18/04/1824 e 05/05/1824. Códice 673: Cônsules (1814- 1823). APEP.

24 Ofício do Capitão Joaquim José Jordão para o Governo Geral da Província, datado em 10/11/1823. Códice 671: Correspondências de Diversos com o Governo (1814-1823). APEP.

25 Segundo o trecho da ordem enviada para Igarapé-mirim, “não fará insulto e nem violência alguma, só no caso de ser atacado, pois não é da intenção do nosso Imperador esquentar os Povos”. Cf. Instruções para a Marcha para o Distrito de Igarapé-mirim Comandando a tropa que vai a seu cargo o Sargento João Mathias de Vilhena. Cameté, 24/01/1824. Códice 790: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP; Ofício da Junta Provisória do Pará para o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, datado em 24/03/1824. Códice 757: Correspondências do Governo com a Corte (1823-1824). APEP.

26 Cf. RAIOL, *op. cit.*, p. 56-7.

27 Ofício do Juiz Ordinário da Vila de Oeiras Jacinto José Monteiro para a Junta Provisória do Governo do Pará, datado em 12/10/1823. Códice 671: Correspondências de Diversos com o Governo (1814-1823). APEP.

28 Ofício da Junta Provisória de Governo para o Comandante da Fortaleza da Barra de Belém, datado em 20/10/1823. Códice 758: Ofícios e Juntas a Grenfell (1823-1824). APEP.

29 Ofício da Junta Provisória de Governo para o Comandante da Fortaleza da Barra de Belém, datado em 19/10/1823. Códice 758: Ofícios e Juntas a Grenfell (1823-1824). APEP.

30 Ofício da Junta Provisória de Governo para o Comandante da Fortaleza da Barra de Belém, datado em 18/10/1823. Códice 758: Ofícios e Juntas a Grenfell (1823-1824). APEP.

31 Ofício do Comandante do Terceiro Regimento de Cameté José Justiniano de Moraes Bittencourt para a Junta Provisória de Governo, datado em 10/11/1823. Códice 671: Correspondências de Diversos com o Governo (1814-1823). APEP.

32 Ofício do Comandante Manuel Marques de Oliveira para a Junta Provisória de Governo, datado em 25/11/1823. Códice 671: Correspondências de Diversos com o Governo (1814-1823). APEP.

33 Ofício do Capitão Joaquim José Jordão para a Junta Provisória de Governo, datado em 10/11/1823. Códice 671: Correspondências de Diversos com o Governo (1814-1823). APEP.

34 Auto de Sumário aberto contra Sebastião José Ribeiro, datado em 10/10/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1814-1823). APEP.

35 Ofício do Juiz Ordinário de Cameté Manoel Barroso de Bastos para a Junta Provisória de Governo, datado em 12/01/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP; Ofício do Major Comandante Manuel Marques para a Junta Provisória de Governo, datado em 14/01/1824. Códice 786: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

36 Ofício do Juiz Ordinário de Cameté Manoel Barroso de Bastos para o Presidente da Província do Pará José de Araújo Rozo, datado em 05/07/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

37 Ofício do Juiz ordinário da Vila de Cameté Manoel Barroso Bastos para a Junta Provisória de Governo, datado em 04/04/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

38 Proclamação do Capitão de Polícia de Cameté Francisco José Sales aos Militares da Região, concitando-os a retornarem ao Serviço do Império, datado em março de 1824. Códice 786: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

39 Uma bandeira amarela foi encontrada entre os pertences dos revolucionários de Cameté. Cf. “Relação dos gêneros entregues pelo Sargento Francisco Nicolau Bastos apreendidos aos Cabeças das revoluções de Cameté”, Arsenal do Pará, 10/05/1824. Códice 782: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

40 Ofício do Tenente Comandante da Vila de Oeiras Francisco José de Aragão para o Governo Provisório do Pará, datado em 07/01/1824. Códice 786: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP. (Anexo: Relação dos Presos na Revolução de Oeiras e dos Filhos da Europa que vão debaixo de Sentinella”).

41 Ofício do Juiz Ordinário e Presidente da Câmara da Vila de Oeiras João da Gama Mello, datado em 07/01/1824. Códice 786: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

42 Ofício do Tenente Comandante da Vila de Melgaço para a Junta Provisória de Governo, datado em 20/01/1824. . Códice 786: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

43 É interessante notar que entre os pertences dos “cabeças” da revolução de Cameté foram apreendidos 2 escravos, o que pode sinalizar para as possíveis fraturas nos projetos políticos desses homens livres em relação à escravidão, assim como os limites de articulações com os negros cativos. Cf. “Relação dos gêneros entregues pelo Sargento Francisco Nicolau Bastos apreendidos aos Cabeças das revoluções de Cameté”, Arsenal do Pará, 10/05/1824. Códice 782: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

44 “Atestação de Mathias de Souza Coelho, Presbítero Senhor do Hábito de S. Pedro, vigário interino da Vila de Oeiras”, datada em 09/03/1824. Códice 786: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

45 A historiografia mais recente tem discutido a experiência republicana durante a primeira metade do século XIX, apontando para a inexistência, nos círculos letrados e institucionais, de uma rígida doutrina de república de governo que pudesse questionar o regime monárquico, em termos de separatismo. A República parece ter sido muito mais um perigo fabricado pela historiografia conservadora do Segundo Reinado, cujos projetos políticos “saquaremas” atribuíam a certas províncias o nexo separatista e desagregador, do que um movimento articulado para criar um outro Estado. As experiências republicanas, notadamente em Pernambuco e no Rio Grande do Sul, tinham por base essa prática de autonomia regional e local que tinha por meta aumentar o poder de barganha dos grupos dirigentes provinciais nos círculos decisórios da corte imperial no Rio de Janeiro. MELLO, Evaldo Cabral de. *A ferida de Narciso*: ensaio de história regional. São Paulo : Editora SENAC São Paulo, 2001; SILVA, Luiz Geraldo. “O avesso da independência: Pernambuco (1817-1824)”. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2006, pp. 343-384; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. “Federação ou confederação? Visões do federalismo na imprensa da República Rio-Grandense”. In: XXIV *Simpósio Nacional de História: história e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos*. São Leopoldo : ANPUH, julho de 2007.

46 Em abril de 1824 foi feita uma denúncia anônima para o magistrado de cameté que no porto da cidade estaria um negociante de Oeiras a vender gêneros muito abaixo do preço para a população, pelo que inferiam serem estes frutos dos saques que estavam acontecendo na região do baixo Tocantins, principalmente sobre as propriedades e embarcações dos europeus. O dito negociante logo foi identificado como um dos chefes da revolução, pelo que foi preso e sua carga apreendida. Cf. Ofício do Juiz ordinário da Vila de Cameté Manoel Barroso Bastos para o Secretário da Junta de Governo José Ribeiro Guimarães, datado em 01/05/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

47 Nossa forma de compreender esse conjunto de acontecimentos está centrada na reflexão de diversos autores sobre a esfera do “político”, principalmente na idéia de que se não podemos desvincular a política do rol de relações sociais mais amplas, por outro lado também não podemos deixar de reconhecer a relativa autonomia com que se reveste o político perante os fenômenos sociais. Ver, dentre outros, THOMPSON, E.P. “Modos de dominação e revoluções na Inglaterra”. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios*. Campinas : Editora da Unicamp, 2001, pp. 207-211; REMON, REMOND, René. “Uma história presente”. In: ____ (org.). *Por uma história política*. 2ª edição, Rio de Janeiro : Editora FGV, 2003, p. 36; ROSANVALLON, Pierre. “Por uma história conceitual do político (Notas de estudo)”. In: *História*, São Paulo, v. 15, 1996, Universidade Estadual Paulista (UNESP), p. 33-4.

48 Cf. Ata do Conselho reunido em Cameté no dia 28 de setembro de 1823. *Apud* RAIOL, *op. cit.* p. 55. Foram eleitos: para juízes ordinários Os tenentes Manuel Barroso Bastos e José Raimundo de Moraes Bittencourt – Para vereadores: Dionísio Xavier Cardoso, Manuel Moreira, Raimundo Furtado – Para procurador: Francisco José Valente – Para Almotacéis: os tenentes João Raimundo de Brito e Antonio Cardoso de Ataíde.

49 Ofício do Presidente da Câmara da Vila de Cameté Inácio de Moraes Bittencourt para o Secretário do Governo geral da Província José Ribeiro Guimarães, datado em 31/03/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

50 Ofício da Câmara Municipal de Cameté para a Junta Provisória, datado em 09/02/1824. *Apud* RAIOL, *op. cit.*, p. 65.

51 O comandante enviou 4 alqueires de sal para que fosse produzida a carne para municiar a tropa a bordo. Cf. Ofícios do Comandante da Barca Nazareth Capitão José da Silva para o Proprietário e Administrador da Fazenda Jaguarari Diogo Amador, datados em 19/03/1824. Códice 782: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

52 Ofício do Comandante da Barca Artilheira no 2 Alferes Antonio Manoel Vilhena para o Governo Geral da Província, datado em 10/03/1824. Códice 782: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

53 “Tendo o coronel Joaquim Filipe dos Reis pedido setenta e seis arrobas de Carne e Peixe para municiamento das Embarcações de Guerra que estão a sair em comissão, me não é possível poder satisfazer esta

requisição, por não haver mantimentos nos Armazéns”. Cf. Ofício do Intendente da Marinha do Pará José Roiz Lima para a Junta Provisória de Governo, datado em 03/04/1824. Códice 782: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

54 Ofício do Capitão Comandante da Charrua Gentil Americana Luiz Barroso para o Presidente da Província José de Araújo Rozo, datado em 06/06/1824. Códice 782: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

55 Ofício da Junta Provisória de Governo para o Senado da Câmara da vila de Cameté, datado em 24/01/1824. *Apud* RAIOL, *op. cit.* p. 65.

56 Ofício da Câmara Municipal de Cameté para a Junta Provisória, datado em 09/02/1824. *Idem, ibidem.*

57 Circular enviada pelo Presidente da Câmara de Cameté Inácio de Moraes Bittencourt para as Câmaras das Vilas de Oeiras, Melgaço, Portel e Gurupá, datada em 20/03/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

58 Ofício do Presidente da Câmara de Cameté Inácio de Moraes Bittencourt para a Câmara Municipal da Ilha Grande de Joanes, datado em 19/03/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP; Ofício da Câmara Municipal de Cameté para a Junta Provisória de Governo, datado em 31/03/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

59 Ofício da Câmara Municipal da Vila de Cameté para os Comandantes dos Registros de Arroios e São João de Araguaia, datado em 19/01/1824. Códice 786: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP. Ordem do Tenente de Ligeiros de Cameté Filipe Euzébio Bahia para os Comandantes dos Registros de Arroios e São João de Araguaia, datado em 25/01/1824. Códice 786: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

60 Circular da Câmara Municipal da Vila de Cameté para os Registro Militares de São João de Araguaia de Arroios, datado em 10/03/1824. Códice 786: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP; Ofício do Comandante Militar do Registro de Arroios Tenente José Nunes da Silveira para a Junta Provisória de Governo, datado em 09/04/1824. Códice 786: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

61 Ofício do Comandante Militar do Registro de Arroios Tenente José Nunes da Silveira para a Junta Provisória de Governo, datado em 17/04/1824. Códice 786: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

62 Nesse aspecto, o arguto historiador Domingos Antonio Raiol foi o primeiro a discutir a pulverização do poder institucional na província do Pará, notadamente pelas atitudes da câmara dissidente de Cameté, que se utilizava claramente das sublevações populares para firmar posição de liderança política na região, ditando a formação de um novo governo na vila. A decisão da junta foi a de empregar a violência até quando se extinguisse essa facção política. RAIOL, *op. cit.* p. 70-82. Ver também o trabalho de André Machado, principalmente os capítulos 4 e 5. MACHADO, *op. cit.* pp. 180-308.

63 Ofício da Junta Provisória de Governo para o Ministro da Guerra, datado em 04/03/1824. *Apud* RAIOL, *op. cit.* p. 60.

64 Ofício da Câmara Municipal de Cameté para a Junta Provisória de Governo, datado em 31/03/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

65 Ofício da Câmara Municipal de Cameté para a Junta Provisória de Governo, datado em 09/04/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

66 Nesse sentido, o trabalho de Gladys Ribeiro é uma referência. RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado*. Rio de Janeiro : Relume Dumará/Faperj, 2002, pp. 27-143.

67 Como aconteceu em Vila Nova del Rei (atual município de Curuçá), onde alguns habitantes, como o morador Nicolau Modesto, autor do documento, oficiaram para o presidente da província pedindo que todos os europeus fossem expulsos da vila, “pelas intrigas que eles têm com os Brasileiros”. Ofício do Juiz Ordinário da Vila Nova del Rei Raimundo José de Souza para o Presidente da Província José de Araújo

Rozo, datado em 14/09/1824. Ver também Requerimento de Nicolau Modesto para o Presidente da Província José de Araújo Rozo, datado em 14/09/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP. Entre outros tantos exemplos de pessoas comuns que propagavam o extermínio dos europeus, chama a atenção as declarações de um soldado miliciano Manoel Francisco que “agora ele estava da parte dos Brasileiros, porém que logo que virassem ou mudassem as cousas de figura, havia matar neles [europeus] fortemente e que desejava que chegassem logo as três fragatas que ele queria ver como os Brasileiros se haviam atacar”. Ofício do Soldado Miliciano da 6a Companhia Manoel Joaquim para o Tenente Lourenço Justiniano Ferraz, datado em 26/04/1824. Códice 784: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

68 Referimo-nos aqui ao instigante texto de João José Reis sobre as práticas do “partido negro” na independência da Bahia. REIS, João José. “O jogo duro do Dois de Julho: o ‘partido negro’ na independência da Bahia”. In: e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp 79-98. Para as lutas raciais em Pernambuco, ver SILVA, Luiz Geraldo. “Aspirações barrocas e radicalismo ilustrado: raça e nação em Pernambuco no tempo da Independência (1817- 1823)”. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo : Hucitec/Fapesp, 2005, p. 915- 34.

69 Ofício do Capitão Parlamentar da Vila de Cameté Fernando Ferreira Ribeiro para a Câmara Municipal de Cameté, datado em 19/03/1824, Oeiras. Códice 786: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

70 Ofício do Chefe de Polícia da Vila de Cameté Francisco José de Sales para a Junta Provisional de Governo, datado em 23/04/1824. Códice 786: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

71 Como acontecia em Melgaço, onde os moradores índios também se sublevaram contra os brancos, numa divisão abrupta da sociedade local com base na raça que chamou atenção do comandante enviado de Cameté Fernando Ferreira Ribeiro. Cf. Ofícios do Capitão Comandante Fernando Ferreira Ribeiro para a Câmara Municipal de Cameté, datados em 02/08/1824. Códice 786: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

72 Em março de 1824, a junta provisória do Pará oficiava à corte do Rio de Janeiro informando que a revolução estava circunscrita à região do baixo Tocantins, com a exceção da Vigia, o que, de resto, não representava grande perigo para a estrutura imperial no extremo norte. Cf. Ofício da Junta provisória de Governo para o Ministro da Guerra, datado em 04/03/1824. *Apud* RAIOL, *op. cit.* p. 60-1.

CAPÍTULO 12

ALTER DO CHÃO, MONTE ALEGRE E A INDEPENDÊNCIA COMO REVOLUÇÃO

AS COISAS ESTÃO MUDANDO DE FIGURA: OUTRAS REPÚBLICAS EM AÇÃO NO ALTO E MÉDIO AMAZONAS – MONTE ALEGRE E ALTER DO CHÃO

No dia seis de outubro de 1824, na vila de Macapá, foi aberto um auto de acareação entre quatro moradores, o paisano Manoel Correia de Mello, Caetano Nunes Marques e Francisco Antonio da Cunha, sobre uma possível tentativa de se organizar um levante no lugar. A delação partiu do alcaide local João Batista de Oliveira, que disse ter presenciado, no dia do batizado do neto de um soldado da guarnição, o soldado de primeira linha Miguel João, os citados paisanos proferirem “Saúdes aos salteadores da Vila de Cameté que tinham vindo a esta Vila, que os ditos haviam tomar aí com a palavra da lei”, que tinham feito isso na frente da casa de Luiz Marinho, onde todos estavam reunidos. Embora os três implicados tenham tentado negar a versão do alcaide, este a sustentou e acabou convencendo-os a falarem a verdade, no que confessaram serem “todos os três companheiros na Sublevação que tentavam fazer”, e atribuindo a liderança do grupo e da conspiração ao soldado Miguel João, o que todos confirmaram¹.

A conjuntura política nesse momento incentivava claramente as utopias de revolução no plano das sociabilidades construídas pelos extratos sociais menos favorecidos da província, principalmente por causa do presumível êxito que a comoção de Cameté tinha adquirido. Nesse sentido, a resistência cametaense diante das investidas legalistas serviu para consolidar a idéia de que as coisas estavam realmente mudando de figura no Pará, e em muito pouco tempo já se poderia dar cabo de todos os

européus que continuavam a residir e a trabalhar na província. Mais uma vez, essas representações marginais atribuíam essa sua missão patriótica à vontade do imperador, como bem mostra as exortações de um “Faustino de tal” que teria proferido em uma festa na fazenda Tapera em Oeiras que “Viera um decreto de S. M. I. o qual enviou publicar determinando este se matassem os Europeus que ainda existem no Brasil”, cuja ordem deveria seguir as autoridades provinciais, posto que “o mesmo Augusto senhor determinasse ao Ex.mo Senhor Presidente da Província para que feche os Olhos por três dias a fim dos Brasileiros acabarem de uma vez o resto dos Europeus (...) sem Exceção de Europeu algum”².

O bloco revolucionário do baixo Tocantins se constituiu, portanto, em importante referencial para que as perspectivas de mudança na ordem das coisas continuassem se alastrando pelo sertão do Grão-Pará. O rastilho dessas comoções patrióticas populares estava nos moradores que decidiam deixar a região por causa da insegurança e principalmente nos fugitivos desses movimentos que buscavam outros sítios para plantarem as sementes da sedição. Dessa forma, as igarités cruzavam os rios com gente levando notícias do que acontecia no Tocantins, seja através de conversas ou de escritos para parentes e amigos, cuja noção central girava em torno da real possibilidade de se constituir um espaço político autônomo no sertão, que pudesse pressionar o governo provincial, e até mesmo o imperador, para que mudanças efetivas fossem realizadas. As vilas de Macapá, situada ao norte de Belém, a de Gurupá, localizada no estuário do rio Amazonas, e a de Monte Alegre, no médio Amazonas, foram os principais focos de luta patriótica inspirados nas comoções de Cameté e circunvizinhanças³.

A expansão dessas sedições políticas pela região do alto e médio Amazonas teria ainda dois ingredientes de peso considerável, que agiram como fortalecedores das esperanças em um novo tempo de verdadeira independência: a retirada do adido de D. Pedro I na província, o almirante inglês John Pascoe Grenfell, e a emergência de um “partido português” supostamente empenhado em reatar as relações com a antiga metrópole. Em meados de fevereiro de 1824, quando as disputas políticas e militares se recrudesciam na região do baixo Tocantins, John Grenfell sinalizou com a decisão de se retirar da província com sua esquadra e retornar ao Rio de Janeiro, segundo hipotética ordem imperial⁴. Essa atitude gerou um clima de temor generalizado entre as autoridades provinciais, que viam se esvaírem o que poderiam ser as últimas possibilidades de retomada da ordem sob sua hegemonia com na saída do almirante inglês da província.

Essa repentina notícia em tão complicada conjuntura de incertezas que vivia o Grão-Pará recoloca a questão de qual seria realmente a missão de Grenfell no extremo norte, pois até então o mesmo tinha sido peça central no alinhamento político da

província ao projeto imperial do Rio de Janeiro através do famoso “conto da esquadra” e na própria manutenção da ordem interna e externa. Em ofício direcionado à corte imperial, os membros da junta fizeram minucioso relato acerca da participação do militar britânico no contexto de crise que ainda vivia a província, chamando a atenção para caráter autoritário com que tomava suas decisões, muitas vezes à revelia do governo, o que acabou por promover a matança dos dias 15 e 16 de outubro a bordo do *Palhaço*, responsabilizando-o pela difusão da revolta pelo interior. Chama a atenção nesse relato, a alusão aos intentos pessoais de Grenfell, notadamente os de organizar uma frota de navios de guerra sob seu comando, retomando a construção da fragata *Leopoldina* com recursos do erário régio, além de somas consideráveis provenientes do Maranhão⁵, sem apresentar recibos, além de confiscar os vasos portugueses que, após a independência, atracaram no porto da cidade. Ao deixar a capital do Pará, o almirante ainda seria acusado de um grande desfalque nos cofres da fazenda por conta desse seu projeto⁶.

A partida de Grenfell, sugestivamente logo após o término da construção da fragata *Leopoldina*⁷, representou um duro golpe nas pretensões oficiais de retomar o controle político provincial, pelo que também saíam de cena importantes instrumentos de batalha e recursos financeiros que poderiam sustentar por mais algum tempo a guerra contra as facções dissidentes na capital e no interior. A saída imediata para a desastrosa situação estava em pedir ajuda financeira da província vizinha do Maranhão, sendo requisitados de início um montante de quarenta contos de réis e mais a emissão de outra quantidade de moedas de prata do Império⁸. Mais uma vez, o poder político central deixava à mostra suas debilidades, o que incentivava não somente o fortalecimento das câmaras municipais do interior como reforçava as expectativas de transformação oriundas das margens sociais.

Por outro lado, a redução da força naval e dos armamentos levados por Grenfell deixara a capital com efetivos muito reduzidos para combater qualquer ameaça interna e, principalmente, externa, posto que começou a emergir em vários pontos da província a noção de que Portugal se preparava para realinhar o extremo norte⁹. Muito contribuiu para isso uma combinação de acontecimentos internos e externos que passaram a recrudescer o grupo dos “sebastianistas”, ou seja, aqueles partidários da causa portuguesa que passaram a vislumbrar um retorno dos laços com a antiga metrópole. A revolta iniciada pelo príncipe D. Miguel em Vila Franca de Xira em 27 de maio de 1823 e a consolidação do golpe no dia 29, decretando o fechamento das Cortes Constituintes de Lisboa e o fim da experiência constitucional, levaram restauração dos poderes de D. João VI, no episódio conhecido como “Vilafrancada”. Internamente, a tentativa de rebelião de 25 de janeiro de 1824, chefiada pelo major Inácio Pereira

na capital, com auxílio de vários oficiais da tropa de linha, com a meta de destituir a junta e nomear outra que pudesse supostamente restituir aos portugueses o poder. Em ofício à Corte, os membros da junta requisitavam a formação de um batalhão de polícia para a capital, pois a situação ainda não estava de todo serenada¹⁰. A situação continuava em suspenso e a independência, que ainda não tinha sido reconhecida por Portugal e por nenhuma nação européia, poderia estar perto do naufrágio, pelo menos para os adeptos do constitucionalismo ou do absolutismo lusitano na província.

Com efeito, a instabilidade política que rondava a afirmação da independência brasileira e do Estado imperial não tinha afastado o perigo de um possível revés recolonizador, como consta no decreto imperial de 10 de junho de 1824, pelo que levava a câmara de Vigia a se resguardar de tropas e de farinha, peixe e carne para um possível combate contra os portugueses, inclusive conclamando a população a se munir de que arma tivesse, fossem baionetas, flechas ou terçados¹¹. Espectros de uma invasão portuguesa pontuaram todo este momento, principalmente porque não era nenhuma novidade que existia numerosa população portuguesa decidida a sepultar a independência brasileira, caso tropas do reino chegassem ao litoral do Pará¹². Um violento levante que se deu em Cameté no dia 8 de junho, com grande participação de índios, tinha por motivação evitar que os europeus retomassem a vila, o que foi visto apenas como estratégia de Francisco José Sales para depor o chefe de polícia que o substituiria¹³. A espera de uma esquadra portuguesa era talvez a única solução que a colônia política lusitana tinha para escapar dos ataques “brasileiros”, principalmente dos saques perpetrados pelos índios e mestiços, como bem atestou o padreiro Francisco Pinheiro, residente em na vila de Óbidos, que “ouviu dizer que podiam mandar essa Esquadra que diziam era de Portugal”, espalhando para os brasileiros que “o Nosso Imperador tinha morrido do posto, e que lhe não deviam obedecer as suas ordens, e que isto da Independência que era uma planta enferma”¹⁴.

TABELA 3 —————
População das vilas do Médio Amazonas sobre influência da revolução

Vilas e lugares situados no médio Amazonas	No de habitantes
Santarém	5.255
Óbidos	4.281
Vila Franca	2.888
Monte Alegre	2.070
Alenquer	1.648

Pinhel	881
Alter do Chão	828
Boim	708
Itaituba	398
Juruti	385
Aveiro	313
Total de habitantes	19.655

Fonte: BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Ensaio corográfico sobre a Província do Pará*.
Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2004

A região do Alto Amazonas, como bem mostra a tabela acima, representava 13,11% do total da população da província, o que quer dizer, em termos absolutos, que era a segunda área mais populosa do Grão-Pará. Em relação à população total da comarca de Santa Maria de Belém, essa região totalizava 16,61%. A proporção entre o número de homens livres e escravos por vila também não podem ser colocados de lado, como mostra a tabela 4.

TABELA 4 _____
Percentual de homens livres e escravos nas vilas e lugares do Médio Amazonas

Vilas do Baixo Tocantins	No de homens livres	No de escravos	% de livres	% de escravos
Santarém	3.985	1.270	75,83%	24,16%
Óbidos	2.987	1.294	69,77%	30,22%
Vila Franca	2.736	152	94,73%	5,26%
Monte Alegre	1.780	290	85,99%	14%
Alenquer	1.208	440	73,3%	26,69%
Pinhel	865	16	98,18%	1,81%
Alter do Chão	818	10	98,79%	1,20%
Boim	708	-	100%	0%
Itaituba	398	-	100%	0%
Juruti	385	-	100%	0%
Aveiro	273	40	87,22%	12,77%
Total /Média %	16.143	3.512	89,43%	10,56%

Fonte: BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Ensaio corográfico sobre a Província do Pará*.
Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

Os números acima reforçam ainda mais a idéia de que o impacto da revolução iniciada em Cameté se deu, sobretudo, sobre a população livre da região do médio Amazonas. Mais uma vez, chamamos a atenção para as relativas imprecisões desses números populacionais, que não levaram em conta a migração dos fugitivos e de outros indivíduos que se deslocaram para a região com perspectivas variadas acerca do que acontecia no baixo Tocantins. Indubitavelmente, essas cifras são questionáveis, estando bem abaixo do presumível quadro populacional que ocupava as vilas e lugares por onde as agitações se deram com maior intensidade.

As primeiras agitações revolucionárias na área do médio Amazonas parecem ter acontecido a partir de março de 1824, quando “os facciosos da Vila de Cameté tinham invadido a Vila de Monte Alegre, e que pretendiam invadir a de Santarém”¹⁵. Em meados de abril, já corriam notícias de que a revolução nessa área tinha tido sucesso, pois os mesmos agentes de Cameté invadiram a vila de Gurupá e mataram o comandante Francisco José Gomes, demonstrando ações simultâneas também na região do Alto Amazonas e no Xingu¹⁶. Neste rio, o emissário Igino Antonio da Silva, o “governador”, se aproveitou do clima de insubordinação dos índios de Porto de Móz e atacou o chefe do regimento que lá se encontrava¹⁷, tentando alastrar a revolução cametaoara para as vilas de Pombal e Souzel entre maio e outubro, onde outros agentes de Portel e Melgaço tentavam espalhar proclamações para os índios, sem muito êxito¹⁸.

Estava mais ou menos claro para as autoridades municipais da região que a revolução era produto dos embates que já balançavam a populosa região do baixo Tocantins, o que inspirava extrema cautela, dada a numerosa população indígena e mestiça que estava descontente com os rumos da independência, estando pronta para engrossar as fileiras rebeldes. Nesse sentido, notícias oriundas da região do Tocantins adentravam o espaço público das vilas e lugares, gerando inúmeras expectativas dos setores marginais do médio Amazonas, como bem pode ser ver nas atitudes de dois desertores presos em Pinhel, João José e Boaventura dos Santos, que diziam que todas as palavras das autoridades eram falsas e que já sabiam que Cameté havia se levantado¹⁹.

Contudo, o nível de violência que caracterizou a ação dos revolucionários foi muito mais impactante, como bem pode se ver na ação de alguns índios e vaqueiros de Monte Alegre que assassinaram o juiz ordinário e o escrivão da câmara nos campos do Paracari aos gritos de “viva o Imperador”. Praticamente a mesma ação parece ter acontecido em Alenquer, onde a chegada dos revolucionários se deu sob a chefia do índio desertor Antonio Crispiano Teixeira que, em companhia de outros indígenas

que trouxera de Monte Alegre e do Paracari, além de “todos os vaqueiros e alguns Escravos, dizendo a estes que estavam libertos”, torturaram e mataram a facadas o juiz ordinário da vila e o escrivão da câmara “dando Vivas à Sua Majestade Imperial”²⁰.

A região do médio Amazonas, principalmente as vilas de Santarém e Óbidos, se constituía em área fértil para a propagação da revolução iniciada em Cameté, por causa do significativo número de proprietários rurais e negociantes europeus (cerca de 3.985 moradores brancos somente em Santarém) que possuíam o controle de boa parte das terras e sobre todo o comércio de grosso trato realizado com as províncias do Mato Grosso e do Rio Negro²¹. A presença portuguesa em Santarém era tão marcante que chamou a atenção do viajante Hércules Florence, posto que sentiu estranheza ao constatar que no núcleo urbano e, principalmente, no interior se falava um sotaque português idêntico ao do Velho Mundo, sem sofrer interferências da língua geral brasileira²². Santarém, nesse sentido, servia como um dinâmico emporio comercial por onde embarcações carregadas de gêneros da floresta tinham que fundear para negociar seus produtos, vindas tanto do rio Amazonas acima, como do rio Tapajós abaixo, posto que sua localização geográfica situava a vila exatamente na confluência desses dois grandes rios. Tradicionalmente ligadas aos interesses de Lisboa, para onde exportavam produtos tropicais, essas duas vilas concentraram grande parcela de moradores contrários à independência, o que tornou mais nítida a divisão social e racial na região²³. A recusa em reconhecer a emancipação política se traduzia em uma paródia do hino da independência, cantando à larga na região pelos europeus, como demonstram os seguintes versos:

Já podeis filhos da puta
Ver contente a mãe gentia
Já reinou a ladroeira
No horizonte do Brasil
Longe vá temor servil
Ou ficar a pátria limpa
Ou morrer todo o Brasil.
Cabra gente brasileira
Descendente da Guiné
Que trocaram as cinco chagas
Por um ramo de café²⁴.

A situação estratégica em que se encontrava Santarém, como praça de comércio também das vilas vizinhas, favoreceu, por outro lado, a maior articulação dos grupos políticos que dominavam as câmaras municipais para que se fortalecessem como um bloco de poder diante do governo provincial. Nesse sentido, o estabele-

cimento da Junta Provisória Defensiva de Santarém, núcleo militar constituído em março de 1824 para fazer frente ao avanço dos revolucionários indígenas, mestiços e negros de Monte Alegre, pode ser entendida como uma tentativa real de unificar forças políticas de diversas localidades do médio Amazonas, para que pudessem ter maior poderio de barganha diante dos grupos dirigentes de Belém. Praticamente todas as ações militares e políticas em relação ao conflito em Monte Alegre, por exemplo, foi decidido primeiramente pelos integrantes da junta defensiva, como bem mostra os mais diversos ofícios enviados para o comandante da repressão²⁵, o capitão Bibiano Luís do Carmo, em que fica evidenciado mais uma vez a instabilidade e a fragilidade do projeto unificador que se tentava imprimir ao Grão-Pará desde agosto de 1823.

É elucidativo, dessa forma, o assunto abordado pela câmara municipal de Monte Alegre em ofício enviado para a junta provincial, em que denuncia várias arbitrariedades da junta defensiva de Santarém no trato político com os integrantes da vila, “que por motivos e provas que abonassem a sua Causa, [nossos Irmãos de Santarém] nos ofenderam e atacaram esta Vila e seus distritos por espaço de 8 meses não podendo entrar e nem sair sem ser Vítima das suas Crueldades”²⁶. Dito de outra forma, as expedições enviadas pelo governo local de Santarém não respeitou e nem considerou as possíveis propostas que a câmara de Monte Alegre pudesse colocar para defender seu próprio território.

Novamente, essas fraturas no interior da composição do poder na região do médio Amazonas seria um dos mais poderosos combustíveis para a ação organizada dos grupos sediciosos indígenas e negros. A ação dos revoltosos em Monte Alegre teve o apoio do proprietário João Pedro de Andrade, ex-membro da junta do Rio Negro, que mantinha comunicação com um dos líderes da revolta, o tenente Manoel Antonio Bentes, outro que também espalhava idéias de liberdade através da circulação de cartas pelo espaço público também de Santarém²⁷, por entre a população “de cor” da vila, tendo sido preso em uma das ações da junta defensiva²⁸. Nesse sentido, é preciso reforçar que a revolução “de baixo” não poderia se dar sem o concurso de figuras políticas influentes na região, que pudessem espalhar suas idéias por uma área extensa e sedimentar, nas expectativas coletivas, o desejo de transformação que parecia estar se concretizando pouco a pouco em toda a província.

Porém, parte das estratégias construídas pelos extratos marginais visava mesmo o cerco à vila de Santarém, com o intuito de tomar aquela localidade e saquear os ricos estabelecimentos dos portugueses que lá residiam, pois “querem por Santarém em Sítio sem Mantimento para depois o atacarem”. Para isso, uma parte dos sediciosos de Monte Alegre, sob o comando do tenente de ligeiros Manoel Antonio Bentes, se deslocou para

o lugar de Alter do Chão, bem próximo à Santarém, onde montaram barreiras sobre o rio Tapajós, no que passavam “revistando as Canoas que vão para baixo e bem para cima procurando Pólvora, Armas e Brancos”. Além disso, a estratégia dos revoltosos parecia ser ousada, posto que as escoltas flutuantes tinham por função “não [deixar] passar com Farinha para essa Vila”. As ações revolucionárias em Alter do Chão passaram a mobilizar grande parte das vilas situadas ao longo do rio Tapajós, onde estavam reunidos às vilas de Boim, Pinhel e Aveiro, além de terem o reforço de uma tropa de índios Mundurucus²⁹. Parte da liderança dessas ações parece ter sido dos escravos de José Henriques, que eram os que estavam mais atentos à questão racial, porque quando encontravam com as igarités lotadas de gente de Boim que vinha se unir à causa da independência em Alter do Chão, logo perguntavam “se traziam algum Branco”³⁰.

Contudo, o sentido maior dessas agitações no rio Tapajós estava centrado na luta contra os portugueses europeus, que, logicamente, não excluía em nenhum momento o sentido racial, posto que estava assente, para os extratos “de cor”, que a luta era também contra a camada branca e rica daqueles lugares. É claro que, como no baixo Tocantins, vários eram os interesses dos que se identificavam como “brasileiros”, sendo desde os membros dos grupos proprietários que não tinha participação efetiva nas redes de poder, até os despossuídos índios, mestiços e negros que fabricavam expectativas de modificações profundas nas práticas políticas e sociais do Estado, reformando as suas principais instituições. Nesse sentido, diversas cartas trocadas entre os participantes da revolta, e apreendidas posteriormente pelas tropas de Santarém, elucidam a participação ativa do juiz ordinário de Alter do Chão, Antônio dos Passos, como um dos articuladores do “partido brasileiro” ao longo do rio Tapajós, sendo a causa principal de suas atitudes a seguinte:

Mano João Ferreira da Cruz. Nós já estamos prontos a defender a nossa Pátria e justa causa só poderes desertar dessa vil Canalha, vem com os mais Camaradas Brasileiros pois já irão muito bem, que não puderam com Monte Alegre por ser contra a Ordem de Nosso Augusto Imperador, pois nós já estamos reunidos com os de Boim, Pinhel e Aveiro e os Mundurucus; isso mesmo dirás a teu sogro, que eu mando a cópia do Exemplar do Nosso Imperador ao vereador Manoel Frutuoso da Costa dessa Câmara, pois desejo que se unam a nós e não com os Europeus. Teu Mano Antonio dos Passos. Juiz Ordinário³¹.

Outras correspondências³² revelam a tentativa de Antonio dos Passos construir uma rede de sedição em Santarém e Aveiro³³, que pudesse dar maior fôlego ao movimento, posto que, em abril, Monte Alegre já era um reduto praticamente domi-

nado³⁴. Contudo, persiste nesses escritos a visão de que as transformações eram possíveis e que estavam acontecendo, menos por iniciativa do Estado do que pelas sedições que mexiam com as esperanças dos homens livres, libertos e escravos em conseguir sua “liberdade” através da afirmação de uma outra independência, diferente daquela jurada e festejada com grande pompa em outubro de 1823 na região³⁵, cujo sentido de obediência à pátria estava francamente pulverizado³⁶. Desse modo, a revolução se ramificou por entre os caminhos sinuosos dos rios, igarapés e furos que afluíam do Amazonas, levantando grande parte das pessoas que logo passaram a integrar as fileiras de luta dos “brasileiros” contra os “europeus”, no intuito de erradicar estes últimos do controle político e econômico de Santarém, Óbidos e Alenquer, como bem demonstra uma famosa quadrinha que deveria ser muito cantada em toda a área:

Brava gente brasileira
Longe vá temor servil
Ou ficar a Pátria livre
Ou morrer tudo o que é vil³⁷.

Essas alianças, no entanto, não podem ser consideradas de forma absoluta como as únicas motivadoras das atitudes políticas das camadas empobrecidas. Existiram, pelo menos, algumas importantes figuras que, segundo os próprios mandatários locais, foram de fundamental importância para que se selassem solidariedades entre os variados grupos étnicos da região, no sentido de fortalecer o cerco à Santarém. O primeiro parece ter sido um baiano chamado Clemente, identificado, em março de 1824, como o grande articulador dos índios do rio Tapajós, chamando-os para comporem a reunião de forças em torno da vila de Alter do Chão, principalmente com a nação dos Mundurucus³⁸. Clemente também teria falado ao vigário de Santarém que “se devia expulsar do Brasil todos os Europeus”, e que lamentava “não saber falar a língua Tapuia para seduzir os Mundurucus a fim de matarem ao Curuja”, sendo este último, provavelmente, um dos integrantes da junta defensiva de Santarém³⁹. Clemente baiano parece ter sido muito ajudado pelo pernambucano Damião, considerado pelas autoridades como “a causa da sublevação que houve naquela Vila [de Alter do Chão], continuamente está desencaminhando aquele Povo”, organizando as barreiras de saques às embarcações dos negociantes⁴⁰.

Outra importante referência popular nas sedições do médio Amazonas foi Manoel Antônio Barboza, figura recorrente na documentação e um dos revolucionários mais caçados pelas tropas de várias vilas em 1824, por causa de sua grande capacidade de movimentação e liderança por um grande espaço da província. A primeira aparição desse sujeito se deu em abril de 1824, quando reuniu praças ligeiros em seu

sítio localizado próximo ao registro de Arroios na fronteira com Goiás, para formarem escoltas para irem lutar em Cameté⁴¹. Deve ter participado ativamente dos levantes indígenas no baixo Tocantins, sendo um dos que partiram para Monte Alegre, em maio, para iniciar a sublevação indígena, pois Barboza aparece novamente como um dos líderes da revolta nessa vila, tentando descarregar armamentos oficiais se fazendo passar por legalista e enviando correspondência para a fortaleza de Gurupá com uma proposta de rendição dessa vila⁴².

A atuação do Barboza em Monte Alegre parece ter sido destacada, associado a um desertor de nome Cândido Luiz Freire e a um surpreendente sujeito de nacionalidade francesa, Miguel Coandis, posto que era um dos grandes protetores de desertores indígenas na vila, além de inseri-los nas tropas legais após a publicação de decretos de perdão aos desertores e, possivelmente, utilizá-los como espíões para colher informações sobre as movimentações militares das tropas vindas de Santarém. Simultaneamente, o francês Miguel Coandis servia como seu conselheiro particular, inclusive influenciando-o a não aceitar a proposta de paz da junta defensiva, além de agir “persuadindo aos Escravos dos moradores desta Vila (...) ao que estavam forros logo que se unissem aos ditos facciosos”⁴³. A presença desse francês em meio aos escravos e índios livres implica na relação que as práticas da revolução popular possuíam com o ideário liberal francês, principalmente sobre os conceitos de “liberdade” que agitavam o espaço público da região do médio Amazonas.

Apesar da atuação destacada desses líderes como articuladores das ações contra a representação do poder local, encarnado na junta defensiva de Santarém, não podemos inscrever todas as atitudes dos indígenas e negros fugidos e desertores à simples cooptação, pois estaríamos excluindo qualquer possibilidade de terem realizado apropriações originais do processo político em curso. A publicação de proclamações do governo provincial, das câmaras municipais locais e, principalmente, dos decretos em nome do imperador perfaziam, juntamente com as notícias oralizadas nos boatos, sinais importantes do que acontecia, pelo que era necessário tomar muito cuidado com o que se dizia em público. Nesse sentido, os integrantes da câmara de Alter do Chão chamavam a atenção para que se evitasse que agentes oficiais de Santarém se dirigissem aos índios, como parece ter feito o negociante Manoel Narciso que “andou dizendo aos Índios que são mofinos”, ou seja, que eram malemolentes para o trabalho, o que acabaram habilmente fabricando uma outra informação, pois passaram a dizer “que nós tínhamos dito a eles que fossem fazer as suas roças em capoeira e que estivessem prontos [para] quando mandassem chamar”, dando a entender que não deveriam prestar serviço militar contínuo com a autorização dos representantes do governo⁴⁴.

Nesse complexo de alianças provisórias, a revolução das regiões do alto e médio Amazonas representou, juntamente com as sedições do baixo Tocantins e do Xingu, o surpreendente percentual de 49,7% da população provincial que, de alguma forma, estava envolvida nos violentos movimentos de independência encabeçada pelos homens livres “de cor” e pelos escravos. Em maio, as forças rebeldes já davam claros sinais de desgaste, sobretudo pela ação das barcas artilheiras que faziam rigoroso bloqueio sobre o Tapajós e o Amazonas, impedindo a afluência de mantimentos⁴⁵. Embora em início de junho tenha sido assinado um termo de paz entre Santarém e Monte Alegre⁴⁶, onde constava que as duas vilas iriam agir juntas em qualquer outra situação de desordem, tendo logo depois de desmanchado a junta defensiva de Santarém no dia 30 do mesmo mês⁴⁷, revoltas localizadas não deixaram de existir, marcando a continuidade das lutas pela outra independência na região, o que continuava exigindo um severo controle sobre o espaço público das vilas, com a organização das milícias particulares, chamadas de Corpos Voluntários Imperiais, para manter um esquema de defesa contra qualquer insulto que pudessem vir dos lugares livres pobres e cativos da região⁴⁸.

Contudo, a situação ainda se mantinha em um estado de firme gravidade, pois a questão ainda não estava de todo resolvida em Cameté e na região do baixo Tocantins, como já exploramos anteriormente. As possibilidades de uma desordem generalizada ainda eram muito grandes, principalmente porque, a partir de meados de agosto, o perigo de sublevação começava a vir de outro complicado ponto da província, a fronteira com o Maranhão. Das matas do Turiaçú, começava a se esquadrihar um quadro ainda mais horripilante para as autoridades públicas do Grão-Pará, por conta da expansão da Confederação do Equador para a província vizinha e o aumento do fluxo de desertores maranhenses para o lado de cá dos limites.

Notas

1 “Auto de Acareação feita aos Réus abaixo declarados, em virtude dos Depoimentos declarados no Auto de Conselho de Investigação”, datado em 06/10/1824. Códice 787: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

2 Ofício do Tenente Joaquim José de Carvalho Tenório para o Comandante Militar do Pará, datado em 30/07/1824. Códice 786: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

3 Ofício do Cabo de Esquadra José Antonio dos Santos para o Capitão Comandante de Macapá, datado em 15/10/1824. Códice 787: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP; Ofício da Câmara Municipal de Cameté para o Governo Geral da Província, datado em 13/04/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

4 “(...) Pela mesma ocasião peço licença para agradecer a V. Ex.a o quanto me tem prestado para a execução das ordens imperiais, de que estou encarregado, assim como as distintas honras com que pessoalmente me tem tratado”. Ofício do Almirante John Pascoe Grenfell para a Junta Provisória de Governo, datado em 14/02/1824. *Apud* RAIOL, *op. cit.* p. 72-3.

5 Conforme ordem régia, o governador do Maranhão deveria enviar um substantivo montante de 30 contos de réis periodicamente para a manutenção dos trabalhos no estaleiro imperial de Belém. Cf. Carta Régia para o Governo da Capitania do Maranhão, datada em 16/05/1818. Códice 697: Alvarás, Cartas Régias e Decisões (1817-1830). APEP.

6 Ofício da Junta Provisória do Grão-Pará para a Corte do Rio de Janeiro, datado em 06/05/1824. Códice 757: Correspondências do Governo com a Corte (1823-1824). APEP. Essa questão já tinha sido colocada pela historiografia, especialmente na obra de Antônio Eulálio Corrêa, para quem a “missão” de Grenfell no Pará não se restringia a alinhar a província ao projeto do Rio de Janeiro, mas sim a de transportar quantos vasos de guerra fosse possível para compor a frota imperial no Rio de Janeiro, com o objetivo de participar das batalhas navais na Cisplatina. Cf. CORRÊA, Antônio Eulálio. *A Fragata Leopoldina e a Missão de Grenfell no Pará*. Belém : UNAMAZ, 2003.

7 Ofício da Junta Provisória do Grão-Pará para Martin Francisco Ribeiro de Andrada, datado em 04/03/1824. Códice 757: Correspondências do Governo com a Corte (1823-1824). APEP.

8 Ofício da Junta Provisória do Grão-Pará para Martin Francisco Ribeiro de Andrada, datado em 04/03/1824. Códice 757: Correspondências do Governo com a Corte (1823-1824). APEP.

9 Essa constatação fica bem clara no ofício que a câmara municipal de Belém enviou para a junta de governo em que afirma “Também reconhece, e todos, igualmente, que indo uma esquadra a rebater aqueles pontos, fica a capital sem braços que a possam defender de qualquer invasão interna ou externa”. Ofício da Câmara Municipal à Junta Provisória de Governo, datado em 26/02/1824. *Apud* RAIOL, *op. cit.* p. 73.

10 Ofício da Junta Provisória de Governo para o Ministro da Guerra Francisco Vilela Barbosa, datado em 04/03/1824. Códice 757: Correspondências do Governo com a Corte (1823-1824). APEP.

11 Ofício da Câmara Municipal de Vigia para a Câmara Municipal de Vila Nova del Rei, datado em 23/07/1824. Códice 789: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP; Ofício da Câmara Municipal de Colares para a Câmara Municipal de Vigia, datado em 31/07/1824. Códice 789: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP; Ofício da Câmara Municipal de Vigia para a Câmara Municipal de Vila Nova del Rei, datado em 23/07/1824. Códice 789: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP; Ofício da Câmara Municipal de Vigia para o Comandante Militar da Vila de Cintra, datado em 23/07/1824. Códice 789: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

12 Daí, as câmaras municipais do litoral marítimo logo terem tentado guarnecer as localidades de Salinas, Cintra, Marapanim, Odivelas, Bragança, Vigia, Vila Nova del Rei e Colares, considerados pontos estratégicos por onde poderiam desembarcar as ditas tropas. Cf. Ofício da Câmara Municipal de Vigia para o Capitão Antônio Germano Ribeiro, datado em 28/08/1824. Códice 789: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

13 Ofício do Juiz Ordinário da Vila de Cameté Manoel Barroso de Bastos para o Presidente José de Araújo Rozo, datado em 14/06/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824).

14 “Auto de Sumário de Testemunhas que mandou proceder o Juiz Ordinário e Órfãos José Joaquim Coelho contra Francisco Pinheiro de Santarém”, datado em 20/09/1824.; Ofício do Juiz Ordinário da Vila de Óbidos para a Câmara Municipal de Santarém, datado em 28/09/1824; Ofício de José Joaquim Coelho de Óbidos para o Juiz de Órfãos da Vila de Santarém Estevão Januário Valente Cordeiro, datado em 20/09/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824).

15 Ofício da Câmara Municipal de Alenquer para o Governo Geral da Província, datado em 15/08/1824. Códice789: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

16 Cf. Ofício da Fortaleza de Gurupá para o Governo Geral da Província, datado em 28/04/1824; Ofício do Comandante Antonio Marcelino Marinho Gamboa para a Junta Provisória de Governo, datado em 25/04/1824; Ofício do Tenente Comandante de Gurupá Antonio Mocego de Bulhões para o Presidente da Província José de Araújo Rozo, datado em 23/09/1824. Códice 785: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

17 Ofício do Tenente Comandante de Gurupá Antonio Mocego de Bulhões para o Presidente da Província José de Araújo Rozo, datado em 17/08/1824. Códice 785: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

18 Esses agentes seriam Manoel dos Passos e “um tal capitão Domingos”, vindos de Portel e Melgaço. Ofício do Tenente Comandante de Gurupá Antonio Mocego de Bulhões para o Presidente da Província José de Araújo Rozo, datado em 30/10/1824. Códice 785: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

19 Ofício do Juiz Ordinário da Vila de Pinhel José Guedes Aranha para a Câmara Municipal de Santarém, datado em 12/08/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

20 Ofício da Câmara Municipal de Alenquer para o Governo Geral da Província, datado em 15/08/1824. Códice789: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

21 BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Ensaio corográfico sobre a Província do Pará*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004, p. 253.

22 O próprio Hércules Florence atribuiu essa permanência do sotaque europeu entre a população branca de Santarém e distritos próximos ao fato de “os portugueses são ali numerosos, e a pronúncia européia pôde-se conservar em sua integridade sem sofre a modificação brasileira”. Florence passou pela região do rio Tapajós em 1828, como integrante de uma expedição científica organizada pelo cônsul geral da Rússia, o Barão George Heinrich von Langsdorff. Vinda de uma longa viagem iniciada no Rio de Janeiro em setembro de 1825, passando por São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso, a expedição atingiu o Alto Amazonas e o Grão-Pará em 1828. FLORENCE, Hércules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas, 1825-1829*. São Paulo : Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo, 1977, p. 295.

23 MUNIZ, João de Palma. “A Independência nos municípios do interior”. In: *Adesão do Grão-Pará à Independência e outros ensaios*. Belém, Conselho Estadual de Cultura, 1973, p. 449; REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Santarém: Seu Desenvolvimento Histórico*. 2ª edição, Belém : Governo do Estado do Pará, 1979, p. 76-7.

24 Cf. REIS, Arthur César Ferreira. *História de Óbidos*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p.49.

25 Santarém reunia apoio de, pelo menos, três vilas, a de Alenquer, Faro e Óbidos, que enviaram efetivos militares para auxiliar as escoltas que iam destacadas para Monte Alegre. Fora isso, ainda conseguiu ajuda da província do Rio Negro, que enviou embarcações armadas para realizar as patrulhas em Santarém e adjacências, evitando qualquer ataque-surpresa. Contudo, a junta defensiva é que estava a frente das ações de guerra e dos planos de defesa das demais vilas, inclusive a de Monte Alegre. Ver, Ofício da Junta Defensiva de Santarém para o Capitão Comandante Bibiano Luis do Carmo, datado em 22/06/1824. Códice 789: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP; Ofício da Junta Defensiva de Santarém para o Capitão Comandante da Força Armada Pedro Vieira Rangel, datado em 21/06/1824. Códice 789: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP; Ofício da Câmara Municipal de Santarém para o Presidente da Província José de Araújo Rozo, datado em 10/07/1824. Códice 789: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

- 26 Ofício da Câmara Municipal de Monte Alegre para o da Província José de Araújo Rozo, datado em 08/08/1824. Códice 789: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.
- 27 Ofício da Junta Provisória Defensiva de Santarém para o Capitão Antonio Marcelino Marinho Gamboa, datado em 30/03/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.
- 28 Cf. Ofícios da Câmara Municipal da Vila de Óbidos para a Junta Provisória Defensiva de Santarém, datados em 27/04/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP. REIS, *op. cit.*, p. 85.
- 29 Ofício do Juiz Ordinário de Alter do Chão para a Câmara Municipal da Vila de Santarém, datado em 24/05/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.
- 30 Ofício do Capitão Comandante da Vila de Aveiro Manoel Fillippe de Andrade Figueira para a Junta Provisória e Defensiva da Vila de Santarém, datado em 01/06/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.
- 31 Carta do Juiz Ordinário de Alter do Chão Antonio dos Passos para João Ferreira da Cruz, 24/05/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.
- 32 Carta do Juiz Ordinário de Alter do Chão Antonio dos Passos para o Furiel Manoel Ignácio de Souza, 24/05/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP; Carta do Juiz Ordinário de Alter do Chão Antonio dos Passos para Manoel dos Santos Prata, 24/05/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP; Carta do Juiz Ordinário de Alter do Chão Antonio dos Passos para o Vereador da Câmara Municipal de Santarém Manoel Frutuoso da Costa, 24/05/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP;
- 33 Ofício do Juiz de Aveiro Sebastião José Pena para o Presidente da Província José de Araújo Rozo, datado em 23/09/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.
- 34 REIS, *Santarém...* p. 87.
- 35 Palma Muniz esclarece que a Independência brasileira foi jurada nos municípios de Alenquer, Boim e Vila Franca em 22 de outubro; Santarém, em 19 de outubro; Óbidos em 19 de novembro de 1823. MUNIZ, João de Palma. "A Independência nos municípios do interior". *In: op. cit.* p. 445-9.
- 36 Por isso o comandante de Óbidos alertava para o perigo de a escravatura se levantar e se solidarizar com os indígenas da tropa de ligeiros, que já vinham demarcando sua identidade política frente aos outros soldados brancos. Ver Ofício de Manoel Antonio Barbosa para a Câmara Municipal de Óbidos, s/d. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.
- 37 REIS, *História de Óbidos*, p. 49.
- 38 Ofício registrado pelo oficial do cartório de Santarém em nome de José Joaquim Pereira do Lago Porto Carreiro, datado em 26/03/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.
- 39 Ofício do Vigário de Santarém Thomas Caetano Pedroso para a Junta Defensiva de Santarém, datado em 27/03/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.
- 40 Ofício de Santarém para o Presidente da Província, datado em 03/10/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824).
- 41 Cf. Ofício do Tenente Comandante do Registro de Arroios José Nunes da Silveira para a Junta Provisória de Governo, datado em 09/04/1824. Códice 786: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.
- 42 Ofícios do Juiz da Fortaleza de Gurupá José Ferreira da Silva para o Tenente Comandante Aniceto Francisco Malcher, datado em 30/05/1824 e 25/07/1824. Códice 785: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.
- 43 Ofício do Juiz Ordinário de Santarém José de Souza e Silva para a Junta Defensiva de Santarém, datado em 09/10/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.
- 44 Ofício da Câmara Municipal de Alter do Chão para a Câmara Municipal de Santarém, datado em 26/07/1824. Códice 789: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

45 REIS, *Santarém...*, p.89-90.

46 “Termo de Paz feito entre os Povos de Monte Alegre e Vila de Santarém”, datado de junho de 1824. Códice 789: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

47 Ofício da Câmara Municipal de Santarém para o Presidente da Província José de Araújo Rozo, datado em 10/07/1824. Códice 789: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

48 Cf. Ofício do Presidente da Câmara João Bernardino de Lima para o Presidente da Província José de Araújo Rozo, datado em 04/01/1825. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP; Proclamação da Câmara Municipal de Alenquer sobre a criação do Corpo de Voluntários Imperiais, datada em 26/12/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). Ofício da Junta Defensiva de Santarém para o Comandante da Força Armada Pedro Vieira Rangel, datado em 21/06/1824. Códice 789: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

CAPÍTULO 13

A REVOLUÇÃO NAS MATAS DO TURIAÇÚ, BRAGANÇA E MARANHÃO

O FECHO DO ANEL? A REVOLUÇÃO POPULAR NAS MATAS DO TURIAÇÚ, BRAGANÇA E VIZINHANÇAS: AS POSSÍVEIS RELAÇÕES COM A REPÚBLICA DO EQUADOR

Proclamação

Habitantes das Províncias do Norte do Brasil! A Providência que vela constantemente sobre a nossa felicidade, continua encaminhar tudo para que mais facilmente possamos conseguí-la. Não satisfeito S. M. I. C. de ter despótica e atrevidamente dissolvido a Soberana Assembléia Constituinte e Legislativa do Brasil; de ter atacado desta sorte a Soberania Nacional em as Augustas Pessoas de seus Representantes, procurando assim dividir-nos e animando o Rei de Portugal para atacar os nossos lares; depois de nos haver exposto a uma guerra injusta e iníqua, bem que estejamos certos da vitória: agora, Brasileiros! Quem tal pensava! Agora que nos vêem expostos as Baionetas e Canhões Portugueses, S. M. I. C. manda reunir todas as suas forças a Capital, a fim de defender somente a sua Pessoa, e desampara aqueles mesmo que o elevaram ao Trono, e que lhe puseram na Cabeça a Coroa Imperial. Brasileiros! O Imperador desamparou-nos; e que nos resta agora? Unamo-nos para salvação nossa, estabeleçamos um Governo Supremo, verdadeiramente Constitucional, que se encarregue de nossa mútua defesa, e salvação Brasileiros! Unamo-nos e seremos invencíveis. Palácio do Governo de Pernambuco, 2 de Julho de 1824. = Manoel de Carvalho Paes de Andrade – Presidente¹.

Essa proclamação foi recebida pela câmara municipal de Belém em 16 de setembro de 1824, dentro de um grosso pacote enviado pelo correio do Maranhão, onde também se encontravam mais dois exemplares do periódico *Typhis Pernambucano*, escrito por Frei Caneca e publicados em 27 de maio, um exemplar de uma proclamação do governo das armas do Ceará, dois exemplares do *Diário do Governo do Ceará*, datados em 2 de julho, quatro exemplares de outra proclamação escrita no palácio do governo do Ceará escritas em 8 de julho e mais duas proclamações de mesma origem escritas em 13 de julho. Toda essa documentação, cujas cópias bem preservadas ainda existem no Arquivo Público do Estado do Pará², nos remete para a intrincada realidade vivida no nordeste brasileiro, principalmente por causa da tentativa de estabelecimento de um governo relativamente autônomo em Pernambuco a partir de julho de 1824, demarcando posição firme diante da política centralizadora ditada pelo Rio de Janeiro.

As agitações que tomavam conta das províncias do norte parecem ter atingido o Grão-Pará em abril, quando atracou na barra de Belém a escuna *Maria Filipa Camarão*, trazendo o que seriam as primeiras tentativas de comunicação do governo revolucionário de Pernambuco com a “sociedade política” local³. Nessa mesma embarcação estariam presentes vários ex-combatentes da revolta que explodiu na capital da província na madrugada do dia 14 de abril de 1823, quando um levante militar em Belém com apoio civil tentou antecipar o rompimento com Portugal, durando apenas algumas horas. Esse grupo, que teria vivido exilado nos Estados Unidos desde então, teria formado mais uma facção no já fragmentado quadro político da província, pois, segundo o presidente da província, “começaram a desenvolver-se nesta cidade partidos republicanos”⁴. Nesse sentido, urgia tomar diversas precauções para que os acontecimentos que se davam naquela região do Império não influenciassem a realidade interna, posto que “estes povos [estão] assustadíssimos com os procedimentos praticados pelos governadores das armas do Maranhão e Ceará, mais o receavam e não queriam ver nesta Província o que está acontecendo em outras”⁵.

A situação realmente não era nada animadora para a manutenção da hegemonia política da corte sobre o extremo norte do Império. Depois de rapidamente ter se alastrado pelas províncias da Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas e Ceará, a chamada Confederação do Equador, liderada pelo abastado negociante Manoel de Carvalho Paes de Andrade, presidente do governo revoltoso que foi instalado no Recife como apoio da câmara de Olinda, tentava aumentar sua área de influência política para o extremo norte, notadamente para o Maranhão e o Grão-Pará. Talvez, Paes de Andrade tivesse intuído que, uma vez conquistadas as adesões dessas duas províncias,

logo teria ao seu lado o Piauí, cujas relações com o Maranhão eram incontestes desde os tempos coloniais⁶, além do Rio Negro, Goiás e o Mato Grosso, que faziam parte do quinhão político sob o predomínio do Pará⁷. Os fios que foram tecidos a partir do governo recifense, como bem se podem ver na proclamação enviada para os governos do extremo norte, convergiam na exacerbação da luta contra os “portugueses” e seus representantes políticos, sendo o próprio imperador considerado o maior incentivador desse partido, considerado como o grande responsável pela dissolução da assembléia legislativa e pela imposição da Constituição de 1824, pelo que, novamente, as noções de “português” e “brasileiro” continuavam mantidas sobre o móvel terreno das contendas políticas. Era preciso, antes de qualquer coisa, recuperar o projeto constitucional e preservar a paridade da participação das províncias no jogo político nacional e fortalecer o espaço de autonomia regional⁸.

Mesmo que parecesse atraente, para as camadas dirigentes do Pará, a proposta de integrar a confederação encabeçada por Pernambuco, não seria nada fácil concretizar isso na prática. A empreitada de um novo bloco político e econômico no nascente Estado imperial não parecia ser uma boa pedida para uma província que não conseguia ter o mínimo de controle sobre sua conjuntura interna, mesmo com o virtual apoio da corte imperial. As relações de poder entre o governo central e as câmaras municipais ainda não apontavam qualquer consenso e, o que era mais importante, todos esses organismos do governo estavam sob a mira das sedições integradas pela massa dos despossuídos da província, que viam o rastro conservador português em todas as instituições. Essa instabilidade inspirou grande cuidado, o que levou a câmara municipal de Belém a utilizar de cautela e declinar da proposta dos confederados pernambucanos, pois “todos os seus discursos se encaminhavam à Rebelião, (...) cumpre, portanto, a este Senado mostrar constantemente a sua Adesão ao maior de todos os Monarcas, o Senhor Dom Pedro Primeiro”⁹.

Assim, falando apenas em nome próprio, a câmara municipal da “cidade do Pará” determinou que todos os que partilhassem dos ideais oriundos de Pernambuco e do Ceará deveriam ser prontamente investigados através da abertura de devassas para se apurar o caso, sendo escrita uma circular que deveria ser repassada para todas as câmaras municipais e juízes ordinários do interior provincial¹⁰. Parece que o presidente da província, José de Araújo Roza, empossado em 1o de maio, partilhava dessa mesma opinião, como consta da devassa que mandou abrir logo depois de sua chegada¹¹.

Mas, a aparência de coesão parece ter parado por aí. As proclamações dos governos de Pernambuco e do Ceará, juntamente com outros papéis sediciosos que seriam, segundo a historiografia, numerosos exemplares da constituição política da Re-

pública Colombiana, nas quais se espelhavam os líderes da Confederação do Equador, teriam corrido à larga pelo espaço público de Belém e do interior próximo, contribuindo para a formação de facções defensoras da república no Pará. Alguns membros da própria junta de governo estariam envolvidos, como Félix Antônio Clemente Malcher e Antônio Correia de Lacerda, além de Pedro Rodrigues Henriques, presidente da câmara municipal¹².

Contudo, não podemos deixar de levantar a hipótese de que boa parte dessas influências republicanas também foram habilidosamente manipuladas pelos grupos que almejavam maior concentração do poder provincial, primeiramente em Belém. Embora a postura do presidente Rozo tivesse sido a de apoiar a decisão da câmara municipal em rechaçar qualquer tentativa de espalhar os ideais republicanos na capital da província, também soube tirar proveito desses espectros para eliminar aqueles que representavam possíveis obstáculos ao seu projeto, e o de se grupo político, de consolidar um governo centralizador. Desse modo, a suspensão da posse de José Inácio Borges, nomeado por decreto imperial para o governo das armas, se constitui em episódio sugestivo, pois acabou levando-o a concentrar os poderes civil e militar para evitar o fortalecimento da revolução que já se alastrava pelo interior e a dispersão da autoridade institucional entre os potentados da capital e do sertão. O interessante é que aqueles considerados como os agentes da Confederação do Equador na província anuíram a essa situação, como mostra as assinaturas de Pedro Rodrigues Henriques, Clemente Malcher, José Camecran, Marcos Mundurucu Paiquicé e Joaquim Tupinambá no ofício enviado ao Rio de Janeiro para justificar o porquê do embargo da posse do brigadeiro Borges¹³.

Mesmo assim, a conduta do presidente da província deve ter causado impacto na “sociedade política” de Belém, pois estava relativamente claro que ele representava um projeto de alinhamento à política ditada pelo Rio de Janeiro que muitos não concordavam. Isso fazia com que as alianças políticas fossem extremamente volúveis aos acontecimentos em curso, repletos de ambigüidades, como mostra a prisão, em junho de 1824, de todos os acusados de ser defensores do projeto republicano na província. Todos os já citados membros da câmara municipal e da junta de governo da capital e seus colaboradores, como o cônego Silvestre Antônio Pereira da Serra, foram levados para prisões separadas e colocados incomunicáveis por ordem de José de Araújo Rozo¹⁴, demonstrando a volatilidade dos arranjos políticos.

Ainda nessa linha de raciocínio, a pecha do republicanismo também foi utilizada para reduzir o campo de ação de importantes figuras que faziam cerrada oposição ao projeto centralista da junta provisória e, posteriormente, do presidente da

província. Foi nesse sentido que logo se associou o arcepreste João Batista Gonçalves Campos, ex-redator d'*O Paraense* e figura destacada na consolidação da independência política na província em 1823, à emergência de um partido republicano em Belém, juntamente com outros membros que foram expulsos da província pelo almirante John Pascoe Grenfell por causa de suposto envolvimento nos acontecimentos que culminaram no episódio do brigue *Palhaço*.

Tendo sido absolvido das acusações que lhes foram feitas e ainda recebido a condecoração de cavaleiro da Ordem de Cristo, Batista Campos chegou em Belém no dia 14 de agosto de 1824, sendo logo preso e acusado de ter sido colaborador do governo da confederação em sua passagem pelo Recife e ainda ter espalhado elogios ao governo de Paes de Andrade no Maranhão, lugares por onde passou em sua viagem da corte para o Pará. Foi instaurada uma devassa sem provas e completamente ilegal em julho para apurar os fatos, no que o arcepreste também era considerado o autor de panfletos favoráveis ao governo de Pernambuco e do Ceará na província, pelo que nada se conseguiu comprovar e ainda se esclareceu que Campos não somente não tinha elogiado a Confederação do Equador como até tinha saído fugido do Recife num brigue inglês para não ser preso pelas tropas leais a Paes de Andrade¹⁵.

Fica claro, desse modo, que a alcunha de “republicano” poderia ser revestida de múltiplos significados, inclusive servir de retórica para eliminar elementos nocivos no jogo político provincial, o que sugere, mais uma vez, que as relações de poder ainda não estavam consolidadas entre os grupos políticos que detinham o controle da província, mantendo em suspenso qualquer projeto de futuro, que não passava de mero esboço instável e dependente dos acontecimentos. Por isso, parece ser prudente levarmos em consideração a presença da Confederação do Equador no Grão-Pará pode ter sido uma invenção calculada para resolver a equação da fragmentação política provincial, que se encontrava pulverizada em diversos focos de governo, como acontecia em Cameté, no baixo Tocantins, e Santarém, nas regiões do médio Amazonas e Tapajós. Além do mais, se fazia *mister* consolidar um único projeto político hegemônico que pudesse ao mesmo tempo equilibrar as relações entre a capital e as principais vilas do interior e ainda fortalecer os fios que ligavam a província ao projeto centralizador da corte imperial, posto que as relações com o Rio de Janeiro ainda não estavam de todo solidificadas.

Ademais, seria demasiadamente simplista considerarmos que a Confederação do Equador se constituiu unicamente em substrato ideológico das disputas de gabinete pela hegemonia política na província. Caso consideremos que, por um lado, isso efetivamente aconteceu, por outro lado, o republicanismo foi absolutamente presente na realidade da província, principalmente se deslocarmos a análise para os espaços

localizados relativamente fora do plano institucionalizado das relações. Nesse sentido, podemos girar nossas lentes para outros lugares da província e tentar compreender essa importante experiência política republicana a partir de outros ângulos de visão. O foco que nos parece interessante para se deslindar como a chamada “peste da república” vinda do norte do Brasil esteve presente no Grão-Pará está na violenta sedição que aconteceu em agosto de 1824 na fronteira com o Maranhão, onde variados episódios passaram a balançar o cotidiano de significativa parcela das vilas da região leste, principalmente das vilas de Ourém, Bragança e do povoado de São Francisco Xavier de Turiaçú¹⁶.

A região leste da província do Grão-Pará, hoje denominada de “região do salgado” por conta de sua larga faixa litorânea com o Atlântico, tinha como ponto mais representativo, no âmbito administrativo e militar, a vila de Bragança, cuja jurisdição se estendia até a fronteira com a província do Maranhão¹⁷. Esse vasto território, recortado por inúmeros rios e pequenos afluentes, tinha como principais atividades produtivas os cultivos do algodão, arroz e mandioca, geralmente comercializados em maior escala com os negociantes maranhenses pela facilidade de acesso através de estradas que interligavam vilas e lugares do Pará, como Ourém e Turiaçú, aos núcleos urbanos representativos do cordão algodoeiro da província vizinha, como as vilas de Guimarães e Alcântara¹⁸. Essa realidade servia para aproximar negociantes dos dois lados da fronteira que, não raro, mantinham propriedades e domicílios tanto no território paraense como no do Maranhão. Do ponto de vista demográfico, a região do salgado estava assim disposta:

TABELA 5

População aproximada das vilas e lugares da Região do Salgado

Vilas e lugares da Região do Salgado	No de habitantes
Bragança	6.847
Cintra	4.784
Ourém e Freguesias (Irituia e São Miguel)	2. 655
Turiaçú	2.553
Gurupi	223
Vizeu	172
Piriá	53
Total de habitantes	17.287

Fonte: BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Ensaio corográfico sobre a Província do Pará*.

Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004

Em termos percentuais, a região do salgado representava 11,91% do total dos habitantes de toda a província do Grão-Pará e Rio Negro e 14,61% da população da comarca de Santa Maria de Belém, o que demonstra, mesmo que inexatamente, que essa região era a terceira mais populosa e de maior impacto das agitações revolucionárias no período imediatamente posterior ao da independência. Por outro lado, as dimensões populacionais não fogem tanto à tendência que vimos até agora para as regiões do baixo Tocantins e do alto e médio Amazonas, o que elucida outra importante convergência dos conflitos deflagrados nesse momento. Assim, é possível visualizarmos as possíveis similitudes existentes entre as sedições do biênio 1823-1824 e colocarmos a possibilidade de todas elas terem tido, em algum momento, vínculos entre si, através da mobilidade de seus integrantes. Vejamos os percentuais de habitantes livres e cativos por vila da região do salgado:

TABELA 6

Percentual de homens livres e escravos nas vilas e lugares da Região do Salgado

Vilas e lugares da Região do Salgado	No de homens livres	No de escravos	% de livres	% de escravos
Bragança	6.365	482	92,96%	7,03%
Cintra	4.319	465	90,28%	9,71%
Ourém e Freguesias (Irituia e São Miguel)	1.945	710	73,25%	26,74%
Turiaçú	1.553	1.000	60,83%	39,16%
Gurupi	223	-	100%	0%
Vizeu	172	-	100%	0%
Piriá	53	-	100%	0%
Total /Média %	14.630	2.657	84,63%	15,36%

Fonte: BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. Ensaio corográfico sobre a Província do Pará. Brasília, Senado Federal : Conselho Editorial, 2004.

Esses números são interessantes para se analisar as proporções de escravos e livres para a região, assim como constatar que, especificamente no povoado de São Francisco Xavier de Turiaçú, onde se desenvolveu o cerne da comoção revolucionária encabeçada pelos grupos armados de índios e negros, a balança numérica denota a significativa porcentagem de quase 40% de escravos negros. Contudo, considerando a média de habitantes livres e cativos relacionados ao conjunto da região do salgado ainda temos que considerar que a proporção de homens livres é muito maior do que a de escravos, o que, mais uma vez, nos coloca frente ao presumível contingente subs-

tancial de indígenas envolvidos nas sedições, posto que constituíam praticamente toda a população localizada nos vastos distritos rurais ligadas aos núcleos urbanos. Em seu *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*, Antonio Baena chegou a fazer um mapeamento aproximado dos habitantes da região do salgado por etnia, pelo que escolhemos não utilizarmos esses números por conta da grande mobilidade que esses índios, brancos, negros e mestiços se encontravam no calor dos acontecimentos, migrando de um lado para o outro da fronteira com o Maranhão e influenciando diretamente na imprecisão do número de habitantes de diversas vila e povoações, que ora aumentava vertiginosamente e ora refletia paisagens de completo abandono.

Aliás, esse é, talvez, o grande diferencial das sedições da região do salgado. A proximidade da fronteira com a província do Maranhão colocava a população residente no Pará mais próxima dos acontecimentos políticos que se passavam nas províncias mais ao sul, o que era uma grande dificuldade por conta do imenso litoral oceânico. Essa era a grande preocupação do comandante geral de Bragança, Pedro Miguel Ferreira Barreto, pois tinha conhecimento que “algumas províncias do Sul se tem desorientado a julgo [de] Pernambuco”, o que era uma informação de grande importância para a segurança interna da província, porque “acredito que de alguma maneira as Gazetas daquela cidade, que inclusas remeto para V. Ex.a digne a levar à presença da Ex.ma Junta”¹⁹. A julgar pelas informações de Domingos Antônio Raiol, o autor dos *Motins Políticos*, que no princípio do mês de abril chegara à Belém a escuna *Camarão* procedente de Pernambuco²⁰, trazendo as primeiras notícias da revolta liderada por Paes de Andrade para a realidade interna da província, o ofício do comandante Ferreira Barreto ganha notoriedade porque exatamente no mesmo momento ele tinha em suas mãos as gazetas que traziam notícias da região insurgente.

Esse não é um dado que possa passar despercebido, o que parece ter acontecido para grande parte da historiografia. A chegada desses periódicos na vila de Bragança em 2 de abril indica que possíveis exemplares do *Typhis Pernambucano*, de Frei Caneca, assim como proclamações de dissidentes do governo do Ceará, como as escritas por Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, e ainda outros tantos papéis daquela área sediciosa que começava a criticar o projeto excessivamente centralizador da corte do Rio de Janeiro, estavam circulando pelo norte do Maranhão e que era possível, pelo correio de terra que passava pelas inúmeras estradas reais, chegar à Bragança. Em janeiro de 1824, na vila de Ourém, já se chamava a atenção para a grande frequência com que pretos fugidos e desertores adentravam a região vindos do lugar de Peritoró no Maranhão, para fazerem assaltos nos núcleos urbanos e distritos rurais, pelo queurgia se colocar um destacamento militar fixo na boca do rio Irituia e em pontos es-

tratégicos das estradas reais, caminhos por onde freqüentemente passavam os fugitivos sempre se esgueirando pelo mato para não serem pegos sem passaportes²¹.

A referência a Peritoró, no entanto, é sugestiva no conjunto das preocupações alimentadas pelos áulicos da região do salgado paraense, pois esse lugarejo fazia parte da região do Itapicuru-mirim, no “meio norte” da província do Maranhão, extensa área produtora de algodão e arroz desde meados do século XVIII, cujas fazendas se baseavam largamente na mão-de-obra escrava de negros e índios e onde as lutas de independência tinham sido particularmente violentas. O envolvimento de negros escravos e forros nas lutas pela emancipação política, principalmente organizados em mocambos de razoável população e de grande inserção nas relações de sociabilidade da região, produziu uma paisagem revolucionária abertamente contrária aos portugueses proprietários de terras e negociantes, o que desembocou em conflitos raciais de radicalidade singular, que, em muitos momentos, acabaram por ser relacionados ao temor branco do “haitianismo”. Com isso, utopias de “liberdade” foram construídas no calor da guerra contra Portugal e que, no início de 1824, estavam longe da calma²².

Por outro lado, o “meio-norte” algodoeiro também tinha sido palco privilegiado das contendas políticas tanto do constitucionalismo português, como do processo de independência, tendo como organismo político de grande participação a câmara municipal de Itapicuru-mirim, na qual passaram a se concentrar os grupos políticos que entoavam a linguagem patriótica, com especial destaque para as famílias dos Burgos, Belforts e os Bruces. Nessa instável conjuntura, os lances decisivos da “adesão” maranhense ao projeto político do Rio de Janeiro seriam construídos a partir da entrada de tropas oriundas do Piauí e do Ceará em março de 1823, que passaram a se concentrar na vila de Caxias, onde montaram um enredo de governo autônomo, demonstrando o alto nível de influência dos grupos políticos da região²³. Enquanto a situação continuava em suspenso na capital da província, São Luis, também foi montado um governo provisório em Itapicuru-mirim, eleito pelos camaristas da vila, onde figuravam representantes proeminentes dos “três Bês”²⁴, pelo que a chegada do almirante Lord Cochrane em julho, com a missão de forçar a junta de governo provincial a alinhar-se à corte de D. Pedro, somente precipitou uma situação já existente em grande parte do Maranhão, sobretudo da rica e influente região do “meio-norte” para baixo²⁵.

Desse modo, não se pode deixar de lado a singularidade do processo de independência do Maranhão, primeiro pela grande participação popular que engendrou, fazendo com que negros e índios protagonizassem inúmeras revoltas por toda a região até a fronteira com o Pará, onde procuravam refúgio das tropas legalistas e dos capitães do mato contratados por fazendeiros para recapturá-los. O afluxo desses

sujeitos para diversas e vilas e povoações paraenses é particularmente importante entre meados de 1823 e todo o ano de 1824, o que colocava os comandantes militares da região do salgado, particularmente os de Bragança, em constante alerta, temendo que ampliassem a boataria em torno do que acontecia na província vizinha, sobretudo no que concerne aos projetos revolucionários fabricados pelos grupos marginais. Todos os acontecimentos que se passavam na província vizinha eram acompanhados de perto, e com grande ansiedade, pelo governo do Pará, que recebia regularmente ofícios da junta constitucional maranhense pelo correio terrestre, em que a capitulação do Maranhão representava o isolamento político da província no contexto independentista²⁶.

Em segundo lugar, parece interessante pensar que as agitações do “meio-norte” não estavam desconectadas das realidades conflituosas que marcavam as províncias do Piauí e do Ceará no contexto da independência brasileira, posto que esta região situava-se em uma geopolítica da revolução que continuava particularmente ativada no ano de 1824, quando a Confederação do Equador tentava colocar em xeque a hegemonia político-administrativa do Estado Imperial sobre o norte, com expectativas reais de expansão desse projeto autonomista para o Maranhão e o Grão-Pará, na tentativa de formar um bloco de poder alternativo que fosse mais representativo no jogo político regional, embora não rompendo com a corte. Todas essas realidades estavam interligadas e compunham um quadro de razoáveis possibilidades no que tange ao estabelecimento de uma federação ou confederação política, cujas teias ainda estavam por serem construídas no espaço do extremo norte.

Nesse sentido, o comandante militar da vila de Bragança Pedro Miguel Ferreira Barreto chamava a atenção para a necessidade de maior controle desse fluxo de informações procedentes de Pernambuco e das articulações que começavam a caracterizar a política nortista, que poderia causar distúrbios entre o “populacho” das vilas vizinhas e cercanias, pois

(...) também me consta que Cintra e Salinas estão fulminando um levante novo de Pretos e Índios; e em consequência do exposto rogo a V. Ex.a que sirva fazer ciente a Ex.ma Junta que esta Vila está em um ponto, suposto que central, contudo com barra franca e estradas Reais para todo o interior desta Costa até a Província, e que para poder segurar, e fazer conter qualquer inimigo interior, ou externo, a que não chegue à Capital sem experimentar algum dano²⁷.

Não parecia absurdo para o comandante de Bragança supor que esses indígenas, pardos e pretos que se revoltaram em Cintra (atual município de Maracanã)

e em Salinas no mesmo mês de abril, tivessem tido acesso às notícias das rebeliões que estavam acontecendo em Pernambuco e no Ceará, posto que o maior temor das autoridades era o de que notícias da república pudessem, de alguma forma, fomentar ainda mais a insubordinação dos homens livres e escravos das localidades situadas na orla marítima da província.

O tom apreensivo do documento não surpreende, porque Cintra tinha sido palco de uma violenta sedição de soldados índios e negros escravos em setembro de 1823, que, liderados pelo pardo carioca Manuel Nunes, proclamaram a independência na vila com grande perseguição aos portugueses. Rejeitando as autoridades constituídas que fugiram do lugar para preservar suas vidas, Manuel Nunes, intitulado-se “general”, assumiu o governo com o auxílio do pardo Manoel Pires e dois outros soldados, que, segundo o juiz ordinário, “é quem aqui despede todas as ordens, ao Juiz, aos Comandantes e é quem governa aqui em chefe”²⁸, do que podemos inferir que se estabeleceu uma experiência de razoável autonomia política sob o controle de um pardo em Cintra, coisa parecida com que os revolucionários pernambucanos e cearenses queriam realizar para aquela região do Império, denominando seu governo de “república”. Talvez a preocupação em reforçar a vigilância sobre o correio terrestre fosse a de não exacerbar ainda mais as contendas raciais e de nacionalidade na zona do salgado, posto que os europeus residentes na vila estariam dizendo que “são senhores desta terra, que os índios não sabem nada, como índios hão de ficar por baixo deles”, exacerbando ainda mais o sentimento patriótico de lusofobia²⁹.

A situação parecia ainda mais grave em abril de 1824, pois em Salinas tinha irrompido outra preocupante sedição popular, cujas providências imediatas deviam ser as de “mandar uma Companhia de Milícias desta Vila abater e extinguir os indignos Negros e seus sequazes que ali fulminaram o levante premeditado”³⁰. Os índios continuavam igualmente envolvidos na revolta contra os habitantes brancos de Salinas, atacando seus bens e propriedades através de violentos saques que acabavam por dispersar parte da população para os matos por algum tempo. Mas, a importância de conter essas sedições políticas marginais não se restringia somente ao equilíbrio local, pois causava inquietação nas autoridades que notícias dessas revoluções se espalhassem para as outras províncias, desvelando a fragilidade da estrutura militar existente na área marítima do Pará, posto que era preciso ajudar o sargento comandante da vila com milicianos para “repelir qualquer invasão interna”³¹.

A prisão e o desterro para fora da província do padre José Ribeiro do Rego em Turiaçú, oriundo do Maranhão, por ter declarado em um sermão dominical “exco-

mungadas as Autoridades Constituídas” por sua vinculação a Portugal e chefiado uma sedição em Bragança³², aumentou a apreensão sobre as possíveis ligações de fronteira, o que impelia as autoridades militares a reforçar a vigilância sobre os distritos próximos, como o rio Turi, o porto de Tentugal e o lugar de Gurupi, cuja estrada real ia dar em Peritoró, “por onde frequentemente transitam Desertores e Negros de uma e outra Província”³³. O grande perigo das ligações entre a população da região do salgado e os fugitivos do Maranhão estava nas possíveis influências que os revolucionários poderiam exercer sobre a grande massa de indígenas que habitavam as vilas e seus distritos rurais, que já sinalizavam descontentamentos com os proprietários brancos, como bem pode se notar a tentativa de revolta que se deu no lugar de Arumajó, distrito de Turiaçú, encabeçada pelos índios Constantino Rodrigues Pereira, Filipe e Manoel Joaquim, que “[aliciavam] os índios contra os brancos dessa vila”³⁴.

Essa movimentação de grupos marginais pelas estradas que interligavam as vilas e povoados dos dois lados da fronteira não somente significava o perigo constante de novos levantamentos raciais contra os moradores identificados com a causa da Europa, como também colocava em risco a comunicação oficial entre as duas províncias, o que comprometia qualquer tentativa de ação conjunta das tropas paraenses e maranhenses. Em tempos críticos de presumível ameaça revolucionária externa, a conduta dos índios José Luiz e Francisco, encarregados do correio de Turiaçú para Bragança chama a atenção, pois os dois milicianos sendo perguntados que papéis traziam para a vila, logo ficaram sobressaltados e caíram em contradição, despertando a desconfiança do sargento que os interrogava. O surpreendente nesse lance é que, feita a busca no malote que carregavam, foram encontradas 4 cartas não oficiais, sendo uma delas escrita em inglês, o que logo responderam que foram orientados pelo juiz de Turiaçú e por um tal Tavares para que trouxessem em segredo as missivas, tendo sido despachados para a estrada na boca da noite, sendo a carta escrita em inglês enviada do Maranhão para um morador de Bragança³⁵.

Talvez jamais saibamos o que esse inglês escreveu ao seu correligionário em Bragança, mas o fato é que, por hora, torna-se importante colocar que a comunicação estabelecida entre as províncias do Pará e Maranhão não eram seguras naquela conjuntura, posto que os suspeitos milicianos não somente utilizavam o serviço oficial do correio terrestre para transportar informações alheias às autoridades, como abriam as correspondências e espalhavam pelo espaço público as informações nela contidas. A chegada do pedestre Manoel Raimundo em Bragança, vindo do Maranhão trazendo a mala do correio com respostas daquele governo ao do Pará, causou grande furor pela estrada por onde passava, pois que “já na ida foi espalhando notícias aterradoras (...),

e na volta veio vociferando não só da mesma forma, como com mais audácia”. Os ditos do pedestre Manoel Raimundo, que teriam mexido tanto com a população “de cor” dos dois lados dos limites provinciais, notadamente em Turiaçú, foram repetidos na frente do comandante militar de Bragança com grande altivez e propriedade no mesmo momento de sua chegada

que Maranhão tinha-se levantado na véspera do Espírito Santo, porque os Ex.mos Senhores, Presidente, e Governo das Armas, querendo mandar assassinar toda a Tropa, um padre velho foi quem livrou, por avisar a dita Tropa, a qual em desafronta se levantaram e depuseram o Presidente, e o Governo das Armas, mandando a este preso para a Ponta da Areia, e tornando a chamar para o Governo os Membros da Junta, que tinham acabado; e que só no Estado do Pará se via ainda Marinheiros governarem, porém que assim sucedia por a Tropa ser mofina³⁶.

Os eventos relatados por Manoel Raimundo tinham relação direta com a instabilidade política que grassava sobre o Maranhão depois da “integração” ao projeto da corte do Rio de Janeiro. Esses intrincados acontecimentos, centrados nas disputas políticas entre os grupos que almejavam o poder provincial, notadamente aqueles mobilizados pelo comandante das armas, José Félix Pereira de Burgos, e por Miguel Bruce, em campos opostos, revelavam uma conjuntura de completo fracionamento institucional, em que o futuro se configurava como imprevisível. Dessa forma, o desenlace desses episódios se deu no dia 4 de junho, quando a guarnição de São Luis protagonizou a deposição do presidente Antônio da Silva Nunes Belfort, apoiado pelo grupo de Burgos, que ficara no cargo por apenas dois dias, restaurando a antiga câmara municipal e abrindo caminho para a posse de Miguel Bruce em 7 de agosto, com o apoio de boa parte da tropa oriunda do Itapicuru, investida de legitimidade pelo imperador. Burgos foi capturado na Ponta da Areia, distrito da vila de Alcântara, sendo deportado para o Rio de Janeiro para responder a uma devassa por crime de lesa-majestade³⁷.

O interessante no relato do pedestre Manoel Raimundo é a ênfase dada sobre a ação decisória da tropa de linha, que estaria fortalecida ao ponto de participar diretamente do jogo político provincial, depondo e restaurando o governo e a câmara. Talvez, essa atitude de autonomia dos soldados maranhenses, tanto na capital, como no interior – onde os soldados rebelados organizaram uma força expedicionária e marcharam sobre São Luis com o intuito de pressionar a câmara municipal para que organizasse uma eleição para a junta provisória até que fosse empossado o representante legítimo do imperador³⁸ –, enchesse de orgulho o pedestre que, sem qualquer cerimônia, relatava os fatos

que tinha tomado conhecimento pelo correio na frente da autoridade máxima da região do salgado. Por isso, deveria ter falado em tom altivo e decidido quando diferenciou os briosos soldados maranhenses em relação aos “mofinos” militares paraenses, o que encheu de indignação o capitão Pedro Miguel Ferreira Barreto. A possibilidade de intervenção direta nos rumos da política institucional fazia com que índios, negros e pardos sentissem que as transformações almejadas, principalmente em torno da escravidão e do serviço militar, também dependiam de suas atitudes diante dos grupos abastados, seja como aliados ou opositores, contribuindo para consolidar a independência brasileira sob o signo da liberdade no cotidiano das relações sociais, onde o expurgo do “partido português” se tornava a principal missão patriótica.

Não é a toa que grande parte das expectativas populares, notadamente dos que integravam as tropas de linha do Maranhão, associavam a revolução da independência ao presidente da província Miguel Bruce, partícipe do governo autônomo do meio-norte algodoeiro, que tomou posse do cargo como governador da província com apoio da guarnição de São Luis e da junta expedicionária de Itapicuru-mirim. Contudo, é preciso sublinhar que entre junho e julho de 1824, conjuntura em que se deu o episódio do pedestre Manoel Raimundo no Pará, Miguel Bruce passou a ser acusado com maior convicção de manter comunicação com os revolucionários da Confederação do Equador³⁹, tendo supostamente recebido emissários republicanos de Pernambuco com o intuito de alinhar a província ao bloco político que se alastrava pelo norte do Brasil⁴⁰. Certamente deve ter recebido as proclamações e exemplares do *Typhis Pernambucano*, assim como o Pará, talvez até antes de abril de 1824, o que complicava ainda mais a conjuntura política local, que se traduzia perfeitamente na fala de um potentado de Caxias, João Paulo Dias Carneiro, que achava

(...) acertado por um lado, e por outro não lhe acho jeito nenhum por estarem os negócios políticos tão atrapalhados, que ninguém os entende, e nem se sabe que carreira que devemos seguir; porém sempre me lembro dizer a Vossa Senhoria, que em tais circunstâncias deve um homem seguir o maior partido: Vossa Senhoria na sua me diz, que a maior causa da resistência contra Bruce, é por ele querer aclamar nesta Província a *República*: digo eu então, se essa é a vontade de *Bruce*, então está *Bruce* como quer, porque é quase a vontade geral, nesse caso não deve Vossa Senhoria oposição⁴¹.

Portanto, há tempos que as conexões entre os republicanos de Pernambuco e do Ceará não eram fantasmas que pairavam por sobre a realidade daquela parte da Amazônia. Deveria ser “quase vontade geral” entre a população maranhense, sobre-

tudo os habitantes indígenas e negros, que a província tomasse outro rumo àquele ditado pela corte imperial, principalmente por causa da clara política anti-portuguesa de Miguel Bruce e da tentativa de formação de um exército popular. Todas essas questões estavam presentes na realidade dos moradores das duas províncias e ameaçava, em certa medida, a própria integridade do nascente Império Brasileiro, posto que, como bem colocou Lord Cochrane em correspondência dirigida ao presidente do Pará José de Araújo Rozo, “as províncias, cada uma separadamente, se acham dispostas a seguir o mesmo que tornaram desprezível e fraca a América Espanhola”⁴². Todas essas questões percorriam um amplo espaço público, notadamente as matas do norte maranhense, onde a população recebia essas “notícias aterradoras” dos próprios pedestres que levavam e traziam as correspondências oficiais. Imaginemos todas essas informações transformadas, de diferentes formas, em boatos e teremos combustível de sobra para tornar a situação no interior bastante explosiva.

A expansão das utopias revolucionárias sob o governo de Miguel Bruce passou, exatamente entre junho e agosto de 1824, a circular com mais vigor pela província do Grão-Pará, especialmente nas localidades situadas próximas à linha demarcatória da província. Farta documentação indica ter havido uma intensa movimentação de negros e índios em vários lugares subordinados à jurisdição militar de Bragança, principalmente no povoado de São Francisco Xavier de Turiaçú, onde “os seus Habitantes / a maior parte / são assassinos, criminosos e homens da pior índole, que não podendo existir nos Estados do Maranhão, por recearem ir expiar seus delitos no Pará”, logo procuravam as matas próximas ao rio Turi, “por ser limite da outra”. Quando começavam a ser procurados no Pará logo cruzavam a fronteira, indo se alojar nos distritos rurais da vila de Guimarães. Por conta dessa intensa migração de fugitivos para o Pará, chegou-se a projetar uma população escrava constituída de 3.000 negros, o que excede em 200% as estatísticas de Antonio Baena, que contavam para o Turiaçú cerca de 1.000 escravos. O pior de tudo para os grupos dirigentes, no entanto, estava na relação que essa numerosa população escrava poderia tecer com outros inimigos do poder público, posto que existiam “ameaças à Vila e [aos] matos, que nela habitam, que sem dificuldade podem angariar partidos revolucionários”⁴³.

O afluxo desses negros fugitivos, muitos dos quais vinham de grandes mocambos situados nas matas maranhenses, notadamente os da região de Maracassumé, logo passou a promover um grande surto de violência em Turiaçú⁴⁴. Os alvos das ações desses fugitivos eram as fazendas do meio rural, onde os revoltosos saqueavam tudo o que podiam carregar, como sacas de farinha e cabeças de gado, que certamente eram utilizados para municiar as comunidades mocambeiras. Além disso, passavam a insul-

tar e a realizar matança na população branca proprietária do Pará, como aconteceu na fazenda de Manoel Matos de Souza, onde magotes negros mataram o feitor branco. Como a estrutura policial era muito deficitária, os fazendeiros solicitaram ao comandante de Turiaçú que se contratassem os experientes capitães do mato de Guimarães, que seriam pagos pelos próprios moradores⁴⁵, o que foi prontamente permitido pelo comandante da vila maranhense⁴⁶.

A sensação de impotência diante das ações perpetradas pelos marginais maranhenses é uma constante na correspondência trocada entre as diversas instâncias do poder na região do salgado. Isso se devia, em grande parte, ao fracionamento do poder que, a exemplo das outras regiões do Grão-Pará, enfraquecia as autoridades constituídas, que não conseguiam planejar uma ação ofensiva decisiva para debelar os desordeiros. Diante dessa situação, parte das autoridades sequer sabia o que fazer, limitando-se a narrar os acontecimentos e a pedir reforços de milícias, do que agir efetivamente com o pouco que tinham, o que gerava um claro clima de desconfiança em relação aos comandantes militares. Muitos moradores proprietários de terra e negociantes optaram por deixar os distritos de Turiaçú e ir para a vila maranhense de Guimarães, onde a ordem parecia ainda estabelecida, do que permanecerem em suas lavouras e criações de gado e contemplarem a devastação de seus bens e propriedades⁴⁷.

Mesmo que tenha sido organizada a Companhia Imperial de Bragança⁴⁸ e a 2ª companhia de milícias de Turiaçú, em maio⁴⁹, com ordem para se alistar todos os moradores que residissem nas vilas e distritos da região do salgado⁵⁰, os pedidos de tropas eram freqüentes. Todavia, entre o projeto da nova tropa milicianiana e a realidade do recrutamento existia uma grande diferença, pois se, teoricamente, existiam muitos moradores aptos ao serviço militar em toda a região, na realidade muitos eram pobres e dependentes de suas pequenas lavouras, pelo que ficavam isentos do recrutamento, por não terem como adquirir fardamentos e apetrechos militares. Outros, no entanto, rejeitavam abertamente o serviço militar, porque assim que ouviam os bandos públicos convocando-os para o alistamento voluntário, como aconteceu nem 21 de abril na vila de Bragança, “todos se embrenharam pelos Matos / prática e costume todas as vezes que aqui há recrutamento”. As difíceis circunstâncias políticas, em que se destacavam os avanços de revolucionários de fora sobre o Pará, fazia com que um dos principais critérios do recrutamento na jurisdição de Bragança fosse o do controle social, pois forçar os moradores ao serviço nas milícias representava “não haver na Comandância partido contra as Autoridades, que dêem princípio a alterar o espírito público desse Povo tão honrado, como Pacífico”⁵¹.

Chama a atenção nesse jogo político regional, por outro lado, a constante tentativa do comandante militar de Bragança, Pedro Miguel Ferreira Barreto, de subordinar boa parte das vilas e lugares da região a sua autoridade pessoal, solicitando ao governo central maiores poderes sobre as vilas de Salinas, Cintra e Turiaçú⁵². Essa postura, que foi se sedimentando gradativamente ao longo de 1824 com a anuência da junta provincial, por vezes se traduzia em atitudes arbitrárias contra os moradores de sua jurisdição, especialmente quando eram cobrados os dízimos nas vilas e distritos rurais, como aconteceu na propriedade de José Lopes da Cunha, tendo que pagar seus impostos à Fazenda Imperial em cabeças de gado, teve seu administrador Pedro Antônio de Paula preso por ter dito ao comandante que “os Bois se achavam no campo na fazenda de seu patrão; e que nem por conta dos Dízimos, nem para a Fazenda Imperial pagar-mos entregava”⁵³. Quando não era atendido de pronto pelas autoridades da capital em suas solicitações centralizadoras, Barreto ameaçava pedir sua demissão sob a justificativa de não ter suficiente soldo para manter uma vida digna, tendo que retomar o controle de seus estabelecimentos e propriedades, em clara atitude de calculada pressão⁵⁴. Em Turiaçú a situação se encontrava de forma muito semelhante, com o comandante militar José Gonçalves de Azevedo arrefecido a cobrança de impostos dos moradores do povoado e dos distritos, principalmente após a formação da companhia de milícias, sendo considerado despótico e partidário dos “portugueses” por grande parte dos proprietários rurais⁵⁵.

Com o avanço das sedições na região do baixo Tocantins, sobretudo em Cametá, nesse mesmo momento, o governo provincial solicitava urgência em envios de carnes, peixes e farinha para a capital, o que levava a comandância de Bragança a exacerbar a cobrança e impostos dos proprietários, obrigando-os a levar o que tinham de víveres prontos para o consumo imediato para o quartel central⁵⁶. Contudo, caso os lavradores se negassem a cumprir com suas obrigações diante da Fazenda Imperial, “será julgado como inimigo da sociedade, apático das ruínas da nossa Pátria e de espírito igual ao dos monstros inumanos que habitam [a] nefanda Vila de Cametá”, pelo que se utilizava o argumento político para justificar a necessidade do pagamento voluntário dos dízimos⁵⁷.

A constituição do poder na região do salgado no período pós-independência, portanto, não tinha a consistência necessária para controlar as revoluções que pipocavam nas vilas, povoações e distritos rurais. A autoridade das instituições na região estava claramente abalada diante da configuração política indefinida, por conta das relações de força entre os grupos proprietários estarem colocadas sobre objetivos divergentes, como acontecia no mesmo período em outros pontos da Amazônia. Essa

relativa dispersão do poder, também por causa do frágil apoio do governo provincial, tomado pelas outras revoluções que irrompiam no Grão-Pará, era seguramente percebida pelos extratos marginalizados da sociedade local, que exacerbavam a idéia de que os tempos realmente estariam mudando e que suas intervenções seriam de importância central para que um futuro de “liberdade” fosse construído.

Isso reforçava ainda mais a perspectiva de que era iminente a queda do Antigo Regime português e de todas as suas práticas de controle social, pelo que o traço ilegítimo da autoridade era cada vez mais reforçado pelo desrespeito às instituições, como aconteceu com um praça desertor apanhado e preso em Bragança, que, antes de entrar na cadeia foi-lhe perguntado seu nome no que respondeu “eu chamo-me Benedito de Brito e vá à puta que o pariu!”, o que gerou escândalo na autoridade responsável pela cadeia, que passou a temer pela sua própria vida, posto que Benedito de Brito era um dos mais atrevidos revolucionários da vila e tinha prometido exterminar todos os membros do governo constituído⁵⁸. Nessa lógica marginal, estaria perto o dia em que a Pátria, no sentido de província, estaria próxima de ter decretada sua verdadeira independência de Portugal, tal era a disposição dos habitantes indígenas e negros, tanto do Pará como do Maranhão, em expulsar todos os europeus das vilas e povoados, principalmente aqueles que detinham o poder político e ocupavam os cargos de mando, ingredientes esses que estiveram presentes no sério levante iniciado em 26 de agosto de 1824 na povoação de Turiaçú.

A historiografia amazônica que enfocou os conflitos da região do salgado referenciou a sedição de 26 de agosto em Turiaçú como sendo uma das mais violentas do Grão-Pará no contexto da independência brasileira, tradição essa que remonta aos *Motins Políticos* de Domingos Antônio Raiol. Praticamente todos os trabalhos que enfocaram essa revolta, notadamente os que integraram o número comemorativo da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, editado por ocasião do centenário da independência em 1922 e organizado pelo engenheiro e secretário da instituição João de Palma Muniz, procuraram integrá-la no conjunto de *eventos locais*, como sendo uma revolta nativista sem muita orientação, promovida pelos índios e negros que procuravam expulsar os portugueses da região do salgado. Trazendo documentos novos, trabalhados sob uma perspectiva de linearidade temporal, os autores referendaram, um a um, a tese de Palma Muniz, para quem as lutas políticas desse momento estariam situadas na divisão existente entre dois partidos divergentes, constituídos pelos “brasileiros” e “portugueses”, sendo as atitudes dos grupos marginais colocados com o sentido geral de “desordens”, e pontuados como parte de um movimento quase que metafísico e evolutivo que apontava para a consolidação da Nação e do Estado brasileiros⁵⁹.

Contudo, a leitura que fizemos da documentação referente a essa sedição sinaliza que, na visão dos contemporâneos envolvidos nos acontecimentos em Turiaçu e Bragança, a revolução de 26 de agosto também estava firmemente situada na conjuntura independentista do Maranhão⁶⁰, principalmente por causa do grande número de participantes negros oriundos daquela província, como pelo claro interesse das autoridades maranhenses em colaborar com o presidente do Pará no intuito de sufocá-la o quanto antes. Nesse sentido, o rompante popular de Turiaçu seria a extensão de movimentos desagregadores que tomavam conta da capital São Luis, provenientes da região de Itapicuru-mirim, o “meio-norte” algodoeiro, onde, como já discutimos anteriormente, estava a sede da Junta Expedicionária formada pelas tropas milicianas apoiadas por potentados locais, para legitimar o processo político eleitoral do presidente da província, ante a deposição do comandante das armas José Felix Pereira de Burgos.

O primeiro relato circunstanciado sobre os acontecimentos de agosto em Turiaçu aponta como marco inicial da revolta a chegada de sentinelas avançadas de um corpo de tropas ligeiras, composta em sua maior parte de desertores, à povoação pela estrada real, dando três tiros para o alto como sinal do início da sublevação⁶¹. A ação tinha sido premeditada há, pelo menos, dois dias antes, quando o comandante da povoação reunira as autoridades no intuito de decidir sobre o que fazer, posto que recebera duas denúncias de soldados que, ao passarem pela estrada que levava ao Maranhão, tinham encontrado um “partido grande que se achavam juntos para atacarem a Povoação”⁶². Não se tinha nenhuma dúvida que a

comoção que se estavam urdindo entre os Povos de pouca consideração desta Ribeira, alucinados com as desordens da Província do Maranhão que no (sic) de suas desenganadas intenções tem cometido assassínios, roubos e execrandos atentados, o mesmo que nesta Província praticar, pois a rapina e devastação agrada aos indolentes e perversos⁶³.

À frente da tropa integrada por grande número de negros escravos fugidos e amocambados estavam os capitães do mato, oriundos do Maranhão, José Florêncio, André Miguel e João Cândido Pedreiro, que adentraram a povoação com reivindicações bem definidas. Queriam a deposição imediata do comandante José Gonçalves de Azevedo, associado ao “partido português” e pelas inúmeras arbitrariedades perpetradas contra os “brasileiros”, e a expulsão para fora da província de todos os europeus residentes no povoado e seus distritos. Impuseram também a nomeação de um comandante brasileiro, devendo ser o capitão Manoel do Nascimento de Almeida, pelo que se dispuseram a matar as autoridades caso essas condições não fossem plenamente satisfeitas⁶⁴.

O grande número de negros que acompanhava a tropa revolucionária de José Florêncio, André Miguel e João Pedreiro, composta de 80 a 100 homens⁶⁵, logo foram cooptando outros negros e índios dos distritos rurais de Turiaçú, incentivando-os a abandonar os trabalhos nas fazendas dos portugueses e a se juntarem às tropas rebeldes. A motivação que tinham, e que passavam para os novos adeptos, era a de que os chefes da milícia lhes prometiam a “liberdade”, noção essa de profundos significados para os homens pobres livres e cativos dos dois lados da fronteira⁶⁶. Os escravos que se negavam a segui-los e se mantinham subordinados aos proprietários europeus eram atacados, sendo considerados tão inimigos quanto os brancos, como aconteceu na fazenda do morador Bento Roque da Silva, onde escravos dos portugueses foram mortos a sangue frio⁶⁷. Esse episódio expõe a complexidade das identidades políticas coletivas em jogo entre os negros, posto que, nesse caso, o pertencimento à nacionalidade “brasileira” se constitui em elemento soldador da coletividade revolucionada, pelo que se sobrepõe à identidade propriamente racial. Aqui, a aproximação com os índios era mais lógica, porque existiam elementos coesivos em comum, centrados nas questões políticas vigentes naquela conjuntura específica.

A situação tornava-se insustentável para muitos proprietários brancos da região de Turiaçú, o que, frente à grave deficiência de tropas legalistas e a desconfiança nos soldados “de cor”, fez com que a maior parte das autoridades, moradores e famílias inteiras do povoado decidisse abandonar seus bens, propriedades e cargos para migrarem rumo à Bragança, onde a presença do quartel general da região ainda impunha certo respeito. Entre homens, mulheres, crianças e escravos, somaram-se um total de 148 moradores, em sua maior parte europeus, que se transferiram para Bragança assim que estourou a revolução das camadas “de cor”, incluindo-se aí o comandante de Turiaçú José Gonçalves de Azevedo⁶⁸.

Aliás, após o 26 de agosto em Turiaçú, os negros maranhenses se espalharam por grande parte da fronteira e passaram também a influenciar a massa de índios que estava descontente com o tratamento que lhes davam as autoridades e os donos de terras⁶⁹, como bem nos mostra a violência que difundiam pelas estradas, o que terminou nas mortes dos moradores portugueses Miguel Joaquim Faial, José da Maia e de um feitor branco do proprietário Bento Roque da Silva⁷⁰. Também entre os indígenas, a lógica dos ataques contra os moradores estava assentada na questão racial, posto que investiam com violência contra as propriedades dos brancos, tanto europeus como os nascidos na terra, o que era de difícil entendimento para as autoridades, que teimavam em enquadrar essas atitudes sob o véu do delírio, do engano, enfim, da pura malvadeza⁷¹. A pergunta que não queria ca-

lar era “Por que causa nesta Povoação somente os Europeus são perseguidos?”⁷², o que elucidava sobre a pouquíssima compreensão que os grupos dirigentes possuíam sobre as lógicas e atitudes das camadas marginais.

Não tardou muito para que a revolta se expandisse para outros distritos rurais da região do salgado, o que efetivamente aconteceu a partir de 21 de setembro, quando os índios começaram a levantar os povoados de Vizeu, Gurupi e Piriá, além dos distritos rurais da vila de Ourém, para onde várias estradas interligavam a vila com Turiaçú e Bragança⁷³. Partindo do distrito de Arumajó, jurisdição de Ourém, o “partido dos índios”, liderado pelo soldado desertor Miguel Fernandes, tomou conta de boa parte das matas e estradas reais das cercanias, reivindicando a deposição do comandante militar de Ourém Leandro Caetano Ribeiro⁷⁴. A partir daqui, as expectativas coletivas dos índios e mestiços do Grão-Pará passaram a confluir com os objetivos dos negros e indígenas que invadiram Turiaçú, formando um grupo que, aos olhos das autoridades constituídas, possuía os mesmos objetivos, principalmente o de desterrar os não-brasileiros das duas províncias.

Os lances mais espetaculares dessa sedição, que escapava completamente ao controle dos grupos dirigentes da região do salgado, se deram quando os índios e negros avançaram sobre a vila de Bragança e geraram o pânico na população local – visto que muitos já tinham imigrado de Turiaçú fazia quase um mês -, matando a tiros e terçadadas o coronel comandante Pedro Miguel Ferreira Barreto, deixando expostas as fraturas do poder provincial sobre a área limítrofe com o Maranhão⁷⁵. A documentação, nesse sentido, indica claramente que o descontrole era completo depois da tomada da principal vila de toda a área fronteiriça, o que determinou a fuga de grande parte da população branca da região para as vilas e distritos maranhenses, principalmente para as vilas de Guimarães e Perucava⁷⁶.

Bragança, Turiaçú e cercanias começaram a ficar despovoados⁷⁷, o que levou os comandantes interinos locais a solicitar constantemente ajuda dos seus colegas em armas do Maranhão, notadamente por conta da desconfiança que a tropa inspirava nos superiores, pois, segundo o comandante interino Luis Ferreira da Cunha, “sabendo que os soldados do meu comando suciam com os Milicianos, e até mesmo com aqueles que tinham vindo do Arumajó”, não se tinha condições de organizar diligências para prender os responsáveis pela morte do coronel Barreto, por causa do envolvimento dos soldados em contínuas desordens e desacatos aos europeus, querendo libertar desertores presos na cadeia, dizendo que

os Soldados não queriam que os seus Camaradas estivessem um só instante na Cadeia, e que ele [comandante] assim igual-

mente o entendia, por não terem cometido nenhum crime de Lesa Majestade, e que toda a tropa estava desatinada por semelhantes procedimentos. (...) Quantos não estariam agora mortos se os Soldados não saíssem da Cadeia; bem podem nos mandar para o Pará, porque aqui não se há de prender a ninguém, nós estamos nus e descalços; qualquer demora de fardamentos e soldados passaremos a roubar, e matar o resto das Praças que aqui há refugiados...⁷⁸

Insistimos aqui no argumento que as identidades políticas marginais não se apegavam firmemente aos discursos proferidos pelas instituições de mando da província, principalmente pelos comandantes do exército, posto que também existiam divisões políticas e raciais no interior da hierarquia militar. Os problemas enfrentados pelos soldados no interior do exército, como a falta de fardamentos e a demora das rendições, se constituíam em poderosos ingredientes tanto da deserção como da formação de alianças com os revolucionários, assim como os soldados que ainda estavam na ativa de seus postos. Como confiar em uma tropa que não acreditava nas instituições? Embora não tivessem alternativa imediata para remediar o problema da carência e subordinação dos soldados, as autoridades se valiam constantemente dos indultos públicos⁷⁹ como meio para desarticular as teias que ligavam os soldados aos rebeldes, o que reforçava o sentido de desorganização e provisoriidade com que estava sendo dirigida a província.

O mais preocupante, em termos políticos, era o bloqueio que essas escoltas rebeldes realizavam nas estradas que interligavam as vilas e povoados do Pará e do Maranhão, o que deixava a comunicação completamente deficiente entre as autoridades, gerando grande confusão, devido às informações desencontradas⁸⁰. Por outro lado, os negros e índios que possuíam alguns rudimentos de leitura, como nos mostram o caso do pedestre Manoel Raimundo, continuavam seguramente abrindo as correspondências oficiais e espalhando boatos de que era chegado o tempo da liberdade, notadamente por conta da situação política em São Luis, onde a tropa empossara o advogado Miguel Bruce em 7 de agosto. Assim se deu, por exemplo, com o desembarque de três correios vindos do Rio de Janeiro para o governo do Maranhão em 10 de agosto e que foram desviados para Turiaçú, que traziam notícias de que “o Governo de Pernambuco tem negado obediência a Sua Majestade Imperial e sendo o Governo da Parnaíba próximo ao de Pernambuco, e todos andam flutuantes, e desnorteados, desconfio não se [estejam] fazendo alguma trama”⁸¹. Em 26 do mesmo mês, cartas sigilosas do líder da confederação no Ceará, Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, chegavam às mãos do presidente Bruce, em que solicitava a sua passagem de Parnaíba

para o vale do Itapicuru, propunha a incorporação do Maranhão ao bloco republicano e alertava sobre a possível invasão portuguesa ao Brasil⁸².

Como não aventarmos a hipótese de que os negros e índios rebeldes de Turiaçu e vizinhanças tinham conhecimento do que se passava na Confederação do Equador? A questão é saber como consumiam essas informações e que relações faziam com as atitudes revolucionárias das quais eram os protagonistas. O ponto que nos parece mais lógico para esquentar o debate sobre essa questão está na exacerbação, na ótica marginal, da luta contra os europeus, posto que o discurso dos confederados nortistas continuava enfatizando a luta contra os “portugueses” e a afirmação dos direitos dos “brasileiros”, entre eles a feitura de uma constituição justa. O próprio Miguel Bruce, em proclamação aos povos do Maranhão, tentava se desvencilhar da acusação de ser colaborador dos revolucionários pernambucanos e assumia, em outubro de 1824, a influência que os confederados tinham sobre a junta expedicionária do Itapicuru-mirim, como se pode ver a seguir:

Por ofícios que acabo de receber se mostra evidentemente que a chamada Junta Expedicionária do Itapicuru tem aberto Relações com os Republicanos da Parnaíba: o Capitão Raimundo Luiz Machado, Comandante do Arraial, que vendeu aos facciosos o ponto que guardava: Eduardo Francisco Távares, o foragido escrivão do cível da Relação, foram os Emissários mandados, e que já de volta trazem consigo um Vigário do Ceará, o Padre Barros, queriam espalhar as Doutrinas, e arraigar o Sistema dos Carvalhos de Pernambuco, e dos Tristões do Ceará⁸³.

A rede de ligações que a Confederação do Equador conseguiu construir fora da região norte do Brasil chegava, dessa forma, ao “meio norte” do Maranhão, de onde partiu a grande maioria dos desertores, escravos e mocambeiros para Turiaçu, iniciando as sedições políticas de 26 de agosto que se expandiram para Bragança em 21 de setembro. As concepções de liberdade veiculadas pelos pernambucanos e cearenses eram conhecidas no território do Grão-Pará e chegava até os ouvidos da massa dos indígenas e negros das vilas e povoações, o que se traduziu na radicalidade com que as ações contra os europeus se davam, gerando elevado número de mortes na população branca. Assim, os elementos republicanos que devem ter sido absorvidos e reelaborados para sua própria realidade se traduziram na expectativa de que poderiam derrubar o governo “português” de Turiaçu e Bragança, como efetivamente aconteceu com grande derramamento de sangue, podendo colocar no poder aqueles que entendiam serem legítimos brasileiros, como o capitão Manoel do Nascimento de Almeida, a quem foram buscar na sua propriedade para que assumisse o comando militar do povoado⁸⁴.

Depois da morte do comandante de Bragança esses rebeldes visionários talvez tivessem maior certeza de que poderiam transformar a realidade em que viviam, posto que, no Maranhão, o presidente Bruce dava claros sinais de querer formar um exército popular, rompendo com o tradicional sistema de pactos intra-oligárquicos da província, o que acabou contribuindo para a crescente politização do espaço público, especialmente no que tange à participação das camadas sociais “de cor” no processo político institucional⁸⁵. Isso deveria surtir profundos efeitos nos grupos marginais das duas províncias, que, seguramente, enxergavam possibilidades reais de influenciarem a moldura do poder que melhor assegurasse seus direitos de cidadãos no novo Império.

Caso tenham tido uma visão mais estrutural da situação ou não; caso tenham formulado projetos sobre as diretrizes sinalizadas pela Confederação do Equador ou não; é preciso que se diga o quanto as revoltas da região do salgado tinham de concepções republicanas, pois os agentes revolucionários possuíam, em nosso entender, clara impressão da fragilidade do poder constituído, das dissensões no interior dos grupos políticos e, o que era ainda mais importante, reconheciam que sua ação articulada poderia levar à construção de um governo mais autônomo que atendesse às suas demandas sociais e políticas. Um traço de originalidade nas sedições políticas da região do salgado, no entanto, nos chamou a atenção: a falta de referências entre a defesa da independência brasileira e a figura do imperador D. Pedro, que foi marcante nas comoções do baixo Tocantins, Xingu e das regiões do alto e médio Amazonas. Esse não-dito permeia as peças que analisamos, o que deixa uma janela aberta para inferirmos que possíveis influências das críticas dos confederados pernambucanos e cearenses ao “absolutismo” de D. Pedro e o próprio esboço de um regime relativamente autonomista no norte do Brasil podem ter influenciado os índios e mestiços dos distritos de Turiaçu e Bragança, já que mantinham estreita relação com os patriotas maranhenses, que, no auge da sedição, chegaram a escrever e assinar os officios que eram enviados para o presidente da província⁸⁶.

Não temos dúvida que as experiências desses índios, negros, mestiços, enfim, desses “brasileiros”, como muitas vezes se intitulavam, foram de intensa autonomia e grande originalidade, o que, no terreno da psicologia coletiva, se manifestava nos sentimentos de altivez patriótica com que pressionavam as autoridades pelos seus interesses, especialmente contra os europeus e americanos conhecidamente contrários à causa da independência. Essas esperanças coletivas continuaram particularmente fortes mesmo após a prisão dos líderes da revolta de Turiaçu⁸⁷, juntamente com outros colaboradores⁸⁸, em outubro de 1824. Os três foram severamente castigados em roda

de pau na frente de toda a tropa miliciana, o que levou José Florêncio a não suportar o suplício. João Pedreiro e André Miguel ficaram muito feridos⁸⁹, mas, mesmo assim, continuavam gritando, segundo o comandante de Turiaçú, que “sabiam com certeza que meus guardas seriam mortos pelos Parentes dos mesmos que se estavam reunindo da parte do Maranhão para os soltarem em caminho”⁹⁰.

Esse seria o fecho do anel revolucionário? Certamente que não. O deslocamento de tropas de Ourém para a região da fronteira leste deu tempo para que as autoridades locais respirassem um pouco em meio à crise⁹¹, enquanto os revolucionários recuaram e concentraram-se em Turiaçú, onde mantinham ações por meio de saques e pilhagens das fazendas dos europeus que não tinham deixado o povoado, tendo sido identificado um irmão do capitão André Miguel, denominado “Tabaco”, que continuaria encabeçando desordens no povoado. Outras lideranças oriundas de mocambos maranhenses continuavam assolando a realidade da província vizinha, como a figura do preto Antônio Moçambique, que agia na ribeira do rio Maracassumé, no Maranhão⁹². Notícias da derrota da Confederação liderada pelo Recife chegaram ao Pará e logo foram associadas ao possível declínio das sedições na região do salgado, o que, mais uma vez, reforça a noção de que as revoltas indígenas e negras tinham algo relacionado com aquela realidade⁹³.

A realidade política da província do Grão-Pará pós-independência continuou áspera por toda a década de 1820, chegando outra vez em ponto crítico de relativo esgarçamento na década seguinte, quando estourou a grande revolução da Cabanagem em 1835. Embora Domingos Antônio Raiol tenha pontuado uma continuidade entre os variados “motins políticos” ambientados no contexto da emancipação política brasileira com o período regencial, dando maior ênfase ao segundo evento, não podemos deixar de ressaltar a especificidade das lutas pelo rompimento das relações com Portugal, que, como foi demonstrado aqui, revelaram singular violência em um território amplo da província.

A construção do Estado Imperial não se mostrava tarefa fácil para o imperador e seu ministério, pois tinham que costurar as diversas peças de um mosaico que teimavam em não se encaixarem num todo coerente e contínuo. O Grão-Pará, por exemplo, escapou em vários momentos do alinhamento com a corte do Rio de Janeiro, por conta das dissensões no interior da “sociedade política” e, simultaneamente, pelo descontrole que viveu a província a partir de meados de 1823 e por todo o ano de 1824, tendo que dar mais atenção à realidade interna de crise que ameaçava mergulhar a província no completo caos, principalmente os que dirigiam a política regional, sobretudo os perigos representados pela gentilidade. A face ama-

zônica do “haitianismo” recaía sobre os índios de toda a província que, reforçando suas próprias noções de identidade étnica e política, partiam para um aberto conflito racial que esteve latente durante todo o período.

As maiores dificuldades para afirmar o nascente império estava justamente na desaprovação tácita da sociedade política marginal às instituições (justiça, câmaras municipais, poder eclesiástico) que iriam organizar a vida em sociedade, pelo que passou a ficar claro que pouca coisa mudaria dos tempos que a pátria estava atrelada à Portugal. Embora muito se dissesse sobre “direitos”, “constituição”, “cidadania”, “liberdade” e “igualdade”, pouco se fazia de efetivo para praticar todas essas noções, que eram apresentadas de forma sublime pelos discursos das autoridades. Entendendo-se como “cidadãos”, que deveriam ser respeitados e ter sua condição modificada no que era propagado como “nova ordem das coisas”, a numerosa população indígena, mestiça e negra passou a interferir diretamente no processo político institucional, decifrando-o de acordo com seus próprios filtros e construindo as soluções que seriam mais viáveis segundo seus interesses, notadamente sobre o recrutamento militar e a condição escrava.

Nesse sentido, uma condição se afirmou como imprescindível para que a liberdade começasse a imperar, a expulsão ou mesmo o extermínio de todos os “europeus”, o que envolvia todos os que, de uma forma ou de outra, eram identificados como inimigos da liberdade “pátria”, isto é, da causa da independência. Visionários de outras independências que deveriam ser consolidadas no dia-a-dia das relações sociais, as camadas não-brancas passaram a agir concretamente para que os portugueses que continuavam controlando os cargos públicos, as redes comerciais, as principais lavouras e os altos postos da hierarquia militar, fossem desterrados do Pará, posto que a pátria não mais lhes pertencia.

Contudo, é preciso que se chame a atenção para a complexidade de alianças que esses grupos marginais conseguiram fabricar durante todo o processo. O papel que muitos proprietários locais tiveram para o fortalecimento dessas revoluções “de baixo” não foi pequeno e nem pode ser colocado em segundo plano, em nome de uma pretensa pureza da ação popular. O exercício do poder provincial continuava arbitrário, não somente para os que se encontravam nos extratos mais baixos da hierarquia social, mas também pelos que compunham os círculos políticos de influência das vilas e povoados do interior, que decidiram impor limites ao processo de concentração de atribuições e de poder do governo provincial, o que espelhava parte de um processo mais amplo que Maria Odila da Silva Dias denominou de “interiorização da metrópole”. Por isso as sedições indígenas e, em menor proporção, as negras, se incluíram

nesses espaços intersticiais em que se decidiam as partilhas de poder que, no limite, acabavam gerando condições para o estabelecimento de experiências republicanas, em que o exercício do poder institucional ou era exercido ou diretamente influenciado pelas demandas oriundas das margens sociais, como aconteceu em Cametá, Alter do Chão, Monte Alegre, e, em escala bem maior, em Turiaçú e Bragança.

Nesse ínterim, a nacionalidade ia sendo definida de variadas formas, segunda uma pluralidade surpreendente de identidades políticas coletivas que, segundo as circunstâncias, sinalizavam ora para a aglutinação de projetos e ora para a sua dispersão completa. Desconhecemos até que ponto esses quadros foram firmes para os contemporâneos que viveram essa difícil conjuntura, mas, sem dúvida, todos alimentaram suas esperanças de um futuro menos injusto e melhor, mesmo que isso representasse a ruína dos outros. O que se quis fazer aqui foi tornar mais visível as perspectivas dos que jamais foram considerados como verdadeiros agentes políticos, mesmo que, a todo instante, estivessem lutando e negociando condições mais dignas de sobrevivência no espaço público que, segundo diziam, deveria ser ocupado por todos igualmente, livremente.

Pode não ser prudente afirmarmos que os indígenas e negros da Amazônia construíram projetos políticos amplos, que envolviam uma compreensão geral da política imperial, o que seria demais para sujeitos que tinham suas oportunidades de ascensão arrancadas todos os dias por uma legislação pensada restritamente para os círculos abastados. Mas, isso não paralisou em nenhum momento as utopias revolucionárias que fabricaram no calor das lutas por aquilo que achavam certo, principalmente ali, naquele povoado ou distrito rural, onde suas vidas faziam todo o sentido, onde suas esperanças e desventuras se situavam no bojo das contendas locais. É nesse campo de relações, que não eram de todo “micro”, que montamos nossa “oficina”, posto que essa memória também construiu a Independência.

Notas

1 Proclamação do Presidente da República de Pernambuco Manoel de Carvalho Paes de Andrade para as Províncias do Norte, datado em 02/07/1824. Códice 789: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

2 Códice 789: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

3 Cf. RAIOL, *op. cit.* p. 79-80.

4 Ofício do Presidente da Província do Pará José de Araújo Rozo para o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça Clemente Ferreira França, datado em 25/07/1824. *Apud* RAIOL, *op. cit.* p. 90-1. O grupo seria formado por Manuel Almeida Coutinho de Abreu, Joaquim Antônio Tupinambá, Manuel Lourenço de Matos, José Batista da Silva (o Mundurucu Paiquicé) e Marcos Antônio Rodrigues Martins (conhecido como Camecran).

5 Ofício do Presidente da Província do Pará José de Araújo Rozo para o Ministro João Severiano Maciel da Costa, datado em 28/07/1824. *Apud* RAIOL, *op. cit.* p. 91.

6 Em 1772, foi decretado o fim do Estado do Grão-Pará e Maranhão, vigente desde 1722, desmembrando-o em dois conjuntos administrativos: o Estado do Grão-Pará e Rio Negro e o Estado do Maranhão e Piauí. Este último fora criado com base nas firmes relações econômicas e políticas que existiam entre as duas capitanias desde longa data. O Piauí só conquistaria o prestígio de capitania autônoma do Maranhão em 1811, mas sem perder os vínculos que os uniam. Cf. REIS, Arthur César Ferreira. “O Grão-Pará e o Maranhão”. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira – Tomo II, O Brasil Monárquico*: Dispersão e Unidade. 5ª edição, São Paulo : Difel, p. 139-141.

7 Sobre essas relações de interdependência entre o Pará, Mato Grosso e Goiás, ver BARATA, Mário. *Poder e Independência no Grão-Pará*: gênese, estrutura e fatos de um conflito político (1820-1823). Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1975, p. 21-2; MACHADO, André Roberto de Arruda. “As Esquadras Imaginárias. No extremo norte, episódios do longo processo de Independência do Brasil”. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo : Hucitec/Fapesp, 2005, p. 303-343.

8 MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004, p. 163-7; SILVA, Luiz Geraldo. “O avesso da independência: Pernambuco (1817-1824)”. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A Independência Brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2006, p. 345- 9; BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. “Pernambuco e o Império (1822-1824): sem constituição soberana não há união”. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo : Hucitec/Ed. Ijuí/Fapesp, 2003, p. 244-9.

9 Ofício da Câmara Municipal de Belém para o Juiz de Fora da Capital, datado em 17/09/1824. Códice 789: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

10 *Idem, ibidem*.

11 Ofício do Presidente da Província do Pará José de Araújo Rozo para o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça Clemente Ferreira França, datado em 25/07/1824. *Apud* RAIOL, *op. cit.* p. 90-1.

12 Cf. RAIOL, *op. cit.* p.80.

13 Atas das Sessões Extraordinárias do Conselho, datadas em 30/04/1824 e 04/05/1824. *Apud* RAIOL, *op. cit.* p. 86-8.

14 Ofício do Coronel Comandante da Fortaleza da Barra Joaquim Filipe dos Reis para o Coronel e Secretário do Governo José Thomaz Nabuco de Araújo, datado em 25/06/1824. Códice 784: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

15 Domingos Antônio Raiol, o Barão de Guajará, compilou e publicou toda a sentença do julgamento contra Batista Campos e os outros acusados de terem insuflado na sociedade paraense as idéias da Confederação do Equador. Eram eles: Manuel Ferreira do Nascimento, Bernardo Francisco Gonçalves Campos,

José Mathias de Vilhena e João Antônio Martins. No seu trecho final, o parecer da sentença foi a seguinte: “Mostra-se que além a animosidade com que têm deposto na devassa algumas testemunhas, acresce a isto o ser a mesma nula, *por ter sido tirada incompetentemente por Pedro Rodrigues Henriques, (...) com manifesto abuso* ficou servindo contra a expressa disposição da Ordenação daquele dito Henriques, que foi o Juiz da devassa ilegal. E nestes termos, como no processo falta o Auto do Corpo de Delito relativo à increpação feita aos Réus qual a de quererem atentar contra a pessoa do Presidente Rozo, ou mesmo o objeto de serem os Réus os que espalharam aquelas proclamações ou lhes dessem qualquer direção; além deste defeito, há o essencialismo de se proceder na devassa por Juiz incompetente e bem assim terem deposto contra os Réus pessoas pouco afeitas, *do que se mostra a parcialidade, que houve na mesma devassa e muito principalmente contra o Réu Arcipreste*, cuja defesa se acha corroborada por suas testemunhas, e documentos de fl. 41 até fl. 83, e atenta falta de provas, que há contra os ditos Réus para a imposição da pena”. Cf. Sentença proferida pela Justiça do Rio de Janeiro, datada em 16/03/1826. *Apud* RAIOL, *op. cit.* p. 100-1.

16 Turiaçu passou para a jurisdição da província do Maranhão em 1852, quando acordos territoriais entre os governadores das duas províncias resultaram no deslocamento da linha demarcatória mais para dentro do território do Pará, ficando o rio Gurupi como marco natural da divisa, que é o que vigora até os dias atuais.

17 É importe assinalar que o critério por nós utilizado para a demarcação da região do salgado não é o geográfico, mas o político, porque nossa intenção é a de mapear demograficamente a região de maior impacto revolucionário em meados de 1824. Nesse sentido, decidimos considerar a populosa vila de Vigia como fora desse anel da revolução.

18 No *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*, Antonio Baena descreve com maiores informações as vilas de Ourém, Bragança e Turiaçu, sempre tentando tomar em consideração os aspectos mais específicos a cada localidade, em que não somente se produzia algodão, arroz e mandioca, sendo essas atividades econômicas as mais praticadas e de maiores possibilidades de desenvolvimento por causa das terras e das técnicas já conhecidas pelos lavradores. No entanto, outras atividades também eram de grande importância, como a produção de aguardente de cana-de-açúcar, milho, feijão, cacau, polvilho, café, tabaco, mel, entre outras atividades extrativistas realizada nos lugares distritais, como Cintra, Piriá, Gurupi e Vizeu, como a coleta de óleo de copaíba, além da pesca. BAENA, Antônio Ladislau Monteiro, *op. cit.* p. 223-4, 226, 233, 242-4, 247, 256-7.

19 Ofício do Comandante Geral de Bragança Pedro Miguel Ferreira Barreto para o Secretário da Junta Provisória de Governo José Thomaz Nabuco de Araújo, datado em 02/04/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

20 RAIOL, *op. cit.* p.79.

21 Ofício da Câmara Municipal de Ourém para a Junta Provisória do Pará, datado em 03/01/1824. Códice 782: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

22 Cf. ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. “Miguel Bruce e os ‘horrores da anarquia’ no Maranhão”. In: JANCÓSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005, pp. 345-78.

23 *Idem, ibidem*, p. 351.

24 REIS, Arthur César Ferreira. “O Grão-Pará e o Maranhão”. In: *op. cit.*, p. 148.

25 A experiência do governo autônomo de Itapicuru-mirim não parou por aí. Grande parte da nova junta de governo do Maranhão, já aderente ao Império, foi composta pelos membros do “meio-norte”, sendo a presidência da província ocupada por Miguel dos Santos Freire Bruce em 7 de agosto de 1823. Em outras palavras, a independência maranhense acabou projetando os grupos políticos do “meio norte” algodoeiro na política provincial. REIS, Arthur César Ferreira. “O Grão-Pará e o Maranhão”. In: *op. cit.*, p. 149; ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. “Miguel Bruce e os ‘horrores da anarquia’ no Maranhão”. In: *op. cit.* p.352-3.

26 Ver, por exemplo, ofícios de 30 de janeiro e 6 de fevereiro de 1823 transcritos na íntegra por Antonio Baena, em que se dava detalhes de todos os lances que se passavam desde a Bahia até o Maranhão. BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969, p. 363-5.

- 27 Ofício do Comandante Geral de Bragança Pedro Miguel Ferreira Barreto para o Secretário da Junta Provisória de Governo José Thomaz Nabuco de Araújo, datado em 02/04/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.
- 28 Ofício do Juiz Ordinário de Cintra Luiz Pinheiro da Silva para a Junta Provisória de Governo, datado em 29/09/1823. Apud MUNIZ, João de Palma. “Adesão de Maracanã à Independência”. In: *Adesão do Grão-Pará à Independência e outros ensaios*. Belém : Conselho Estadual de Cultura do Pará, 1973, p. 643.
- 29 Ofício do Juiz Ordinário de Cintra Luiz Pinheiro da Silva para a Junta Provisória de Governo, datado em 30/09/1823. Apud MUNIZ, *op. cit.* p. 645.
- 30 Ofício do Comandante Militar da Vila de Bragança Pedro Miguel Ferreira Barreto para a Junta Provisória do Pará, datado em 03/04/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.
- 31 Ofício do Comandante Militar da Vila de Bragança Pedro Miguel Ferreira Barreto para o Sargento Comandante da vila de Salinas, datado em 03/04/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.
- 32 Ofício do Comandante Militar da Vila de Bragança Pedro Miguel Ferreira Barreto para a Junta Provisória do Pará, datado em 02/01/1824. Apud CORRÊA, Augusto. “Adesão do Município de Bragança à Independência”. In: MUNIZ, João de Palma. *Adesão do Grão-Pará à Independência e outros ensaios*. Belém : Conselho Estadual de Cultura do Pará, 1973, p. 600.
- 33 Ofício do Comandante Militar da Vila de Bragança Pedro Miguel Ferreira Barreto para a Junta Provisória do Pará, datado em 04/02/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.
- 34 Ofício da Junta Provisória do Pará para o Comandante Militar da Vila de Bragança Pedro Miguel Ferreira Barreto, datado em 02/01/1824. Apud CORRÊA, *op. cit.* p. 601.
- 35 Ofício do Comandante Militar da Vila de Bragança Pedro Miguel Ferreira Barreto para a Junta Provisória do Pará, s/d. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.
- 36 Ofício do Comandante Militar da Vila de Bragança Pedro Miguel Ferreira Barreto para a Junta Provisória do Pará, datado em 03/06/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.
- 37 REIS, “O Grão-Pará e o Maranhão”. In: *op. cit.* p. 152-3.
- 38 Proclamação que foi enviada para o governo do Pará, que tinha total conhecimento do que se passava no “meio norte” maranhense. Proclamação da Força Expedicionária de Caxias para a Junta de Governo do Maranhão, 05/07/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.
- 39 Dizemos que essas acusações se davam com maior convicção porque, em fevereiro de 1824, Miguel Bruce e seus dois filhos, José Vicente Freire Bruce e Raimundo José Bruce, foram autuados em conselho de guerra, movido pelo comandante das armas do Maranhão, Rodrigo Salgado de Sá, após receber denúncia do clérigo Domingos Cadavilla Velloso, que “a fim de laborear com a Tropa, e pobres, para os persuadir que se devia adotar nesta Província o sistema Republicano”. Cópia do Conselho Militar do Governador das Armas contra o Presidente da Província do Maranhão Miguel Ignácio Freire e Bruce, datado em 16/02/1824. Apud SILVA, Luís Antônio Vieira da. *História da Independência da Província do Maranhão, 1822/1828*. 2ª edição, Rio de Janeiro : Companhia Editora Americana, 1972, p. 165-6.
- 40 REIS, “o Grão-Pará e o Maranhão”. In: *op. cit.* p. 153; ASSUNÇÃO, *op. cit.* p. 352.
- 41 Correspondência de João Paulo Dias Carneiro para o Comandante Geral de Miritiba José Carlos Frazão, datada em 04/02/1825. Publicado em *O Argos da Lei*, no 9, p. 4. Apud ASSUNÇÃO, *op. cit.* p. 359.
- 42 Correspondência enviada pelo Almirante Lord Cochrane para o Presidente da Província do Pará José de Araújo Rozo, dezembro de 1824. Apud REIS, “O Grão-Pará e o Maranhão”. In: *op. cit.* p. 153-4. Miguel Bruce seria deposto por Cochrane em dezembro de 1824, acusado de ser colaborador direto da Confederação do Equador e de várias atitudes tirânicas no Maranhão durante seu governo.

43 Ofício do Comandante Militar da Vila de Bragança Pedro Miguel Ferreira Barreto para o Presidente da Província do Pará José de Araújo Rozo, datado em 20/06/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

44 Ver Ofício da Câmara Municipal da Vila de Bragança para a Junta Provisória do Governo do Pará, datado em 23/04/1823. Códice 749: Correspondências de Diversos com o Governo do Pará (1823). APEP.

45 Ofício do Comandante Militar da Vila de Bragança Pedro Miguel Ferreira Barreto para o Comandante Militar do Povoado de Turiaçu Manoel José Francisco, datado em 06/06/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP; Correspondência do Tenente João Alves Pinheiro do Distrito de Cururupú para o Comandante Militar da Povoação de Turiaçu José Gonçalves de Azevedo, datado em 18/08/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

46 Ofício do Comandante Militar da Vila de Bragança Pedro Miguel Ferreira Barreto para o Comandante Militar do Povoado de Turiaçu Manoel José Francisco, datado em 15/06/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

47 Requerimento do Comandante de Milícias da Vila de Guimarães José Clarindo de Souza, do Capitão José Gonçalves de Azevedo e dos proprietários Manoel Matos de Souza, Antônio Manoel de Souza e D. Luzia Maria Francisca de Moraes para o Presidente da Província José de Araújo Rozo. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

48 A companhia imperial seria composta por 1 capitão comandante, 1 tenente, 2 alferes, 1 sargento ajudante, 1 primeiro sargento, 3 segundos sargentos, 6 cabos de esquadra e no mínimo 100 soldados. Cf. Plano de Organização da Companhia Imperial de Bragança, datado em 04/02/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

49 Ofício do Comandante Militar de Turiaçu José Gonçalves de Azevedo para o Governo da Província do Pará, datado em 07/05/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

50 Segundo a relação dos praças alistados, contavam-se 165 moradores que deveriam ser recrutados como soldados, caso a situação assim o exigisse, alistados nos campos e rios de toda a região, desde Pirabas até Vizeu. Cf. “Relação das Praças da Companhia Imperial de Bragança em que se mostram os lugares das suas residências”, 27/05/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

51 Ofício do Comandante Militar da Vila de Bragança Pedro Miguel Ferreira Barreto para o Presidente da Província do Pará José de Araújo Rozo, datado em 07/07/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP. Mesmo assim, foi feito um recrutamento de alguns poucos soldados nos lugares de Piriá, Vizeu e Gurupi, tendo sido pegos 1 desertor e 4 praças que tinham desertado se apresentaram voluntariamente. Cf. Ofício do Comandante Militar da Vila de Bragança Pedro Miguel Ferreira Barreto para o Presidente da Província do Pará José de Araújo Rozo, datado em 15/07/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

52 Ofícios do Comandante Militar da Vila de Bragança Pedro Miguel Ferreira Barreto para a Junta Provisória do Pará, datados em 04/02/1824 e 02/04/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

53 Ofícios do Comandante Militar da Vila de Bragança Pedro Miguel Ferreira Barreto para o Juiz Ordinário da mesma Vila, datado em 30/04/1824 e 02/04/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

54 Ofício do Comandante Militar da Vila de Bragança Pedro Miguel Ferreira Barreto para o Presidente da Província do Pará José de Araújo Rozo, datado em 05/07/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

55 Termo da reunião da Companhia de Milícias de Turiaçu em 23/06/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824).

56 Essas ordens eram, geralmente, publicadas em forma de editais do comandante de Bragança, que eram lidos em pregão público nas ruas das vilas e nas principais fazendas dos distritos rurais. Ver, Edital do Comandante Militar da Vila de Bragança Pedro Miguel Ferreira Barreto, datado em 12/07/1824. Códice

788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP; Carta de Salinas para o Comandante da Vila de Bragança, datada em 07/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP. Nesta consta o envio de farinhas daquela localidade para Bragança e pedidos de canoas e práticos para se fazer o transporte.

57 Edital do Comandante Militar da Vila de Bragança Pedro Miguel Ferreira Barreto, datado em 21/03/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

58 Ofício de Bento José da Fonseca Torres para o Presidente da Província do Pará, datado em 07/07/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

59 Pelo menos, foi assim que Muniz se expressou logo na primeira página da revista, dedicada à análise dos “Antecedentes da revolução Constitucionalista de 1821 no Grão-Pará”, afirmando que o papel do Pará no conjunto dos eventos independentistas não poderia “considerá-la retardatária no movimento e evolução das idéias de liberdade que, na época, avassalaram o mundo culto e adiantado; antes de inscrevê-la nas páginas mais vibrantes do patriotismo sedento de emancipação, como um pioneiro ousado, que deu profundo golpe nos grilhões pesados de sujeição que nos jungiam ao absolutismo luso”. MUNIZ, *op. cit.* p. 15-6.

60 Essa documentação é variada, o que aumenta a confiabilidade deste autor na forte relação entre a revolução de Turiaçu e a conjuntura política maranhense. Nesse sentido, consulte Ofício do Comandante Militar da Vila de Bragança Pedro Miguel Ferreira Barreto para Frei Ignácio Guilherme da Costa, datado em 09/09/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP; Proclamação do Comandante Militar da Vila de Bragança Pedro Miguel Ferreira Barreto à Tropa, datado em 09/08/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP; Termo dos acontecimentos havidos na ribeira do Turiaçu, datado em 24/08/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824); Ofício do Presidente da Província do Pará José de Araújo Rozo para o Ministro do Império João Severiano Maciel da Costa, datado em 04/11/1824. *Apud* RAIOL, *op. cit.* p. 96-7.

61 “Acontecimentos que houveram com a entrada da Tropa na Povoação de S. João Francisco Xavier de Turiaçu, e o mais que se seguiu com deliberação escrita”, 27/08/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824).

62 Termo dos acontecimentos havidos na ribeira do Turiaçu, datado em 24/08/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824).

63 “Acontecimentos que houveram...”, p. 2. Os relatos do morador proprietário do distrito de Mutuóca Miguel Joaquim Faial não deixam dúvidas sobre o caos em que os negros deixavam a zona rural de Turiaçu, dizendo que procuravam pólvora, armas e roubavam os bens dos moradores, sendo André Miguel, filho do capitão mulato Benedito, o líder de todas as ações. Faial seria morto logo nos primeiros dias da revolução de 26 de agosto. Carta de Miguel Joaquim Faial para José Manoel Ramos de Miranda, datado em 23/08/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824).

64 Vários documentos pontuam essas reivindicações. Ofício do morador José Francisco Gonçalves da Silva para o Presidente José de Araújo Rozo, datado em 06/09/1824; “Acontecimentos que houveram com a entrada da Tropa na Povoação de S. João Francisco Xavier de Turiaçu, e o mais que se seguiu com deliberação escrita”, 27/08/1824; Ofício do Capitão Comandante da Povoação de Turiaçu Manoel do Nascimento de Almeida para o Presidente da Província do Pará José de Araújo Rozo, datado em 02/09/1824; Correspondência do Morador Bento Roque da Silva para o Presidente da Província do Pará José de Araújo Rozo, datado em 07/09/1824; Ofício do Comandante Militar de Turiaçu Manoel do Nascimento de Almeida para o Presidente da Província José de Araújo Rozo, datado em 17/09/1824; Ofício do Comandante Militar de Turiaçu Manoel do Nascimento de Almeida para o Comandante Militar da Vila de Bragança Pedro Miguel Ferreira Barreto, datado em 04/10/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824).

65 Ofício do Juiz do Julgado de Turiaçu Paulo Francisco Ferreira para o Comandante Militar da Vila de Bragança Pedro Miguel Ferreira Barreto, datado em 21/09/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824).

66 “Acontecimentos que houveram...”

67 Ofício do Capitão Comandante da Povoação de Turiaçú Manoel do Nascimento de Almeida para o Presidente da Província do Pará José de Araújo Rozo, datado em 07/09/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824).

68 Cf. “Mapa dos Oficiais e Oficiais Inferiores de 2a Linha e mais Paisanos e Famílias emigradas de Turiaçú para Bragança em 26 de Agosto de 1824”, datado em 11/09/1824; Ofício do Comandante Militar da Vila de Bragança Pedro Miguel Ferreira Barreto para o Presidente da Província José de Araújo Rozo, datado em 17/09/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP; Ofício do Juiz do Julgado de Turiaçú Paulo Francisco Ferreira para o Comandante Militar da Vila de Bragança Pedro Miguel Ferreira Barreto, datado em 21/09/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824).

69 Ofício de Francisco José de Sales para o Comandante Militar do Povoado de Turiaçú José Gonçalves de Azevedo, datado em 28/08/1824; Ofício do Juiz do Julgado de Turiaçú Paulo Francisco Ferreira para a Câmara Municipal da Vila de Bragança, datado em 29/08/1824; Ofício do Alferes Comandante do Quartel de Santa Helena para o Capitão Comandante Manoel José Francisco, datado em 14/08/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

70 Carta do Juiz do Julgado para o Comandante Militar do Povoado de Turiaçú José Gonçalves de Azevedo, datado em 29/08/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP; Ofício do Juiz do Julgado de Turiaçú Paulo Francisco Ferreira para o Comandante Militar da Vila de Bragança Pedro Miguel Ferreira Barreto, datado em 29/08/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824).

71 Proclamação do Comandante Militar da Vila de Bragança Pedro Miguel Ferreira Barreto aos Povos do Turiaçú, datada em 09/09/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

72 Ofício do Comandante Militar da Vila de Bragança Pedro Miguel Ferreira Barreto para o Juiz do Julgado de Turiaçú Paulo Francisco Fernandes, datado em 09/09/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

73 Ofício do Comandante Militar da Vila de Bragança Pedro Miguel Ferreira Barreto para o Presidente da Província do Pará José de Araújo Rozo, datado em 07/09/1824; Ofício do morador do distrito de São João Francisco Raimundo para o Comandante Militar do Povoado de Turiaçú Manoel do Nascimento de Almeida, datado em 07/09/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

74 Ofício do Major Comandante Interino da Vila de Bragança Luis Ferreira da Cunha para o Presidente da província do Pará José de Araújo Rozo, datado em 28/10/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

75 Cf. Depoimentos dos presos implicados no levante de setembro de 1824 em Bragança, de 14 de dezembro de 1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP; Ofício do Presidente da Província do Pará José de Araújo Rozo para diferentes autoridades sobre a revolta de Turiaçú e de Bragança, datado em 16/09/1824. *Apud* RAIOL, *op. cit.*, p.93.

76 Ofício do Tenente Comandante da Vila de Perucava José Maria de Freitas Dantas para o Comandante Militar da Vila de Bragança, datado em 02/09/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824).

77 Ofício de Francisco Antonio de Sales para o Juiz do Julgado de Turiaçú, datado em 28/08/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824); Ofício do Juiz do Julgado de Turiaçú Paulo Francisco Ferreira para o Comandante Militar da Vila de Bragança Pedro Miguel Ferreira Barreto, datado em 21/09/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824).

78 Ofício do Comandante Interino da Vila de Bragança Luis Ferreira da Cunha para o Presidente da Província do Pará José de Araújo Rozo, datado em 05/11/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824).

79 Em 6 de novembro foi baixado um perdão geral para todos os soldados que tinham desertado da tropa ou que, no desempenho de suas atividades, tinham colaborado com os rebeldes no dia primeiro do mês. “Perdão geral para os envolvidos na rebelião de 1o de novembro de 1824 na vila de Bragança e adjacências,

assinado pelo Comandante Luís Ferreira da Cunha”, de 06/11/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824).

80 Termo sobre os acontecimentos havidos em Turiaçu e distritos rurais redigido pelas autoridades executiva, judiciária e eclesiástica, de 26/08/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824).

81 Ofício do Comandante Militar da Vila de Bragança Pedro Miguel Ferreira Barreto para o Presidente da província do Pará José de Araújo Rozo, datado em 10/08/1824. Códice 788: Correspondência de Diversos com o Governo (1824). APEP.

82 Cartas Sigilosas de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe ao Presidente da Província do Maranhão Miguel Ignácio dos Santos Freire Bruce, datadas em 03/05, 26/07 e 28/07/1824. *Apud* SILVA, Luís Antônio Vieira da. *História da Independência da Província do Maranhão*, 1822/1828. 2ª edição, Rio de Janeiro : Companhia Editora Americana, 1972, p. 199-201.

83 Proclamação do Presidente da Província do Maranhão Miguel Inácio dos Santos Freire Bruce aos Povos do Maranhão, lida em Turiaçu em outubro de 1824. Códice 788: Correspondência de Diversos com o Governo (1824). APEP.

84 Ofício do Juiz do Julgado de Turiaçu Paulo Francisco Ferreira para o Comandante Militar da Vila de Bragança Pedro Miguel Ferreira Barreto, datado em 21/09/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824).

85 Cf. ASSUNÇÃO, *op. cit.* p. 352.

86 Ofício do Juiz do Julgado de Turiaçu Paulo Francisco Ferreira para o Comandante Militar da Vila de Bragança Pedro Miguel Ferreira Barreto, datado em 21/09/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824).

87 Ofício do Juiz do Julgado de Turiaçu Paulo Francisco Ferreira para o Comandante Militar da Vila de Bragança Pedro Miguel Ferreira Barreto, datado em 20/10/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824).

88 Foram indiciados por crime de lesa majestade os soldados ligeiros Aleixo, Francisco Inácio e José Demétrio pelos mesmos crimes dos capitães do mato José Florêncio, André Miguel e João Pedreiro, tendo também tido contato com os rebeldes mocambeiros do Maranhão. Cf. Ofício do Comandante Militar do Turiaçu Manoel do Nascimento de Almeida para o Comandante Militar da Vila de Bragança, s/d. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824).

89 Ofício do Juiz do Julgado de Turiaçu Paulo Francisco Ferreira para o Comandante Militar da Vila de Bragança Pedro Miguel Ferreira Barreto, datado em 04/10/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824).

90 Ofício do Comandante Militar do Turiaçu Manoel do Nascimento de Almeida para o Presidente da Província do Pará José de Araújo Rozo, datado em 03/10/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824).

91 Ofício do Presidente da Província do Pará José de Araújo Rozo para o Ministro do Império João Severiano Maciel da Costa, datado em 04/11/1824. *Apud* RAIOL, *op. cit.* p. 96-7. O plano de deslocamento de tropas da vila de Ourém para combater os sediciosos de Bragança já tinha sido discutida pelo comandante interino da vila Luiz Ferreira da Cunha, que avisara ao presidente dessa necessidade, pedindo armamentos e munições para fortalecer os regimentos. Cf. Ofício do Comandante Militar Interino da Vila de Bragança Luiz Ferreira da Cunha para o Presidente da Província do Pará José de Araújo Rozo, datado em 09/10/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824).

92 Ofício do Comandante Militar do Povoado de Turiaçu Manoel do Nascimento de Almeida para o Presidente da Província José de Araújo Rozo, datado em 16/11/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824).

93 Ofício do Presidente da Província do Pará José de Araújo Rozo para o Ministro do Império João Severiano Maciel da Costa, datado em 04/11/1824. *Apud* RAIOL, *op. cit.* p. 96-7.

CONCLUSÃO

UMA INDEPENDÊNCIA VISTA DE BAIXO

DO PORTO SEGURO À METAMORFOSE AMBULANTE

A questão da consolidação da independência e da nacionalidade brasileira, portanto, fica em aberto. Com as ações ofensivas do governo central nos variados pontos de crise da província do Grão-Pará, a *Hydra* desenvolvia cada vez mais cabeças, mais aterradoras idéias para as camadas dirigentes e mais instabilidade e imprevisibilidade. A documentação abundante existente no Arquivo Público do Pará não foi esgotada por este autor, o que demonstra a complexidade do período imediatamente posterior à independência na província, o que significa mais pesquisa e mais discussões, sob ângulos e focos diferentes dos aqui trabalhados. Para se ter uma idéia, nem mesmo as fontes fotodigitalizadas foram totalmente inseridas nos capítulos produzidos, em parte de propósito, pois queríamos dar a noção de que as contendas não foram sufocadas de todo e muito menos estavam resolvidas, mas, por outro lado, porque se mostravam completamente ambíguas com o *corpus* selecionado e “amarrado” na narrativa, pelo que sinalizam a existência de muitos outros ângulos de visão da realidade construídos pelos contemporâneos e a complexidade de se trabalhar com o acontecimento, sempre mutante e instável, dificilmente enclausurável em uma verdade única.

O cerne das discussões que travamos neste trabalho foi o de tentar esboçar um quadro relativamente confiável das revoluções sociais marginais no Pará, como parte de um período que, senão estava completamente desatado do passado colonial do Antigo Regime português, também não tinha assentado de forma consistente as bases do Estado Imperial Brasileiro. Por outro lado, outro importante terreno das expectativas coletivas continuava completamente indefinido, o da Nação e dos vínculos

de nacionalidade, que arraigava as lutas entre os que se consideravam “europeus” e os que se arrogavam serem “brasileiros”. Aliás, fomos até as décadas finais do século XVIII para demonstrar que os sentidos de pertencimento à terra produzidos pelos que viviam à margem da política institucionalizada nas fronteiras com o Peru, Bolívia e a Guiana Francesa, não estavam colocados de forma clara e inteligível para as autoridades, não sendo absoluto o argumento de que os habitantes das vila e povoações amazônicas se consideravam parte da nação portuguesa. Isso poderia estar menos impreciso para os agentes do governo, mas, quando partimos para entrever aquela sociedade pelas lentes dos negros, índios e mestiços pobres, a nacionalidade se fragmenta em sentidos variados, que se movimentavam constantemente, posto que estava situada no espaço móvel das relações políticas não-institucionalizadas.

Trabalhar com *identidade* nesse contexto de avanço das utopias revolucionárias no Ocidente representa lidar com esse campo “ilógico” e descontínuo dos referenciais populares. Esses conceitos não tinham qualquer âncora mais segura, pelo que eram elaborados e reelaborados, significados e ressignificados, ao sabor dos “partidos” na arena das lutas políticas, fossem esses formais ou informais, numa espécie de “metamorfose ambulante”, cabendo aos índios e negros a formulação mais radical e, circunstancialmente, menos imprecisa: a de que os “europeus” eram os brancos e os “brasileiros” eram os homens e mulheres “de cor”. Mas, também não era assim. Muitas vezes os “brancos” poderiam ser aliados e os “negros” e “índios”, os inimigos, o que colocava cada vez mais elementos originais no jogo das identidades políticas populares, que se valiam de um arcabouço próprio e original de conceitos e memórias comuns que apreendiam e davam a ler a realidade. Adentrar esse universo requer, com efeito, uma boa dose de paciência e de sensibilidade, pois a historiografia regional não ajuda muito, concentrada que esteve em entender o movimento da História através dos “grandes vultos” ou dos “líderes de vanguarda”. Voltamos a afirmar que compreender a história “de baixo” ainda é um desafio e é um terreno que ainda está em construção, o que, para a historiografia amazônica, significa o desbravamento, principalmente, no campo teórico e metodológico.

Esse ponto não pode passar sem reforço. Tentamos demonstrar que o campo da política marginal não era estanque e contínuo, como muitas vezes foi colocado pela historiografia, notadamente as interpretações do IHGP. Tentamos passar a noção de que o “sistema caleidoscópico” de alianças e inimizades que se localizavam na realidade sub-reptícia do Pará não poderia prescindir de um dinâmico ambiente de trocas entre sujeitos posicionados em lugares variados da hierarquia social. Esse ponto, talvez, seja o mais controverso, visto que corre por caminhos que muitas ve-

zes são definidos pelas subjetividades dos sujeitos que participavam e construíam o jogo político da independência. Contudo, acreditamos que a redução da objetividade das ações políticas marginais contribuiu para o estabelecimento de um campo rico de pesquisa e reflexão, que tende a descarrilar o estudo da história de seu curso “natural”, pois lança seus dormentes, vagões e passageiros (ou seja, nós historiadores), para lados diferentes, às vezes próximos, outras vezes completamente distantes e até mesmo invisíveis, por conta dos fragmentos que se interpõem entre a racionalidade do historiador e suas fontes documentais.

Embora esse trabalho tenha parecido bastante “arrumadinho” em suas argumentações e nas referências às fontes, muitos documentos importantes foram “deixados de lado” provisoriamente, para que pudéssemos centrar minimamente o foco num conjunto narrativo que desse conta de um escopo mais ou menos geral, o de demonstrar o quanto foi difícil e intrincada a conjuntura do desenvolvimento do liberalismo no Grão-Pará, desde as primeiras possibilidades de alastramento desses ideais de liberdade nas relações variadas existentes nas fronteiras da Amazônia nas últimas décadas setecentistas, passando pelos embates constitucionalistas e independentistas do período joanino, até atingirmos os conflitos políticos, sociais e raciais (se é que essas categorias podem ser separadas) do pós- independência formal de 15 de agosto de 1823.

Com essa trajetória temporal, defendemos a tese mais geral de que grupos letrados tomaram conhecimento dos ideais e das práticas liberais que abalaram os pilares do Antigo Regime na Europa e construíram suas próprias explicações para a realidade em que viviam e trabalhavam, chegando a protagonizar abertamente as possibilidades de construir um futuro menos injusto e mais digno para os homens e mulheres não-brancos, encabeçando revoluções por praticamente toda a província. Isso pode parecer exótico do ponto de vista historiográfico, mas não pudemos nos manter naquela posição reificada de membros de uma sociedade letrada que só enxerga o que lhe interessa, relegando para o campo da “incompreensão”, da “ignorância”, do “delírio”, enfim, para o limbo da política e da sociedade, as formas de organizar e compreender o mundo oriundas dos que não tiveram oportunidade de apreender a técnica da leitura, mas que dispunham de instrumentais bem mais antigos e eficientes de manter sua tradição e de debater política, situados no território da oralidade.

Podem dizer, ainda, que essas histórias são irrelevantes por terem sido construídas pelos perdedores da batalha política e que não valem a pena serem contadas, posto que aqueles projetos políticos não foram concretizados no fim de tudo. Mas, será que contar a história da derrota não representa discutir também os porquês da

vitória? É, no mínimo, complicado que os perdedores dos processos políticos em nenhum momento ganharam algumas batalhas, o que lhes fez enxergar a possibilidade de vencer de vez a guerra. Nas experiências dos governos autônomos de Cameté, Alter do Chão e Turiaçú isso é recorrente e não nos parece ter sido mera invenção das autoridades para ampliarem suas malhas de poder por parcelas da província, embora também tivessem esse objetivo no jogo político. A numerosa população de homens livres empobrecidos e escravos construíram suas utopias de cidadania e de sociedade que precisam ser compreendidas, para que não incorporem hoje, com tanta facilidade, conceitos como o de “massa de manobra” para explicar toda a “acriticidade” dos analfabetos ao participar do processo político democrático.

Todos somos críticos em alguma medida. A questão é de que referenciais partimos para construirmos a nossa leitura do mundo em que vivemos. Procuramos demonstrar que, para a realidade do período de expansão do ideário revolucionário na Amazônia, essas balizas não estavam dadas e, muitas vezes, poderiam revelar as contradições dos próprios sujeitos, que ora defendem uma postura para, em outro momento, estarem contra o que defenderam. Assim, esses sujeitos marginais fabricaram os seus próprios liberais, seus constitucionalismos, suas independências e seus futuros de liberdade. Fizeram isso não de forma “pura” ou “típica”, mas muitas vezes se aproveitaram do fluxo das informações institucionalizadas para abrirem as fissuras que lhes interessavam. Isso foi particularmente visível na conjuntura específica da independência, quando muitos deles não tiveram qualquer cerimônia em publicar suas opiniões e a gritarem “Viva a *Liberté*” quando a situação parecia vira a seu favor.

Finalmente, muita coisa ainda precisa ser dita sobre esse espaço silenciado das relações sociais no contexto da formação do Estado e da nacionalidade brasileiras. Não existe “não-dito” quando focamos no estudo das percepções e expectativas marginais desse período, pelo que as vozes que vinham dos “povos rudes” muitas vezes eram estridentes para os dirigentes políticos, que mal conseguiam lidar com o desassossego causado por eles. Também não cabe aqui a idéia de que nós pesquisadores vamos “dar voz” a esses sujeitos, pois em nenhum momento estamos falando por eles, mas falando *sobre* eles. Embora a primazia da palavra seja a deste autor, tentamos, na medida do possível, situar os ditos desses extratos populares no conjunto de eventos que lhes dava racionalidade, posto que esse movimento se fez imprescindível para a construção de uma história menos “ficcional”.

Temos consciência, contudo, que nossa postura não é fixa e de que nossos ditos são construtos feitos a partir de escolhas de diversas naturezas, social, política, afetiva, profissional. Como lidar com essas várias realidades que habitam em todo ser

humano? Não nos cabe aqui responder a isso, se é que existe uma resposta. Talvez todo o percurso do pensamento histórico tenha facilitado essa convivência com a incompletude. Sentiríamos-nos plenamente satisfeitos, portanto, se o leitor julgasse esse trabalho como sendo relativamente possível no tempo e espaço recortados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OBRAS E TEXTOS DE REFERÊNCIA:

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. 7ª edição, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo : Publifolha, 2000.

ACEVEDO MARIN, Rosa Elisabeth e CASTRO, Edna Maria Ramos de. *Negros do Trombetas: guardiães de matas e rios*. Belém: UFPA/NAEA, 1993.

ACEVEDO MARIN, Rosa Elisabeth. "A influência da Revolução Francesa no Grão-Pará". In: CUNHA, José Carlos C. da (org.). *Ecologia, Desenvolvimento e Cooperação na Amazônia*. Belém; UNAMA/UFPA, 1992, pp. 34-59.

ALONSO, José Luiz Ruiz-Peinado. "Amazonía Negra". In: *La Amazonía Brasileña en perspectiva Histórica*. Madri: Ediciones Universidad de Salamanca, 2006.

ARAÚJO, Ana Cristina de. "Um império, um reino e uma monarquia na América: as vésperas da independência do Brasil". In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005, pp. 235-370.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1988.

_____. *Da Revolução*. 2ª edição, São Paulo: Ática; Brasília : Editora da Universidade de Brasília, 1990.

ASSUNÇÃO, Matthias R. "Quilombos Maranhenses". In: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 433-466.

_____. "Miguel Bruce e os 'horrores da anarquia' no Maranhão". In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005, pp. 345-78.

BACZKO, Bronislaw. "Imaginação Social". In: *Enciclopédia Einaudi*. Volume 5, Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1985, pp; 296- 332.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Belém : Universidade Federal do Pará, 1969.

_____. *Ensaio corográfico sobre a Província do Pará*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Lisboa: Minerva, 1999.

BARATA, Manoel. *Formação Histórica do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.

BARATA, Mário. *Poder e Independência no Grão-Pará, 1820-1823: gênese, estrutura e fatos de um conflito político*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973-1974.

BARATA, Alexandre Mansur. “Sociabilidade maçônica e independência do Brasil (1820-1822)”. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005, pp. 677-706.

BARLETTI, Jose. *La poblacion de Maynas em tempos de la independência: analysis de Lagunas e Jeberos*. Documento técnico no 9, Instituto de Investigaciones de la Amazonía Peruana – IIAP: Iquitos, 1994, p. 14-5.

BECKER, Jean-Jacques. “A opinião pública”. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, pp. 185-211.

BERBEL, Márcia Regina. “A retórica da recolonização”. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005, pp. 791-808.

_____. *A Nação como Artefato: Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas (1821-1822)*. São Paulo: Hucitec, 1999.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo: Hucitec/Fapesp; Recife : UFPE, 2006.

_____. “Pernambuco e sua área de influência: um território em transformação (1780-1824)”. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: História e historiografia*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005, pp. 379-409.

_____. “Pernambuco e o Império (1822-1824): sem constituição soberana não há união”. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec/Ed. Ijuí/Fapesp, 2003, p. 244-9.

BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean- François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, pp. 349-363.

BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão Negra na Amazônia (séculos XVII-XIX)*. Belém: Paka-Tatu, 2001.

BEZERRA NETO, José Maia, GUZMÁN, Décio de Alencar (orgs.). *Terra matura: historiografia e história social da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

BLACKBURN, Robin. *The making of New World slavery; from the baroque to the modern (1492-1800)*. London: Verso, 1997.

BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique. “Em que pensam os historiadores?” In: _____ (orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1998, p. 21-61.

BOUTRY, Philippe. “Certezas e Descaminhos da Razão Histórica”. In: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

BRITO, Adilson Júnior Ishihara. *A “explosão revolucionária”: a soldadesca na independência do Grão-Pará (1821-1823)*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1999 (Monografia de graduação).

BRITO, Cecília Maria Chaves. “Índios das corporações: trabalho compulsório no Grão-Pará no século XVIII”. In: ACEVEDO MARIN, Rosa Elisabeth. *A escrita da história paraense*. Belém: Naea/UFPA, 1998.

BURKE, Peter. *A Escola dos Anales: a revolução francesa da historiografia, 1929-1989*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

_____. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

_____(org.). *A Escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana e BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os Métodos da história*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Relume Dumará, 1996.

CASTORIADIS, Cornelius. *As Encruzilhadas do Labirinto/2: Os Domínios do Homem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. “O mundo como representação”. In: Estudos Avançados, São Paulo, v. 5, n. 11, 1991.

CLEARY, David. “Lost Altogether to the Civilized World: Race and the Cabanagem in Northern Brazil, 1750-1850”. In: Comparative Studies in Society and History. Vol. 40, No 1 (Jan., 1998), pp. 109-135.

COELHO, Geraldo Mártires. *Anarquistas, Demagogos e Dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822*. Belém: CEJUP, 1993.

_____. “Onde fica a corte do senhor Imperador?” In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: A Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Editora Ijuí; Fapesp, 2003, pp. 267- 284.

_____. *Letras & baionetas: novos documentos para a história da imprensa no Pará*. Belém: Cultural CEJUP, 1989.

CORRÊA, Augusto. “Adesão do Município de Bragança à Independência”. In: MUNIZ, João de Palma. *Adesão do Grão-Pará à Independência e outros ensaios*. Belém: Conselho Estadual de Cultura do Pará, 1973, pp. 595-605.

CORRÊA, Antônio Eulálio. *A Fragata Leopoldina e a Missão de Grenfell no Pará*. Belém: UNAMAZ, 2003.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 19 ed., São Paulo: Grijalbo, 1979.

COSTA, Wilma Peres. “A independência na historiografia brasileira”. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005, pp. 53- 118.

CRUZ, Ernesto. “Cameté: Aspectos de sua formação”. In: *Anais da Biblioteca e Arquivo Públicos do Pará*. Tomo XI. Belém-Pará/São Paulo: Editora Monumento, 1969, pp. 42-149.

_____. “O Instituto através do tempo”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*. Volume XV, Belém, 1968, pp. 19-21.

_____. *História do Pará. 1o volume*, Belém: Governo do Estado do Pará, 1973.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DIAS, Maria Odila da Silva. “A Interiorização da Metrópole (1808-1853)”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: Dimensões*. 2ª edição, São Paulo: Editora Perspectiva, 1986, pp. 160-184.

DI PAOLO, Pasquale. *Cabanagem: a revolução popular da Amazônia*. 2ª edição, Belém: CEJUP, 1986.

FALCON, Francisco. “História das idéias”. In: *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 91-125.

_____. “História e Poder”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 61-89.

FARAGE, Nádia. *As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas no Rio Branco e colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ANPOCS, 1991.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Eternos Modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929*. Campinas: Unicamp, 2001 (Tese de doutorado).

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. “Quando os motins se tornam inconfidências: práticas políticas e idéias ilustradas na América portuguesa”. In: MENEZES, Lená Medeiros de, ROLLEMBERG, Denise e MUNTEAL FILHO, Osvaldo (orgs.). *Olhares sobre o político: novos ângulos, novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002, pp.135- 145.

FLORENCE, Hércules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas, de 1825-1829*. São Paulo: Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo, 1977.

FLORENTINO, Manolo, e GÓES, José Roberto. *A Paz das Senzalas: Famílias Escravas e Tráfico Atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FOUCAULT, Michel. "A vida dos homens infames". In *Ditos e escritos: estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, pp. 203-266.

_____. *Microfísica do poder*. 21ª edição, São Paulo: Paz e Terra, 2005.

_____. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. 5ª edição, Petrópolis: Vozes, 1987.

FURTADO, João Pinto. "Das múltiplas utilidades das revoltas: movimentos sediciosos do último quartel do século XVIII e sua apropriação no processo de construção da nação". In: MALLERBA, Jurandir (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 99-121.

GARAVAGLIA, Juan. "Os primórdios do processo de independência hispano-americano". In: JANCÓS, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec : Fapesp, 2005, pp. 207-234.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1989.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. "O Inquisidor como Antropólogo". In: *Revista Brasileira de História*, no 21, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, set. 1990/fev. 1991, pp. 9-20.

GODECHOT, Jacques. "Independência do Brasil e a Revolução do Ocidente". In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: Dimensões*. 2ª edição, São Paulo: Perspectiva, 1986, pp. 27-37.

GOMES, Flávio dos Santos, QUEIRÓZ, Jonas Marçal de, COELHO, Mauro Cezar (orgs.). *Relatos de Fronteiras: fontes para a História da Amazônia. Séculos XVIII e XIX*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.

GOMES, Flávio dos Santos. *Fronteiras e Mocambos: o protesto negro na Guiana Brasileira*. In: _____ (org.). *Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999, p. 225-318.

GOMES, Flávio dos Santos Gomes e NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. "Outras paisagens coloniais: notas sobre desertores e militares na Amazônia setecentista". In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana brasileira (séculos XVIII-XIX)*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999, pp. 195-224.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 10ª edição, Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1995.

GUAZELLI, César Augusto Barcellos. “Federação ou confederação? Visões do federalismo na imprensa da República Rio-Grandense”. In: *XXIV Simpósio Nacional de História: história e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos*. São Leopoldo: ANPUH, julho de 2007.

GUERRA, François- Xavier. *Modernidad e Independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. 2ª edición, México: Fondo de Cultura Económica/Editorial Mapfre, 1993.

_____. “A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades”. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec/Ed. Unijuí/Fapesp, 2003, pp. 33-60.

GUIMARÃES, Carlos Magno. “Mineração, quilombos e Palmares – Minas Gerais no século XVIII”. In: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.139-163.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HERZOG, Tamar. “Identidades Modernas: Estado, comunidades e nação no império hispânico”. In JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec/Ed. Unijuí/Fapesp, 2003, p. 109-139.

HESPANHA, António Manuel. “Pequenas repúblicas, grandes Estados. Problemas de organização política entre o antigo regime e o liberalismo”. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec/Ed. Unijuí/Fapesp, 2003, p. 93-108.

HOBBSBAWN, Eric J. (org.). *História do Marxismo*. Volume 1, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre a história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. In: *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1884.

_____. “A Herança Colonial – sua desagregação”. In: *História da Civilização Brasileira: o Brasil monárquico, tomo II: o processo de emancipação*. 9ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, pp. 13-47.

HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

HURLEY, Henrique Jorge. *A Cabanagem*. Belém: Livraria Clássica, 1936.

JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo G. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.) *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000): Formação: histórias*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2000, pp. 127-175.

JANCSÓ, István. “A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII”. In: NOVAIS, Fernando A. e SOUZA, Laura de Mello e. *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. Volume 1, São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 387-437.

JASMIN, Marcelo Gantus. *História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.20, n.57, 2005.

JEANNENEY, Jean-Noël. “Comment ont-ils tenu? L’opinion et la Grande Guerre”. In: *L’Histoire*, no 39, novembro de 1981.

JULIA, Dominique. “A Violência das multidões: É Possível Elucidar o Desumano?”. In: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (orgs.). *Passados Reconstituídos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1998, pp.217-232.

JULLIARD, Jacques. “A Política”. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: Novas Abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

KARASCH, Mary. “Os quilombos do ouro na capitania de Goiás”. In: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 240-262.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

KRAAY, Hendrik. “Muralhas da independência e liberdade do Brasil: a participação popular nas lutas políticas (Bahia, 1820-1825)”. In: MALERBA, Jurandir. (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 303-342.

_____. “Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos: o recrutamento dos escravos na guerra de independência na Bahia”. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 43, 2002.

KRANTZ, Frederick (org.). *A outra história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1990.

KUSCHNIR, Karina e CARNEIRO, Leandro Piquet. “As Dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia da Política”. In: *Revista Estudos Históricos: Cultura Política*. Rio de Janeiro, no 24, FGV, 1999/2.

LA CONDAMINE, Charles-Marie de. *Viagem pelo Amazonas, 1735-1745*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo, EDUSP, 1992.

LEONZO, Nanci. “As Companhias de Ordenanças da Capitania de São Paulo: das origens ao governo do Morgado de Matheus”. In: *Coleção Museu Paulista, série História*. Vol. 6, São Paulo, 1977.

LEVI, Geovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Ana Renata Rosário de. *Revoltas Camponesas no Vale do Acará – Grão-Pará (1822-1840)*. Belém: Naea/UFPA, 2002 (Dissertação e Mestrado).

LIMA, Manuel de Oliveira. *O Movimento de Independência, 1821-1822*. São Paulo: Melhoramentos, 1922.

LOBO, Luiz. “A interferência Militar Pró e Contra a Independência”. In: MUNIZ, João de Palma. In: *Adesão do Grão-Pará à Independência e outros ensaios*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973, pp. 467-474.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na independência, 1821-1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LYNCH, John. *The Spanish American Revolutions, 1808-1826*. New York: W. W. Norton Company, 1973.

MACHADO, André Roberto de Arruda. *A quebra da mola real das sociedades: a crise política do Antigo Regime Português na província do Grão-Pará (1821-1825)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006 (Tese de Doutorado).

_____. “As Esquadras Imaginárias. No extremo norte, episódios do longo processo de Independência do Brasil”. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005, p. 303-343.

MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808- 1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. “Esboço crítico da recente historiografia sobre a independência do Brasil (c. 1980-2002)”. In: _____(org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 19-52.

MARSON, Izabel Andrade. “O império da revolução: matrizes interpretativas dos conflitos da sociedade monárquica”. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 3ª edição, São Paulo: Contexto, 2000, pp.73-101.

MARTIUS, Carl Phillip von. “Como se deve escrever a história do Brasil”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 6 (24), 1845, pp. 381-403.

MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: Os Significados da Liberdade no Sudeste Escravista – Brasil, Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a Formação do Estado Imperial*. 5ª edição, São Paulo: Hucitec, 2004.

MAURO, Frédéric. “A Conjuntura Atlântica e a Independência do Brasil”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: Dimensões*. 2ª edição, São Paulo: Perspectiva, 1986, p. 38-47.

MAXWELL, Kenneth. “A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro”. In: *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, pp. 157-207.

_____. “Pombal e a nacionalização da economia luso-brasileira”. In: *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, pp. 89-123.

MEIRA, Márcio. “História, economia e sociedade: os índios do rio Xié e a extração da piaçava”. In: *Anais do Arquivo Público do Pará*. Belém: Secretaria de Estado da Cultura / Arquivo Público do Estado do Pará, 1995, pp. 223- 240.

_____.(org.). *O Livro das Canoas: documentos para a história indígena da Amazônia*. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo/Fapesp, 1994.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A ferida de Narciso: ensaio de história regional*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

_____. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.

MENDES, Fábio Faria. “Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX. In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN Vitor e KRAAY, Hendrik (orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, pp. 111-137.

_____. “A Economia Moral do Recrutamento no Império Brasileiro”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 38, 1998.

MENESES, Maria de Nazaré Ângelo-. *Histoire sociale des systèmes agraires dans la vallée du Tocantins – Etat du Pará- Brésil: colonisation européenne dans la deuxième moitié du XVIII^e siècle et la première moitié du XIX^e siècle*. Paris: Ecole de Hautes Etudes em Sciences Sociales, 1998 (These du doctorat).

MORAES, Cleodir da Conceição. *O Pará em festa: Política e cultura nas comemorações do Sesquicentenário da Adesão (1973)*. Belém: Universidade Federal do Pará, 2006, pp. 19-85 (Dissertação de mestrado).

MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: Dimensões*. 2ª edição, São Paulo: Perspectiva, 1986.

MOTA, Carlos Guilherme. “Idéias de Brasil: formação e problemas (1817-1850)”. In: (org.) *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000): Formação: histórias*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2000, pp. 197-238.

MOTA, Carlos Guilherme. *Idéia de Revolução no Brasil, 1789-1801: estudo das formas de pensamento*. Petrópolis: Vozes, 1979.

MUNIZ, João de Palma. *Adesão do Grão-Pará à Independência e outros ensaios*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. “Despotismo e cultura científica no mundo de Queluz”. In: MENEZES, Lená Medeiros de, ROLLEMBERG, Denise e MUNTEAL FILHO, Oswaldo (orgs.). *Olhares sobre o político: novos ângulos, novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002, pp. 89-122.

NEVES, Lucia Maria B. P. das e FERREIRA, Tânia Maria Tavares B. da C. “Portugal, França e Brasil: representações imaginadas (1808-1914)”. In: MENEZES, Lená Medeiros de, ROLLEMBERG, Denise e MUNTEAL FILHO, Oswaldo (orgs.). *Olhares sobre o político: novos ângulos, novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002, pp. 27-46.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. “Cidadania e participação política na época da Independência do Brasil”. In: *Caderno CEDES*. Volume 22, no 58, Campinas, dez/2002.

_____. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2003.

_____. “Revolução: em busca do conceito no império luso-brasileiro”. In: *Anais da VII Conferência Internacional de História dos Conceitos: Diálogos Transatlânticos*. Rio de Janeiro, 7-9 de Julho de 2004.

NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. *Razões para desertar: institucionalização do exército no Estado do Grão-Pará no último quartel do século XVIII*. Belém: Naea/UFGA, 2000 (Dissertação e Mestrado).

_____. “Esses miseráveis delinquentes: desertores no Grão-Pará setecentista”. In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, pp. 87-109.

NOVAIS, Fernando A. “Condições de privacidade na colônia”. In: *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 13- 39.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.

OZOUF, Jacques. “A Opinião Pública: apologia das sondagens”. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: novos objetos*. 4ª edição, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, pp. 186-198.

OZOUF, Mona. “A Festa: sob a Revolução Francesa”. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (orgs.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, pp. 216-232.

PEREGALLI, Henrique. *Recrutamento militar no Brasil colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

PINTO, Antônio Rodrigues de Almeida. “O Bispo do Pará”. In: *Annaes da Bibliotheca e Archivio Público do Pará*. Tomo V, Belém: Typografia do Instituto Lauro Sodré, 1906.

POCOCK, John. *Linguagens do ideário político*. São Paulo : EDUSP, 2003.

PRADO JR., Caio. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. 10a ed., São Paulo : Brasiliense, 1977.

QUEIRÓZ, Sueli Robles de. “Escravidão negra em debate”. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 3ª edição, São Paulo : Contexto, 2000, pp.103-118.

RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos: ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. 10 volume, Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.

RAMINELLI, Ronald. *Imagens da Colonização: a representação do Índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

RAVENA, Nírvia. “O abastecimento no século XVIII no Grão-Pará: Macapá e vilas circunvizinhas”. In: MARIN, Rosa Elisabeth Acevedo (org.). *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA/UFPA, 1998, p. 29-52.

REIS, A. do Carmo. *Invasões Francesas: as Revoltas do Porto contra Junot*. Lisboa: Editorial Notícias, 1991.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. “A ocupação de Caiena”. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil monárquico, tomo II: o processo de emancipação*. Vol. 1, 9ª edição, Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2003, p. 315-340.

_____. “O Grão-Pará e o Maranhão”. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de e CAMPOS, Pedro Moacyr (orgs.). *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Monárquico, tomo II: Dispersão e Unidade*. 2o volume, 9ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, pp. 71- 190.

_____. “O processo de independência do norte”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: Dimensões*. 2ª edição, São Paulo: Perspectiva, 1986, pp. 187-204.

_____. *A política de Portugal no vale amazônico*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1940.

_____. *Santarém: Seu Desenvolvimento Histórico*. 2ª edição, Belém: Governo do Estado do Pará, 1979.

_____. *História de Óbidos*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. “O início da reação nativista”. In: *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*. Tomo XII, Belém: Editora Monumento, 1969, pp. 1-41.

_____. *Roteiro histórico das fortificações no Amazonas*. Manaus: Imprensa Oficial do Estado, 1966.

REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REMOND, René. “Uma história presente”. In: *Por uma história política*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, pp. 13-36.

RIBEIRO, Gladys Sabina. “Pés-de-chumbo’ e ‘Garrafeiros’: conflitos e tensões nas ruas do Rio de Janeiro no Primeiro Reinado (1822-1831)”. In: *Revista Brasileira de História: Política & Cultura*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 12, no 23/24, setembro 91/ agosto/92, pp. 141-165.

_____. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Faperj, 2002.

RICCI, Magda Maria de Oliveira. “História Amotinada: Memórias da Cabanagem”. In: *Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas*. Belém, v. 12, n. 1/2, jan/dez. 1993, pp. 13-28.

_____. “Nas fronteiras da Independência”: um estudo sobre os significados da liberdade na região de Itu (1779-1822), Campinas: Unicamp, 1993 (Dissertação de Mestrado).

_____. “O Fim do Grão-Pará e o Nascimento do Brasil: Movimentos Sociais, Levantes e Deserções no Alvorecer do Novo Império (1808-1840)”. In: DEL PRIORE, Mary e GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Os Senhores dos Rios: Amazônia, Margens e História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

RODRIGUES, José Honório. *Independência: revolução e contra-revolução*. São Paulo: Francisco Alves, 1975 (5 volumes).

_____. *Conciliação e Reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

ROSANVALLON, Pierre. “Por uma história conceitual do político (nota de estudo)”. In: *História*. Vol. 15, São Paulo: UNESP, 1996, pp. 27-39.

ROWLAND, Robert. “Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional no Brasil independente”. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec/Ed. Unijuí/Fapesp, 2003, p. 365-388.

RUDÉ, Georges. *A multidão na história: estudos dos movimentos populares na França e na Inglaterra 1730-1848*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SALGADO, Graça. *Fiscais e Meirinhos no Brasil Colonial*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SALLES, Vicente. *O Negro no Pará: sob o regime da escravidão*. 2ª edição, Belém: Secretaria de Estado de Cultura/Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”, 1988.

SANI, Giacomo. “Cultura Política”. In: BOBBIO, N., MATEUCCI, N. e PASQUINO, Gianfrancesco (orgs.). *Dicionário de Política*. 2ª edição, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço – técnica e tempo – razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SAMPAIO, Patrícia Melo. “Administração Colonial e Legislação Indigenista na Amazônia Portuguesa”. In: DEL PRIORE, Mary e GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Os Senhores dos Rios: Amazônia, Margens e História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, pp. 123-139.

SCHMITT, Jean Claude. “A história dos marginais”. In: LE GOFF, Jacques, CHARTIER, Roger e REVEL, Jacques (orgs.). *A Nova História*. Coimbra: Almedina, 1990, pp. 394- 427.

SCHULTZ, Kirsten. “A era das revoluções e a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro (1790-1821)”. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp.123-151.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870- 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SHARPE, Jim. “A história vista de baixo”. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, pp. 39-62.

SILVA, Luiz Geraldo. “Negros patriotas. Raça e identidade social na formação do Estado-nação (Pernambuco, 1770-1830)”. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec/Ed. Unijuí/Fapesp, 2003, pp. 497-520.

_____. “O avesso da independência: Pernambuco (1817-24)”. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 343-384.

_____. “Aspirações barrocas e radicalismo ilustrado: raça e nação em Pernambuco no tempo da Independência (1817-1823)”. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005, p. 915-34.

SILVA, Luís Antônio Vieira da. *História da Independência da Província do Maranhão, 1822/1828*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972.

SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo: Editora UNESP/Cambridge University Press, 1999.

SLEMIAN, André. “Seriam todos cidadãos? Os impasses na construção da cidadania nos primórdios do constitucionalismo no Brasil (1823-1824)”. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005, pp. 829-847.

SLENES, Robert W. Na Senzala uma Flor: *Esperanças e Recordações na Formação da Família Escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Eliane Cristina Lopes. *Roceiros e vaqueiros na Ilha Grande de Joanes no período colonial*. Belém: Naea/UFPA, 2002 (Dissertação e Mestrado).

SOUZA JR., José Alves de. *Constituição ou Revolução: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Fillippe Patroni (1820-1823)*. Campinas: Unicamp, 1997 (Dissertação de Mestrado).

SOUZA, Iara Lis de Carvalho e. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SOUZA, Laura de Mello e. “Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações”. In: NOVAIS, Fernando A. (org.). *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 42- 81.

_____. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

_____. *Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2004.

SPIX, Johann Baptiste von e MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. Tomo III, 2ª edição, São Paulo: Edições Melhoramentos, 1968.

SWEET, David G. “Francisca: escrava da terra”. In: *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*. Tomo XIII, Belém: SECDET, 1983, pp. 283-304.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum: estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

_____. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: críticas ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

UGARTE, Auxiliomar Silva. “Margens Míticas: a Amazônia no imaginário europeu do século XVI”. In: GOMES, Flávio dos Santos e DEL PRIORE, Mary (orgs.). *Os Senhores dos Rios: Amazônia, margens e histórias*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, pp. 3-31.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro : Lemmert, 1854.

_____. *História da Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: IHGB, 1916.

VERGOLINO-HENRY, Anaíza & FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. *A presença africana na Amazônia Colonial: uma notícia histórica*. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. 3ª edição, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1995.

VIANNA, Arthur. “As Fortificações da Amazônia”. In: *Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará*. Tomo IV, Belém: Typografia do Instituto Lauro Sodré, 1903, p. 227-302.

VILLALTA, Luís Carlos. “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”. In: NOVAIS, Fernando A. e SOUZA, Laura de Mello e (orgs.). *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 331-385.

_____. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América portuguesa*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999 (Tese de doutorado).

WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*. Brasília: Editora do Senado Federal, 2004.

WINOCK, Michel. “As idéias políticas”. In: REMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ª edição, Rio de Janeiro: FGV, 2003, pp. 271-294.

ARQUIVOS E FONTES

FONTES MANUSCRITAS

a) Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) - Projeto Resgate de Documentação Histórica *Barão do Rio Branco*:

a.1- Documentos Avulsos da Capitania do Rio Negro.

Caixas de Correspondências da Província do Rio Negro para o Conselho Ultramarino de Lisboa, números 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 (Anexos).

a.2 - Documentos Avulsos da Capitania do Grão-Pará.

Caixas de Correspondências da Província do Grão-Pará para o Conselho Ultramarino de Lisboa, números 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157.

b) Arquivo Público do Estado do Pará (APEP):

b.1- Códices Numerados de Manuscritos.

478: Correspondências de Diversos com o Governo (1790-1819). 479: Registro Geral (1790-1822).

515: Correspondências de Diversos com o Governo (1794-1832).

528: Encarregados de Negócios - Cônsules em Países Estrangeiros (1795-1834).

586: Correspondências da Metrópole com a Corte e com os Governadores (1800-1839). 569: Petições (1800).

604: Correspondências de Diversos com o Governo (1802-1826). 605: Decisões, Cartas Régias e Alvarás (1802-1933).

617: Registro Geral (1802-1841).

624: Manuscritos (1805-1888).

632: Termos de Homenagem do Governo (1806-1832).

642: Correspondências da Metrópole com os Governadores (1808-1813). 644: Correspondências da Corte com as Juntas e Governadores (1808-1832).

645: Abaixo-Assinados da Navegação com o Comandante da Fortaleza da Barra (1808- 1832).

654: Termos de Fiança (1810-1824).

671: Correspondências de Diversos com o Governo (1814-1823).

672: Termos, Correspondências dos Oficiais e Tripulantes de Navios (1814-1824). 673: Cônsules (1814-1823).

678: Correspondências de Diversos com o Governo (1816-1823). 685: Correspondências de Diversos com o Governo (1816-1824). 686: Correspondências da Metrópole com o Governo (1816-1824). 687: Correspondências de Diversos com o Governo (1814-1829). 695: Correspondências da Metrópole com o Governo (1817-1822). 696: Correspondências da Metrópole com o Governo (1817-1823). 697: Anvarás, Cartas Régias e Decisões (1817-1830).

698: Registro, Provisões e Patentes Imperiais (1817-1839).

720: Correspondências do Comando das Armas com o Governo (1821). 722: Correspondências do Governo com a Corte (1821-1822).

733: Correspondências do Comandante das Armas com o Governo (1822). 736: Correspondências do Comandante das Armas com o Governo (1822). 740: Correspondências da Junta com Diversos (1822-1823).

747: Correspondências da Secretaria dos Negócios da Justiça (1822-1833). 748: Correspondências de Diversos com o Governo do Pará (1823).

749: Correspondências de Diversos com o Governo do Pará (1823). 750: Correspondências de Diversos com o Governo do Pará (1823). 751: Correspondências de Diversos com o Governo do Pará (1823).

752: Correspondências de Diversos com o Governo do Pará (1823). 753: Correspondências de Diversos com o Governo do Pará (1823). 754: Correspondências de Diversos com o Governo do Pará (1823). 755: Correspondências de Diversos com o Governo do Pará (1823). 756: Correspondências da Junta com Diversos (1823-1824).

757: Correspondências do Governo com a Corte (1823-1824). 758: Ofícios e Juntas a Grenfell (1823-1824).

759: Correspondências da Junta do Governo a Grenfell e Cochrane (1823-1824). 762: Correspondências de Diversos com o Governo do Pará (1823-1827).

763: Decretos-leis, Instruções e Tratado de Reconhecimento da Independência do Brasil (1823-1828).

764: Correspondências de Diversos com o Governo do Pará (1823-1828). 765: Correspondências de Diversos com o Governo do Pará (1823-1832). 766: Correspondências de Diversos com o Governo do Pará (1823-1832). 767: Correspondências de Diversos com o Governo do Pará (1823-1832).

780: Correspondências de Diversos com o Comando Militar do Baixo Amazonas (1802- 1824).

782: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). 784: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). 785: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). 786: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). 787: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). 788: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). 789: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). 790: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). 791: Correspondências de Diversos com o Governo (1824).

792: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). 793: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). 794: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). 795: Correspondências de Diversos com o Governo (1824).

803: Correspondências de Diversos com o Governo (1824-1833). 804: Bandos, reclamações e Editais (1824-1870).

805: Correspondências de Diversos com o Governo (1825). 850: Cônsules (1827-1832).

b.2- Caixas de Avulsos Manuscritos – Secretaria da Presidência da Província do Pará.

Cx. 29: Ofícios Diversos (1813-1826).

Cx. 30: Ofícios dos Presidentes de Diversas Províncias (1814-1824). Cx. 31: Ofícios dos Comandantes Militares (1824).

Cx. 32: Ofícios do Quartel General do Pará (1829-1831).

b.3: Fundos de Documentação Avulsa do Juízo Ordinário da Província do Pará.

Autos de Devassa (1801-1816). Autos de Devassa (1803).

Autos de Devassa (1806) Autos de Devassa (1805).

Autos de Sumário de Testemunhas (1810). Autos de Vistoria (1810).
Cartas de Sentença (1810-1914). Autos de Denúncia (1812).
Requerimentos (1812).
Autos de Injúria (1812). Autos de Devassa (1814). Petições (1820-1873).
Autos de Devassa (1825).

c) Arquivo da Primeira Comissão Demarcadora de Limites (PCDL) – Ministério das Relações Exteriores.

c.1- Pastas de Manuscritos Datilografados:

Pasta 14- Questões de Limites: Reinado de D. Maria I (1788-1789).

Pasta 15- Questões de Limites: Fronteira Espanhola – Reinado de D. Maria I (1790-1799).

Pasta 20- Correspondências dos Governadores com Diversos – Reinado de D. Maria I (1751-1773).

Pasta 21- Correspondências dos Governadores com Diversos – Reinado de D. Maria I (1778-1791).

d) Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE):

d.1- Códices de Manuscritos:

CC-13: Correspondências com a Corte (1804-1807). CC-14: Correspondências com a Corte (1808-1817). CC-15: Correspondências com a Corte (1804-1808). CC-16: Correspondências com a Corte (1808-1817). CC-18: Correspondências com a Corte (1808-1820). CC-19: Correspondências com a Corte (1808-1820). CC-20: Correspondências com a Corte (1808-1821). CC-21: Correspondências com a Corte (1809-1821). CC-22: Correspondências com a Corte (1809-1825). MM-1: Ministério da Marinha (1800-1825).

MM-2: Ministério da Marinha (1808-1819). OG-16: Ofícios do Governo (1816-1817).

OG-18: Ofícios do Governo (1818-1820). OG-19: Ofícios do Governo (1820-1821). OG-20: Ofícios do Governo (1821).

OG-21: Ofícios do Governo (1821-1822). OG-22: Ofícios do Governo (1822).

OG-23: Ofícios do Governo (1822-1823). OG-24: Ofícios do Governo (1823).

OG-25: Ofícios do Governo (1824-1825). OG-26: Ofícios do Governo (1824).

OG-27: Ofícios do Governo (1824-1825). OG-28: Ofícios do Governo (1825-1827).

FONTES IMPRESSAS

a) Arquivo da Biblioteca Pública da Fundação “Tancredo Neves” (CENTUR):

a.1- Fundos de Periódicos Impressos e Microfilmados dos séculos XIX e XX: *Jornal O Paraense*.

- Suplemento no 1 (22 de maio de 1822).
- Suplemento no 5 (05 de junho de 1822).
- Suplemento no 7 (10 de junho de 1822).
- Suplemento no 9 (19 de junho de 1822).
- Suplemento no 10 (22 de junho de 1822).
- Suplemento no 11 (sem data).
- Suplemento no 17 (16 de julho de 1822).
- Suplemento no 18 (20 de julho de 1822).
- Suplemento no 19 (27 de julho de 1822).
- Suplemento no 22 (03 de agosto de 1822).

b) Obras impressas de vasta referência documental utilizadas como fontes:

ACEVEDO MARIN, Rosa Elisabeth e CASTRO, Edna Maria Ramos de. *Negros do Trombetas: guardiães de matas e rios*. Belém, UFPA/NAEA, 1993.

ANAIIS da Biblioteca e Arquivo Públicos do Pará. Tomo XI. Belém-Pará/São Paulo, Editora Monumento, 1969.

ANAIIS da Biblioteca e Arquivo Públicos do Pará. Tomo XII. Belém-Pará, Secdet, 1981.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Belém, Universidade Federal do Pará, 1969.

_____. *Ensaio corográfico sobre a Província do Pará*. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

BARATA, Manoel. *Formação Histórica do Pará*. Belém, Universidade Federal do Pará, 1973.

FLORENCE, Hércules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas, de 1825-1829*. São Paulo: Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo, 1977.

GOMES, Flávio dos Santos, QUEIRÓZ, Jonas Marçal de, COELHO, Mauro Cezar (orgs.). *Relatos de Fronteiras: fontes para a História da Amazônia. Séculos XVIII e XIX*. Belém, Editora Universitária/UFPA, 1999.

MEIRA, Márcio (org.). *O Livro das Canoas: documentos para a história indígena da Amazônia*. São Paulo, Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo/Fapesp, 1994.

MUNIZ, João de Palma. *Adesão do Grão-Pará à Independência e outros ensaios*. Belém, Conselho Estadual de Cultura, 1973.

SPIX, Johann Baptiste von e MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. Tomo III, 2ª edição, São Paulo : Edições Melhoramentos, 1968.

RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos: ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. 10 volume, Belém, Universidade Federal do Pará, 1970.

VERGOLINO-HENRY, Anaíza & FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. *A presença africana na Amazônia Colonial: uma notícia histórica*. Belém, Arquivo Público do Pará, 1990.



[2023]
EDITORA CABANA
Trav. WE 11, N° 41 (Conj. Cidade Nova I)
Cep: 67130-130 — Ananindeua — PA
Telefone: (91) 99998-2193
cabanaeditora@gmail.com
www.editoracabana.com

